# RISCOS de DESASTRES RELACIONADOS À ÁGUA

## Aplicabilidade de bases conceituais das Ciências Humanas e Sociais para a análise de casos concretos



Antenora Siqueira
Norma Valencio
Mariana Siena
Marco Antonio Malagoli
(Organizadores)

RiMa

O que têm a dizer profissionais do meio técnico e científico, lideranças comunitárias e de movimentos sociais sobre os desastres quando suas práxis se fazem para além do imediatismo e da superficialidade com que geralmente nos são apresentados estes eventos?

Reunidos ao redor do "Seminário Internacional Riscos de Desastres relacionados à água: aplicabilidade de bases conceituais das Ciências Humanas e Sociais para a análise de casos concretos" os autores buscaram contribuir para o resgate de horizontes ainda pouco explorados, esquecidos ou até mesmo obstaculizados em nossas tradições culturais e institucionais voltadas a esta temática.

Ao fazê-lo, tiveram que superar as abordagens convencionais dominantes que geralmente priorizam dimensões economicistas, biofísicas, dicotômicas, autocráticas, cientificistas, objetivistas ou de curtíssimos horizontes temporais. Como se vê, o desafio lançado aos autores (e a todos nós, cidadãos) não é pequeno, e se apresenta mais como "porto de partida" do que "ponto de chegada", pois aciona maior preocupação

# Riscos de Desastres Relacionados à Água

## Aplicabilidade de bases conceituais das Ciências Humanas e Sociais para a análise de casos concretos



Antenora Siqueira
Norma Valencio
Mariana Siena
Marco Antonio Malagoli
(organizadores)

RiMa

2015

© 2015 dos autores

**Direitos reservados desta edição**
RiMa Editora

**Capa e ilustrações de abertura dos capítulos**
Tiago Eugenio dos Santos
Luiz Felipe Bezerra de Souza Barros
Ebbios

R595r Riscos de desastres relacionados à água: aplicabilidade de bases conceituais das Ciências Humanas e Sociais para a análise de casos concretos / organizado por Antenora Siqueira, Norma Valencio, Mariana Siena e Marco Antonio Malagoli – São Carlos: RiMa Editora, 2015.

528 p. il.

ISBN – 978-85-7656-037-1 - e-book

1. Sociologia dos desastres. 2. riscos socioambientais. 3. conflitos sociais. 4. mudanças climáticas. 5. defesa civil. 6. proteção civil. 7. questão social. 8. vulnerabilidade. 9. água. I. Autor. II. Título.

COMISSÃO EDITORIAL
Dirlene Ribeiro Martins
Paulo de Tarso Martins
Carlos Eduardo M. Bicudo (Instituto de Botânica - SP)
Evaldo L. G. Espíndola (USP - SP)
João Batista Martins (UEL - PR)
José Eduardo dos Santos (UFSCar - SP)
Michèle Sato (UFMT - MT)

RiMa

Rua Virgílio Pozzi, 213 – Santa Paula
13564-040 – São Carlos, SP
Fone/Fax: (16) 32019169

## Sobre os autores

**Alessandra Nascimento Bernardo**: Graduanda do curso de Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense. Membro do Núcleo de Pesquisas e Estudos Socioambientais (NESA/UFF Campos). Técnica em Meio Ambiente pelo Instituto Federal Fluminense (IFF). E-mail: ale.nbernardo@gmail.com

**Aline Silveira Viana**: Gerontóloga pela UFSCar. Mestre em Ciências – Programa em Ciências da Engenharia Ambiental pela USP. Especialista em Informática em Saúde pela UNIFESP. Graduanda em Serviço Social pela UNIP. Foi membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres (NEPED/UFSCar). Foi membro do Grupo de Pesquisa Saúde e Envelhecimento (UFSCar). Membro associado da Associação Brasileira de Gerontologia. E-mail: aline_geronto@hotmail.com

**Antenora Maria da Mata Siqueira**: Assistente Social, mestre em Ciências Sociais e doutora em Engenharia Agrícola/Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável. Professora do Departamento de Serviço Social de Campos da Universidade Federal Fluminense, onde fundou e coordena o Núcleo de Pesquisas e Estudos Socioambientais (NESA). É professora do Programa de Pós-Graduação em Defesa e Segurança Civil e coordenadora/professora da PGLS em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional. E-mail: antenorams@gmail.com

**Antônio Miguel Vieira Monteiro**: Graduado em Engenharia Elétrica (UFES), mestre em Computação Aplicada (INPE) e doutor em Engenharia Eletrônica e Controle/Ciência da Computação (University de Sussex). Desde abril de 1985 atua na Divisão de Processamento de Imagens (DPI) do INPE em atividades de pesquisa e desenvolvimento nas áreas de Geoprocessamento, Sensoriamento Remoto, Geotecnologias em Estudos Urbanos, Bancos de Dados Geográficos e Engenharia de Sistemas. E-mail: miguel@dpi.inpe.br

**Arthur Soffiati**: Graduado em História pela Faculdade de Filosofia de Campos (1973), mestrado em Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1996) e doutorado em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2001). Atualmente é professor associado aposentado da Universidade Federal Fluminense. Tem experiência na área de História Social, com ênfase em História Ambiental. E-mail: as-netto@uol.com.br

**Cláudia Paola Cardozo**: Bacharel e licenciada em Ciências Biológicas (Universidade Nacional de Salta – UNSa, Argentina). Mestre em Aplicações Espaciais de Alerta e Resposta a Emergências (Comissão Nacional de Atividades Espaciais, Argentina). Entre 2005-2010 foi pesquisadora do Instituto de Ecologia y Médio Ambiente Humano (INEAH – UNSa, Argentina). Entre 2008-2010, foi professora assistente em Ecologia (UNSa, Argentina). Atualmente é doutoranda em Sensoriamento Remoto (INPE-Brasil). E-mail: paola@dpi.inpe.br

**Cláudio Carneiro**: Membro da Diretoria da AVIT – Associação das Vítimas das Chuvas de Teresópolis (RJ). E-mail: claudio.carneiro@controplan.com.br

**Davi Barbosa do Nascimento**: Presidente da Associação de Pequenos Produtores Rurais de Marrecas e Babosa, Campos dos Goytacazes (RJ). E-mail: davidrins@hotmail.com

**Dora Vargas**: Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (1992), mestre em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Pesquisa e Pla-

nejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (2006) e doutora em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos (2013). Atualmente é professora do Curso de Serviço Social da Universidade Salgado de Oliveira de Juiz de Fora (MG) e assistente social efetiva da Prefeitura de Juiz de Fora. E-mail: doravargas@uol.com.br

**Edison Pessanha Braga**: Bombeiro militar desde 1977. Comandante dos Destacamentos de Bombeiros dos municípios de Itaocara e São João da Barra entre 2001-2002. Diretor do Departamento de Defesa Civil da Prefeitura de Campos dos Goytacazes entre 2006-2008. Subsecretário municipal de Defesa Civil em Campos dos Goytacazes entre 2008-2015. Atualmente é diretor executivo da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil em Campos dos Goytacazes. E-mail: edisonpbraga@yahoo.com.br

**Eymar Silva Sampaio Lopes**: Graduado em Engenharia Geológica pela Universidade Federal de Ouro Preto (1990), mestrado em Sensoriamento Remoto pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (1994) e doutorado em Geociências e Meio Ambiente pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2006). Atualmente é auxiliar de pesquisa do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Coordena o projeto de desenvolvimento da plataforma de monitoramento, análise e alerta a riscos ambientais (TerraMA2). E-mail: eymar@dpi.inpe.br

**Jane Nunes**: Graduada em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo (Faculdade de Filosofia de Campos, RJ), pós-graduada em Gestão Municipal (Fundação Getúlio Vargas). Jornalista de carreira da Prefeitura de Campos desde 1986. Entre 1988-1990, foi editora geral do jornal *Folha da Manhã*. Secretária municipal de Desenvolvimento e Promoção Social entre 1993-2004. Atualmente, é jornalista cedida à Coordenadoria Municipal de Defesa Civil de Campos dos Goytacazes. E-mail: chenunes@gmail.com

**Jocimar Gonçalves Lisboa**: Presidente da Associação de Moradores de Ururaí, Campos dos Goytacazes (RJ). E-mail: jocimarlisboa@hotmail.com

**Juliana T. Nazareno Mendes**: Assistente social. Mestre em Serviço Social pela UFJF. Doutoranda em Geografia na UFF. Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense. Membro do Núcleo de Pesquisas e Estudos Socioambientais (NESA/UFF). E-mail: julianatnmendes@gmail.com

**Juliana Sartori**: Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (2010). Graduada em Licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista (UNESP/FCL – Araraquara). Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Engenharia Ambiental na Universidade de São Paulo (EESC/USP). Foi integrante do Grupo de Pesquisa "Sociedade e Recursos Hídricos" e pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres (NEPED/UFSCar). E-mail: sartoriju@gmail.com

**Layla Stassun Antonio**: Cientista social (UFSCar) e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Engenharia Ambiental da USP-São Carlos. Foi pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres (NEPED) do Departamento de Sociologia da UFSCar. E-mail: stassun.layla@gmail.com

**Letícia Aparecida Rocha**: Pedagoga (PUC-MINAS, 2009). Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Unimontes. Documentarista do Centro de Documentação Dom Tomás Balduíno (CPT/MG). Assessora do Movimento dos Pescadores Artesanais de Minas Gerais. E-mail: leticiarochaidp@gmail.com

**Luana Fernandes dos Santos Azeredo**: Assistente social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Pós-graduanda em Gestão Estratégica de Pessoas pela Universidade Cândido Mendes. Pós-graduanda em Serviço Social Contemporâneo pela UFF. Membro do Núcleo de Pesquisas e Estudos Socioambientais (NESA/UFF Campos). Técnica social do Programa de Educação Ambiental da Petrobras na Bacia de Campos. E-mail: luana.fernandes.rr@gmail.com

**Luciano Lourenço**: Doutorado em Geografia Física pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, onde é professor associado com agregação e diretor do Curso de Geografia do 1º Ciclo. Possui mais de três centenas de títulos publicados, sendo diretor da revista *Territorium* e das séries de publicações "Geografia[s]" e "Riscos e Catástrofes", publicadas pela Imprensa da Universidade de Coimbra. É diretor do Núcleo de Investigação Científica de Incêndios Florestais (NICIF), coordenador nacional do Projeto de Sensibilização e Educação da População Escolar (PROSEPE) e coordenador do Grupo 1 – Natureza e Dinâmicas Ambientais e da Linha 2 – Riscos Naturais e Antrópicos, do Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território (CEGOT), das Universidades de Coimbra, Porto e Minho, e presidente da direção da *RISCOS* – Associação Portuguesa de Riscos, Prevenção e Segurança. E-mail: luciano@uc.pt

**Marcello Silva da Costa**: Coronel bombeiro militar (combatente) e secretário da Secretaria de Defesa Civil e Políticas de Segurança da Prefeitura de Duque de Caxias (RJ). Graduado pela Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Oficiais do Corpo de Bombeiros (ESFAO-CBMERJ/1993); pós-graduado em Gerenciamento Estratégico nas Organizações (FESP/2009) e em Administração Escolar (Universidade Gama Filho/2002). E-mail: tcsilvacosta@gmail.com

**Marco Antonio Sampaio Malagoli**: Professor doutor em Psicologia Social e mestre em Recursos Florestais pela USP, professor adjunto do Departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense em Campos dos Goytacazes (RJ). Vice-coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas Socioambientais (NESA/UFF Campos). E-mail: marcomalagodi@id.uff.br

**Mário Augusto Vicente Malaquias**: Mestre em Direito do Estado pela PUC-SP e promotor de justiça de Habitação e Urbanismo na Comarca da Capital (São Paulo), Ministério Público do Estado de São Paulo. E-mail: mariomalaquias@mpsp.mp.br

**Neusa Francisca Nascimento**: Socióloga – UNIMONTES, 2001. Agente do Conselho Pastoral dos Pescadores. E-mail: neusafranc@gmail.com

**Norma Valencio**: Economista, mestre em Educação e doutora em Ciências Humanas. Professora aposentada do Departamento de Sociologia da UFSCar, onde fundou e coordenou o Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres (NEPED). É professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Engenharia Ambiental da USP, onde leciona, pesquisa e orienta em Sociologia dos Desastres. É consultora científica em segurança humana e desastres, especialmente na área de defesa civil e proteção civil. E-mail: normaf@terra.com.br

**Renzo Taddei**: Professor da UNIFESP, onde atua no Departamento de Ciências do Mar, campus Baixada Santista, e no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, campus Guarulhos. Coordenador do Laboratório de Pesquisas em Interações Sociotecnicoambientais (LISTA). Doutor em Antropologia pela Universidade de Columbia, Nova York. É pesquisador associado do Comitas Institute for

Anthropological Study e do Center for Research on Environmental Decisions, na Universidade de Columbia, em Nova York. E-mail: renzotaddei@gmail.com

**Roberto do Carmo**: Sociólogo, mestre em Sociologia e doutor em Demografia, com pós-doutorado na área de População, Ambiente e Distribuição Espacial. Professor do Departamento de Demografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH/UNICAMP) e pesquisador do Núcleo de Estudos de População (NEPO/UNICAMP), bolsista produtividade do CNPq. E-mail: roberto@nepo.unicamp.br

**Samira Younes Ibrahim**: Psicóloga e psicoterapeuta humanista-transpessoal. Coordenadora da Rede de Cuidados-RJ/Psicologia das Emergências e Desastres. Facilitadora de grupos e consultora na área hospitalar. Docente de Pós-graduação de Enfermagem em Nefrologia e pós-graduanda em Gerenciamento de Crises. E-mail: samirayounes@gmail.com

**Sérgio Portella**: Doutorando do Programa de Doutoramento "Território, Riscos e Políticas Públicas", oferecido pela Universidade de Coimbra, Universidade de Lisboa e Universidade de Aveiro, Portugal (conclusão: dezembro/2015). Mestre em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas (RJ). Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense. Atualmente é assessor da presidência da Fundação Oswaldo Cruz. Integrante do Grupo de Pesquisa do Centro de Estudos e Pesquisas de Desastres em Saúde (CEPEDES/FIOCRUZ). Secretário executivo da Rede Nacional de Pesquisadores em Desastres. E-mail: spportella@gmail.com

**Simone Santos Oliveira**: Pós-doutorado em Psicologia do Trabalho pela Faculdade de Psicologia e das Ciências da Educação da Universidade do Porto, Portugal (2012); doutora em Saúde Pública pela Fundação Oswaldo Cruz (2007); mestre em Saúde Pública pela Fundação Oswaldo Cruz (1995) e graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense (1985). Pesquisadora da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP/FIOCRUZ). E-mail: sssoliver@gmail.com

**Thaís Lopes Côrtes**: Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense. Membro do Núcleo de Pesquisas e Estudos Socioambientais (NESA/UFF Campos). Membro do Grupo de Estudos sobre Exercício Profissional do Serviço Social (GETEPSS/UFF Campos). E-mail: thaislopescortes@gmail.com

**Virgínia Garcia Acosta**: Antropóloga social e historiadora mexicana. Professora-pesquisadora do CIESAS (Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social) desde 1974, tendo sido sua diretora acadêmica de 1997 a 2000 e subdiretora geral de 2004 a 2014. Membro da Academia Mexicana de la Historia, na qual ocupa a cadeira número 5, membro regular da Academia Mexicana de Ciencias e do Sistema Nacional de Investigadores. Áreas de especialidade: antropologia e história dos desastres e da alimentação. Publicou, como autora individual ou coordenadora, 24 livros e uma centena de artigos ou capítulos de livro no México e no estrangeiro. E-mail: vgarciaa@ciesas.edu.mx

# Sumário

Apresentação ..... xi

**Seção I**
**Problematizações conceituais e práticas introdutórias sob a perspectiva de quatro distintas ciências**

Risco, perigo e crise: pragmatismo e contextualização ..... 3
*Luciano Lourenço*

La construcción social de la prevención. Un concepto en construcción ..... 45
*Virginia García-Acosta*

Conflitos em contextos de desastres relacionados com as águas ..... 57
*Antenora Maria da Mata Siqueira*

Desastres normais: das raízes aos rumos de uma dinâmica tecnopolítica perversa ..... 79
*Norma Valencio*

**Seção II**
**Singularidades analíticas e complementariedade entre diferentes abordagens disciplinares**

Reino da necessidade *versus* reino dos direitos: desafios e impasses ao assistente social em contextos de desastres ..... 123
*Dora Vargas*

O ato de habitar a partir de um programa habitacional1 ..... 141
*Juliana Nazareno Mendes*

Norma e anomalia em fenômenos climáticos na ecorregião de São Tomé ..... 161
*Arthur Soffiati*

A liberdade se equipara à vida ..... 187
*Sergio Portella*

Natureza e ambiente: o estudo dos desastres e a geografia ..... 205
*Marco Antonio Sampaio Malagoli*

Sentidos territoriais: a paisagem como mediação em novas abordagens metodológicas para os estudos integrados em riscos de desastres .... 229
*Antônio Miguel Vieira Monteiro, Claudia Paola Cardozo, Eymar Silva Sampaio Lopes*

O enfrentamento individual, interpessoal e coletivo de idosos e familiares no contexto de desastre: o caso de Teresópolis (RJ) ..... 261
*Aline Silveira Viana*

Experiência e produção de saberes, possibilidades de superação das vulnerabilidades: reflexões acerca do desastre da região serrana do Rio de Janeiro ..... 291
*Simone Santos Oliveira*

O lugar do saber local (sobre ambiente e desastres) ..... 311
*Renzo Taddei*

População, riscos, vulnerabilidades e desastres: conceitos básicos ..... 327
*Roberto Luiz do Carmo*

Rede socioassistencial: contribuições para o debate sobre desastres relacionados com a água ..... 335
*Alessandra Nascimento Bernardo, Luana Fernandes dos Santos Azeredo, Thaís Lopes Côrtes*

Animais em contexto de desastre: o que podemos fazer para criar planos de contingência eficazes ..... 355
*Layla Stassun Antonio*

Memória social: fragmentos de um desastre ..... 373
*Juliana Sartori*

**Seção III**
**Interpretações do meio técnico e da sociedade civil organizada**

Serviço Municipal de Capelania Pós-Desastre: Ministério de Socorros em favor das vítimas de desastres ..... 389
*Marcello Silva da Costa*

O trabalho do Ministério Público do Estado de São Paulo: contribuições para o anteprojeto de Revisão do Plano Diretor Estratégico da Cidade de São Paulo ..... 407
*Mário Augusto Vicente Malaquias*

A empatia no olho do furacão ..... 415
*Samira Younes-Ibrahim*

Memória da Associação das Vítimas das Chuvas de Teresópolis (AVIT) ..... 431
*Cláudio Carneiro*

O desastre das águas em Ururaí: visão da Associação de Moradores sobre enchentes, urbanização, política, mobilização social e a busca do bem comum ..... 437
*Jocimar Gonçalves Lisboa*

Escassez da água? O ônus da não preservação das águas do "Velho Chico" ..... 461
*Letícia Aparecida Rocha, Neusa Francisca Nascimento*

Perigos ambientais e políticos relacionados com a água na Baixada Campista, pela visão da reforma agrária: "uma coisa tá ligada à outra" ..... 481
*David Barbosa do Nascimento*

Ações técnicas e governamentais no contexto de enchentes em Campos dos Goytacazes/RJ ..... 509
*Edison Pessanha*

# Apresentação

Das várias ambiguidades que demarcam a vida social contemporânea, uma, em especial, chama a atenção: a que revela, pelos vários sistemas de objetos tecnológicos que cercam a vida cotidiana, que estamos plenamente imersos na Era da Informação, mas que, contraditoriamente, joga sobre nós um *tsunami* de informação sobre banalidades. Isso nos satura de tal sorte que a alienação decorrente não permite saltos qualitativos na difusão e apreensão do pensamento crítico, tampouco seus desdobramentos na melhoria do bem-estar social.

*O mal-estar da civilização* a que se referiu Freud há quase um século (1930) – como sendo, dentre outros aspectos, uma consciência cultural de culpa que impossibilita extrair felicidade de progresso técnico extraordinário – mostra-nos sua culminância neste início do século XXI: a ciência e a técnica humanas parecem poder levar-nos muito longe, como espécie, seja ultrapassando o Sistema Solar, seja interseccionando realidades presenciais e virtuais; porém, a lógica econômica concentracionista e as práticas políticas dominantes não permitiram que combatêssemos a contento a insegurança alimentar e hídrica a qual estão submetidas bilhões de pessoas ao redor do mundo. Freud entendia *civilização* como "*a inteira soma das realizações e instituições que afastam a nossa vida daquela de nossos antepassados animais e que servem para dois fins: a proteção do homem contra a natureza e a regulamentação dos vínculos dos homens entre si*". Contudo, adentramos o presente século com uma expiação civilizatória a cumprir, derivada do relativo consenso, na comunidade científica, de que as mudanças climáticas globais – e os eventos severos e extremos decorrentes – têm fortes causas antropogênicas. Os exuberantes avanços técnicos para controlar a natureza e pô-la a nosso serviço acarretaram efeitos colaterais que nos exigem reinventar os caminhos civilizatórios nas próximas décadas. Urge fazê-lo e, no entanto, segundo os especialistas, isso não nos livrará de um interstício no qual teremos de padecer entre riscos incomensuráveis e desastres catastróficos.

Tal contexto adverso coloca os riscos de desastres na mira daquilo que podemos discutir e tratar mais imediatamente, em termos preparativos e de resposta, por meio da mobilização de vários sujeitos, em diferentes escalas de inserção, com diferentes saberes e poderes úteis para proteger e resguardar os bens mais preciosos, segundo a escala de valores dos distintos grupos envolvidos. Isso torna atualíssima uma pauta de fortalecimento da ideia de proteção civil, de cuidado, de cidadania e de justiça. Entretanto, para lidar com essa pauta, com a seriedade com que a mesma merece ser

tratada, seria necessário um compromisso de suplantação da superficialidade em torno da informação. Não apenas do detalhamento do funcionamento da dinâmica ecossistêmica e da base física dependeria o sucesso da mitigação de prováveis danos e perdas coletivos e de grande monta, mas, sobretudo, de um tratamento analítico aprofundado acerca das especificidades socioculturais, sociopolíticas, socioeconômicas e psicossociais dos vários lugares e sujeitos sociais fragilizados.

Ter em conta, centralmente, a perspectiva das Humanidades para lançar luzes sobre o referido problema e refletir sobre as possibilidades de mudança, num contrabalanço ao debate atual excessivamente tecnicista e das ciências duras, é indispensável, uma vez que a estrutura e a dinâmica dessa sociedade multifacetada é que produzem e que serão perturbadas por tais crises. Os códigos de linguagem das Humanidades aproximam-nas do cerne dos graves desafios que poderão ser experimentados dentro em breve, assim como faz uma ponte importante, e de múltiplos acessos, junto àqueles que podem se reconhecer como parte do problema, como parte dos sistemas formais e informais de responsabilização gradual e, portanto, capazes de interagir, de modo consciente e consentido, com uma cota do esforço mobilizador em prol da proteção coletiva. Essa poderia ser uma oportunidade ímpar para que os sujeitos silenciados e degradados socialmente, ao longo da história (global, nacional, local), pudessem se exprimir livremente acerca das camadas de injustiças socioambientais que provocaram sua vulnerabilidade desproporcional; uma vez que tais desnivelamentos são passíveis de constatação, a discussão sobre estratégias de evitação de tragédias teria de perpassar medidas compensatórias aos mesmos. Daí por que a busca pelos fundamentos disciplinares – teóricos, conceituais e metodológicos – das Humanidades ser um ponto de partida à altura de tais desafios.

Apesar dessa imprescindível abordagem, ainda são raríssimos, no Brasil, os espaços de discussão sobre os riscos de desastres desde a perspectiva das Humanidades. Esta coletânea foi construída, assim, como uma dessas escassas oportunidades de reflexão aprofundada. Nela são reafirmadas ideias, mas também são trazidos novos elementos de reflexões, daquilo que foi discutido no Seminário Internacional **RISCOS DE DESASTRES RELACIONADOS À ÁGUA: aplicabilidade de bases conceituais das Ciências Humanas e Sociais para a análise de casos concretos**, ocorrido na Universidade Federal Fluminense – Campos dos Goytacazes, em novembro de 2014, numa parceria entre o NESA/UFF e o NEPED/DS/UFSCar.

De um lado, os autores aqui reunidos clarificam a problemática supramencionada e apresentam aspectos da valiosa contribuição de suas *disciplinas científicas* de origem – a saber, o serviço social, a sociologia, a antropologia, a geografia, a história, a gerontologia, a demografia –, além da contribuição inestimável dos *saberes empíricos* – oriundos de lideranças comunitárias de povos tradicionais e de movimentos rurais, de periferias urbanas e de afetados nos desastres –, de *saberes profissionais* – como da área da psicologia – e *saberes técnicos* – da área do direito e de defesa civil.

Cada qual trouxe uma visão, no mais das vezes, complementar, mas também controversa, sobre esse objeto complexo que é o dos *riscos de desastres relacionados à água*. *Riscos* se referem a uma vasta gama de relações socioambientais que podem, de modo súbito ou processual, entrar em descompasso, suscitando perturbações de diferentes intensidades na vida prática de uma dada coletividade, a qual, por seu turno, apresenta diferentes condições de preparação para enfrentá-los. *Desastres* sinalizam que esse algo é uma ocorrência socialmente muito adversa, com danos e prejuízos não somente coletivos, mas de difícil recuperação. E, se são *relacionados à água*, trata-se de possibilidades de perturbações socioambientais graves nas quais, sob diferentes modos – formas de manifestação, de acesso, de disponibilidade e de qualidade –, esse elemento natural aparece como fulcral nas relações sociais de coesão ou de conflito. De modo geral, os proponentes sinalizam, em suas reflexões, que os desastres manifestos e os riscos de desastres são problemas da maior importância e deveriam merecer prioridade de tratamento. Isso porque a realidade concreta e os estudos apontam para seu processo de incremento, seja em virtude dos episódios passados, que deixaram feridas mal cicatrizadas, seja porque a dinâmica espacial atual está em rota de colisão com os limites ecossistêmicos, já num ponto de não retorno.

Ademais, mais se sabe sobre esse objeto se uma abordagem polissêmica for favorecida, tal como se buscou no conjunto desta obra, o que, a nosso ver, se coaduna com a heterogeneidade socioambiental do país e, ainda, permite que casos e questões que transcendem o espaço geográfico brasileiro sejam trazidos para subsidiar o exercício de aplicação da base conceitual e metodológica à nossa realidade.

Pode-se dizer que os 25 capítulos que compõem esta coletânea orientaram sua contribuição, no geral, para a constituição de um necessário "glossário humanístico" para o entendimento dos riscos de desastres; quiçá, em prol do melhoramento do glossário ora excessivamente tecnicista de defesa civil e, assim, provocando uma reorientação da marcha

interpretativa para que a mesma sirva melhor à proteção civil. Nesse intento, as contribuições foram divididas em três seções.

A primeira seção, intitulada ***Problematizações conceituais e práticas introdutórias sob a perspectiva de quatro distintas ciências,*** reúne, em seus respectivos capítulos, as contribuições de quatro autores de três diferentes países (Portugal, México e Brasil) – Luciano Lourenço (Universidade de Coimbra), Virginía Garcia-Acosta (CIESAS), Antenora Siqueira (UFF) e Norma Valencio (USP) – e tem por foco trazer as diretivas conceituais de cunho mais geral, respectivamente, da geografia, da antropologia, do serviço social e da sociologia sobre o tema dos riscos e dos desastres.

A segunda seção, ***Singularidades analíticas e complementariedade entre diferentes abordagens disciplinares***, traz as mesmas matrizes disciplinares acima e outras – como a história, a demografia, a gerontologia – e visa dar maior clareza sobre como as reflexões de caráter mais conceitual e metodológico se articulam com a análise de casos concretos em que as estiagens, secas, enchentes e inundações contextualizam as tensões sociais, os desafios à prática profissional, na configuração do espaço, como também na busca de novos eixos para a solidariedade entre humanos e além deles, como, por exemplo, com animais. São treze os capítulos reunidos nessa seção, cujos autores são oriundos de sete diferentes instituições brasileiras, a saber: Dora Vargas (UNIVERSO), Juliana Mendes (UFF), Arthur Soffiati (UFF), Sérgio Portella (Fiocruz), Marco Malagoli (UFF), Antônio Miguel Vieira Monteiro, Claudia Paola Cardozo e Eymar Silva Sampaio Lopes (INPE), Aline Silveira Viana (USP), Simone Oliveira (Fiocruz), Renzo Taddei (UNIFESP), Roberto do Carmo (UNICAMP), Alessandra Nascimento Bernardo, Luana Fernandes dos Santos Azeredo e Thaís Lopes Côrtes (UFF), Layla Stassun Antonio (USP) e Juliana Sartori (USP).

Por fim, a terceira e última seção traz as ***Interpretações do meio profissional, técnico e da sociedade civil organizada*** sobre os riscos e desastres, sendo oito capítulos produzidos por autores de oito diferentes inserções institucionais e comunitárias, a saber: Marcello Silva Costa (Secretaria Municipal de Defesa Civil de Duque de Caxias/RJ), Mário Augusto Vicente Malaquias (Ministério Público do Estado de São Paulo), Samira Younes Ibrahim (Rede de Cuidados – Psicologia das Emergências e Desastres/RJ), Cláudio Carneiro (AVIT), Jocimar Gonçalves Lisboa (Associação de Moradores de Ururaí, em entrevista a Marco Malogoli), Letícia Aparecida Rocha e Neusa Francisca Nascimento (UNIMONTES e Conselho Pastoral da Pesca/MG), Davi Barbosa do Nascimento (Associação de

Pequenos Produtores Rurais de Marrecas e Barbosa/Campos dos Goytacazes/RJ, em entrevista a Marco Malogoli) e, por fim Edison Pessanha (Coordenadoria Municipal de Defesa Civil de Campos dos Goytacazes/RJ, em entrevista a Jane Nunes).

Esperamos, assim, que o valor que porventura o leitor possa identificar em cada capítulo, que é uma expressão amostral de uma bagagem interpretativa mais vasta do respectivo autor sobre o problema, não o impeça de buscar o enovelamento entre as contribuições, as quais, em última instância, apontam para as incongruências e contradições do humano, na tessitura sócio-histórica de seu espaço e de suas relações sociais, desde o nível intersubjetivo ao de caráter institucional. Os autores apontam para o humano para nele, em seguida, fazer uma aposta mediante as inúmeras possibilidades de mudança de mentalidade, de luta e de enfrentamento visando ao rompimento com um destino coletivo potencialmente trágico.

Boa leitura!

Os organizadores

Seção I

# Problematizações conceituais e práticas introdutórias sob a perspectiva de quatro distintas ciências



# Risco, perigo e crise: pragmatismo e contextualização

## Luciano Lourenço

## Introdução

Lucien Faugères (1990), no seu trabalho precursor sobre "La dimension des faits et la théorie du risque", apresentado ao seminário *Risques naturels, risques technologiques. Gestion des risques, gestion des crises*, que decorreu em Saint-Valery-sur-Somme, de 2 a 7 de outubro de 1989, fez o enquadramento de diversos conceitos, a partir dos quais se lançaram os fundamentos da teoria do risco. Depois disso, apesar de muita tinta ter corrido sobre o assunto, poucas vezes este e outros trabalhos apresentados ao seminário foram referidos, muito provavelmente por terem sido redigidos em francês e por não se encontrarem disponíveis na internet.

Todavia, esta menção ao trabalho de Lucien Faugères parece-nos fundamental em qualquer estudo que aluda à teoria do risco, na medida em que nele se hierarquizaram claramente os conceitos de risco, perigo e crise, ao contrário do que sucede em muitos outros trabalhos, em que, por vezes, alguns destes termos se confundem, porventura em resultado da dificuldade de tradução de certos vocábulos, como, aliás, muito recentemente foi comprovado por diversos especialistas (LOURENÇO; TEDIM, 2014).

Pela nossa parte, pretendemos dar mais uma pequena contribuição[1] no sentido de ajudar a clarificar aquilo que entendemos por cada um destes termos, dentro da tal sequência hierarquizada e num quadro de intervenção dos diferentes agentes de proteção civil, pelo que o modelo

1. Após a publicação do *Guia Técnico para Elaboração do PMDFCI* (DGRF, 2006), redigimos uma pequena nota que intitulámos "Perigos das cartas de risco" (LOURENÇO, 2008), na qual descrevemos algumas das razões pelas quais não concordamos com o uso que tem sido dado ao conceito de perigosidade. Porque a questão terminológica é algo que sempre nos preocupou, entendemos não dever deixar cair este assunto. Já muito antes dessa nota e a nosso pedido, o grande divulgador da teoria do risco em Portugal, o já falecido Professor Doutor Fernando Rebelo, abordou na conferência de abertura do II Encontro Pedagógico sobre Risco de Incêndio Florestal, Coimbra, 21 a 23 de fevereiro de 1994, o tema "Risco e Crise. Grandes Incêndios Florestais" (REBELO, 1994). Tratou-se duma primeira intervenção, em que clarificou "*os conceitos de risco, perigo e crise e a sua aplicação ao estudo dos grandes incêndios florestais*", título com que, no ano seguinte, voltou a ser publicada na revista *Biblos* (REBELO, 1995). Aliás, os temas "risco, perigo e crise" passaram a ser recorrentes nos anos subsequentes em diversas publicações do autor, de entre as quais mencionamos: F. Rebelo, 1996, 1997a, 1997b, 1998, 1999, 2001, 2008 e 2014, trabalhos nos quais podem ser encontrados mais argumentos a favor da sequência que defendemos e, sobretudo, porque estão expostos de forma bem mais eloquente do que a presente.

conceptual que lhe está subjacente visa à sua aplicabilidade em termos operacionais, independentemente do tipo de agente interveniente (serviços de proteção civil, bombeiros, forças de segurança,…), não apenas em termos de análise de riscos, mas também nas situações concretas em que eles se manifestam, procedendo ao desenvolvimento e aprofundamento da contextualização apresentada em trabalho recente (LOURENÇO, 2014).

Pelo exposto, este texto, mais do que apresentar o estado da arte sobre o assunto, visa clarificar aquilo que os portugueses tradicionalmente têm entendido por perigo, independentemente da confusão que a divulgação científica de alguns conceitos associados a este termo, como é o caso da perigosidade, tem vindo a instalar.

De fato, o cidadão comum sabe distinguir muito bem e de forma pragmática as situações em que ele pode estar em risco daquelas outras em que pode correr perigo, pelo que as expressões "estar em risco" e "correr perigo" assumem significados bem distintos e, por conseguinte, devem implicar abordagens e medidas, tanto de prevenção como de segurança, bem diferentes.

Assim, esta nossa reflexão irá partir da existência de um limiar que marca a transição do risco para a crise, entendendo-se esta como uma manifestação do risco que, até então, estava latente e, por conseguinte, poderia nunca se manifestar, ou seja, nunca representaria perigo efetivo. Desta forma, o "perigo" está indelevelmente associado à manifestação do risco e, por conseguinte, ele é indissociável do início da crise. Poderá ser comparado a uma linha amarela, que não deverá ser transposta, pois corresponde a sinais que alertam para a manifestação do risco, ou seja, significa que o perigo estará iminente.

Com efeito, se essa linha for transposta, deixará de ser amarela e passará a vermelha, pois já diz respeito à manifestação do risco. Tal significará que o risco se está a manifestar e por conseguinte, como consequência, que se corre perigo efetivo. O perigo estará assim presente durante todo o desenvolvimento da crise, embora ocorra muito em particular e, sobretudo, com maior acuidade durante a manifestação do processo em causa (sismo, inundação, deslizamento, incêndio, explosão, colapso de edifício, queda de avião, choque de comboios, ação terrorista, convulsão social, epidemia, …), apesar de os efeitos da crise desencadeada pela manifestação do processo inicial poderem permanecer depois, por muito mais tempo, e, nestes casos, poderem evoluir para outros tipos de perigo, sobretudo de natureza social.

Deste modo, pelas consequências que acarreta, a linha amarela nunca deveria ser transposta, uma vez que marca a passagem do risco para a crise. Todavia, quando não é possível evitar esse franqueamento, ela pode servir de aviso para evitar danos maiores, sobretudo nos casos em que a velocidade da manifestação do processo possa não ser muito rápida.

Com efeito, em determinadas situações, como, por exemplo, nos riscos de inundação em que existe uma cultura das cheias e, por conseguinte, em que se sabe interpretar os sinais de alerta por elas transmitidos, ou, então, quando sua prevenção funciona e emite avisos à população sobre as atitudes a tomar e sobre o que deverá ser feito, os prejuízos são substancialmente reduzidos. Nessas circunstâncias, por vezes é possível retirar as pessoas, e seus bens, dos locais suscetíveis à manifestação do risco de inundação, ou, pelo menos, acondicioná-los de modo a que não sofram danos avultados. Assim, embora o risco se manifeste, como se reduziu a vulnerabilidade, os prejuízos serão minimizados.

Posteriormente, durante o lapso de tempo em que o risco se manifesta, correspondente à antes mencionada linha vermelha, muito variável em função do tipo de risco, normalmente pouco ou nada haverá a fazer, razão pela qual importa prevenir essas situações, por intermédio de análises de risco, para evitar ter de as remediar mais tarde.

Por conseguinte, nossa reflexão não se limita a uma análise de riscos, na medida em que procura integrá-la no designado "ciclo da catástrofe" que, além da mera análise do risco, inclui também a componente associada à manifestação do risco, durante a qual é fundamental ter não só adequada resposta das forças de socorro, para evitar danos ainda maiores, mas também boa reabilitação e recuperação da área afetada, situação que normalmente se arrasta no tempo e que, frequentemente, nem sequer é iniciada.

Por isso, se, como parece, o objetivo de muitos estudos for a mitigação do risco, então, teremos de ser pragmáticos e considerar não só a fase de pré-catástrofe, correspondente ao "antes", ou seja, ao período anterior à manifestação e que, naturalmente, deverá ser de preparação, prevenção e de previsão, mas também deverá ser tido em linha de conta o "durante", correspondente à fase de socorro, com atuações de emergência, e, ainda, o "depois", a fase de pós-catástrofe, durante a qual será necessário reconstruir a área afetada.

Com base neste enquadramento, serão feitas tanto a contextualização quanto a hierarquização de alguns dos conceitos mais frequentemente usados em ciências cindínicas, no que a teoria do risco diz respeito, do

mesmo modo que, em função da respectiva génese, se ensaiará uma tipologia de riscos, sujeita ao mesmo princípio de enquadramento e numa lógica de tratamento conjunto, decorrente duma visão holística que importa ter sobre os riscos.

## 1. O Perigo, como limiar de transição que marca o início da Crise

Considerando a sequência antes apresentada, parece não fazer muito sentido descrever o perigo antes de mencionar o risco. Todavia, se entendermos o "perigo" como uma espécie de limiar de transição entre o "risco" e a "crise" e que marca, de forma indelével, o início desta, esse papel de soleira ou de patamar de transição torna-se mais facilmente perceptível se ele for descrito logo de início.

Admitindo que o perigo corresponde à situação em que o risco deixa de estar latente para se passar a manifestar, será assim contemporâneo do início da crise, uma vez que esta corresponde à manifestação do risco, pois começamos a receber sinais de alerta quando a manifestação do risco passa a estar iminente, situação que corresponde à linha amarela, mas só corremos "perigo" efetivo durante o lapso de tempo em que o processo de manifesta e que se representa pela linha vermelha. A crise pode, depois, prolongar-se e apresentar outros "perigos", mas estes já não decorrem diretamente do processo inicial.

Por isso, o perigo é por nós entendido como algo instantâneo, fugaz, uma vez que tão depressa está iminente como, instantes depois, está a acontecer e, muito rapidamente, se pode transformar em algo que é passado (Figura 1), ao contrário da crise, que pode permanecer por muito mais tempo, às vezes prolongando-se por vários anos.

Por outro lado, o perigo reconhece-se por meio de sinais de alerta, a que poderemos chamar de perigosidade,[2] ou seja, esta indica a qualidade do que é perigoso, dado que permite reconhecer a existência de perigo, exatamente por intermédio de sinais indicadores de que a manifestação do risco já está iminente e, por conseguinte, passou a acarretar perigo.

2. Perigosidade é aqui entendida num sentido diferente do habitual que, quanto a nós, se instalou nos países latinos em virtude de deficiente tradução do conceito de *hazard*. Com efeito, a perigosidade tem sido entendida como um dos elementos que integram o risco, juntamente com a vulnerabilidade, o que, em nossa perspetiva, não faz sentido, atendendo a que o perigo, ao corresponder à materialização do risco, logo ao seu final, como é entendido na teoria do risco, não deverá ser considerado como sendo anterior a essa manifestação.

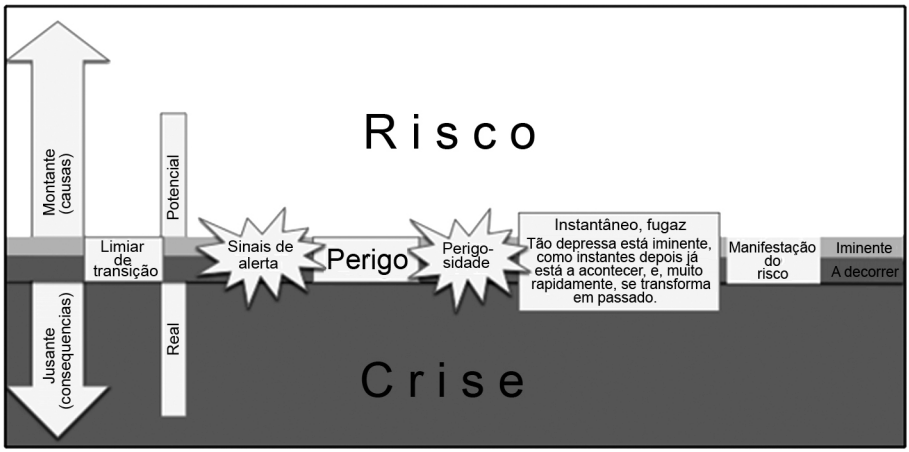



**Figura 1** O perigo, entendido como limiar de transição entre o risco, que lhe está a montante e que por isso é potencial, e a crise, que por se situar a jusante é real.

Ora, esses sinais variam consoante o tipo de risco que está prestes a se manifestar. É sabido, por exemplo, que no caso da manifestação do risco sísmico, muitas vezes, os cães ladram antes de acontecer o tremor de terra, ao "sentirem" as ondas premonitórias, insensíveis ao ser humano, mas que são registadas nos sismógrafos. Do mesmo modo, a manifestação do risco vulcânico é, muitas vezes, antecedida de sismos que alertam para atividade anormal nas câmaras magmáticas. Um terceiro exemplo pode ser dado a propósito de algumas movimentações em massa, cujos sinais dizem respeito ao aparecimento de fissuras na área que, mais tarde, ficará assinalada como tendo sido a da cicatriz do deslizamento, ou seja, aquela que marca o local de arranque do material que foi destacado e deslocado. Por fim, um último exemplo diz respeita à rápida descida do nível do mar para cotas muito abaixo das habituais e que é sinal da posterior aproximação de ondas gigantes, conhecidas por maremotos ou *tsunami*.

Com esses exemplos de sinais de alerta, e muitos outros poderiam ser dados para outros tantos riscos, apenas pretendemos distinguir as situações em que estamos em risco, mas em que nada de grave acontece, daquelas outras em que corremos perigo, nomeadamente quando esses sinais alertam para a iminente manifestação do risco e que, quando acontece, gera a crise.

Por isso, Lucien Faugères (1990, p. 53), ao mencionar que o perigo "caracteriza uma situação de desregulação do sistema que torna perceptível e desencadeia toda uma série de reações de defesa", deixa suben-

tender o posicionamento antes mencionado, ou seja, como limiar de transição que marca o início da crise.

Deste modo, o perigo corresponde ao desencadear da manifestação da crise, que nos é dado pelos sinais de alerta antes referidos e por outros que nos sistemas de segurança são identificados por *desvios*, uma vez que não têm grande significado para a segurança, e por *anomalias* (Figura 2), que representam violação das situações operacionais autorizadas, as quais, não pondo em risco a segurança, revelam deficiências nos sistemas (LOURENÇO, 2003, p. 91).

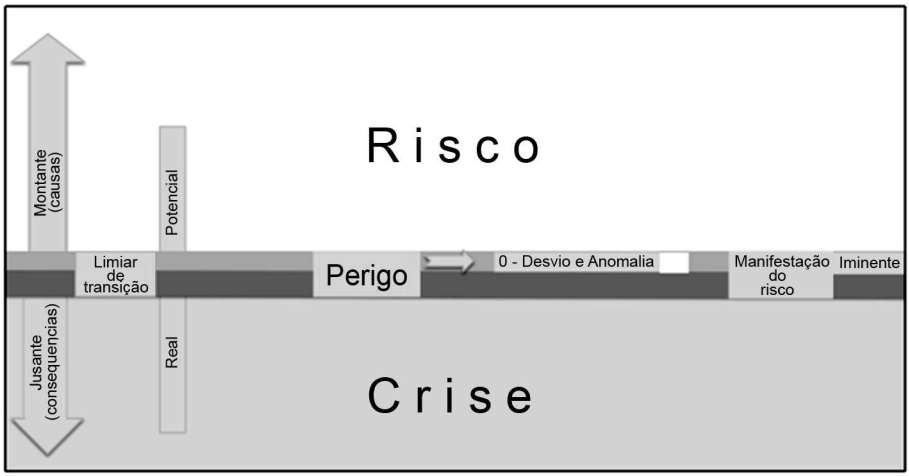



**Figura 2** O perigo iminente, que marca o final do risco e faz a transição para o início da sua manifestação, por meio da crise.

Contudo, o perigo efetivo só começa com o desenrolar da crise. Assim, nos primeiros instantes, ele está diretamente associado à causa que originou a crise, mas nas horas (dias, meses ou anos) seguintes se ele continuar a manifestar-se, já não estará diretamente relacionado com a causa inicial, pois dever-se-á sobretudo a causas antrópicas, designadamente à falta de capacidade de resposta adequada para reabilitar a área afetada.

## 2. Risco

O risco corresponde, no dizer de Lucien Faugères (1990, p. 53), a um "sistema complexo de processos cuja modificação de funcionamento é susceptível de acarretar prejuízos diretos ou indiretos (perda de recursos)

a uma dada população". Trata-se de uma definição simples, mas simultaneamente completa, pois comporta os *processos* inerentes à manifestação de determinado risco (REBELO, 1995), bem como a incerteza que decorre do *é susceptível* e, ainda, as consequências que o risco comporta para uma dada população (ALMEIDA, 2011), plasmadas no *acarretar prejuízos*, e que, naturalmente, serão maiores ou menores em função da *vulnerabilidade* dessa população.

De fato, a incerteza sobre o desfecho, traduzida no *é susceptível*, significa que pode, ou não, vir a se manifestar. Assim sendo, neste último caso nunca haverá perigo, razão pela qual não faz sentido mencionar a perigosidade neste contexto, uma vez que ela pode nem sequer existir. Por isso, entende-se o risco como algo de potencial, que pode vir a se manifestar ou não e, nessas circunstâncias, parece-nos fazer todo o sentido situá-lo a montante do perigo.

Podemos dizer, por exemplo, que o risco de incêndio florestal está presente, em grande parte do ano, nas florestas mediterrâneas. Todavia, raramente há perigo de incêndio. Ele só ocorre na presença de trovoadas secas ou, então, quando o ser humano usa o fogo no ambiente florestal. Nesses casos, o perigo passa a estar iminente e quando, de forma involuntária ou deliberadamente, o ser humano deixa de controlar o fogo, o perigo passa a ser real, o risco de incêndio manifesta-se e a crise acontece.

Para as Nações Unidas, o risco resulta da "combinação da probabilidade de ocorrência de um evento com as suas consequências negativas" (ISDR, 2009, p. 25), definição que segue de perto a do ISO/IEC Guia 73, em que a palavra "risco" tem duas conotações distintas: normalmente, em linguagem popular, a ênfase é colocada no conceito de acaso ou de possibilidade, de que é exemplo "o risco de um acidente". Por sua vez, em termos técnicos, a ênfase é posta, quase sempre, nas consequências, avaliadas em termos de "perdas potenciais", decorrentes de algum motivo particular, local e período.

Esses aspectos levam-nos a pensar em algumas interrogações clássicas na interpretação de fenômenos geográficos (e não só!), designadamente, neste caso, as de saber não só *onde, quando* e *como,* mas também *porquê* é que os riscos se manifestam? A resposta às três primeiras questões tem a ver com a severidade, ou seja, com a maior ou menor violência inerente à atuação de cada processo e que, embora mereça análise individualizada das suas componentes, estas podem ser agrupadas sob este denominador comum, ou seja, o da *severidade* que acompanha a manifestação dos processos potencialmente perigosos. O porquê, diz respeito a uma

outra parte da explicação, muito condicionada pelo ser humano e que, genericamente, designamos por *vulnerabilidade*.

## 2.1 Severidade

Desde logo, saber *onde* ocorreram anteriores manifestações de determinado tipo de risco permite identificar a localização geográfica e proceder à distribuição espacial dos eventos ocorridos e, por conseguinte, estimar as áreas mais suscetíveis à sua ocorrência, pelo que esta característica costuma ser designada por *suscetibilidade*.

Por sua vez, saber *quando* foi que se manifestaram ajuda a situar os fenômenos ao longo do tempo, histórico ou geológico, e inferir da eventual possibilidade de sua repetição, que pode ser traduzida em termos de *probabilidade* de ocorrência do processo em análise.

Feita a localização no espaço e no tempo, importa agora saber *como* é que o fenômeno se manifestou, o que é fundamental para estimar as consequências, em caso de repetição de situações análogas. Trata-se, pois, de analisar algumas características inerentes ao fenômeno em apreço, normalmente traduzidas pela sua *intensidade*, que exprime o grau de atividade ou a energia do processo em apreço e que se pode expressar por meio de várias unidades de medida, designadamente em termos de unidades, percentagem, graus ou velocidade, a qual, normalmente, é determinante para a explicação dos danos causados.

> Sendo assim, a resposta a estas três questões ajuda a explicar os processos envolvidos, pelo que, na nossa ótica, o termo processo[s] potencialmente perigoso[s] será o mais adequado para agrupar este conjunto de características. Todavia, sabemos que em termos de literatura, nos países de expressão latina, muitas vezes ele tem vindo a ser expresso por perigosidade, o que não nos parece correto, tendo em conta a sequência lógica e hierarquizada dos conceitos apresentados. Assim, na falta de um vocábulo português que expresse não só o modo como decorrem, mas também as características associadas a estes processos, chegamos a propor o de processualidade, para indicar as características associadas à manifestação dos processos e, assim, substituir o atualmente usado (LOURENÇO, 2014, p. 64).

No entanto, as consequências das manifestações de processos potencialmente perigosos que resultam do azar (*hazard)* de, como diz o ditado popular, "estar no lugar errado (o que tem a ver com a localização no espaço – *suscetibilidade*) na hora errada" (ou seja, com a localização no tempo – *probabilidade*) e, naturalmente, da *intensidade* com que as forças atuam

em cada evento, têm relação direta com a(s) causa(s) que está(ão) na origem do processo, pelo que, no conjunto e na nossa ótica, essas características podem ser denominadas de severidade. Com efeito, porque se trata, essencialmente, de identificar e caracterizar as causas inerentes a um determinado tipo de processo que leva à manifestação de risco, que se traduzem pela violência das manifestações, optamos por chamar-lhe severidade, em vez de perigosidade, e, deste modo, não haverá necessidade de propor novos vocábulos

## 2.2 Vulnerabilidade

Passando à última das interrogações, o *porquê*, porventura, a mais complicada em termos de resposta, uma vez que resulta de um conjunto de circunstâncias que poderemos designar por *vulnerabilidade* e que, no entender das Nações Unidas, diz respeito às "características e circunstâncias de uma comunidade que a tornam suscetível aos efeitos nocivos do processo" (ISDR, 2009, p. 30).

Também tem havido discussão sobre os elementos que devem ser considerados como parte integrante da vulnerabilidade. Do nosso ponto de vista, entendemos que a maior ou menor vulnerabilidade das comunidades depende essencialmente de três fatores: exposição, sensibilidade e capacidade, tanto de antecipação como de resposta.

Assim, a *exposição* diz respeito aos "elementos presentes nas zonas de risco – as pessoas e os seus bens e haveres –, que, por esse motivo, ficam sujeitos a eventuais perdas" (ISDR, 2009, p. 15).

Por sua vez, a *sensibilidade* ou *fragilidade*, de acordo com Cutter (2011), corresponde ao nível e à extensão dos danos que os elementos expostos podem sofrer, em função das características intrínsecas desses elementos expostos, por exemplo, o tipo de materiais usados na construção, bem como ao seu grau de proteção que, dentre outros, envolve as infraestruturas de defesa.

Por último, a *capacidade,* quer *de antecipação*, quer *de resposta*, é um dos elementos que menos se integra nas análises de risco, apesar de ser um dos elementos primordiais para explicar muitas das diferenças registradas entre manifestações que, à partida, poderiam ter consequências semelhantes, mas que, depois, apresentam efeitos substancialmente diferentes, constituindo, por isso, frequentemente, a chave do sucesso de determinadas operações. Sabemos da dificuldade em obter elementos fiáveis e dados estatísticos normalizados que permitam quantificar com precisão essas

capacidades, mas isso não invalida que se deva fazer esforço no sentido de os obter e de introduzir essa componente nas análises de risco, quanto mais não seja para que, pelo menos, incluam uma avaliação de caráter meramente qualitativo.

Com efeito, a *capacidade* é entendida como sendo "a combinação de todas as forças e recursos disponíveis dentro de uma comunidade, na sociedade ou numa organização que possam ser utilizados para atingir os objetivos" (ISDR, 2009, p. 5-6). Ora, estes passam obviamente pela redução do risco a que essa sociedade está exposta (o que tem a ver com a *capacidade de antecipação*) ou, no caso de eventual manifestação, pela redução dos danos que por ela possam ser causados (o que se consegue por meio de eficaz *capacidade de resposta*).

Deste modo, a *capacidade de antecipação* é anterior à manifestação do risco. Assim sendo, devemos preparar-nos previamente e, por isso, ela diz respeito à possibilidade de implementar ações e realizar atividades que permitam reduzir danos, no caso de o risco se vir a manifestar. Essas ações e atividades passam tanto por medidas de prevenção, com vista a não só evitar essa manifestação, mas também minimizar seus efeitos, como por medidas de preparação para o socorro, designadamente em nível de infraestruturas, de modo que este venha a atuar de forma adequada, com o objetivo de também reduzir os danos ao mínimo possível.

Por sua vez, a *capacidade de resposta*, embora tenha de ser dimensionada e preparada antecipadamente, só é chamada a intervir imediatamente após a manifestação do risco, também com o mesmo objetivo de reduzir os danos causados por essa manifestação. Deste modo, a capacidade de resposta diz respeito às várias organizações que integram a proteção civil, designadamente de socorro e segurança, de emergência e assistência, com vista ao *socorro* durante a ocorrência e à *reabilitação* da área afetada (intervenção de emergência), bem como à posterior *recuperação* dessas áreas (intervenção de consolidação/reconstrução) com o objetivo de minimizar os danos, caso volte a se repetir a manifestação de risco.

Ora, o socorro está organizado de forma a produzir os menores danos e, sobretudo, o menor número de vítimas, sejam elas fatais, psicológicas ou físicas. Por isso, é fundamental a definição de prioridades, sobretudo para o tratamento/evacuação de possíveis feridos, que poderão ser muito graves, graves e ligeiros, os quais, por sua vez, deverão ter avaliação e tratamento separado dos prováveis desalojados e desabrigados, que, naturalmente, será ainda diferente daquele que estará reservado a eventuais desaparecidos.

Deste modo, no que diz respeito ao socorro de urgência, a capacidade de resposta, para ser eficaz, carece de prévia organização, formação e treino, aspectos que se revelam fundamentais para a eficiência do sistema de proteção e socorro no teatro de operações. Normalmente, está mais organizada e vocacionada para prestar socorro em termos de ações de "salvamento", relacionadas com os feridos, e de "busca" para encontrar soterrados e desaparecidos, do que para dar resposta eficaz às vítimas psicológicas e aos desalojados, que, assim, na fase inicial são, por vezes e compreensivelmente, deixados para segunda prioridade, mas isso não significa que, depois desses momentos iniciais, a fase de resgate associada à busca e salvamento não decorra em simultâneo com a de reabilitação.

Com efeito, nesta primeira fase, designada de *reabilitação,* a capacidade de resposta satisfaz, uma vez que está relacionada com medidas de emergência e, normalmente, mobiliza ajuda internacional, pois se trata de prestar assistência para suprir necessidades básicas vitais dos afetados, designadamente em termos de alimentação e alojamento provisórios, tendentes a minorar, no imediato, os impactos da crise.

Todavia, no que diz respeito a medidas de médio e longo prazos, designadas de *recuperação,* a capacidade de resposta deixa mais a desejar, se é que alguma vez chega, sobretudo porque implica continuidade e persistência ao longo do tempo. Na realidade, essas medidas implicam uma série de aspectos complementares, com o duplo objetivo de, por um lado, atenuar as consequências da crise e, por outra parte, de minorar os efeitos de manifestações futuras, os quais passam pela reconstrução dos bens e haveres destruídos, pela redução das vulnerabilidades e por programas de desenvolvimento, fundamentais para rápido retorno à situação de normalidade.

Deste modo, em nossa perspectiva, é fundamental ter em conta estes três aspectos: exposição, sensibilidade e capacidade, para se poder intervir em termos da redução da vulnerabilidade, pois é a vulnerabilidade das comunidades e da sociedade, constituídas pelos seres humanos e por seus bens e haveres, que liga obrigatoriamente os processos ao risco, pois "sem o homem não há risco, há outra coisa…" (REBELO, 1999, p. 12).

Todavia, o risco só é objeto de estudo porque acarreta consequências, sempre que se manifesta com severidade. Embora essas consequências façam parte da crise, dado que ocorrem após a manifestação, em termos de avaliação de risco podemos estimá-las e, por isso, é possível ter uma ideia dos danos que, eventualmente, possam vir a ocasionar, pelo que o dano potencial poderá ser o terceiro elemento a considerar na análise do risco.

## 2.3 Dano potencial

Do nosso ponto de vista, o dano potencial comporta dois aspectos que carecem de análise separada. Por um lado, trata-se de estimar as perdas humanas, traduzidas pelo número de vítimas, dado que não é possível contabilizar o valor econômico da vida humana. Por outra parte, importa avaliar o valor econômico das perdas materiais, ambientais ou funcionais que determinada manifestação de risco poderá ocasionar.

No que diz respeito às perdas humanas, trata-se de prever o número de *vítimas*, que, como vimos, poderão ser de três tipos: 1 – *fatais*, correspondentes às vítimas mortais; 2 – *físicas*, que englobam os feridos, com distintos níveis de gravidade (ferido grave, ferido leve, enfermo, mutilado,…), e, num segundo conjunto, os desalojados, desabrigados e desaparecidos; e 3 – *psicológicas*, aquelas que ficaram afetadas em termos psicológicos.

De fato, nestas circunstâncias, os aspectos psicológicos e sociais, que tantas vezes não são tidos em consideração ou a que não lhes é dada a devida conta, são os que deixam marcas mais profundas e duradouras nos diversos tipos de vítimas, em particular nos desabrigados que tiveram sua moradia totalmente destruída ou danificada irreversivelmente e que não contam com uma rede social para lhes prover acolhimento circunstancial. Do mesmo modo, essas marcas também ficam bem vincadas nos desalojados, que se veem despojados das suas raízes, dos seus afetos e das suas ligações preferenciais com um espaço/território/comunidade que deixou de existir após a plena manifestação de risco que os afetou, ou a que deixaram de ter acesso por esse espaço ter ficado profundamente transformado.

No que concerne às perdas materiais, ambientais e funcionais, poderá estimar-se o valor monetário ou estratégico do(s) diferente(s) elemento(s) exposto(s) ao risco, correspondente ao custo de mercado para a respectiva recuperação, naturalmente tendo em conta não só o tipo e as características do elemento exposto, mas também outros fatores que poderão influenciar esse custo, tais como outras perdas econômicas, diretas e indiretas, resultantes da cessação da funcionalidade, atividade ou laboração (JULIÃO et al., 2009).

Após esta contextualização, em síntese, o modelo de risco que propomos (Figura 3) agrupa, numa perspectiva conceptual, todos estes considerandos e, na ótica de aplicação operacional, permite o estabelecimento de diferentes níveis para cada risco em concreto (normalmente con-

sideram-se de 1 a 5), tendo em conta o modo de atuação dos respectivos processos, as vulnerabilidades existentes e os danos estimados.

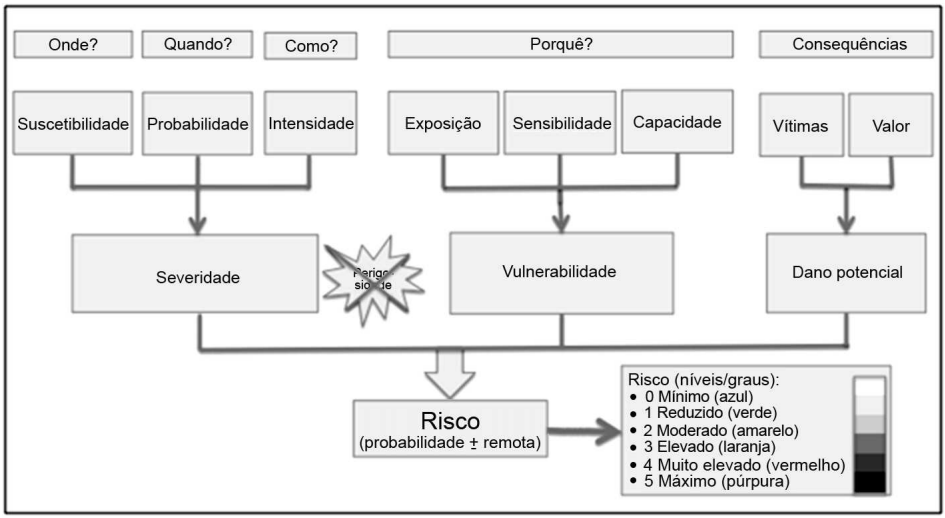



**Figura 3** Modelo conceptual para estimar determinado tipo de risco e sua tradução numa classificação para resposta operacional e previsão das possíveis consequências.

## 3. Crise

A crise pode ser entendida, de forma simples, como a "plena manifestação do risco" e, por isso, as Nações Unidas entendem as crises como emergências, ou seja, como manifestações de risco que requerem ação urgente (ISDR, 2009, p. 13), certamente porque foram ultrapassados os limiares normais de reação.

Por seu lado, e para melhor enquadramento das diferentes crises, Lucien Faugères (1990, p. 53) considera que elas ocorrem sempre que:

i. as defesas ou as tentativas de restabelecer o funcionamento anterior se tornam inoperantes;
ii. certos limiares são ultrapassados;
iii. é iniciada uma escalada;
iv. o curso dos fenômenos em causa não pode ser previsto ou controlado.

Assim sendo, parece-nos fundamental distinguir as pequenas das grandes crises. Do nosso ponto de vista, as pequenas crises traduzem-se quer por *incidentes*, em que não há necessidade de intervenção dos meios

de socorro, quer por *acidentes*, em que, apesar da intervenção dos meios de socorro dos bombeiros e, eventualmente, das forças de segurança, raramente têm gravidade, pelo que passam perfeitamente despercebidas e raramente são notícia, integrando-se nas situações ditas de rotina.

Deste modo, como referimos numa obra antes citada (LOURENÇO, 2003),[3] os *incidentes* correspondem a episódios repentinos que reduzem significativamente as margens de segurança sem, contudo, as anular, pelo que apenas apresentam consequências potenciais para a segurança. No entanto, por transliteração do inglês, é frequente encontrar o uso do termo "incidente" em vez daquele que corresponderia à sua tradução que, consoante os casos, poderá fazer-se por "ocorrência", "episódio", "caso", "evento", "circunstância".

Por sua vez, os *acidentes* são acontecimentos repentinos e imprevistos, provocados pela ação do ser humano ou da natureza, com danos significativos e efeitos muito limitados, no tempo e no espaço, susceptíveis de atingirem as pessoas, seus bens ou o ambiente.

Outra forma de hierarquizar as manifestações do risco pode ser por meio do número de vítimas fatais que lhes estão associadas. Assim, André Dauphiné (2001) considerou que os acidentes correspondem a um número de mortos situado entre 0 e 9 .

De fato, em termos de consequências, essas manifestações de risco, sem vítimas fatais ou com reduzido número de mortos, nada têm a ver com aquelas que decorrem das plenas manifestações de risco que, por assumirem maior gravidade, se traduzem por acidentes graves e catástrofes (Figura 4).

Deste modo, os *acidentes graves* distinguem-se dos anteriormente descritos pela maior gravidade das suas consequências. Na Lei portuguesa nº 27/2006, de 3 de julho, a que aprovou a nova Lei de Bases da Proteção Civil, o acidente grave é entendido como "um acontecimento inusitado com efeitos relativamente limitados no tempo e no espaço, susceptível de atingir as pessoas e outros seres vivos, os bens ou o ambiente".

3. Nem todos os conceitos que agora se apresentam coincidem exatamente com os descritos no trabalho supramencionado, porque, entretanto, com a publicação da nova Lei de Bases da Proteção Civil portuguesa (Lei nº 27, de 3 de julho de 2006), alguns deles passaram a ter novo significado e enquadramento, como sucedeu, por exemplo, com o de calamidade. Na anterior Lei de Bases da Proteção Civil portuguesa (Lei nº 113, de 29 de agosto de 1991), este termo correspondia ao nível hierárquico mais grave, acima da catástrofe, mas com a publicação da nova Lei passou a uma situação que "pode ser declarada quando, face à ocorrência ou perigo de ocorrência de algum ou alguns dos acontecimentos referidos no artigo 3º, e à sua previsível intensidade, é reconhecida a necessidade de adotar medidas de caráter excepcional destinadas a prevenir, reagir ou repor a normalidade das condições de vida nas áreas atingidas pelos seus efeitos".

Por sua vez, André Dauphiné (2001) refere-se a acidentes graves ou desastres quando o número de mortos se situa entre 10 e 99. Aliás, o vocábulo "desastre" é outro que também tem sido alvo de confusão, mercê da transliteração do termo "disaster", dos autores anglófonos, em vez de sua tradução por catástrofe, dado que em português há os dois termos e com significados diferentes. Com efeito, referimo-nos frequentemente à existência de "um desastre de automóvel", mas não é usual considerá-lo como sendo uma catástrofe. Pelo contrário, não hesitamos em considerar como catástrofes os terremotos com elevado número de mortos. Do mesmo modo, alguns grandes incêndios florestais, que durante dias consecutivos destroem milhares de hectares de floresta, queimam casas e, por vezes, até matam pessoas, devem ser considerados catástrofes. Por isso, consideramos as catástrofes como sendo "plenas manifestações do risco".

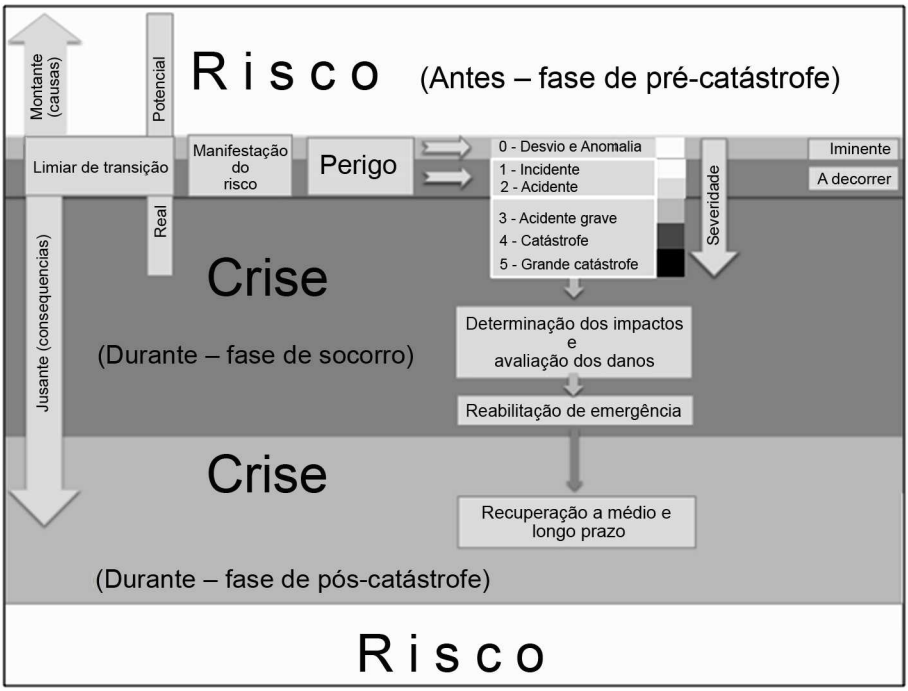



**Figura 4** Manifestação do risco, que se inicia com a situação de perigo iminente e se materializa por meio da crise, organizada em diferentes níveis de acordo com a respectiva severidade e que determina diferentes protocolos de atuação, terminando com a recuperação das vítimas e da área afetada.

Por isso, na atual Lei de Bases da Proteção Civil portuguesa, as *catástrofes* são entendidas como um fenômeno ou uma série de acontecimentos

"susceptíveis de provocarem elevados prejuízos materiais e, eventualmente, vítimas, afetando intensamente as condições de vida e o tecido socioeconômico em áreas ou na totalidade do território nacional".

Por sua vez, no que à perda de vidas humanas diz respeito, e de acordo com a já mencionada obra de André Dauphiné (2001), consideram-se três tipos de catástrofes:

i. a *catástrofe* propriamente dita, que se associa a um número de mortos variável entre 100 e 9.999;
ii. a *catástrofe maior,* com o número de mortos a variar entre 10.000 e 99.999;
iii. a *supercatástrofe*, com um número de mortos superior a 100.000, mas que pode ir até mais de um milhão.

Ora, como não há uniformidade de classificações para os diferentes tipos de ocorrências, propomos, para efeitos de atuação dos Agentes de Proteção/Defesa Civil, uma adaptação, simplificada, da Escala Internacional de Ocorrências Nucleares (AIEA, 1995), uma vez que esta, além das ocorrências sem relevância para a segurança, às quais, sendo classificadas abaixo da escala, foi atribuído o nível zero (0), correspondente às situações de *desvio*, comporta sete níveis, o que nos parece possível reduzir para os 5 habituais em que normalmente se organizam as operações de Proteção/Defesa Civil.

Assim, por uma questão de simplificação, juntamos os *desvios* com as *anomalias* (nível 1), por estas também não colocarem em risco a segurança, correspondendo na nossa escala ao grau 0 (Quadro 1).

**Quadro 1** Análise dos níveis de risco em Organismos de Proteção Civil, comparativamente com os da Escala Internacional de Ocorrências Nucleares.

| **Proteção/Defesa Civil** | | | **Escala Internacional de Ocorrências Nucleares** | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **Grau** | | **Denominação** | **Nível** | | **Designação** |
| **Máximo** | 5 | Grande catástrofe | Elevado | 7 | Acidente muito grave |
| Muito elevado | 4 | Catástrofe | | | |
| Elevado | 3 | Acidente grave | | 6 | Acidente grave |
| Moderado | 2 | Acidente | | 5 | Acidente com risco fora da instalação |
| | | | | 4 | Acidente na instalação |
| Reduzido | 1 | Incidente | Baixo | 3 | Incidente grave |
| | | | | 2 | Incidente |
| Abaixo da escala | 0 | Anomalia | | 1 | Anomalia |
| | | Desvio | Abaixo da escala | 0 | Desvio |

Do mesmo modo, reunimos os outros dois níveis baixos, designados de *incidente* (2) e *incidente grave* (3), também num só, a que chamamos de *incidente* e a que atribuímos o grau 1.

Por último, juntamos o *acidente na instalação* (4) com o *acidente com risco fora da instalação* (5), chamando-lhe simplesmente de *acidente* e a que atribuímos o grau 2.

Mantivemos o *acidente grave* (nível 6), porque já é usado na terminologia da proteção/defesa civil, a que atribuímos grau 3.

Por sua vez, o *acidente muito grave* (de nível 7, o máximo), que é identificado em terminologia de proteção civil como *catástrofe* (Quadro 1), deverá, do nosso ponto de vista, incluir um número de mortos igual ou superior a 100 (cem), conforme proposto por A. Dauphiné (2001), ou, em determinadas circunstâncias muito localizadas, poderá corresponder a um número menor de mortos, mas, então, terá de afetar mais de 1.000 (mil) pessoas.

Por último, se for declarado o estado de calamidade/emergência e for solicitada ajuda internacional, será certamente porque a situação é mais grave do que a anterior e, por conseguinte, parece-nos fazer sentido considerar as situações de catástrofe subdivididas em dois subgrupos, a saber: no primeiro caso, designa-se simplesmente por *catástrofe* (ou *catástrofe minor)*, correspondente ao grau 4, e, no que diz respeito à última situação descrita, deverá chamar-se *grande catástrofe* (ou *catástrofe maior)*, equivalente ao grau 5.

Assim, a diferença entre esses dois níveis decorre, essencialmente, do fato de o segundo tipo envolver, não só maior número de vítimas e de pessoas afetadas, mas também, por essa razão, ser decretado o estado de calamidade e solicitado auxílio internacional, pois não nos parece que essa subdivisão se possa fazer tendo em conta exclusivamente o número de mortos, dado que há outras vítimas e danos que não podem deixar de ser tidos em conta, posto que são fundamentais para decretar o estado de calamidade e nem sempre são proporcionais ao número de mortos.

Feita esta descrição, voltemos às crises, pois elas são habitualmente associadas às plenas manifestações de risco, correspondendo a uma "situação delicada, em que, por circunstâncias de origem interna ou externa, se verifica uma ruptura violenta da normalidade ou do equilíbrio dinâmico de um sistema, o que favorece a sua desorganização e descontrole" (SILVA et al., 2009, p. 17). E, citando Farazmand (2001), esses autores prosseguem:

> As crises envolvem acontecimentos e processos que acarretam ameaça severa, incerteza, um resultado desconhecido e urgência... A maioria das

> crises deixa marcas importantes nos indivíduos, organizações e nas próprias nações. As crises podem ter diferentes origens, como atos de terrorismo (World Trade Center, de Nova Iorque), desastres naturais (Furacões Hugo e Andrew, na Flórida), acidentes nucleares (Chernobyl), acontecimentos revolucionários (Greve Geral em Maio de 1968, na França), crises de negócio, e crises de organização... As crises consistem numa série de acontecimentos que destroem ou enfraquecem uma condição de equilíbrio e a eficácia de um sistema, favorecendo o seu descontrole dentro de um determinado período de tempo...

Com efeito, são essas plenas manifestações de risco que, normalmente, associamos às *crises* que, assim, correspondem a uma situação anormal e grave, traduzida pela incapacidade de agir sobre os processos e pela incerteza absoluta sobre o desenvolvimento da crise e dos seus impactos.

Aliás, *incerteza* e *consequências* são dois aspectos que, como vimos, não se podem desligar do risco e das suas manifestações, as quais, por sua vez, estão dependentes da *intensidade de atuação* do(s) processo(s), pelo que a construção do conceito de risco está, assim, intimamente ligado a esses três fatores (ALMEIDA, 2011).

Posto isto, a determinação dos impactos e a avaliação dos danos deve-se iniciar de imediato, ainda durante a manifestação do risco, mas, muitas vezes, é só no pós-perigo inicial que se consegue concluir. Esses levantamentos são fundamentais para, numa primeira fase, organizar a reabilitação de emergência e, depois, para se proceder à recuperação a médio e longo prazos, com vista à reconstrução da área afetada que, se for bem efetuada, poderá permitir intervir no território com o objetivo de, no futuro, exercer algum controle sobre os processos naturais e suas dinâmicas, e, muito em particular, na sociedade, uma vez que "o ser humano, estando na origem dos riscos antrópicos, é produtor e gestor de tecnologias, de que decorrem riscos tecnológicos, é gerador de conflitos, que estão na gênese dos riscos sociais" (LOURENÇO, 2007, p. 110) e é, ainda, interveniente direto nos riscos mistos.

Além dessa intervenção no nível das causas, é também imperioso atuar com o claro objetivo de reduzir as vulnerabilidades, tornando todo o conjunto mais resiliente e, deste modo, minimizando-se as consequências de futuras manifestações, fechando-se assim o ciclo da catástrofe, o qual começa pela existência de risco e, depois, passa a sinais evidentes da sua manifestação, que correspondem ao perigo iminente, seguidos da posterior manifestação do(s) processo(s) envolvido(s), que iniciam a crise. A maior ou menor gravidade desta dependerá das vulnerabilidades existen-

tes, do tempo que durar a recuperação e da forma pela qual for reconstruída a área afetada, com vista a torná-la mais resistente, ou, como se costuma dizer agora, mais resiliente (Figura 5).

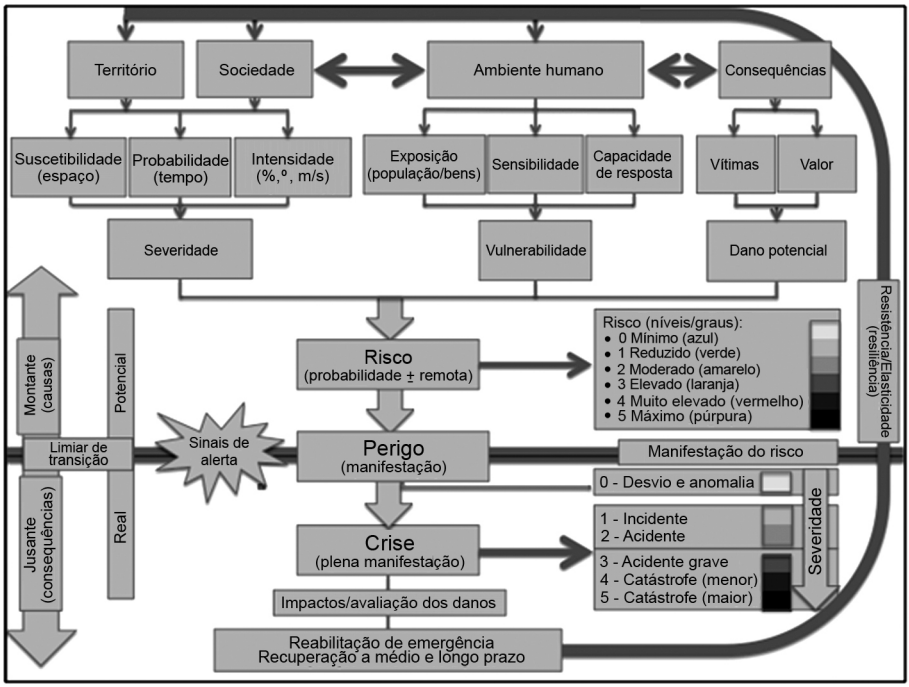



**Figura 5** Esquema do modelo usado para análise de manifestações de risco, por meio da representação das suas três principais componentes: risco-perigo-crise, o qual termina com a fase de recuperação, que se deverá repercutir na redução do risco.

Para que não restem dúvidas quanto ao significado que propomos para o uso dos três conceitos – risco, perigo e crise –, analisemos alguns exemplos diferentes, quer referentes a manifestações muito rápidas, cujas consequências se podem prolongar por vários anos, quer relativos a situações em que o tempo de atuação dos processos é mais lento, mas em que, normalmente, as consequências perduram por tempo menor, pelo que, nestes casos, o retorno à normalidade é relativamente mais rápido.

O primeiro exemplo corresponde a um risco antrópico, que diz respeito a uma experiência frequentemente vivenciada por todos nós: uma viagem de automóvel. É o exemplo preferido pelo Prof. Fernando Rebelo para mostrar a articulação entre os conceitos de risco, perigo e crise e que descreveu do seguinte modo (1999, p. 4; 2001b, p. 241):

> Pensemos numa viagem por estrada. Sabemos dos riscos que corremos quando entramos num automóvel – pode acontecer um acidente ou uma avaria, podemos adoecer… No entanto, só de vez em quando nos surge o sinal de perigo – na estrada, numa lomba, curvas apertadas, áreas inundáveis, áreas sujeitas a ventos, cruzamentos, obras ou, na própria viatura, o avisador de falta de água, de falta de óleo, de falhas nos travões ou, ainda, em nós próprios, dores de cabeça, dores no peito, etc.; a ideia de perigo traz-nos sempre um sentimento de proximidade de algo que nos pode causar danos. Felizmente, a crise (que, neste exemplo, será o acidente, a avaria ou a doença) é rara, embora gostássemos que nunca acontecesse.

O segundo exemplo diz respeito ao risco de incêndio e apresenta os três conceitos-chave numa perspectiva um pouco diferente. Com efeito, neste caso, o processo tanto pode ter origem antrópica, designadamente nos incêndios urbanos e nos incêndios industriais, como ser misto, nomeadamente no que tange aos incêndios florestais, já que são originados tanto por causas naturais como, sobretudo, por causas antrópicas.

Nestas condições, o risco de incêndio está mais associado ao chamado "risco de ignição", ou "de eclosão", ou ainda "de deflagração", pois não implica a ocorrência de incêndios, embora exista a probabilidade de eles se poderem vir a registrar, desde que haja ignições, por meio de causas naturais ou de origem antrópica.

Por sua vez, o perigo de incêndio está mais associado ao "risco de propagação" ou "de progressão", o que já implica a prévia manifestação do risco de incêndio, pois decorre da existência de um foco de incêndio, cujo sinal de alerta foi dado pelo avistamento de fumo, e que tem condições para rápida propagação, de forma descontrolada, podendo transformar-se num curto espaço de tempo em grande incêndio.

Neste caso, é a existência de uma combustão inicial que faz a passagem do risco para a crise. Digamos que, enquanto o fósforo ou o isqueiro está aceso na mão do incendiário, o perigo está iminente, há risco. Depois, quando se pega fogo, o risco manifesta-se e, nesse momento, o perigo deixou de estar iminente e passou a ser real, ao mesmo tempo que tem início a crise.

Deste modo, a crise de incêndio começa pela manifestação do risco, por meio do foco inicial, embora só seja habitual considerar como verdadeiras crises aquelas que correspondem às plenas manifestações do risco, ou seja, aos grandes incêndios. Com efeito, normalmente todos começam com uma combustão controlada no tempo e no espaço, noção que corresponde ao conceito de fogo, para depois, por qualquer razão, perder-se esse controle inicial e a combustão passar a incontrolável, situação que já se designa por

incêndio. Assim, a plena manifestação da crise corresponderá ao descontrole do processo no espaço e, se esse descontrole se prolongar no tempo, dar-se-à a instalação da crise (LOURENÇO, 2003).

Um terceiro exemplo, desta vez correspondente a uma manifestação muito rápida de um risco natural, que normalmente dura apenas alguns segundos. Neste caso um tremor de terra que ocorreu em 24 de fevereiro de 2004, no norte de África, e que ficou conhecido por terremoto de Alhucemas. Apesar de ter durado alguns segundos, causou graves danos materiais e provocou a morte de pelo menos 560 pessoas, não tanto resultantes da manifestação do processo em si, mas mais pela vulnerabilidade das construções, muitas das quais colapsaram e deixaram soterradas muitas vítimas. Apesar de a causa estar associada a um processo natural, que se manifestou muito rapidamente, associaram-se-lhe outros riscos, de natureza antrópica, designadamente colapso de infraestruturas, em virtude da inexistência de construção antissísmica. A recuperação levaria alguns anos, pelo que as consequências se prolongaram por muito tempo, até que se tivesse retornado à normalidade, ou seja, a uma situação semelhante à existente antes dessa plena manifestação de risco.

Dentre muitas outras opções, escolhemos esse tremor de terra apenas porque ele foi registado nos sismógrafos do Instituto Geofísico da Universidade de Coimbra. Se interpretarmos esse sismograma à luz da teoria do risco, é possível inscrever nele os conceitos de risco, perigo e crise, à medida que foi decorrendo a "fita do tempo" (Figura 6), e, deste modo, tornar mais perceptível sua aplicação concreta. Tratando-se de uma região sísmica, o risco está sempre presente, mas habitualmente não há perigo. Ele só ocorre quando há sinais de alerta, que são transmitidos pela chegada das ondas P, alertando para a iminência da ocorrência. Porém, como o lapso de tempo corresponde apenas a cerca de um segundo antes da chegada das ondas S, não há oportunidade para tomar quaisquer medidas de prevenção, pelo que, em instantes, o perigo passou a ser real e o risco manifestou-se sob a forma de crise, a qual perdurará por bastante tempo, levando alguns anos até a total recuperação da área afetada.

O quarto e último exemplo diz respeito ao risco de inundação, que se reporta a duas das mais importantes inundações provocadas pelo rio Mondego, que banha a cidade de Coimbra. Escolhemos esse rio porque, na primeira delas, em janeiro de 1962, o rio corria em regime natural, livre e, na segunda, em janeiro de 2001, já se encontrava em regime regularizado, graças à construção de barragens a montante, tanto no rio Mondego como em seu afluente Alva. Deste modo, a comparação dos hidrogramas

permite mostrar não só a importância das albufeiras, criadas pelas barragens, no amortecimento das pontas de cheia, mas também que, ao contrário do que muitos pensavam até então, elas não foram suficientes para evitar importantes inundações a jusante.

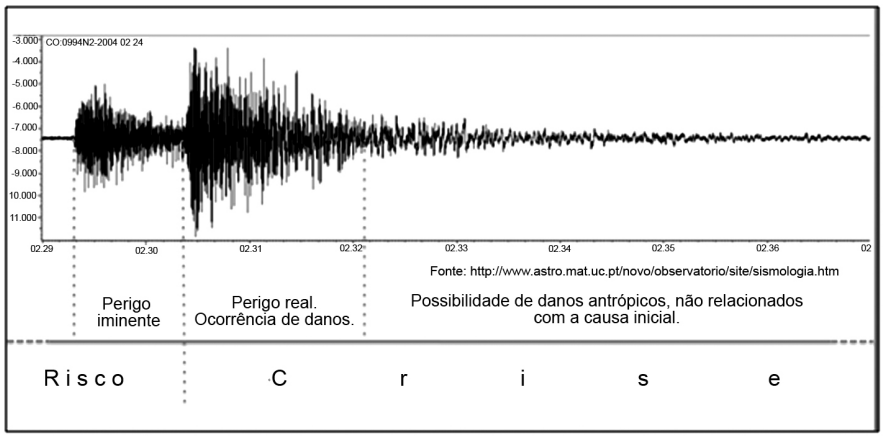



**Figura 6** Sismograma do terremoto de Alhucemas (Marrocos), com magnitude ≃6,5, registrado pelo Instituto Geofísico da Universidade de Coimbra, em 24 de fevereiro de 2004, com interpretação das fases de risco, perigo e crise. *Fonte:* Instituto Geofísico da Universidade de Coimbra.

Assim, no primeiro caso, apresentam-se gráficos referentes tanto a alturas de água, em metros, na Ponte de Coja, sobre o rio Alva, afluente do Mondego que foi regularizado com a barragem das Fronhas, como relativos a caudais, em $m^3/s$, na Ponte de Santa Clara, em Coimbra, de modo a ilustrar os dois parâmetros em que é usual quantificar as cheias fluviais (m e $m^3/s$) (Figura 7), muitas das quais originam inundações, que são as causadoras dos danos. Esses exemplos foram escolhidos porque, entre 1972 e 1982, foi construído o denominado Aproveitamento Hidroelétrico da Aguieira-Fronhas-Raiva, o que permite mostrar o diferente comportamento do caudal fluvial, primeiro em regime natural e, depois, em regime regularizado.

Com efeito, a albufeira criada pela construção da barragem da Aguieira deveria servir, fundamentalmente, para regularizar os caudais e amortecer as pontas de cheia do rio Mondego e, ainda, para armazenar água para rega do Baixo Mondego. Por sua vez, a albufeira das Fronhas destina-se essencialmente a controlar as cheias do rio Alva e, por meio de um túnel, desviar para a albufeira da Aguieira as afluências que chegam a esse rio. Por último, a albufeira da Raiva constitui o contraembalse da central reversível de pé de barragem, instalada no escalão da Aguieira (LOURENÇO, 1986).

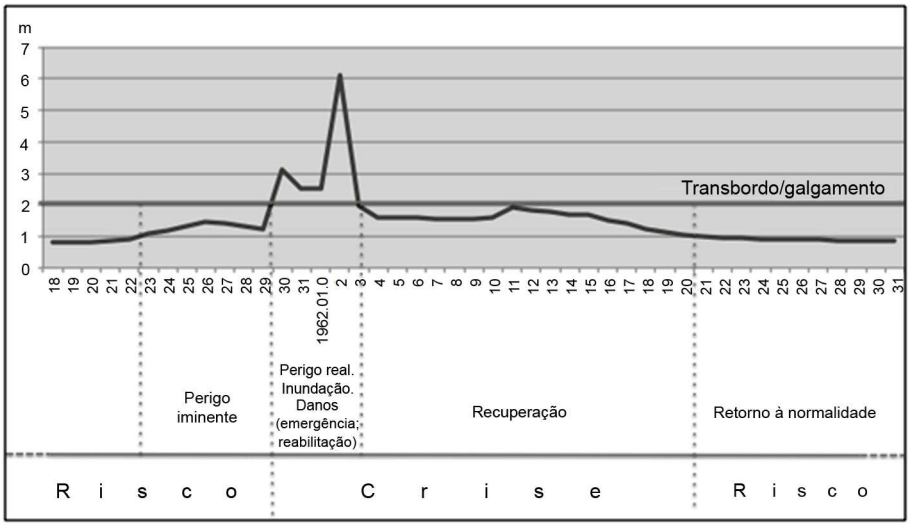



**Figura 7A** Hidrograma da altura da água (m) do rio Alva, na Ponte de Coja (Portugal), referente à cheia de janeiro de 1962, com identificação das fases de risco, perigo e crise de inundação. Fonte dos dados: ex-Direcção Hidráulica do Mondego.

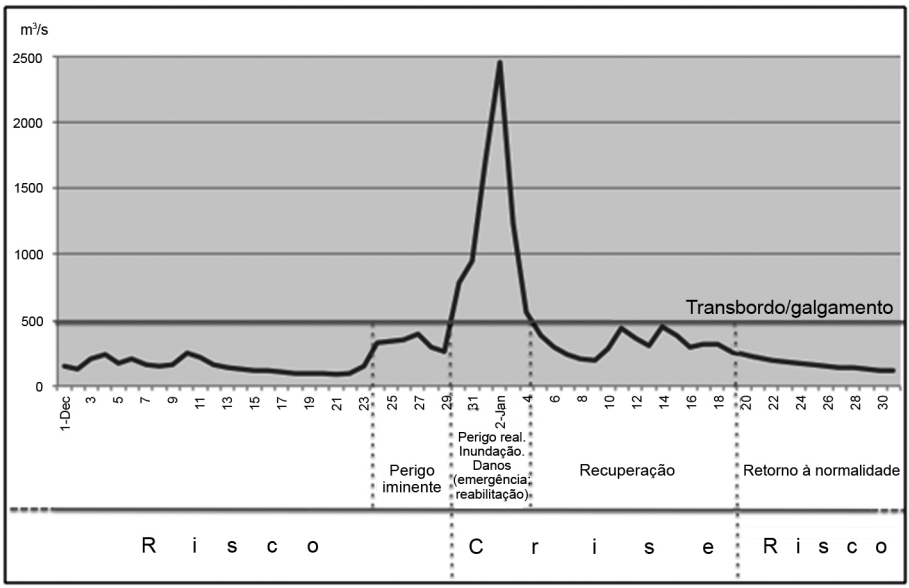



**Figura 7B** Hidrograma do caudal ($m^3/s$) do rio Mondego na Ponte de Santa Clara, em Coimbra (Portugal), correspondente à cheia, em regime livre, de janeiro de 1962, com identificação das fases de risco, perigo e crise de inundação.
Fonte dos dados: DGSH, 1968, p. 26.

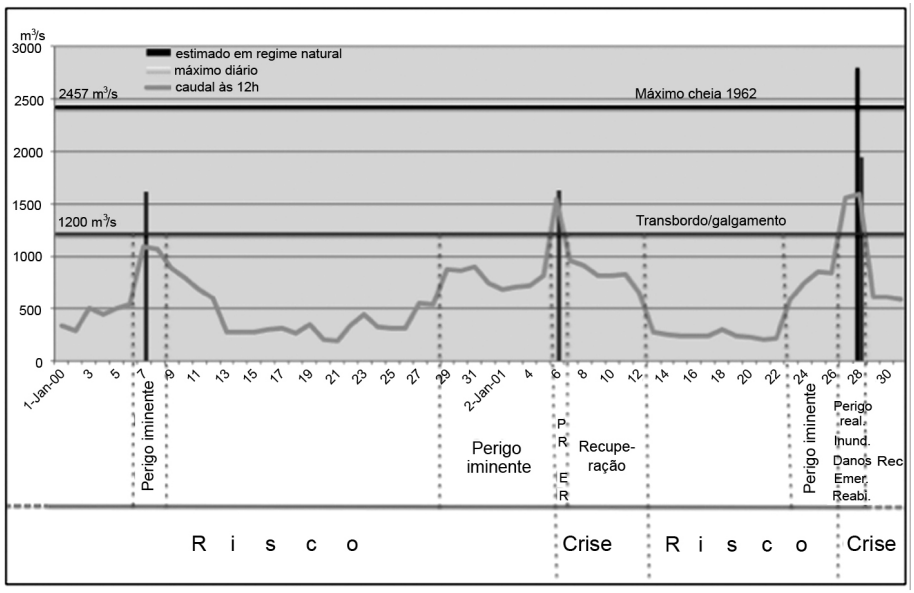



**Figura 7C** Hidrograma do caudal ($m^3/s$) do rio Mondego no Açude-Ponte da cidade de Coimbra (Portugal), referente à cheia, em regime regularizado, de janeiro de 2001, com identificação das fases de risco, perigo e crise de inundação. Fonte dos dados: ex-Instituto da Água.

Todavia, porque esse aproveitamento também tem associada a produção de energia elétrica, a regularização dos caudais e o amortecimento das pontas de cheia nem sempre foram prioridade e, por isso, mesmo em regime regularizado ocorreram inundações, como foi muito bem demonstrado por P. Cunha (2002). Sobre o assunto correu muita tinta e gerou-se vasta polémica, mas apenas nos interessa analisar os respectivos hidrogramas para neles inserir os conceitos de risco, perigo e crise.

Assim, as cheias que foram responsáveis pelas inundações de janeiro de 1962 apresentaram, como seria lógico esperar, hidrogramas muito semelhantes, com uma ponta de cheia bem vincada, que durou por volta de cinco dias. No caso da Ponte de Coja, se considerarmos que o rio transborda quando suas águas alcançam dois metros de altura, verificamos que até o dia 22 de dezembro as águas estiveram baixas e passaram a aumentar a partir desse dia, o que fazia pensar que o perigo estaria iminente, embora, com a diminuição nos dias 27 e 28, se pudesse pensar que o perigo estava passando e, desta vez, o risco não se iria manifestar. Todavia, no dia 29 de dezembro, a altura da água voltou a subir e o risco manifestou-se no

dia 30, embora de forma não muito grave, pois voltou a descer no dia 31, o que poderia fazer pensar que a situação rapidamente retornaria à normalidade.

No entanto, como a chuva voltou a cair com intensidade, a altura de água no rio subiu de novo, a ponto de no dia 2 de janeiro ter chegado a um dos valores mais altos de que se tem registro, 6,1 metros. A partir do dia 3, o nível da água baixou para menos de 2 metros e foi o momento de proceder à limpeza das áreas afetadas, embora sempre com receio de que a situação pudesse se repetir, uma vez que a altura das águas se manteve próxima dos 2 metros, até que, a partir do dia 16, começou a descer significativamente, levando a que no dia 20 se regressasse à normalidade.

Deste modo, podemos afirmar que o risco se manifestou no dia 30 de dezembro e, a partir daí, a crise instalou-se até ao dia 20 de janeiro do ano seguinte (Figura 7A). Em comparação com o exemplo anterior, o tempo durante o qual o processo se manifestou foi muito maior, cinco dias em vez de pouco mais de dois segundos, mas o processo de recuperação foi bem menor, 17 dias em vez de alguns anos, porque, neste caso, os danos foram bem menos significativos.

Por sua vez, se no exemplo do rio Mondego considerarmos 500 $m^3/s$ como o valor do caudal a partir do qual ele transbordava em Coimbra (Figura 7B), verificamos que a análise do hidrograma é muito semelhante à que acabamos de efetuar para o rio Alva, podendo assim considerar esses dois rios como tendo regimes do tipo torrencial, com resposta muito rápida à precipitação, mas que, depois, também se desvanece rapidamente, o que já não acontece da mesma forma em regime regularizado (Figura 7C) e daí o interesse da análise comparativa desses gráficos.

Desde logo, as obras de regularização do rio Mondego mais do que duplicaram o valor do caudal, a partir do qual se passou a colocar a hipótese da inundação controlada dos campos do Baixo Mondego (15.000 ha de terras agrícolas), pois foram dimensionadas para conter o caudal da cheia centenária, avaliado em 1 200 $m^3/s$, quando no exemplo anterior se consideraram 500 $m^3/s$.

De fato, depois dessas obras e durante 15 anos, não se voltaram a registrar inundações, tendo-se perdido essa cultura e fazendo pensar que o risco havia desaparecido. No entanto, no inverno de 2000/01, as barragens das Fronhas e da Aguieira tiveram dificuldade em amortecer as pontas de cheia, e as inundações regressaram ao Baixo Mondego.

Com efeito, a cota máxima de enchimento da barragem da Aguieira situa-se a 125 metros, tendo alcançado 124,52 metros no dia 7 de dezembro, o que obrigou a aumentar o volume das descargas. Considerando as leituras de caudais às 12 horas dos vários dias (Figura 7C), o perigo esteve iminente nesse dia 7, chegando mesmo a gerar pequena crise, dado que o caudal máximo instantâneo alcançou 1.613 $m^3/s$, o que levou ao transbordo para as margens. Parecia tratar-se de situação pontual, que não se voltaria a repetir, mas, a partir do dia 28, os caudais voltaram a aumentar e o perigo voltou a estar iminente, se bem que depois, ao descerem nos primeiros dias de janeiro, se tivesse admitido que ele passaria.

Todavia, apesar de no dia 4 de janeiro o nível de enchimento da barragem da Aguieira estar situado abaixo da cota de 120 metros e de no dia 6 ter aumentado até 124,03 metros, tal não foi suficiente para impedir nova inundação, desta vez pouco maior do que a anterior. Mais uma vez, nos dias seguintes, a Aguieira continuou as descargas, razão pela qual a geometria das curvas descendentes dessas cheias é mais suave do que a representada na Figura 7B. Na manhã do dia 26, a cota de enchimento da barragem voltava a ser inferior a 120 metros, tendo estabilizado em 119,73 metros.

Mas, como continuou a chover, no final do dia 27 já havia chegado de novo a 124,37 metros, ficando a escassos 63 centímetros do galgamento, razão pela qual teve de aumentar as descargas, com consequente grande inundação no dia 28, causadora de numerosos danos, entre outras razões porque se tinha perdido a já mencionada "cultura das inundações" e, por conseguinte, não se ter feito qualquer prevenção.

O caudal máximo no Açude-Ponte de Coimbra atingiu o valor de 1.941,9 $m^3/s$, tendo-se estimado que, em regime livre, alcançaria 2 800 $m^3/s$, logo, superior ao da cheia de 1962, cujo valor máximo se situou pelos 2.457 $m^3/s$ (Figura 7C). Ainda que, depois, o caudal tenha baixado para valores "normais" para a época, os danos causados, nomeadamente com rebentamento de diques marginais e outras infraestruturas, obrigaram a uma recuperação demorada, a ponto de, passada uma dúzia de anos, algumas dessas infraestruturas ainda não terem sido recuperadas.

Ao apresentar esses quatro exemplos pretendemos facilitar a percepção de como esses três conceitos – risco, perigo e crise – podem ser aplicados na prática, em situações diferentes, pois reconhecemos que nem sempre é fácil fazer a distinção entre eles.

## 4. Tipologia dos Riscos e das Catástrofes, tendo em conta sua gênese

É frequente encontrar na literatura concernente vários adjetivos associados aos riscos, com o intuito de os classificar, o que permite organizar vários tipos de classificações, que decorrem das várias formas de os agrupar, embora muitas delas não se preocupem em integrar essa adjetivação numa perspectiva de conjunto, procurando apenas dar resposta a situações pontuais. Ora, se pretendermos ter uma visão holística dos riscos, deveremos procurar classificá-los de modo a poder incluí-los na sua totalidade, embora possamos indicar somente aqueles que têm a ver com determinado objeto de estudo e que, neste caso, podem envolver a atuação dos agentes de proteção civil.

Se, porventura, tivermos em linha de conta a sua origem, poderão ser agrupados em riscos naturais, riscos antrópicos e riscos mistos.[4] Embora já tenha apresentado uma classificação em trabalho anterior (LOURENÇO, 2007), tendo em conta que essa nota não foi muito divulgada e que carece de alguma atualização, merece aqui nova referência, apresentando-se, assim, para cada uma dessas três gêneses e de forma muito sintética, as subdivisões que nos parecem fazer mais sentido.

Com efeito, considera-se que os riscos têm origem natural quando o fenômeno que produz os danos tem a sua origem na natureza. De igual modo, consideram-se riscos antrópicos aqueles em que o fenômeno que causa o dano tem a sua origem em ações humanas. Por sua vez, designam-se por riscos mistos aqueles em que o fenômeno causador do prejuízo pode ter as duas causas, isto é, pode ter origem natural e antrópica.

### 4.1 Riscos Naturais

Como é possível encontrar diversos fenômenos naturais que são capazes de produzir danos, eles poderão ser agrupados de várias formas, nomeadamente a seguinte:

4. A Codificação de Desastre, Ameaças e Riscos (CODAR, 2000), em uso no Brasil, classifica os riscos em naturais, humanos e mistos. No entanto, alguns dos mistos, que tanto podem ter causa natural como humana, são apresentados em função da respectiva causa e não, em conjunto, como sucede na nossa classificação. De todas as formas, em termos de subtipos, a CODAR apresenta uma classificação bem mais detalhada do que aquela que mostramos, pelo que pode ser usada como complemento, sobretudo para enquadrar alguns dos riscos que não aparecem mencionados no texto que se segue.

### 4.1.1 Riscos geofísicos

Incluímos neste conjunto todos os riscos associados à geodinâmica interna e que podem apresentar duas grandes subdivisões:

#### 4.1.1.1 Riscos tectônicos, também designados por Riscos sísmicos

Incluem-se neste conjunto os riscos ligados à atividade das placas tectônicas e que se manifestam por meio de tremores de terra, também conhecidos por terremotos e sismos.

Quando a atividade tectônica se manifesta no oceano, podem desencadear-se ondas de grandes dimensões, conhecidas por maremotos (*tsunamis*), que se irão manifestar, sobretudo, nas áreas litorâneas mais próximas do epicentro.

#### 4.1.1.2 Riscos magmáticos, também designados por Riscos vulcânicos

Incluem-se nesta subdivisão os riscos que decorrem da atividade magmática e que se manifestam, principalmente, por meio de erupções vulcânicas e de fumarolas.

### 4.1.2 Riscos geomorfológicos

Resultam normalmente da conjugação de diversos processos, cujo fator desencadeante pode decorrer da abundância ou da intensidade da precipitação, bem como da movimentação sísmica ou até, simplesmente, da gravidade.

Comportam os riscos de ravinamento, da queda isolada de blocos e de movimentações em massa, as quais compreendem, entre outros, os deslizamentos, desabamentos/desmoronamentos e fluxos lamacentos.

### 4.1.3 Riscos climáticos e meteorológicos

Neste apartado consideram-se os riscos associados aos diferentes tipos de clima (riscos climáticos) ou à variabilidade dos tipos de tempo (riscos meteorológicos), pelo que nele se incluem tanto os tufões do Pacífico e os furacões do Atlântico como as chuvas torrenciais (de monções e outras) ou as avalanches e os degelos repentinos.

São ainda de considerar aquelas situações que, embora apresentem caráter mais localizado, derivam de outras condições meteorológicas, ditas adversas, tais como secas prolongadas, vagas de frio e ondas de calor,

chuvas intensas e chuvas prolongadas, ventos muito fortes e geadas, sobretudo quando estas são tardias.

### 4.1.4 Riscos hidrológicos

Abrangem os riscos que decorrem do excesso de água à superfície terrestre, comportando três subtipos:

#### 4.1.4.1 Risco de cheia

Corresponde ao aumento brusco do caudal ou da altura de água em um leito fluvial ou em outro canal com capacidade para transportar água, sendo importante distinguir as pequenas das grandes cheias fluviais, pelas diferentes consequências que acarretam.

Do ponto de vista hidrológico, as cheias identificam-se pela subida rápida da altura de água, que é acompanhada pelo rápido aumento de caudal e que, após a ponta de cheia, decresce de forma gradual e cada vez mais lenta, à medida que desce a altura de água, descrevendo uma curva assimétrica, que identifica o hidrograma típico das cheias.

#### 4.1.4.2 Risco de inundação

Consiste no transbordo da água para fora dos elementos que normalmente a contêm, quer sejam rios, oceanos e mares ou canais subterrâneos. Deste modo, é possível distinguir quatro subtipos, a saber: risco de inundação fluvial, risco de inundação marinha, risco de inundação cársica e risco de inundação rápida urbana.

O risco de inundação fluvial resulta normalmente de cheias, razão pela qual muitas vezes é confundido com o risco de cheia. Neste caso, estamos em presença da subida brusca da altura de água no leito normal, que em um curto espaço de tempo transborda e cobre extensas áreas do leito de inundação, muitas vezes como resultado de precipitações intensas, pelo que essas inundações, resultantes de cheias, surgem de forma rápida. Pelo contrário, as inundações progressivas, cujo transbordo é mais lento, pois resultam de precipitações prolongadas que, por não serem tão concentradas no tempo, fazem subir a altura da água no leito de forma mais lenta e gradual, pelo que, por essa subida não ser rápida, do ponto de vista hidrológico, essas inundações não podem ser consideradas como cheias, razão pela qual se justifica distinguir os dois conceitos.

#### 4.1.4.3 Risco de alagamento

Ainda que seja pouco mencionado, não só porque produz efeito semelhante, mas também porque, quase sempre, coincide com o risco de inundação, leva a que habitualmente sejam confundidos. Todavia, porque do ponto de vista hidrológico apresenta uma gênese distinta, merece ser referido em separado.

Corresponde, de igual modo, a uma acumulação de água em áreas aplanadas da superfície terrestre, mas resultando direta e exclusivamente da precipitação, em virtude de dificuldades de escoamento superficial e de infiltração, por saturação dos solos e das rochas.

Sendo assim, não se deve a nenhum transbordo, ao contrário do que sucede com as inundações, pelo que não deverá ser confundido com estas.

### 4.1.5 Riscos biológicos

Estão relacionados com desequilíbrios na biocenose e dizem respeito às pragas de animais e de plantas infestantes.

#### 4.1.5.1 Riscos de pragas animais

Como exemplo de alguns animais que podem constituir pragas, mencionamos os ratos domésticos, os morcegos hematófagos, os ofídios peçonhentos, os gafanhotos e as formigas.

#### 4.1.5.2 Riscos de pragas vegetais

Dentre as espécies vegetais que podem se transformar em pragas existem plantas que são prejudiciais à pecuária, bem como outras que são prejudiciais à agricultura e à silvicultura, e ainda algas, que sendo prejudiciais a diversas atividades costeiras, nomeadamente à piscicultura e ao turismo balnear, são genericamente designadas por maré vermelha, atendendo à sua coloração. Qualquer uma delas constitui perturbação para o normal funcionamento dos ecossistemas e das atividades humanas, razão pela qual são consideradas um risco.

## 4.2 Riscos Antrópicos

Este conjunto de riscos diz respeito a fenômenos que causam danos em resultado da intervenção do ser humano, em função da sua própria

evolução à face da Terra, podendo ser agrupados nos seguintes dois subtipos:

### 4.2.1 Riscos tecnológicos

Este subtipo de riscos resulta do desrespeito às normas de segurança e aos princípios que não só devem reger a produção, o transporte e o armazenamento de certos produtos, mas que também envolvem o seu manuseamento ou o uso de determinadas tecnologias, dentro do necessário equilíbrio que terá de existir entre a comunidade e o ambiente.

Trata-se de um vasto conjunto de riscos que decorrem de situações muito diversas relacionadas com o desenvolvimento industrial e a intensificação das trocas comerciais, sobretudo quando não existem preocupações com o desenvolvimento sustentado e a proteção ambiental.

Pela diversidade desse tipo de riscos, é possível subdividi-los de várias formas, designadamente:

#### 4.2.1.1 Riscos associados aos meios de transporte

O incremento da mobilidade das pessoas, bem como das trocas comerciais, faz com que, cada vez mais, haja maior movimentação de tráfego aéreo, marítimo, fluvial, ferroviário e rodoviário, com riscos que decorrem quer do estado e das condições da via, quer da robustez e do estado de conservação do meio de transporte utilizado, quer, ainda, do estado de saúde do respectivo condutor.

Deste modo, uma anormalidade em qualquer um destes três aspectos pode levar à manifestação do risco, e a crise subsequente será tanto mais grave quanto maior for o número de pessoas transportadas.

#### 4.2.1.2 Riscos inerentes à construção civil

Este conjunto inclui diferentes tipos de riscos, não só de acidentes de trabalho durante a construção, mas também resultantes da destruição de obras de arte e de edificações por problemas decorrentes tanto do substrato como das fundações ou, até, das estruturas, e que podem desencadear outros riscos, como é o caso da ruptura de barragens, que origina riscos de inundação a jusante.

#### 4.2.1.3 Riscos de incêndio (urbanos e industriais)

A manifestação destes riscos é particularmente perigosa quando se manifesta em áreas particularmente sensíveis, como as instalações de com-

bustíveis, óleos e lubrificantes (COL), os meios de transporte, sobretudo marítimo e fluvial, as fábricas e zonas industriais, ou em edifícios com grande densidade de utilizadores.

#### 4.2.1.4 Riscos de explosão e de extravasamento de matérias perigosas

Decorrem como resultado da extração, produção, armazenamento, transporte e utilização de diferentes tipos de matérias consideradas perigosas, nomeadamente materiais explosivos, produtos agrotóxicos, substâncias e equipamentos radioativos usados em medicina, em investigação científica, na indústria e em centrais nucleares.

Por sua vez, o extravasamento de matérias perigosas pode dar origem a outros riscos, como intoxicações em ambiente familiar ou contaminação de sistemas de água potável, nomeadamente poços e galerias subterrâneas, conhecidas por minas de água.

#### 4.2.1.5 Riscos de falha de recursos e sistemas essenciais, relacionados com elevadas concentrações demográficas

Quando as infraestruturas e os serviços essenciais não são compatíveis e adequados às elevadas concentrações demográficas existentes nas áreas urbanas, há riscos tanto de colapso e de falhas nos recursos hídricos e nos recursos energéticos como de sobrecarga nos sistemas de resíduos sólidos urbanos ou de saneamento básico, passíveis de acarretar vários danos a essas populações.

### 4.2.2 Riscos sociais

Esta série de riscos está associada à incapacidade do ser humano de viver em harmonia com o seu semelhante, dentro dos princípios de liberdade, igualdade e fraternidade, e ainda com os ecossistemas urbanos e rurais, gerando desequilíbrios nas diferentes inter-relações humanas, sejam elas de natureza social, econômica, política ou cultural.

Deste modo, é possível considerar diversos subtipos de riscos sociais, designadamente os seguintes:

#### 4.2.2.1 Riscos associados a ecossistemas urbanos e rurais

Incluem-se neste conjunto os riscos que não só podem gerar perturbação no normal funcionamento dos sistemas urbanos e rurais, originando incêndios urbanos e fluxos desordenados de trânsito, mas também podem contribuir para a delapidação do solo, quer por meio da

desflorestação/desmatamento sem controle e da má gestão agropecuária, quer por destruição deliberada da flora e da fauna, ou por acumulação de inertes sobrantes de mineração e, ainda, por organização de loteamentos urbanos e rurais deficientes.

#### 4.2.2.2 Riscos associados a convulsões sociais

As convulsões sociais são cada vez mais frequentes e estão associadas a causas muito diferentes, tais como: desemprego e subemprego generalizados, fome e desnutrição, migrações intensas e descontroladas, infância e juventude marginalizadas ou carentes, especulação, greves generalizadas, disseminação de boatos, tumulto e desordens generalizados, incremento dos índices de criminalidade e de assaltos, banditismo e crime organizado, colapso do sistema penitenciário, sabotagem e terrorismo, perseguições e conflitos ideológicos, religiosos e raciais.

#### 4.2.2.3 Riscos associados a conflitos bélicos

Os riscos que decorrem dos conflitos bélicos diferem entre si, em função das características de cada tipo de conflito, que incluem desde guerras internas, civis e revolucionárias até guerras convencionais, passando pelas guerrilhas e NRBQ, ou seja, as guerras nucleares, radioativas, biológicas e químicas.

## 4.3 Riscos Mistos

Consideram-se mistos os riscos que resultam tanto de condições naturais como de ações antrópicas. Como têm particular incidência sobre o ambiente, alguns autores preferem designá-los por riscos ambientais, embora esta designação seja bem mais abrangente, uma vez que deve incluir todos os riscos que interferem com o meio geográfico, ou seja, com o ambiente, o que naturalmente engloba maior número, dado que em maior ou menor grau a generalidade deles acaba por ter alguma interferência sobre o ambiente.

Do nosso ponto de vista, os riscos mistos podem ser subdivididos em:

### 4.3.1 Riscos mistos de componente atmosférica

Dentre os riscos que se produzem no seio da atmosfera, os que estão associados a causas naturais serão, porventura, os riscos menos frequentes, embora possam ter graves consequências, como é o caso dos riscos si-

derais resultantes do impacto de meteoritos. No entanto, em virtude de causas antrópicas, não só outros riscos siderais, mas também diversos outros, de componente atmosférica, apresentam probabilidade crescente, pelo que merecem referência, ainda que breve.

#### 4.3.1.1 Riscos siderais

Apesar de sua baixa frequência, enquanto risco natural, podem ter graves consequências, como foi o caso do que deu origem à cratera *Chicxulub*, com 180 km de diâmetro, que se encontra situada na Península de *Yucatán*, na América Central.

O impacto desse meteorito fez com que a Terra ficasse envolta numa enorme nuvem de poeiras que, ao não permitir a penetração dos raios solares, deixou o planeta mergulhado na escuridão entre 1 e 3 meses, e essa falta de luz causou a extinção de muitas plantas e animais.

Por sua vez, a colisão provocou grandes incêndios, que fizeram com que a temperatura aumentasse muito e levaram à quebra das cadeias de moléculas de nitrogênio e hidrogênio e, depois de sua reorganização, à formação de ácido nítrico, responsável pelas chuvas ácidas.

Este contexto foi favorável a importante mudança climática, a qual pode ter sido responsável pela extinção da maioria dos seres vivos então existentes à superfície da Terra.

Por outro lado, do ponto de vista antrópico, os riscos siderais resultam da exploração do espaço e estão associados à existência de estações orbitais, satélites e dos processos inerentes à sua colocação e manutenção, os quais incluem o lançamento de foguetes e as viagens espaciais.

#### 4.3.1.2 Riscos de redução de espessura e/ou da existência de buracos na camada de ozônio

Como é sabido, a camada de ozônio constitui uma barreira ou um filtro que protege os seres vivos dos raios ultravioleta, deixando passar apenas uma quantidade muito pequena que é útil à vida e indispensável ao normal desenvolvimento dos ossos.

Todavia, a redução da espessura e a existência de buracos nessa camada permitem a passagem de raios ultravioleta em maior quantidade do que seria desejável, o que tem como consequência a exposição prolonga-

da dos seres humanos a essas radiações, causando-lhes anomalias e podendo levar ao aparecimento de cancro da pele, a deformações, bem como à diminuição das defesas imunológicas, o que favorece o aparecimento de doenças infecciosas e, em casos extremos, pode conduzir à morte.

#### 4.3.1.3 Riscos de agravamento do efeito de estufa

Sabemos que o efeito estufa é essencial à manutenção da vida na Terra, pelo menos tal qual a conhecemos.

No entanto, a intensificação desse efeito deu origem ao chamado aquecimento global, que, em parte, é provocado pelo aumento de emissões dos chamados gases com efeito estufa, tais como: vapor de água, dióxido de carbono ($CO_2$), metano ($CH_4$), óxido nitroso ($N_2O$), ozônio ($O_3$) e vários clorofluorcarbonetos.

Ainda que os ciclos de aquecimento e de arrefecimento tenham sido uma constante ao longo da história do planeta, não há dúvida de que essa evolução natural poderá ser agravada pela intervenção antrópica, cujos riscos que daí decorrem se manifestarão sobre a biodiversidade e, em consequência, sobre a sociedade.

#### 4.3.1.4 Riscos de chuvas ácidas

Entende-se por chuva ácida qualquer forma de precipitação, desde que sua acidez seja bastante superior àquela que resulta da simples dissolução do dióxido de carbono atmosférico ($CO_2$) na água precipitada.

É conhecido que a existência de precipitação ácida acarreta vários riscos, que se manifestam por meio de consequências adversas para florestas, toalhas aquáticas de água doce e solos, pois matam árvores, plâncton, insetos, peixes e anfíbios. Por outro lado, também se revestem de efeitos nocivos para a saúde humana e fazem aumentar a corrosão provocada pela atmosfera, danificando estruturas e equipamentos expostos ao ar.

### 4.3.2 Riscos mistos de componente geodinâmica

Este tipo de riscos, além da causa antrópica, também está relacionado com as forças associadas à geodinâmica interna e aos processos intervenientes na geodinâmica externa que em conjunto atuam e se manifestam sobre a superfície terrestre.

Os subtipos mais frequentemente considerados correspondem a:

#### 4.3.2.1 Riscos de erosão

O risco de erosão, de origem hídrica, eólica ou química, resulta sobretudo da atuação dos processos morfogenéticos. No entanto, a ação antrópica, umas vezes por intervenção, outras vezes por omissão, também aparece como causa erosiva, dado que pode facilitar a intensificação dos processos morfogenéticos que, sem essa ação antrópica, teriam efeitos bem mais reduzidos, pelo que este risco deve ser considerado como sendo de origem mista.

Convém recordar que, embora o conceito de erosão apareça, muitas vezes, associado apenas ao desgaste, à desagregação, escavamento e destruição do solo e das rochas, tal não é correto, pois, como é sabido, o processo de erosão, além do desgaste, implica também o transporte dos materiais arrancados e sua posterior deposição e acumulação, que poderá culminar, se lhe for dado tempo suficiente, na sedimentação (MARTONNE, 1909; TRICART, 1977; STRAHLER, 1981).

Deste modo, quando se trata de analisar riscos de erosão, devem ser consideradas as três fase do processo (desagregação, transporte e acumulação) e não apenas a primeira, de desgaste e desagregação.

#### 4.3.2.2 Riscos de desertificação

O risco de desertificação também é, essencialmente, de origem natural, mas, porque as suas causas também podem ter presente a ação antrópica, deverá ser considerado como um risco misto.

Com efeito, a Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (JOCE, 1998) entende por "desertificação" a "degradação da terra nas zonas áridas, semiáridas e subúmidas secas, resultantes de vários fatores, incluindo as variações climáticas e as atividades humanas", ou seja, a transformação de terras em atividade, com potencial produtivo, em terras que perderam a fertilidade e, paulatinamente, se transformam em desertos, em virtude de fatores naturais e antrópicos, pelo que este risco deverá ser considerado como sendo misto.

#### 4.3.2.3 Riscos de poluição

O risco de poluição, seja da atmosfera, do solo, das águas continentais (superficiais e subterrâneas) e oceânicas (orlas costeiras e fossas oceânicas), é, ao contrário do anterior, um risco quase exclusivamente de origem humana, no entanto, porque alguns fenômenos naturais, como é o caso dos vulcões, também podem originar este tipo de risco, deverá considerar-se como risco misto.

De fato, estes riscos estão muito relacionados com o desenvolvimento industrial, sobretudo quando a segurança industrial e a proteção do ambiente contra riscos de contaminação não são devidamente consideradas, traduzindo-se, frequentemente, na liberação de gases e/ou partículas que, durante mais ou menos tempo, permanecem em suspensão na atmosfera, bem como na emanação de resíduos líquidos, efluentes da atividade industrial e doméstica e, ainda, na acumulação de resíduos sólidos, oriundos das mais diversas atividades.

#### 4.3.2.4 Riscos biofísicos

Este tipo de riscos resulta de desequilíbrios entre o homem e outros seres vivos (insetos, vírus, bactérias, fungos e outros microrganismos) e está associado a enfermidades mortais, epidemias e pandemias, originadas por causas biológicas. Deste modo, estão relacionados com doenças transmitidas por diversos tipos de vetores, designadamente os biológicos (vírus e bactérias), pela água e pelos alimentos, por inalação, por meio de sangue contaminado e de secreções orgânicas, ou por mais de um desses mecanismos.

Trata-se de um risco misto, na medida em que o ser humano, ao ser contaminado por processos naturais, passa a ser também um agente transmissor e, por conseguinte, passa a estar na origem da difusão deste tipo de riscos, dando-lhe assim a dupla origem que leva a considerá-los como risco misto.

Este tipo de risco é muitas vezes agravado por deficiências várias sentidas pelos organismos promotores da saúde pública, que podem resultar ou ser agravadas em situações de pauperismo, de desequilíbrio social e ecológico e de carência de estruturas de saneamento básico.

#### 4.3.2.5 Riscos dendrocaustológicos ou de incêndio florestal

Este subtipo de risco misto merece ser destacado não só por sua incidência em vastas regiões do mundo, muito em particular em Portugal, mas também porque é um dos mais preocupantes, dadas as suas frequência e magnitude em muitas dessas regiões.

Apesar de, na maioria das situações, corresponder a um risco de origem antrópica, voluntária ou acidental, também ocorre como risco natural, ainda que muito excepcionalmente atendendo à sua atual frequência, sendo, neste caso, provocado por faíscas emitidas por trovoadas secas, o que faz com que, por esta razão, deva ser considerado um risco de origem mista, dado não ser exclusivamente antrópico.

## Conclusão

De acordo com Faugères (1990) e de forma simples, à guisa de síntese, diremos que o risco corresponde à probabilidade de ocorrência de acontecimentos danosos, assim como o perigo resulta da proximidade da manifestação do risco e, por último, a crise corresponde à manifestação do risco fora do controle do ser humano, constituindo estes três conceitos, pela ordem que foram apresentados, aquilo a que poderemos chamar de sequência temporal do risco.

Este texto destina-se, assim, a uma reflexão sobre o significado destes três conceitos e, muito em particular, do significado destes termos em português, bem como de outros usados em cindínica, para não se lhes desvirtuar o sentido, em resultado de transliterações ou de traduções não muito corretas.

Se essa reflexão vier a ter eco junto aos leitores e, em consequência, lhes permitir efetuar outras pesquisas que ajudem a apurar e clarificar o significado correto dos termos em uso nas ciências cindínicas, teremos dado importante passo para que todos em conjunto possamos contribuir para a clarificação dos conceitos, questionando o significado dos termos, sobretudo quando alguns vocábulos nos pareçam ser usados com sentido diferente daquele que entendemos ser mais lógico e racional.

A ciência faz-se refletindo e percorrendo o caminho. Ao pretendermos dar mais um passo na clarificação desses conceitos, apresentamos nosso ponto de vista, fazendo-o com a firme convicção de que em ciência não há verdades absolutas, pois não hesitaremos em aceitar outra proposta que possa surgir e apresente, de forma mais lógica, os conceitos de risco, perigo e crise.

### Agradecimento

Agradeço às Professoras Doutoras Norma Valencio e Antenora Siqueira o convite que me dirigiram para participar no *Seminário Internacional de Riscos e Desastres Relacionados à Água: aplicabilidade de bases conceituais das Ciências Humanas e Sociais para a análise de casos concretos*, o qual permitiu apresentar, de viva voz, uma primeira abordagem sobre alguns destes conceitos e que, depois, acabou por propiciar a redação deste texto.

Fico-lhes, pois, muito grato, não só pela confiança demonstrada, mas também e sobretudo pela oportunidade que me foi dada para divulgar, junto ao público brasileiro, o meu ponto de vista sobre os riscos e as crises. Muito obrigado!

## Referências bibliográficas


AIEA/AGÊNCIA INTERNACIONAL DE ENERGIA ATÓMICA. **Escala Internacional de Ocorrências Nucleares**. Protecção Civil. Órgão do Serviço Nacional de Protecção Civil, ano 7, s. 2, n. 5, p. 31-33, out-jan., 1995.

ALMEIDA, A. B. Risco e gestão do risco: questões filosóficas subjacentes ao modelo técnico conceptual. **Territorium**, n. 18, p. 23-31, 2011.

CODAR/CODIFICAÇÃO DE DESASTRES, AMEAÇAS E RISCOS. Secretaria da Defesa Civil. Ministério da Integração Nacional. **Política Nacional de Defesa Civil**. Anexo B. Brasília: SEDEC/MI, 2000.

CUNHA, P. P. Vulnerabilidades e risco resultante da ocupação de uma planície aluvial – o exemplo das cheias do rio Mondego (Portugal central), no Inverno de 2000/2001. **Territorium**, n. 9, p. 13-35, 2002.

CUTTER, S. L. A ciência da vulnerabilidade: modelos, métodos e indicadores. Tradução de Victor Ferreira. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 93, p. 59-69, 2011.

DAUPHINÉ, A. **Risques et catastrophes**. Observer - Spatialiser - Comprendre - Gérer. Paris: Armand Colin, 2001.

DGRF/Direcção-Geral dos Recursos Florestais. **Guia metodológico para elaboração do Plano Municipal/Intermunicipal de Defesa da Floresta contra Incêndios**. Lisboa: DGRF, 2006. v. 4.

DGSH/Direcção-Geral dos Serviços Hidráulicos. Ministério das Obras Públicas da República Portuguesa. **Anuário dos Serviços Hidráulicos, 1961-1962**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1968.

FAUGÈRES, L. **La dimension des faits et la théorie du risque**. Le Risque et la Crise, European Coordination Centre for Research and Documentation in Social Sciences, Malta: Foundation for International Studies, 1990. p. 31-60.

ISRD/International Strategy for Disaster Reduction. **UNISDR Terminology on Disaster Risk Reduction**. Geneva, Switzerland; United Nations, 2009.

JOCE/JORNAL OFICIAL DAS COMUNIDADES EUROPEIAS. **Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação nos países afectados por seca grave e/ou desertificação, particularmente em África**. 19 de março de 1998, n. L 83, p. 0003-0035.

JULIÃO, R. P. ET AL. **Guia metodológico para a produção de cartografia municipal de risco e para a criação de sistemas de informação geográfica (SIG) de base municipal**. Autoridade Nacional de Protecção Civil. Lisboa: DGOTDU/IGP, 2009.

LEI n.º 113 - Lei de Bases da Protecção Civil. Diário da República (Portugal), n.º 198, I.ª Série-A, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, de 29 de agosto de 1991, p. 4501-4507.

LEI n.º 27 - Aprova a Lei de Bases da Protecção Civil. Diário da República (Portugal), n.º 126, 1.ª Série, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, de 3 de julho de 2006, p. 4696-4706.

LOURENÇO, L. Aproveitamento hidráulico do vale do Mondego. In: **Problemas do Vale do Mondego**. Livro guia da excursão de 24 de setembro de 1986. Coimbra: IV Colóquio Ibérico de Geografia, 1986. p. 45-59.

_____. Análise de riscos e gestão de crises. O exemplo dos incêndios florestais. **Territorium**, n. 10, p. 89-100, 2003.

_____. Riscos naturais, antrópicos e mistos. **Territorium**, n. 14, p. 109-113, 2007.

_____. Perigos das cartas de risco. Comentários ao modelo proposto no Guia Técnico para Elaboração do PMDFCI. **Territorium**, n. 15, p. 122-126, 2008.

_____. Risco, Perigo e crise. Trilogia de base na definição de um modelo conceptual-operacional. In: LOURENÇO, L; TEDIM, F. (org.). **Realidades e Desafios na Gestão dos Riscos**. Diálogo entre Ciência e Utilizadores. Coimbra: NICIF/FLUC, 2014. p. 61-72.

LOURENÇO, L; TEDIM, F. (Orgs.) **Realidades e Desafios na Gestão dos Riscos**. Diálogo entre Ciência e Utilizadores. Coimbra: NICIF/FLUC, 2014.

MARTONNE, E. (1909) **Traité de Géographie Physique.** Tradução portuguesa das edições de 1948 (I tomo) e 1951 (II tomo): Panorama da Geografia, Lisboa, Cosmos, v. 1, 1953.

REBELO, F. Risco e crise. Grandes incêndios florestais. **Actas**. Encontro Pedagógico sobre Riscos de Incêndio Florestal, 2, Coimbra, 1994. p. 19-32.

_____. Os conceitos de risco, perigo e crise e a sua aplicação ao estudo dos grandes incêndios florestais. **Biblos**, n. 71, p. 511-527, 1995.

_____. Alguns livros recentes sobre riscos, perigos e crises. **Territorium**, n. 3, p. 61-64, 1996.

_____. Risco e crise nas inundações rápidas em espaço urbano. Alguns exemplos portugueses analisados a diferentes escalas. **Territorium**, n. 4, p. 29-47, 1997a.

_____. O estudo dos riscos e das crises discutido em reuniões internacionais, **Territorium**, n. 4, p. 145-148, 1997b.

_____. Livros recentes sobre a problemática dos riscos e das crises. **Territorium**, n. 5, p. 75-79, 1998.

_____. A teoria do risco analisada sob uma perspectiva geográfica. **Cadernos de Geografia**, n. 18, p. 3-13, 1999.

_____. Os movimentos em massa na perspectiva da teoria do risco. **Revista Técnica e Formativa ENB**, Escola Nacional de Bombeiros, v. 5, n. 17, p. 7-15, jan./mar., 2001a.

_____. **Riscos naturais e acção antrópica**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2001b.

_____. Um novo olhar sobre os riscos? O exemplo das cheias rápidas (flash floods) em domínio mediterrâneo. **Territorium**, n. 15, p. 7-14, 2008.

_____. Terminologia do risco. Origens, dificuldades de tradução e bom senso. In: LOURENÇO, L.; TEDIM, F. (Orgs.). **Realidades e desafios na gestão dos riscos**. Diálogo entre Ciência e utilizadores. Coimbra: NICIF/FLUC, 2014. p. 7-17.

SILVA, M. C; SANTOS, A.; ANDERSON, M. **Glossário de Protecção Civil**. Portugal: ANPC, 2009.

STRAHLER, A. N. **Geografía Física**. Tradução espanhola. Barcelona: Omega, 1981.

TRICART, J. Précis de géomorphologie. Paris, **SEDES** (3 vol.): tome 2 - Dynamique générale, 1977.



# La construcción social de la prevención. Un concepto en construcción[1]

Virginia García-Acosta

## Presentación

Mi contribución a este libro está basada en mis últimos trabajos teóricos sobre los desastres, el riesgo y la prevención (GARCÍA-ACOSTA, 2009; GARCÍA-ACOSTA, 2014; GARCÍA-ACOSTA; AUDEFROY; BRIONES, 2012). El concepto a desarrollar que elegí, de acuerdo al objetivo planteado por las coordinadoras, es el de la *construcción de la prevención* que, como el título de este capítulo señala, está aún en construcción.

Los aportes que hacia fines del siglo XX e inicios del XXI han hecholas ciencias sociales en general al estudio de los desastres y del riesgo han sido notables. La evolución que han tenido las investigaciones sobre ello y los análisis que al respecto se han llevado a cabo, a partir de casos específicos ocurridos en todo el mundo, permiten entender por qué y cómo ciertas metodologías y determinados modelos analíticos llegan a agotarse, al grado de resultar insuficientes para explicar la realidad y dar así paso a nuevas visiones y propuestas analíticas. Lo mismo ocurre con los conceptos.

Deben revisarse permanentemente, a la luz de aquello que el trabajo etnográfico y documental revela. Los conceptos han de someterse al escrutinio de los especialistas para afinarlos y permitir que sean útiles tanto para la teoría como para el análisis de una determinada realidad. Esto último es cada vez más urgente y necesario, en el campo del riesgo y de los desastres, en donde se verifica que, a pesar de los enormes esfuerzos realizados por los países y las agencias internacionales, los efectos y daños catastróficos a nivel global se han incrementado los últimos años.[2]

1. Una versión más amplia de este trabajo apareció en francés en García-Acosta, 2014. El concepto como tal está más trabajado en el presente capítulo.

2. Al respecto, una de las evidencias más contundentes es el último Global Assessment Report (GAR 15) de la Organización de las Naciones Unidas para la Reducción de Riesgos de Desastre (UNISDR por sus siglas en inglés) lanzado en marzo del 2015. Es el cuarto reporte bienal y da cuenta precisamente de que continuamos viviendo en un mundo constantemente afectado por inaceptables niveles de riesgo provocados por los desastres. Cf. GAR 2015 o su versión (y las anteriores: GAR, 2009; GAR, 2011; GAR, 2013) en línea: www.unisdr.org/we/inform/gar. Ver también Maskrey y Lavell, 2013.

## Antecedentes

A lo largo de mi trabajo de investigación dentro del campo de los desastres, que se ha desarrollado particularmente desde la perspectiva de la antropología y de la historia, he adoptado, desechado, construido y deconstruido diversos conceptos. Haciendo un apretado resumen puedo señalar que, a lo largo de las dos últimas décadas y de la mano tanto de los colegas fundadores de LA RED (Red de Estudios Sociales en Prevención de Desastres en América Latina)[3] como de otros académicos especializados en la temática en diferentes partes del mundo, fuimos identificando los elementos claves en el proceso de desastre. Así, dejamos de centrar nuestra atención en el desastre como tal, es decir en el evento, para dar mayor énfasis justamente a los procesos cuya materialización se da precisamente en el evento. A la par, y como resultado de ello, surgieron nuevas propuestas conceptuales que resultaroan centrales, tales como la vulnerabilidad y el riesgo, la gestión integral del riesgo y la prevención. Finalmente, identificamos al riesgo de desastre como el acercamiento más adecuado para analizar los procesos. Un concepto sumamente útil para entenderlos ha sido el de la *construcción social de riesgos*, entendida como la construcción material de riesgos, insistiendo siempre en no confundirlo con aquél que, muchas veces fraseado igual, se refiere a la percepción social de riesgos. Más adelante retomaré algunas de estas ideas, ya que resultan útiles para la propuesta que constituye el núcleo del presente capítulo.

Dentro de ese proceso de construcción-deconstrucción de conocimiento, fue surgiendo la necesidad de contar con nuevos conceptos que pudieran dar cuenta de los procesos que algunas comunidades desarrollan a lo largo de su historia para hacer frente a amenazas recurrentes. Es ése el propósito específico de este capítulo: plantear la génesis y descripción de una propuesta novedosa que, derivada de la realidad etnográfica y relacionada con lo que se ha dicho antes, denominamos la *construcción social de la prevención*. Pretendemos definirla y asociarla con otros conceptos relevantes que se han desplegado en los trabajos modernos sobre el estudio de los desastres. Con todo ello esperamos incitar a la discusión sobre su pertinencia.

Tal como mencioné al principio de este escrito, los conceptos adquieren relevancia una vez que se han discutido, criticado, enriqueci-

3. Cfr. www.desenredando.org.

do y pueden, entonces, incorporarse como piezas útiles para generar mejor conocimiento que resulte aplicable para el objetivo fundamental que es la prevención de los desastres.

## Las herramientas conceptuales para estudiar los desastres

El estudio de los desastres, durante los últimos 25 años, ha provisto a su cuerpo teórico con una serie de conceptos que han permitido avanzar y profundizar en el conocimiento de los mismos y enfilar los esfuerzos hacia el objetivo fundamental de su estudio, que es la identificación del riesgo de desastre (entendido como una derivada de la amenaza, la exposición y la vulnerabilidad) y de sus principales transmisores o *risk drivers* (desarrollo urbano y regional no planeado, degradación ambiental, pobreza, gobernanza endeble, cambio climático) para poder actuar en consecuencia.[4]

Como todos los fenómenos sociales complejos, los desastres y el riesgo, así como la búsqueda de su prevención, se han beneficiado con la aproximación multidisciplinaria de su estudio. Este enfoque ha permitido lograr aportaciones sustanciales provenientes de las distintas disciplinas desde las cuales han partido los estudios correspondientes en diferentes países.

Algunos conceptos utilizados en este campo de estudio fueron usados primero para explicar fenómenos físicos; otros provienen de la geografía física; otros más de la antropología, de la historia o de la economía. No faltan los que tuvieron sus primeras aplicaciones en el mundo de los negocios y los seguros.

Retomo en particular cinco de ellos: *vulnerabilidad, construcción social del riesgo, capital social, resiliencia* y *estrategias adaptativas*. Se trata de un conjunto que hace referencia a procesos y características, a atributos y capacidades que despliegan los grupos sociales comunitarios y que han sido desarrollados y tratados desde diferentes ángulos. En esta ocasión solamente haremos menciones escuetas a ellos, con la intención de desplegar una guía para ubicar y enlazar el concepto que en este ensayo nos ocupa: la *construcción social de la prevención*.

4. Un glosario muy completo y actualizado de términos, nociones y conceptos se puede consultar en: GAR 15:cclxviii-cclxix.

Los conceptos de *vulnerabilidad, riesgo y construcción social del riesgo* se derivaron del llamado *enfoque alternativo* adoptado por LA RED antes mencionada y bautizado como tal por Kenneth Hewitt (1997). Centrado en la vulnerabilidad y en el riesgo, esta perspectiva permitió a los estudiosos analizar sus relaciones dialécticas y dinámicas y, por ende, vincular a las amenazas con las circunstancias específicas de las comunidades.

La *vulnerabilidad* es, así, una característica de los individuos o de grupos sociales ante determinadas circunstancias. Se refiere a la susceptibilidad de sufrir daño y pérdidas debido a factores socialmente construidos que provocan condiciones inestables en el medio ambiente. En un inicio, se consideró a la pobreza como una variable determinante de las vulnerabilidades sociales. No obstante, el conocimiento empírico fue mostrando que, aun cuando la vinculación entre ambos es muy relevante, la pobreza no es un requisito para generar condiciones de vulnerabilidad. Concebimos así a la *vulnerabilidad* como una dimensión más precisa de la exposición al riesgo de desastre que la pobreza, ya que incorpora los procesos e impactos del subdesarrollo. En este sentido se puede afirmar que no todos los pobres son vulnerables a los riesgos y a las amenazas, ni lo son todos los pobres de la misma manera, pues algunas personas que no están en condición de pobreza son también vulnerables (HILHORST; BANKOFF, 2004).

La *construcción social del riesgo* es un concepto que surge a partir de los anteriores. Se ha definido como un proceso que desarrollan los grupos o las comunidades y que los colocan en diferentes estadios o niveles de vulnerabilidad. Refiere a las formas en que la sociedad construye contextos vulnerables que provocan desajustes con el medio ambiente, creando nuevos riesgos en una cadena continua. Fue, en suma, a partir del ejercicio teórico junto con los estudios de campo y la etnografía resultante, lo que hizo posible la vinculación entre vulnerabilidad y riesgo, e identificar que los grupos sociales en determinadas circunstancias construyen ellos mismos el riesgo. Reconocemos que los desastres asociados con amenazas naturales constituyen el producto de una multiplicidad de factores, entre los cuales se manifiestan como determinantes e íntimamente ligados la *vulnerabilidad social*, como una característica de los individuos o de los grupos sociales y el proceso de *construcción social de riesgos.*

Más adelante, buscando herramental teórico para poder analizar las formas diferenciales en el comportamiento de los grupos sociales

sometidos a amenazas recurrentes, incorporamos otro concepto al análisis, el de *capital social*. Se trata de un concepto que ha sido trabajado desde diferentes perspectivas y enfoques y, a la fecha, aún no se ha desarrollado una definición única, que permita incluir sus diversas particularidades. Entre éstas podemos mencionar la solidaridad y su consecuente fuerza cohesionadora, los valores éticos al interior de las comunidades, la creación y mantenimiento de redes sociales, entre otras. En el caso específico que nos ocupa, el estudio del riesgo y de los desastres como procesos, concebimos al *capital social* como uno de los atributos de una comunidad, que permite identificar variables determinantes para lograr la cohesión necesaria dentro de ella y generar cambios encaminados a disminuir la vulnerabilidad e incrementar la capacidad de anticipar, absorber pérdidas y recuperarse.

Por ello, sumamos a nuestro paquete teórico un concepto aún muy discutido, y en algunos ámbitos incluso rechazado: la *resiliencia* que, originalmente, fue utilizado por la física teórica. En la literatura en materia de desastres se usa cada vez con mayor frecuencia. La entendemos como una habilidad o capacidad que desarrolla un grupo o comunidad determinados para resistir, adaptar y, en su caso, mejorar su circunstancia o contexto ante amenazas específicas recurrentes.[5]

## La *construcción social de la prevención*: un nuevo concepto en construcción

Sabemos que las sociedades, con frecuencia a través del Estado, han desplegado su potencial de organización para enfrentarse a amenazas recurrentes. Se ha estudiado profusamente esta vertiente histórica de las sociedades, dentro de la cual hay casos elocuentes, sobre los cuales sólo menciono los cuatro siguientes que, abundantemente documentados, se relacionan todos con inundaciones recurrentes y corresponden a espacios y tiempos muy diversos.

a) Las inundaciones periódicas del río Nilo en Egipto, que datan de los inicios de esa civilización asentada precisamente en las riberas de su cauce medio y bajo. Lejos de considerarse catastróficas, esas mismas inundaciones dan cuenta de un conocimiento y adecuada

5. Resulta particularmente reveladora la discusión de Cannon (2008) alrededor de la relación vulnerabilidad-resiliencia a partir de los cinco componentes que analiza: medios de subsistencia (livelihood), bienestar (wellbeing), auto protección, protección social y gobernanza.

gestión a partir de la construcción de canales y diques, a la cual acompañaba un acucioso registro a través del *nilómetro,* que permitía medir el nivel de sus aguas. Lo anterior posibilitó no sólo controlar sino beneficiarse de las crecidas de ese monumental río, el mayor de África.

b) El segundo ejemplo proviene del periodo prehispánico de lo que hoy es México: la ciudad de Tenochtitlan, actual ciudad de México. Había sido construida sobre una isla que se inundaba con frecuencia. Gracias al conocimiento de la topografía del lago y sus características ambientales, sus gobernantes mandaron levantar una albarrada de más de 15 kilómetros de largo y mantuvieron durante años a un equipo de buzos entrenados en la construcción, limpieza y mantenimiento de dichas obras. Con la conquista de los españoles (1519) se suspendieron esas obras y su mantenimiento, como producto de lo cual la ciudad fue víctima de las peores inundaciones de su historia.

c) Histórica y repetidamente la ciudad de Valencia, en el Levante español, sufrió las consecuencias del desbordamiento del río Turia, que atravesaba la ciudad. Hay registros que parten del siglo XIV y que a mediados del siglo XX sumaban cerca de un centenar. En 1957 ocurrió una de las más grandes de esas *riadas*, denominación común en la zona para hacer referencia a avenidas o crecidas de ríos. El impacto fue severo en la población y la economía valencianas. Como resultado de ese suceso, a partir de 1965 se inició el estudio y ejecución de la denominada "Solución Sur" consistente en desviar el cauce del río que nunca más pasó por el centro de Valencia. En su lugar se encuentra hoy la Ciudad de las Artes y las Ciencias.

d) Por último un ejemplo que es quizás el que ha tenido mayor difusión dada su magnitud: el conocido como Plan Delta en los Países Bajos. Si bien en las primeras décadas del siglo XX ya las autoridades correspondientes habían diseñado planes para el control de inundaciones en esa región del mundo que, en su mayoría, se encuentra por debajo del nivel del mar, fue a partir de la gran inundación de 1953 que se conformó el mencionado Plan. Un caso ejemplar de planeación estatal exitosa cuyos trabajos de infraestructura en el delta del río Rin, tardaron más de cuatro décadas en que se construyeron represas, diques,

canales y reservorios. Emplearon el método tradicional holandés de los *grassland polders* que constituyen tierras ganadas al mar que, incluso, se conoce como la exitosa "gestión holandesa del agua".

No obstante, el aspecto menos estudiado y que considero relevante para orientar las políticas públicas hacia la prevención de desastres son aquellos productos de la cultura material y organizacional que algunas comunidades autónomamente han emprendido, generalmente de forma organizada, como respuestas ante amenazas que han acechado a esas comunidades por periodos largos en el tiempo. Hacia esa temática, que se detiene y privilegia el punto de vista local, he enfocado mis trabajos de investigación más recientes. Ello ha permitido identificar la necesidad imprescindiblede desarrollar herramientas conceptuales adecuadas, que permitan definir y diferenciar estos aspectos de la cultura de las comunidades que, en muchas ocasiones, tienen incluso orígenes diferentes a la defensa contra las amenazas. A través de la utilización de la metodología y del instrumental teórico que nos proporcionan la historia y la antropología, hemos podido avanzar en esta vertiente del estudio del riesgo y de los desastres, a partir de desarrollar dos conceptos íntimamente ligados: las *estrategias adaptativas,* como procesos que desarrollan las comunidades y grupos en la búsqueda de la prevención, y la *construcción social de la prevención.*

Al respecto resultaron muy reveladores los resultados producidos a partir de la creación de la *Red sobre riesgo y vulnerabilidad: estrategias sociales de prevención y adaptación,* cuyo objetivo estuvo centrado en la recuperación de conocimiento ancestral, culturalmente construido y asociado a la prevención de riesgos ante amenazas hidrometeorológicas recurrentes, a partir de casos en diferentes regiones del planeta.[6] El punto

6. Esta *Red sobre riesgo y vulnerabilidad* fue producto de un proyecto desarrollado en el CIESAS, México, coordinado por Fernando Briones y por mí, financiado por el CONACYT mexicano y la Unión Europea (cf. http://redriesgoresiliencia.ciesas.edu.mx/) y cuyo principal producto, además de la creación de esa red mexicano-europea, fue la publicación titulada *Estrategias sociales de prevención y adaptación. Social strategies for prevention and adaptation* (GARCÍA-ACOSTA; AUDEFROY; BRIONES, 2012). Al momento está en desarrollo un proyecto que, derivado de la creación de esa *Red,* ha sido aprobado por el Séptimo Programa Marco de la Unión Europea titulado *Enabling Knowledge for Disaster Risk Reduction in Integration to Climate Change Adaptation,* bajo la coordinación del Politecnico de Milan y la participación de 10 instituciones académicas, entre ellas el CIESAS, bajo la coordinación de Fernando Briones y mía (cf. http://cordis.europa.eu/project/rcn/108802_es.html).

de partida se basó en considerar que las sociedades han construido y reconstruido formas diversas para hacer frente y prevenir los efectos relacionados con la presencia de una amenaza natural, a las que denominamos estrategias sociales de prevención y adaptación o *estrategias adaptativas*.

Como es evidente, nuestras preocupaciones se han centrado en la recuperación y el estudio de la evolución de la cultura material y organizacional en comunidades sometidas a amenazas recurrentes. Advertimos que el poner énfasis en los procesos sociales locales, así como en la evolución de los elementos constructivos, entre los cuales el más evidente es el de la casa-habitación,[7] era posible identificar aspectos que se han aplicado a partir de las experiencias exitosas, de las lecciones aprendidas de las comunidades para sortear las amenazas recurrentes.[8]

A partir de la somera revisión que hice, páginas atrás, de los conceptos utilizados para el estudio moderno de los desastres y poniendo en escena la importancia de incorporar el nivel local-comunal, podemos advertir que el concepto que aquí nos ocupa, el de la *construcción social de la prevención,* fue una derivación directa de aquéllos con los que han trabajado los así identificados como especialistas en el campo de los riesgos y desastres.[9]

Resulta pertinente mencionar que ambos conceptos, *construcción social de la prevención* y, particularmente, *estrategias adaptativas*, están inspirados en antropólogos como Julian Steward (2014)[10] y Herman Konrad (1996). Del primero retomamos su propuesta de adaptación cultural en la relación del hombre y de la sociedad con el medio ambiente, y de Konrad el de estrategias que él denomina de subsistencia para el caso de las desarrolladas por los mayas prehispánicos y contemporáneos frente a los huracanes. Con base en sus planteamientos y asociado con el riesgo y los desastres, hemos propuesto el concepto de *estrategias*

7. Cf. los diversos trabajos que al respecto ha publicado Joel F. Audefroy, entre ellos "Adaptación de la vivienda vernácula a los climas en México" y "Las sequías en el área maya: estrategias tecnológicas y adaptativas", ambos publicados en García-Acosta, Audefroy y Briones, 2012.

8. Consciente del peligro que hablar de "comunidad" en un sentido idílico puede acarrear (Cf. Cannon, 2008), debo aclarar que aquí hacemos referencia a la recuperación de acciones y prácticas que ya han probado ser eficientes y efectivas ante la presencia recurrente de amenazas naturales.

9. En la jerga común a veces se nos conoce como "desastrólogos".

10. Cito aquí la primera edición en español del libro clásico de Steward, cuya primera aparición en inglés data de 1955.

*adaptativas*. Éstas provienen de la identificación en las comunidades de cambios que ocurren en su cultura como respuesta a modificaciones en su medio ambiente. Como se verá enseguida, la definición del concepto en construcción contiene estos mismos elementos, pero aplicados específicamente a las comunidades que están sometidas a amenazas naturales recurrentes.

La *construcción social de la prevención*, desde la perspectiva local-comunitaria, se refiere a las formas en que la sociedad construye contextos preventivos ante la presencia recurrente de amenazas. Se trata de acciones, prácticas, conductas que provocan cambios permanentes en la cultura material y organizativa de las comunidades y grupos afectados. Por lo general, derivan en *estrategias adaptativas* exitosas para prevenir o mitigar el nivel de impacto y daño ante la presencia de determinadas amenazas. Las sociedades o grupos pueden desplegar *resiliencia* como una habilidad desarrollada en su interacción a lo largo de generaciones con el medio ambiente, implementando prácticas adaptativas exitosas y, a partir de ello, crear nuevos contextos que disminuyan la *vulnerabilidad* ante la presencia de amenazas recurrentes.

En uno de los primeros textos en los que se usó la *resiliencia* asociada con desastres, su autor hace referencia al caso de las sucesivas hambrunas en la India a lo largo de más de un siglo (1858-1968) y a la capacidad diferencial para enfrentarlas por parte de las que denomina "sociedades tradicionales" (Torry, 1979). Podríamos considerar que la que denomina "inteligencia", que define como el conjunto de información que permite delimitar las fronteras de un problema, y que divide en predictiva, retrodictiva o retroactiva y operacional, estaría detrás de las *estrategias adaptativas* alimentándolas y sustentándolas.

Considero fundamental mencionar que las ideas que he venido presentando se han elaborado como producto de un flujo continuo entre teoría y etnografía, sea ésta histórica basada en documentos, o contemporánea derivada del trabajo de campo. Que, conforme avancen los estudios sobre los diferentes aspectos de los desastres en la evolución de las comunidades, particularmente en territorios con amenazas recurrentes, se irán enriqueciendo.

Mi pretensión ahora es que este cuerpo teórico nos ayude a explicar cuál es la dinámica de los grupos para poder lograr cambios, tanto organizacionales como materiales, a manera de respuestas positivas para

hacer frente a las amenazas recurrentes. Idealmente podremos lograr, en forma unificada, explicar las condiciones y circunstancias a través de las cuales se produce la *construcción social del riesgo* y cuáles otras generan procesos que llevan a la *construcción social de la prevención*.

Esta ambiciosa búsqueda teórico-práctica para la comprensión de los desastres pretende, al final, convertirse en una más de las herramientas útiles para el desarrollo de políticas públicas para la prevención.

## Referencias Bibliográficas


CANNON, T. Reducing People´s Vulnerability to Natural Hazards: Communities and Resilience. En: **WIDER** Research Paper 34, Helsinki: United Nations University

GAR 15: UNITED NATIONS INTERNATIONAL STRATEGY FOR DISASTER RISKREDUCTION (UNISDR). **Global Assessment Report on Disaster Risk Reduction 2015.** Making Development Sustainable: The Future of Disaster Risk Management. Ginebra: UNISDR, 2015.

GARCÍA-ACOSTA, V. Prevención de desastres, estrategias adaptativas y capital social. En: KOFF, H. (Org.). **Social cohesion in Europe and the Americas.** Power, timeand space. Bruselas: P.I.E. Peter Lang, 2009. p. 115-130.

_____. De la construction sociale du risque à la construction sociale de la prévention:les deux faces de Janus. En: BRÉDA, C; CHAPLIER, M.; HERMESSE, J.; PICCOLI, E. (Orgs.). **Terres (dés) humanisées:** ressources et climat. Ginebra: Academia-L'Harmattan Editions, 2014. p. 297-318.

GARCÍA-ACOSTA, V; AUDEFROY, J. F.; BRIONES, F. **Estrategias sociales de prevención y adaptación. Social strategies for prevention and adaptation**. México: Consejo Nacional de Ciencia y Tecnología/Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social/FONCICYT (CONACYT-Unión Europea), 2012.

HEWITT, K. **Regions of risk:** a geographical introduction to disasters. Londres: Longman, 1997.

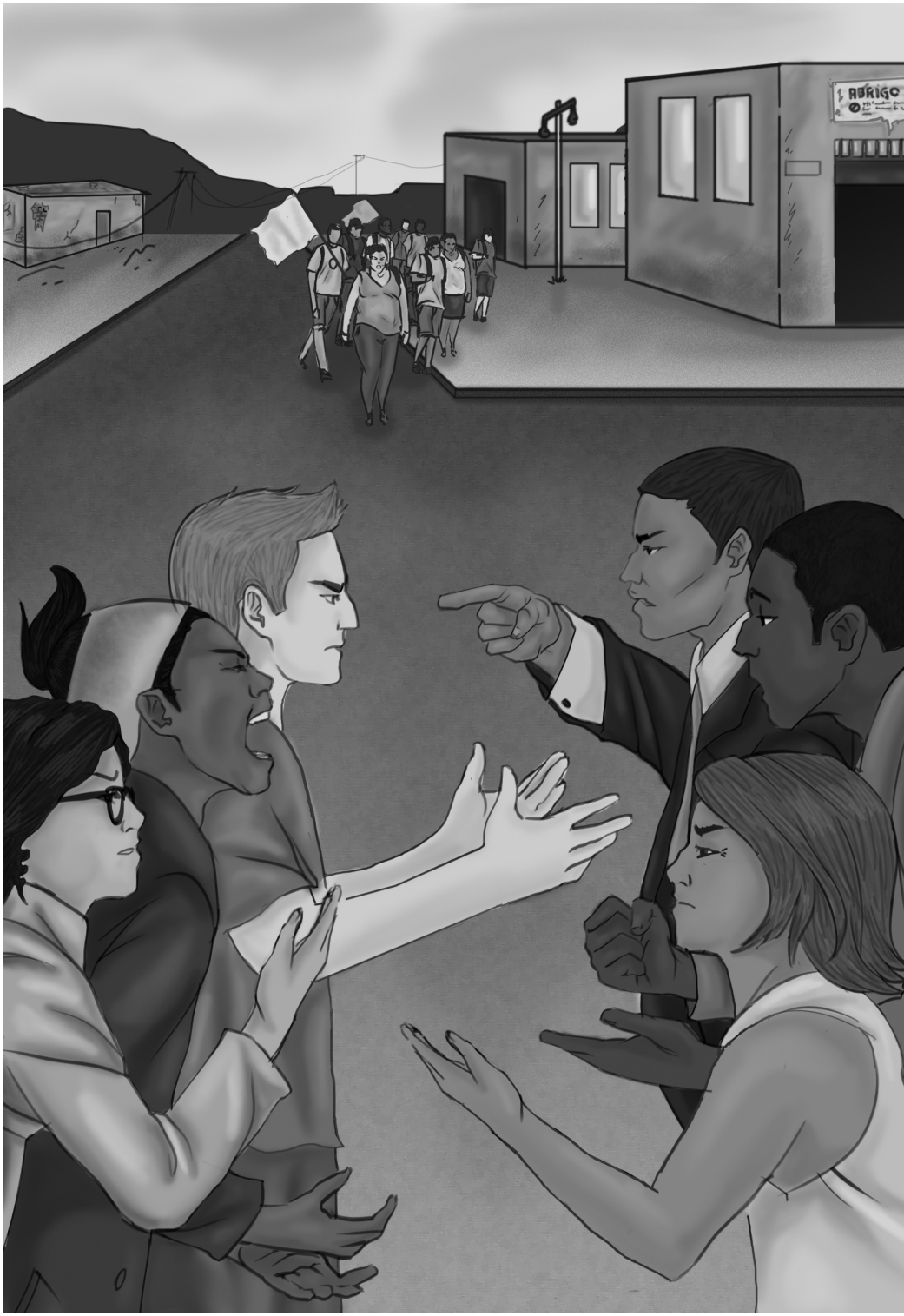
HILHORST, D.; BANKOFF, G. Introduction: mapping vulnerability. En: BANKOFF, G.; FRERKS, G.; HILHORST, D. (Orgs.). **Mapping vulnerability:** disasters, development and people. Londres: Earthscan, 2004. p. 1-9.

KONRAD, H. W. Caribbean tropical storms. Ecological implications for pre-Hispanic and contemporary Maya subsistence practices on the Yucatan Peninsula. **Revista Mexicana del Caribe**, México, v. 1, p. 98-130, 1996.

MASKREY, A.; LAVELL, A. **The future of disaster risk management.** A scoping meeting for GAR 2015. Costa Rica: Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO), 2013.

STEWARD, J. H. **La teoría del cambio cultural.** La metodología de la evolución multilineal. México: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social/Universidad Iberoamericana/Universidad Autónoma Metropolitana-Iztapalapa, 2014.

TORRY, W.I. Intelligence, Resilience and Change in Complex Social Systems: Famine Administration in India. **Mass Emergencies,** v.2, p. 71-85, 1979.


ABRIGO

# Conflitos em contextos de desastres relacionados com as águas

## Antenora Maria da Mata Siqueira

## Introdução

As várias catástrofes ocorridas no Brasil na década de 2000 afetaram sobremaneira as populações de várias regiões do país. Se as pesquisas no campo das chamadas ciências naturais sempre foram hegemônicas nessa área, nas duas décadas recentes pesquisadores das ciências sociais e humanas adensaram sua produção, contribuindo com perspectivas que colocam em evidência as dimensões sociais, históricas, culturais, econômicas e políticas dos desastres.

Ao qualificar os conflitos no âmbito dos desastres relacionados com as águas, destaca-se que eles trazem em seus meandros a presença de questões estruturais e históricas de conflitos preexistentes, inerentes às sociedades.

A identificação, análise e explicação dos conflitos tornam-se importantes do ponto de vista teórico e empírico, pois permitem explicitar as contradições sociais. Eles são manifestações dos antagonismos de grupos e classes, que muitas vezes revelam a construção de sujeitos sociais, as identidades coletivas com as motivações e projetos que as formam. Em decorrência, chega-se a uma maior clareza para o aprendizado de lidar com tudo a que se relaciona e agir, mais que só reagir ou ignorar. Mesmo que sutis, também nas relações cooperativas as tensões, divergências e contradições estão presentes.

O trabalho realizado neste capítulo objetiva apresentar uma abordagem teórica, a partir das ciências sociais, para a compreensão, análise e explicação de casos de conflitos em desastres, considerados, pela autora, uma composição que decorre de conflitos sociais, ambientais e socioespaciais já existentes em uma sociedade de classes, que são potencializados e acrescidos de outros elementos conjunturais quando irrompem fenômenos físicos como estiagens, secas, vulcões, tempestades, deslizamentos, furacões, inundações, dentre outros.

É também um espaço privilegiado para colocar em evidência alguns fundamentos do exercício profissional dos assistentes sociais, e sua relação

Apoio FAPERJ e UFF.

com os conflitos em situação de desastres, uma vez que é um trabalhador que atua em processos dessa natureza. Neste sentido, ocupar uma posição e contribuir para esse debate se torna de suma importância, mesmo porque ele pode reverberar em outros profissionais que atuam ou atuarão na área de desastres. Esse debate não é, portanto, exclusivo do Serviço Social, mas de todo o campo das ciências sociais aplicadas e das demais ciências.

Neste sentido, foram mobilizados aportes teóricos sobre conflitos, complementados por pesquisa bibliográfica nas publicações de estudos de casos sobre desastres das ciências sociais no Brasil, de 2009 a 2014. Tal trabalho se insere em um contexto de reflexões decorrentes de pesquisas realizadas pela autora, individuais e em equipe no âmbito do NESA (Núcleo de Pesquisas e Estudos Socioambientais) da UFF. Buscou-se identificar se as referidas obras citavam e/ou analisavam conflitos em contextos de desastres, assim como seu objeto central. Na literatura brasileira consultada foi possível constatar que eles existem, tendo sido enunciados, mas não figuram suas análises, logo, não são o objeto central da investigação. Não foi encontrada publicação específica sobre conflito em desastres, mas em vários trabalhos pesquisados foi apontada sua existência.

## Questão social e serviço social

Os inúmeros movimentos de protesto nas ruas das cidades brasileiras, nesta última década de 2010, têm mobilizado novas reflexões. Os transportes, a qualidade de vida, a moradia, o combate à corrupção, as injustiças sociais e ambientais, a violência de várias naturezas, têm feito parte do grito de ordem daqueles que não estão necessariamente organizados em coletivos como partidos, sindicatos e associações. O povo vai às ruas, espaço público por excelência, para mostrar que os espaços e canais de diálogo são inexistentes ou insatisfatórios para o exercício democrático da expressão e/ou enfrentamento das questões vivenciadas.

Harvey (2014, p. 210), em *Cidades Rebeldes*, elencou várias cidades que abrigaram movimentos revolucionários (de Paris em 1789 a El Alto na Bolívia em 2003 e 2005, passando por Santiago do Chile em 2006 e 2011, dentre outros) para afirmar que "a história demonstra, [que] não são apenas centros urbanos singulares que estão envolvidos", mas que, em muitos momentos, "o espírito de protesto e revolta alastrou-se de modo contagioso e extraordinário pelas redes urbanas", mesmo tendo sido iniciado em determinada cidade.

Por sua vez, Martins (1983) há décadas declarava o que ainda hoje é muito atual. No campo e na cidade, os camponeses manifestam-se com

vontade política própria e se rebelam de múltiplas maneiras contra aqueles que lhes oprimem, organizados em movimentos sociais e sindicatos, exigindo do Estado uma política de reforma agrária e promovendo resistência de vários modos para conquistarem o que reivindicam. A compreensão dos processos que operam nas transformações da urbe passa pela necessária compreensão dos processos de modernização agrária que limitam as aspirações do camponês à cidadania, e aprofundam os conflitos no campo.

São momentos-limite, em que as tensões e contradições latentes são extravasadas, publicizadas e vocalizadas, manifestando conflitos na luta pelo direito de interferir, construir e reconstruir as cidades (consideradas como o *continuum* urbano-rural), na medida em que a cidade desigual e fragmentada existente não atende àqueles que protestam ou que gostariam de protestar. Também não atendem os espaços democráticos de planejamento e gestão das políticas públicas que estão em curso, porque tentam responder pela via dos interesses, da cooptação e do consenso, mas não pela perspectiva da justiça e dos direitos. O que mais se tem evidenciado são decisões e projetos dos governos que somente são informados aos munícipes (quando o são). Participação, consulta, reflexão, diálogo e debate não fazem parte do léxico de vários deles, mesmo com a criação de instituições previstas para serem democráticas, como parlamentos, câmaras, senados, que, em tese, são esferas políticas que atuam na perspectiva contraditória de proteção dos interesses. Ao colocar em relevo as cidades que enfrentam desastres ambientais, é possível verificar que esse fosso aumenta, expondo cada vez mais as desigualdades sociais e as injustiças socioambientais, elementos potencializadores de conflitos.

Mas os conflitos não necessariamente são explosivos, de grandes proporções e de visibilidade nas cenas públicas. Eles estão presentes no cotidiano e nem sempre são vistos ou assumidos como tal.

A perspectiva adotada neste capítulo é a de que o desastre é processo e situação, e não somente um evento emergencial, uma crise aguda. Ainda que seja apreendido por muitos no âmbito do pontual, do episódico, da imediaticidade, ao contrário: também pela mediação do conflito se pode observar que ele é revelador de relações sociais historicamente veladas. São ocorrências que "devem ser vistas como ocorrências comuns que refletem as características das sociedades em que ocorrem, caracterizadas pela industrialização, urbanização, globalização, legados do colonialismo, política e economia e mecanismos de controle exercidos sobre o ambiente e sociedade civil" (VALENCIO, 2012, p. 28).

Fincadas em uma sociedade capitalista, as características a ela inerentes e aquelas construídas pelos processos de desenvolvimento vão ser o substrato por onde expressões da questão social se reproduzem, mesmo que com novas roupagens, demarcando as fronteiras das relações sociais.

Ao serem evidenciadas realidades de países em que as desigualdades socioeconômicas são permanentes, como o Brasil, sua objetivação deve ser considerada para além dos índices oficiais que as medem. Ressaltar que as referidas desigualdades são inerentes à questão da renda, do trabalho, do acesso e uso do solo e demais bens ambientais faz retomar a abordagem da questão social, considerada por Teles como:

> a aporia das sociedades modernas que põe em foco a disjunção, sempre renovada, entre a lógica do mercado e a dinâmica societária, entre a exigência ética dos direitos e os imperativos de eficácia da economia, entre a ordem legal que promete igualdade e a realidade das desigualdades e exclusões tramada na dinâmica das relações de poder e dominação (TELES,1996, p. 85).

Considerada como uma contradição inerente à sociedade capitalista, na qual há a apropriação desigual da riqueza socialmente produzida, Yazbek (1996) afirma que, no Brasil contemporâneo, a questão social se manifesta nas lutas sociais dos trabalhadores urbanos e rurais pela apropriação dessa riqueza social. Essas lutas são polarizadas tanto pelos movimentos sociais quanto pelo movimento sindical que, no enfrentamento da questão junto ao Estado e ao patronato, constituem políticas no campo social.

Principal objeto de atuação dos profissionais do Serviço Social, as relações sociais imbricadas em muitas das múltiplas expressões da questão social têm ocupado a produção científica dos pesquisadores da área (IAMAMOTO; CARVALHO, 1983; IAMAMOTO, 2004; 2001; YAZBEK, 1996; PASTORINI, 2004; SANTOS, 2012).

Iamamoto, por exemplo, explica o objeto do Serviço Social do seguinte modo:

> Os assistentes sociais trabalham com a questão social nas suas mais variadas expressões quotidianas, tais como os indivíduos as experimentam no trabalho, na família, na área habitacional, na saúde, na assistência social pública, etc. Questão social que sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem, se opõem. É nesta tensão entre produção da desigualdade e

> produção da rebeldia e da resistência que trabalham os assistentes sociais, situados nesse terreno movido por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou deles fugir porque tecem a vida em sociedade. (...) a questão social, cujas múltiplas expressões são o objeto do trabalho cotidiano do assistente social (1997, p. 14).

Objetivadas no desemprego; na fome; nas múltiplas formas de violência; na falta de infraestrutura de saneamento básico; de equipamentos públicos como escolas, postos de saúde, hospitais, áreas de cultura, esporte e lazer; na falta de acesso a terra ou moradia digna; na insegurança ambiental e alimentar; na injustiça social e ambiental; muitas das expressões da questão social são aprofundadas em contextos de desastres. Nesse sentido é possível afirmar que os desastres são também expressão da questão social, uma vez que tais objetivações anteriormente elencadas propiciam e aprofundam processos de vulnerabilização,[2] notadamente em contextos de acirramento das desigualdades sociais e redução dos direitos sociais. As condições existentes e processos em andamento desde já conformam as bases ruídas de um desastre em curso, que aumentará a sua expressão proporcionalmente ao confronto entre esse passivo e a ocorrência de um fenômeno físico datado (estiagens, chuvas, furacões, terremotos, entre outros). O resultado desse confronto, dependendo das condições sociais, econômicas, políticas e técnicas das respostas/recuperação, poderá ampliar e aprofundar a vulnerabilidade decorrente das relações históricas e, consequentemente, a questão social.

Entretanto, há de se ter clareza de que uma profissão não tem condições de ela própria dar conta das contradições do sistema capitalista, mas sim atuar naquelas expressões dessa contradição que o arcabouço teórico-operativo lhe permite. Como afirma Faleiros:

> (...) a expressão questão social é tomada de forma muito genérica, embora seja usada para definir uma particularidade profissional. Se for entendida como sendo as contradições do processo de acumulação capitalista, seria, por sua vez, contraditório colocá-la como objeto particular de uma profissão determinada, já que se refere a relações impossíveis de serem tratadas profissionalmente, através de estratégias institucionais/

1. Uma das definições do Sistema Nacional de Defesa Civil brasileiro para o termo vulnerabilidade se refere a "condição intrínseca ao corpo ou sistema receptor que, em interação com a magnitude do evento ou acidente, caracteriza os efeitos adversos, medidos em termos de intensidade dos danos prováveis". Entretanto, a noção que a relaciona a processo e não a condição, é mais apropriada para a análise aqui apresentada. A vulnerabilidade é uma noção relativa, que "está normalmente associada à exposição aos riscos e designa a maior ou menor susceptibilidade de pessoas, lugares, infraestruturas ou ecossistemas sofrerem algum tipo particular de agravo" (ACSELRAD, 2006, p.2).

> relacionais próprias do próprio desenvolvimento das práticas do Serviço Social. Se forem as manifestações dessas contradições o objeto profissional, é preciso também qualificá-las para não colocar em pauta toda a heterogeneidade de situações que, segundo Netto, caracteriza, justamente, o Serviço Social (1997, p. 37).

O Serviço Social é uma profissão pertencente ao campo das Ciências Sociais Aplicadas, o que faz com que os profissionais atuem inscritos na divisão sociotécnica do trabalho, como técnicos de atuação direta nas políticas públicas em órgãos públicos, em organizações não governamentais, em empresas, como pesquisadores, como professores, assessores e consultores.

Ao considerar que o conflito é inerente às relações sociais, em especial se as relações analisadas são em uma sociedade capitalista, coloca-se em evidência que o conflito, fundamentalmente resultante das relações sociais desiguais, também é motor da "questão social", posto que esta é fruto da contradição de uma sociedade de classes.

Em virtude dos múltiplos fatores que influenciam o exercício profissional, quais sejam: a relação de aproximação/distanciamento do código de ética e o projeto ético-político da profissão, as opções teórico-metodológicas que embasam sua ação, a ideologia, a visão de mundo, as requisições da população, e/ou o projeto institucional, o assistente social pode ter diferentes posturas em relação ao conflito. Ele pode: a) considerar que o conflito é uma disfunção e atuar para a promoção da harmonia e do consenso, sem o enfrentamento das questões que o determinam; b) pode ignorar a existência do conflito; ou mesmo c) promover mediações para a construção de espaços democráticos de explicitação, publicização e enfrentamento do conflito.

Vários são os estudos em que a literatura sobre desastres (SIQUEIRA, 2012; SIENA, 2012; VARGAS, 2015; VALENCIO, 2012), no campo das Ciências Sociais no Brasil, apresenta os assistentes sociais ora como mediadores do conflito, ora como estudiosos do conflito, ora como objeto do conflito. Neste sentido, ocupar uma posição e contribuir para esse debate se torna de suma importância, mesmo porque ele pode reverberar em outros profissionais que atuam ou atuarão na área de desastres. Ele não é, portanto, exclusivo do Serviço Social, mas do campo das Ciências Sociais e Humanas.

## Desastre como expressão da questão social

O debate conceitual acerca do desastre nas ciências sociais nas Américas (VALENCIO, 2009a; GARCIA-ACOSTA, 1996, 2008; REVET, 2011; LA

RED, 2015) pode ser resumido, para a finalidade deste capítulo, sob duas perspectivas: uma decorrente da tradição norte-americana e outra que toma por base as análises dos chamados países do Sul.

A primeira delas, de tradição norte-americana, surgiu no contexto da Guerra Fria, nos Estados Unidos, capitaneada pela *Disasters Studies*. Era centrada prioritariamente nas consequências dos desastres "naturais", vistos como as ameaças naturais incontroláveis, considerando que as causas são exteriores à sociedade atingida. Após os anos 1960, pesquisadores inspirados nessa tradição criaram o DRC (Disaster Research Center), que até hoje conta com vários autores trabalhando sobre esse tema nos Estados Unidos e incentiva pesquisas em nível internacional no âmbito da International Research Commitee on Disasters da Associação Internacional de Sociologia (ISA). Um de seus fundadores, Enrico Quarantelli, após a década de 1990, desenvolveu um trabalho de repercussão internacional. Nele, buscou-se identificar pontos convergentes entre abordagens físicas e as centradas na dimensão sociocultural sobre desastres. Com o título *What's a disaster? Perspectives on the question*, foi organizado por ele em 1998 e reelaborado em 2005 com R. W. Perry, sob o título *Whatis a disaster*? *New answers to old questions*. Mesmo com acentuada diferença nas contribuições dos diversos autores, alguns pontos de diálogo e convergência foram encontrados, como a concepção do desastre como uma crise social envolvendo dimensões sociais e físicas.

A segunda perspectiva surgiu em contraponto à anterior (centrada na América do Norte), na década de 1970. Trata-se da produção de vários autores franceses, ingleses e da América Latina sobre suas pesquisas nos chamados países do Sul, que colocaram em destaque os processos históricos, sociais e econômicos que tornavam as sociedades vulneráveis e seriam as causas profundas dos desastres ditos "naturais". Neste campo é possível verificar os da década de 1970, com abordagens a partir da *vulnerabilidade*; os anos 1980 e 1990, quando a ideia de *risco* era dominante; e os anos 2000, com a prevalência das mudanças climáticas e da noção de resiliência (noções que continuam nos trabalhos contemporâneos, em especial dirigidos às políticas públicas). Na literatura francesa, Revet (2011) aponta que o marco foram as produções, em meados da década de 1970, *Qui se nourrit de la famine em Afrique?* e *Sécheresse et famine du Sahel*, de autoria dos antropólogos Claude Meillassoux e Jean Copans,[2] em que analisaram a seca como reveladora de uma situação de dominação econômica

2. COPANS, J. (Org). Sécheresse et famines Du Sahel. In: Écologie, dénutrition, assistance. Paris:Fançois Maspero. 1975.

e política, esclarecedora do desastre mais que a ausência de chuvas. No interior das publicações anglo-saxãs, o artigo de Ben Wisner, Phil O'Keefe e Ken Westgate,[3] publicado em 1977 na revista *Disasters*, também sobre a seca no Sahel, destacou que a vulnerabilidade[4] à seca, naquele contexto africano, era produto da destruição dos registros de saberes sobre o ambiente e de práticas de adaptação que os camponeses locais possuíam antes de entrar nos sistemas de mercado capitalistas, fazendo ligação entre o nível de desenvolvimento e a ocorrência de desastres.

Ainda na mesma década, em 1992, na Costa Rica, foi criada a *Red de Estudios Sociales em Prevención de Desastres en América Latina – La RED*, que passou a aglutinar pesquisadores (em grupo multidisciplinar) de vários países, com enfoque no entendimento e análise dos desastres a partir da noção de risco, numa perspectiva de prevenção. Entre eles está a publicação organizada, em 1993, por Marskrey, com artigo de Lavell, sob o título *Los desastres non son naturales*, apresentando uma perspectiva instigadora do debate, que traçou outra linha de análise. A perspectiva mais recente da RED é a de que os desastres não são unicamente um problema da natureza, mas sim um problema da relação entre o natural e a organização da estrutura da sociedade, dos "problemas não resolvidos do desenvolvimento".[5] Valoriza análises que considerem a historicidade, que reconstruam o processo de conformação da vulnerabilidade da sociedade e que identifiquem os aspectos sociais que necessariamente teriam de ser modificados para avançar na solução dos problemas. Não reduz o foco apenas aos grandes desastres, mas incentiva o olhar para a multiplicidade de eventos recorrentes de pequena e média escala que afetam os distintos países em cada ano, tendo em vista que podem desembocar em desastres de maior envergadura. Coloca como imprescindível a integração dos aportes das ciências naturais e das engenharias com os aportes das ciências sociais (La RED, 2015).

As perspectivas apresentadas nos parágrafos anteriores têm em comum a afirmação de que a dimensão sócio-histórica deve ser considerada com a dimensão geobiofísica. Relacionam o desastre como processo referente aos modelos de desenvolvimento, que não podem ser considerados apenas quando ocorrem fenômenos físicos como tempestades, furacões, tornados, vulcões, mas sim na historicidade daqueles contextos.

3. Ben Wisner, Phil O'Keefe, Ken Westgate, Global Systems and Local Disasters: The Untapped Power of Peoples' Science. Disaster: 1977 , p.47-57.

4. Vulnerabilidade entendida como pobreza, desigualdade de acesso a terras e aos meios de subsistência, o desenvolvimento econômico forçando as migrações urbanas.

5. Para aprofundar sobre essa questão, conferir Cardona, 2001.

Nos últimos quinze anos (de 2000 a 2015), o Brasil tem se defrontado com inúmeras ocasiões de crise em desastres, tendo como detonadores as inundações, erosões marinhas, movimentos de massa, ciclones, vendavais, estiagens e secas, dentre outros. Os de maior incidência são as estiagens e secas (54% dos registros entre os anos de 1991 e 2010), seguidas de inundações bruscas e alagamentos. Destaca-se que tanto as estiagens quanto as inundações são fenômenos históricos no país, sendo que nas últimas décadas a frequência e os danos têm sido maiores. Na década de 1990 foram registrados 8.671 desastres e, no decênio seguinte (2000), alcançaram-se 23.238 ocorrências no país (idem). Neles, contabilizaram-se um total de 96,2 milhões de afetados. A região Sudeste foi a que concentrou o maior número de mortes, representando 57,25% de óbitos das regiões brasileiras. Isso se deve ao fato de que nessa região está localizado um maior volume de população, assim como os maiores contingentes populacionais residindo em áreas de moradias precárias (CEPED/UFSC, 2012). As ocorrências frequentes e a forma como a dimensão social nos desastres tem sido enfrentada e interpretada fizeram com que se intensificassem as pesquisas, gerando uma massa crítica com maior produção científica no Brasil, em constante diálogo com as produções internacionais.

Na perspectiva das Ciências Sociais, desastres são considerados processos socialmente construídos. Neste sentido, o estudo das condições sociais em sua historicidade é fundamental para entendê-los. Trata-se de prolongar os estudos desse campo para além do momento da "ruptura grave", provocada por fenômenos físicos como chuvas, terremotos, movimentos de massa, dentre outros. O enfrentamento desse processo não deve se restringir ao dia do acontecimento do fenômeno natural. Valencio chama a atenção para que "os fenômenos naturais (como chuvas intensas) afetam primeiramente a territorialização dos empobrecidos" (VALENCIO, 2009, p. 44) e considera que tal lógica transfere os custos ambientais para os grupos sociais em posições desfavorecidas nos aspectos econômico e político, configurando-se uma situação de injustiça ambiental (ACSELRAD[6] apud VALENCIO, 2009). Segundo Acselrad, Herculano e Pádua (2004, p. 10), injustiça ambiental refere-se à:

> condição de existência coletiva própria de sociedades desiguais onde operam mecanismos sociopolíticos que destinam a maior carga dos da-

6. ACSELRAD, H. Justiça Ambiental e Construção Social do Risco. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 13, 2002. Ouro Preto. Anais...Ouro Preto:ABEP, 2002. Disponível em: HTTP://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT_MA_ST5_Acselrad_texto.pdf. Acesso em: 30 abr 2006.

> nos ambientais do desenvolvimento a grupos sociais de trabalhadores, populações de baixa renda, segmentos raciais discriminados, parcelas marginalizadas e mais vulneráveis da cidadania.

Tal abordagem segue uma perspectiva que se soma àquelas que atestam que, nos desastres, os grupos empobrecidos sofrem os maiores danos, inclusive pelo abandono das autoridades públicas, tornando a noção de justiça como mobilizadora da ação política entre os afetados (VALENCIO, 2012; ACOSTA, 2005; QUARANTELLI, 1987). Prova disso, no Brasil, são as várias associações organizadas pelos afetados por desastres tanto em nível local como em nível nacional, como o MONADES – Movimento Nacional de Afetados por Desastres Socioambientais.

As contradições decorrentes da relação capital e trabalho que possibilitam tais expressões da questão social levam a reconhecer e recusar posições que individualizam e culpabilizam sujeitos. Em concordância com Iamamoto (2001), uma "dupla armadilha" pode envolver a questão social, uma delas é quando suas várias e diferentes expressões são desligadas de sua gênese comum, não levando em consideração os processos sociais contraditórios que as criam e transformam. Desse modo, a autora afirma que:

> corre-se o risco de cair na pulverização e fragmentação das questões sociais, atribuindo unilateralmente aos indivíduos a responsabilidade por suas dificuldades. Deriva, na ótica da análise dos "problemas sociais", como problemas do indivíduo isolado, perdendo-se a dimensão coletiva e isentando a sociedade de classes da responsabilidade na produção das desigualdades sociais (...). A pulverização da questão social, típica da ótica liberal, resulta na autonomização de suas múltiplas expressões – as várias 'questões sociais' – em detrimento da perspectiva da unidade (IAMAMOTO, 2001, p. 18).

A segunda armadilha para a qual a pesquisadora alerta é fixar a análise em um discurso genérico, que resulta em uma visão unívoca da questão social, "prisioneira das análises estruturais, segmentadas da dinâmica conjuntural e da vida dos sujeitos sociais" (idem). Considerar essas armadilhas leva a reconhecê-las na leitura dos processos de desastres.

## O tema do conflito nas ciências sociais e sua contribuição para compreender o conflito em desastres ambientais

A história antiga, a moderna e a contemporânea nos mostram as batalhas, os confrontos, as controvérsias, os acordos e as cooperações que

embalaram e embalam as diferentes civilizações. Muitos consideram melhor que fiquem invisíveis, que sejam ignorados, abafados, todavia, os diferentes meios de comunicação têm registrado e proporcionado visibilidade pública. As disputas, as contradições e os conflitos se reproduzem com outras roupagens, mas não deixam de existir. Há que se saber sobre eles, sobre a sua positividade e negatividade, para melhor atuar.

A existência do conflito pressupõe considerar a relação entre diversos grupos sociais. Toda sociedade produz antagonismos, divergências de convicções e interesses, que, ao serem confrontados, podem ou não torná-lo manifesto. Em um conflito social, um grupo ou classe se opõe a regulações ou a elementos delas. Na perspectiva adotada, ele é inerente à vida em sociedade e atua como propulsor das transformações no *status quo*. É, portanto, socialmente construído.

As ciências sociais possuem largo investimento teórico e empírico no campo dos conflitos. As interpretações sobre eles são marcadas por controvérsias e antagonismos que influenciam concepções em curso.

Na perspectiva do funcionalismo, o conflito social é visto como causa de bloqueio ou mau funcionamento da vida em grupo e em sociedade. Para os autores dessa vertente, entre eles Parsons (1995), o conflito tem conotação negativa, é uma disfunção social, uma perturbação da ordem, um sintoma de alguma falha na organização social, produzindo obstáculos e problemas em seu funcionamento. Sua resolução é imprescindível para o retorno ao funcionamento normal do sistema, sendo o consenso a forma de resolução.

Reagindo contra a ênfase no consenso, outros autores promoveram um sentido distinto para o conflito na vida social. A obra de Georg Simmel (1983, p. 122) considera também a positividade do conflito, demonstrando que as interações sociais pressupõem relações de cooperação e de oposição. Caracterizam-se como relações conflitivas, relações de interesse mútuo e relações de subordinação ou dominação, admitindo que "o conflito produza ou modifique grupos de interesse, uniões, organizações", sendo uma forma de socialização. É o momento que sinaliza a possibilidade da tomada de consciência individual no intervalo entre dois momentos de harmonia, e o fator positivo seria o alcance da sua superação a partir de acordos desenvolvidos entre os atores em divergência.

Seguidor de Simmel, Lewis Coser (1956; 1996) propôs o conceito de conflito social como uma "luta por valores e reclamação por *status*, poder ou recursos escassos, em que os objetivos dos oponentes são neutralizar,

ferir ou eliminar seus rivais" (1956, p. 7-8). Seu estudo se voltou mais para as funções do que para as disfunções do conflito, considerando-o não só um fator negativo, mas importante para cumprir uma série de funções sociais determinadas. Em certas situações, o conflito pode contribuir para preservar a ordem social ao funcionar como válvula de escape e, assim, fortalecer a organização social. Há uma preocupação com as funções positivas ou "integradoras" do conflito. Ao retomar a tese de Simmel de que o conflito é uma forma de socialização, Coser acrescenta que nenhum grupo pode ser completamente harmonioso, o que equivaleria a ser destituído de dinâmica e de estrutura. Os grupos requerem tanto a harmonia quanto a desarmonia, tanto a associação quanto à dissociação. Para ele, o conflito traz a necessidade de aplicação de regras.

Influenciado também pelas concepções de Simmel, Ralf Dahrendorf (1976) se dedicou a explicar a formação de grupos de conflito e identificar a ação por meio da qual esses atores provocam mudanças de estrutura no sistema social. O termo conflito é por ele utilizado tanto para controvérsias, competições, disputas e tensões quanto para choques manifestos entre forças sociais. Nessa condição, todas as relações que ocorrem entre grupos de indivíduos e envolvem uma diferença incompatível de objetivo, ou seja, algo que as duas partes querem atingir, mas que está disponível apenas para um (ou só em parte), são consideradas relações de conflito social. Este, enquanto categoria importante em termos de modelo de coerção, contribui para a integração dos sistemas sociais como também para conduzir à mudança. Assim como Simmel e Coser, Dahrendorf tem por interesse a regulação do conflito social, entendida como as "formas de controle que se aplicam mais às expressões dos conflitos do que às suas causas, implicando assim a existência continuada do antagonismo de interesse e do grupo de interesse" (1976, p. 225). Dahrendorf apresenta três fatores para a eficaz regulação do conflito: a) o reconhecimento pelas partes da necessidade e realidade da situação de conflito; b) a organização do grupo de interesse; e c) o acordo, entre as partes, de algumas regras formais que possibilitem o enquadramento de suas relações. Nesse contexto, o conceito de autoridade é relevante para o autor, considerado por ele como a probabilidade de que uma ordem de conteúdo específico seja obedecida por determinado grupo de pessoas. Para ele, é a distribuição desigual da autoridade e não dos meios de produção (como em Marx) que constitui a principal fonte estrutural dos conflitos sociais, na medida em que , ao contrário do poder, a autoridade não é divisível.

Outra perspectiva é a weberiana, que concebe os conflitos como constitutivos da sociedade moderna. Para Weber (2004, p. 23), uma relação social denomina-se *luta* quando "as ações se orientam pelo propósito de impor a própria vontade contra a resistência do ou dos parceiros". São pacíficos os meios de luta que não consistem em violência física efetiva, característica da luta "pacífica" nominada por ele de "concorrência", caracterizada pela "pretensão formalmente pacífica de obter para si o poder de disposição sobre oportunidades desejadas também por outras pessoas". Outra forma seria a "concorrência regulada", quando em seus fins e meios é orientada por uma ordem. Assim, as lutas (identificadas como conflitos) são constitutivas da sociedade moderna, a qual se distinguiria das outras formas de sociedade por ter criado instituições específicas para lidar com eles de forma racional por meio de leis, códigos, tribunais, etc. A sociedade moderna, modelada pelos ideais de "democracia, da convivência das diferenças, da igualdade de direitos em uma realidade todavia plural", é caracterizada pelo dissenso, pelo defrontar-se de diferentes visões de mundo, interesses e motivações. Nela, os conflitos são seus elementos naturais, precisando ser geridos, negociados, mais que sanados.

Retoma-se aqui um questionamento feito por Herculano (2006, p. 2) ao se referir à perspectiva weberiana em sua análise sobre conflitos ambientais, pertinente para as análises deste capítulo: "se as sociedades modernas não são somente plurais, mas também desiguais, poderiam os conflitos ser bem geridos em sociedades que não apenas são plurais, mas desiguais?".

A relação conflitos e desigualdade é presente na teoria marxista. Para Marx (1974, p. 136), o conflito que explica a história é inerente à luta de classes, sendo esta decorrente da contradição entre as forças produtivas materiais da sociedade com as relações de produção existentes. Para Lefebvre (1973), tais relações sociais de produção envolvem contradições de classe (capital e trabalho) que se potencializam em contradições sociais objetivadas pela relação burguesia e proletariado, assim como em contradições políticas entre governados e governantes. Assim, toda sociedade torna-se o lugar da reprodução das relações sociais. Todo o espaço ocupado pelo capital transforma-se em "espaços de poder" – a empresa, o mercado, a vida cotidiana, a família, a cidade, a arte, a cultura, a ciência, dentre outros, e, portanto, espaços de disputas e tensões. Na perspectiva marxista, o conflito seria superado após a tomada de consciência das contradições, que diz respeito à "definição da situação e da identidade dos contendores por eles próprios" (HERCULANO, 2006, p. 3). Um desdobramento futu-

ro de eliminação do conflito foi esboçado para o período em que o comunismo chegaria com o fim das classes, "fazendo com que os conflitos que ainda existissem não fossem antagônicos, estruturais, ou seja, decorrentes de desigualdades estruturais de classe" (idem). Análises mais recentes, entretanto, levam a inferir que ela se propõe a eliminar os conflitos de classe enquanto fundamento das desigualdades, das injustiças sociais, da opressão e da alienação a que estão submetidos certos segmentos de classe na sociedade capitalista.

A análise dos conflitos em desastres a partir de uma perspectiva teórica preocupada com as transformações sociais, mais que com uma ciência social da ordem, pressupõe admiti-los como algo que, embora se publicize na sua imediaticidade, tem suas bases fundadas no aberto, contraditório e historicamente determinado. É considerá-los como uma trama complexa envolvendo conflitos sociais, ambientais e socioespaciais que são potencializados em momentos de crise aguda nos desastres. Mesmo que a ciência da ordem seja inerente a filosofias, princípios, estratégias e discursos de diversas instituições e organizações, há processos - como o de desastres – em que a noção discursiva de ordem não se coaduna a realidade concreta, exigindo que se recorra a outros paradigmas que contenham de filosofias a códigos de linguagem que possibilitem adentrar em tais universos.

Na análise sobre os conflitos ambientais no Brasil e no Estado do Rio de Janeiro, Henri Acselrad (2004, p. 14-15) tomou por base a existência de três tipos de prática na interface entre o mundo social e o mundo material, que contribuem para a análise dos conflitos em desastres. Segundo ele, essas práticas são utilizadas pelas sociedades para produzir sua existência, tendo por base relações sociais que lhes são específicas como modos de apropriação do mundo material que lhes correspondem. São elas:

> As práticas de apropriação técnica do mundo material – em que se configuram os modos de uso, transformação biofísica, extração, inserção e deslocamento de materiais nos diferentes territórios da ação técnica (...). Tais atos constituem as formas técnicas de apropriação do mundo material.
>
> As práticas de apropriação social do mundo material – em que se configuram os processos de diferenciação social dos indivíduos, a partir das estruturas desiguais de distribuição, acesso, posse e controle dos territórios ou de fontes, fluxos e estoques de recursos materiais. Tais práticas são historicamente constituídas, configurando lógicas distributivas das quais se nutrem as próprias dinâmicas de reprodução dos diferentes tipos de sociedade com seus respectivos padrões de desigualdade.

> Base da produção da diferenciação social, a desigual distribuição de poder sobre os recursos configura, assim, as diversas *formas sociais* de apropriação do mundo material.
>
> As práticas de apropriação cultural do mundo material – em que, para além dos modos de apropriação propriamente produtivos movidos pela dinâmica utilitária da economia e do processo de diferenciação social dos indivíduos, o mundo material é objeto de inúmeras atividades de atribuição de significados. Pois os fatos culturais não restringem-se a simples epifenômenos das estruturas produtivas da sociedade, mas se mostram, ao contrário, como parte integrante do processo de construção do mundo, dando-lhe sentidos e ordenamentos, comandando atos e práticas diversas a partir de categorias mentais, esquemas de percepção e representações coletivas diferenciadas.Tais operações de significação do espaço biofísico em que se constrói o mundo social configuram as chamadas *formas culturais* de apropriação do mundo material. (ACSELRAD, 2004, p. 14-15)

Esse autor ainda afirma que os modos sociais de apropriação do mundo material é uma dimensão integrante dos chamados "modelos de desenvolvimento". Deste modo, articulam formas técnicas, definidas por sua espacialidade e temporalidade; formas sociais, que exprimem os padrões de desigualdade de poder sobre os recursos ambientais; e formas culturais, que encerram os valores e racionalidades que orientam as práticas sociotécnicas. Os conflitos ambientais surgidos no rompimento eventual de acordos desse tipo exprimem as contradições que permeiam os modelos de desenvolvimento. Ao associar tal conteúdo aos processos de desastres, é possível inferir que as práticas de apropriação do mundo material (técnica, social e cultural), inerentes aos modelos de desenvolvimento, interferem sobremaneira no ambiente (físico e social) onde os fenômenos físicos potencializadores dos desastres podem incidir. Em decorrência, acordos rompidos, ou mesmo não realizados em função de divergências e tensões, vão originar conflitos que podem se exacerbar na crise aguda do desastre.

Outra autora que analisa os conflitos ambientais é Herculano (2006), que aponta as catástrofes no bojo de tais conflitos. Em seu texto intitulado "Lá como cá: conflito, injustiça e racismo ambiental", a autora constrói uma tipologia de conflitos ambientais[7] com base na literatura de casos por ela

7. a) Conflitos oriundos da "chegada do estranho"; b) conflitos oriundos da percepção da presença do risco crônico e da deterioração de sistemas de vida; c) conflitos oriundos da ocorrência de acidentes e da luta por sua remediação; d) conflitos decorrentes da transformação da paisagem e das alterações climáticas e da perda das formas de vida (defesa de belezas cênicas, da biodiversidade natural); e e) conflitos decorrentes das implicações de uma escolha para a regulação e gestão.

pesquisada. Dentre os cinco tipos, as "catástrofes naturais reativas à ação antrópica (enchentes, deslizamentos, desertificação dos solos)" e os "acidentes químicos ampliados (vazamentos, explosões, acidentes no transporte e carga perigosa)" foram considerados pela autora como inseridos nos *conflitos oriundos da ocorrência de acidentes e da luta por sua remediação* (HERCULANO, 2006, p. 5). Dizem respeito à descontaminação, às indenizações, à realocação de refugiados ambientais, à não estigmatização das vítimas. Mesmo considerados como acidentes (o que não inclui a perspectiva processual) e não nomeando como desastres, mas sim como catástrofes, é possível fazer a correspondência com o objeto deste capítulo.

Tomando por base a concepção de desastre como processo, a identificação dos conflitos em desastres na literatura analisada tornou possível agrupá-los da seguinte forma:

a) conflitos existentes em momentos pretéritos à ocorrência de fenômenos físicos que potencializam os desastres, marcados pelas relações sociais historicamente consolidadas, e
b) conflitos que são inerentes ao período de crise que se instala a partir da ocorrência do fenômeno físico que potencializa o desastre e que pode perdurar por médio e longo prazos.

No primeiro grupo estão aqueles objetivados como *conflitos fundiários*, em que as lutas pelo acesso, propriedade e uso da terra são o cerne da questão e que podem ser associadas aos *conflitos socioespaciais*. Há também os que se configuram como *conflitos ambientais*,[8] em que estão enraizadas as lutas pela distribuição equânime dos bens ambientais, por proteção e preservação de ecossistemas e por justiça socioambiental. E, ainda, os que se concretizam nos *conflitos sociais*, determinados pelas contradições decorrentes das condições de trabalho, moradia, transporte, infraestrutura, educação, saúde, (in)justiça social e combate à violência, dentre outros. Ao relacioná-los aos desastres, pode-se afirmar que se dão na crise crônica do desastre.[9]

8. Conflitos de caráter ambiental são aqueles "desencadeados quando certas atividades ou instalações afetam a estabilidade de outras formas de ocupação em espaços conexos, sejam estes ambientes residenciais ou de trabalho, mediante impactos indesejáveis transmitidos pelo ar, pela água ou pelo solo" (ACSELRAD, 2004, p. 7).

9, Valencio (2012, p. 8-13) considera os desastres como processo e como um tipo de crise na esfera social. Qualifica a crise em crise crônica e crise aguda. A crise aguda se dá no âmbito de uma localidade, é caracterizada como "uma situação emergencial na qual, numa circunscrição geográfica reduzida – vista como cenário –, os elementos materiais e as pessoas são compreendidos como estando por 'um triz'". A crise crônica diz respeito às regularidades, é "concernente a um enfoque histórico-regional e uma crise civilizatória, no plano global".

No segundo grupo, que é o foco principal do estudo aqui apresentado, estão os conflitos mais específicos, identificados no período de crise aguda dos desastres, mais localizados no tempo cronológico e em determinado espaço geográfico. Todavia, pressupõe a relevância da demarcação diferenciada de um tempo e espaço sociais.

Em um campo mais amplo da luta simbólica em torno das definições das categorias que legitimam ou deslegitimam o poder de decisão foram identificadas as disputas relativas à definição ou classificação dos termos desastre, risco, vulnerabilidade, entre outros, na medida em que essa definição direciona as decisões, estratégias, técnicas, recursos e políticas. São atores envolvidos os cientistas, peritos, técnicos, políticos e representantes de organizações sociais.

Mais especificamente, os conflitos que envolviam as populações afetadas por desastres (individualmente, em grupos não institucionalizados ou em associações) e representantes dos governos foram os mais recorrentes. Estavam em questão os múltiplos cadastramentos das famílias quando a urgência era o acesso rápido aos alimentos ou medicamentos, o paralelismo/desencontro de informações dos gestores públicos, a estruturação e gestão dos abrigos públicos temporários, a pressões sofridas pelas famílias em tais abrigos para agilizar a saída pela necessidade de "esvaziar" e preparar o lugar para a atividade que lhe é originária. Os deslocamentos involuntários das famílias que as casas foram atingidas, a tentativa de eliminação de espaços de vocalização dos sujeitos e as sucessivas promessas de enfrentamento e recuperação que não se concretizavam foram citados nas maiorias dos casos. Também neste grupo se situam a falta de orientação clara sobre procedimentos e encaminhamentos sobre documentos, trabalho, aluguel social, acesso a medicamentos; a execução das atividades de enfrentamento das situações críticas que desnudam as fragilidades das políticas de prevenção que deveriam ter sido efetivadas; e o questionamento sobre o destino e aplicação dos recursos financeiros oriundos da situação de exceção.

Conflitos também foram apontados entre atores representantes dos diferentes órgãos de Estado a partir das divergências referentes à falta de clareza das competências das diversas áreas e esferas governamentais; à (des) coordenação das tomadas de decisões quanto às estratégias e ações emergenciais quando os diferentes entes públicos de âmbito multiescalar (município, estado e união) se relacionam no território, em especial quando há concorrências partidárias; à concorrência pelas tomadas de decisão/comando e visibilidade nas ações.

Mesmo não sendo identificados em todos os casos, a efetivação de posturas militares por profissionais civis, a sobreposição e paralelismo de orientações e ações envolvendo ao mesmo tempo representantes de órgãos executivos de políticas publicas, de corporações militares, de organizações não governamentais, de voluntários e de lideranças religiosas foram apontados como processos catalizadores de conflito.

São processos que envolveram agentes de naturezas diversas: políticos, cientistas, militares, profissionais das mais diferentes áreas e esferas governamentais (em algumas situações em nível nacional e internacional), do setor privado, das organizações de ajuda humanitária, voluntários, população afetada, representantes de associações de moradores e dos movimentos sociais.

Todo conflito é uma manifestação das diferenças existentes entre atores e projetos sociais a serem trabalhadas no espaço público. Ele pode configurar-se tanto por meio de luta direta no espaço de distribuição de poder sobre a base material, quanto por uma luta simbólica em torno das definições das categorias que legitimam ou deslegitimam a distribuição de poder.

A maioria das situações potencializadoras de conflitos, evidenciadas na pesquisa tratada neste capítulo, se situa na relação população afetada e diferentes atores que atuam como representantes do Estado. Inerentes a esses processos, mas nem sempre visíveis, está colocada uma perspectiva político-ideológica do Estado que considera o desastre algo pontual, muitas vezes descontextualizando suas determinações. Como consequência, acaba atuando de forma autoritária na medida em que responsabiliza os atingidos e impõe a eles um conjunto de ações sem que haja possibilidade de participação desta população sobre a prevenção e os destinos durante e após a crise aguda dos desastres. Ou seja, assumem uma perspectiva do desastre como episódico, com "impactos" a serem tratados de forma emergencial para retomar a "normalidade". Outra questão é não considerar os sujeitos na sua integralidade, e por isso ações setorializadas e fragmentadas, sem interlocução entre os diferentes agentes sociais públicos. Como o estado capitalista representa os setores hegemônicos que estão no poder, que são aqueles detentores do capital e seus aliados, atua no sentido de fortalecê-los por meio de contratações emergenciais que dispensam os ritos e prazos mais longos dos certames licitatórios ordinários que, em contexto de desastres, passam a ter outras regras que permitem uma maior "liberdade" no uso do dinheiro público. Até neste sentido o desastre, entendido como momentâneo, é funcional ao capital.

Em resposta, as organizações sociais (associações de afetados, de vítimas, de moradores) formadas ou reestruturadas que têm por foco central as questões decorrentes e aquelas aprofundadas no processo de desastres demostram que há necessidade constante da abertura de espaços e canais de enfrentamento, diálogo, construção e execução de soluções que considerem sua perspectiva. Ao contrário de se adaptarem a uma ordem que é definida externamente sem sua participação, trabalham com a positividade do conflito, que é a possibilidade de criar condições de transformação de forma democrática.

## Conclusão

As publicações brasileiras que analisam os conflitos em situação de desastres ainda são raras. Todavia, muitas delas apontam sua existência, o que indica a posição dos autores em perspectiva que os consideram inerentes aos processos sociais.

As referências teóricas das Ciências Sociais e Humanas sobre conflito têm potencial importante de contribuição para a identificação, compreensão e explicação das tensões, disputas e contradições que o originam, mesmo em contextos de cooperação. Neste sentido, alimenta uma perspectiva que pretende afirmar que ele é inerente e fundamental aos processos de transformação das condições existentes e indesejáveis.

É corrente a negação dos espaços democráticos de diálogos e debates para não ter de lidar e enfrentar as tensões decorrentes de projetos diferentes e/ou antagônicos, mas, sobretudo, as verdadeiras determinações, pois elas, sim, impõem transformações estruturais, mesmo que as mudanças pontuais e emergenciais devam ser implementadas.

Foi possível verificar que a disputa por hegemonia entre distintas concepções de desastre e de conflito interfere nas formas de prevenção, enfrentamento e recuperação, no sentido de responder (ou não) às necessidades materiais, simbólicas e espirituais de indivíduos, grupos e classes. Cabe ampliar as perspectivas para alcançar aquelas que podem realmente construir respostas e efetivá-las.

## Bibliografia

ACSELRAD, H. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: ACSELRAD, H. **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: RelumeDumará/F. Heinrich Boll, 2004.

_____. ACSELRAD, H. Vulnerabilidade ambiental, processos e relações. In: **II Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais**, 2006, Rio de Janeiro. Comunicação ao evento... Rio de Janeiro, FIBGE, 24 ago. 2006. Disponível em:<http://www.fase.org.br/projetos/clientes/noar/noar/UserFiles/17/File/VulnerabilidadeAmbProcRelAcselrad.pdf>. Acessado em:15 jan 2015.

ACSELRAD, H.; HERCULANO, S.; PÁDUA, J. A. (Orgs.). **Justiça ambiental e cidadania.** Rio de Janeiro: RelumeDumará/Fundação Ford, 2004.

CARDONA, O. D. La necessidade de repensar de manera holística los conceptos de vulnerabilidad y riesgo. **Communication à l'Internacional Work Conference on Vulnerability in Disaster Theory and Practice**, Wageningen, Hollande, jun. 2001.

CEPED/UFSC. **Atlas Brasileiro de Desastres Naturais 1991 a 2010**: volume Brasil. 1. ed. Florianópolis: CEPED/UFSC, 2012.

COSER, L. Conflito. In: BOTTOMORE, T.; OUTHWAITE, W. **Dicionário do pensamento social do século XX**. Tradução Alvaro Cabral; Eduardo Francisco Alves. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

COSER, L. **The functions of social conflict**. London: Routledge & Kegan Paul, 1956.

DAHRENDORF, R. **Class and class conflict in industrial society**. London: Routledge & Kegan Paul, 1976.

FALEIROS, V. P. **Estratégias em Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1997.

GARCIA-ACOSTA, V. (Coord.). **História y desastres en América Latina**. Puerto Rico: Ed. La Red de Estudios Sociales en Prevención de Desastres en América Latina. 1996. v. 1.

GARCIA-ACOSTA, V. Introductión. El estúdio histórico de los desastres. Una década de reflexiones en América Latina. In: GARCIA-ACOSTA, V. (Coord.). **História y desastres en América Latina**, III. México: CIESAS/La Red, 2008. P. 11-34.

HARVEY, D. **Cidades rebeldes:** do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HERCULANO, S. **Lá como cá**: conflito, injustiça e racismo ambiental. Texto apresentado no I Seminário Cearense contra o Racismo Ambiental. Fortaleza, 2006.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 1983.

_____. A questão social no capitalismo. **Temporalis**, Brasília: ABEPSS, n. 3, p. 9-32, 2001.

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2004.

LA RED. **La Red de Estudios Sociales en Prevención de Desastres en América Latina**. Disponível em: http://www.la-red.org. Acesso em: 20 fev. 2015.

LAVELL, A. Ciencias Sociales y desastres naturales en America Latina: un encuentro inconcluso. In: MASKREY, A. (Org.). **Los desastres no son naturales**. Panamá: Rede de Estudios Sociales en Prevención de Desastres en América Latina, 1993. p. 111-125.

LEFEBVRE, H. **A re-produção das relações sociais de produção**. Porto: Publicações Escorpião, 1973.

MARTINS, J.S. **Os camponeses e a Política no Brasil**. Petrópolis:Vozes, 1983.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1974. (Coleção Os Pensadores).

PARSONS, T. **Eléments pour une sociologie de l'action**. Paris: PLON, 1995.

PASTORINI, A. **A categoria "questão social" em debate.** São Paulo, Cortez, 2004. (Coleção Questões da Nossa Época, v. 109).

YASBECK, M. C. **Classes subalternas e assistência social.** 7. ed. São Paulo: Cortez.

QUARANTELLI, E. What should we study? Questions and suggestions for researchers about the concept of disasters. **International Journal of Mass Emergencies and Disasters**, v. 5, n. 1, p. 7-32 mar. 1987.

QUARANTELLI, Enrico L. (ed) **What is a disaster**? Perspectives on the question. London and New York: Routledge. 1998.

REVET, S. Penser et affronter lês désastres: um panorama des recherches em sciences sociales et des politiques internacionales. **Critique Internacionale**, Paris: Presses de Science Po, v. 1, n. 52, p. 157-173, jui.-sep. 2011.

SANTOS, J. S. **Questão social:** particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.

SIENA, M. **A atenção social nos desastres**: uma análise sociológica das diversas concepções de atendimento aos grupos sociais afetados. 2012. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de São Carlos.

SIMMEL, G. A natureza sociológica do conflito. In: MORAES FILHO, E. (Org.). **Simmel**. São Paulo: Ática, 1983. p. 121-134.

SIQUEIRA, A. M. M. Proteção social e enchentes: desafios profissionais em questão. In: VALENCIO, N. (Org.). **Sociologia dos desastres**: construção, interfaces e perspectivas no Brasil. São Carlos: RiMa Editora, 2012. v. 3. p. 257-277.

TELES, V. S. Questão social: afinal do que se trata? **São Paulo em Perspectiva**, v. 10, n. 4, p. 85-95, out.-dez.1996.

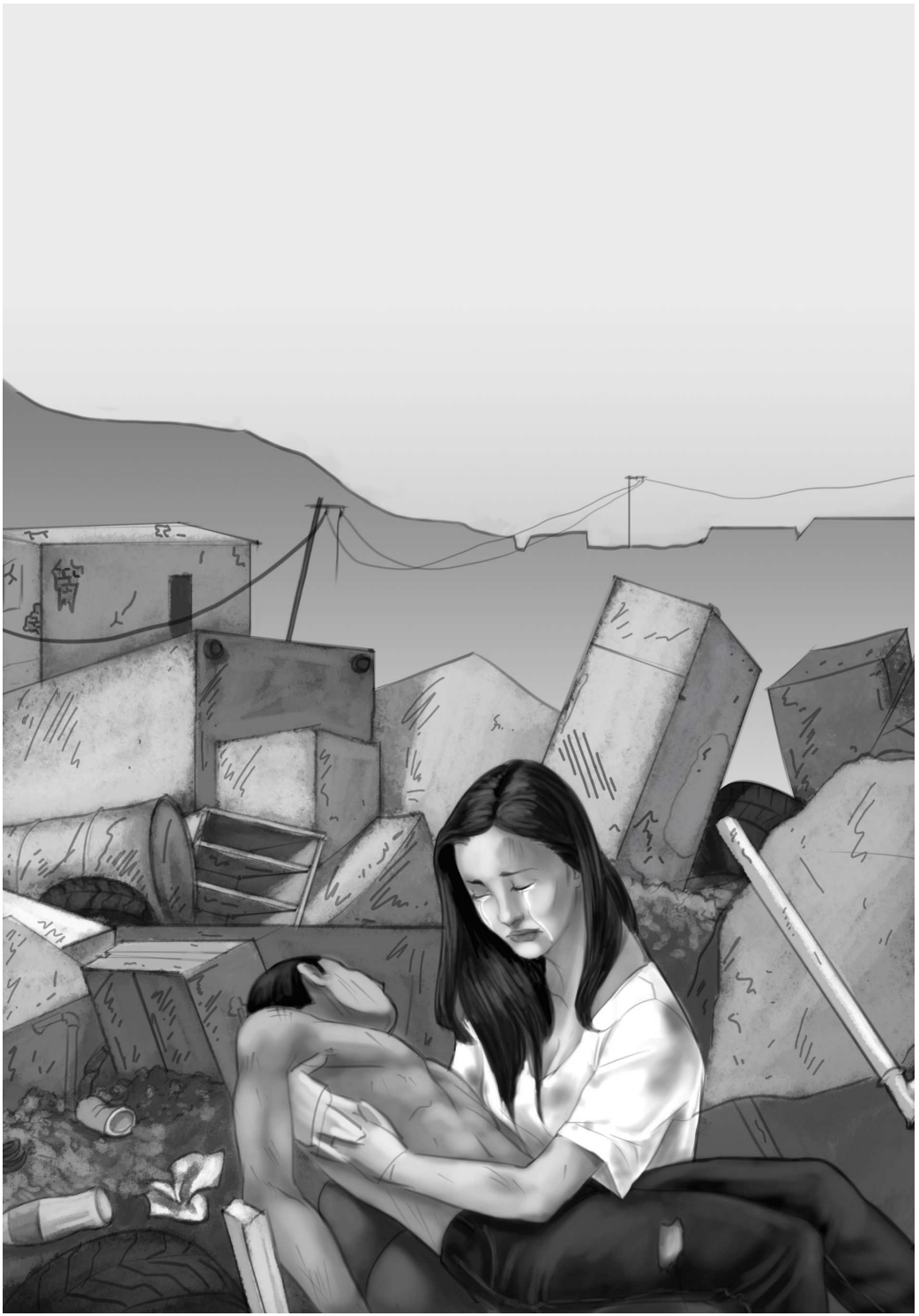
VALENCIO, N.; SIENA,M.;MARCHEZINI,V.; GONÇALVES, J.C. **Sociologia dos Desastres:** construção, interfaces e perspectivas no Brasil. São Carlos:RiMa Editora, 2009.

VALENCIO, N. (Org.). **Sociologia dos desastres**: Construção, interfaces e perspectivas no Brasil. São Carlos: RiMa Editora, 2010. v. 2.

VALENCIO, N. **Para além do 'dia do desastre'**: o caso brasileiro. Curitiba: Appris, 2012.

VARGAS, M. A. R. **A construção social do risco**. 2006. Dissertação (Mestrado) – IPPUR, UFRJ, Rio de Janeiro.

WEBER, M. **Economia e sociedade**. Brasília: Ed. UnB, 2004. v. 1.



# Desastres normais: das raízes aos rumos de uma dinâmica tecnopolítica perversa

Norma Valencio

## Problematização inicial

No Brasil, as autoridades de defesa civil têm nomeado como *desastres naturais* certos acontecimentos pontualmente interpretados como excepcionais, mas que são cada vez mais frequentes em todo o país. No entanto, aos vários olhares das Humanidades, isso suscita indagações do tipo: se são frequentes, podem ser tidos como excepcionais? Se acaso se tornaram rotineiros e até previsíveis, poderão continuar a ser considerados como desastres? Sendo previsíveis, por qual motivo não há prevenção? Se são qualificados como naturais, isso indica que continuamos subjugados às forças da natureza, como em tempos pré-modernos?

Indagações desse tipo remetem, inevitavelmente, ao debate sobre *acidentes/desastres/catástrofes normais*. Esse debate foi lançado por Perrow (1984), o qual, em vez de se deter nas características dos perigos, pôs ênfase na estrutura de poder que os gerava e que impedia uma articulação virtuosa para sua redução. Em discussão similar, Douglas e Wildavsky (1983) frisaram que a sociedade contemporânea tende a uma produção material cada vez mais segmentada, mas cujos riscos implicados se misturam no espaço, sendo por isso maiores e mais abrangentes do que aquilo que as partes supõem existir e estar ao seu alcance controlar; os acontecimentos só eram tidos como anormais para os atores que mantinham uma visão compartimentalizada de suas ações num hiato de responsabilidade em torno de efeitos nocivos de caráter sinérgico. Portanto, antes mesmo de sua expressão concreta, esses acontecimentos trágicos estariam associados a fatores socioculturais impeditivos da discussão holística sobre o assunto, o qual ensejaria uma responsabilização conjunta mais clara. Da manutenção dessa visão setorizada sobre riscos, e extrapolada para desastres, teria se desenrolado uma política de segurança, pública e privada, crescentemente tecnificada e ostensiva, criando a aparência de uma capacidade de proteção à altura, mas que, contudo, quando testada em situações reais, tendia a deixar muito a desejar. Assim, a construção social do risco, que

Apoio: MCT/CNPq.

se concretizava em desastres, mais do que as características físicas dos supostos perigos ou dos perigos manifestos, seria algo de fundamental importância a se deter, concluem os mencionados autores, o que, anos mais tarde, foi reiterado por outros, como Irwin (2001) e Garcia-Acosta (2005).

Apesar da riqueza desse debate no que tange ao processo social focalizado em riscos, dos quais derivavam desastres – pois convém mencionar que desastres também surgem de riscos que sequer são aventados até que se manifestem –, o mesmo foi posto de lado nas políticas de defesa civil de vários países, como no Brasil, porque se optou por secundarizar a dimensão social do problema pela sobrevalorização dos perigos. A opção institucional para tratar o problema recaiu sobre uma matriz teórica mais popular, a teoria dos *hazards,* vertente interpretativa cujos méritos, designadamente no que se refere aos estudos debruçados no detalhamento de perigos relacionados a fenômenos meteorológicos, hidrológicos, geológicos e afins, cobram um preço alto, qual seja, o de retirar a complexidade interpretativa do funcionamento do meio social. Essa escolha teórica gerou um desvio grave do problema principal, pois, conforme Quarantelli (2015, p. 41):

> Desastre não é um acontecimento físico (...) trata-se de um acontecimento social. Assim, não é apropriado falar em desastres "naturais" como se pudessem existir fora das ações e decisões dos seres humanos e suas sociedades (curiosamente, esse aspecto é sempre reconhecido no caso de desastres tecnológicos). Por exemplo, inundações, terremotos e outros chamados "agentes naturais" de desastres têm consequências sociais somente por causa das atividades desenvolvidas pelas comunidades. (...) Permitir altas concentrações de densidade populacional em planícies de inundação, construir estruturas não resistentes ou não reforçadas contra terremotos, permitir habitação em encostas vulcânicas, fornecer informação ou sinal de alerta inadequados em casos de tsunamis, por exemplo, constituem casos mais graves do que o agente do desastre em si, pois causa vítimas, perdas econômicas e patrimoniais, tensão psicológica e interrupção de atividades cotidianas que são a essência dos desastres (...).

Ainda de acordo com o referido autor, não se deve confundir estudos sobre riscos e perigos com estudos sobre desastres, pois estes últimos focalizam questões interorganizacionais e análise de fatores socioeconômicos que podem escapar completamente do foco e da competência de disciplinas dedicadas a outros tipos de fenômenos, como os da natureza. E reitera: "Em termos gerais, os desastres não podem ser explicados em termos de qualquer aspecto geofísico, hidrológico ou atmosfé-

rico. (....) Se não houver consequências sociais negativas, não há desastre" (QUARANTELLI, 2015, p. 44).

Na mão oposta a tal advertência, a vertente teórica dos *harzards* foi tratada pelas autoridades brasileiras como a única opção interpretativa disponível, e os estudos pautados por essa vertente galgaram uma força política que, lamentavelmente, fez a dimensão social dos desastres ser temerariamente simplificada, senão mesmo ignorada, nas discussões centrais das instituições que fazem parte do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil, o SINPDEC. Tão preocupante quanto isso foi o fato de que nem mesmo uma parte da própria comunidade científica nacional das ciências sociais, que, aos poucos, começou a se preocupar com o tema dos desastres, esteve atenta ou incomodada com tal reducionismo interpretativo sobre o meio social. E, ao utilizar sem restrições conceitos como o de desastres *naturais,* inadvertidamente subjuga o contributo potencialmente importante das ciências sociais a parâmetros que não as favorecem em sua plenitude, tal como a intrincada teia de relações sociais mereceria. Por decorrência, são especialistas de outras áreas de conhecimento – como as de meteorologia, geografia, geologia, engenharias e afins – os que demonstram ter familiaridade com os métodos voltados para a descrição e o monitoramento de *hazards* e, assim, os que podem prover explicações no assunto, influenciar e orientar a visão institucional de defesa civil e de ciência e tecnologia, num ciclo vicioso de poder. A explicação sociológica, antropológica, econômica e de outras ciências humanas, como a psicologia ou o serviço social, passa a ser tratada quase como uma excentricidade quando se debruça sobre o tema dos desastres; nos eventos científicos nesse assunto, a aprovação de comunicações oriundas dessas disciplinas paira como uma espécie de *concessão ao rigor*, um quase-entretenimento, em meio aos *assuntos sérios.* Enfim, há uma tendência de desqualificação a toda interpretação que fuja à perspectiva dominante.

Simultaneamente a esse ciclo vicioso tecnocientífico e assentado no mesmo, incrementa-se uma racionalidade paramilitar no seio das instituições de defesa civil as quais, em termos práticos, na ação no terreno, se tornam um braço operacional – gradualmente dispensável – de segurança pública e das Forças Armadas. Essa adesão cultural esgarça o ambiente organizativo interno de defesa civil, sujeitando-o às vaidades das distintas corporações de origem de seu quadro humano, e impede que nele se possa tomar ou validar deliberações oriundas de um ambiente decisório mais horizontal, participativo e comunitário do qual dependeria o êxito de sua articulação e apoio a uma autêntica proteção civil. A associação de um

ambiente científico com visão hegemonizada e impermeável à complexidade social e de um ambiente técnico e político herméticos constitui um *modus operandi* tecnocêntrico.

O tecnocentrismo exprime uma aliança cultural e política entre a ciência e a técnica que visa adotar métodos favoráveis a um controle e intervenção radicais sobre determinado aspecto discursivo e concreto da vida coletiva, o que é propiciado por hegemonismos disciplinares e teóricos, que tanto direcionam o caminho da pesquisa quanto o da formação de técnicos, retirando da sociedade a possibilidade de acessar alternativas (FLORIANI, 2006). No ambiente de exclusivismo que cria para o desenrolar de suas ações, o tecnocentrismo se torna, assim, parte constitutiva do pensamento faustíco, cujo tecnometabolismo gera novos temores e incertezas que servem para submeter as demais frações da sociedade; para os sujeitos e visões de mundo que são descartados, fica claro que o tecnocentrismo enseja um novo processo de descivilização (MARTINS, 2000), uma vez que se trata de um projeto de poder. Esse projeto propende a adotar formas de gestão autoritárias, cuja expressão científica corresponde a uma maior afinidade com métricas mais convergentes aos modelos conceituais matematizados e tipologias palatáveis às ciências duras; as técnicas de monitoramento empregadas são compatíveis com sistemas organizativos, públicos e privados, altamente informatizados, com mais sigilo do que divulgação pública, e com a adoção de ambientes de circulação restrita e compatíveis com os interesses e visões militares. As eventuais disputas endógenas entre subgrupos – o que sempre há – mantêm intactas as estruturas de autoridade e arranjos de poder estabelecidos. É nesse contexto que um debate humanístico sobre os riscos de desastres, embora oportuno e necessário, esbarra em interesses muito incrustrados na máquina governamental e científica que adquire uma dinâmica inflexível no *campo das mentalidades.*

Nesta ocasião, problematizaremos sociologicamente a lógica política desse processo, argumentando, como temos feito recorrentemente, que o espraiamento geográfico e a recorrência dos desastres tidos como naturais no Brasil são menos uma situação fora do controle das autoridades competentes do que um tipo de  controle tecnocêntrico.

## O papel das Humanidades na luta contra a cultura do medo

No Brasil, adentramos o século XXI com a esperança em baixa. O olhar das lideranças governamentais, em nível nacional, tem sido orientado por visões de presente e de futuro pouco permeáveis a críticas, num

alinhamento de baixa reflexividade com as naus de grandes potências, seguindo por um mar revolto e, num certo sentido, desconhecido. Sem muitas garantias nesse ambiente agitado, do qual assentem participar como um ator secundário e cujas deliberações das quais participam tentam preservar os interesses dominantes, os governos que se sucedem acabam por levantar mais barreiras contra os grupos desvalidos do que enfrentar as fontes de seus desvalimentos. É em meio a muitas marés de incertezas generalizadas, em caráter global e nacional, que os desastres vêm ocorrendo e se repetindo, associados a lugares onde tanto as características dos grupos frequentemente afetados quanto as de seu ambiente e da sua rotina de funcionamento já deixavam antever sua fragilidade a múltiplas ameaças. Para esses grupos que, ano após ano, se multiplicam, os medos mais aterradores costumam ser seguidos pela constatação de perdas deploráveis. Ao medo de perder suas coisas, sucede o medo de ser saqueado no pouco que lhes sobra; ao medo dos saques, se soma à intranquilidade contra todos que lhes roubam as escassas oportunidades de recomeço; o armamento dos espíritos que se sentem constantemente ameaçados se torna, de certo modo, inevitável. Desastres viram, aos poucos, um ambiente de guerra, e este ambiente propicia novos desastres.

No plano global, o terreno para a germinação da cultura do medo é amplo e fértil, conforme Mia Couto salientou em sua exposição nas Conferências do Estoril, em 2011:

> (...) há nesse mundo mais medo de coisas más do que coisas más propriamente ditas. (...) Para enfrentarmos as ameaças globais, precisamos criar mais exército, mais serviços secretos e a suspensão temporária da nossa cidadania. (...) Aos adversários políticos e militares, juntam-se o clima, a demografia e as epidemias. (...) A realidade é perigosa, a natureza é traiçoeira e a humanidade é imprevisível. Vivemos como humanidade e como espécie em permanente estado de emergência.[1]

Um sentimento coletivo de medo difuso não mudou através dos tempos, o que mudou foi o caráter daquilo que se teme e a frequência do temor (TUAN, 2005). Ter medo significa recear coisa ou situações que ainda não aconteceram (MACHADO, 2007), mas também recear o retorno de males anteriormente vivenciados, fantasmas a quem apraz assombrar. Não seria demasiado tratar o tecnocentrismo em torno dos desastres como uma

1. Trata-se de sua apresentação nas *Conferências do Estoril sobre Segurança,* em 2011, cujo vídeo está disponibilizado no endereço: http://www.estorilconferences.org/en/archive/2011/speakers/mia-couto-ec-2011 (acesso em: 2 jun. 2014).

espécie de *caça-fantasmas*, que aborda, a todo momento, a gente comum, em seus lugares suscetíveis. À fantasmagoria dos desastres, os tecnocratas dão nome e movimento – no caso brasileiro, são desastres naturais – para, após, ancorarem uma narrativa heroica sobre si mesmos, como em ato de poder dissipá-los. Enquanto isso, a gente comum que se vê frequentemente confrontada com essas aparições sabe que as mesmas hão de rondá-la e pregar-lhe novos sustos, cada vez menos espantosos, porém, crescentemente dolorosos. O pior dos caçadores de fantasmas em missão é que intentam estabelecer com essa gente uma relação de poder, ditando-lhes normas impraticáveis, que apenas a convence de sua triste sina de ser comandada. Os métodos de *caça* utilizados prometem dissipações de fantasmas pelo preço de mais poder aos caçadores, pois somente assim utilizariam seus códigos restritos por longo tempo, decifrando as invocações sombrias, e as espantariam a cada episódio. Camadas mais profundas de medo se sobrepõem, de modo que a gente comum, que antes temia os fantasmas, passa também a temer seus caçadores, num ambiente socialmente paralisante, numa heteronomia social que corrói a essência da democracia da qual ouvira falar. Auxiliá-los a reduzir as fontes do medo se torna, assim, uma tarefa imperiosa, e é nisso que o pensamento humanístico pode contribuir.

Ao longo do século XX e início do XXI, das muitas vezes em que as vozes das Humanidades se levantaram para explicar a cultura do medo prevalente em seu tempo ou circunstância, intentando desvelar os mecanismos sociais opressores e legitimadores de arbitrariedades essencialmente políticas, fizeram-no por meio de diferentes disciplinas, teorias e métodos. Com isso, tiveram por propósito oferecer subsídios aos que, estando inquietos e fragilizados com a situação, demandavam pistas mais consistentes para sua luta na ruptura de mentalidades socialmente imobilizadoras. Retornando ao caso brasileiro, observa-se que, em nome de *algo que pode ficar ainda pior*, como os desastres (mas se aplica à criminalidade, rebeliões, etc.), um novo ordenamento social, de caráter reacionário, está sendo construído. Nele, tem ocorrido uma desfiliação científica involuntária do pensamento humanista crítico, o que resulta num estreitamento tanto do escopo do problema que é analisado pelas autoridades públicas constituídas quanto de suas providências a esse respeito. Essa marginalização alivia momentaneamente as autoridades que porventura não gostam de se ver confrontadas com estudiosos que possam decodificar o jogo social; simultaneamente, tais autoridades reforçam sua adesão à perspectiva dos grupos científicos que demonstram ter maiores pendores e aptidões, técnicas e interpretativas, para adotar um

enquadramento redutivista do objeto. As soluções institucionais oriundas desse tipo de encaminhamento estarão destinadas a gerar mais assombrações para uma sociedade interpretada sob uma ótica cada vez mais simplificadora. Isso não é um efeito colateral, é um intento, através do qual a dinâmica tecnocêntrica ganha durabilidade.

No imaginário social, os desastres são um tipo muito concreto e coletivo de adversidade: pessoas ficam feridas ou morrem, objetos são destruídos ou danificados, perde-se a condição circunstancial ou definitiva de uso daquele território. A despeito da força que essa concretude adquira para que se diga que *ali* estão os principais elementos explicativos dos acontecimentos – isto é, que a causa e os efeitos são palpáveis e visíveis na *cena* –, a seleção dos mesmos se deve às competências específicas que são convocadas para atuar e interpretar o problema. Tal seleção de explicações eventualmente tem caráter opositivo em relação a outras visões, que poderiam estar socialmente disponíveis, mas são silenciadas. Afinal, aqueles que têm oportunidade de vocalizar seu ponto de vista lutam por um lugar de reconhecimento de sua *verdade sobre os fatos*, e o comportamento cooperativo entre *expertises* distintas se torna frequentemente uma falácia.

No entanto, o pensamento humanista crítico sobre desastres tem potencial para englobar várias disciplinas e outros saberes – como os empíricos, os tradicionais, os artísticos, os religiosos e também os técnicos – porque, usualmente, não dissocia o objeto do sujeito e, assim, tem predisposição para trazê-los à tona de modo pulsante e multifacetado. Essa disposição colaborativa é aquilo que permite encontrar elos caríssimos entre os desastres e os demais problemas sociais, os quais se fundem na vida prática de uma sociedade. Os desastres têm uma espacialidade demarcada, mas seus nexos sociais explicativos, no geral, ultrapassam-na. Elos de vários tipos – históricos, econômicos, culturais e afins – podem vincular aquele acontecimento trágico com as desigualdades econômicas, com as violências, com as injustiças sociais, com certos sistemas de crenças, com choque de valores, com dimensões étnico-raciais, com erros de gestão pública e similares. Tais elos são peças de informação preciosas, mas que só emergem quando há um ambiente de busca de explicações variadas provindas de sujeitos diversos; esses podem definir um quebra-cabeças mais completo do problema e formas mais adequadas de enfrentamento do mesmo.

Dentre as Humanidades, a sociologia contribui com a possibilidade de interpretar aspectos da estrutura e da dinâmica social que atravessam as representações e as práticas de distintos sujeitos envolvidos nos desas-

tres. Isto é, habilita-se a identificar e analisar a tessitura das *relações sociais*, as quais têm uma abstração e sutileza que escapam à configuração visível (que os técnicos denominarão de *cena* ou *área quente*) e à cronologia imediata (que os técnicos delimitarão como tempo de duração do *evento*). *Relações sociais* são conexões multifacetadas estabelecidas *entre* diferentes sujeitos (de indivíduos a instituições) e que podem adquirir perspectivas, simultaneamente, micro e macrossociais. Tais conexões são permeadas por jogos de sentidos que, contemporaneamente, são cada vez mais mutáveis, voláteis, ambíguos e baseados no compartilhamento, na confrontação ou na síntese de inúmeras crenças, regras e valores dos sujeitos envolvidos.

A variabilidade de conexões a que a explicação sociológica possa aludir sobre os desastres ultrapassa a informação de base física – passível de captura por imagens, por exemplo – ou aquelas assaz abstrata, como as fornecidas por estatísticas ou modelagens. Essas informações são igualmente válidas e relevantes, mas não alcançam toda a amplitude do impalpável e do intangível das relações sociais que provocam um sofrimento coletivo, o qual está para além da materialidade de uma paisagem de destruição ou de linguagens corporais dos sujeitos na cena. Da mesma forma, o olhar sociológico pode abordar o problema observando as relações de enraizamento e de pertença, mas não se limitando a investigar a materialidade de uma moradia precária num terreno suscetível; pode focalizar o sentimento de insegurança econômica de uma família referente ao seu processo recuperativo, mas busca algo a mais do que os desafios de empregabilidade de seus membros; alude aos mecanismos de dominação que forçam a criação de territorialidades precárias, mas também visualiza aqueles que estão na expulsão dos moradores dessa última fronteira de integração social subordinada. Enfim, a problematização sociológica no assunto pode se dedicar a inúmeros caminhos de desvendamento do problema, articulando informações de diferentes naturezas, provindas de diferentes sujeitos e por meio do uso de multimétodos. A explicação sociológica pode desvendar aspectos cruciais da trama de relações sociopolíticas que gera *desastres normais.* Mas, linhas científicas programáticas visando priorizar *tecnologias de prevenção e mitigação de desastres naturais* cerceiam a clarificação dessa trama de relações, pois agem como uma espécie de filtro que as ciências sociais não conseguem atravessar. No ambiente decisório, o conceito de *tecnologia* é subentendido de um modo a repelir o foco nas relações sociais e na importância de seus estudiosos; embora essa repulsão, a tecnologia continua sendo parte de um fazer social (BENAKOUCHE, 1984).

Esses percalços são o que revelam as barreiras criadas por um pensamento científico ambiguamente dogmático. As disputas conceituais, teóricas, metodológicas e disciplinares em torno de um objeto, incluso os desastres, não deveriam ser vistas como uma turbulência imprevista no campo científico, isto é, como uma espécie de *falta de orientação*; muito ao contrário, elas são a essência do fazer científico. Quanto mais elas ocorrem, em ambiente aberto de discussão, mais o conhecimento propriamente científico prospera. No caso dos desastres, a falta de acolhimento às turbulências, devido a uma posição hegemonizada, é parte do problema.

## Ciência é discussão

Em seus últimos escritos, pouco antes de falecer, Carl Sagan (2004) esteve inquieto sobre como as variadas ciências, por meio de seus experimentos, têm livrado a sociedade contemporânea de assombrações não sem pelo menos provocar outras; isto é, produzir equívocos interpretativos sobre diversos fenômenos circundantes, decorrentes, dentre outros, de seus erros metodológicos. O autor alertou para o fato de que somente o debate em torno dos pontos de vista mais polarizados e contraditórios, em todos os ramos da ciência, livraria a sociedade dos riscos das pseudoverdades, evitando que as mesmas viessem a amparar decisões de Estado e a publicidade e propaganda oficial. A abertura para tal exercício de embates livraria a sociedade, adicionalmente, de uma tendência ao endeusamento das autoridades científicas; em vez disso, faria com que fossem vistos apenas como especialistas, propensos a cometer erros, mais humildes e menos profetas. Dentre as ciências experimentais, Sagan incluiu as ciências sociais, defendendo que estas, embora essencialmente não pudessem ser desenvolvidas em ambiente controlado de laboratório, tinham o mundo como seu privilegiado e complexo laboratório para analisar (ou auxiliar a provocação de) experimentos sociais, como os relacionados a deliberações políticas (agendamento de plebiscitos, por exemplo), econômicas (novas estratégias de ampliação do emprego, por exemplo) e afins. Uma ilustração recente foi a da contribuição do sociólogo Anthony Giddens junto ao governo de Tony Blair, no Reino Unido, e atualmente há esforço massivo dos cientistas sociais britânicos – numa iniciativa denominada *Campaign for Social Science* – para que tenham sua importância reconhecida no subsidio a políticas públicas nacionais em temas vitais e de grande impacto nacional, como saúde, segurança, educação, direitos de minorias, migrações e afins.[2]

2. A mobilização e discussão no assunto, desde sua deflagração em 2014, podem ser acompanhadas por meio do site: http://campaignforsocialscience.org.uk/businessofpeople/makingthereport/.

Na ciência em geral, a precisão de um enunciado que precede a formulação de uma questão correspondente (isto é, a busca de um passo à frente) em torno de um dado objeto define a especialidade – ou seja, o lugar disciplinar – de quem a emite e, desde aí, são revelados os limites do universo que o mesmo pode controlar e julgar sobre o assunto. "A certeza e a verdade científicas dependem, de facto, tanto destes julgamentos como estes delas", asseverou Serres (1990, p. 43). Isso significa que, quando certos objetos são ainda nebulosos, como os desastres, cujas questões cabem em diversas especialidades ou disciplinas, é difícil dizer que haja autoridades totalmente aptas a julgar num amplo espectro desse objeto; se não estão aptas, a não ser que dominem várias especialidades, o juízo emitido será feito por meio de uma temerária elasticidade ética e que, em última instância, peca contra a própria ideia de ciência.

Uma vez que os desastres são um objeto complexo, nenhuma disciplina sozinha o pode desvendar e nenhum especialista pode ser um completo *desastrólogo*. Os *desastrólogos* constituem um grupo muito heterogêneo de especialistas, debruçados sobre um objeto não disciplinar. Isso demarca dificuldades significativas para que haja o controle mútuo dos estudiosos no tema, pois podem ser tidos como um grupo coeso, quando, de fato, não o são. Uma das dificuldades ocorre quando estudiosos no tema de *riscos* são confundidos mecanicamente com estudiosos em *desastres*, fazendo crer que as intersecções de seus respectivos objetos sejam plenas. Outra dificuldade se dá quando especialistas num mesmo campo disciplinar agem em prol da vaidade pessoal, de seu grupo de pertença ou de sua vinculação institucional, podendo com isso suscitar a omissão de conflitos de interesse na avaliação de projetos, deturpação que não será atenuada enquanto os avaliados não tiverem poder de listar os pares que não têm isenção para julgá-los. Ademais, há dificuldades de construção de boas avaliações, se os avaliadores são do mesmo campo disciplinar que os avaliados, mas não especialistas no mesmo assunto ou questão, apenas o tangenciando com graus variados de domínio. Com isso, notamos que diferentes situações obstruem que os estudos sobre desastres possam avançar a passos largos, como de resto ocorre em outros problemas tão intrincados quanto este. Uma síntese metodológica para examinar desastres seria algo apreciável para o avanço científico no tema, porém, tarefa dificultada no contexto em que há campos disciplinares dominantes, cujos especialistas se encontram respaldados politicamente para simplificar esse objeto inerentemente complexo. Fazendo-o a seu bel-prazer, geram correspondentes equívocos na difusão científica sobre o tema, levando o público técnico e também o leigo a mimetizar seus argumentos mal cali-

brados. Se os filtros de uma especialidade dominante servem para avaliar – no geral, depreciativamente – as demais, muito provavelmente sua dominância ocorreu graças a uma predisposição mais utilitária, que acabou se sobressaindo em relação às predisposições científicas mais reflexivas. Por fim, elites do conhecimento forjadas pelo utilitarismo municiam-se de seu prestígio social para influenciar decisões políticas e manterem-se inexpugnáveis a críticas, protegidas por uma ideia vaga de progresso.

Por sua experiência e trajetória no contexto francês de pesquisa, o insuspeito prêmio Nobel de Física, Professor Serge Haroshe (2012), advertiu que os esforços científicos que buscam lidar com questões de fundamentos e com as investigações orientadas para a curiosidade – sabidamente, as atividades mais custosas de tempo, apesar de serem as que, potencialmente, apontam para a *blue sky research* – estão perdendo espaço para os esforços que se apresentam como os que imediatamente resolvem os problemas práticos, dentre os quais, os *problemas ambientais*. O autor concluiu que, quando uma dada pesquisa sinaliza dar resolução concreta a um problema prático, aumenta sua possibilidade de financiamento devido à compatibilidade com o atual sistema de avaliações. Quarantelli (1998), em sua longa trajetória no contexto americano de pesquisa, tem preocupação similar à de Haroshe, vendo na busca de resultados práticos e produtos finais algo que obstaculiza o conhecimento de base e mais reflexivo. De um lado, a história da ciência, e mesmo da sua essência, a impele para o questionamento das ideias dominantes; de outro, as estruturas do campo científico a impelem para uma direção cada vez mais instrumental e antissolidária, com barreiras à polissemia em torno das *verdades sobre o mundo*. Dessa desintegração do ambiente acolhedor ao pensamento crítico, as ciências sociais são uma das primeiras a se sentirem acuadas, testemunhando, sem muitos meios de autodefesa e de manifestação, ao recrudescimento das injustiças e intolerâncias de toda a ordem.

Não apenas as ciências sociais são postas de lado nesse ambiente tecnocêntrico. Os processos decisórios cientificamente cerceadores ficam também cada vez mais distanciados da racionalidade civil em geral. Talvez por isso, autores como Alexander (2002) advertem sobre o quanto de concessão à democracia tem tido de fazer com o advento desse novo período histórico de medos difusos e globais, como os relacionados aos desastres catastróficos, ao terrorismo e outras agressões em grande escala. Alegando-se a *defesa da população*, um novo espírito autoritário tem passado a legitimar técnicas de gerenciamento mais militarizadas no âmbito de instituições públicas como as de defesa civil, tornando a ideia de proteção civil

e de outras várias, que aludem a liberdades civis, meramente retóricas. A ideia de proteção civil, que nasceu da articulação e *mix* entre o meio institucional público, privado e voluntariado em ação conjunta, exige um tipo delicado de balanço de poder entre os mesmos; porém, um caráter paramilitar, de segredos e de repressão, com tecnologias mais invasivas, pensando em novos ataques similares, começou a tomar corpo após o 11 de setembro (ALEXANDER, 2015) e não parou mais. A entrada do Brasil no rol dos grandes eventos, como os Jogos Pan-americanos, a Copa do Mundo e as Olimpíadas, também tem sido justificativa adicional para que essa cultura repressiva ganhasse corpo por aqui.

Por certo, o emprego de forças militares é colaboração oportuna em momento de resposta a desastres, principalmente os catastróficos, quando as interações civis locais e regionais não dispõem de toda a capacidade necessária para prover atendimento a altura para um conjunto significativo de pessoas severamente prejudicadas. O uso de equipamentos especiais e de técnicas específicas de resgate, a reconstrução rápida de infraestruturas provisórias essenciais em substituição àquelas colapsadas ou danificadas, a montagem rápida de acampamentos e de distribuição de víveres são algumas dessas ações colaborativas de grande valor. Porém, é temerário reduzir a compreensão e a visibilidade pública dos desastres a operações espetaculares de resposta, tornando o papel igualmente ativo e vital das comunidades algo pálido e descartável. Ao contrário disso, um passo adiante para alargar a visibilidade da proteção civil sobre a de defesa civil seria investir pesadamente nas estratégias exitosas de autoproteção comunitária, o que significa ampliar o compromisso público com seu bem-estar.

Nos vários locais do planeta em que a lógica institucional militarizada sobrepõe-se à defesa civil, a proteção civil sai solapada, pois se produz uma paulatina estranheza dos sujeitos dominantes com os valores, regras e práticas plurais de vida civil. Quando uma autoridade à frente de um órgão de defesa civil se apresenta publicamente como civil, mas cuja carreira tenha se desenrolado em instituição militar, sua trajetória de trabalho forja inevitavelmente sua racionalidade e critérios de decisão. Isto é, sua trajetória é aderente à sua gestão e suscita, assim, uma estranha tutela do mundo civil. Voluntária ou involuntariamente, ocorre um impedimento ao amadurecimento das forças da base da sociedade na condução das feições e orientações institucionais em prol do fortalecimento da vida democrática.

Ilustrativamente, voltamo-nos ao contexto britânico, onde essa racionalidade militarizada em defesa civil, que visibiliza privilegiadamen-

te as ações de resposta, pode se tornar muito obtusa diante da complexidade do mundo civil contemporâneo. Ao observar e analisar três diferentes exercícios empíricos de resposta a emergências, Kim (2014) concluiu que o treinamento por si só não era o suficiente, porque a vida real continuava cercada de muito mais incertezas do que o encadeamento encenado de serviços e atores – incluindo a maneira estereotipada de concepção das vítimas e de seu comportamento. Para o autor, *esperar o inesperado* exige estar muito além do previsível, isto é, exige ser mais holístico e flexível do que aquilo que ensinam esses exercícios e também os manuais.

A apartação das competências das ciências sociais para desenvolverem estudos, debaterem ideias e delinearem políticas em torno de objetos essencialmente sociais, como os desastres, os leva a serem decodificados num âmbito que lhes trata com certa estranheza e de modo inapropriado, e isso tem se tornado um desastre à parte.

## Os estudos sobre desastres na perspectiva sociológica

Conforme dissemos, o campo disciplinar sociológico tem contribuições relevantes para o tema dos desastres, mas o *approach* dominante sufoca essa contribuição. Na abertura de seu livro, Rodriguez, Quarantelli e Dynes (2007) arrolaram respeitosamente os pioneiros que trouxeram tal tema para essa disciplina e, dentre os elencados, mereceu destaque o estudo de Sorokin (1942). No começo do século XX, Sorokin identificou as epidemias, a fome, as guerras e as revoluções como desastres de grande escala, autênticas crises civilizacionais, isto é, como processos de descivilização, que geravam, da parte dos governos e das elites da época, uma antítese à solidariedade. Essa contribuição pioneira teve em conta problemas localizados, mas deles Sorokin extraiu as regularidades para exprimir um panorama mais amplo, em escala global, no qual o projeto civilizatório, na primeira metade do século XX, já dava mostras de suas insuficiências. Para o referido autor, as calamidades não eram apenas duras penas coletivas, mas crises que possibilitaram uma mudança na vida sociocultural dos que as sofriam e dos que as testemunhavam e se compadeciam; essa mudança se dava pela agitação, em variados aspectos, de uma expressão artística no tema – na ficção, no poema, no drama, na pintura, na escultura – até a mudança de leis e criação de novas formas de regulação social e de interpretação do comportamento moral diante da barbárie que, naquele momento, estava em curso.

Nas décadas seguintes, pós-Segunda Grande Guerra, os estudos de uma nova geração de pesquisadores foram conduzidos, principalmente,

para recortes nacionais, prevalecendo o foco no contexto norte-americano e europeu. Ao reunir cientistas sociais de diversas instituições, disciplinas e países, a fim de delimitar o campo de estudo da sociologia em desastres, Enrico Quarantelli teve clareza da dificuldade dessa tarefa por duas razões essenciais. Por um lado, o desafio residia nas conexões nítidas do tema dos desastres com os demais temas clássicos e contemporâneos das ciências sociais, de tal modo que, em certos aspectos, sua forte interface gerava uma confusão temática. Por outro, a dificuldade residia em que cada sociólogo, por mais que procurasse se deter em aspectos socioculturais, sociopolíticos, socioeconômicos ou socioespaciais mais amplos, intentando propor vigas mestras para sua análise – isto é, teorias de validade mais geral –, tinha por referência um aspecto da trajetória de sua própria sociedade de inserção e das formas particulares como ali se processou e foi vivenciado um desastre em particular.

Não obstante tais dificuldades, as mesmas eram também reconhecidas como sendo a virtude dessa disciplina, pois apontaram para sua colaboração decisiva em evidenciar as interações e representações sociais, assim como visibilizar os sujeitos entranhados e tensionantes que, de um modo ou de outro, estavam articulados entre si nas tragédias e nas experiências compartilhadas de sofrimento social. Muitas décadas atrás, no Brasil, Florestan Fernandes (1967) já tinha atentado para o fato de que a sociologia procura vencer os particularismos e elaborar esquemas interpretativos mais gerais sobre os sistemas sociais; apesar do caráter indutivo que rege a aglutinação de variáveis não uniformes que porventura seleciona, ainda assim o sociólogo procura atribuir-lhes um sentido amplificador e cumprir a natureza disciplinar nomotética (generalista). Tal como tem ocorrido com outros temas caros à sociologia, levam-se em conta as discussões particulares, mas cotejando-as com as de caráter mais global. No concernente aos desastres, isso implica que a reflexão aprofundada sobre um único caso ainda assim aporta elementos de análise que o extrapolam; cada caso é uma oportunidade para a validação ou rechaço de uma teoria ou aspecto da mesma, ou para ver o alcance de um percurso metodológico para gerar informações ou interpretá-las. Apesar desse esforço em compreender as especificidades ou regularidades dos desastres, a sociologia é comumente posta de lado nos fóruns de discussão.

No que concerne aos problemas interpretativos mais gerais decorrentes da explicação tecnicista que descarta a colaboração das Humanidades, cabe destacar três pontos. O primeiro deles diz respeito ao prejuízo explicativo quando se suprime o contexto sócio-histórico que forja um de-

sastre, o que impede que se veja sua gênese e seu desdobramento em outras tantas crises (QUARANTELLI, 1998). O segundo, se refere à desimportância que a visão dominante atribui à fabricação social das negligências, bem como ao conjunto de valores dos sujeitos envolvidos, o que, contudo, regerá a significação sobre as perdas havidas e as prioridades de recuperação num desastre (PERRY, 2007). O terceiro refere-se à falta de elementos-chave para identificar variados padrões de vulnerabilidade (econômica, social, cultural, política) que estão no *core* de um desastre, os quais só são visíveis quando se focaliza o processo de desastre e não apenas o *evento* (OLIVER-SMITH, 2002). Com relação a esse terceiro aspecto, é preciso enfatizar que o foco em *evento* congela a complexidade social e a *coisa* passa a tomar o lugar das *relações.* Isso impede que se possa identificar, na aglutinação de cada nova ocorrência, um processo de colapso da cultura de proteção e, assim, se evita que a sucessão de desastres seja a prova de que os aparatos protetivos estejam falhos (DOMBROWSKY,1998). Nisso, não estamos descartando que se diga que haja desastres *relacionados aos eventos x* ou *y,* mas que tais eventos, sendo uma peça importante em si mesmos, não deveriam ser considerados como o centro de um desastre.

No entanto, quando é possibilitado que a sociologia examine a questão, essa disciplina pode mostrar como são fabricados os mosaicos de sistemas sociais e discriminar, na lógica dos mesmos, como se ordenam e se relacionam os elementos que compõem os desastres. Portanto, é um ramo da ciência com o potencial de trazer referências variadas para indicar como as coisas se processaram até o clímax, naquilo que se configura como sendo um acontecimento trágico. Seria, portanto, um passo importante da política científica valorizar esse tipo de contribuição, bem como a das demais perspectivas das Humanidades, que são capazes de virar a página dos reducionismos atualmente feitos no entendimento do *meio social*, tratado como um aglomerado indistinto de pessoas e em relação ao qual são feitas padronizações simplórias que ocasionam maior falibilidade de procedimentos de defesa civil, de assistência social, de habitação e de demais ações técnicas que agem como fator de simplificação e, não raro, de depreciação da coletividade atendida.

É no bojo de um debate essencialmente humanístico sobre as lógicas sociais contemporâneas dominantes, em diferentes escalas de espaço e de tempo – as quais estão produzindo nações, comunidades, famílias e pessoas desvalidas –, que fica claro o quanto, para a perspectiva sociológica, é difícil dissociar os rumos concentracionistas do modo de produção capitalista, em nível global, dos descaminhos socioambientais que as estra-

tégias brasileiras de desenvolvimento vêm suscitando e, ainda mais, separar ambos do incremento dos desastres localizados. Essas engrenagens ligam, em diferentes ritmos e intensidades, crises na reprodução social, nos direitos territoriais e na concepção de responsabilidade pública. *Crise* pode ser entendida como uma situação extremamente difícil na qual desacordos, incertezas e sofrimento se mesclam (CAMBRIDGE UNIVERSITY PRESS, 2003). O aumento da sua frequência e intensidade gera, por assim dizer, *crises normais,* cuja precipitação aqui e acolá deixa de ser uma incerteza, até chegar a um nível de esgotamento que implique uma necessidade imperiosa de adotar uma nova maneira de equacionamento do problema.

Conforme dissemos em outra ocasião (VALENCIO, 2013), as conexões entre diferentes tipos de crises não se estabelecem apenas por meio de superposição de escalas geográficas, mas por intermédio dos fluxos da vida social que podem perpassar, simultaneamente, o espaço global, o nacional e o local, os quais são orientados por diferentes núcleos de poder, sujeitos, culturas, tempos sociais. Atualmente, a transversalidade dos fluxos da vida social dos grupos mais desvalidos liga uma *crise civilizatória* com a *crise crônica brasileira* e desta com as *crises agudas* dos desastres que se desenrolam nos vários municípios (Figura1).

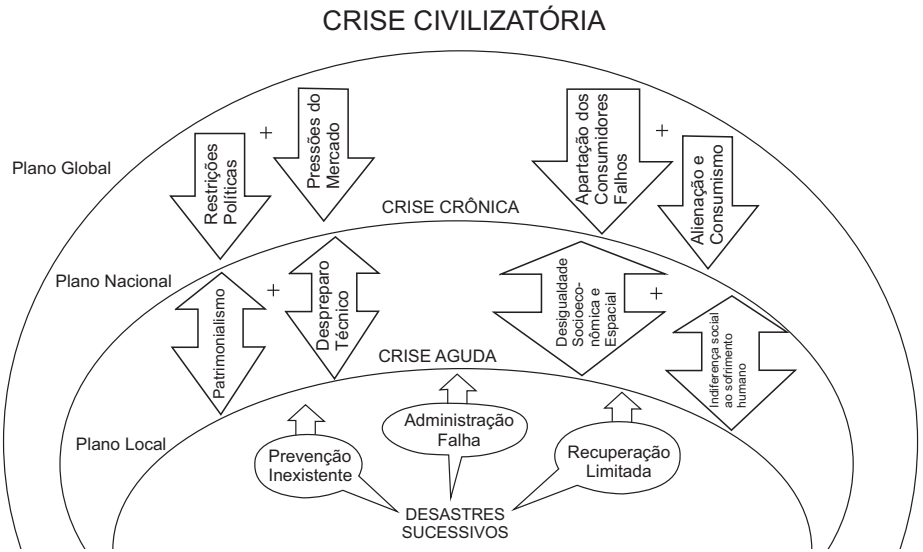



**Figura 1** Articulações entre planos (global, nacional e local) e as crises civilizatória, crônica e aguda. Fonte: Autora (2013).

No plano global, observamos as polarizações da acumulação, cuja alienação social decorrente do consumismo desenfreado num polo gera uma insensibilidade generalizada diante do outro polo, composto por bilhões de pessoas que sofrem sucessivas desfiliações e não têm mais como garantir sua sobrevivência e reprodução social num nível mínimo. Como mencionam Hardt e Negri (2001), a ideologia da modernização tem sido dinamizada por novos desejos de consumo que excedem as condições mais gerais de reprodução social. No plano histórico-regional brasileiro, o projeto político dominante tem se desenrolado ao redor de um modelo de integração pelo consumo, similar ao padrão das camadas médias e das elites dos países desenvolvidos, redundando em secundarização de outros problemas sociais (educação, saúde, saneamento, etc.) que não são amortecidos pelas políticas assistencialistas em curso; ao contrário, os que vão ficando à margem da acelerada modernização do consumo são os que mais pagam o preço de um modelo de reprimarização da economia e do *new extractivism* político e econômico, não tendo recursos de voz, diante das autoridades, para construir uma agenda social genuinamente inclusiva. Não somente no Brasil, mas em toda a América Latina, o entendimento do "ciclo de vida" completo dos desastres depende de uma análise da problemática do desenvolvimento, pois é nela que subjaz as condições preexistentes de vulnerabilidade (GARCIA-ACOSTA, 1997).

O processo de vulnerabilização acima assinalado, decorrente da forma como se procede a acumulação, também promove práticas espaciais tensionantes, como nas cidades brasileiras, onde as "zonas de sacrifício" são um contraponto aos espaços valorizados de consumismo de lugar (ACSELRAD, 2015). Um *link* fundamental entre desastres e desenvolvimento é o tipo de mudança social impedido, o qual é identificado por meio das características genotípicas da sociedade (QUARANTELLI, 2015). Logo, quando se observa a sucessão de desastres deflagrados na escala municipal, vê-se que os mesmos não se dissociam dos demais planos da existência social, visão obtida desde que sejam buscados os nexos explicativos das Humanidades e dos saberes não científicos por ela congregados. A coletividade que sofre num desastre, no nível local, geralmente, também tem inserção precária no modelo de desenvolvimento nacional e global. Não ter como escapar da pobreza pode ser uma pista forte para identificar os que não têm como escapar do desastre. Por outro lado, a indignação dos que sobrevivem em desastres catastróficos tem força argumentativa para suplantar a *cena* e apontar necessidades de mudanças mais profundas e gerais no tecido institucional, na base legal, nas práticas técnicas. Isso foi evidenciado, no ano de 2011, no caso do desastre na Região Serrana do

estado do Rio de Janeiro, onde o grande número de mortos e desaparecidos, algumas mobilizações coletivas e as denúncias de atos de corrupção praticados por autoridades locais, dentre outros, ensejaram rápidas mudanças institucionais, as quais, infelizmente, tomaram uma direção de aprofundamento do tecnocentrismo ao invés de contê-lo, conforme explanamos em estudos anteriores (VALENCIO, 2012, 2014a).

Têm havido *links* cada vez menos sutis entre os vários *refugados* da sociedade (BAUMAN, 2005). A reivindicação ao direito fundamental de moradia não gera acolhida segura, mas depósitos improvisados e provisórios de gente (acampamentos de refugiados, abrigos provisórios para afetados por desastres, albergues de passagem para pessoas em situação de rua), cujas regras são impostas por agentes externos e cujos serviços de atendimentos são mantidos precários. Os grupos sociais deslocalizados (expulsos de sua nação de origem, em virtude de intolerâncias étnicas e religiosas; expulsos de suas comunidades por projetos econômicos de grande escala, em virtude de precedência do lucro sobre a vida comunitária; expulsos de sua moradia, pela ausência de infraestrutura que a ressignifica como pertencente a uma área de risco) ficam à mercê de autoridades que os tratam progressivamente com a menor tolerância possível, para que se sintam constrangidos e partam dali. Os percalços pelos quais esses grupos passam são parte de uma biopolítica que restringe suas alternativas de autoproteção. Assim, quando barcos frágeis atravessam o mar Mediterrâneo em direção à Europa, ao desespero que impulsiona milhares de pessoas ao desconhecido, corresponde uma blindagem territorial das nações europeias, que limitam as possibilidades de recepcioná-los. Da mesma forma, no contexto brasileiro, migrantes haitianos, que buscam alternativas de trabalho diante do desmantelamento econômico de seu país, passam por inúmeros constrangimentos morais na interação com as autoridades locais, sinalizando que não são bem-vindos (PAULA; VALENCIO; SILVA, 2013). Quando o espaço de uma comunidade historicamente desassistida pelo Estado se desmantela, e o próprio Estado nacional se esgarça, como em países do norte africano ou no Haiti, afinal, quem estará surpreso?

Nas periferias urbanas paulistanas, terrenos instáveis nos quais se assentam construções precárias são a única opção de moradia diante da falta de opção de milhões de famílias (MALAQUIAS, 2014). Mas, antes mesmo de esses grupos serem considerados vítimas de conflitos e de desastres ditos *naturais*, serão considerados ignorantes e culpabilizados por sua desfiliação social. Focalizando a América Latina, Oliver-Smith (2006) pondera que o

incremento da mortalidade e das perdas materiais nos desastres se deve tanto à degradação ambiental quanto, sobretudo, aos fatores políticos de exclusão, perseguição, expulsão e opressão dos socialmente mais fracos (os pobres, os grupos étnicos, os povos tradicionais e afins). Assim, não são os elementos visíveis de um perigo externo quem primeiro mostra sua temerosa face, mas, sim, o tecido social, que materializa esse tipo de *situação crítica*. Com que estupefação podemos assistir à proliferação de desastres em países como o Brasil? Nenhum interrogatório a São Pedro – a quem acusam por entregar-nos secas ou tempestades severas, sempre fora do padrão meteorológico ou climático esperado – trará à tona as respostas necessárias.

Do debate científico que problematiza a adoção do conceito de desastre natural participam autores como Garcia-Acosta (2005, 2014), Lavell (1993), Romero e Maskrey (1993), sendo que estes últimos assinalaram originariamente, com muita precisão (p. 6), que: "También forma parte de esta deformación el superponer dos términos que son muy diferentes: 'fenómeno natural' y 'desastre natural', utilizándolos muchas veces como sinônimos. Debe quedar claro que no son iguales, ni siquiera el primero supone el segundo". Mas essa advertência, a partir da qual é exigida uma correlação mais profunda com os sistemas sociais, segue sumariamente ignorada pelo *mainstream.*

## Uma espiada nos números e para além deles

Diante da discussão acima, podemos ir transcendo, aos poucos, os aspectos de *onde* ou *quando* as coisas sucederam, para nos dedicar aos *porquês* de sua ocorrência. É daí que derivam as possibilidades de identificação e caracterização das práticas institucionais problemáticas, dos sujeitos que as dinamizam e que, em vista de um anseio de aprimoramento da relação do Estado com a sociedade, necessitariam ser objeto de maior discussão.

Nessa ocasião, passamos a nos deter sobre as informações da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (SEDEC) referentes aos vários recortes da evolução dos desastres ocorridos no Brasil, no período 2003-2014, para mostrar o que eles podem sinalizar. O ano de 2003 marca a forma mais sistemática e pública do esforço de atualização regular da informação na base própria da SEDEC e pode ser confirmada no *Diário Oficial da União*. Como a decretação de desastres, nas gradações *situação de emergência* (SE) e *estado de calamidade pública* (ECP), é feita no nível municipal, esse nível local ganha maior visibilidade no referente às medidas práticas adotadas pelas autoridades naquilo que é tratado como uma excepcionalidade. As emergências decretadas contam com, usualmente, de 30 a 90 dias para dirigir de modo

diferenciado as prioridades de recursos (humanos, materiais e financeiros) da máquina pública. Nesse período, o decreto tem o sentido de dotar a administração pública local de ares de excepcionalidade, embora, para parte dos munícipes que vivenciam recorrentemente tal crise aguda, aquilo seja uma constante e, mesmo para a administração pública, que passa por isso muitas vezes, não seja nenhuma novidade.

A incapacidade local para lidar com perigos manifestos e, no geral, recorrentes, que geram perdas e danos coletivos de grade monta, é a justificativa da decretação municipal de SE ou ECP, que implanta uma espécie de *estado de exceção* na rotina da administração pública local. Sob decretação de emergência, há regras menos transparentes no tratamento dos recursos públicos correntes e, ainda, possibilidade de alcance a verbas extraordinárias para fazer face às várias destinações que a prefeitura arbitra, em conjunto com a defesa civil local. Essa característica legal se tornou um modo de gestão cada vez mais usual na máquina pública (VALENCIO, 2012).

Há uma década, por meio de sucessivos estudos, temos indicado que a evolução das ocorrências de desastres no país é preocupante na medida em que persiste uma grave regularidade: em média, aproximadamente um terço dos municípios brasileiros ao ano ficam nesse estado de exceção. Significa dizer que a relação sociopolítica dos administradores públicos municipais com seus munícipes, nessas localidades, se altera para pior no referente ao contrato social convencionado pelas partes por intermédio das urnas. A concepção compartilhada de normalidade de funcionamento das rotinas da administração pública local dá lugar a deliberações tomadas no âmbito estrito dos gabinetes.

Nos últimos três governos federais – no 1º mandato (2003-2006) e no 2º mandato (2007-2010) do presidente Lula e no 1º mandato (2011-2014) da presidente Dilma – o patamar médio de decretos de SE e ECP (considerando o ano de início da vigência dos mesmos) foi piorando e passando, a partir do ano de 2012, a patamares inéditos (Figura 2).

Quando convém, por parte do meio técnico, tem sido utilizado o argumento de que a situação está sob controle, porque o aumento das ocorrências apenas expressaria as maiores facilidades de trânsito dessa informação em meio virtual; além disso, segundo esse argumento, o aumento de decretações de emergência decorre da capacitação de coordenadores de defesa civil, que estão mais aptos a auxiliar os prefeitos sobre como o sistema funciona.

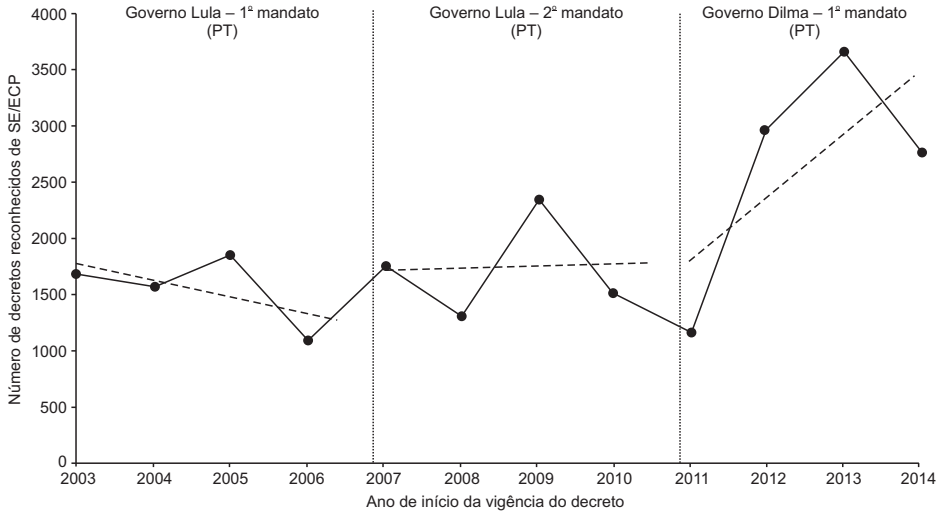



**Figura 2** Evolução do número de decretos de situação de emergência (SE) e de estado de calamidade pública (ECP), reconhecidos por portaria federal do Ministério da Integração Nacional, no período de 2003 a 2014. Fonte: Sistematizado pela autora a partir de informação da SEDEC/MI.

As liberações extraordinárias de recursos são atreladas às decretações municipais que contam com correspondentes portarias federais de reconhecimento, bem como com uma defesa civil formalmente constituída no nível local. No entanto, essas mesmas alegações podem ser analisadas como um mecanismo pelo qual tem se difundido uma nova forma de gestão pública, que se automatiza: aguardam-se os danos ocorrerem (em vez de se promoverem mais incisivamente formas preventivas diante ameaças conhecidas) para, então, serem acionados os requerimentos legais para embasar padrões de resposta limitados, como: abrigos provisórios (nos quais a privacidade das famílias, no geral, fica comprometida); distribuição de cesta básica (com itens indiferenciados dos hábitos alimentares locais); distribuição de água (em rações muito abaixo das necessárias para o consumo individual e animal); distribuição de colchões (acomodados diretamente no chão); distribuição de roupas usadas e itens afins os quais tomam a denominação de *assistência humanitária*.

Desse automatismo, que põe o foco na *resposta ao desastre,* repousa a legitimação dos sujeitos e das práticas que podem interferir na *cena*, isto é, os que têm falas autorizadas e poder de comando sobre a mesma. Por isso, a preocupação com a logística de transporte de itens de primeira necessidade, que precisam chegar aos rincões do país e às periferias urba-

nas avassaladas por inundações, ganha precedência não apenas na discussão técnica, mas na estrutura de autoridade sobre o assunto. Isso sequer significa efetivamente que haja o devido controle para que aqueles em nome dos quais os recursos são mobilizados cheguem mesmo a receber aquilo que em seu nome foi destinado e nem que o fornecimento de tais itens supra as demandas dos afetados por proteção à sua dignidade.

Nesse aspecto, o que deveria ser uma virtude no 1º governo Dilma – a maior celeridade do governo federal para reconhecimento dos desastres, acelerando os trâmites que legalizam esses fluxos administrativos excepcionais – acaba coincidindo com o maior número de decretações, como se mais municípios quisessem se beneficiar da possibilidade de reivindicar seu estado de exceção (Figura 3).

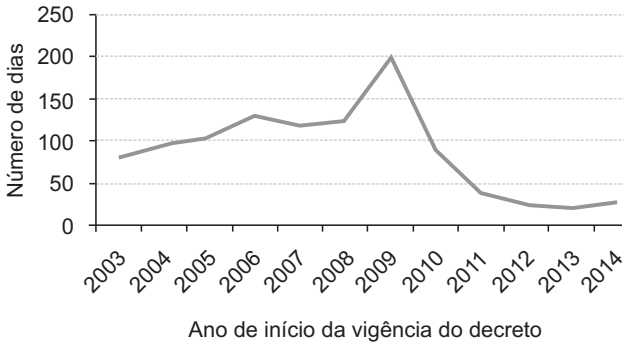



**Figura 3** Número de dias entre decretação de SE/ECP e a publicação da portaria ministerial de reconhecimento no *Diário Oficial da União*.
Fonte: Sistematizado pela autora a partir de informação da SEDEC/MI.

Ao longo de pouco mais de uma década (jan-2003 a mar-2015), algumas Unidades Federativas se destacaram no número de decretos municipais de desastres (SE e ECP) reconhecidos por portaria federal, como o Rio Grande do Sul, Ceará, Paraíba, Santa Catarina, Bahia, Piauí e Pernambuco (Figura 4). As autoridades públicas dessas UFs, como também as das demais, nominam os desastres como uma espécie de ataque, por assim dizer, tornando a população local refém de perigos que, contudo, ali são conhecidos e frequentes: estiagens prolongadas ou secas, de um lado, e chuvas intensas ou prolongadas, de outro, com efeitos de quebra de safra, enchentes em áreas densamente povoadas e outros.

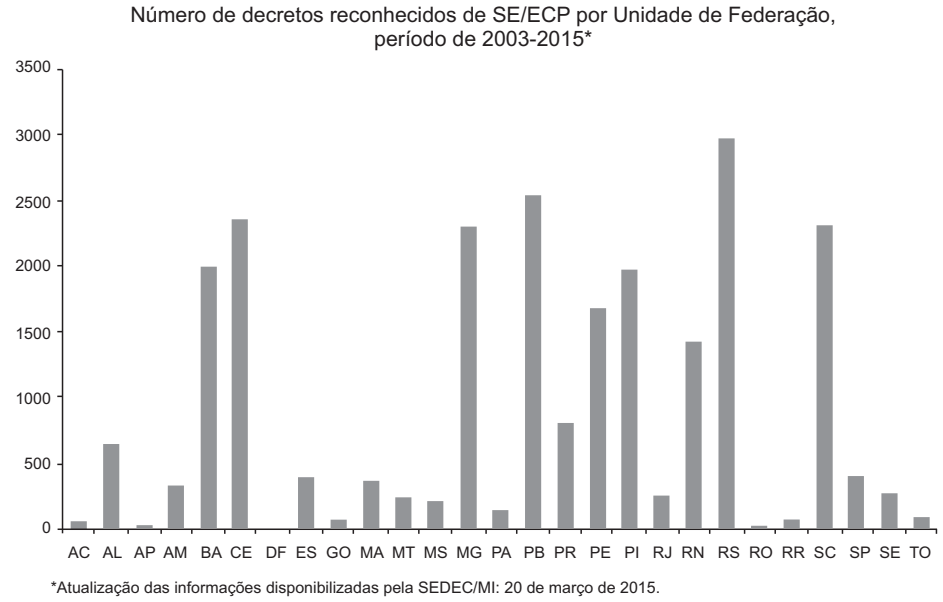



**Figura 4** Distribuição estadual de decretos municipais de SE/ECP, reconhecidos por portaria federal, período de 1 de janeiro de 2003 a 20 de março de 2015. Fonte: Sistematizado pela autora a partir de informação da SEDEC/MI.

Uma instigante questão para cientistas sociais e que deveria ser orientada para as autoridades públicas brasileiras nos três níveis do governo é: *que tipo de desenvolvimento banaliza, em pleno século XXI, o discurso oficial de que somos atacados por fenômenos da natureza e, diante dos mesmos, não apresentamos a devida resistência*? Os medos das intempéries remetem, em termos civilizacionais, a um passado muito remoto na história humana, o que, por um lado, o torna um medo radicado muito profundamente na cultura mas, por outro, é de notar que a marca do mundo moderno foi produzir meios de conviver e se adaptar a tais fenômenos sem que os mesmos fossem identificados como perigos inultrapassáveis. Qual seria, então, o tamanho de nosso atraso medido por uma vulnerabilidade insistente? O discurso oficial que orienta a comunicação midiática remete a uma singularidade qualquer *daquele evento* para justificar a vulnerabilidade e a incapacidade pública para lidar com o problema: *nunca houve cheia do rio como esta* ou *a estiagem ou seca que atravessamos é a maior dos últimos tempos*... Tais ênfases são apresentadas de forma que os governantes, parecendo surpreendidos, se põem a reagir com medidas paliativas de enfrentamento. Fica fora da explicação a lógica de expansão urbana, as práticas econômicas que colaboram para o assoreamento de mananciais, a atividade de

desmatamento, a falta de resolução de problemas generalizados de drenagem, a desigualdade de acesso à água, a postergação de resolução dos desafios habitacionais crônicos, a insuficiência das medidas de combate à pobreza e afins que trariam a discussão para outro patamar, essencialmente político, do qual os cientistas sociais poderiam participar com destacada presença.

Os nexos político-partidários nos quais transitam as facilidades decorrentes da decretação de emergências mereceriam ser investigados tanto quanto os fenômenos geológicos ou atmosféricos que hoje tem destaque na explicação técnica e oficial. Afinal, é recorrente no país que haja compensação monetária ou de cargos diante do esforço de coalização (PASQUARELLI, 2011), e práticas fisiológicas são uma marca do patrimonialismo no país. Isso pode ocorrer tanto na relação da União com as Unidades Federativas ou dessas com municípios ou dos municípios com a União.

Por exemplo, durante a 1ª gestão Lula (2003-2006), nas dez Unidades Federativas que apresentaram resultado igual ou superior a cinquenta decretações de desastres no ano de 2003 – a saber, Minas Gerais (PSDB), Paraíba (PSDB), Rio Grande do Sul (PMDB), Rio Grande do Norte (PSB), Alagoas (PSB), Pernambuco (PMBD), Ceará (PSDB), Santa Catarina (PMDB), Bahia (PFL) e Piauí (PT) –, sete delas tinham governantes estaduais do mesmo partido da base aliada ao PT ou do bloco governista em nível nacional (RS, RN, AL, PE, SC, BA e PI). Na 2ª gestão Lula (2007-2010), no ano de 2009, dos sete estados com número de decretos/reconhecimentos superior a 50 casos, a saber, os de Alagoas (PSDB), Bahia (PT), Ceará (PSB), Minas Gerais (PSDB), Pernambuco (PSB), Rio Grande do Sul (PSDB) e Santa Catarina (PMDB), quatro eram do mesmo partido da base aliada ao PT em nível nacional ou do bloco governista (BA, CE, PE e SC). Na 1ª gestão Dilma (2011-2014), dos doze estados com número superior a 50 decretos/reconhecimentos de SE/ECP, no ano de 2012, a saber, os do Amazonas (PSD), Bahia (PT), Ceará (PSB/PROS), Maranhão (PMDB), Minas Gerais (PSDB), Paraíba (PSB), Paraná (PSDB), Pernambuco (PSB), Piauí (PSB), Rio Grande do Norte (DEM), Rio Grande do Sul (PT) e Santa Catarina (PSD), nove eram do mesmo partido da base aliada ao PT em nível nacional ou do bloco governista (PT, PSD, PSB).

Outro ponto são as correspondências entre a Unidade Federativa de origem dos ministros da Integração Nacional que se sucederam no período de 2003-2014 – oriundos, respectivamente, dos estados do Ceará, Bahia e Pernambuco – e a Unidade Federativa que vai se destacando nas decre-

tações de emergência. É sabido que essa pasta ministerial está destinada a partidos da base aliada/bloco governista, mas, sobretudo, sob o filtro do controle de novas e velhas oligarquias regionais nordestinas. Durante a gestão dos ministros Ciro Gomes, Pedro Brito e Francisco Teixeira, todos do estado do Ceará, esta Unidade Federativa coincidentemente tomou a dianteira de decretações de SE/ECP em relação aos estados da Bahia e de Pernambuco. Em relação ao total nacional, o Ceará detinha uma representação média de 9,92% dos decretos de emergências no período 2003-2014, mas, nas três gestões ministeriais cearenses, essa representatividade pulou para, respectivamente, 10,48%, 12,73% e 13,99% do total nacional. Já durante a gestão baiana de Geddel Vieira Lima e de João Santana e gestão pernambucana de Fernando Bezerra Coelho, os desastres cearenses decretados/reconhecidos reduziram-se para, respectivamente, 8,56%, 8,57% e 7,97%. Em contrapartida, a gestão ministerial baiana de João Santana coincidiu com a representatividade dos desastres na Bahia saltarem de 7,43% do total nacional para 14,08%, muito acima de sua média no período, que era de 8,47% do total nacional. A gestão ministerial do pernambucano Fernando Bezerra Coelho foi a única no período analisado em que o aumento percentual de decretações de emergência do estado de Pernambuco manteve-se em 7,13%, próximo à média de 6,79% (Quadro I). No entanto, mesmo as variações percentuais estáveis ocorreram num contexto de aumento nacional de SE/ECPs.

**Quadro I** Distribuição percentual decretos/UFs em relação ao total nacional, período 2003-2014.

| Gestão | CE | BA | PE |
|---|---|---|---|
| Média no período 2003-2014 | 9.92% | 8.47% | 6.79% |
| Ciro Gomes **(PSB/CE)** (01/jan/2003 a 31/mar/2006) | **10.48%** | 3.52% | 5.16% |
| Pedro Brito **(PSB/CE)** (3/abr/2006 a 16/mar/2007) | **12.73%** | 4.68% | 5.17% |
| Geddel Vieira Lima **(PMDB/BA)** (16/mar/2007 a 31/mar/2010) | 8.65% | 7.43% | 6.62% |
| João Santana **(PMDB/BA)** (31/mar/2010 a 31/dez/2010) | 8.57% | **14.08%** | **11.12%** |
| Fernando Bezerra Coelho **(PSB/PE)** (01/jan/2011 a 01/out/2013) | 7.97% | **14.35%** | **7.13%** |
| Francisco Teixeira **(**sem filiação/**CE)** (1/out/2013 a 31/dez/2014) | **13.99%** | 6.14% | **8.15%** |

Fonte: Sistematizado pela autora a partir de informação da SEDEC/MI.

Também é relevante observar que, se há grupos de poder de alguns estados nordestinos que dominam a estrutura ministerial voltada para a integração nacional, é nela que a pasta de gestão das emergências, a SEDEC, vai sendo conduzida pelas mãos de sujeitos oriundos de instituições militarizadas e militares (do Corpo de Bombeiros, da Polícia Militar, das Forças Armadas), cuja trajetória profissional remete a uma valorização da fase de resposta aos desastres. Quanto mais as emergências proliferam no país, mais a confusão entre atores dessas instituições vai tecendo uma condição heteronômica nas comunidades atendidas. A predominância de interesses regionais nordestinos na condução ministerial não tem resultado em tornar esta região mais resiliente diante de conhecidos e repetidos perigos; ao contrário, é nesse espaço que se encontram os municípios que, no período em tela (2003-2014), foram os que mais viveram em recorrente estado de exceção, com mais de 20 emergências decretadas no período observado (Quadro II).

**Quadro II** Municípios com mais de 20 decretos/portarias de reconhecimento de SE/ECP no período 2003-2014.

| Código IBGE | Município | UF | Nº de decretos |
|---|---|---|---|
| 2306108 | Irauçuba | Ceará | 24 |
| 2303006 | Caridade | Ceará | 24 |
| 2309458 | Ocara | Ceará | 22 |
| 2313302 | Tauá | Ceará | 22 |
| 2310506 | Pedra Branca | Ceará | 22 |
| 2310605 | Penaforte | Ceará | 22 |
| 2612455 | Santa Cruz | Pernambuco | 22 |
| 2608750 | Lagoa Grande | Pernambuco | 22 |
| 2306603 | Itatira | Ceará | 21 |
| 2310308 | Parambu | Ceará | 21 |
| 2302701 | Campos Sales | Ceará | 21 |
| 2500536 | Alcantil | Paraíba | 21 |

Fonte: Sistematizado pela autora a partir de informação da SEDEC/MI.

Algumas UFs que se encontravam no topo do *ranking* do maior número de decretação de emergências no período 2003-2014 passaram por considerável alteração de tendência quando houve mudança de orientação partidária do governo estadual, como fica evidenciado nos casos do Rio Grande do Sul (Figura 5) e Santa Catarina (Figura 6), o que pode ter

sido provocado não apenas pela alteração da intensidade de perigos naturais aos quais os municípios nesses estados estiveram eventualmente expostos – que costuma ser o único argumento sacado pelos técnicos, como se os demais elementos fossem automáticos –, mas por eventuais alterações na relação entre comunidades, autoridades locais e estaduais, que conviriam ser decifradas por estudos sociais futuros.

Em termos gerais, o espraiamento nacional dos desastres, confirmado ano após ano (à exceção da região Centro-Oeste), reflete mais do que problemas localizados. A existência e persistência de inumeráveis localidades cujas engrenagens da rotina, de repente, se desencaixam e, quando precariamente refeitas, tornam a se desmantelar logo mais adiante nos dizem algo sobre como as formas excepcionais de condução da administração pública não têm revertido o atual estágio de desproteção social. Ao sair do caso pontual para ver o movimento mais geral da produção do espaço, os fatos particulares revelam novos aspectos, referente aos seus atributos e qualidades mais gerais (SANTOS, 2014). Em vez da preocupação de fazer emergir comunidades com uma proteção civil autônoma e segura defronte a perigos que sempre as rondam, ainda vigora um padrão de resposta voltado para a amenização de algumas demandas pontuais, sob um espírito assistencialista, o que suscita uma (im)possibilidade emancipatória dos que são assistidos.

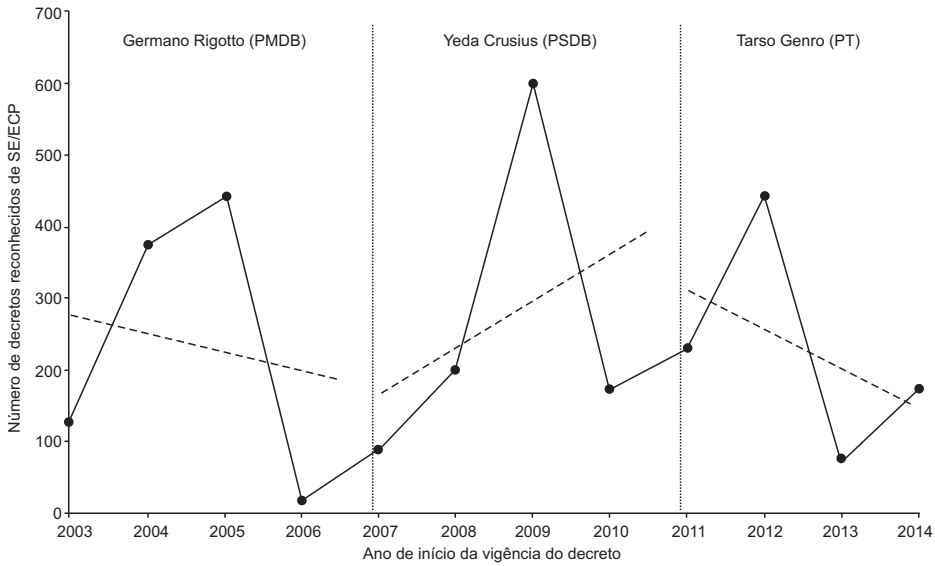



**Figura 5** Evolução dos decretos de SE/ECP no estado do Rio Grande do Sul, no período de 2003-2014. Fonte: Sistematizado pela autora a partir de informação da SEDEC/MI.

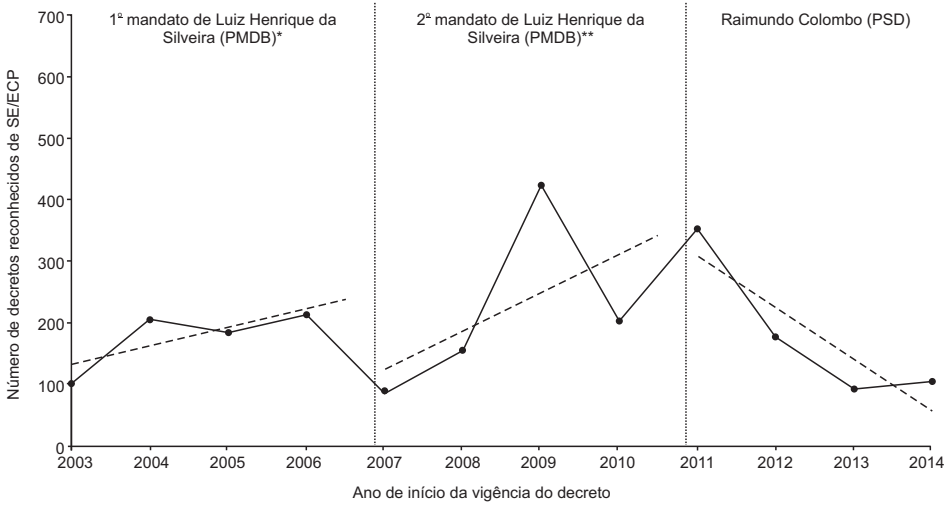



**Figura 6** Evolução dos decretos de SE/ECP no estado de Santa Catarina, no período de 2003-2014. Fonte: Sistematizado pela autora a partir de informação da SEDEC/MI.

O *perigo oficialmente declarado* move uma narrativa e uma história dentre outras possíveis e não deveria ser confundido como mote de um enredo inevitável. Não há perigos simples ao derredor da vida dos empobrecidos, pois sua vida é cercada de uma multiplicidade deles; do mesmo modo, o pós-impacto de um perigo específico não deveria ser confundido com pós-desastre, pois os grupos mais severamente afetados numa *cena* estão e se verão expostos a inúmeros outros perigos e cenas de perdas súbitas ou graduais decorrentes de processos de vulnerabilização em que estão imersos, incluindo a forma brutalizada como muitos são atendidos pelo ente público. Se visto como processo, o desastre não é um mero ponto demarcado no tempo curto de um *evento*. Porém, é com pesar que observamos que as instituições de defesa civil não estão atentas ou sequer interessadas em fazer uma discussão sobre o tipo de desenvolvimento nacional e repensar sua atuação nesse nível de planejamento, pois, se tivessem disposição para tal, estariam mais qualificadas para entender o verdadeiro significado relacional entre defesa civil e proteção civil, que ultrapassa uma conveniência num logotipo oficial.

Ao longo de mais de uma década de estudos de campo por inúmeras localidades do país, notamos que os protocolos de atendimento, a cultura tácita e as práticas de técnicos que interagem com os grupos afetados

podem ser interpretados, por estes últimos, não como elementos de alívio ao seu sofrimento numa guinada à cidadania, mas, ao contrário, como sendo formas de visão e interação social ameaçantes. Trata-se de elementos que podem embasar violências materiais, sociais, espaciais e simbólicas, associadas a linguagens verbais e não verbais discriminatórias, fruto tanto da falta de preparo como do tipo de preparo do pessoal técnico. Contaminado por um neomalthusianismo, a narrativa desumanizadora que o meio técnico pode vir a adotar intenta semear culpa e vergonha aos atendidos por eles existirem e estarem naquela situação de precariedade, como se sua associação ao desastre (curiosamente, tipificado como *natural*) tivesse um elo evidente com uma pressuposta transgressão moral. A insistência de uso dessas linguagens desumanizadoras denota a fragilidade do Estado para coibir as condutas de servidores que se valem da humilhação do público atendido para lhe subtrair o que sobra de sua dignidade, de seus lugares e vínculos.

O modo generalizado como essas subtrações morais ocorrem, principalmente, no contexto de abrigos provisórios dá a medida dessa cultura de desumanização. Nela, as formas ostensivas de inspeção social dos abrigados servem não apenas para re-enquadrá-los nas regras práticas do novo sistema de *status,* no qual os técnicos se sentem respaldados para invadir a esfera privada das famílias, mas para alegar impossibilidades sucessivas para atender aos direitos reclamados pelo grupo. Em vez de acolhimento e cuidado, o atendimento público acaba se tornando uma forma de opressão, tão desgastante quanto as perdas sofridas no que é tido como a cena principal (o lugar destruído). Em contexto de emergência, ampliam-se as formas tensionantes, de resistência e conflito, entre as diversas estruturas de autoridade em jogo. Regras e rotinas conflitantes entre distintas unidades administrativas e seus profissionais que lidam diretamente com os grupos afetados – por exemplo, médicos, psicólogos, assistentes sociais e agentes de defesa civil vinculados a órgãos distintos – , destes profissionais com as lideranças comunitárias e com voluntários, destes com a estrutura de autoridade específica de cada família e desta com as demandas singulares de cada um dos seus membros, que sofre de modo particular naquela situação, formam um ambiente sujeito a convulsões periódicas e ao exercício de pequenas tiranias. Tais tensões se devem, em parte, ao fato de que, enquanto são *múltiplas* as dimensões da vida social local perturbada – por exemplo, pessoas perdem acesso a serviços e infraestrutura de uso imprescindível (água, energia, viária, saúde), o local de moradia e seus meios de vida, além de parentes ou familiares (feridos, adoecidos, falecidos ou desaparecidos) –, os técnicos são convocados para

o exercício de práticas *segmentadas*, como por meio da restauração de aspectos físicos específicos (religação de água, de energia, resgate, distribuição de cesta básica e afins). Deste modo, a multidimensão da vida, de um lado, e a especialização da prática técnica, de outro, não se complementam, e uma ideia de (des)atendimento fica pairando para os afetados.

Santos (2014) observa que cada estrutura tem sua evolução própria (a família, por exemplo), mas outras a influenciam (uma comunidade, por exemplo), para o bem ou para o mal, e interações provindas de atores vistos como ainda mais externos e estranhos em assunto muito íntimos se tornam assaz intrusivas. Nos desastres dos quais decorre a montagem de abrigos provisórios para acolher dezenas ou centenas de famílias, essas diferentes estruturas ficam diluídas e retiram dos indivíduos e grupos familiares atendidos sua segurança existencial. Mas isso passa despercebido do meio técnico quando este se respalda numa racionalização estigmatizante sobre o sofrimento alheio e na desvalorização dos mecanismos informais de recuperação provindos da comunidade e da rede primária de relações da família. A linha de atendimento técnico predominante não é a da escuta ativa, mas a de produção de normas (a) que o outro não compreende, (b) o outro não consegue cumprir e (c) em que o outro é coisificado (VALENCIO, 2010). Uma síntese dessas lacunas e conflitos de atendimento pode ser visualizada no Quadro III.

Quando são baseadas numa escuta atenta às comunidades, as interações técnicas assim como os estudos não conseguiriam ser lineares e setoriais por mais que tentassem sê-lo. A vocalização de quem sofre dificilmente seguirá o percurso burocrático, com demandas que se encaixem com perfeição nas rotas das repartições públicas ou, no caso de pesquisas, se encaixem em um percurso disciplinar puro. Por isso, o técnico detém argumentos para tergiversar, alegando que tudo o que é dito foge à sua competência atender e os estudiosos, na linha dominante, deixam de encarar o desafio de reflexão sobre o intricado meio social para se deter sobre os sistemas de objetos da cena.

Por outro lado, é forçoso reconhecer que há técnicos cujo compromisso social é imenso e que se desdobram para atender a indivíduos ou grupos que se encontram em alto risco ou já afetados; muitas vezes, fazendo-o de modo a extrapolar suas competências, a jornada de trabalho e arriscando a própria vida, além de sofrer imensamente com a situação experimentada como profissional, como aludem Siena, Jesus e Santos (2014) em casos ocorridos em Teresópolis e em Angra dos Reis, ambos no estado do Rio de Janeiro. Essa é mais uma razão para que a necessária mitigação do sofrimento

profissional vinculado ao sofrimento social exija uma depuração dos sistemas institucionais que provocam ambos.

**Quadro III** Principais formas de violência observadas e relatadas por comunidades debilitadas nos desastres ditos *naturais*.

| Conteúdo da violência | Práticas de manifestação da violência |
|---|---|
| **Material** | - Ausência ou insuficiência de práticas técnicas de recuperação/restituição de locais, objetos e meios de trabalho danificados ou destruídos (oficinas/instalações, estoques de matérias-primas, insumos, produtos finais, máquinas e equipamentos, ferramentas), o que inviabiliza que os grupos sociais afetados retornem ao exercício pleno do trabalho, com consequente comprometimento da possibilidade de obtenção da renda familiar ou de autossustento do grupo.<br>- Ausência de política pública compensatória à família diante do falecimento de membro arrimo de família ou equivalente que esteja a descoberto do sistema securitário e, especialmente, nos casos em que o mesmo estivesse inserido no mercado de trabalho informal e sem meios alternativos de sobrevivência dos dependentes.<br>- Oferecimento de compensações irrisórias referentes ao bem imóvel interditado (terreno e edificação), assim como os pertences de que a família se vê obrigada a se desfazer nessa interdição, coagindo (por meio de pressão moral, financeira e psíquica) para que o chefe da família aceite a proposta.<br>- Falta de padronização e de transparência nos critérios técnicos locais de atendimento às famílias para distribuição de auxílio-moradia, kits de primeira necessidade (cestas básicas, material de higiene, colchão, vestuário) e bens de consumo duráveis de uso doméstico (eletrodomésticos e mobiliários). |
| **Social** | - Imposição e padronização de regras do meio técnico sobre a dinâmica e as rotinas da vida cotidiana das várias famílias conviventes em abrigos provisórios, desautorizando o comando dos chefes da família e do lar no referente às normas de convivência de seus membros na esfera privada e na busca de consensos para as regras de sociabilidade comunitária.<br>- Praticar ou favorecer a prática de assédio moral e sexual de pessoas abrigadas, por exemplo, por meio da desproteção à intimidade do indivíduo ou da família.<br>- Não suprir os abrigados com regularidade e num patamar quantitativo e qualitativo aceitável para os padrões locais e omitir-se em providências de higienização pública do ambiente, no oferecimento de serviços de acesso à água e energia e afins, tornando os abrigos provisórios insalubres; ademais, dar ordens e exigir obediência, para que os abrigados se sujeitem a realizar a limpeza local; isto é, técnicos que banalizam a decodificação da relação de acolhimento numa espécie de relação trabalhista (sem os direitos equivalentes a tal).<br>- Insuficiência do atendimento à saúde em caso de adoecimento (físico ou mental) relacionado ao desastre.<br>- Insuficiência das cotas de alimentos e de água potável para moradores de comunidades em emergência, adotando-se formas de distribuição pública vexatórias desses itens (isto é, resultando em humilhação dos abrigados) e sem garantia de proteção aos grupos sociais especiais (gestantes, idosos, pessoas com deficiência, crianças, hipertensos, diabéticos e outros doentes crônicos).<br>- Insuficiência das medidas operacionais adotadas na recuperação de corpos de pessoas desaparecidas no desastre.<br>- Falta de apoio oficial aos ritos e ao processo de luto dentro dos ditames culturais da família.<br>- Ausência ou demora de serviço especializado de resgate, exigindo da vítima o exercício extenuante de determinadas técnicas corporais para manter-se viva ou dos vizinhos terem de se expor a riscos no resgate de pessoas ou animais.<br>- Submissão à solicitação técnica para preenchimento de inúmeros cadastramentos, cujo efeito prático positivo para a família não é notado nem imediatamente, nem no médio e longo prazos.<br>- Letargia dos órgãos competentes na liberação de documentação que permita a livre circulação e o direito de trabalho formal no país.<br>- Disseminação de discursos estigmatizantes sobre os grupos sociais afetados nos desastres, incluindo discursos de cunho racista. |

**Quadro III** Principais formas de violência observadas e relatadas por comunidades debilitadas nos desastres ditos *naturais (continuação)*.

| Conteúdo da violência | Práticas de manifestação da violência |
|---|---|
| **Espacial** | - Desproteção na guarda de bens móveis (de valor econômico e imaterial) que ficaram na moradia de origem.<br>- Flexibilização dos direitos territoriais individuais e comunitários, com a expulsão dos moradores de sua residência, do uso do terreno e da comunidade onde habitava e mantinha laços econômicos e extraeconômicos.<br>- Falta de apuração de denúncias de contaminação ambiental.<br>- Constrangimento técnico (direto ou indireto) sobre a rede primária da família desabrigada para que os membros dessa rede procedam ao acolhimento da mesma, mesmo que as condições espaciais do anfitrião sejam similarmente precárias.<br>- Dissolução da convivência comunitária em virtude da dispersão da vizinhança.<br>- Ausência de informações e providências efetivas para as soluções habitacionais definitivas.<br>- Morosidade/baixa qualidade/irresolução da recuperação da infraestrutura pública danificada ou destruída na comunidade, prejudicando as rotinas da vida cotidiana. |
| **Simbólica** | - Perda de objetos de memória (individual, familiar ou comunitário) e de demais referências materiais de caráter identitário, diante das quais o esforço de apoio técnico à recuperação é nulo ou relegado a um segundo plano no elenco das prioridades.<br>- Falta de respeito dos técnicos à vida espiritual (não apenas religiosa) familiar e individual.<br>- Incapacidade/indisposição do meio técnico para entrar no universo simbólico dos grupos afetados e prestar-lhes um atendimento condizente dentro das referências culturais que fazem sentido para o grupo. |

Fonte: Elaborado pela autora (adaptado de Valencio, 2014a; 2014b).

Infelizmente, a tendência profissional mais solidária tem sido abafada por uma valorização de estratégias de indiferença social na prestação dos atendimentos. As tecnicalidades que, ao prevalecerem, prescindem gradativamente do envolvimento técnico com a face humana do problema – como por meio da sobrevalorização de cadastros, mapas, imagens de satélites e demais formas de uniformização da informação onde o sujeito social é diluído –, ensejam a proliferação de casos em que a ética formal do serviço público é solapada por uma nova ética de desumanidade. Um exemplo disso foi o que constatou a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (2014), quando, em seu Relatório, debruçou-se sobre um desastre na Região Serrana desse estado, o qual, iniciado em 2011 e três anos após, estava pulsante como processo de deterioração da vida das pessoas do lugar. Mais do que a impossibilidade de realização do direito à moradia adequada, a Comissão relatou, dentre outros, (RIO DE JANEIRO, 2014, p. 7): "Falta de transparência da aplicação de recursos e projetos em andamento; Baixa efetividade do planejamento urbano e regional – a médio e longo prazo das ações nas escalas municipais e estadual; (...) Ausência de diálogo e transparência com as famílias de desaparecidos; (...) Fraudes em licitações e outros tipos de corrupção".

Na mentalidade tecnocêntrica, o conjunto das discussões predominantes do meio técnico entre si ou com o meio científico busca tecnologias que possibilite maiores detalhamentos sobre as particularidades de certos perigos da natureza à custa da perda completa de foco e interesse nas particularidades da dimensão social. Equivale a uma equipe médica, num centro cirúrgico, deter-se longamente sobre a exuberância de um bisturi de última geração, mas esquecer-se completamente de dedicar atenção ao paciente que sofrerá a intervenção e que necessita que lhe seja prestado o suporte devido (no alívio à dor, no monitoramento cardíaco e de pressão arterial, na esterilização do ambiente, na sua higienização prévia e vestes apropriadas, na retirada do tumor, etc.). Mas ocorre ainda pior, como quando um desastre também marca uma transição de governo, no qual aquele que sai do governo ou da coordenação de uma defesa civil não oferece lições importantes ao gestor que entra e que precisa lidar com ações imediatas de resposta e recuperação (DEEN, 2015). Os riscos de complicações do paciente aumentam expressivamente com essa atitude.

O coletivo que sofre vários tipos de perdas é o centro do que é designado como desastre e, apesar disso, é tratado reiteradamente como desimportante por aqueles que se dizem especialistas no assunto. Esse coletivo sequer é um só, é variado, diverso, de modo que é preciso ouvi-lo em todas as suas formas. Ademais, seria muito importante apoiar e valorizar estudos de desastres que se dedicassem não apenas a mostrar as várias facetas socioambientais dos desastres, mas também a clarificar os virtuosos arranjos de ajuda mútua que a comunidade deflagra rapidamente quando se vê desamparada pelo Estado, os quais reforçam seus vínculos sociais e sentidos de pertencimento.

Num mundo conturbado, muitas turbulências ocorrem simultaneamente e, ao se misturarem, trazem as forças militares e paramilitares cada vez mais para o interior da vida civil, comandando-a; com sua forma própria de ação, essas forças imprimem uma noção própria de ordem, que acaba se impondo, incluindo suas formas problemáticas de discriminação social (ALEXANDER, 2002; VALENCIO, 2010). Todavia, um ideário acalentado pelos países desenvolvidos (ainda que suas práticas o contradigam) é o de que suas instituições civis estejam cada vez mais alinhadas com as demandas dos cidadãos e não onde se exerça maior controle hierárquico sobre os mesmos; assim, onde as políticas de redução de desastre possam ser mais alinhadas com a forma própria de os cidadãos conduzirem suas vidas civis, naturalmente, estarão também mais convergentes como um componente de desenvolvimento local (DEEN, 2015). O referido autor lembra que não é só dinheiro o que prepara as instituições

para emergências, mas uma discussão profunda entre os pendores para a defesa civil ou para a proteção civil, e continua (p. 213): "It would be a great pity to have to relearn the lesson that disasters can only mitigated successfully if ordinary people are empowered to take responsability for their own safety. Disasters, therefore, are much about democracy as they are about security". Olhar o problema sobre esse prisma implica poder prever possíveis desastres sem esperar que os mesmos se materializem (QUARANTELLI, 2015).

Não são somente pessoas que padecem sob emergências, que as esgotam material, física, moral e psiquicamente. O Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil, embora se julgue circunstancialmente fortalecido pelo tecnocentrismo, é o que está padecendo e se deteriorando com elas. O *approach* autoritário que atualmente o move – sujeitando os grupos afetados a seu sistema de significados socialmente depreciativos – é cada vez mais estranho a um ideal compartilhado de cidadania e frustra aqueles a quem serve. No Brasil, quanto mais a sociedade civil for tratada como incapaz, alimentando-se práticas que a vitimizem, menos horizonte de liberdade temos em nosso país. Resta, contudo, a esperança de que o tempo social se encarregue de mostrar as incongruências da cultura do medo, esvaziando-a de sentido, para não permanecermos assombrados.

## A título de conclusão

A esfera social é integradora da vida privada e da vida pública e, portanto, quanto mais se sabe sobre a natureza e a qualidade dessa integração em contextos críticos, mais é possível intervir para que o provimento das necessidades coletivas e individuais, materiais e simbólicas, seja garantido. É a esfera social que dá concretude ao projeto de civilidade que tem por foco o bem-estar de cada um e de todos, como é também nela que a indiferença coletiva incita a barbárie. Os escritos arendtianos ensinam que o reconhecimento da pluralidade humana, que enseja múltiplas arquiteturas da esfera social, é algo fundamental no mundo contemporâneo, porque disso depende que nos orientemos por um princípio de justiça comum para que os diferentes sejam tratados com iguais direitos (ARENDT, 2010a; 2010b). Uma organização social vívida implica, portanto, uma escuta atenta aos diferentes e, em particular, aos que sofrem riscos de serem ou que efetivamente são brutalizados, pois esses é que dão as pistas mais sólidas de como impedir ou reverter a barbárie.

Trazida para o contexto brasileiro dos desastres, a vontade coletiva de escutar os subcidadãos, e saber que sua fala evoca uma esfera social

brutalizada, é o que pode libertar-nos a todos dos discursos autoritários que evocam o *reino de natureza*, no qual tudo o mais está dado *a priori* (incluindo a ideia de merecimento daquele sofrimento). Quarantelli (2015, p. 37-8) enfatiza que, particularmente os sociólogos, "ao invés de falar sobre o tempo cronológico e o espaço geográfico (...), devem utilizar os conceitos de tempo social e espaço social tendo em vista (...) 'a vida de fronteira'. Na verdade, a noção de fronteira, que implica em grau de desestrutura e emergência de natureza informal, parece ser uma metáfora adequada para ser aplicada no período crítico dos desastres". A indiferença dos *desastrólogos* brasileiros para com a necessidade de integrar a perspectiva das Humanidades e das ciências sociais em geral, e da sociologia em particular, no ajuste do foco da discussão pública no tema implica uma conivência com a práxis autoritária que alimenta as crises. Apesar da constatação de que, no Brasil, temos estado reféns do tecnocentrismo, que tanto sufoca as abordagens humanistas nos estudos de desastres quanto neutraliza sua presença em qualquer fórum que embase as políticas públicas no tema, a comunidade científica ampliada segue alheia a essa questão, o que reduz sua contribuição no horizonte de garantia de direitos de todos que passaram, passam ou passarão por tais adversidades.

Porém, as notícias ruins não duram para sempre. Isso porque a evolução ascendente dos desastres vai permitindo que a sociedade brasileira, aos poucos – principalmente, por meio dos movimentos e organizações dos próprios grupos afetados –, compreenda que as emergências decretadas não são ocorrências imprevisíveis, assim como os danos e prejuízos não são realmente inevitáveis. A *rotina de desmantelamentos de rotinas* pode cessar nalgum ponto: naquele que engendre uma mudança social em prol da eliminação dos processos de vulnerabilização.

A retroalimentação da indústria do desastre (gerar emergências, atender mal às emergências, gerar novas emergências; culpar os pobres por suas desgraças, atender mal aos pobres, culpá-los novamente por suas novas desgraças; monitorar perigos, não evitar os riscos, pedir mais recursos para monitorar perigos) maltrata tanto sua galinha dos ovos de ouro que acaba por extenuá-la, e essa extenuação pode ser o pano de fundo para que se conduza um esforço mais sistemático de investigação sobre não apenas quem perde com os desastres, mas quem tem ganhado com eles (por meio de mecanismos que dependem da manutenção das mazelas e não de sua superação).

Os desastres de pequena ou média intensidade, sobretudo quando se repetem numa mesma localidade, podem adquirir um efeito

socioambiental mais durável e devastador para aquela comunidade do que uma catástrofe (CORTÊS, 1997). Catástrofes significam que os sistemas de apoio comunitários e governamentais foram insuficientes e falhos (QUARANTELLI, 2015); seria isso que os inúmeros desastres do Brasil estão apontando como um futuro sombrio? Situações prolongadas de degradação social acabam por afastar o sentimento humanitário que move o voluntariado e, em seu lugar, começa a germinar uma aversão aos que sofrem (TUAN, 2005; SENNETT, 2004), enfim, proliferam comportamentos antissociais e incivilizados. Mas, sem pessimismos, é precisamente nesse ponto que o tecnocentrismo pode ser denunciado e desmantelado.

As Humanidades, as ciências sociais e, particularmente, a sociologia podem fazer muito para re-engrenar os estudos de desastres no Brasil e dar-lhes uma nova orientação, contribuindo genuinamente para arejar as práticas institucionais, auxiliando-as a enveredar pelas trilhas da proteção civil. Dentre outros, sabem a distância entre um padrão do que pode ser considerado aceitável para a normalidade da vida cotidiana de uma dada coletividade e ao que seja considerado inaceitável na anormalidade, cuja variabilidade é cultural e demarcada por um tempo social; cada circunstância reafirma certas necessidades e atualiza outras, e é preciso ter sensibilidade formativa e de trajetória para compreender quais rearranjos organizativos socioambientais podem evitar um novo ciclo de sofrimento coletivo. Ademais, as Humanidades possuem, em seus vários recortes disciplinares, os recursos teóricos e metodológicos para escutar o sujeito que vive o lado mais devastador dessa experiência, pois, segundo Kroll-Smith e Gunter (1998), é este sujeito quem melhor pode defini-la. Para encaixar a fala do sujeito dentro dos sistemas sociais ao qual pertence, a sociologia tem um arsenal teórico e metodológico farto, com suas próprias métricas, privilegiadamente, qualitativas e flexíveis para fazer caber a riqueza de uma escuta ativa, a qual está apta a realizar.

Lamentavelmente, no Brasil, o Estado, ao pautar a decretação de emergência e propor medidas recuperativas da *vida normal* dos grupos sociais afetados nos desastres, tem optado por um percurso de conhecimento simplificador, que não por acaso naturaliza os limites estreitos da responsabilização e atuação pública. Enquanto o drama de quem sofre é plural, as práticas técnicas o setorializam, e isso acaba sendo uma forma adicional de violência contra os atendidos. A proliferação de contextos excepcionais que levam à deterioração um sistema social é sintoma de que alguma mudança profunda ocorrerá em breve com o mesmo, porque a somação e sinergia de múltiplas perturbações chegará a seu ponto de culminância na destruição daquilo que deixou de funcionar.

O olhar sociológico sobre um processo de mudança social frequentemente se vê compelido a questionar a visão e ação de sujeitos em posição de poder no sistema observado, fazendo-o como parte constitutiva de sua empreitada de trazer novos fios para a teia explicativa do problema social relevante que está sendo analisado. Como seu laboratório são as relações sociais tecidas no interior das instituições, não raro, os sujeitos focalizados se sentem afrontados por tais análises, que julgam ser de um atrevimento que, por vezes, merece ser retaliado. Mas tais retaliações, quando ocorrem, passam a ser, antes de tudo, um elemento de constatação da deterioração do sistema em questão. Na sociologia, como em outras ciências, a ousadia de desconstrução das coisas prontas que não funcionam muito bem é a sua rotina, e a crítica é a sua qualidade indispensável, a qual só pode ser exercida em ambiente de liberdade. As novas indagações de pesquisa que daí surgem e a procura de respostas válidas para as mesmas podem sugerir novos rumos, mais auspiciosos, para o sistema social focalizado.

Não obstante as possibilidades e necessidades de interface para pensar objetos complexos como os desastres, é preciso ter em conta que *cada disciplina tem um caminho orientador próprio* para construir a problemática em torno do mesmo, identificar as lacunas de conhecimento nesse debate, propor objetivos para preenchê-las e apresentar os métodos próprios para cumprir tais objetivos. A colaboração multidisciplinar pode provocar um salto de conhecimento em cada um desses aspectos; porém, em temas nos quais já há interesses disciplinares hegemonizados, esse desiderato de aproximação ocorre com constrangimentos à parte fraca, o que torna o diálogo impraticável. As colisões de ideias que possam forçar um avanço nos estudos sobre desastres dependem de outro balanço de poder, no qual vigore uma máxima atenção ética. Nesse tema, como em outros similares, é preciso fazer emergir uma nova cultura científica na qual novos sentidos aos fenômenos socionaturais, inerentemente complexos, poderão florescer (FLORIANI, 2006; MARTINS, 2000).

Portanto, o exercício de identificação das fronteiras de explicação científica/disciplinar sobre desastres não pode se furtar a mencionar a existência concreta de um campo político de disputas sobre *a verdade* em torno desse objeto, com tolhimento de potenciais conhecimentos críticos dos quais a sociedade poderia eventualmente se beneficiar. Aqueles que falam em nome de grupos cientificamente poderosos têm a oportunidade de exercer controle avaliativo sobre os demais, dizendo à sociedade o que deve ser considerado essencial ou descartável, e galgar promoções e influências sobre outros aspectos políticos (WEBER, 1992). Isso é uma prática

comum da *ciência normal*, que se caracteriza pela indisposição a acolher críticas, do que decorre a transformação de suas hipóteses em dogmas, que constituem certo paradigma julgado imutável, com coações de toda ordem aos resquícios de discordância (KUHN, 1970). Entretanto, é mister enfatizar que somente quando o objeto é apresentado desde uma perspectiva não dominante é que aumentam as chances do mesmo entrar em crise; mas essa crise é um momento de amadurecimento da ciência, que deve ser vista como parte de seu processo intrínseco de desenvolvimento (IDEM). Como lembra Sagan (2004, p. 407), é preciso aceitar a dinamicidade da explicação científica para que esta entre em maior sintonia com a aventura humana: "Os métodos da ciência – com todas as suas imperfeições – podem ser usados para aperfeiçoar os sistemas sociais, políticos e econômicos (...) Enfrentamos uma abundância de problemas sutis e complexos. Portanto, precisamos de soluções sutis e complexas".

No que tange aos desastres, um dos indícios de que está chegando ao fim a era de uma sociedade ludibriada com explicações que reportam a fatores causais vistos insistentemente como externos ao seu próprio funcionamento é que crescem as lutas sociais para reivindicar a melhoria de espaços coletivamente construídos para que não precisem ser reféns perpétuos de perigos conhecidos. Quando as lutas sociais almejam consertar uma cidadania mutilada – que se reflete no desejo de mudança da relação sociopolítica entre diferentes sujeitos e destes com a produção do espaço – não deixam escapar o processo histórico que engendrou a fragilização de seus membros, lançando assim uma esperançosa ponte entre o passado e o futuro.

Com isso, queremos manter distância do discurso de que *toda crise gera uma oportunidade,* na forma como o mesmo tem sido utilizado pelo senso comum. Atualmente, desastres têm gerado a oportunidade de grupos econômicos e políticos fazerem negócios sem licitação, que abrem espaço para a corrupção; a oportunidade legal para reforçar alianças entre vários grupos técnicos para ressignificarem como *área de risco* a territorialidade dos grupos sociais locais incômodos, dando argumentos imbatíveis para *limpar o terreno* e expulsá-los; a oportunidade de prefeituras se livrarem dos pobres e miseráveis, que, ao perderem suas precárias moradias, são discriminados pelos filtros restritos de assistência social, de habitação e de demais soluções provisórias ou permanentes de acolhimento do município, sendo pressionados a migrarem; a oportunidade de humilhar os que recolhem os cacos da vida para tentarem se refazer algures. A oportunidade que tais práticas sinalizam é a de tornar mais vexatória a vida dos que não têm como se defender.

Aqui, ao contrário, referimo-nos à oportunidade de desvelamento de vícios que desabrocham ou se reafirmam nas frequentes crises agudas, mas que são semeados na história profunda das desigualdades sociais no Brasil e na história global do modo de produção capitalista. Sousa Santos (1995, p. 277) reflete sobre o quanto as lutas emancipatórias precisam resistir, vocalizar seu desacordo com tais vícios e com as relações degradantes deles oriundas, o que é feito ultrapassando a "acumulação de riscos insocializáveis e inseguráveis, da catástrofe nuclear à catástrofe ecológica". São lutas processuais de desocultação das opressões e injustiças, por meio das quais se busca assegurar a nova cidadania de uma *democracia sem fim*. Conforme o autor (p. 277-8): "A nova cidadania tanto se constitui na obrigação política vertical entre os cidadãos e o Estado, como na obrigação política horizontal entre os cidadãos. Com isso, revaloriza-se o princípio da comunidade e, com ele, a ideia de igualdade sem mesmidade, a ideia de autonomia e a ideia de solidariedade".

O medo é um elemento psicossocial, como a incerteza, mas a coragem e ousadia também o são e precisam ser mobilizados em muitas circunstâncias (MACHADO, 2007). Nesse aspecto, quanto mais cedo houver mobilização para colocar em xeque os estranhamentos beligerantes, mais podemos acelerar a crise, no sentido atribuído pelo dicionário de Oxford (2011), isto é, como o estágio no qual uma decisão importante sobre alguma coisa, para melhor ou para pior, está em curso e é iminente, um *turning point*. Como é não aceitável que piore, a virada para a *democracia sem fim* pode estar a caminho.

## Referências


ACSELRAD, H. Vulnerabilidade social, conflitos ambientais e regulação urbana. **Social em Questão**, n. 33, ano 18, p. 57-68, 2015.

ALEXANDER, D. From civil defense to civil protection – and back again. **Disaster Prevention and Management**, v. 11, n. 3, p. 209-213, 2002.

_____. Evaluation of civil protection programmes, with a case study from Mexico. **Disaster Prevention and Management**, v. 24, n. 2, p. 263-283, 2015.

ARENDT, H. **A condição humana**. 11. ed. Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 2010(a).

_____. **Sobre a violência.** 2. ed. Tradução de André de Macedo Duarte. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010(b).

BAUMAN, Z. **Vidas desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

BENAKOUCHE, R. Que tecnologia para qual sociedade? **Revista da Fundação de Economia e Estatística**, v. 9, n. 88, p. 3-63, 1984.

CAMBRIDGE UNIVERSITY PRESS. **Cambridge International Dictionary of English**. Cambridge, 2003.

CORTÊS, G. V. Vulnerabilidad social y expresiones del desastre en el distrito de Pochutla, Oaxaca. In: GARCÍA-ACOSTA, V. (Org.). **La construcción social de riesgos y el huracán Paulina**. Cidade do México: CIESAS – Centro de Investigaciones y Estudios Superiores em Antropologia Social, 1997. p. 35-152.

DEEN, S. Pakistan 2010 floods. Policy gaps in disaster preparedness and response. **International Journal of Disaster Risk Reduction**, v. 12, p. 341-349, 2015.

DOMBROWSKY, W. R. Again and again: is a disaster what we call a "disaster"? In: QUARANTELLI, E. L. (Org). **What is a disaster?** Perspective s on the question. London/New York: Routledge, 1998. p. 19-30.

DOUGLAS, M.; WILDAVSKY, A. **Risk and culture** – and essay on the selection of technological and environmental dangers. Berkeley: University of California Press, 1983.

FERNANDES, F. **Fundamentos empíricos da explicação sociológica**. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1967.

FLORIANI, D. Ciências em trânsito, objetos complexos: práticas e discursos socioambientais. **Ambiente & Sociedade**, v. 9, n. 1, p. 65-80, jan./jun. 2006.

GARCÍA-ACOSTA, V. Introdución. In: _____. (Org.). **La construcción social de riesgos y el huracán Paulina**. Cidade do México: CIESAS – Centro de Investigaciones y Estudios Superiores em Antropologia Social, 1997.

_____. **La construcción social de riesgos y el huracán Paulina.** Cidade do México: CIESAS, 2005.

_____. El surgimento de uma línea de investigación: História y Antropologia de los desastres em México. In: VALENCIO, N.; SIENA, M. (Orgs.). **Sociologia dos desastres:** construção, interfaces e perspectivas. São Carlos: RiMa Editora, 2014. p. 15-19.

HARDT, M.; NEGRI, A. **Império**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

HAROSHE, S. The secrets of my prizewinning research. **Nature**, 490, 18 october 2012, p. 311, doi: 10.1038/490311a.

IRWIN, A. **Sociology and the environment**: a critical introduction to society, nature and knowledge. Cambridge/Oxford (UK): Polity Press and Blackwell Publishers Ltd, 2001.

KIM, H. Learning from UK disaster exercises: policy implications for effective emergency preparedness. **Disaster**, v. 38, n. 4, p. 846-857, 2014.

KROLL-SMITH, S.; GUNTER, V.J. Legislators, interpreters, and disaster: the importance of how as well as what is a disaster. In: QUARANTELLI, E. L. (Ed.). **What is a disaster?** Perspectives on the question. London/New York: Routledge, 1998. p. 160-176.

KUHN, T. **The structure of scientific revolutions**. 2. ed. Chicago: University of Chicago Press, 1970.

LAVELL, A. Ciencias sociales y desastres naturales en America Latina: un encuentro inconcluso. In: MASKREY, A. (Org.). **Los desastres no son naturales**. Panamá: Rede de Estudios Sociales en Prevención de Desastres en América Latina, 1993. p. 111-125.

MACHADO, P. A. L. O princípio da precaução e a avaliação de riscos. **Revista dos Tribunais**, v. 856, ano 96, p. 35-50, fev. 2007.

MALAQUIAS, M. A. V. Ocupações em áreas de risco: opção ou falta de opção da população sem moradia. In: ZHOURI, A.; VALENCIO, N. (Orgs). **Formas de matar, de morrer e de resistir**: limites da resolução negociada de conflitos ambientais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. p. 333-344.

MARTINS, H. Catastrofismo e plenitude. Para uma sociologia das calamidades revista a ampliada. **Episteme**, ano 2, p. 31-68, fev. 2000.

OLIVER-SMITH, A. Theorizing disaster: nature, power and culture. IN: HOFFMANN, S. M.; OLIVER-SMITH, A. (Eds). **Catastrophe and culture**: the anthropology of disasters. Santa Fé: School of American Research Press, 2002.

_____. Disasters and forced migration in the 21st Century. **Understanding Katrina Essay Forum**: perspectives from the social sciences, v. único, Social Science Research Council, New York (EUA), 11 jun. 2006. Disponível em: <http://understandingkatrina.ssrc.org/Oliver-Smith/>. Acesso em: 30 nov. 2006.

OXFORD UNIVERSITY PRESS. **Oxford Advanced Learner's Dictionary**. Oxford, 2011.

PASQUARELLI, B. V. L. Formação de coalizações, apoio legislativo e atuação partidária no presidencialismo brasileiro. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPOCS, 35., 2011, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPOCS, 2011.

PAULA, E. A.; VALENCIO, N.; SILVA, D. C. Entre desastres catastróficos e mobilidades controladas: das idas e vindas de camponeses brasileiros à chegada dos imigrantes haitianos no reino deste mundo amazônico. **Contemporânea**/Revista de Sociologia da UFSCar, v. 3, p. 45-71, 2013.

PERROW, C. **Normal acidents**: living with risk technologies. Princenton: Pricenton University Press, 1984.

PERRY, R. What is a disaster? In: RODRIGUEZ, H.; QUARANTELLI, E.; DYNES, R. **Handbook of disaster research**. New York: Springer, 2007. p. 1-16.

QUARANTELLI, E. L. Epilogue. In: _____. **What is a disaster?** Perspectives on the question. London, New York: Routledge, 1998. p. 234-273.

_____. Uma agenda de pesquisa do século 21 em ciências sociais para os desastres: questões teóricas, metodológicas e empíricas, e suas implementações no campo profissional. **O Social em Questão**, n. 33, ano 18, p.25-36, 2015.

RIO DE JANEIRO. COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Relatório Região Serrana – a tragédia na Região Serrana do Rio de Janeiro três anos depois**: direito à moradia adequada. Rio de Janeiro: ALERJ, 2014.

RODRIGUES, H.; QUARANTELLI, E. L.; DYNES, R. (Orgs.). **Handbook of disaster research**. New York: Springer. 2007.

ROMERO, G.; MASKREY, A. Como entender los desastres naturales. In: MASKREY, A. (Org.). **Los desastres no son naturales**. Panamá: Rede de Estudios Sociales en Prevención de Desastres en América Latina, 1993. p. 6-10.

SAGAN, C. **O mundo assombrado por demônios**: a ciência vista como uma vela no escuro. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SANTOS, M. **Espaço e método**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2014.

SENNETT, R. **Respeito:** a formação do caráter em um mundo desigual. Tradução de Ryta Vinagre. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SERRES, M. **O contrato natural**. Lisboa: Instituto Piaget, 1990.

SIENA, M.; JESUS, M. R.; SANTOS, M. A. Os desafios da atuação dos agentes de defesa civil em desastres: uma reflexão a partir das experiências do município de Teresópolis (RJ) e Angra dos Reis (RJ). In: CARMO, R. do; VALENCIO, N. (Orgs.). **Segurança humana no contexto dos desastres**. São Carlos: RiMa Editora, 2014. p. 93-105.

SOROKIN, P. A. **Man and society in calamity**. The effects of war, revolution, famine, pestilence upon human mind, behaviour, social organization and cultural life. New York: E. P. Dutton and Company Inc., 1942.

SOUSA SANTOS, B. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez Editora, 1995.

TUAN. Y. F. **Paisagens do medo**. São Paulo: Ed. UNESP, 2005.

VALENCIO, N. Desastres, ordem social e planejamento em Defesa Civil: o contexto brasileiro. **Saúde e Sociedade**, v. 19, n. 4, p. 748-762, 2010.

_____. **Para além do 'dia do desastre'**: o caso brasileiro. Curitiba: Ed. Appris (Coleção Ciências Sociais), 2012.

_____. A crise social denominada desastre: subsídios para uma rememoração coletiva acerca do foco principal do problema. In: VALENCIO, N. (Org.). **Sociologia dos desastres**: construção, interfaces e perspectivas no Brasil. São Carlos: RiMa Editora, 2013. p. 3-22.

_____. Desastres: tecnicismo e sofrimento social. **Ciência e Saúde Coletiva** (Impresso), v. 19, p. 3631-3644, 2014a.

VALENCIO, N**.** Desastres no Brasil: uma análise socioespacial da vulnerabilidade institucional através da evolução da decretação municipal de situação de emergência e de estado de calamidade pública. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE RISCOS, 3., 2014, Guimarães. **Anais...** Coimbra: Riscos-Associação Portuguesa de Riscos, Prevenção e Segurança, 2014b. p. 615-619.

WEBER. M. **Metodologia das Ciências Sociais**. São Paulo/Campinas: Cortez Ed./ Ed. Univ. Estadual de Campinas, 1992.

Seção II

# Singularidades analíticas e complementariedade entre diferentes abordagens disciplinares


DEFESA
COMDEC

# Reino da necessidade[1] *versus* reino dos direitos: desafios e impasses ao assistente social em contextos de desastres

Dora Vargas

## Introdução

Este capítulo tem por objetivo traçar considerações gerais e introdutórias acerca dos desafios que o campo[2] dos desastres vem revelando aos assistentes sociais, profissionais hoje integrantes da tecnicalidade que envolve a gestão dos desastres, problematizando os impasses oriundos da busca pela defesa incondicional dos direitos dos afetados, proteção social conquistada historicamente e resguardada jurídico-formalmente, em confronto com a racionalidade técnico-institucional em meio à qual se inserem de maneira comumente precária, expondo-os de maneira particular ao risco do retrocesso a práticas assistencialistas e conservadoras – à moda do que a gestão dos desastres vem fomentando. Trata-se de considerar elementos de tensão entre projetos profissionais diversos, originados de racionalidades técnicas distintas, que têm colaborado para gerar relações de enfrentamento no âmbito institucional e deste com o meio social, concebidos neste capítulo como *impasse(s)*. Tal esforço conjuga-se com a reflexão sobre os desastres a partir de uma ótica não hegemônica, ou seja, a das Ciências Humanas e Sociais, e de recuperar aspectos que vêm constituindo a prática do Assistente Social, resgatando elementos caros ao Projeto do Serviço Social brasileiro contemporâneo (IAMAMOTO, 2009), como a defesa intransigente dos direitos humanos, a ampliação e consolidação da cidadania e o posicionamento em favor da equidade e justiça social (CÓDIGO DE ÉTICA DO ASSISTENTE SOCIAL, 1997, p. 17).

1. Expressão usada pelo sociólogo Francisco de Oliveira (no programa *Café Filosófico*, da TV Cultura, exibido em 27 de abril de 2008, cuja tema foi "Ornitorrinco: será isso um objeto de desejo?"), que afirma que, no mundo contemporâneo o trabalho humano passa a ser banal e supérfluo, o que reafirma o *reino das necessidades*, estas construídas socialmente (até as mais elementares), em detrimento do *reino da liberdade,* utopia almejada e perseguida pelas promessas modernas e programas socialistas. Neste capítulo, objetivamos adotá-lo para enfatizar as ameaças que se esboçam contra direitos sociais conquistados historicamente pela sociedade brasileira, simbolizando a possibilidade de retrocesso e retomada do conservadorismo.

2. O conceito de campo em Bourdieu (2005) pode ser traduzido e absorvido como o espaço no interior do qual há uma luta pela imposição da definição do jogo e dos trunfos necessários para dominar nesse jogo, contribuindo para que sejam entendidas as tensões em torno da definição de desastre, ou seja, a batalha de forças visando ao exercício de poder ou à imposição de uma verdade. Como um jogo, o campo é conduzido por regras, estratégias e táticas que são utilizadas de acordo com as posições ocupadas pelos agentes (VARGAS, 2013, p. 20).

## Desastre: campo de disputas

Quando falamos em desastres, não estamos todos falando a partir de um mesmo lugar e sobre um mesmo processo ou fato, ou seja, esse conceito se encontra num campo que se configura em disputas por sua definição, caracterizadas por estratégias tanto discursivas como práticas. Enquanto sua visão hegemônica tende a enfatizá-lo como evento "natural", quando são apresentados como fatalidades diretamente associadas a algum evento da natureza, a opção feita nessa abordagem é aquela que, à luz da Sociologia, tratará os desastres como fenômenos inerentemente sociais cuja origem se encontra na estrutura ou no sistema social. É fenômeno adverso que gera processos de ruptura da rotina, de lugares, fazeres e práticas envolvendo uma configuração espaço-temporal e sócio-histórica para manifestar-se. Não seria, então, apropriado falar de "desastres naturais" como se pudessem existir fora das ações e decisões dos seres humanos e suas sociedades (QUARANTELLI, 2005; VALENCIO, 2009).

O foco no elemento biofísico facilmente colabora para a ocultação das complexas relações sociais de desigualdade que, historicamente produzidas, trazem resultados diferenciados aos mais vulneráveis diante dos impactos de fatores ameaçantes, evitando questionamento amplo sobre as contradições presentes na dinâmica socioespacial**.** Dessa ênfase no aspecto "natural", nasce uma "cultura da segurança" e suas instituições correspondentes (VALENCIO, 2014), incluindo todo um arcabouço legal que sustenta a gestão dos desastres.

Destacar o aspecto da disputa no campo dos desastres significa, entre outros, afirmar que

> (...) identifico a presença de regularidades discursivas que apontam para os diferentes sentidos que um mesmo termo e/ou prática podem expressar. Trato de nomeações que não são inocentes e que têm a ver com a luta pela hegemonia, pela "forma dominante de dominação". Nesse sentido, não são inocentes as formas como certos grupos sociais são designados, como não o é a nomeação de seus territórios, as formas de interpretação de suas relações e dos usos que fazem do espaço. Identifico conflitos e também convergências, encontros e desencontros entre os agentes envolvidos na disputa, ou seja, entre aqueles que optamos por denominar autoridades em desastres e os grupos sociais afetados pelos desastres, assim como um conjunto de relações e tensões que são internas a esses mesmos grupos (VARGAS, 2013, p. 219).

O que seria, pois, um desastre? Percebe-se uma forma predominante de tal resposta se constituir e propagar, ou um lugar de verdade que

permite que seja tratado como "algo dado", envolto por aparente objetividade. Porém, há fortes indícios de que o desastre não é feito de uma única representação – diversidade essa retratada, de um lado, pela institucionalidade em que se ancora sua gestão e, de outro, conformada pela experiência dos grupos sociais diretamente afetados. Apesar da tentativa de projeção de uma ideia totalizante ou única acerca do fenômeno, respaldada pelos preceitos científicos, em que a diversidade presente tende a sucumbir, temos revelada uma diversidade de vocalizações que denunciam, dentre outras, a persistência da polifonia e disseminação das vozes presentes nas lutas que emergem nos Lugares[3] de viver e morar.

Outro aspecto fundamental da opção assumida nessa abordagem: os desastres podem ser claramente pensados em sua associação com as condições de vulnerabilidade ou processos de vulnerabilização (ACSELRAD, 2006) nos quais se encontram diferentes grupos sociais. Nesse sentido, quando o foco é retirado do indivíduo e deslocado para a desigual proteção ou para os mecanismos que tornam os sujeitos mais vulneráveis, nos é possibilitado ressaltar o que lhes é devido em termos de proteção social e de direitos. Na opção por essa abordagem, são reafirmadas as vulnerabilidades estruturais somadas àquelas que as mudanças climáticas farão emergir.

Em síntese: a ênfase dessa abordagem reside em trazer o desastre como campo de disputas e embates que esboça fronteiras opositivas entre grupos e projetos antagônicos. Essas disputas envolvem atores que estão no mundo da ciência, no meio técnico-perito-institucional e na sociedade civil, sendo uma luta que se dá tanto no espaço social quanto na esfera simbólica envolvendo projetos, discursos e sentidos distintos que disputam reconhecimento e legitimidade. Os diferentes ambientes de debate – acadêmico, político, de gestão, midiático – apontam para o tensionamento entre as relações que colaboram para explicar como certas formas de classificação ganham primazia na luta pela autoridade de designar, nomear e legitimar uma visão acerca desse objeto (VARGAS, 2013).

## Serviço social: competências profissionais e desafios contemporâneos

Algumas considerações permitidas pelo projeto do Serviço Social brasileiro contemporâneo tornam-se fundamentais para que se possa refletir mais particularmente sobre os impasses que são experimentados pela ca-

3. Com o intuito de enfatizá-la e resguardar seu tratamento em associação com a ideia de identidade e pertencimento, a expressão "Lugar" aparece com inicial maiúscula.

tegoria profissional hoje. Duas grandes contribuições serão aqui resgatadas com essa finalidade: a de Iamamoto (2009), ao discutir a radicalização da questão social diante da financeirização do capital e da competência profissional; as de Guerra (2012) e Santos (2010), ao tratarem da dimensão técnico-operativa da profissão, traçando o dilema "causalidade" e "teleologia" – com vistas à reflexão sobre as controvérsias experimentadas pela inserção desse profissional no universo de uma racionalidade técnica que tende a ser manipulatória; ou nas palavras de Valencio (2010), que se referencia no âmbito das tecnicalidades.[4]

O Serviço Social brasileiro, nas reflexões de Iamamoto (idem), apresenta contemporaneamente uma feição acadêmico-profissional e social renovada, fruto de uma ruptura teórica e política com o lastro conservador de suas origens. Volta-se à defesa do trabalho e dos trabalhadores, do amplo acesso à terra para a produção dos meios de vida, ao compromisso com a afirmação da democracia, da liberdade, da igualdade e da justiça social no terreno da história. Tendo essa direção social, a luta pela afirmação dos direitos de cidadania, que reconheça as efetivas necessidades e interesses dos sujeitos sociais, é hoje fundamental como parte do processo de acumulação de forças em direção a uma forma de desenvolvimento social inclusiva para todos.

Os espaços ocupacionais do assistente social têm lugar predominante nas esferas do poder executivo, legislativo e judiciário, ou seja, no Estado, assim como em empresas privadas, em organizações da sociedade civil sem fins lucrativos e na assessoria a organizações e movimentos sociais. Dotados de racionalidades distintas, esses diferentes espaços implicarão relações sociais de natureza particular, disputadas por diferentes sujeitos sociais que figuram como empregadores, o que colabora para condicionar o caráter do trabalho realizado, seus limites e possibilidades, seu significado social e rebatimentos na sociedade. Ou seja, as incidências do trabalho do assistente social na sociedade não dependerão exclusivamente dele numa condição isolada, mas do conjunto das relações e condições sociais por meio das quais esse profissional o realiza.

Os assistentes sociais atuam na formulação, planejamento e execução de políticas públicas, em diferentes áreas, a exemplo da educação, saúde,

4. Ao refletir sobre a institucionalidade gestora dos desastres no caso brasileiro, a autora enfatiza as características próprias e limitadoras presentes nas "tecnicalidades forjadoras de um substrato institucional – como na formação de um jargão próprio, de procedimentos burocráticos, de cadeias de comando e controle, de condutas e rituais – que amplia a distância do *modus operandi* da sociedade civil, impedindo a concretização do slogan institucional" (2010, p. 753).

previdência, assistência social, habitação, meio ambiente, dentre outros. Atuam também na esfera privada, principalmente no âmbito do repasse de benefícios e na organização de atividades vinculadas à produção, circulação e consumo de bens e serviços. Por fim, a categoria profissional também se faz presente em processos de organização e formação política de segmentos diversos de trabalhadores, segundo dados apresentados pelo Conselho Federal de Serviço Social (2005).

A afirmação do compromisso com os direitos e interesses dos usuários, na defesa da qualidade dos serviços sociais, se dá, pois, pela realização de uma ação de cunho socioeducativo na prestação de serviços sociais, viabilizando o acesso aos direitos e aos meios de exercê-los e contribuindo para a visibilidade das necessidades e interesses dos sujeitos sociais na cena pública.

Considerando ainda o cenário contemporâneo, Iamamoto sinalizará para o sentido da radicalização das expressões da questão social, objeto da intervenção profissional, tendo por hipótese

> (...) que na raiz da questão social na atualidade, encontram-se as políticas governamentais favorecedoras da esfera financeira e do grande capital produtivo – das instituições e mercados financeiros e empresas multinacionais, enquanto forças que capturam o Estado, as empresas nacionais e o conjunto das classes e grupos sociais, que passam a assumir os ônus das chamadas 'exigências dos mercados'. Existe uma estreita relação entre a responsabilidade dos governos, nos campos monetário e financeiro, e a liberdade dada aos movimentos do capital transnacional para atuar, no país, sem regulamentações e controles, transferindo lucros e salários oriundos da produção para se valorizarem na esfera financeira. Esse processo redimensiona a 'questão social' na cena contemporânea, radicalizando as suas múltiplas manifestações (2009, p. 31).

No contexto de financeirização do capital, a questão social é mais do que a pobreza ou a desigualdade. Segundo a autora, ela passa a expressar a *banalização do humano*, resultante da indiferença diante da esfera das necessidades das grandes maiorias e dos direitos a elas atinentes. Outros autores chamam a atenção para esse mesmo processo por meio de categorias significativas como *refugo humano* (BAUMAN, 2005), *matáveis* (RIZEK, 2002), *ambiente de genocídio* (VALENCIO, 2009). A banalização do humano contaria com a retomada das ações filantrópicas e de benemerência e com a desregulamentação das políticas sociais e direitos sociais, traduzindo um retrocesso das conquistas sociais acumuladas por intermédio da

também retomada da ideia liberal de que o bem-estar social pertence ao foro privado dos indivíduos, famílias e comunidades.

Nessa direção, ao refletirmos sobre o projeto profissional dos assistentes sociais, nos deslocamos do discurso burocrata sobre a competência para a noção de competência profissional crítica, que supõe:

> a) Um diálogo crítico com a herança intelectual incorporada pelo Serviço Social e nas autorrepresentações do profissional, cuja porta de entrada para a profissão passa pela história da sociedade e pela história do pensamento social na modernidade, construindo um diálogo fértil e rigoroso entre teoria e história; b) um redirecionamento dos critérios da objetividade do conhecimento, para além daqueles promulgados pela racionalidade da burocracia e da organização, que privilegia sua conformidade com o movimento da história e da cultura (...); c) uma competência estratégica e técnica (ou técnico-política) que não reifica o saber fazer, subordinando-o à direção do fazer. Os rumos e estratégias da ação são estabelecidos a partir da elucidação das tendências presentes no movimento da própria realidade, decifrando suas manifestações particulares no campo sobre o qual incide a ação profissional (...). (IAMAMOTO, 2009, p.17).

Há, pois, a recusa da naturalização da vida social, condenando o *messianismo utópico*, como visão "heróica" da profissão, assim como o *fatalismo*, que alimentaria uma visão perversa do Serviço Social. Trata-se de considerar o fazer profissional inserido na trama de relações e interesses sociais específicos. Isso significa que o exercício profissional participa de um processo que tanto permite a continuidade das contradições próprias do modelo capitalista como cria possibilidades para sua transformação.

Isso posto, cabe-nos reafirmar a não neutralidade da intervenção técnico-operativa do assistente social. Tal dimensão é a forma de aparecer da profissão, pela qual é conhecida e reconhecida, afirma Guerra (2012). Porém, faz-se mister considerar a necessária unidade entre as três dimensões da formação desse profissional, quais sejam, a teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, que possuem identidades próprias, mas que conformam uma unidade. É no cotidiano profissional que as dimensões da profissão se atravessam, se entrecruzam, mas também se confrontam, a todo momento, conformando uma unidade de elementos diversos e, ainda, se sobrepondo umas às outras.

> Assim, a definição sobre *o que* e *como* fazer tem que ser articulada ao *por que* fazer (significado social do profissional e sua funcionalidade ou não

> ao padrão dominante), ao *para que* fazer (indicando as finalidades/ teleologia do sujeito profissional) e ao *com o que* fazer (com que meios, recursos e através de que mediações ou sistema (s) de mediações) (IDEM, p. 43).

Pensar a intervenção é fundamental numa profissão cuja natureza é prioritariamente interventiva, afirma Santos (2010). Para a autora, a categoria precisa enfrentar o desafio de pensar sobre os instrumentos e técnicas que são e podem vir a ser utilizados na intervenção do Serviço Social, numa postura crítica e de construção, sendo que os mesmos podem ser utilizados tendo em vista os diferentes objetivos da intervenção profissional.

A menção à instrumentalidade profissional do assistente social ganha importância no escopo dessa reflexão principalmente porque se revelam impasses muito claramente delimitados quando de sua inserção num meio técnico institucional em que tem vigorado a presença de formações diversas, prioritariamente originadas das ciências exatas e/ou da natureza, o que traduz certa hegemonia no direcionamento das ações de gestão dos desastres, pautado numa racionalidade objetivista.[5] Esse meio técnico institucional tem representado, de maneira geral, as autoridades em desastre. Supomos que ela diga respeito não apenas a pessoas e às posições por elas ocupadas nos diferentes escalões e cargos das três esferas de governo, mas também àqueles que fazem a interlocução com o meio social a partir de outros lugares privilegiados – dentre eles, a ciência. Esses lugares que se projetam como privilegiados nas instâncias públicas, nas privadas com as quais estabelecem interlocução e também no âmbito do saber científico são tidos como portadores de uma interpretação sobre o mundo que é mais "qualificada", se tornando, pois, "lugar de autoridade" – e, como supomos, lugar de poder.

Sendo assim, nos interessa considerar o conjunto do qual fazem parte agentes do meio científico, meio técnico e da gestão pública, performances estas embasadas por diversas formações. Institucionalmente, poderiam ser identificadas por aqueles que atuam no âmbito científico/ formativo, técnico/executivo e no meio político/administrativo, represen-

5. A perspectiva objetivista vem se viabilizando por meio do uso de recursos da teoria econômica (teoria dos jogos, teorias de decisão) em prol de uma visão de "risco" associada essencialmente a uma relação de custo/benefício. Este enfoque traz sérios conflitos de ordem ética, pois na concepção econômica só existe uma única posição pessoal: a do tomador de decisão. Para contornar este conflito, o discurso técnico tenta dar conta da realidade entendendo o "risco" como duas partes separadas: o aspecto essencial (a probabilidade) e o aspecto acidental (o resto), tido como desprezível (REHMANN-SUTTER apud LIEBER; ROMANO-LIEBER, 2002, p. 83).

tados por uma gama de cientistas, peritos, especialistas, técnicos, profissionais, a exemplo dos engenheiros (nas suas diversas especialidades), geólogos, geógrafos, analistas ambientais, urbanistas, psicólogos, advogados, administradores e também os assistentes sociais, dentre outros, associados ao desempenho em contextos de desastres. No imaginário social, alguns serão mais facilmente identificados na sua associação com os desastres, enquanto outros, apesar de inseridos no bojo da peritagem e da gestão, conformarão uma relação mais indireta com o mesmo.

O corpo das autoridades se apresenta subdividido por diferentes áreas do conhecimento, suas diversas concepções, objetos, racionalidades e princípios, interferindo na leitura e ação sobre o desastre. A instrumentalidade utilizada pelo assistente social, profissional que se projeta no imaginário social a partir prioritariamente da execução da política de assistência quando dos desastres, deve estar diretamente ligada à consciência da finalidade que porta a sua intervenção. Atentos a isso, o uso dos instrumentos, que está atrelado a uma dimensão teórica, política e ética, pode se furtar à armadilha de uma práxis manipulatória ou de uma razão meramente mecanicista, em que alguns procedimentos práticos são repetidos mecanicamente sem ligação com as finalidades e realidade postas. Santos (2010) e Guerra (2012) objetivam destacar que os instrumentos e técnicas acolhem em si as relações sociais e de poder, daí seu caráter político. Eles guardam as contradições contidas nessas relações, sendo, assim, amplas as suas potencialidades.

> Há, na relação entre profissional e usuário, uma relação de poder que deve ser conhecida e trabalhada adequadamente, ou seja, a relação entre os atores envolvidos na ação profissional se dá na operacionalização de um instrumento. É necessário, portanto, que se domine o manuseio desses instrumentos para que se alcance uma relação apropriada, almejada na finalidade posta pelo profissional e pautada no Código de Ética profissional: uma relação democrática, justa, que prime pela equidade social (SANTOS, 2010, p. 91).

## O assistente social e a gestão de desastres

Considerando as reflexões traçadas, indagamos: como tem se dado a inserção do assistente social na gestão dos desastres, integrando o universo das tecnicalidades (VALENCIO, 2010) – em que tem predominado uma perspectiva objetivista dos riscos e desastres? Que requisições lhes têm sido atribuídas? Cabe destacar que sua presença nesse contexto é comumente pensada a partir da execução terminal de algumas políticas sociais específicas, com destaque para a política de assistência social, tra-

duzindo-se num reducionismo, em detrimento de sua participação em ações de planejamento, assessoria e gestão social fundamentadas na intersetorialidade e transversalidade das políticas,[6] o que possibilitaria assegurar melhores condições na promoção da proteção social. O que está, pois, configurado como prática predominantemente?

A participação do assistente social no contexto da gestão de desastres instiga-nos à reflexão sobre o impasse entre a defesa de seu projeto profissional coletivo e as severas limitações que lhes têm sido impostas, configurando uma intervenção pontual, restritiva, cuja natureza pode simbolizar um retrocesso ao que está sendo denominado de *reino da necessidade*, em contraponto ao que chamaremos de *reino dos direitos*. Esse impasse não se coloca para o assistente social apenas em contexto de desastres, mas diante das expressões da questão social de modo mais geral, sendo indispensável referenciá-la nas características próprias do modo de produção e reprodução dessa sociedade e, por consequência, dos mecanismos gestados para a sua manutenção.

> As políticas sociais e a formatação de padrões de proteção social são desdobramentos e até mesmo respostas de formas de enfrentamento – em geral setorializadas e fragmentadas – às expressões multifacetadas da questão social no capitalismo, cujo fundamento se encontra nas relações de exploração do capital sobre o trabalho. A questão social se expressa em suas refrações (NETTO, 1992) e, por outro lado, os sujeitos históricos engendram formas de seu enfrentamento. Contudo, sua gênese está na maneira com que os homens se organizaram para produzir num determinado momento histórico (...), o de constituição das relações sociais capitalistas e que tem continuidade na esfera da reprodução social (BEHRING; BOSCHETTI, 2007).

No entanto, objetivamos realçar algumas particularidades do enfrentamento das consequências dos desastres, interpretado e adminis-

6. A Defesa Civil deveria ser um tema transversal às políticas públicas (VALENCIO, 2009), dentre elas as de saúde, moradia, educação, transporte, que incidem na reprodução e realidade sociais. É importante entender, no entanto, que a experiência brasileira revela não existir uma padronização na forma de as defesas civis municipais se constituírem, apesar de assim prever a legislação. Então, é possível encontrar formações exclusivamente voluntárias, militares, técnicas ou o misto dessas representações, ou ainda a mistura apenas parcial delas. Sua constituição pode incluir os porta-vozes militares, das técnicas ou incluí-los apenas em "momentos de crise", respaldados pelo conhecimento científico originado prioritariamente das ciências exatas e da "natureza". Destaca-se, nesse âmbito, a forte presença da racionalidade militarizada que está na origem do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil e que nunca o abandonou. E quais são os reflexos disso? A Defesa Civil revela clara concepção de ordem social que é autoritária. Isso permite supor que essas autoridades estão numa posição que não permite a "barganha", imprimindo nesses processos e relações a visão unilateralizada de tomada de decisão, ou a vocalização única (VARGAS, 2013, p. 49).

trado a partir de racionalidades próprias – incluindo a visão acerca do impacto e dos impactados.

Merece, pois, atenção a inserção que os assistentes sociais vêm experimentando na gestão dos desastres, na qual tem vigorado uma racionalidade própria das ciências da natureza, a partir de diagnósticos e ações que evidenciam o claro distanciamento entre as demandas sociais apresentadas e as ações que lhes são correspondentes, ou seja, as que tratam do refazimento ou viabilização de infraestrutura, das regras de uso e ocupação do solo, da política de habitação de interesse social, assistência social, saúde, dentre outras, desconsiderando as especificidades socioculturais dos grupos afetados. Ocorre, no meio institucional de defesa civil, uma persistente fuga das discussões sobre os processos de vulnerabilização que colocam diferentes grupos sociais em posições tão distintas diante do fenômeno desastre. A autoridade pública comumente se coloca no lugar de quem rechaça o diálogo ao custo de práticas de afastamento e desencontros deliberados, afirma Valencio (2009, p. 6).

> A manutenção da distância social seguramente é um meio eficaz para impedir, durante algum tempo, a confrontação com a verdade do Outro, sobretudo quando a mesma enseja autoconfrontação. Uma nuance dessa dimensão é o sentido de preocupação e adoção de providências imediatas do ente público com a minoração do sofrimento dos ricos enquanto segue com relativa indiferença frente às agruras dos pobres combalidos pelos mesmos desastres (...). A representação do mundo social que os agentes de defesa civil por vezes mantêm, com base em preconceito de classe, é de que o sofrimento recorrente cria calos emocionais aos empobrecidos; já os afluentes têm sensibilidades que merecem cuidados.

A origem militar do aparato institucional de defesa civil, de natureza fortemente hierarquizada, e sua interferência na reflexividade institucional – o que é igualmente verdadeiro para as corporações que respondem pela segurança pública – incrementam esse distanciamento e o comprometimento de negociações que possam ocorrer em bases mais democráticas.

> É temerário, em termos sócio-políticos, que, à frente de instituições civis, haja sujeitos que tensionam abertamente com a racionalidade civil, desqualificam ou menosprezam os cidadãos a quem servem e, por vezes, insuflam intolerâncias no meio civil, indispondo grupos sociais afluentes e camadas médias contra os que já sofrem continuados abusos frente a seus direitos (...). (IDEM, p. 8).

Tal tendência se coloca como um grande desafio ao assistente social em tais relações institucionais (contexto em que se revela certa tentativa

de "submissão" da racionalidade profissional às áreas técnicas hegemônicas, das quais o Serviço Social não faz parte), num enfrentamento entre as diferentes concepções acerca da realidade social e seus processos.

A participação dos assistentes sociais nos desastres tem se dado por vinculações institucionais mais indiretas, ou seja, menos pela sua ligação formal com os órgãos responsáveis pela gestão – a exemplo das Defesas Civis municipais – e mais por meio dos quadros profissionais das Secretarias responsáveis pelo Desenvolvimento Social local – acionados quase sempre em caráter emergencial – e ainda, por vezes e mais indiretamente, por intermédio de entidades de natureza filantrópica que na etapa do socorro se somam ao trabalho social efetivado em prol dos afetados. Não vamos nos deter nesse aspecto, mas apenas realçar que essas diferentes formas de vinculação são determinantes das possibilidades interventivas dos profissionais, relativizando seu poder, autonomia e sua contribuição ao processo de gestão social como um todo. Além do enfrentamento que se dá pelo embate de racionalidades distintas no entendimento do que cabe à gestão do desastre como compromisso protetivo por parte do ente público, os assistentes sociais têm sofrido fortemente os rebatimentos da precarização dessas vinculações de trabalho (contratos temporários, baixos salários), o que reforça a característica de descontinuidade que as ações emergenciais de maneira geral têm firmado nesses contextos.[7]

As ações/atribuições restritas destinadas a atender ao *reino das necessidades* reafirmariam, no âmbito das requisições profissionais atribuídas ao Serviço Social, a condição limitada da assistência social, nesse contexto específico, fortemente atrelada às situações de emergência pós-impacto – ou ao que denominaremos *engodo da emergência*,[8] que facilita a comoção e

7. É premente a necessidade da reflexão profissional acerca dos referidos processos. Algumas iniciativas já vêm ocorrendo nesse sentido, impulsionadas pelos Conselhos Regionais e/ou Instituições de Ensino Superior, a exemplo de eventos que ocorreram no Rio de Janeiro e em Minas Gerais nos últimos anos, principalmente depois do desencadeamento do desastre na Região Serrana do RJ, e dos quais tivemos a oportunidade de participar como debatedores representando o NEPED/UFSCar, numa proposta de reflexão crítica acerca do tema. A exemplo: II Encontro Regional de Pesquisadores em Serviço Social da ABEPSS-Leste, em setembro de 2008; XII ENPESS, em 2012; Curso de Formação em Direito Social e Assessoria Jurídico Popular – CDDH Petrópolis, nos anos de 2012 e 2013; Seminário Estadual "Serviço Social, Direito à Cidade e Política Urbana", promovido pela UERJ, CRESS 7ª Região e Rede QUESS, em outubro de 2011; Ciclo de Debates da Comissão de Direito à Cidade do CRESS 7ª Região, em dezembro de 2012; Seminário "Desastres Naturais: diálogos e experiências", promovido pelo Programa UFF SOS Comunidade, em dezembro de 2012; Seminários Estaduais CRESS 7ª Região: "Desastres e Justiça Socioambientais: o papel do Serviço Social", em Friburgo, maio de 2013; Seminário Mensal do Laboratório LEUS do Departamento de Serviço Social da PUC Rio – Conferência "Desastre é a falta de todo mundo ... ": a multiplicidade interpretativa do fenômeno e a contribuição da Sociologia, em abril de 2014; XI Semana do Serviço Social – "O Serviço Social na Defesa do Direito à Cidade", promovida pelo Centro de Ensino Superior de

sensibilização momentâneas, justificando o apoio residual – em confronto com as conquistas históricas e coletivas experimentadas no campo dos direitos sociais, incluindo os avanços experimentados pela política de assistência social. É importante lembrar, a exemplo:

1) A Política de Assistência Social integra o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil e tem um papel a cumprir antes, durante e depois do impacto que desencadeia o desastre. As respostas pertencem a diferentes níveis do governo e estão vinculadas ao papel das principais políticas de atuação: Defesa Civil, Habitação, Saúde e Assistência Social.
2) De acordo com a tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, o Serviço de Proteção em Situações de Calamidade Públicas e Emergências faz parte dos serviços na categoria de Alta Complexidade e tem por dever: promover o apoio e proteção à população atingida por situações de emergência e calamidade pública, com oferta de alojamentos provisórios, atenções e provisões materiais, conforme as necessidades detectadas; assegurar a realização de articulações e a participação em ações conjuntas de caráter intersetorial para a minimização dos danos ocasionados e o provimento das necessidades verificadas. Trata-se das possibilidades asseguradas pela Política de Assistência Social em conjunto com aquelas requisições que integram o próprio projeto profissional dos assistentes sociais e que contribuirão para fortalecer ações de gestão dos desastres em outro patamar, ou seja, além da garantia por direitos socioassistenciais, o direito dos assistidos a integrarem o âmbito das decisões e da gestão compartilhada das ações, configurando um exercício de controle social efetivo.

A direção do trabalho realizado junto aos grupos afetados pelos desastres tem revelado o privilegiamento da resposta por meio de benefícios

7. (*continuação*) Conselheiro Lafaiete, em maio de 2014; Seminário "Desastres, Planejamento Urbano e Justiça Ambiental", promovido pelo LEUS do Departamento de Serviço Social da PUC Rio, em outubro de 2014; Seminário Internacional "Riscos de Desastres relacionados à Água – aplicabilidade de bases conceituais das Ciências Humanas e Sociais para a análise de casos concretos", realizado em novembro de 2014 por meio da parceria NEPED/UFSCar e NESA/UFF (motivador da escrita desse texto). Ressaltamos ainda a matéria intitulada "A culpa não é da natureza", elaborada pelo CRESS 7ª Região/RJ, em seu informativo *Praxis*, jan/fev 2013, com ênfase no trabalho do Assistente Social em contexto de desastre, assim como as diferentes pesquisas acadêmicas que surgem no âmbito dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social voltadas a esse objeto.

8. A crítica à emergência não tem por finalidade desconsiderar a importância da prestação de socorro e adoção de medidas imediatas em favor de grupos afetados por desastres. O que se objetiva é problematizar o lugar que essa característica vem ocupando no desvirtuamento do real sentido social do desastre e seus rebatimentos.

eventuais diante da ausência da política estrutural, ou seja, do combate antecipado às injustiças sociais, políticas e ambientais, desafiando a concepção de cidadania – ainda que restrita aos limites do capitalismo. Atentamos, em meio aos enfrentamentos esboçados, para o risco de retomada das velhas requisições moralistas, higienistas – traços que marcaram profundamente a gênese da profissão, em que o eixo definidor do perfil pedagógico das práticas da profissão era a "ajuda". Tais requisições tendem a perpassar as instituições cujo trabalho se pauta nas ações emergenciais, que se associam a campanhas/doações, com a forte intercessão do âmbito privado, tendendo ao assistencialismo que desvirtua a tônica da proteção social como direito, enfatizando a compaixão[9] e perspectiva restritamente humanitária. Diz respeito à armadilha da naturalização e reprodução de uma política baseada na violência simbólica, por intermédio da tecnificação do discurso e das práticas utilizadas para destituir os afetados de qualquer poder sobre o seu próprio destino e o do seu lugar de vivência, incluindo a imposição de deslocamentos compulsórios.

Uma maior aproximação da categoria com o debate atualmente alavancado pelas Ciências Sociais acerca dos desastres, assim como dos desafios impostos pelas requisições por esse campo sinalizadas, chama-nos a atenção: 1) para as armadilhas que se esboçam a partir da tentativa de imposição de uma racionalidade única a definir a concepção de desastre e as ações que fundam a sua gestão; 2) para formas alternativas de entender o problema e as relações entre os grupos sociais envolvidos.

Quais são os elementos a serem apreendidos a partir dessas relações para o fortalecimento de uma prática profissional condizente com a defesa do *reino dos direitos*? Como a gestão da emergência poderia ser repensada, considerando as quatro fases institucionalizadas para a gestão dos desastres, ou seja, prevenção, preparação, resposta e recuperação, a partir de um olhar das Ciências Humanas e Sociais? Alguns elementos acerca da assistência social no escopo dos direitos sociais já foram sinalizados[10] e podemos mencionar algumas requisições que se colocam ao assistente social na prestação da assistência em contexto de desastres.

Os cenários de desastres têm comumente demandado: o acolhimento imediato de grupos afetados em condições dignas e de segurança, por meio de alojamentos provisórios, identificação de perdas e danos ocorridos,

9. Soma-se à postura de desqualificação outra forma predominante e contundente de tratamento de tais grupos sociais nos desastres envolvidos: aquela alimentada pela compaixão (SENNETT, 2004). Desencadeia-se o apelo à doação, ajuda, entrega emocional, humana em detrimento da intervenção política, o que contribui para camuflar processos que foram histórica e politicamente engendrados e negligenciados anteriormente à deflagração do desastre (VARGAS, 2013, p. 93).

cadastramento da população para articulação das redes de políticas públicas e redes sociais de apoio, provimento das necessidades detectadas e promoção da inserção na rede socioassistencial. Além dos cuidados estruturais, têm se revelado fundamentais os momentos de escuta qualificada, possibilitando a vocalização de cada sujeito/família/grupos acerca da experiência vivenciada, de seus lutos e sofrimento e de suas demandas específicas.

No entanto, observando além, destacamos a contribuição que o Serviço Social pode oferecer na organização e lutas decorrentes dessas experiências, por meio das mediações com o poder público, apoio no resgate da identidade individual e coletiva, fortalecimento da atuação e participação como sujeitos de direitos, organização fomentada no/pelo desastre, ou seja, a protagonização do assistido/afetado. Ou seja, o foco na "emergência" pode ser repensado em oportunidade de mobilização e articulação com outras forças sociais. Retomando o que afirma Iamamoto (2009, p. 43): "(...) a articulação com entidades, forças políticas e movimentos dos trabalhadores no campo e na cidade em defesa do trabalho e dos direitos civis, políticos e sociais". De forma complementar, afirma Guerra (2012, p. 66):

> (...) é necessário investir em estratégias e táticas socioeducativas de organização e mobilização dos sujeitos com os quais trabalhamos na perspectiva de que eles se organizem como sujeitos coletivos. Estamos cientes de que do direcionamento dado à formação profissional resultará ou não uma capitulação à razão instrumental.

A participação das comunidades locais é crucial para democratização das ações e pode gerar uma gestão de desastres mais adequada e afinada com a realidade. Este aspecto é tendencialmente ignorado pelos gestores que, quando não o fazem, se movimentam no sentido de submeter tais grupos à sua tutela. É preciso atentar sobre as formas pelas quais essas relações são estabelecidas, uma vez que se constata um caráter impositivo da orientação técnica acerca de como proceder diante de uma situação de emergência, e não só, o que reduz o valor inerente da proteção civil, em que a comunidade se organiza nos seus próprios termos.

Ainda nesse sentido, devemos nos ater ao espaço das diversas vocalizações e saberes representados pela diversidade de atores que ocupa a cena política,[11] entendendo que uma revisão desse cenário só poderá acontecer via fortalecimento dos canais de participação popular, possível somente na construção e reconhecimento de sujeitos coletivos, sujeitos de

10. Sugerimos a leitura das contribuições apresentadas por Santos et al. (2014) sobre a Política de Assistência Social em Situação de Desastres.

direitos. A reflexão de Dhamer (2010) nos permite um amadurecimento no sentido de pensar uma transposição da execução restrita da política de assistência social para o exercício mais ampliado de mobilização e controle sociais. Ao refletir sobre o possível excesso de institucionalização da profissão e seu afastamento dos movimentos sociais e políticos, defende

> o fomento à interlocução entre o público-alvo da assistência social e demais cidadãos/ãs e movimentos sociais atuantes por direito à cidade, à reforma agrária e a outras lutas. É outro aspecto que precisa ser levado em conta, caso se queira romper com a dimensão de "insulamento" dessa política pública e com o seu 'caráter residual'. Essa tarefa pertence tanto ao Estado brasileiro quanto aos movimentos sociais e entidades da sociedade civil compromissados para que princípios e diretrizes da política nacional de assistência social de fato se concretizem (IDEM, p. 195).

## Considerações conclusivas

Ao discutirmos o fazer profissional do assistente social em contextos de desastres, buscamos nos opor à naturalização destes, defendendo-os como um fenômeno inerentemente social, destacando que o ambiente é produto de uma construção social e histórica. Nessa reflexão, a predominante ausência de diálogo entre os diferentes saberes que perpassam esse contexto também se mostrou relevante. Há uma tensão entre saber perito e saberes da população, ao mesmo tempo em que esses se entrecruzam. O saber perito tende a se firmar como o saber válido, verdadeiro, enquanto os saberes originados dos afetados tendem a ser desqualificados nas tomadas de decisão sobre suas vidas. Todavia, não serão as informações peritas aquelas que necessariamente promoverão a tomada de decisão da população diante dos desastres.

Uma mudança nessa perspectiva requer não apenas uma interação hierárquica de técnicos com os grupos vulneráveis, mas uma interação na qual o fluxo de informações seja bidirecional e de mesmo valor na renovação das práticas de ambos os lados. É necessário haver uma sinergia entre conhecimentos e saberes na busca do bem-estar coletivo. Trata-se de uma nova ética de relacionamento entre Estado e sociedade. Ética de compromisso com a cidadania participativa, em que haja lugar para a escuta e compreensão das limitações das rotinas dos vulneráveis, das soluções engenhosas que nascem do conhecimento popular. Trata-se da perspectiva de reconhecimento da capacidade de ação, iniciativa e invenção dos sujeitos populares.

O Serviço Social, enquanto profissão que hoje integra o corpo técnico da gestão de desastres, vê-se responsável por refletir sobre o seu lugar

profissional num processo que é caracterizado por impasses e disputas entre diferentes visões de sociedade e dos grupos sociais que a compõem. Não se trata de pensar sua prática de forma isolada, o que se configuraria num equívoco, mas de situar a mobilização dessa forma específica de saber, em meio a outros tantos, considerando-a de forma crítica na relação com outros saberes integrantes do mundo técnico e sujeitos sociais demandantes do seu trabalho.

Nesse sentido, entendemos que duas tendências podem ser fortalecidas pelo Serviço Social diante das requisições que o ambiente dos desastres traz à categoria:

1) uma que circunscreve esses processos no horizonte histórico da proteção social, do bem-estar social, centrada no fortalecimento do poder do usuário, mediante processos de publicização em relação aos sujeitos e recursos institucionais, na perspectiva da luta pela democratização e universalização das políticas públicas;

2) outra que vincula os processos de mobilização social e organização desencadeados na prática profissional dos assistentes sociais ao movimento de certos grupos sociais, em torno de sua organização autônoma, sustentada na necessidade e na possibilidade de lutas que favoreçam a garantia e ampliação das conquistas sociais e políticas – garantias postas tardiamente na sociedade brasileira, quando as condições concretas desse padrão nos países centrais já se encontravam esgotadas.

Realçamos a importância de que a leitura profissional sobre os desastres, as demandas trazidas a partir desse contexto ao assistente social e a inserção profissional nas relações institucionais de sua gestão possam ser deslocadas de seu caráter tendencialmente imediatista, residual e emergencial para uma análise que possibilite a crítica coerente ao que tal fenômeno revela, ou seja, ser processo originado de um sistema social inerentemente contraditório e desigual. A prática profissional é desafiada à construção de uma ação emancipatória, considerando uma perspectiva de totalidade, também no âmbito da gestão dos desastres.

## Referências bibliográficas

ACSELRAD, H. Vulnerabilidade ambiental, processos e relações. In: ENCONTRO NACIONAL DE PRODUTORES E USUÁRIOS DE INFORMAÇÕES SOCIAIS, ECONÔMICAS E TERRITORIAIS, 2, 2006, Rio de Janeiro, **Anais**... Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Comunicação. Disponível em: <http://www.fase.org.br/projetos/clientes/noar/UserFiles/17/Files/VulnerabilidadeAmbProcRelAcselrad.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2011.

BAUMAN, Z. **Vidas desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

BEHRING, E. R; BOSCHETTI, I. **Política Social:** fundamentos e história. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CÓDIGO DE ÉTICA DO ASSISTENTE SOCIAL. **Lei 8.662/93** de regulamentação da profissão. 3. ed. revisada e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 1997.

Conselho Federal de Serviço Social/Conselho Regional de Serviço Social, **Carta de Manaus**. Manaus, 2005.

DAHMER, T. P. Política Nacional de Assistência Social e território: enigmas do caminho.**Rev. Katál.**, Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 191-200, jul./dez. 2010.

GUERRA, Y. A dimensão técnico-operativa do exercício profissional. In: SANTOS, C.M.; BACKX, S.; GUERRA, Y. (Org.). **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social**: desafios contemporâneos. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2012. p. 39-68.

IAMAMOTO, M. V. O Serviço Social na cena contemporânea. In: **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, 2009. v. 1. p. 15-50.

LIEBER, R. R.; ROMANO-LIEBER, N. S. O conceito de risco: Janus reinventado. In: MINAYO, M. C. S.; MIRANDA, A. C. (Org.). **Saúde e ambiente sustentável**: estreitando nós. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002. p. 69-111.

QUARANTELLI, E. L. A social science research agenda for the disasters of the 21 st century: theoretical, methodological and empirical issues and their professional implementation. In: PERRY, R. W.; QUARANTELLI, E. L. (Orgs.). **What is a disaster?** New answers to old questions. USA: International Research Committeeon Disasters, 2005. p. 325-396.

RIZEK, C. S. Os sentidos da cidade brasileira: da civilidade a seu avesso. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 23, 2002, Gramado. **Anais...** Gramado: ABA, 2002.

SANTOS, C. M. **Na prática, a teoria é outra?** Mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no Serviço Social. Rio de Janeiro: Lumens Juris, 2010.

SANTOS, A. et al. A intervenção estatal em situações de desastres naturais: uma análise do papel da Política de Assistência Social. In: CARMO, R.; VALENCIO, N. (Orgs.). **Segurança humana no contexto dos desastres**. São Carlos: RiMa Editora, 2014. p. 63-76.

SENNETT, R. **Respeito:** a formação do caráter em um mundo desigual. Rio de Janeiro: Record, 2004.

VALENCIO, N. Da morte da Quimera à procura de Pégaso: a importância da interpretação sociológica na análise do fenômeno denominado desastre. In: _____ et al. (Org.). **Sociologia dos Desastres:** construção, interfaces e perspectivas no Brasil. São Carlos: RiMa Editora, 2009. p. 3-33.

_____. Desastres, ordem social e planejamento em Defesa Civil: o contexto brasileiro. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 19, n. 4, p.748-762, 2010.

_____. Desastres: tecnicismo e sofrimento social. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 19, p. 3631-3644, 2014.

VARGAS, M. A. R. **Da "chuva típica" à "falta de todo mundo": a** luta pela classificação de um desastre no município de Teresópolis/RJ. 2013. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.



# O ato de habitar a partir de um programa habitacional[1]

Juliana Nazareno Mendes

## Introdução

Nos últimos anos, o Brasil vem promovendo, por meio das políticas habitacionais de interesse social, o reassentamento de famílias pobres, seja por residirem em áreas consideradas de risco, seja por estarem em locais cotados para sofrerem grandes intervenções urbanísticas de infraestrutura ou de revitalização. A literatura nacional produzida sobre este tema tem demonstrado que, geralmente, esses reassentamentos são involuntários ou forçados, na medida em que retira a família de suas casas contra a vontade, sem que estejam disponíveis formas adequadas de proteção dos direitos dos envolvidos e a busca de soluções apropriadas construídas a partir da participação social.

Tal situação se verifica no município de Campos dos Goytacazes (RJ), por intermédio do Programa Morar Feliz. Implementado em 2010, esse programa pode ser qualificado como a maior ação habitacional já empreendida pelo município, destinada às famílias residentes em áreas de riscos relacionados às enchentes e inundações e a acidentes ferroviários e rodoviários, além daquelas que se encontram em condição de vulnerabilidade social. Em sua primeira fase, o programa priorizou as famílias que foram atingidas pelas fortes enchentes que ocorreram nos anos de 2008 e 2010, que deixaram aproximadamente 20.000 desabrigados.

Realizado exclusivamente com recursos municipais advindos das rendas petrolíferas, já foram entregues 5.426 casas distribuídas em 14 conjuntos habitacionais. Como é um programa pautado na entrega de casas populares, sem custo para os beneficiários, faremos um recorte dessa ação governamental de reassentamento[2] que leva milhares de famílias a terem de se reorganizar num novo espaço, estabelecendo novas formas de habitar e significar sua morada.

1. Este capítulo integra a tese de doutorado *O ato de habitar: práticas socioespaciais no conjunto Morar Feliz Penha, Campos dos Goytacazes/RJ*, que, sob a orientação do prof. Dr. Jorge Luis Barbosa, será apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense.
2. Reassentamento é a remoção definitiva ou provisória de uma população de suas residências, transferindo-as para um conjunto habitacional construído pelos agentes promotores da política habitacional e urbana.

Sendo assim, este capítulo tem por objetivo fazer uma reflexão sobre a morada dessas famílias nesses novos espaços, tendo por base empírica a experiência vivida pelos moradores reassentados por meio do programa Morar Feliz, no bairro Penha, em Campos dos Goytacazes (RJ).[3] Para tanto, em um primeiro momento, apresentaremos uma discussão teórica sobre os conceitos de habitar e morada, enquanto dimensões importantes do processo de ser e estar do homem sobre a terra, para, em seguida, compreendermos os sentidos da morada na escala do lugar.

## O habitar sobre a terra

Heidegger (1954), em seu texto *Construir, habitar e pensar*, colocou em evidência o conceito de *habitar*, apresentando-o em sua relação com o *construir*, que já seria, em si mesmo, o habitar. Nessa relação, o autor afirma que, se não considerarmos que todo construir é em si mesmo o habitar, não será possível compreender o que se constrói. É preciso, portanto, compreender que construir é habitar, que habitar é a forma como os mortais são e estão na terra. É tanto o cultivo e crescimento quanto edificar construções. Na medida em que habitamos, chegamos a construir (HEIDEGGER, 1954).

*Construir* não é simplesmente edificar, é demorar-se e resguardar-se. Envolve uma pausa necessária ao envolvimento com as coisas.[4] Com isso, o homem constrói coisas e cria espaços quando se demora junto às coisas e aos lugares.

Na fenomenologia hermenêutica de Heidegger é retomado o sentido do habitar que se traduz no modo pelo qual o homem, ao se relacionar com as possibilidades de ser-no-mundo, constrói o mundo que o circunda. O modo como habitamos é o modo como ocupamos um espaço numa ordem de significações ontológico-existencial relacionado ao estar-e-ser-no-mundo (PROENÇA, 2011). Isso faz com que o lugar que habitamos se torne um espaço existencialmente determinado, dotado de carga afetiva e de altos e baixos, limites e possibilidades. Habitar pressupõe a relação entre o homem e as coisas, sendo a expressão da espacialidade do ser.

A referência que o homem estabelece com os espaços advém do habitar. As coisas construídas são lugares que propiciam espaços. Assim, ao

3. As entrevistas citadas fazem parte do trabalho de campo realizado com 19 moradores do conjunto habitacional Morar Feliz da Penha, que subsidiam a elaboração da tese citada na nota anterior.

4. A partir das compreensões de Heidegger, Teixeira (2004, p. 63) afirma que "qualquer algo que está visível e disponível se determina como coisa em um sentido restrito. No seu aspecto amplo, o termo *coisa* expressa o significado de qualquer assunto, qualquer evento que diga respeito ao homem no mundo".

se produzirem coisas, se constroem, se edificam lugares e se produzem espaços, permitindo ao homem existir em segurança. Por conseguinte, "a essência de construir é deixar-habitar" (HEIDEGGER, 1954, p. 9).

É possível compreender que a espacialidade, em Heidegger, está relacionada com a instância do mundo, que promove diferentes espaços a partir da presença humana. Os homens têm espaços e criam espaços quando habitam, e é somente por isso que podem atravessar espaços e demorar-se neles. Habitando, os mortais têm a razão de sua demora junto às coisas e aos lugares.

Confluindo ao pensamento de Heidegger, Bollnow (2008) analisa o modo de ser-no-mundo, destacando as vivências, sensações, experiências que o sujeito tem no espaço de recolhimento e amparo da casa. Com isso, introduzimos, em nossa reflexão, a casa enquanto elemento do processo de habitar, possuindo dimensão subjetiva e simbólica que se expressa na edificação física.

Bollnow (2008) destaca o caráter espacial da existência humana. Para ele, o espaço vivencial é o espaço concreto, da espacialidade humana, em que se desenvolve a vida pessoal e coletiva.

Percebe-se, nessa abordagem, que o espaço para Bollnow é tido como uma espécie de "palco" para a realização da vida humana, sobre o qual o homem age e interage. "O espaço se torna, então, uma forma geral da atitude vital do ser humano", em que "(...) o homem é necessariamente não apenas origem, mas ao mesmo tempo centro permanente de seu espaço" (IDEM, 2008, p. 21).

Na obra de Bollnow, o caminho aparece como uma dimensão do habitar dos homens sobre a terra, pois coloca permanentemente ao homem a questão das encruzilhadas da vida que exigem tomadas de decisão. Portanto, implica uma atitude de pre-visão para onde ir. Por intermédio da metáfora do caminho é possível parar, avaliar o caminho percorrido e retornar para casa, para o espaço de recolhimento ao qual pertence. Por meio do caminho, ele transita entre o mundo público e o privado.

Mas o "lugar a que se pertence" é sempre relativo, pois varia segundo o plano de observação de onde se estabelece o ponto de referência espacial. Para o autor em questão, o ponto de referência é a casa, pois é de onde se parte para realizar algo no mundo e para onde se retorna ao final de sua missão. Então, a casa é o centro no qual é possível avaliar os propósitos estabelecidos, o próximo e o longínquo (território do mundo). Ela proporciona a situação de interioridade, contrapondo-se à exterioridade que remete

à efemeridade de caminhos que abrem espaços, que são anônimos e, por isso, diferentes do espaço privado que o homem encontra em casa. A casa expressa o sentido tanto de "retorno a si" como de retorno ao espaço físico que pressupõe pertencimento.

Neste sentido, habitar quer dizer estar em casa, num lugar determinado, onde se sinta pertencente e enraizado, aproximando-se da ideia de habitar de Bachelard (1998).

Para Bachelard (1998), a casa tem por função originária proporcionar abrigo e proteção, trazendo o homem para um recolhimento e proporcionando a sensação de amparo, onde ele encontra o calor e o conforto que não lhe são oferecidos pelo espaço exterior.

Para ele, a casa "é o nosso canto do mundo." (IDEM, 1998, p. 24), nosso "primeiro universo", que experimentamos em sua realidade concreta e em sua virtualidade (pensamentos e sonhos). Sua essência se manifesta em todo o espaço que é realmente habitado. Assim, habitar não é estar abandonado em qualquer lugar, mas estar abrigado em casa.

A casa é mais do que o espaço físico, edificado; ela é, para Bachelard, uma das maiores fontes de integração para os pensamentos, as lembranças e os sonhos. Ela abriga o devaneio, protege o sonhador e permite-lhe sonhar em paz. Sem a casa, o homem seria um ser disperso. Assim, ela possibilita ao homem um enraizamento profundo na vida. Como afirma o autor, o homem habita sua casa antes de habitar o mundo. Ela dá ao homem força e firmeza para prevalecer na relação com o mundo exterior. Por meio da casa, o homem é um habitante do mundo a despeito do mundo.

De acordo com Venturato-Landmann e Valencio (2014), uma das imagens mais expressivas utilizadas por Bachelard é a do enfrentamento da tempestade pela casa antropomorfizada, pois isso corresponde a uma luta do mundo simbólico e subjetivo com o mundo exterior, público. Manter a casa a salvo das tempestades é garantir o ancoradouro da vida privada.

Compreende-se que a casa não é, portanto, uma caixa edificada sem vida, mas um espaço habitado que transcende o espaço geométrico. Ela toma qualidades sentimentais humanas, contribuindo para que o homem possa se manter no mundo e nele realizar suas tarefas, na medida em que se torna abrigo e paz, espaço de relaxamento e de recomposição das "lutas" travadas no mundo exterior.

Nesta mesma linha analítica, Bollnow (2008) afirma que o homem necessita de um ponto de referência, um centro fixo de onde pode partir e retornar. Um centro enraizado no espaço. Daí a importância de o homem

encontrar tal centro no seu espaço, criando-o e lançando sobre ele os próprios fundamentos, defendendo-o das ameaças externas. "Criar esse centro se torna, assim, uma tarefa decisiva ao homem. E ele a cumpre ao construir e habitar sua casa" (BOLLNOW, 2008, p. 135).

Nesse sentido, a forte identificação do ser humano com sua casa faz com que ela se converta na expressão da essência do homem, derivando na concepção de segurança. Habitar é sentir-se em casa. No entanto, esse espaço próprio deve estender-se também a todo espaço possuído pelo homem, por onde ele possa se movimentar. Com isso, a tarefa do homem é construir um espaço de morada que seja referência para explorar o mundo e para o qual possa retornar.

Considerando o exposto até o momento, podemos concluir que, no processo de habitar, o homem constrói, edifica, cria lugares e espaços, onde a casa passa a ser uma referência importante, pois é a partir dela que o homem caminha e explora o mundo, construindo espaços externos. Assim, a casa é uma construção que permite ao homem enraizar-se no espaço, possibilitando-lhe habitar no mundo e para ela sempre retornar. É, de acordo com Proença (2011), o recinto próximo e familiar, em oposição àquilo que é longínquo. Ela se torna núcleo do espaço vivencial, diferenciando-se da forma pela qual lidamos com as coisas e nos sentimos em outros espaços.

É importante ressaltar que essas perspectivas partem da lógica individual e, por isso, levam-nos a correr o risco de ficarmos presos a uma concepção individualista e idealista, cujo resultado, como afirma Santos (2005), pode ser a impossibilidade de captar o movimento da sociedade e do espaço como dados contraditórios e ao mesmo tempo complementares. Ou seja, leva-nos a não compreender a dialética presente nos processos de reprodução das relações sociais e do habitar.

Santos (2005) ainda destaca que, ao considerar o indivíduo, acaba-se considerando a liberdade humana como absoluta e não condicionada pelas diferenças de classe. Neste sentido, podemos inferir que é como se o ato de habitar não estivesse relacionado com a renda, a exploração do trabalho, a dificuldade de acesso às condições mais básicas e necessárias à sobrevivência humana. Portanto, é uma perspectiva que tende a não contestar a ordem estabelecida, transferindo para o indivíduo os problemas considerados coletivos (sociais), cabendo a ele se adaptar às condições dadas *a priori*.

No entanto, tal perspectiva não deixa de ser importante, pois nos permite considerar que, por intermédio do habitar, se constroem coisas e se

produz espaço. Mas isso não é suficiente para compreendê-la no contexto da sociedade capitalista, já que partimos do entendimento de que, ao habitar, os homens também estão sujeitos às determinações do espaço social que se produz.

## Construindo o conceito de morada

Considerando que a abordagem sobre o habitar realizada até o momento teve como ponto de partida o homem na sua relação com o espaço, sendo este o lugar de realização da existência humana, o esforço que agora se pretende realizar tem o sentido da construção de uma análise do espaço enquanto produto e meio do processo de reprodução das relações sociais, para assim introduzirmos outros elementos na compreensão do habitar e chegarmos ao conceito de morada.

Como Heidegger, Lefebvre (2006) afirma que no habitar reside e se realiza a relação do homem com a natureza e a sua própria natureza e que, portanto, o homem só pode habitar como criador ou, nas palavras de Heidegger, como construtor.

Para Lefebvre, ao habitar como criador, o homem produz espaço, que no contexto da sociedade capitalista é complexo e desigual, pois é social e político. O espaço está ligado à reprodução das relações (sociais) de produção, sendo ao mesmo tempo abstrato-concreto, homogêneo e desigual. Ele inclui os espaços de lazer, os espaços da cotidianidade, do planejamento, dos promotores imobiliários, das obras de arte, etc.

A esse espaço corresponde um tempo que se compra e se vende: tempo de trabalho, tempo de consumo, de lazer, de percurso, etc., que se organiza em função do trabalho produtivo e da reprodução das relações de produção. Nesse sentido, a paisagem física e social que se forma no contexto da urbanização está de acordo com critérios caracteristicamente capitalistas decorrentes da lógica da circulação e acumulação do capital, que acabam produzindo "formas construídas, espaços produzidos e sistemas de recursos de qualidades específicas, todos organizados numa configuração espacial distintiva." (HARVEY, 2005, p. 168). Com isso, se estabelecem arranjos institucionais, sistemas políticos e administrativos, hierarquias de poder, que concedem qualidades objetivas à cidade e que podem dominar práticas cotidianas, restringindo os recursos de ação.

Na medida em que o fenômeno urbano se estende sobre grande parte do território, atravessando as fronteiras nacionais, forma-se um *tecido*

*urbano*[5] cada vez mais cerrado. Ao mesmo tempo, as concentrações urbanas vão se tornando gigantescas, as pessoas se deslocam para as periferias e escritórios substituem residências nos centros urbanos. Vão se produzindo lugares e uma nova estrutura urbana permeada por contradições em que, por um lado, estão a concentração de riquezas, o poder repressivo e a concentração de informações e de decisão e, por outro, as diferenciações sociais ligadas às relações de propriedade e de exploração.

Nesse contexto, o espaço urbano vai exigindo e condicionando novas formas de habitar – ou de "demorar-se nele" –, já que novos sentidos, significados e trajetórias são atribuídos e criados. O homem, então, precisa reconstruir seu habitar, lançando nele novos fundamentos. Portanto, as condições objetivas e concretas geradas pelo processo de urbanização delineiam as formas pelas quais o sujeito habita.

Na sociedade, dividida em classes sociais antagônicas, são os trabalhadores empobrecidos os mais sensíveis aos diferentes processos de desenvolvimento do capital e, portanto, mais afetados em sua forma de habitar. Desprovidos de amplas possibilidades de escolhas, inclusive do lugar onde morar, e de acesso aos bens materiais e simbólicos produzidos coletivamente, seu habitar é construído e expresso numa espacialidade reduzida, em que suas práticas socioespaciais tendem a se limitar ao entorno próximo, em que valores, vivências e memórias são compartilhados por grupos de indivíduos com experiências de vida que se assemelham e que possibilitam atribuir significados à sua existência.

Destacamos que são experiências advindas de uma relação homem-espaço, marcada historicamente (e, por isso, tem dimensão geracional que precisa ser considerada) pela dificuldade de acesso aos bens mais básicos ao desenvolvimento do ser humano na sua integralidade e que são preconizados por meio dos direitos humanos fundamentais: moradia, educação, saúde, trabalho, etc. Como, então, falar em habitar sem considerar tais aspectos?

Partimos do entendimento de que isso não é possível. Assim, consideramos que o conceito de habitar empreendidos pelos autores no campo da fenomenologia não é suficiente para abarcar as complexidades que atravessam tal processo, pois não privilegia a dialética homem-espaço. Por isso, caminhamos teórico-metodologicamente para o conceito de morada,

5. Uma rede de malhas desiguais que dão suporte a "um modo de viver" intenso ou degradado: a sociedade urbana (LEFEBVRE, 2001).

por nos permitir maior aproximação das vivências cotidianas na escala do lugar que determinam as formas de habitar.

Por morada, entendemos:

> (...) um espaço plural, em que determinados grupos marcados pela proximidade de valores, práticas, vivências, memórias e posição social constroem experiências tangíveis e intangíveis como força de realização de suas vidas. A concepção de morada significa a inserção de pessoas em relações de pertencimento a seus territórios usados. Elas não estão situadas em qualquer ponto ou área da cidade. Mas, sim, em uma experiência territorial corpórea que reúne qualidades materiais (acessibilidade a bens, serviços e renda) e simbólicas (compartilhamentos socioculturais) produzidas, classificadas e mobilizadas por seus membros no processo de atribuir significado a sua existência (BARBOSA, 2012, p. 103).

O espaço vivido, que se forma no lugar, vai permitindo ao homem estabelecer um novo ponto de referência, um centro fixo onde se sinta seguro. Constitui-se, então, sua morada, que só pode ser desvendada na escala do lugar, pois:

> O lugar abre a perspectiva para se pensar o viver e o habitar, o uso e o consumo, os processos de apropriação do espaço. Ao mesmo tempo, posto que preenchido por múltiplas coações, expõe as pressões que se exercem em todos os níveis. Também é possível perceber a fragmentação do mundo na dimensão do espaço, do indivíduo, da cultura, etc. Isto é, o lugar guarda em si e não fora dele o seu significado e as dimensões do movimento da vida, possível de ser apreendido pela memória, através dos sentidos e do corpo (CARLOS, 2007, p. 14).

O lugar é passível de ser sentido, apropriado e vivido por meio do corpo. O ser humano sabe que há um espaço e que ele está nesse espaço. Por meio do seu corpo de sentidos, o indivíduo constrói e se apropria do espaço e do mundo. Apropriação que está relacionada com a transformação do espaço para servir às necessidades e possibilidades de um grupo.

O lugar é o espaço palpável onde o indivíduo habita e que está relacionado com seu cotidiano, seu modo de vida, onde trabalha, passeia e se diverte. Pela forma como se apropria do espaço, este vai ganhando significado pelo uso. Por meio da atividade prática, o espaço e os seus significados vão se modificando, adquirindo novos traços aos trajetos construídos e percorridos, que se traduzem em novos valores. Com isso, ao habitar, o homem produz um espaço delimitado, um lugar com o qual se identifica e constrói sua morada.

Entender a morada, a partir do lugar, é olhar para as práticas cotidianas mais banais segundo a lógica que lhe é própria, considerando os componentes universais que nelas se manifestam e que geralmente estão invisíveis.

No entanto, é preciso atentar para a racionalidade que parece reinar sobre o lugar, em que o construído tende a manipular o espaço, produzindo um *habitat* que reduz as possibilidades de expressão do habitante, ou seja, sua capacidade criativa e criadora. O problema habitacional se torna um problema de acesso a um abrigo, despolitizando a questão central que é o acesso à vida urbana, à cidade na sua totalidade, para que se possa estabelecer a morada e a plenitude do habitar.

## A habitação popular no Brasil: breve caracterização

Como abordado, para estabelecer seu habitar e sua morada, o homem necessita de um ponto fixo materializado na casa. Portanto, esta passa a ser um direito humano fundamental que não se reduz apenas à proteção ou abrigo, mas deve expressar as experiências do habitar e permitir a construção de uma morada.

No Brasil, as políticas habitacionais implementadas até o momento foram incapazes de resolver e eliminar a penúria da habitação. Isso porque, como já afirmava Engels (1887), o problema habitacional é um falso problema, pois não é passível de solução no âmbito da sociedade capitalista. Além de funcional ao barateamento da força de trabalho, o déficit habitacional e as habitações precárias foram impulsionadores de ações que serviram muito mais para drenar recursos dos trabalhadores para as empresas privadas e segmentos sociais mais abastados. Consequentemente, excluíam, de forma quase total, os segmentos de baixa renda sem que os programas "focalizados" dessem conta de suas necessidades de moradia. Portanto, foram ações pautadas em interesses políticos, econômicos e ideológicos do capital.

Decorrentes disso, as marcas predominantes das políticas habitacionais são, dentre outras: a centralização no crédito imobiliário, a construção de conjuntos/condomínios voltadas para os segmentos sociais mais abastados e a periferização das construções destinadas às camadas socialmente empobrecidas. Além, é claro, de terem como modelo arquitetônico a construção de prédios habitacionais com grandes números de apartamentos, monótonos e repetitivos.

No entanto, não podemos deixar de considerar as lutas empreendidas pelos movimentos sociais, que conseguiram avanços significativos por

meio da Constituição Federal de 1988 e, posteriormente, com o Estatuto da Cidade. Neles, a habitação se tornou um direito social e, como tal, apreendido na sua concepção ampla, que pressupõe o direito à cidade. Mas que, no entanto, não foi colocado em prática em sua plenitude.

Ainda hoje, a atuação do Estado no campo das políticas habitacionais tende para a provisão de unidades habitacionais por meio da construção de conjuntos habitacionais majoritariamente verticais, com alguns horizontais, seguindo o movimento da Arquitetura Moderna, que tinha como uma de suas intenções contribuir para a elevação do nível social, reduzir os preços das moradias e assegurar a correspondência entre habitação e mercado de trabalho. O planejamento estruturado e igualitário, em que estavam presentes os aspectos de ordem técnica e estética, embasou amplamente os projetos de habitação popular desenvolvidos, inicialmente, pelos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs), pela Fundação Casa Popular (FCP) e, posteriormente, pelo Banco Nacional de Habitação (BNH).

De acordo com Teixeira (2004), os primeiros projetos de habitação popular elaborados pelos IAPs buscavam:

> (...) traduzir objetivos essenciais em que os princípios levassem em conta as necessidades do homem padrão, consideradas universais, e agrupadas em quatro funções primordiais, segundo a Carta de Atenas de Le Corbusier (1964): "habitar, trabalhar, locomover-se e cultivar o corpo e o espírito", em que a habitação oferecia espaço e conforto, refletindo, assim, o ideário da modernidade (TEIXEIRA, 2004, p. 39).

Neste contexto, a casa era entendida como o núcleo inicial do urbanismo que protege o homem e abriga as alegrias e as dores de sua vida cotidiana. Constituía-se como um lar, que deveria ser dotado de serviços comuns destinados à realização da vida, mas, para isso, seria necessário agrupá-los em unidades de habitação de tamanho razoável e distribuídas em determinados padrões espaciais. A partir dos conjuntos habitacionais, esses urbanistas pretendiam criar "novas cidades" autofuncionais, articuladas às demais partes da cidade.

No Brasil, entre os anos 1930 e 1940, as características predominantes das construções dos IAPs eram: a estandardização dos elementos de construção, o emprego racional dos materiais e a eliminação de toda decoração supérflua. Geralmente, eram construídas casas individuais, assentadas, de modo geral, em locais isolados do contexto urbano existente, sem previsão de equipamentos que permitissem encontros da população nos momentos de lazer e que pudessem satisfazer suas necessidades mais ime-

diatas. Com isso, as construções apresentavam rígida subordinação da parte ao todo, uma monotonia dos ambientes criados e o incentivo ao estabelecimento de relações sociais rarefeitas.

Com a criação da Fundação Casa Popular, a partir de 1946, de modo geral, os projetos mantiveram sua dimensão mais conservadora, com a opção pela casa própria e por unidades unifamiliares isoladas. De acordo com Azevedo (2007), havia preocupação da FCP não apenas com a conservação do imóvel, mas também com o comportamento social e individual dos moradores, já que a Fundação pressupunha que as pessoas das classes populares não estavam preparadas para viver em comunidade. Assim, elas "precisavam ser guiadas para utilizar e conservar as instalações da casa, daí as visitas de inspeção nos primeiros anos, tão comuns quanto impertinentes nos relatos de antigos moradores." (AZEVEDO; ANDRADE, 2011, p. 13). No entanto, tais ações de controle acabavam perdendo força e logo eram desativadas.

O contraponto da arquitetura habitacional dos IAPs e da FCP foram os conjuntos padronizados de casas individuais isoladas, construídas na periferia do Rio de Janeiro, na década de 1960, pelo governo do estado da Guanabara e financiado pelo governo dos Estados Unidos, que mais tarde influenciaram a conformação da política habitacional do regime militar e serviu de modelo espacial da habitação produzida pelo BNH. O primeiro desses conjuntos foi a Vila Kennedy, e seu padrão arquitetônico era extremamente econômico: foi plantada em área rural distante cerca de 30 km do centro da cidade e aproximadamente 40 km das antigas moradias; as casas mediam entre 30 e 47 m²; e eram construções rústicas e repetidas em série. O objetivo do governo do Rio de Janeiro era remover os moradores dos cortiços e favelas para esses condomínios em áreas periféricas da cidade.

A escolha desse modelo, anos depois, pelo governo militar não foi apenas por questões econômicas, mas, como afirma Cariello Filho (2011), por motivações políticas e ideológicas de uma ação governamental para todo o país, que almejava intensificar a remoção das favelas, dos mocambos e dos cortiços e colocar seus moradores pobres em áreas distantes do centro e de valorização imobiliária.

Com a implantação do BNH, os conjuntos habitacionais voltados para as camadas com rendimentos mais baixos seguiram o modelo da Vila Kennedy, mas com a construção predominante de blocos de apartamento. As construções eram de grandes dimensões e afastadas do centro, permanecendo a utilização dos princípios da racionalização da produção em

série e baixo custo. De acordo com Teixeira (2004), nesses conjuntos as moradias unifamiliares apresentavam condições adequadas de salubridade, com infraestrutura básica como: água, esgoto, energia elétrica e transporte coletivo. No entanto, os demais equipamentos urbanos nem sempre chegavam a ser construídos nesses assentamentos: "A extensão dos conjuntos e a uniformidade das moradias conferiam ao local a monotonia da paisagem, retratando, inclusive, o ar impessoal das unidades residenciais" (TEIXEIRA, 2004, p. 43).

Bonduki (1994) afirma que as construções promovidas pelo BNH destinadas às camadas de mais baixa renda, por necessitarem do maior barateamento possível da unidade habitacional, contribuíram para que fosse ampliado o tecido urbano das cidades, na medida em que ocuparam áreas desprovidas de serviços e equipamentos sociais, longe dos centros, por serem locais com maiores extensões de terra disponíveis e por seu valor ser mais baixo. Quando mais distante dos centros urbanos e dos locais onde esses moradores residiam anteriormente, mais se intensificava o processo de precariedade dessas famílias, pois se rompiam os vínculos e as relações pessoais, sociais e de trabalho e se restringiam o acesso à vida urbana como um todo.

Destacamos, então, a crítica que Bolaffi (1976, p. 28) faz à solução arquitetônica empreendida pelo BNH nos conjuntos habitacionais: "inspirado no princípio velho e superado da Carta de Atenas, com a consequente segregação do espaço e das funções urbanas", esses conjuntos foram desenhados para se tornarem cidades-dormitórios, pois não pressupunham qualquer atividade de trabalho e de vida. No entanto, tornaram-se verdadeiras cidades, sem que fossem tratadas como tal.

## Do acesso à habitação até a constituição da morada

Não podemos negar que tais características ainda se fazem presentes nas políticas habitacionais. Em Campos dos Goytacazes (RJ), as unidades habitacionais do Programa Morar Feliz seguem, de modo geral, o padrão descrito até o momento. São casas geminadas com 43 m² de área construída, possuindo 2 quartos com piso cerâmico, 1 banheiro com azulejos, 1 sala com piso cerâmico, 1 cozinha com piso cerâmico, área de serviço e uma área livre na frente da casa, parcialmente gramada, totalizando 140 m² de área total. A única diferença entre as casas está no fato de 10% delas terem sido adaptadas para pessoas com deficiência. A quantidade de unidades habitacionais construídas por conjunto varia entre 140 e 936, e não constam no projeto áreas coletivas para a convivência dos moradores e espaços para o comércio e templos religiosos.

Os conjuntos são construídos com toda a infraestrutura necessária: pavimentação, iluminação pública, água e luz regular e serviços de esgotamento sanitário, independente das condições do seu entorno. Formam uma espécie de "ilha" dentro dos bairros. Tal fato tem gerado conflitos com a população ao derredor, pois os locais onde os mesmos foram construídos são considerados áreas periféricas da cidade e que, historicamente, sofrem com a falta de investimentos públicos e de uma rede ampla de serviços públicos e privados.

Consideramos que, ao longo da história, os conjuntos habitacionais vêm se constituindo como habitação barata e funcional, produzidos em larga escala e desarticulados de um projeto social mais amplo. Com isso, atendem aos anseios do Estado e do capital, dinamizando a economia por meio da construção civil, ao mesmo tempo em que são utilizados como instrumento de controle sobre os trabalhadores, definindo o lugar de moradia e impondo-lhes formas de habitar e morar a partir de um espaço construído e concebido a partir do alto.

As entrevistas feitas com uma amostra de moradores do Programa Morar Feliz, do bairro Penha, indicam que ter acesso à casa própria foi uma grande realização. Todos destacaram a qualidade das casas, seu espaço interno e externo e a beleza como pontos positivos do programa. Muitos relataram que, se não fosse pelo Morar Feliz, nunca conseguiriam ter uma casa com aquele padrão de construção.

> Aqui eu já tenho a minha casa. Pude terminar de comprar as minhas coisas, que eu não tinha. E lá eu não tinha como comprar, que era só um cômodo, então... não tinha condições de comprar nada. Pra mim, aqui melhorou. Posso fazer o que eu quiser, estou dentro da minha casa (Entrevistada 4).

No entanto, essas vantagens pareciam não ser suficientes para garantir a satisfação com a nova condição de moradia. "A casa era tudo o que eu queria, essa casinha aqui, gente, eu nunca poderia ter igual... Mas depois que eu vim pra cá minha vida virou um inferno" (Entrevistada 10). As dificuldades mais sinalizadas pelos entrevistados estão relacionadas com as diferentes formas de sociabilidade e acesso aos equipamentos públicos presentes no lugar:

> Lá em Ururaí era muito diferente (*risos*). Tinha os meus amigos, aqui não. Não tenho mais aquela amizade que eu tinha lá. Aqui, não tenho. Só mesmo a minha vizinha que é um amor. Mas tirando isso, não tem nada pra te falar não (Entrevistada 9).

A relação com a vizinhança e a circulação dos moradores pelo conjunto foram descritos como muito restritos. Os entrevistados relataram que praticamente não saem de casa, limitando-se ao trajeto casa-trabalho, casa-estudo. O contato entre os moradores acontece, praticamente, só com os vizinhos próximos, geralmente entre aqueles que vieram do mesmo lugar. Todos disseram que no bairro de origem tinham vida social mais intensa, seja na relação com os vizinhos, seja na utilização dos espaços coletivos que promoviam maior sociabilidade, como se percebe no relato a seguir:

> Lá tudo era mais perto, porque lá tinha uma quadra de lazer para as crianças brincar. Aqui não tem nada. Tem mato pras crianças andar. Você tá vendo aí que não tem nada. Não tem uma área de lazer para as crianças, não tem nada. Terra tem para fazer, só que não fizeram. (...) Quanto ao resto, não tem mais nada pras crianças brincar, pra gente levar aqui por perto pra fazer. Nada. Não tem nada (Entrevistada 6).

Foi comum ouvir dos moradores: "Olha, eu quase não saio", "Eu não ando muito pelo bairro. Fico só aqui dentro de casa". Quando saíam para se divertir, era em atividades fora do bairro, geralmente retornando aos lugares da antiga moradia.

Percebemos, no entanto, que, para as famílias que foram reassentadas próximas de pessoas conhecidas – antigos vizinhos ou familiares –, o processo de adaptação ao bairro foi mais rápido e estas mostram maior disposição em permanecer nos conjuntos.

> Eu já acostumei. Antes eu vim sozinha e ficava... ah, sozinha aqui, sem ninguém da minha família! Mas depois que a minha mãe veio, eu me acomodei mais, porque mãe perto é a melhor coisa que tem (*risos*) (Entrevistada 4).

> Os vizinhos são bons (...). Como era todo mundo família, aqui só tem família. Aqui (...) daqui pra lá, são três irmãos. De lá pra lá, tem a mãe deles. Aí botaram a família tudo perto, entendeu (Entrevistada 10).

Cabe destacar a sensação de insegurança relatada. Os entrevistados se referiram tanto à segurança da casa, enquanto espaço do mundo privado, como ao entorno. A casa, tomada como abrigo e proteção do ser, que permite a vivência do mundo privado, não se realizava como tal. De acordo com alguns moradores, a casa era constantemente violada por outros moradores que abriam as portas para saber o que tinha em seu interior, que olhavam pelas janelas para conhecer a rotina familiar e que invadiam as

casas quando estas permaneciam por muito tempo fechadas. Tal situação justificava o desejo dos moradores de erguer muros ao redor de sua área para garantir maior privacidade. Percebemos que o muro era a intervenção mais importante para os moradores, como mecanismo de estabelecimento das barreiras entre o mundo externo e o interno, entre a vida privada e a coletiva. Ao mesmo tempo, promovia o "isolamento" das situações externas que desagradavam os moradores: "Fica cada um dentro da sua casa, aí não tem problema".

Observamos que muitas famílias, mesmo residindo anteriormente nas chamadas "áreas de risco" ou detectando fragilidades na estrutura física de suas casas, ainda se sentiam mais seguras nelas do que nas moradias do conjunto habitacional. A sensação de segurança estava mais relacionada com o ambiente externo – vizinhança e sentido de pertencimento – do que propriamente às condições estruturais da casa.

Por meio dos relatos das famílias que residiram em área de risco de enchentes e inundações, constatamos que estas haviam construído diferentes estratégias de sobrevivência que eram adotadas nas situações de cheia. Algumas, inclusive, não consideravam, inicialmente, sua área como de risco, já que partiam do pressuposto de que os eventos de inundações e enchentes eram sazonais. Obtivemos relatos de famílias que realizaram várias obras de melhoria em suas casas de origem, o que acarretou, durante o processo de reassentamento, grandes perdas materiais.

> Minha casa era grande, pena que era em área de risco. Mas era uma casa boa. Tinha três quartos, uma sala grande. Tinha varanda. Tinha banheiro. Aí minha casa era grande. Tinha a minha casa, tinha a casa da minha mãe, tinha a casa do meu filho e a casa da minha filha, que era tudo no mesmo quintal. Meu quintal era grande. (...) Quando eu comprei, assim, as pessoas falou que dava água no quintal e não chegava dentro de casa. Realmente, a primeira enchente que chegou até a minha casa foi em 2006, que a água entrou dentro da minha casa. Daí pra cá, começou toda enchente entrar. Até 2006, não entrava água. Só chegava no quintal, mas dentro de casa não (Entrevistada 16).

> Minha casa não era perto do rio, mas vinha água de cachoeira. Minha casa foi atingida uma vez que caiu uma tromba d'água e desceu muita água da serra, aí alagou minha casa, que tava no comecinho de obra. Não tinha terminado. Aí derrubou as paredes. (...) Aí toda vez que chovia enchia lá, e nós ficamos tentando construir nossa casinha em outro lugar. A Defesa Civil foi lá e preferiu dar nossa casa aqui ao invés de construir lá (Entrevistada 6).

Para essas famílias, a adaptação no novo bairro foi ainda mais difícil, já que tiveram de estabelecer residência num lugar distante do bairro de origem, em meio a uma vizinhança, em grande parte, desconhecida.

Para a maioria dos entrevistados, a vida ficou mais difícil por conta das dificuldades enfrentadas cotidianamente com relação aos serviços públicos. Todos relataram que o acesso a esses serviços é ruim; para muitos, pior do que nos antigos bairros. Isso fez com que um grande número de moradores optasse por continuar seu tratamento de saúde nos antigos lugares ou buscasse atendimento nas Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) no centro da cidade ou nos hospitais. A falta de vaga nas escolas também foi sinalizada como um grande problema, principalmente para as crianças que necessitavam de creche ou que estavam no primeiro ciclo do ensino fundamental, como demonstra o relato a seguir.

> O que ficou ruim foi a escola pro meu filho mais velho. Quando eu vim pra cá, eu não consegui. Teve que ficar ainda uns meses lá em Ururaí estudando. Ficando na casa da minha mãe, pra depois eu trazer ele. Eu não consegui escola aqui. Fui consegui lá em Donana (Entrevistada 6).

O transporte público deficitário também foi citado como um empecilho à locomoção. Os ônibus e as vans não circulam dentro do condomínio, assim, é necessário percorrer longas distâncias até o ponto mais próximo. Isso também inviabiliza as saídas à noite para o lazer e passeios em outros lugares, tendo em vista o horário reduzido de circulação desses transportes coletivos pela cidade. Assim, ao construir em áreas periféricas, o Estado agrava o processo de segregação espacial, reproduzindo e até mesmo aprofundando a desigualdade socioespacial já vivenciada pelos pobres em seus antigos locais de moradia.

Consequentemente, parte dos moradores relatou o desejo de sair do bairro e retornar ao lugar de origem, por considerar que lá a vida era melhor. Apesar de todos demonstrarem satisfação com a casa, consideravam que elas deveriam ter sido construídas em seus bairros de origem. Tal sentimento era reforçado quando alguns moradores afirmavam que não haviam procurado a prefeitura para receber a casa do programa, mas que foram comunicados que deveriam deixar suas casas, sem condição de escolher um conjunto habitacional mais próximo de sua residência de origem nem poder discutir como seria realizada a mudança.

Grande parte dos entrevistados relatou que foram persuadidos a sair de suas casas de origem por estarem em área de risco, especialmente os que

foram diretamente atingidos pelas enchentes e inundações. Tal persuasão era reforçada pelo argumento de que, recusando a casa no conjunto habitacional, eles ficariam desprotegidos em caso de novos eventos de cheias, já que a prefeitura não iria providenciar abrigos temporários nem a inclusão no aluguel social.

A forma pela qual o reassentamento foi conduzido, sem que a população fosse ouvida e inserida ativamente no processo, também contribuiu para o sentimento de insatisfação e para o agravamento das dificuldades de inserção na nova comunidade.

## Considerações finais

Constatamos que, ao se distanciar dos horizontes sociais, os projetos habitacionais se preocuparam mais com a redução dos custos e menos com a renovação dos modos de morar dos grupos subalternizados. Por meio da racionalização e da planificação das construções, inventaram um novo modo de habitar a partir de um novo espaço destinado a eles.

Podemos afirmar, como constatado por Lefebvre (2001) em seus estudos sobre os pavilhões da periferia urbana da França, que aqui as habitações promovidas pelo Estado também se constituem como a expressão de uma homogeneização pelo alto. Ao valorizarem apenas o espaço concreto e geométrico da casa, colocam a classe trabalhadora em "caixas de habitar" com o objetivo de uniformizar e controlar. Desvalorizavam a poesia e as práticas cotidianas do habitar.

> A política do espaço apenas o concebe como meio homogêneo e vazio, no qual se estabelecem objetos, pessoas, máquinas, locais industriais, redes e fluxos. Tal representação fundamenta-se numa logística de uma racionalidade limitada e motiva uma estratégia que destrói, reduzindo-os, os espaços diferenciados do urbano e do "habitar" (LEFEBVRE, 2001, p. 53).

Portanto, os conjuntos habitacionais se tornam um espaço concebido pelo alto que vão impor a seus moradores uma forma de habitar adequada ao processo de desenvolvimento do capitalismo, conformando o *homem ideal* a partir do seu espaço de morada.

As entrevistas demonstram que, ao serem reassentadas, as famílias tiveram reduzidas suas formas de sociabilidade e restringidas suas formas de circulação e apropriação do bairro e da cidade. Com isso, sua morada é reduzida à dimensão da habitação. A maioria dos moradores entrevis-

tados ainda não conseguiu estabelecer relações de pertencimento com seus territórios usados, tendo por referência seus antigos locais de moradia, mediante as dificuldades que enfrentam nos condomínios. Parte significativa dos moradores que deram depoimentos tem por centro de referência e relação com o mundo seus antigos locais de moradia, pois é lá que estão os fundamentos simbólicos e concretos que os ajudam a se "defender" do mundo externo. Apesar de já estarem residindo no condomínio há, aproximadamente, três anos, os moradores ainda não fizeram dele sua morada.

Percebemos, por outro lado, que muitos já começaram a se apropriar desse espaço concebido, por meio de pequenas ações cotidianas que permitem imprimir sentido à casa e ao lugar, mas que aqui não foi objeto de reflexão.

A partir do que foi apresentado, consideramos que, ao conceder uma unidade habitacional, se atinge um único aspecto da questão habitacional, que é a concessão de um abrigo seguro, mas não se enfrentam as outras questões que são tão importantes quanto esta e que permitem, ao sujeito, significar e qualificar seu habitar. Portanto, para que haja a habitação plena por meio da realização da morada, é necessário garantir políticas sociais integradas e o acesso aos bens e serviços materiais e simbólicos que se materializam no bairro e na cidade, a começar pela casa, seguido da educação, saúde, transporte e lazer, entre outros.

## Referências bibliográficas


AZEVEDO, S. Desafios da habitação popular no Brasil: políticas recentes e tendências. In: CARDOSO, A. L. (Org.) **Habitação social nas metrópoles brasileiras**. Rio de Janeiro: FINEP/CEF, 2007.

AZEVEDO, S; ANDRADE, L. A. G**. Habitação e poder: da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional da Habitação**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2011. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/AZEVEDO_ANDRADE_Habitacao_poder.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2015.

BACHELAR, G. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BARBOSA, J. Da habitação como direito ao Direito à Moradia: um debate propositivo sobre a regularização das favelas da cidade do Rio de Janeiro. In: _____; LIMOND, E. (Orgs.). **Ordenamento territorial ambiental.** Niterói: Editora da UFF, 2012.

BOLAFFI, Gabriel. Habitação e urbanismo: o problema e o falso problema. **Centros de Estudos Rurais Urbanos.** São Paulo, v. 9, 1976. Disponível em : http://www.revistas.usp.br/cerusp/article/view/83167 . Acesso em: maio 2015.

BOLLNOW, O. F. **O homem e o espaço**. Curitiba: Editora UFPR, 2008.

BONDUKI, N. G. Origens da habitação social no Brasil. **Análise social,** v. 29, n. 127, p. 711-732, 1994.

CARIELLO FILHO, O. **As políticas federais de habitação no Brasil (1964 a 2002) e a reprodução da carência e da escassez da moradia dos trabalhadores.** 2011. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília.

CARLOS, A. F. A. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007. Disponível em: http: <http://www.controversia.com.br/antigo/uploaded/pdf/12759_o-lugar-no-do-mundo.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2015.

ENGELS, F. Para a questão da habitação**.** Obras escolhidas em três tomos. **Editorial "Avante"'.** Publicado segundo o texto da edição de 1887. Disponível em: < http://resistir.info/livros/engels_q_habitacao.pdf>. Acesso em: 07 abr. 2015.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço.** 2. ed. São Paulo: Annablume, 2005.

HEIDEGGER. **Construir, habitar, pensar**. 1954. Tradução de Schuback, M. S. C. Disponível em: <http://www.prourb.fau.ufrj.br/jkos/p2/heidegger_construir, %20 hab i tar,%20pensar.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2015.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade.** São Paulo: Centauro, 2001.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço urbano.** Tradução de Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. Primeira versão, fev. 2006. (mimeo)

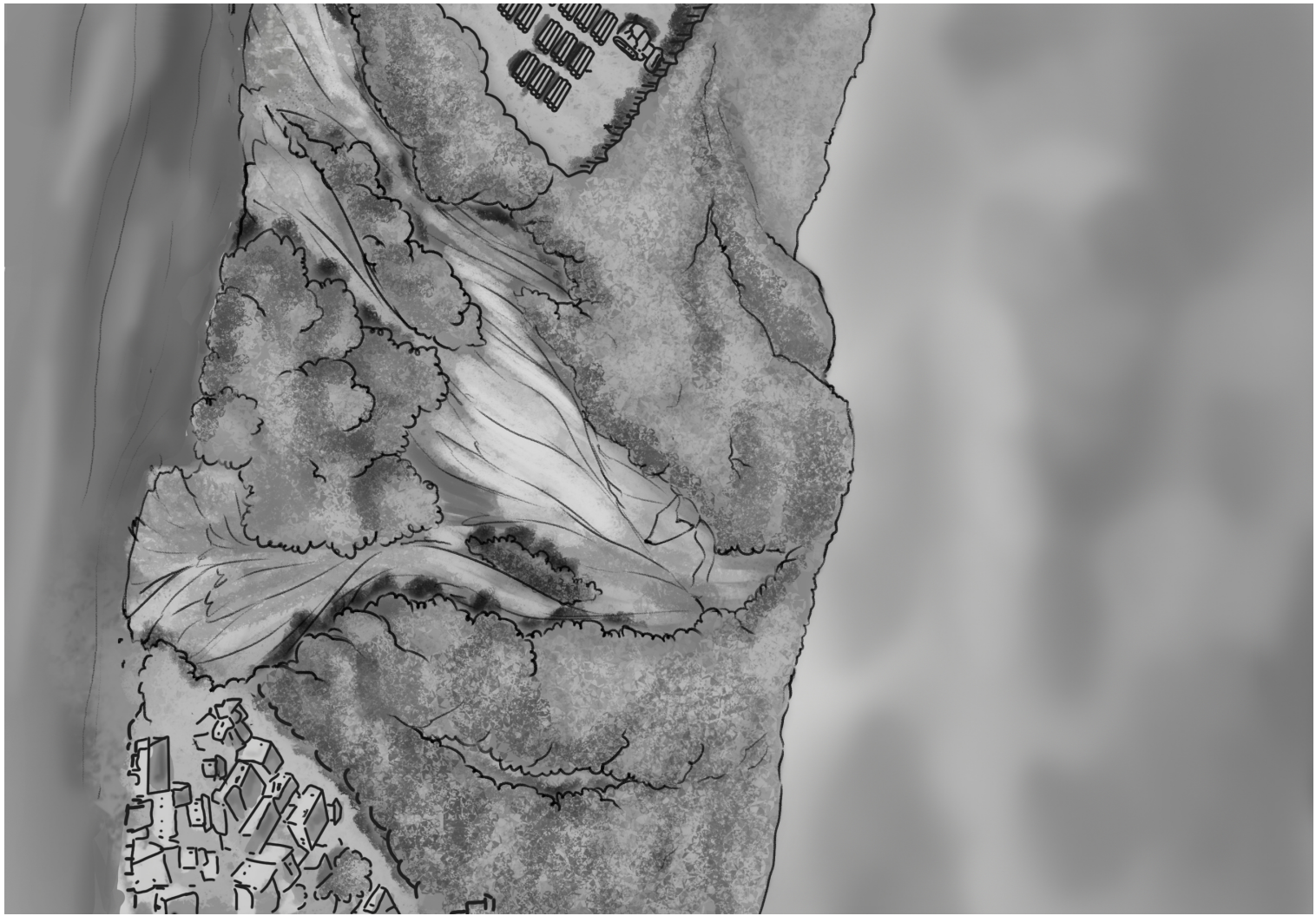
PROENÇA, M. C. O. **A cidade e o habitar no pensamento de Henri Lefebvre.** 2011. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra.

SANTOS, M. Para que a Geografia mude sem ficar a mesma coisa. **R. RA'E GA**, Curitiba, n. 9, p. 126-133, 2005.

TEIXEIRA, M. C. V. **Espaço percebido e espaço vivido na habitação social:** os conjuntos Goiânia e Araguaia em Belo Horizonte. 2004. Tese (Doutorado) – Instituto de Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

TEIXEIRA, M. C. V. **Espaço percebido e espaço vivido na habitação social: os conjuntos Goiânia e Araguaia em Belo Horizonte.** 2004. Tese (Doutorado) – Instituto de Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

VENTURATO-LANDMANN, R. D.; VALENCIO, N. A Alagação ofende: considerações sociológicas acerca de um desastre silente no Alto Juruá, Acre, Brasil. **Novos Cadernos NAEA**, v. 17, n. 2, p. 239-264, 2014.



# Norma e anomalia em fenômenos climáticos na ecorregião de São Tomé

## Arthur Soffiati

### Referencial teórico

Tomando por base Carlo Ginzburg (1987; 1989), Fernand Braudel (1972; 1973) e Edgar Morin (s/d a e b), busca-se formular um quadro teórico que permita a análise de fenômenos climáticos na Ecorregião de São Tomé. Com os devidos ajustes, entende-se que esse quadro pode se aplicar a distintas realidades ambientais. A historiadora das ciências Isabelle Stengers (1987) sustenta que certos conceitos, por serem gerais, podem migrar de um campo científico a outro, desde que adquiram consistência explicativa. Os conceitos de norma e anomalia, utilizados por Ginzburg em seus estudos de micro-história, permitem, acredita-se, considerar as regularidades ambientais naturais e antrópicas como norma e as irregularidades como anomalia.

Ao romperem a norma, as anomalias naturais ou antrópicas podem ser consideradas desastres. Em termos ecológicos, a norma representa a homeostase de um ecossistema nativo, transformado ou antrópico, enquanto a anomalia representa uma intervenção de ordem interna ou externa ao ecossistema que pode provocar desequilíbrio temporário ou terminal do sistema. Quando temporário, o sistema recupera a norma, o equilíbrio temporariamente abalado. Quando final, o sistema presidido por uma norma se desorganiza por completo, dando lugar à organização de novo sistema regido por outra norma e sujeito a outras anomalias.

Tanto a norma quanto a anomalia devem ser entendidos como relativas e mensuráveis. Podemos exemplificar norma e anomalia naturais valendo-nos da Época do Holoceno ou Atual. A partir de 11-10 mil anos antes do presente (AP), uma norma de aquecimento global natural substituiu a norma da última glaciação da Época Pleistocênica. As temperaturas globais subiram progressivamente até 5.100 anos AP. O nível do mar elevou-se pouco a pouco, produzindo o fenômeno de transgressão marinha.

A lenta transgressão pode ser tomada como anomalia em escala longa ou uma norma dentro de outra maior, se considerada em escala curta, comportando, pois, anomalias menores. Assim, norma e anomalia dependem da escala, sendo, portanto, relativas.

Tomando a fase atual do Holoceno, podemos considerar o tsunami e o desastre nuclear por ela causado no Japão como anomalias natural e

antrópica, rompendo a norma. As tempestades de vento, cada vez mais intensas, podem ser entendidas como anomalias climáticas naturais. Contudo, como a ação humana coletiva interfere cada vez mais na norma climática do Holoceno, o natural e o antrópico interagem. Há o natural, mas ele se intensifica pela interferência antrópica.

Mais ainda: mesmo que a anomalia climática seja inteiramente natural, as mudanças antrópicas produzidas no planeta podem torná-la mais virulenta, como no desastre climático que assolou a Zona Serrana do Rio de Janeiro no verão de 2011. O desmatamento, o avanço do meio urbano sobre áreas perigosas e o assoreamento dos cursos d'água acentuaram os efeitos das chuvas, que seriam menos intensos se elas encontrassem superfície florestada e cursos d'água com mais capacidade de vazão e absorção de suas áreas marginais.

Aos conceitos de norma e de anomalia, podemos associar os conceitos de estrutura, conjuntura e evento, formulados por Fernand Braudel (1973). A estrutura equivale à norma. Dependendo da escala, a conjuntura pode corresponder à norma ou à anomalia. O evento transgressor para cima e para baixo é sempre uma anomalia. Na estrutura do Holoceno, o longo aquecimento global natural de meados da época pode ser tanto uma conjuntura climática de longa duração como um evento duradouro atuando sobre uma estrutura de longuíssima duração.

A grande fome e a peste negra, no século XIV, equivalem a eventos de desastre, marcando o fim do breve aquecimento natural medieval, se considerado como conjuntura, franqueando passagem a uma nova conjuntura, esta de resfriamento, que se estende de meados do século XIV a meados do século XIX. Daí em diante, uma nova conjuntura será caracterizada por mudanças climáticas em que o natural e o antrópico se misturam.

Ladurie (1983) estuda a grande estrutura climática que, no hemisfério norte, estende-se do ano 1000 ao século XIX. Brian Fagan (2009), sob influência do conhecimento relativo ao aquecimento global antrópico, identifica três estruturas-conjunturas holocênicas ao longo do período estudado por Ladurie, detendo-se na primeira delas.

A maioria esmagadora dos climatologistas da atualidade está convencida de que o aquecimento global, cujo marco inicial oficial se situa no ano de 1860, tem raiz antrópica. Assim, ele seria uma nova conjuntura, agora produzida pela ação humana coletiva, com eventos climáticos extremos que vêm se acentuando desde 1977. Esses eventos corresponderiam a anomalias engendradas no interior e por uma conjun-

tura anômala. Levanta-se até a hipótese de uma nova estrutura a suceder o Holoceno, batizada de Antropoceno (CRUTZEN; STOERMER, 2000).

Por derradeiro, porém exigindo análise mais detalhada, tanto a norma como a anomalia, a estrutura como a conjuntura e o evento são fenômenos complexos, como Edgar Morin (s/d a e b) entende o conceito de complexidade. Tomando um ecossistema nativo como norma ou estrutura, verifica-se que, em seu interior, ele contém ordem e desordem a interagir e a gerar organização. O circuito recursivo ordem-desordem-interação-organização é sempre retroativo e auto-organizado. A complexidade do sistema pode produzir emergências.

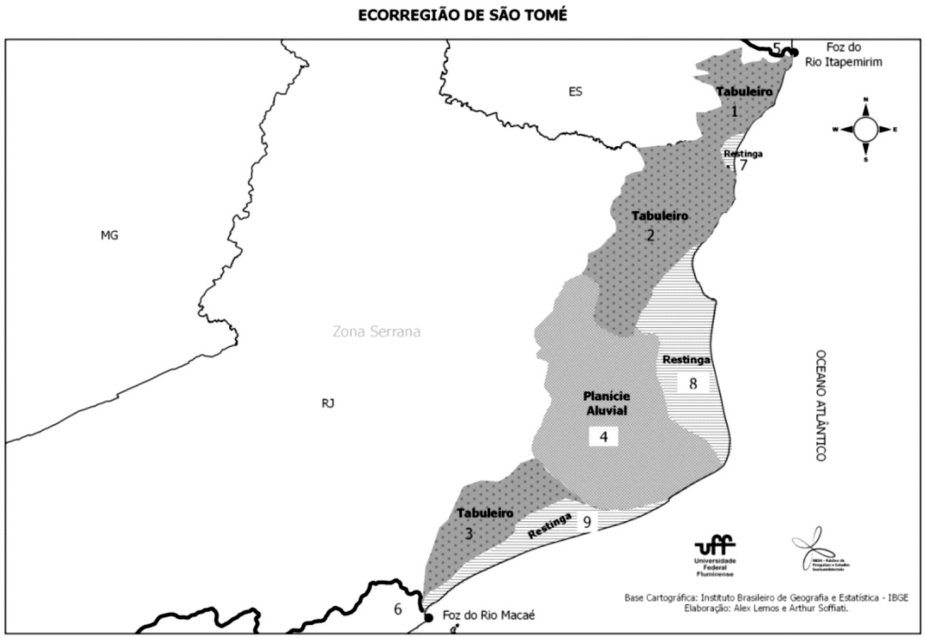
A intenção deste capítulo é analisar os fenômenos de norma e anomalia, ou desastres causados pelo excesso e escassez de água, na ecorregião de São Tomé. O conceito de ecorregião ainda é muito incipiente no Brasil, não tendo ainda migrado para as chamadas ciências sociais (XIMENES; AMARAL; VALERIANO, 2009). Entende-se como ecorregião uma unidade ecossistêmica maior que um ecossistema e menor que um bioma, sendo ecossistema um complexo constituído de elementos abióticos e bióticos complexamente relacionados e com limites razoavelmente delimitáveis. Podemos citar como exemplo de ecossistema um talhão de mata estacional semidecidual. Já bioma é o conjunto de ecossistemas aparentados, com seus respectivos ecótonos, formando uma grande unidade, como a Amazônia, por exemplo. Por sua vez, uma ecorregião, para ser identificada, requer atenção a minúcias muitas vezes imperceptíveis ao não estudioso.

Neste texto, percebeu-se que a linha de costa apresenta nuances muito distintas. Quase toda ela foi formada pelo avanço ou pelo acostamento do mar na zona cristalina. Embora se possa distinguir várias ecorregiões a partir das configurações costeiras, a linha de costa entre os rios Macaé, no Estado do Rio de Janeiro, e Itapemirim, no Estado do Espírito Santo, revela aspecto muito singular. Ela é constituída por um grande aterro formado pela zona serrana, em sua retaguarda, e pelos depósitos do mar, na sua vanguarda. Ao longo dela, as formações pedregosas continentais e marítimas terminam na margem direita do rio Macaé para voltarem a aparecer na margem direita do rio Itapemirim.

Essa feição peculiar foi notada por José Saturnino da Costa Pereira (1848), entendendo que a costa se afastava da zona cristalina, e pelo geólogo canadense Charles Frederick Hartt (1941) que, escrevendo em 1870, considerou que a serra é que se afasta do mar. Estudos do século XX dão razão a José Saturnino da Costa Pereira. Como esse imenso aterro foi

construído com material advindo da Zona Serrana e do mar, a Ecorregião de São Tomé deve compreender parte da zona serrana e do mar. Para delimitá-la, o procedimento adotado foi tomar o mapa geomorfológico do Projeto RADAMBRASIL (1983), volume 32, e traçar um quadrilátero sobre ele, com as linhas verticais se encontrando com as linhas horizontais na foz dos rios Macaé e Itapemirim. Dentro desse polígono, encerram-se a Zona Serrana com três feições: a Serra do Mar e a Zona de Colinas e Maciços Costeiros na margem direita do rio Paraíba do Sul, e a Zona Cristalina antiga, na margem esquerda do mesmo rio. No interior do aterro propriamente dito, encontram-se três unidades da Formação Barreiras (tabuleiro), quatro planícies aluviais nos cursos finais de rios, sendo a do rio Paraíba do Sul a maior delas, e três áreas de restinga.

Como as ecorregiões não têm limites naturais bem nítidos, necessário é relacioná-las àqueles que lhe são adjacentes. Assim, não se pode compreender devidamente a Ecorregião de São Tomé sem considerar a Ecorregião da Mata Mineira, a Ecorregião Serrana Fluminense, a Ecorregião Fluminense dos Lagos e a Ecorregião Centro-Leste Capixaba.




Legenda: 1 - Tabuleiro Norte; 2 - Tabuleiro Central; 3 - Tabuleiro Sul; 4 - Planície Aluvial do rio Paraíba do Sul; 5 - Planície Aluvial do Rio Itabapoana; 6 - Planície Aluvial do rio Macaé; 7 - Restinga Norte; 8 - Restinga Central; 9 - Restinga Sul.

**Figura 1** Ecorregião de São Tomé.

## Relevo, hidrografia e vegetação nativa

Uma análise dos desastres provocados pelo excesso e pela escassez de água na Ecorregião de São Tomé forçosamente deve levar em conta a geologia e o relevo, a hidrografia e a vegetação nativa, pois as normas e as anomalias variam de acordo com elas, sobretudo no que concerne ao relevo, à hidrografia e à vegetação nativa, em sua fisionomia original e modificada por ações humanas.

Historicamente, a Zona Serrana e, de forma ainda não muito clara, o mar criaram um grande tabuleiro entre os rios Macaé e Itapemirim, com idade estimada em 60 milhões de anos. O tabuleiro é uma formação com grande teor de argila e concreções ferruginosas cuja topografia se caracteriza por modestas colinas e depressões. Entre o rio Macaé e o ponto em que futuramente seria aberto o Canal da Flecha formou-se uma alongada restinga há cerca de 123 milhões de anos, data estimada também para a pequena restinga de Marobá, na margem esquerda da foz do rio Itabapoana.

A grande planície fluviomarinha central da ecorregião foi formada recentemente, em termos geológicos, pelo rio Paraíba do Sul e pelo mar. As teses que explicam sua formação foram formuladas por Alberto Ribeiro Lamego (1955; 1972) e por quatro geólogos, com Martin à frente, nas décadas de 1970, 1980 e 1990, sendo o livro que comparou a formação do delta do Paraíba do Sul com a formação do delta do rio Doce lançado em 1997 (MARTIN et al., 1997). Lamego parte da premissa de que, no Terciário, toda a área correspondente à planície fluviomarinha era um grande golfo que foi sendo aterrado por ação do rio Paraíba do Sul e do mar até o Holoceno.

Já Martin et al. (1997) partem da premissa de que a área da atual planície fluviomarinha do rio Paraíba do Sul era um grande tabuleiro sobre o qual o mar avançou, alcançando seu ponto máximo em 5.100 antes do presente. Esse tabuleiro foi erodido pelo mar, dando ensejo a que o rio Paraíba do Sul e o mar construíssem em seu lugar a maior planície fluviomarinha do Estado do Rio de Janeiro. Do grande tabuleiro restaram três unidades separadas. As planícies dos outros rios e a restinga entre os rios Macaé e Barra do Furado já estavam formadas.

Os principais rios da Ecorregião de São Tomé são os rios Itapemirim, Itabapoana, Guaxindiba, Paraíba do Sul (bifurcado em duas sub-bacias) e Macaé. Todos nascem na Zona Serrana e desembocam no mar. O maior deles é o Paraíba do Sul, que nasce na Serra da Bocaina (nome local da

Serra do Mar) e recebe seus principais afluentes da Ecorregião da Zona da Mata.

Existem também cursos d'água de pequeno porte. Entre os rios Itapemirim e Itabapoana, encontram-se vários córregos que nascem no próprio tabuleiro e desembocavam no mar. Alguns deles continuam desembocando com dificuldade, seja por perderem a capacidade de manter suas barras permanentemente abertas, seja pela força das correntes marinhas que tapam com areia seus desaguadouros, transformando, assim, ecossistemas de água corrente (limnossistemas lóticos) em ecossistemas de águas dormentes (limnossistemas lênticos). O mais conhecido deles recebe hoje o nome de lagoa do Siri.

Córregos como esses também são encontrados na unidade central de tabuleiro, entre os rios Itabapoana e Guaxindiba. O maior deles é o Tatagiba-Açu, também conhecido como Largo, córrego Baixa do Arroz e lagoa de Tatagiba.

Na porção meridional da Restinga de Paraíba do Sul, havia um braço lateral na margem direita do rio Paraíba do Sul descrito pela primeira vez pelo escrivão das três excursões dos Sete Capitães, entre 1632 e 1634 (GABRIEL; LUZ, 2012). Esse braço ainda é chamado de rio Doce ou rio Água Preta e desembocava em outro rio chamado Iguaçu, que vinha da lagoa Feia e desembocava no mar. Esse braço ainda auxiliava o rio Paraíba do Sul a chegar ao mar pelos braços de Gruçaí e Iquipari, hoje considerados lagoa.

Na restinga meridional da ecorregião, alguns córregos hoje alagoados, como as lagoas Preta, do Paulista, Carapebus e Jurubatiba, com nascentes localizadas no tabuleiro meridional ou mesmo na restinga, deviam ter barras permanente ou periodicamente abertas para o mar.

Quanto à vegetação nativa, os pontos mais elevados da Serra do Mar, em função do solo raso e do frio, só permitiram o desenvolvimento dos chamados campos de altitude, classificados por Veloso et al. (1991) como refúgios vegetacionais. Há dois campos de altitude na ecorregião: o Pico do Frade e a Pedra do Desengano. A maior parte da Serra do Mar e a Zona de Colinas e Maciços Costeiros eram totalmente revestidos pelo que Veloso et al (1991) denominam como floresta ombrófila densa atlântica, comumente conhecida como Mata Atlântica. Na Zona Cristalina à margem esquerda do rio Paraíba do Sul, um tipo de Mata Atlântica adaptada a condições mais secas que a margem direita, denominada por Veloso et al (1991) de Mata Estacional Semidecidual Atlântica, era a dominante, descendo pelas áreas de tabuleiro.

Nos tabuleiros e na planície aluvial do rio Paraíba do Sul formaram-se inúmeras lagoas, cuja intensa umidade inibia o desenvolvimento de vegetação de alto porte. Nas partes mais elevadas dela, a Mata Atlântica assumiu o caráter de floresta higrófila de várzea. Nas lagoas e entre eles, a vegetação, segundo a nomenclatura de Veloso et al. (1991), recebe o nome de vegetação pioneira de influência fluvial. Ela assumia o aspecto arbustivo dentro das lagoas, como o caso das matas de caxeta ou campos nativos entre elas, em terra menos úmida, usadas pelos Sete Capitães e seus herdeiros como pasto e, mais tarde, como terras para canaviais.

Nas restingas, o substrato arenoso e a salinidade do ar selecionaram espécies de Mata Atlântica, dando origem à vegetação psamófila costeira, com três zonas básicas: herbácea junto ao mar; arbustiva mais ao centro; e arbórea mais afastada do mar. No conjunto, Veloso et al. (1991) denomina-a de formação pioneira de influência marinha.

Por fim, nas desembocaduras dos rios no mar, desenvolveu-se uma formação vegetal nativa não proveniente do continente, mas do mar. É o manguezal, classificado por Veloso et al. (1991) de formação pioneira de influência fluviomarinha por desenvolver-se em estuário, ecossistema constituído pela mistura de água doce do rio e água salgada do mar. Os poucos gêneros e espécies exclusivos de manguezal navegam longas distâncias, se necessário, até encontrarem ambiente propício ao desenvolvimento de suas sementes (propágulos). Assim também as espécies animais exclusivas desse ecossistema.

Essas são as condições nativas originais, que não são tão originais assim, pois que construídas nos últimos 5000 anos, pelo menos no que se refere à grande planície fluviomarinha do rio Paraíba do Sul, uma das mais estudadas por cientistas em todos os aspectos. Pode-se concluir que as normas e as anomalias eram bem distintas das atuais. Nas encostas íngremes atlântica e interna da Serra do Mar, o volume de água deveria ser muito maior. As enchentes dos rios que a drenam, porém, eram ladeados por extensas e complexas matas que continham as enxurradas, equilibrando o balanço hídrico, de modo a reduzir as enchentes e as estiagens.

Na zona serrana baixa, à margem esquerda do rio Paraíba do Sul, os rios provenientes da Ecorregião da Mata corriam em plano pouco inclinado e se deslocavam com menos velocidade, favorecendo os transbordamentos e as estiagens. Contudo, fatores naturais compensavam tanto uns quanto outras. Os rios que provêm da Ecorregião da Mata são ladeados por vastas várzeas, que permitiam o espraiamento das águas de enchentes e sua reservação em tempos de estiagens. Além do mais, as extensas matas

da zona funcionavam como esponjas, absorvendo água excedente no período das cheias e a liberando no período das estiagens.

Nas três unidades de tabuleiro da Ecorregião de São Tomé, os cursos d'água com nascente nelas e com foz no mar eram mais volumosos, segundo as poucas informações deixadas por Maximiliano de Wied-Neuwied (1989), em 1815, e Auguste de Saint-Hilaire (1974), em 1818, naturalistas e viajantes que cruzaram o tabuleiro central e o maior dos três no interior da ecorregião em suas expedições científicas. Ambos chamam a atenção para a luxuriante mata que recobria o solo de modo a ocultar os pequenos cursos d'água. É de se supor que a norma de tais limnossistemas lóticos consistia em vazão hídrica capaz de manter suas barras abertas pelo menos na estação das cheias. Quadro idêntico pode ser traçado para a unidade de tabuleiro setentrional, entre os rios Itapemirim e Itabapoana, e para o tabuleiro meridional, entre a futura Barra do Furado e o rio Macaé.

Nas planícies aluviais dos rios Macaé, Paraíba do Sul, Itabapoana e Itapemirim, os sistemas de controle de enchentes e estiagens eram eficientes. No caso do rio Macaé, as águas de cheias se alastravam na grande várzea hoje denominada Brejo da Severina, transformada numa imensa lavoura. Daí, alcançavam a foz no mar com ímpeto reduzido. Deve-se ainda levar em conta as florestas densas da Serra do Mar, onde ficam as nascentes dos rios formadores do Macaé.

O caso do rio Paraíba do Sul é bem mais complexo. Nascendo na Serra do Mar, originalmente coberta de florestas densas, ele faz uma curva de cerca de 180º e se dirige para o mar num trajeto de 1.150 km em base cristalina de baixa declividade. Ao longo do seu curso, ele tanto perdia água nas margens quanto a ganhava pelos afluentes, sobretudo os provenientes da Ecorregião da Mata. Ao alcançar a planície que ele ajudou a construir, depois da localidade de Itereré, onde deixa a Zona Serrana, ele se bifurca em dois grandes subsistemas: o do Paraíba do Sul propriamente dito e o da lagoa Feia, onde ele capturou os rios Imbé, Urubu, Preto, Macabu e Lagoa de Cima. Na planície, ele se distribuía numa infinidade de lagoas no tabuleiro central, na planície fluvial e na planície de restinga, atuando todas elas para amortecer o impacto das águas, até desembocar no mar por um emaranhado de braços formadores do delta.

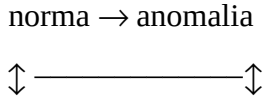
Por sua vez, o rio Itabapoana contava com as florestas serranas e com uma grande bacia de acumulação entre o tabuleiro e sua planície aluvial até hoje conhecida como lagoa Feia do Itabapoana. Tanto as florestas intrincadas quanto a grande várzea reduziam o poder destruidor das

águas em tempos de cheias. Também o rio Itapemirim contava com vários sistemas de frenagem das águas que desciam da zona cristalina baixa.

Com sistemas de controle de enchentes, tais como várzeas, lagoas e florestas, acredita-se que a norma para enchentes e estiagens era mais regular antes da chegada dos europeus do que depois de sua instalação na ecorregião. Certamente, havia anomalias, com cheias excepcionais que ocorriam de tempos em tempos. Talvez, nunca consigamos detectar tais anomalias ocorridas num período tão longo e tão longínquo. O que se pode assegurar, com os conhecimentos atuais sobre o quadro nativo da ecorregião, é que a norma era mais estável.

Pela ótica de Braudel (1973), poderíamos definir o período entre 2.500 anos antes do presente, quando a ecorregião já se apresentava como atualmente, até a abertura da Vala do Furado, em 1688, como uma estrutura de longuíssima duração, com eventos longos de cheia e de estiagens que poderiam ser entendidos como conjunturas dentro da norma. Os eventos extraordinários de cheias e estiagens poderiam ser vistos como anomalias.

No que diz respeito à análise complexa, proposta por Edgar Morin (s/d a e b), tanto a norma como a anomalia poderiam ser representadas pelo seguinte circuito recursivo. Mais que uma visualização da complexidade, um circuito recursivo é, ele mesmo, um elemento teórico-metodológico.




## Primeiros povoadores

Há fortes indícios de que os primeiros povoadores da Ecorregião de São Tomé sejam provenientes da zona serrana, ao norte, a leste e a oeste, e a tenham ocupado à medida que ela crescia em direção ao mar. Existe um sítio arqueológico nas margens da extinta lagoa do Mulaco com fortes indícios de ter se estabelecido na costa marítima. Hoje, ele dista mais de 10 km do mar, indicando claramente que os habitantes desse assentamento não se deslocavam até a costa para colher moluscos e crustáceos para sua alimentação, mas que o assentamento tinha o mar perto de si.

Os povos nativos da Ecorregião de São Tomé formaram um enclave cultural em meio a um contexto de língua tupi. Seus principais representantes são os goitacás, que habitavam a planície, os puris, os guarus e os

coropós, que se estabeleceram no tabuleiro e na zona serrana baixa. Todos eles são reunidos no grupo linguístico macro-jê (FREIRE; MALHEIROS, 1997).

Formando um enclave cultural, esses povos tinham contato com os tupis e efetuavam trocas com eles. Muita lenda foi criada a seu respeito. A principal delas é que constituíam o povo mais bárbaro da Terra (VASCONCELOS, 1943). Os Sete Capitães, presumíveis primeiros colonizadores contínuos da ecorregião, encontraram duas comunidades cordiais que conheciam já a agricultura, mas viviam da coleta, tamanha a abundância de plantas e animais nativos (GABRIEL; LUZ, 2012).

Vivendo em regime extrativista simples e exercendo pequena pressão sobre os recursos naturais, esses povos interferiram minimamente nas condições ambientais normais da Ecorregião. Eles se ajustaram mais à realidade ambiental do que alteraram a paisagem, como começou a acontecer a partir da colonização das terras baixas com a criação extensiva de gado, pelos Sete Capitães.

## A conquista e a colonização europeia

A primeira tentativa de colonização europeia da ecorregião foi empreendida por Pero de Gois entre 1539 e 1546. Na partilha do Brasil entre o então vigente Tratado de Tordesilhas e a linha costeira, coube a Pero de Gois a capitania de São Tomé, que, juntamente com o Cabo de São Tomé, ofereceu o topônimo para designar a ecorregião. Os limites da capitania de Pero de Gois foram fixados no rio Macaé e no rio Itapemirim, segundo acordo entre Pero de Gois e Vasco Fernandes Coutinho, titular da capitania do Espírito Santo, firmado em 1539 e reconhecido pela Coroa portuguesa em 1543. Jorge Pimentel Cintra (2013) tenta demonstrar atualmente que havia capitanias retangulares e triangulares, perpendiculares e horizontais à costa. A capitania de São Tomé, segundo ele, tinha a forma de um triângulo com a base se estendendo dos rios Macaé ao Itapemirim. Não importa. Retangular ou triangular, a capitania de São Tomé tinha a mesma extensão costeira.

Depois de tentar erguer a sede da capitania às margens do rio Paraíba do Sul, segundo Gabriel Soares de Sousa, escrevendo em 1587, Pero de Gois buscou um lugar mais alto e mais seguro para ela (SOUSA, 1938). Assim, fundou a vila da Rainha na foz do rio Itabapoana, em área de tabuleiro (SOFFIATI, 2011). Subindo o rio até o último desnível, construiu aí um engenho movido a energia hidráulica. A tentativa de plantar cana e

produzir açúcar fracassou e a capitania foi abandonada, embora continuasse a pertencer a Pero de Gois. Sua interferência nas condições ambientais foi mínima, não alterando significativamente o contexto de norma e anomalia.

Desde 1614, havia, na margem direita do rio Macaé, um aldeamento de índios e mamelucos, encontrado pela primeira expedição dos Sete Capitães, vivendo de uma pequena agricultura de subsistência (GABRIEL; LUZ, 2012; ABREU, 2010; LAMEGO, 1958). As alterações ambientais limitavam-se ao povoado e seus arredores, também com interferências imperceptíveis no quadro de norma e anomalia.

Existe a hipótese, defendida por Alberto Frederico de Morais Lamego, segundo a qual Gil de Gois, filho de Pero de Gois, empreendeu nova tentativa de colonizar a capitania de São Tomé, fundando a vila de Santa Catarina das Mós, em 1619, na foz do rio Itapemirim. Se, de fato, a informação de Lamego procede, as vilas de Itapemirim e de Marataízes a soterraram ou prosperaram a partir da vila de Gil de Gois, que devolveu a capitania à Coroa no mesmo ano em que a retomou (LAMEGO, s/d). Por sua vez, José Fernando Martins (1868) sustenta que o pescador Lourenço do Espírito Santo trouxe companheiros de Cabo Frio, em 1622, e instalou um arraial na foz do Paraíba do Sul, transferindo-se posteriormente para o território onde hoje se ergue a cidade de São João da Barra.

Caso haja base documental para confirmar a existência da vila de Santa Catarina da Mós e do arraial de pescadores, pode-se assegurar que, antes da chegada dos Sete Capitães, em 1632, as tentativas de colonização apenas arranharam as condições ambientais preexistentes. Cessados os arranhões, as condições originais se recompunham. Nem mesmo o fogo, arma poderosa contra a vegetação nativa, era usado pelos povos indígenas, como afirmou Warren Dean (1996) para explicar a existência de extensos campos nativos.

Com o início da criação extensiva de gado, iniciou-se uma colonização contínua, em moldes europeus, da Ecorregião de São Tomé. Já em meados do século XVII, a cana de açúcar começou a concorrer com o gado, para a fabricação de um produto de grande aceitação no mercado da Baía do Rio de Janeiro e da Europa. A primeira menção à palavra "desenvolvimento" foi feita por André Martins da Palma (1884), em 1657, escrevendo uma memória para o rei de Portugal sobre a fertilidade do solo da ecorregião, sobre a importância de se aproveitar o rio Paraíba do Sul e a lagoa Feia, de se sujeitar o índio e de ampliar a escravidão negra.

Em 1688, o capitão José de Barcelos Machado, um dos herdeiros enviesados dos Sete Capitães e dono do Morgado de Capivari, começou a alterar a norma, abrindo a Vala do Furado para abreviar o escoamento das águas pluviais para o mar, pois seu deslocamento pelo rio Iguaçu era muito lento. Ainda no século XVII, a família Correia de Sá e Benevides pediu a capitania de São Tomé, agora com o nome de Paraíba do Sul, para dois representantes de sua família. Também foram concedidas sesmarias aos Beneditinos e Jesuítas. A estrutura, as novas normas e as novas anomalias começaram a ser construídas. A grande planície fluviomarinha do rio Paraíba do Sul foi sendo transformada pela economia agropecuária. Os jesuítas, instalados numa fazenda-sede, empreendiam obras de limpeza dos canais com seus escravos. Os tabuleiros foram sendo ocupados em seguida aos desmatamentos para fornecer lenha e madeira nobre. Proliferaram os engenhos.

Em 1785, o capitão de Infantaria e cartógrafo Manoel Martins do Couto Reis, além de fazer uma planta e um primoroso relatório de toda a Ecorregião de São Tomé na capitania do Rio de Janeiro, mostra já um ambiente muito modificado. Embora o capitão fosse bastante preocupado com a coisa pública, sua visão típica do pensamento ilustrado propõe novas ações em favor do desenvolvimento (COUTO REIS, 1785). Do mesmo modo, o clérigo campista José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, que andou pelo império colonial português, escreveu vários livros propondo a civilização dos escravos africanos, a incorporação dos indígenas pela pesca e pelo corte de árvores e a abertura de um canal entre Campos e Macaé (AZEREDO COUTINHO, 1966).

Os missionários tentaram afastar os índios do contato com o colonizador, fundando as reduções, onde os índios apreendiam o português, o catolicismo, o trabalho e se tornavam alvo fácil para o escravocrata. Mas, aos poucos, os índios foram sendo exterminados pelas doenças, pelo trabalho e pelas guerras. Mas ainda havia índios vivendo com seus costumes e livres na ecorregião.

Os relatos de naturalistas viajantes, como Maximiliano de Wied-Neuwied, em 1815 (WIED-NEUWIED, 1989), Auguste Saint-Hilaire, em 1818 (SAINT-HILAIRE, 1974), e Charles Darwin, em 1822 (DARWIN, s/d), mostram uma zona já muito transformada pelo maciço desmatamento.

Mas a onda de abrir canais de navegação para o escoamento da produção, principalmente, irá drenar lagoas parcial ou totalmente. Além das florestas, outro tipo de ecossistema começa a ser destruído. Foram aber-

tos o canal de Cacimbas, da Onça, do Nogueira e, o mais importante e impactante deles, o canal Campos-Macaé, ainda hoje o segundo maior do mundo depois do de Suez (SOFFIATI, 2007). O político e revolucionário francês Charles Ribeyrolles redigiu, na década de 1850, um projeto de desenvolvimento para a ecorregião, envolvendo o rio Paraíba do Sul e o canal Campos-Macaé (RIBEYROLLES, 1980). Em 1815, Campos era a terceira maior cidade entre Rio de Janeiro e Salvador.

A prosperidade proporcionada pelo açúcar produzido nos engenhos, sob propriedade de senhores poderosos, que também possuíam terras e escravos, levou a aristocracia rural a liderar um movimento político, em 1855, defendendo a criação de uma nova província do império, de Macaé a Itapemirim, com capital em Campos. Os limites originais da capitania de São Tomé voltavam a ser evocados, embora ocultos numa espécie de inconsciente coletivo. A vila de Itapemirim aderiu ao movimento, mas o império, cuja sede era o Rio de Janeiro, e as províncias do Rio de Janeiro, com capital em Niterói, e do Espírito Santo, com capital em Vitória, posicionaram-se contra o pleito, que acabou esmorecendo (SOFFIATI, 2012).

Mas a grande transformação foi representada pelos reflexos da Segunda Revolução Industrial na Ecorregião, no fim do século XIX. Tradicionalmente canavieira, predominavam nela os pequenos engenhos movidos a força muscular humana ou animal. Eram muitos em funcionamento. A Segunda Revolução Industrial modernizou o parque canavieiro com as usinas e engenhos centrais, grandes unidades produtivas que exigiam mais matéria-prima. Essas novas unidades produtivas podiam ser construídas com recursos próprios dos proprietários ou com subsídio governamental. As usinas podiam possuir terras para o plantio de cana. Os engenhos centrais contavam com subsídios governamentais e se restringiam ao setor industrial, ou seja, não podiam contar com terras, sendo obrigadas a comprar cana de produtores rurais. Na prática, as leis eram burladas. Havia fábricas de usinas na Europa que as vendiam para o Brasil, enviando para cá inclusive os trabalhadores para montá-las e para ensinar os brasileiros a operá-las.

O engenho central e a usina entraram em conflito com o antigo pequeno engenho. Ele foi muito bem retratado pelo romancista campista José Cândido de Carvalho (1939) em *Olha para o céu, Frederico!*, seu romance de estreia.

Havia diferenças entre engenho antigo, usina e engenho central. Contudo, em relação ao solo, o resultado era o mesmo: aumento da demanda

sobre a produção de cana. Como os melhores solos estavam na planície aluvial do rio Paraíba do Sul e estes estavam em grande parte sob inúmeras e imensas lagoas, tornou-se imperiosa a necessidade de drená-las. Para reforçar essa necessidade, os engenheiros sanitaristas demonstraram a importância de drenar ecossistemas aquáticos continentais e canalizar rios para combater as endemias.

Foram criadas várias comissões de saneamento, provinciais, estaduais, imperiais e federais. A grande maioria fracassou até que, em 1933, Getúlio Vargas criou a Comissão de Saneamento de Baixada Fluminense, órgão que expressava a fase de governo central forte iniciada com a Revolução de 1930. O engenheiro sanitarista Hildebrando de Araujo Góes (1934) foi nomeado para recolher todos os estudos das comissões anteriores e propor linhas de ação. Assim nasceu o relatório "Saneamento da Baixada Fluminense", enfocando as quatro baixadas do Estado do Rio de Janeiro: Sepetiba, Guanabara, Região dos Lagos e Norte Fluminense. Com relação a esta última, Hildebrando acolheu por inteiro o projeto do engenheiro campista Francisco Saturnino Rodrigues de Brito (1944).

Em 1935, a comissão começou a operar e, em cinco anos, promoveu profundas transformações no ambiente já modificado. Governos, engenheiros e empresários se mostraram tão entusiasmados com o sucesso da comissão que ela acabou transformada em Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS), em 1940, atuando em todo o Brasil.

Para entendermos as sucessivas normas e anomalias, é necessário situar a planície fluviomarinha do Norte Fluminense em dois momentos estruturais complexos nos últimos 10 mil anos, ou seja, no Holoceno. O primeiro momento estrutural com suas normas e anomalias se estende de 10.000 anos aproximadamente a 5.100 anos. Nesse momento, ocorreram um aquecimento das temperaturas e uma elevação do nível do mar progressivos. No segundo momento, o mar recuou e, juntamente com o rio Paraíba do Sul, construiu a grande planície, cujas normas e anomalias começaram a se transformar de modo mais perceptível com a abertura da Vala do Furado, em 1688.

O projeto de Francisco Saturnino Rodrigues de Brito tinha três grandes objetivos: conter as inundações do Paraíba do Sul com diques, dirigir as águas excedentes desse rio para o subsistema da lagoa Feia e criar um mecanismo permanentemente aberto para escoar água doce para o mar. A margem direita do rio na planície sempre foi mais problemática que a margem esquerda porque a primeira apresenta ligeiro declive em direção à lagoa Feia. As águas de transbordamento pela margem direita não vol-

tam mais ao rio cessadas as cheias. Já pela margem esquerda, o terreno é constituído de tabuleiro, ligeiramente mais alto que o leito normal do rio. Assim, as águas de transbordamento avançam, ficam retidas em depressões e retornam ao leito do rio nas condições de vazante média. Além do mais, Campos dos Goytacazes foi erguido na margem direita do Paraíba do Sul.




**Figura 2** Geografia da planície norte do Rio de Janeiro segundo planta do sargento-mor Viera Leão (1767).

O DNOS colocou parcialmente em prática o projeto de Saturnino de Brito. Abriu oito canais primários entre o rio Paraíba do Sul e o subsistema da lagoa Feia, derivando deles canais secundário e terciários num total de 1400 km. Junto ao rio e ao conjunto dos integrantes da lagoa Feia, instalou comportas para regular a entrada e a saída de águas. Entre a lagoa Feia e o mar, abriu o longo e largo Canal da Flecha com 14 comportas para regular a saída e a entrada de água do mar, procurando conter, assim, a lín-

gua salina e conquistar terras para a agropecuária. Os rios pequenos e médios na planície, no tabuleiro e nas zonas serranas baixas foram canalizados para acelerar o processo de escoamento de águas de cheia para o mar.

Pela margem esquerda, o DNOS abriu um canal ligando o rio Paraíba do Sul à lagoa do Campelo e, desta, outro ligando-a ao mar com o aproveitamento da foz do pequenino rio Guaxindiba.

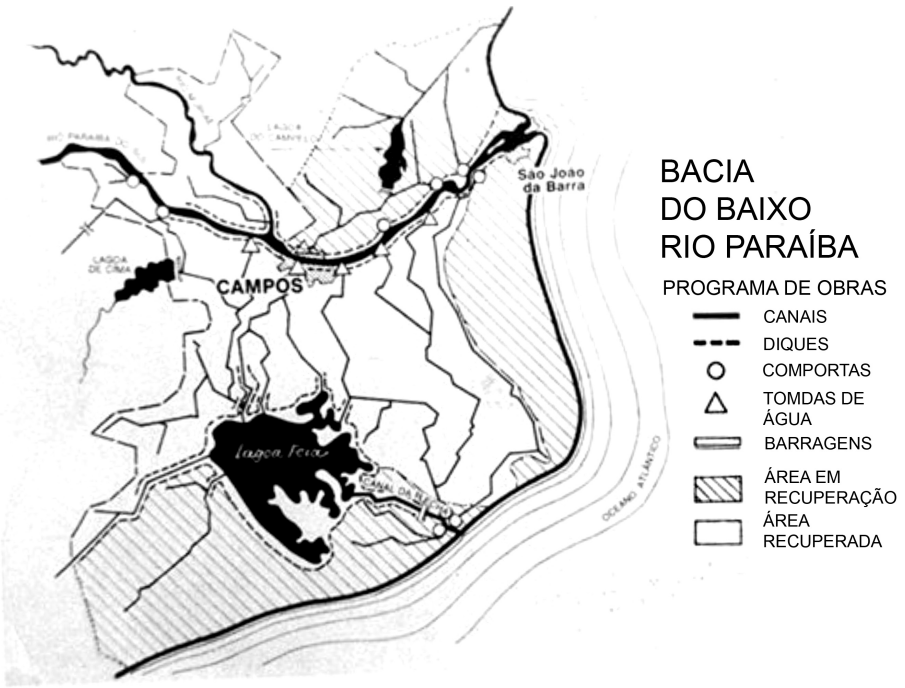



**Figura 3** Atual geografia da planície norte do Rio de Janeiro segundo mapa do DNOS da década de 1970.

Originalmente, a Ecorregião de São Tomé contava com seis escoadouros para as águas acumuladas no continente: rios Macaé, Iguaçu, Paraíba do Sul, Guaxindiba, Itabapoana e Itapemirim, além dos inúmeros córregos já mencionados. O capitão José de Barcelos Machado abriu a Vala do Furado sem vedar nenhum dos grandes defluentes. Em 1898, o engenheiro Marcelino Ramos da Silva, à frente de uma das várias comissões de saneamento que antecederam o DNOS, abriu o malfadado Canal de Jagoroaba, entre o ponto da lagoa Feia mais próximo da costa e o mar (SILVA, 1898). Finalmente, o DNOS neutralizou o rio Iguaçu e o substituiu pelo Canal da Flecha. Ao ser extinto em 1990, o DNOS deixou sua obra inconclusa. Até

2008, elas ficaram abandonadas e à mercê de interesses individuais, institucionais particulares e municipais. Agora, mediante convênio entre a União e o governo do Estado do Rio de Janeiro, o controle, a manutenção, a operação e a continuação delas passaram para o Instituto Estadual do Ambiente (SOFFIATI, 2005). Sem dúvida, depois de tantas transformações, as normas e as anomalias reinantes até o século XVII mudaram radicalmente. Mas uma força ainda deve ser levada em consideração: a urbanização.

## Urbanização

A vila da Rainha, primeira tentativa de colonização europeia da ecorregião, apenas arranhou o terreno. Depois de abandonada, as normas e anomalias naturais voltaram a vigorar. O mesmo pode ser dito com relação a Macaé (1614), à vila de Santa Catarina das Mós (1619), ao arraial de São João da Barra, à vila de Campos dos Goytacazes. Isso até o ano de 1688, com a abertura da Vala do Furado. Só no século XIX a urbanização passou a afetar com mais intensidade as normas e anomalias naturais e de longa duração. No entanto, no século XX, com as obras efetuadas pelo DNOS, autoridades governamentais e população, confiando no efeito duradouro da drenagem, promoveram o crescimento de núcleos urbanos. Principalmente, as desigualdades sociais empurraram as pessoas carentes para áreas confiáveis em períodos de estiagens, mas vulneráveis em períodos de cheias. Esse processo de urbanização acelerada também foi promovido pela especulação imobiliária, pela União, pelo Estado e pelos municípios. Em Macaé, a população de baixa renda, atraída pela Petrobras, ocupou as denominadas áreas de risco, em manguezais desmatados no estuário do rio Macaé e em encostas. Já o município e as camadas de alta renda, depois de adensarem o núcleo histórico da cidade, caminham rumo à formação de uma conurbação com Rio das Ostras, Barra de São João e Unamar.

Campos dos Goytacazes também cresceu aceleradamente pelas mãos da população de baixa renda, pela especulação imobiliária e por ações governamentais. Hoje, a cidade está emendada a Guarus, Goytacazes, Tapera e Ururaí. A tendência é continuar crescendo pela indução do Complexo Logístico Industrial Portuário do Açu, no vizinho município de São João da Barra. Com o programa municipal Morar Feliz, para grupos sociais carentes, em áreas sujeitas a anomalias climáticas, a tendência é o aumento dos desastres causados por enchentes, pois os núcleos desse programa estão sendo erguidos em Áreas de Preservação Permanente. O núcleo de Três Vendas, à margem esquerda do rio Muriaé, último afluente do Paraíba

do Sul, cresceu espontaneamente confiando na barragem representada pela rodovia BR-356. São frequentes, com as cheias do rio, o rompimento da estrada e o alagamento do local. Ainda confiando em obras de grande porte, a vila Menezes ergueu-se às margens do Canal de Cambaíba. A abertura das comportas desse canal em sua junção com o Paraíba do Sul alagou o bairro, em janeiro de 2013.

No interior da ecorregião, verificou-se a expansão de Itaperuna e Santo Antônio de Pádua, com a ocupação das margens dos rios Pomba e Muriaé e o estreitamento de leito por ricos e carentes. Além do mais, as prefeituras canalizaram e capearam córregos afluentes. O mesmo ocorre com Bom Jesus do Itabapoana, nas margens do rio Itabapoana. Depois de se adensar, a cidade conurbou-se com Bom Jesus do Norte, no Estado do Espírito Santo. Neste segundo estado, mas ainda dentro da ecorregião, os casos mais expressivos de expansão desordenada são Cachoeiro do Itapemirim e Marataízes.

## Os casos de Ururaí e Três Vendas em 2008

Tomemos os exemplos dos rios Muriaé e Ururaí. O primeiro nasce em Miraí, em Minas Gerais, e desemboca no rio Paraíba do Sul, em Campos dos Goytacazes. Em 2008, as copiosas chuvas romperam os diques de contenção do Muriaé, que alteraram as normas de cheias e as anomalias de transbordamento na medida em que obrigaram o nível do rio a subir sem se espraiar por suas várzeas, como outrora. Com o rompimento, as águas de enchentes correram paralelamente, mas foram contidas pela BR-356, funcionando como dique, embora não tenha sido construída com essa finalidade. Em Três Vendas, as chuvas e a infiltração alagaram a localidade. O Ministério Público Estadual obteve, junto ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte, autorização para romper a BR-356 quando as águas do rio baixaram, de modo a esgotar as águas que afetavam Três Vendas. Contudo, o nível do rio subiu novamente e foi necessário bloquear o rombo na rodovia (SOFFIATI, 2009a; 2009b). Em 2012, a localidade voltou a sofrer com a enchente do rio Muriaé, que, desta vez, com sua força, rompeu a BR-356 e alagou Três Vendas. A partir de então, consolidou-se a intenção de negociar com os moradores a transferência do local para área adjacente mais segura (TORRES, 2014). De forma autoritária, a Prefeitura de Campos pretende efetuar a remoção dos moradores de Três Vendas. Lá, o núcleo urbano é bem mais novo que o de Ururaí, os moradores concordam tratar-se de uma área de risco, mas não querem sair da localidade para área segura. A recusa se deve a algumas razões. Uma investigação super-

ficial mostra que a população de Três Vendas depende da Usina Sapucaia para trabalho. Já existe no local um setor de serviços que depende dos empregados na usina e da circulação de veículos na rodovia BR-356, à margem da qual se ergueu o povoado. A remoção pela prefeitura de Campos gera insegurança. Alguns têm apego a casa, mas todos têm receio de remoção para local distante do trabalho ou mesmo a dispersão dos moradores por núcleos habitacionais distintos, como costuma fazer o poder público municipal. Dentro de uma várzea sujeita a inundações pela chuva ou pelo transbordamento do rio Muriaé, a solução que os moradores estão encontrando para se protegerem das enchentes é construir casas com dois ou três andares, onde possam se refugiar das cheias.

Com relação ao rio Ururaí, ele nasce na lagoa de Cima e deságua na lagoa Feia. Na verdade, ele integrava um grande limnossistema lóticolêntico formado pelos rios serranos Urubu, Imbé e Preto, juntamente com a serrana lagoa de Cima e com a lagoa Feia, formada com a regressão marinha. O limnossistema chegava ao mar pelo extinto rio Iguaçu. Com a abertura do Canal da Flecha pelo DNOS, entre 1942 e 1949, as águas de lagoa Feia defluem ao mar por ele atualmente.

Como todo limnossistema, ele estava sujeito a cheias e estiagens, sendo seu nível médio apenas uma abstração numérica. Num passado histórico, todo o vale do Ururaí e acima dele era recoberto de florestas do tipo Mata Ombrófila Densa Atlântica. Esse tipo de mata desenvolveu-se com a consolidação da Serra do Mar. Ela desceu a montanha e chegou à planície, sofrendo mudanças para adaptar-se aos solos encharcados da planície aluvial e à restinga.

O regime hídrico tinha íntima relação com a floresta e com as chuvas até a chegada dos europeus à América. Mesmo depois da colonização, o regime ainda continuou funcionando do mesmo modo: no período das chuvas, de novembro a março, sua vazão aumentava e, consequentemente, seu nível (MALAGODI; SIQUEIRA, 2012). Durante as estiagens, de abril a outubro, reduziam-se vazão e o nível. Havia, assim, uma oscilação entendida como normal, ou seja, dentro da norma. Com chuvas e estiagens mais intensas, podia haver anomalias, ou seja, anos em que as cheias eram maiores e as estiagens mais agudas. A tendência, todavia, era o comportamento do rio dentro da norma.

Historicamente, o regime hídrico foi mudando com a remoção da cobertura florestal para o fornecimento de lenha e de madeira nas partes baixas do limnossistema, a partir do século XVIII. Ao mesmo tempo em

que as florestas eram derrubadas, o espaço antes ocupado por elas ia sendo colonizado pela agricultura e pela pecuária. Desnudo, o solo ficou exposto às intempéries, sendo sua superfície erodida. Os sedimentos transportados principalmente pelas chuvas corriam para o rio, causando turbidez e assoreamento. Tanto a norma como a anomalia sofreram transformações.

Ainda no século XVIII, ergueu-se um pequeno engenho no Vale do Ururaí com o nome de Cupim. Ele deu origem a uma pequena comunidade, gênese do núcleo urbano de Ururaí atual.

A partir de 1935, com as ações de drenagem e canalização pela Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense e Departamento Nacional de Obras e Saneamento, órgãos federais, a norma e as anomalias sofreram grande mudança. O curso do rio Ururaí a jusante da rodovia BR-101 foi retilinizado. Muitas lagoas foram drenadas, e o núcleo urbano foi se expandindo para o leito maior do rio. Aliás, as margens do curso a montante da localidade de Ururaí, que não foi retilinizado, sofreu ocupações e alterações diversas. Mais uma vez, norma e anomalia foram alteradas e carecem de definição. As localidades de Ururaí e de Pernambuca, o assentamento Antonio de Faria e o entorno da lagoa de Cima tornaram-se áreas de risco no entendimento das autoridades governamentais.

Com a grande enchente anômala de 2008, diques ilegais da lagoa Feia foram detonados por decisão judicial, aumentando a área de lagoa e estabelecendo novos critérios de norma e de anomalia.

Com relação às secas, a norma e a anomalia se tornam mais difusos. É preciso conhecer os índices de precipitação pluviométrica, a vazão e nível dos rios, a morte de plantas e animais, a escassez de água, os focos de incêndio e notadamente a paisagem. A Ecorregião de São Tomé sofreu uma seca anômala, em 2014, considerada a mais severa estiagem da Região Sudeste desde que as medições começaram a ser feitas, em 1930. Na Ecorregião de São Tomé, os índices de precipitação pluviométrica são pífios. Vazão e nível dos rios reduziram-se. Tem ocorrido ressecamento de lavouras e morte de gado. Porém, não se chegou a níveis de economia e de racionamento de água.

Cumpre observar que os estados de norma e anomalia não devem apenas ser definidos por especialistas. Acima de tudo, as populações atingidas pelo que se denomina anomalia devem ser ouvidas.



**Figura 5** Enchente em Ururaí em 2008. Fonte: jornal *Monitor Campista.*



**Figura 6** Enchente em Três Vendas em 2008. Fonte: jornal *Folha da Manhã.*

## Conclusões

A partir de sete mil anos antes do presente, o mar avançou (transgressão) sobre o continente, na futura Ecorregião de São Tomé. Esse avanço alcançou seu momento culminante em 5.100 antes do presente. Em seguida, iniciou-se a descida do mar (regressão) e a formação de um novo contexto geográfico. Esses três momentos foram tão longos que as normas e anomalias apresentavam grande regularidade.

Com a ocupação dos ameríndios, pouca ou nenhuma intervenção na natureza foi capaz de alterar as normas e as anomalias. Bem ao contrário, os povos que primeiro ocuparam a região puderam acompanhar sua conclusão e se ajustaram a seus constrangimentos. Nos termos expressos por Michel de Certeau (1996), os ameríndios criaram táticas de sobrevivência dentro da estratégia constituída pela natureza.

Mesmo os europeus, ao se instalarem numa região com condições ambientais tão hostis, aprenderam a usar, com seus antecessores indígenas, suas técnicas e tecnologias, como percebeu Sérgio Buarque de Holanda (1976) para todo o Brasil, nos primeiros tempos da colonização.

Nem mesmo a abertura da Vala do Furado, em 1688, pelo capitão José de Barcelos Machado, e o trabalho de limpeza dos canais naturais efetuada pelos jesuítas e seus escravos foram capazes de alterar profundamente as normas e as anomalias impostas pela natureza.

Só mesmo no século XIX, a abertura de quatro canais de navegação rompe divisores de água e provoca drenagem de lagoas. Passam a ser outras a estrutura, as normas e as anomalias.

As grandes transformações serão operadas mesmo no século XX, com os trabalhos de macrodrenagem empreendidos primeiro pela Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense e depois pelo Departamento Nacional de Obras e Saneamento. Paralelamente, assiste-se a um colossal desmatamento da vegetação nativa para a obtenção de lenha e de madeira, tanto quanto para a abertura de terras destinadas a lavouras e pastos. O terceiro fator será a urbanização acelerada e descontrolada, fator que se associa às desigualdades sociais. Esses três fatores alteraram de tal forma o ambiente que se tornou impraticável definir normas e anomalias em períodos de aparente normalidade. A sequência de cheias e de estiagens, contudo, parece mostrar que a ecorregião sofre efeitos das mudanças climáticas globais, da falência da Amazônia como produtora de chuvas e das mudanças antrópicas da Região Sudeste, onde se inclui a Ecorregião

de São Tomé. No cômputo geral, a tendência predominante parece apontar para a aridez progressiva da ecorregião.

Se não é possível definir normas e anomalias como regularidades, que pelo menos os conceitos aqui discutidos contribuam para a construção de um referencial teórico-metodológico para o estudo dos desastres relacionados com a água na Ecorregião de São Tomé e em qualquer outro lugar.

## Referências bibliográficas


ABREU, M. A. **Geografia histórica do Rio de Janeiro (1502-1700)**. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio/Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, 2010. v. 1.

AZEREDO COUTINHO, J. J. C. **Obras econômicas**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966.

BRAUDEL, F. A longa duração. In: _____ (Org.). **História e ciências sociais.** Lisboa: Editorial Presença, 1972. P. 25-52.

_____. **Las civilizaciones actuales**: estudio de história económica y social. Madrid: Tecnos, 1973.

BRITO, F. S. R. **Defesa contra inundações**: melhoramentos do Rio Paraíba e da Lagoa Feia. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944.

CARVALHO, J. C. **Olha para o céu, Frederico!** Rio de Janeiro: Vecchi, 1939.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1996.

CINTRA, J. P. Reconstruindo o mapa das Capitanias Hereditárias. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 11-45, jul./dez. 2013.

COUTO REIS, M. M. **Descrição geográfica, política e cronográfica do Distrito dos Campos dos Goitacases**, que por ordem do Ilmo. e Exmo. senhor Luiz de Vasconcellos e Souza do Conselho de S. Majestade, Vice-Rei e Capitão General de Mar e Terra do Estado do Brasil se escreveu para servir de explicação ao mapa topográfico do mesmo terreno, que debaixo da dita ordem se levantou. Rio de Janeiro: 1785, ms. original.

CRUTZEN, P. J.; STOERMER, E. F. The "Anthropocene". **Global Change News Letter**, Stockholm, n. 41, p. 17-18, may 2000.

DARWIN, C. R. **Viagem ao redor do mundo**. Rio de Janeiro: Sociedade Editora Gráfica, s/d.

DEAN, W. **A ferro e fogo**: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

FAGAN, B. **O aquecimento global**. São Paulo: Larrousse do Brail, 2009.

FREIRE, J. R. B.; MALHEIROS, M. F. **Aldeamentos indígenas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 1997.

GABRIEL, A. H. D.; LUZ, M (Orgs.). **Roteiro dos sete capitães**: documentos e ensaios. Transcrição e edição do documento: FREITAS, C. R. B.; SANTOS, F. V; KNAUS, P. E.; GOMES, M. A. Notas explicativas: SOFFIATI, A. Macaé: Funemac Livros, 2012.

GINZBURG, C. **Indagações sobre Piero**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

_____. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GÓES, H. A. **Saneamento da Baixada Fluminense**. S/l: s/e, 1934.

HARTT, C. F. **Geologia e geografia física do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941.

HOLANDA, S. B. **Monções**. 2. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

LAMEGO, A. F. de M. Macaé à luz de documentos inéditos. **Anuário Geográfico do Rio de Janeiro** n. 11. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia e Estatística, 1958.

_____. **Mentiras históricas**. Rio de Janeiro: Record, s/d.

LAMEGO, A. R. Geologia das quadrículas de Campos, São Tomé, Lagoa Feia e Xexé. **Boletim nº 154 da Divisão de Geologia e Mineralogia**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1955.

_____. **O homem e o brejo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, Rio de Janeiro: Lidador, 1972.

LADURIE, E. L. R. **Histoire du climat depuis l'an mil**. 2 v. Paris: Flammarion, 1983.

MALAGODI, M. A. S.; SIQUEIRA, A. M. M. Inundações e ação social em Campos dos Goytacazes (Rio de Janeiro, Brasil). In: CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA, 7, 2012, Porto. **Anais...** Porto: Universidade do Porto, 2012.

MARTIN, L. et al. **Geologia do Quaternário costeiro do litoral norte do Rio de Janeiro e do Espírito Santo**. Belo Horizonte: CPRM, 1997.

MARTINS, F. J. **História do descobrimento e povoação da cidade de S. João da Barra e dos Campos dos Goitacases, antiga Capitania da Paraíba do Sul.** Rio de Janeiro: Tipografia de Quirino & Irmão, 1868.

MORIN, E. **O método I –** A natureza da natureza. Mira-Sintra: Europa-América, s/d a.

_____. **O método II –** A vida da vida. Mira-Sintra: Europa-América, s/d b.

PALMA, A. M. **Representação sobre os meios de promover a povoação e desenvolvimento dos Campos dos Goitacases em 1657**. Revista trimestral do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil tomo XLVII, parte 1. Rio de Janeiro: Laemmert, 1884.

PEREIRA, J. S. C. **Apontamentos para a formação de um roteiro das costas do Brasil, com algumas reflexões sobre o interior das Províncias e suas produções**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1848.

PROJETO RADAMBRASIL. Rio de Janeiro/Vitória (Folhas SF.23/24). Levantamento de Recursos Naturais, v. 32 **– Mapa Geomorfológico**. Rio de Janeiro: Ministério das Minas e Energia, 1983.

RIBEYROLLES, C. **Brasil pitoresco**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980. v. 2.

SAINT-HILAIRE, A. **Viagem pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1974.

SILVA, M. R. **Carta Lagoa Feia e suas dependências**. Petrópolis: Comissão de Estudos do Saneamento da Baixada do Estado do Rio de Janeiro, 1898.

SOFFIATI, A. DNOS: uma instituição mítica da República brasileira. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 61-76, 2005.

_____. Os canais de navegação do século XIX no Norte Fluminense. **Boletim do Observatório Ambiental Alberto Ribeiro Lamego nº 2** (Edição Especial), Campos dos Goytacazes: CEFET Campos, jul/dez 2007.

_____. **Relatório de vistoria a lagoas entre Outeiro (Cardoso Moreira) e a cidade de Campos**. Campos dos Goytacazes, 25 de dezembro de 2008/12 de janeiro de 2009a. Inédito.

_____. **Vistoria nas estradas federais, estaduais e municipais afetadas pelas cheias de dezembro de 2008 e janeiro de 2009 nas adjacências da cidade de Campos dos Goytacazes – RJ**. Campos dos Goytacazes, 16 de fevereiro de 2009a. Inédito.

_____. Em torno da Vila da Rainha. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, n. 18, ano 18, 2011.

_____. O movimento político de Campos em 1855. **Vértices**, Campos dos Goytacazes, v. 14, n. 1 especial, 2012.

SOUSA, G. S. **Tratado descritivo do Brasil em 1587**. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

STENGERS, I. **La propagation de concepts**. D'une science à l'autre: des concepts nomades. Paris: Du Seuil, 1987.

TORRES, T. F. Processos de urbanização e problemas de drenagem em áreas ambientalmente frágeis: estudo de caso da localidade de Três Vendas, município de Campos dos Goytacazes/RJ. In: SEMINÁRIO REGIONAL SOBRE GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS, 4, 2014, Campos dos Goytacazes. **Anais...** Campos dos Goytacazes: Instituto Federal Fluminense, 2014.

VASCONCELOS, S. **Vida do venerável Padre José de Anchieta**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.

VELOSO, H. P et al. **Classificação da vegetação brasileira, adaptada a um sistema universal**. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1991.

WIED-NEUWIED, M. **Viagem ao Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1989.

XIMENES, A. C.; AMARAL, S.; VALERIANO, D. M. **O conceito de ecorregião e os métodos utilizados para o seu mapeamento**. INPE ePrint: sid.inpe.br/mtc-m19@80/2009/11.30.14.10 v1 2009.


DEFESA CIVIL
Comdec

# A liberdade se equipara à vida

## Sergio Portella

### Introdução

Em 18 de abril de 2015, no auditório da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, em Florianópolis, o professor Allan Lavell (pesquisador social de riscos e desastres da FLACSO) proferiu palestra avaliando os termos do Marco Mundial de Redução de Desatres para o período 2015-2030, referendado um mês antes em Sendai, no Japão (UNISDR, 2015). Na finalização de sua apresentação, o professor – que acabou de ser agraciado com o prêmio Sasakawa 2015 da ONU, por sua extensa e profícua produção acadêmica na área de riscos e desastres – fez reflexão a partir do comentário de outro emérito professor, o pesquisador David Alexander (Institute for Risk and Disaster Reduction, University College London). Lavell comentou que Alexander havia declarado que o Marco de Sendai era a formulação mais precisa e concisa das necessidades mundiais com relação ao tema de redução de desastres. Mas Alexander, segundo Lavell, acrescentou que elas eram óbvias e que a principal questão era: se sabemos, por que não implementamos? Lavell, então, ponderou que, se temos aqueles que perdem com desastres, infelizmente temos aqueles que ganham com estes, e é essa disputa que faz nos mover em velocidade menor que a necessária para responder ao incremento mundial de riscos e desastres.

Essa disputa precisa ser reconhecida já no início de nossa conversa, pois ela gera um efeito que desmerece a declaração "a missão é salvar vidas", não tornando-a mais suficiente para o se decidir salvá-las, ou tão importante quanto: dignificá-las. Nessa direção, em artigo que trata do desastre de 11 de janeiro de 2011 nas cidades serranas do Rio de Janeiro (PORTELLA; NUNES, 2014), muito se insistiu, nos debates decorrentes, que fosse desenvolvido o que foi ensaiado muito timidamente como resposta à pergunta: "O que está normalizado – naturalizado – na relação governo-ciência-cidadãos durante eventos extremos?" Um esforço de continuar esse debate é a motivação das reflexões que se seguem partindo da mesma tímida e reduzida resposta anterior de que está "aceito que o sistema de redução de desastres é inevitável, necessário e consequentemente benigno – e politicamente desejável, pois existe para preservar, salvar e recuperar vidas". Essa aceitação foi celebrada mundialmente no Japão, de 15 a 18 de março de 2015, quando se estabeleceu o novo Marco para Redução de Desastres, de Sendai, e seu teor técnico-científico consensual dá

a ele universalidade de verdade e urgência que o transforma em exigência indiscutível para os governos signatários, de praticamente todo o planeta.

Em nossa resposta anterior apontávamos para um porém, "o das muitas filigranas éticas que surgem a partir da missão de salvar vidas, e que não podem ser desconsideradas, justamente porque está em jogo o valor máximo vida humana. E o valor vida humana, como destaca Enrique Dussel (1999) em suas seis teses, nunca pode ser considerado sem a sua relação com o valor liberdade humana". É preciso que se diga que, se a vida tem envergadura global e perene, a liberdade tem envergadura local e efêmera. Uma remete à tradição para que se preserve o futuro de si mesma; a outra remete ao aqui e agora, que, paradoxalmente, justifica a vida humana, mas a questiona em como ela se atualiza neste exato momento. Portanto, a necessidade de preservar a vida e promovê-la em liberdade é uma condição antecedente e necessária que justifica a resposta aos desastres, mas que não legitima necessariamente – ou imediatamente – o sistema de prevenção e redução de desastres e seus efeitos que está sendo organizado, mundial e localmente, de maneira intensiva. Por isso que promover a democracia e a participação pública, em sistemas globalizantes como as plataformas de redução de desastres – que surgirão no mundo como o novo modo de se viver no planeta Terra, sinalizado pelo Marco de Sendai –, é uma questão crucial para o próprio respeito à vida e à liberdade do seres que vivem atualmente, *hic et nunc*.

A experiência de muitos desastres paradigmáticos no mundo: Furacão Katrina (EUA), Terremoto do Haiti, Tsunamis do Sul da Ásia e no Chile, ou o evento extremo das cidades serranas no Rio de Janeiro, Brasil, aponta para essa verdade trágica. Quando se separam vida e liberdade, possibilita-se a criação de plataformas de redução de desastres cuja principal função – paradoxalmente – será a de ser capaz – mais essencialmente – de operar a gestão das populações e poder aquilatar que vida vale mais do que outras, principalmente nos períodos de recuperação pós-desastres. Exagero?! Não, não é exagero. A questão não deveria nos ser tão estranha, pelo menos para nós, povos colonizados pelas metrópoles, pois ela nos acontece desde que fomos declarados pertencentes aos reinos europeus.

A expressão a "liberdade se equipara à vida", que intitula estas reflexões, é oriunda das teses do Dominicano Francisco de Vitoria (1486-1546), considerado o pai do Direito Internacional e que viveu praticamente toda a vida em Salamanca, Espanha. Ele buscou fundamentos que conseguissem favorecer o respeito à existência e à dignidade dos povos americanos,

construindo a ideia de direito natural e divino, regido pelo reis católicos, contra a fúria destruidora dos colonizadores europeus. Vitoria trabalhava em colaboração com outro Dominicano, Bartolomeu de Las Casas, primeiro padre a ser ordenado em território colonizado e que necessitava de argumentos europeus para poder proteger americanos. Apesar de sua beleza sintético-poética poder ser confundida com uma excelente bandeira de luta moderna, a expressão atribuída a Vitoria trata de um tema trivial de escravidão: pode um índio escravo condenado à morte fugir? Depois de longas argumentações, ele conclui: Sim, pode! E, por isso, somente aí, a liberdade de fugir pode ser realizada para preservar o bem maior que é a própria vida. No entanto, aqui, seguimos Dussel, de que liberdade e vida são indissociáveis. E não temos de gastar longas discussões teológico-politicas (hoje, seriam científico-politicas) para justificar a liberdade e a vida, como unha e carne, corda e caçamba ou corpo e alma. Ou melhor, vida e liberdade se constituem em um sistema ético indivisivel (DUSSEL, 1999). Trata-se da existência humana propriamente dita. E, para dividi-los, é preciso ser violento, como os colonizadores e suas máquinas militares e jurídicas sempre foram: coletiva, individual, física, emocional e simbolicamente.

Aqui, mais um paradoxo: separar vida e liberdade cria um conjunto de falsos dilemas, que nos faz entrar em discussões que não nos pertencem, mas, sim, àqueles que praticam a dominação. E todas as vezes que assim o fazemos nos esquecemos imediatamente de nós mesmos, de nossos povos e de nossos corpos. Para tanto, seguimos discutindo sobre o que parece muito antigo, mas do qual depende a modernidade atual: a colonialidade e suas conexões entre poder-ciência-cidadania. E discutimos mais detidamente sobre o que nos parece mais invísivel em todo o nosso processo de desenvolvimento de plataformas de redução de desastres: o próprio regime de produção de verdade (FOUCAULT, 2004).

## O dilema da segurança humana nos desastres

Na arena da Conquista Espanhola que se impõe aos dominicanos Bartolomeu de Las Casas e Francisco de Vitória, longos debates se seguem em Salamanca e Madri, para defenderem – ou não – a igualdade dos homens perante deus, divino poder representado aqui pelos reis católicos, que possibilitava certo direito de propriedade aos dominados, além de certas prerrogativas jurídicas, como aquele do direito de fugir na ameaça de sua vida (VITORIA, 1998) . A igualdade perante deus implicava, portanto, a existência da alma individualizada nas pessoas integrantes dos povos americanos e que eram, assim, a partir daquele momento, candida-

tos ao céu como os demais homens de todos os tempos e de todos os lugares.

Alma, propriedade, igualdade perante deus são "agendas" europeias que os povos americanos levaram muito tempo para considerar como uma agenda a ser compartilhada. Isso só acontece quando a linguagem jurídica dos dominadores se impõe definitivamente para além da violência dos soldados e é infimamente possível negociar "mais tempo de vida individual e coletiva" e "menos morte e destruição rotineiras".

Esses paradoxos das agendas do dominador e do dominado ainda podem ser vistos no encontro entre padres católicos europeus e sacerdotes mexicanos para debater a agenda de dominação por cima, a partir da divindade mesma: seria o deus católico superior aos deuses dos povos americanos, ou não? Ou na resistência ainda ativa expressa no *Popol Vuh*, escrito em parte já durante o processo da Conquista, mas utilizando os referenciais culturais de antes dela (TODOROV, 2003). Dos paradoxos, vamos aos dilemas de se possuir uma alma, ou não, o que poderia representar ser escravizado ou ser colonizado. Ou deixar os africanos de fora por um tempo, para que a agenda da produção escrava não fosse completamente desmontada, com um acordo do próprio Bartolomeu de Las Casas, intransigente defensor da liberdade dos índios. Ser batizado ou não? Ganhar um novo nome cristão ou não?

Esses macroparadoxos, dilemas operacionais e microescolhas pessoais tiveram destaque no artigo do professor Marandola (2014), não mais dentro do ambiente da Conquista Espanhola, mas a partir da constituição de plataformas de redução de desastres em todo o mundo, especialmente no Brasil. Para introduzir o tema, o professor lança mão de imagens universalizadas por Hollywood, por meio do filme *A Escolha de Sofia*, roteiro que se inicia a partir da Segunda Guerra Mundial em campos de concentração nazistas para judeus. A sinopse do filme, muito bem construída pelo professor, mostra esses momentos dramáticos da história moderna, em que a diferença entre humanos se impõe de tal forma que uns podem ser mortos justificadamente pelos outros. Assim, como se não tivessem "alma".

Em sua loucura de sofrimento, Sofia – nossa protagonista – é lúcida. Pois não existe escolha possível. Qual dos dois filhos abandonar imediatamente ao controle do carrasco nazista? Ela não consegue escolher. Todos já estão abandonados àquele sistema. Não existe escolha. Ela não escolhe imediatamente para ganhar tempo, para ver se um milagre acon-

tece, pois o sistema quer destruir e o faz – Sofia só vai fazer a microescolha de como será. Essa situação dramática é muito comum entre aqueles que vivenciaram e sobrevivem a um desastre. E ela pertence de alguma maneira a todos os que sofrem suas perdas, ao se fazer a famosa pergunta posterior: "e se?". Há que se viver com ela, pois é insuperável em sua dor.

Ao se ler o artigo do professor Eduardo Marandola, pode-se inicialmente pensar que se trataria disso: do sofrimento invisível de cada pessoa que sobrevive às suas perdas mais íntimas e se faz a pergunta posterior: "e se?" Mas o artigo do professor trata muito mais da definição da agenda da gestão de desastres no Brasil, dos coletivos internacionais e de seus dilemas. O professor defende que, com a intensificação dos desastres nos últimos anos, apesar do esforço da gestão (internacional, nacional, regional, estadual ou municipal), há descompasso entre esse esforço e seus resultados, promovendo aumento da sensação de não-segurança na população, em vez de a "estabilizar". A "escolha de Sofia" da sociedade brasileira seria: implementamos capacidades de resposta para aqueles que estão em situações de risco ou trabalhamos para mudar estruturas que produzem as situações de risco (MARANDOLA, 2014, p. 91)? Prevenir ou mitigar?

Para o professor, nossa maneira de dar respostas sociais aos problemas é por meio de uma abordagem setorizada, não globalizada. Prevalecem perspectivas setorialistas que priorizam proposições de soluções mitigadoras e tecnificadas, contribuindo para a manutenção do sistema emergência-desastre e seu uso político. Desconsidera-se que o próprio desastre é, na verdade, cotidiano e corriqueiro, não uma eventualidade, concorda o professor com Norma Valencio (2014) ao citá-la numa crítica à naturalização dos desastres, apontando para a necessária contextualização da segurança humana no âmbito da própria produção e reprodução social do espaço.

Marandola propõe um duplo reposicionamento do debate: 1. Pensar o sentido ontológico da segurança humana, centrando-o no sentido do habitar em sua dimensão fenomonológica. 2. Questionar a agenda brasileira que incorpora o tema das mudanças climáticas, reforçando as ações de mitigação que reificam as estruturas vigentes, impossibilitando à sociedade brasileira escapar do dilema de Sofia. "A solução é articular os dois pontos a partir da ideia de segurança humana reposicionada para seu âmbito ontológico, centrando-a no sentido propriamente humano: a possibilidade, na forma do direito, de ser e estar no mundo, a partir de um habitar digno, garantido na constituição de um lar", aponta o professor (MARANDOLA, 2014, p. 93).

Mudanças climáticas. Ontologia da segurança humana. Ser e estar no mundo a partir de um habitar digno: um lar. Prevenir ou mitigar? São como alma, propriedade, igualdade perante um deus estranho. Devemos ser batizados ou não? Como Sofia, não temos o que escolher. Como os povos americanos do período da Conquista, não temos como escapar. Podemos apenas decidir "como", e,só aí pode existir alguma possibilidade de transformação dessa inevitabilidade.

## A assimetria do conhecimento e a epistemologia de fronteira

Bem, por dentro, a discussão fica difícil e truncada, e a existência singular de cada pessoa e de cada povo desaparece diante da universalidade das mudanças climáticas, da falta de segurança ontológica humana ou da defesa do que é mais primitivo no homem, a casa. São abstrações que só ficam bem defendidas por De Las Casas ou De Vitoria. Ou, no caso da segurança ontológica, necessitamos de Giddens (2002), que destaca que a insegurança é um dos males existenciais mais profundos provocados pela modernização reflexiva. Faltou acrescentar: para os povos desenvolvidos, porque para o Sul Global (cf. SANTOS, 2007) sempre foi assim. Assim, necessitamos de Bauman (2007) para apontar a flexilização dos direitos sociais desses mesmos povos desenvolvidos. Ou pasmar diante da síntese do pensamento de Arendt (2012) de que existir seria distinto de sobreviver – nós que, no Sul Global, principalmente sobrevivemos. E assim vamos, precisando dos argumentos de Heidegger (2001) para defender a centralidade do lar, que o fazia defendendo a centralidade da cultura. Ou de Levinas (1993), que a partir da cultura judaica buscava o equilíbrio entre o uno e o múltiplo, entre o ser e o ente, numa definição histórica de sua marcha. Sim, justamente os povos protagonistas do nosso filme *A Escolha de Sofia*. E, se não for suficiente, precisaríamos ir mais atrás e, como Vitoria, definir como se fosse um direito natural (divino), na ligação mais primitiva do homem com a Terra, que Bachelard (1993) remeteria também ao útero, da definição de lar: habitamos somente uma casa, a da nossa infância (aqui, a maioria das referências pertence ao artigo do professor Marandola).

O Marco de Sendai, em seus preâmbulos, fornece os seguintes dados sobre os dez anos de vigência do Marco de Hyogo:

> Mais de 700 mil pessoas perderam a vida, mais de 1,4 milhão de pessoas ficaram feridas e cerca de 23 milhões ficaram desabrigadas como resultado de desastres. No geral, mais de 1,5 bilhão de pessoas foram afetadas por desastres de várias maneiras. Mulheres, crianças e pesso-

> as em situação de vulnerabilidade foram desproporcionalmente afetadas. A perda econômica total foi de mais de US $ 1,3 trilhão. Além disso, entre 2008 e 2012, 144 milhões de pessoas foram deslocadas por catástrofes (UNISRD, 2015, *tradução livre*).

Fora os outros dados monumentais, praticamente a população brasileira como um todo, 144 milhões de pessoas foram deslocadas e 23 milhões desabrigadas por conta de desastres. Como, então, podemos centrar toda a politica de redução de desastres justamente na questão do habitar? É pouco, muito pouco! E, no outro extremo, injusto, pois, aqui e agora, muitos nunca terão um teto. Afinal, que proposta é essa?

E se pegarmos a definição do que seria um lar, oferecida por Van Swaaij e Klare (2004) e endossada pelo professor Marandola, a impossibilidade de se ter um lar nesses padrões culturais eurocêntricos fica evidente:

> A principal cidade do Lar é baseada na matriz energética Segurança, que fornece a base para a cidade. Esta fica no meandro do rio, entre as cidades de conforto e o distrito do colo, logo ao norte da região do aconchego. A localização do Lar é um misto de proteção e potencialidade – localizada entre as terras férteis da Verdadeira Natureza, da Proteção, do Habitual, do Aconchego e do Sofá (MARANDOLA, 2014, p. 98).

A palavra *sofá* parece a mais estranha aqui, mas por que também não seriam as anteriores: verdadeira natureza, proteção, habitual e aconchego? Dilemas sobre a alma e o céu, que não nos pertencem. Abstrações eurocêntricas, agendas estrangeiras, argumentações colonizadoras, para definir o grau de violência que pode ser usada no sul global, física, emocional ou simbólica. E tudo aqui, mesmo que seja sobre desastres, podemos chamar de agenda eurocêntrica boa. Não falamos nem de invasões militares, bombardeios ou ataques com drones.

É preciso esforço muito maior para se partir de outro ponto, no qual vida e liberdade não estejam separadas, ou sua união seja a pretensão da agenda, ali na beirada da linha abissal. Uma expansão do presente seria propriamente esse efeito (SANTOS, 2007). Menos passado, menos futuro, porém mais presente.

Algo como aquele aparato interpretativo, descrito por Alimonda (2011), com relação ao Programa Modernidade/Colonialidade (M/C) em que repousa uma série de operações que derivam da caracterização da colonialidade como um complemento necessário, oposto e sistematicamente oculto da modernidade ocidental. A operação do Programa M/C clari-

fica e promove um ponto de ruptura que processa o chamado "giro decolonial", que permite aflorar uma diversidade epistêmica com uma pluralidade de novos lugares de enunciação, passados e presentes, em uma relação crítica ou de resistência à modernidade colonial. Esses novos lugares de enunciação seriam as epistemologias de fronteira (MIGNOLO, 2006), que supõem a revalorização das culturas e dos povos dominados e suas histórias de resistência. Dessa perspectiva seria possível recontar a história do continente. Acrescentamos, de todo o planeta.

Nessa fronteira, criadora de novas epistemologias, devemos utilizar todas as epistemologias atuais capazes de favorecer e criar tempo para que o conhecimento que emerge do encontro modernidade/colonialidade possa sobreviver. Algo que procuramos indicar abaixo, no próximo item, passando pelas irredutibilidades do conhecer de Latour e pela teoria da linha abissal de Boaventura Santos. Condicionamentos da relação poder-ciência-população que não podemos ignorar, caso queiramos compreender o que vem acontecendo no mundo com a instalação de dispositivos de redução de desastres.

De qual mundo falamos? Falamos do mundo descrito por Milton Santos e dos dispositivos de biopoder estudados por Foucault.

Segundo Milton Santos, o território era o fundamento do estado-nação, que o modelava. No entanto, hoje, vivemos "uma dialética do mundo concreto, evoluímos da noção, tornada antiga, de Estado Territorial para a noção pós-moderna de transnacionalização do território". (SANTOS, 1994). O mundo de Milton Santos é assim no território: o encontro de forças internas ao território em si, contíguas, vizinhas, horizontais com forças externas, virtualizadas, verticais. Para que esse encontro das corporações mundializadas com os corpos dos cidadãos do território possa existir e produzir valor a ser explorado pelas primeiras, fazem-se necessários os dispositivos disciplinares e de biopoder que Foucault gostava tanto de descrever.

## Reflexões sobre injustiças e novas enunciações coletivas

Os dispositivos para Foucault, segundo Agamben (2014), é tudo aquilo que, de uma maneira ou de outra, tem a capacidade de capturar, de orientar, de determinar, de interceptar, de modelar, de controlar e garantir os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes. Em nosso caso, o dispositivo de redução de desastres teve sua expressão sintética dada no item 20 do Marco de Sendai 2015-2030:

> Tendo em conta a experiência adquirida com a implementação do Marco de Ação de Hyogo, e prosseguindo na busca de resultado objetivo, há necessidade de uma ação focada no seio de vários setores pelos Estados no nível local, nacional, regional e global nas quatro áreas prioritárias seguintes: 1. Compreeder o risco de desastres; 2. Reforçar a governação do risco de desastres para realizar a gestão do risco de desastres; 3. Investir na redução do risco de desastres com foco na resiliência; 4. Reforçar a preparação para desastres para uma resposta eficaz, e para "reconstruir melhor" na recuperação, reabilitação e reconstrução (UNISRD, 2015).

Definitivamente, uma agenda global para todos os locais, com a associação das necessidades da Plataforma Global para a Redução do Risco de Desastres com as necessidades das agendas para o Desenvolvimento Sustentável. Marchamos para a criação da unificação dos temas, com a criação da agenda das agendas, a superagenda global.

> Mas, assim como antes tudo não era, digamos assim, estatizado, hoje não é estritamente transnacionalizado. Mesmo nos lugares onde os vetores da mundialização são mais operantes e eficazes, o território habitado cria novas sinergias e acaba por impor, ao mundo, uma revanche (SANTOS, 1998).

Nesse cenário é que as metodologias desenvolvidas por Latour, junto com a teoria da linha abissal de Boaventura Santos, podem ajudar. Pois, enquanto Latour desmistifica a produção técnico-científica e provoca solavancos e paralisias em nossas crenças de verdade no sistema técnico-científico, Boaventura Santos nos ajuda a ganhar tempo, pois "precisamos urgentemente desenvolver metodologias de escuta e de percepção dessa topografia, aprender a cartografar as vozes e de onde elas emanam" (ARAÚJO; CARDOSO, 2013)

Como delimitar a infinitude de correlações coletivas em qualquer enunciação dada? Qual seria aquela que nos mais interessaria? Sendo esse um primeiro critério, como em um espelho que replica, somos obrigados a perguntar posteriormente, ao especular, como delimitar mais uma vez a infinitude de correlações coletivas? E assim seguir na direção da próxima boneca russa escondida na boneca russa anterior. Método amplamente disseminado em nosso mundo contemporâneo: uma sociedade completamente saturada de ciência e tecnologia (NUNES, 2007; CALLON; LASCOUMES; BARTHE, 2001). Sem se esconder em dicotomias que abandonou (como natureza e humanidade: duas bonecas russas mágicas, que

ora uma sai de dentro da outra, sem importar a ordem de saída, ora são a mesma boneca), em Latour (1999), em seu trabalho científico, descrição e interpretação se confundem. Não precisamos dizer que cada boneca vale por si e merece de qualquer um nós atenção especial, mas, para Latour, a própria descrição da delimitação seguindo para a próxima boneca encontrada é produzir ciência social. Reduzir o mundo social tridimensional a um mundo plano bidimensional da espessura do papel que retém e suporta as palavras é a tarefa do cientista social. Mas, num mundo tão infinito, rico e tridimensional, como rebatê-lo na bidimensionalidade do plano papel ou do *screen* de computadores e *tablets*? É preciso saber mapear, é preciso produzir a lógica de uma cartografia, e é mesmo por isso que descrever é interpretar. Sigo, então, a partir de agora os textos de Latour, *Reagregando o Social* (LATOUR, 2012) e *A Esperança de Pandora* (LATOUR, 2001), para tentar delimitar sua lógica cartográfica.

Antes de entramos nesses textos de Latour, é preciso atentar para a irredutibilidade desta discussão. Primeiro, sempre falamos sobre nós mesmos, porque o ato de tirar a boneca russa de dentro de outra é sempre feito por nós, que fazemos tal ato. Isto é, ninguém pode fazê-lo por nós. Dessa forma, num espelhamento da teoria da incerteza de Heisenberg, em que se pode dizer que nenhuma experiência se realiza sem a interferência daquele que vê. Isto é, o objeto nunca estará impassível ao observador. Também o retorno deve ser considerado e, de alguma forma, quando descrevemos algo, sempre estamos falando sobre nós mesmos. E, radicalizando este pensamento, também sempre estamos realizando enunciações sobre o presente, sobre nosso presente, mesmo que estejamos discursando sobre o passado ou vaticinando sobre qualquer futuro em previsão.

A irredutilidade daquele que observa no presente gera outra totalidade, a de que toda origem é falsa ou suja, como dizia Nietszche (Gaia Ciência), porque inevitavelmente arbitrária! Por isso, não importa de que pressuposto científico partamos, ele é falso por que traz em si mesmo uma lógica de construção que não pode ser evitada, que é arbitrária, que precisa ser atualizada e, portanto, radicalmente transformada pelo ato de sua aplicação. Irredutibilidade da ação que Platão já destacava quando falava sobre o trabalho dos artesãos (SCHWARTZ, 2010). É necessário o percurso para que a falsidade da origem seja superada. Os cientistas sociais o fazem em seus laboratórios, que, para Latour, são seus próprios textos, artigos, relatórios para publicação. Mas, lembremos, como estamos em uma sociedade saturada de ciência e tecnologia, tudo isso acontece por dentro dessa solução saturada. Como então cartografar?

> Vistas de uma perspectiva ético-política, as diferentes turbulências reflectem diferentes dimensões da injustiça global constitutiva da ordem imperial na sua fase mais recente: globalização neoliberal como o novo rosto da injustiça sócio-económica, injustiça cognitiva (incluindo a injustiça epistémica, sexual, racial e religiosa) e a injustiça histórica. Isto significa que as diferentes formas da injustiça global não tem existência independente e que, em cada uma delas, todas as outras estão presentes (SANTOS, 2007).

Um último obstáculo antes de tentar responder à questão de como cartografar. E, desculpe, mas a sensação é essa mesma, parece que nunca chegaremos lá. Imaginem o desespero dos primeiros navegadores ibéricos sem saber se chegariam a algum lugar, ou pior, à borda abismal do mundo. Menciono-os, pois a eles se correlaciona mais uma irredutibilidade que obviamente não é muito importante para Latour. E precisamos de Boaventura Santos para demarcá-la. Sempre seremos colonizados.

E, portanto, sempre falamos como colonizados. E os colonizados sempre escondem alguma coisa do grande colonizador. Para tanto, para poder sobreviver (pois nossa vida não mais nos pertence – pertence, sim, ao dominador), o colonizado esconde quem é, o que quer, o que sente e, no ato de esconder, ele pensa, faz uma reflexão muito especial: onde posso me esconder, de tal forma que o grande colonizador não me veja, não me ache! Nós, colonizados, tentamos nos tornar invísíveis ao poder da Conquista vitoriosa. Como isso funciona: o colonizador deve pensar que nos tem, que nos domina, que nos tem transparentes diante de seus olhos. Paradoxalmente, ser transparente é tornar-se invisível e, ao mesmo tempo, opaco. Não devemos obstaculizar a luz dos colonizadores, mas também não devemos deixar que ela nos atravesse o coração. Situação paradoxal, que nos faz parecer imbecis aos colonizadores ou, como expresso recentemente no Tribunal Judiciário máximo brasileiro e por brasileiros: Há sempre um "déficit civilizatório" (SOUZA; BRÍGIDO, 2014).

Nossa relação com as instituições sempre é assim. Nunca somos suficientemente civilizados para elas. Com nossas agências de pesquisa nem se fala. Apresentamos sempre um "déficit civilizatório". Se o Norte global nunca será moderno (LATOUR, 2001), nós, do Sul global, nunca seremos civilizados o suficiente. Nem científicos o suficiente. E, claro, quando as condições ecológicas globais apertarem, nem humanos o suficiente. A dúvida de sermos portadores (ou não) de almas nos perseguirá – em seus inúmeros formatos e variantes de injustiças – até o fim do *cogito* cartesiano, que brotou do quase sacrifício-genocídio de Abraão e parece ter um fôle-

go capitalista-corporativo-virtual gigantesco em se desdobrar. Mesmo assim, queremos uma reflexão honesta, pois de que adianta manter as citações politicamente corretas e não construir um conhecimento que transforme – pelo menos a nós – naquele que fala. Nós, colonizados.

Reconhecermos o discurso a nosso favor nas reflexões de Boaventura Santos é inevitável. No entanto, Boaventura luta seu bom combate não exatamente a nosso lado, mas em outras frentes, que a nós são estranhas, distantes, fantasiosas, em uma língua que nunca dominaremos, mas que antes nos domina, como Gaspar Correia, o cronista das três viagens de Vasco da Gama (CLIFF, 2012), que descreve em seu relato os massacres e as injustiças daquela conquista. Mas Gaspar Correia escreve de dentro das caravelas de Vasco da Gama. E não poderia ser de outra forma, é a sua caravela epistêmica, que lhe permite se localizar naquele vasto céu incompreensível afro-indiano.

Para os europeus, Boaventura se parece mais com o coronel Kurtz de *Apocalypse Now*, de Francis Coppola. Em plena Guerra do Vietnã, provavelmente 1969, o alto-comando do Exército americano dá ao capitão Benjamin L. Willard (Martin Sheen) a missão de procurar e matar o coronel Walter E. Kurtz (Marlon Brando). Coronel importante do exército, havia supostamente enlouquecido e estava lutando a guerra à sua própria maneira com um grupo de combatentes nas selvas do Camboja. Mas seja como, segundo muitos, o fantasioso cronista Gaspar Correia, ou como o ensandecido coronel Kurtz, ao sobrevir à morte, o ritual funerário o será em Coimbra. As cinzas pertencerão à Praça D. Dinis e, talvez e somente, as histórias míticas versem sobre e no Sul Global. De qualquer forma, é com o reconhecimento da linha abissal (abissal, por quê? Porque intransponível) que divide o Norte global do Sul global que podemos enunciar a terceira irredutibilidade: sempre seremos colonizados!

Como, então, cartografar? Primeiro, reagregando o social disperso e desaparecido pelas próprias definições de social das ciências sociais tradicionais eurocentradas. E, depois, descrevendo um modelo que seja capaz de preservar as singularidades das bonecas russas, que são caixas e, segundo Latour, caixas de Pandora (as bonecas russas são sempre mágicas).

1. Reagregando o social. Seguindo Latour (2012), este define o social como um fluxo visível apenas quando se fazem novas associações. Essas associações ficam visíveis graças às relações que estabelecem com objetos ao seu redor. Mas, para Latour, os objetos parecem associar-se uns com os outros e com laços sociais só momentaneamente, em situações especiais. Nesses momentos, não só os obje-

tos modificam o curso do fluxo social, como o tornam visível em suas características e correlações. Quatro situações são destacadas por Latour: as inovações cientificas e tecnológicas; as novas tecnologias, ao serem utilizadas pela primeira vez pelos usuários; a memória por meio de relatórios, arquivos e documentos dessas mesmas controvérsias sociotécnicas; e, por fim, as situações oferecidas por desastres, acidentes, rupturas e golpes. Nosso caso, especificamente.

2. A Esperança de Pandora. Quando, então, o fluxo do social fica visível, é preciso bidimensioná-lo, achatá-lo, planeá-lo (torná-lo plano), torná-lo uma carta (cartografar). Aqui, usando os fatos científicos para demonstrar como ele, Latour (2001), realiza esse achatamento, que ganha no plano a forma de estrela (Figura 1): ela descreve as "diferentes preocupações que todo pesquisador tem de alimentar ao mesmo tempo caso queira ser bom cientista"; em outras palavras, ela descreve "o sistema circulatório encarregado de manter vivos fatos científicos". Ele poderia ser descrito como cinco tipos de atividades, cinco circuitos: dos instrumentos, dos colegas, dos aliados, do público e dos "vínculos".

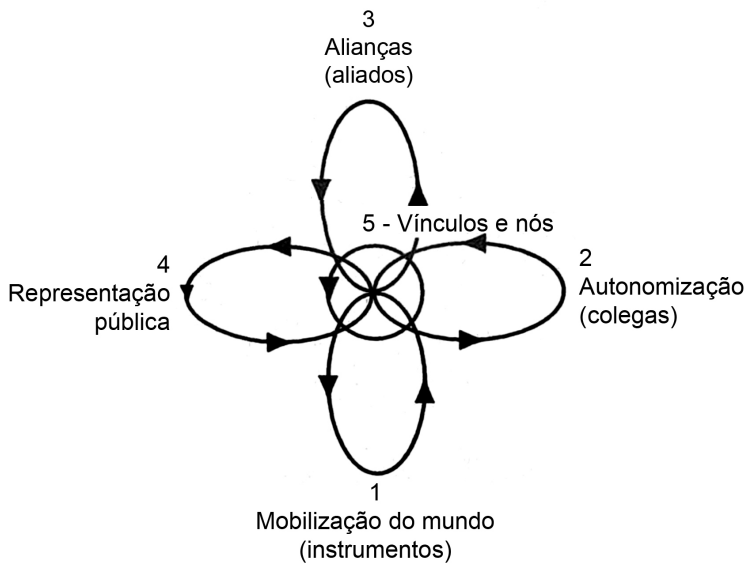



**Figura 1** Latour, 2001, p. 118.

O primeiro circuito, dos instrumentos, a mobilização do mundo, trata de expedições, levantamentos e dos locais nos quais todos esses objetos do mundo assim mobilizados estão reunidos e contidos. O segundo circuito, dos colegas, a autonomização, trata da história das profissões e disciplinas e das próprias instituições científicas (organizações, recursos, estatutos, regulamentos para manter juntos os colegas). O terceiro circuito, das alianças, trata da necessária mobilização de grupos grandes, ricos e competentes, capazes de garantir o aperfeiçoamento do trabalho científico. O quarto circuito é o da representação pública ou o da socialização maciça de novos objetos no coletivo, sem abalar o sistema normal de crenças, seja um átomo, radares ou grupos sociais. Por fim, o quinto circuito desse vasto sistema circulatório é o próprio conteúdo científico, o coração palpitante propriamente. Todo esse sistema está vivo, sendo que nenhuma de suas partes é dispensável; todos os circuitos funcionando ao mesmo tempo são um evento único, vivo, encadeados, mas totais.

A união dos itens 1, reagregando o social, e 2, esperança de pandora, achatando o que quer que seja chamado de fato, oferece-nos uma cartografia, possibilita-nos a mágica de achatar topografias e respeitar – ou lutar por respeitar – as três irredutibilidades.

Por dentro de um debate de fronteira, abissal, insuperável e inevitável, podemos, assim, vislumbrar uma agenda transmoderna, como diria Dussel, de impugnação dos conceitos que necessitam sempre da assimetria de saberes para operar dentro das políticas. Só como exemplo, podemos destacar três conceitos operatórios que possibilitam a maioria dos manuais de construção das plataformas de redução de desastres, só para testar nossa capacidade de achatá-los:

- **Percepção de risco**: o modelo de relacionamento entre a ciência e a população. Seria um modo de medir o grau e a forma de compreensão do risco por parte da população para atuar nessa concepção de maneira correta, isto é, de forma que a concepção científica de ciência do risco seja "absorvida" pela população medida. Esse modelo parte de uma imediata distância cognitiva entre a população e os grupos científicos. O conceito percepção possui subjacente a idéia de que algo foi percebido, mas não compreendido.
- **Resiliência comunitária**: modelo de explicação social que busca parametrizar economicamente os custos sociais de um desastre. Conceito-chave do item 20 do Marco Sendai. Oriundo das ciências exatas, a ideia de resiliência sofre permanentemente desse mal. Ironicamente, o conceito de resiliência (CUTTER, 2003) é um dos con-

ceitos mais resilientes que existe: por mais adjetivos (ambiental, comunitário, social, etc) que nele se coloquem, ele sempre volta – com um grau de resiliência espetacular – à sua conformação de ciências exatas anterior, transformando as pessoas em objetos taxonômicos, como se fosse um tipo de aço-objeto que responde à taxa e índices de elasticidade material-humana.

- **Vulnerabilidade socioambiental**: conceito que parece sofrer do mesmo mal do conceito de resiliência – o de sempre transformar seres humanos em objetos de pesquisa no formato das ciências exatas. Sem seus parâmetros economicistas (que quando usados nunca possuem a capacidade de registrar o valor essencial, irredutível, imaterial e não-quantificável da vida e da liberdade humanas) se transforma em um conceito óbvio e regressivo – vulnerabiliza quem deve ser vulnerabilizado –, sem valor para haitianos ou para a população serrana fluminense. Correlacionar vulnerabilidade com desastres depende do acontecimento trágico de um evento extremo; só assim a correlação ganha alguma densidade explicativa.

## Afinal, o que queremos concluir

Sobre o valor heurístico das três irredutibilidades. As duas apontadas a partir de Latour e a terceira apontada a partir de Boaventura Santos. Ganhando tempo, ou expandindo o presente, como gosta Boaventura. Desmitificando o fetiche das verdades científicas (elas nunca tiveram alma e não podem reivindicá-la, poderíamos brincar com o tema que nos é tão próximo). Afinal, a liberdade se equipara à vida, ou melhor, se evitarmos qualquer "escolha de Sofia", não há nem por que distingui-las.

Assim, para se utilizar qualquer conceito que nós é oferecido, ou construído a partir de referênciais científicos tradicionais-ocidentais, é preciso reconhecer as três irredutibilidades, para que não ocultemos que a modernidade ocidental, para existir, sempre dependeu da colonialidade, como a define Mignolo:

> A racionalização científica ocidental é, de fato, uma realização que deve ser reconhecida. Desse reconhecimento, porém, não se pode deduzir "a racionalidade científica ocidental", tal como o cristianismo nos séculos XVI e XVII, ou seja, a "única forma" a ser pregada, imposta e aceita pelo resto do mundo. As consequências práticas das realizações científicas e a ideologia do mundo que as acompanha são hoje visíveis por todo o lado desde o extermínio da natureza até a marginalização e extermínio

> de seres humanos. Esta é a dupla face e a dupla densidade da modernidade/colonialidade (MIGNOLO, 2006, p. 677).

Não podemos mais nos esquecer de que os conceitos científicos universais, mesmo que por reuniões de consenso da ONU, vêm matizados em sua origem pela produção inevitável de assimetria de saber. A ignorância assim criada provoca e exige dos modernos (aqueles que nunca o foram) os atos de dominação e colonização e, se necessário, acompanhados de violência.

Como mitigar esses efeitos de produção de ignorâncias na utilização desses conceitos? O melhor seria não usá-los! Mas, caso se use (percepção social do risco, resiliência comunitária, vulnerabilidade socioambiental, só para seguir nossos exemplos), eles devem estar submetidos ao protagonismo e à autonomia dos coletivos aos quais eles se referenciam. Pois, como bem apontou Lavell, uns perdem e outros ganham com os desastres. E não podemos mais ignorar essa disputa.

## Referências


AGAMBEN, G. **O amigo e o que é dispositivo?** Chapecó: Argos, 2014.

ALIMONDA, H. (Org.). **La naturaleza colonizada:** ecología política y minería en América Latina. Buenos Aires: CLACSO, 2011.

ARAÚJO, I.; CARDOSO, J. Circulação polifônica: comunicação e integralidade na saúde. In: **Construção social da demanda por cuidado**. Rio de Janeiro: Cepesc, 2013. p. 211-224.

ARENDT, H. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

BACHELARD, G. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

BAUMAN, Z. **Tempos líquidos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

CALLON, M.; LASCOUMES, P.; BARTHE, Y. **Agir dans un monde incertain**. Essai sur la démocratie technique. Paris: Seuil, 2001.

CLIFF, N. **Guerra Santa**: como as viagens de Vasco da Gama transformaram o mundo. São Paulo: Globo, 2012.

CUTTER, S. The vulnerability of science and the science of vulnerability. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 93, n. 1, p. 1-12, 2003.

DUSSEL, E. Six Theses toward a Critique of Political Reason. **Radical Philosophy Review**, Boston, v. 2, n. 2, p.75-95. 1999.

FOUCAULT, M. **Naissance de la biopolitique**. Paris: Hautes Études/Gallimard-Seuil, 2004.

GIDDENS, A. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

HEIDEGGER, M. Construir, habitar, pensar. In: _____. **Ensaios e conferências**. Petrópolis: Vozes, 2001.

LATOUR, B. **Politiques de la nature:** comment faire entrer les sciences en démocratie. Paris: Éditions la Découvert, 1999.

LATOUR, B. **A esperança de Pandora**. Bauru: Edusc, 2001.

LATOUR, B. **Reagregando o social**. Bauru: Edusc. 2012.

LEVINAS, E. **Humanismo do outro homem**. Petrópolis: Vozes, 1993.

MARANDOLA, E. Jr. A escolha de Sofia ou o dilema da segurança humana nos desastres: qual agenda brasileira? In: VALENCIO, N.; SIENA, M. (Orgs.). **Sociologia dos desastres**: construção, interfaces e perspectivas. São Carlos: RiMa, 2014. v. IV. p. 91-108.

MIGNOLO, W. Os esplendores e as misérias da "ciência": colonialidade, geopolítica do conhecimento e pluri-diversalidade epistémica. In: SANTOS, B. de S. (Org.). **Conhecimento prudente para um conhecimento decente**. São Paulo: Cortez, 2006. p. 667-709.

NUNES, J. **Governação, conhecimento e participação pública**. Relatório para provas de agregação. Coimbra: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 2007.

PORTELLA, S; NUNES, J. Populações serranas excluídas, cidades insustentáveis: o enigma da participação pública. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 10, p. 4223-4228, out. 2014.

SANTOS, B. de S. Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 78, p. 3-46, out. 2007.

SANTOS, M. **Território, globalização e fragmentação**. 4. ed. São Paulo: HUCITEC, 1998.

SCHWARTZ, I. A experiência é formadora? **Revista Educação e Realidade**, v. 35, n. 1, p. 35-48, jan./abr. 2010.

SOUZA, A.; BRÍGIDO, C. Bate-boca no STF. **O Globo**, Rio de Janeiro, 27 fev. 2014.

TODOROV, T. **A conquista da América**: a questão do outro. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

UNISRD. **Sendai Framework for disaster risk reduction 2015-2030**. Sendai: ONU, 2015.

VALENCIO, N. Desastre como prática sociopolítica de solapamento da segurança humana. In: CARMO, R. L.; VALENCIO, N. (Orgs.). **Segurança humana no contexto dos desastres**. São Carlos: RiMa, 2014. p. 15-44.

VAN SWAAIJ, L.; KLARE, J. **Atlas da experiência humana**: cartografia do mundo interior. São Paulo: Publifolha, 2004.

VITORIA, F. **Sobre el poder civil**. Sobre los indios. Sobre el derecho de guerra. Madrid: Tecnos, 1988.



# Natureza e ambiente: o estudo dos desastres e a geografia

## Marco Antonio Sampaio Malagoli

### O contexto do problema de pesquisa

A partir do convite para refletirmos sobre *a aplicabilidade das bases conceituais das ciências humanas e sociais para a análise de casos concretos de desastres relacionados com a água*, pareceu-me relevante o destaque para as noções de "natureza" e "ambiente" que permeiam vários discursos e práticas em disputa atualmente. Trilhando nos últimos quinze anos estudos do chamado campo ambiental acadêmico (como educação ambiental e conflitos ambientais), tem sido recorrente a necessidade de reflexão a partir da categoria "ambiente". A cada novo desafio temático e bibliográfico parecem se ampliar as expectativas e o potencial de alcance para essa tarefa. O mais recente deles se dá no encontro com a temática dos desastres relacionados com a água, no contexto de nossas pesquisas iniciadas na região Norte Fluminense. Tendo assumido a tarefa de aprofundamento metodológico provocado por um referencial *socioambiental* no campo dos desastres, destacou-se, em nossa equipe de pesquisa, o desafio de construção de uma abordagem interdisciplinar que não polarizasse a visão do fenômeno na tradicional divisão entre dimensões físicas e sociais. Nossos estudos recentes nos levaram a entender que, ao longo das transformações dos modelos de compreensão e ação perante os desastres, houve (e há) variada ênfase teórica quanto à determinação de suas principais causas e processos, quando as abordagens parecem se voltar ora mais para o fenômeno físico, ora mais para a estrutura e dinâmicas sociais, e ainda assim abrindo-se em clivagens as mais variadas na consideração (ou não) do campo da ação social e política e das disputas simbólicas aí envolvidas.

Adicionalmente, por entre as trilhas dessas reflexões, um trajeto ao redor da desconstrução da centralidade no imaginário do *desenvolvimento sustentável* tem sido fundamental para a compreensão das operações político-epistemológicas dominantes no campo dos ambientalismos em disputa. Tais debates e lutas acionam explícita ou tacitamente as noções de ambiente e natureza na composição e tensionamento de tal imaginário, que continuamente alimenta os âmbitos da cultura e da política a partir de ideais em que têm predominado economicismos e tecnicismos (SCOTTO; CARVALHO; GUIMARÃES, 2007; FOLADORI, 2001), ainda que em suas origens muitos tenham vislumbrado o ideário do desenvolvimento sustentável como um avanço relevante no enfrentamento da problemática

ambiental global (NOBRE, 2002). De todo modo, essa expressão parece ser ainda hoje um forte dispositivo modulador das configurações de ações e políticas, mobilizada geralmente como se fosse um conceito bem definido e não como indicação explícita de uma entre tantas outras arenas de disputas e debates, a despeito de (ou justamente em virtude de) sua imprecisão. Um rápido exemplo do que foi apontado acima pode ser encontrado na redação da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC), em suas diretrizes e objetivos:

> A PNPDEC deve integrar-se às políticas de ordenamento territorial, desenvolvimento urbano, saúde, *meio ambiente*, mudanças climáticas, gestão de recursos hídricos, geologia, infraestrutura, educação, ciência e tecnologia e às demais políticas setoriais, tendo em vista a promoção do *desenvolvimento sustentável* (BRASIL, 2012, *grifo nosso*).

Um glossário publicado pela Secretaria Nacional de Defesa Civil (CASTRO, s/d) ajuda a ilustrar os argumentos acima em termos da promoção de certos usos de termos que se pretendem correntes tanto entre agentes institucionais quanto para a população em geral (apontando novas demandas a serem rapidamente incorporadas às diretrizes e base da educação pública e na agenda da educação ambiental, por exemplo), como ponto de partida desta reflexão:

> AMBIENTE: Entorno. Inclui a água, o ar, o solo e sua inter-relação, bem como a inter-relação desses elementos com qualquer organismo vivo. Ecologia. A soma de todas as condições e influências que afetam o desenvolvimento da vida dos organismos. Engenharia. Somatório de todas as condições naturais, operacionais e outras, que afetam a operação do equipamento ou de seus componentes. Física. Somatório de todas as condições e influências que determinam a conduta de um sistema físico (IDEM, p. 17).
>
> MEIO AMBIENTE: Conjunto de condições, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas (IDEM, p. 118).

Pode-se notar, nas definições anteriores, uma tendência à separação entre elementos não-vivos e vivos (os primeiros parecem ter mais força para influenciar os últimos), ficando implícito, aparentemente, que as sociedades humanas e suas relações internas já estariam suficientemente representadas (e homogeneizadas, ou até tomadas como pouco relevantes em suas peculiaridades, neste contexto) no grupo dos organismos vivos. Seguindo para o verbete *desastre* na mesma obra:

> DESASTRE: Resultado de eventos adversos, *naturais* ou provocados pelo homem, sobre um ecossistema (vulnerável), causando danos humanos, materiais *e/ou ambientais* e consequentes prejuízos econômicos e sociais. (...) A intensidade de um desastre depende da interação entre a magnitude do evento adverso e o grau de vulnerabilidade do sistema receptor afetado. Normalmente, o fator preponderante para a intensificação de um desastre é o grau de vulnerabilidade do sistema receptor (IDEM, p. 57, *grifo nosso*).

Aqui já temos uma explicitação da categoria genérica "homem", caracterizada como distinta e separada da categoria "natural", reconhecendo o esforço de aí representar (pois isso não foi sempre assim, como abordarei a seguir) as inter-relações apontadas e até a insinuação de que a ocorrência do desastre implica processos de retroalimentação em encadeamentos que constroem o fenômeno total (biofísico sobre o social; humano ou biofísico agindo sobre os ecossistemas que podem retroagir sobre não-humanos e humanos, se vulneráveis) para se chegar à sua compreensão.

Seguindo-se pela classificação quanto à *origem ou causa primária do agente causador dos desastres*, que consta nos anexos A e B da Política Nacional de Defesa Civil, eles seriam classificados em "naturais; humanos ou antropogênicos; mistos" (IDEM, p. 57). Vemos novo esforço em se representar algo que vai além de causas naturais e não-naturais (humanas), acionando-se a categoria "mistos", sem contudo abandonar as categorias dicotômicas anteriores (natureza e humanos):

> Desastres Naturais. São aqueles provocados por fenômenos e desequilíbrios da natureza e produzidos por fatores de origem externa que atuam independentemente da ação humana.
>
> Desastres Humanos. São aqueles provocados por ações ou omissões humanas. Relacionam-se com o próprio homem, enquanto agente e autor. Por isso, são produzidos por fatores de origem interna. Esses desastres podem produzir situações capazes de gerar grandes danos à natureza, aos habitats humanos e ao próprio homem, enquanto espécie. Normalmente, os desastres humanos são consequência de ações desajustadas geradoras de desequilíbrios socioeconômicos e políticos entre os homens e de profundas e prejudiciais alterações de seu ambiente ecológico.
>
> Desastres Mistos. Ocorrem quando as ações ou omissões humanas contribuem para intensificar, complicar e/ou agravar desastres naturais. Caracterizam-se, também, por intercorrências de fenômenos adversos naturais que atuam sobre condições ambientais degradadas pelo homem, provocando desastres.

Não se pode esquecer que tal redação se refere a um contexto institucional cuja racionalidade preponderante é a atuação e a normatização pragmáticas que, se supõe, tem em vista a precaução, mitigação e enfrentamento ou resolução de situações que podem resultar ou que resultam de fato em desastres. Daí talvez a imprecisão, o pouco aprofundamento ou até mesmo a forte direção de nossa atenção para o foco pretendido a cada definição, o que nos ajudaria a compreender, por exemplo, a rapidez da definição de *área de risco* nessa mesma obra: "Área onde existe a possibilidade de ocorrência de eventos adversos" (CASTRO, s/d, p. 22). No limite, aí se encaixaria pelo menos toda a superfície do planeta. Outra curiosidade nesse glossário é a ausência do termo "natureza", no que poderíamos levantar algumas hipóteses, de que ele já está subentendido nos termos anteriores, ou se pretende uma distância da tradição naturalista (ainda forte no senso comum, sob este título), ou se quis evitar – compreensivelmente – complicações filosóficas, inclusive junto aos termos anteriores. Mas os exemplos pontuais aqui trazidos não têm o objetivo de debater a fundo certo ferramental discursivo-normativo de tal Política, mas, sim, ilustrar e justificar o potencial de um debate que pretendo explicitar a seguir. Ainda assim, acreditamos que o modo de se definir um fenômeno e os processos a ele relacionados a partir de um corpo institucional de tal amplitude e em tal escala pode, sim, nos dizer algo sobre nossas heranças em termos de paradigmas e permitir algumas hipóteses sobre operações discursivas não tão explícitas que provavelmente estão em pleno funcionamento, na produção da "normalidade" dos cotidianos vividos.

Segundo Marchezini (2009, p. 51) – em referência a trabalho de Dombrowsky –, um dos aspectos relevantes de conhecer as definições de desastres está na constatação de que "muitos dos que definem o que é o desastre, na verdade, acabam declarando aquilo que pretendem fazer com relação a um processo social chamado desastre". Por detrás desse uso pragmático das definições, o autor aponta para outra implicação relevante, que é o mecanismo pelo qual as instituições sociais buscam sua autopreservação, ao propor e aplicar soluções já (ou pré) existentes no campo de ação da própria instituição de emergência: os problemas seriam definidos a partir de soluções que estão ao seu alcance, no âmbito de sua capacidade institucional. Seguindo sua argumentação, entendo que um desafio que se destaca aqui refere-se à perspectiva de negociações epistemológicas-políticas entre as instituições (técnicos, políticos e cientistas) e os demais cidadãos, pois, como afirma, as vítimas tendem a apresentar o problema de outra forma. Ou seja, o enquadramento discursivo nesse

contexto implica já um campo de disputas, relações de força. Para o referido autor, o que sustenta esse mecanismo de *solução-problema* por parte das instituições é o poder simbólico, pelo qual as instituições constroem "realidades mais afeitas aos problemas que devem solucionar" (MARCHEZINI, 2009, p. 52). Entre as bases discursivas-conceituais que integram tal construção pretendo refletir sobre as noções de natureza e ambiente, e começo associando essa busca às formas como se definem os desastres.

Deste exercício de esclarecimento de alimentos invisíveis de nossas ideias e práticas, espera-se melhor compreensão de definições alternativas para o "ambiente" no contexto não apenas acadêmico, mas societal, algumas delas enfraquecidas ou ainda sendo gestadas. Assim, também é preciso assumir que a mera referência a um *socioambiente* não pode resumir tal debate nem facilitar tanto assim nossas escolhas em meio às posições escolhidas por variados atores sociais hoje em dia, mas pode ser assumido como parte mesma de uma agenda de pesquisa. O que o uso frequente e alternado (e, em muitos casos, deliberadamente impreciso) dos termos "ambiente", "meio ambiente" e "natureza" (e, de forma crescente, "socioambiente") pode nos provocar a ler em termos de suas produções históricas e disputas materiais-simbólicas (ao menos, em parte do Ocidente)?

Na última parte deste capítulo, pretendo alimentar algumas dessas reflexões direcionando-as também para o campo da geografia, na qual encontramos rica tradição na abordagem das relações sociedade-natureza e também uma condição peculiar como disciplina científica, seja por persistente divisão interna em dois grandes eixos (ciência da natureza e ciência social), seja pelas descobertas e inovações que justamente enfrentam tal divisão ao defini-la como problemática (pela geografia ambiental), seja pela relativa inversão de direção quanto a provocações socioespaciais e sobre relações sociedade-natureza que outras ciências e o campo filosófico têm colocado a ela, pressionando-a também "de fora" a novas agendas de renovação.

## Entre as noções de natureza, ambiente, meio ambiente e socioambiente

Recorro aqui ao dicionário de filosofia *Nicola Abbagnano* (ABBAGNANO, 2003a, 2003b) e ao *Dicionário do Desenvolvimento* (SACHS, 2000) para uma breve coleção de interpretações sobre alguns dos principais usos históricos desses termos.

Segundo Abbagnano (2003a, p. 814), os eixos contextuais que nos auxiliam na compreensão histórica do uso do termo *natureza* (no Ocidente) seriam: a) princípio do movimento, da substância; b) ordem necessária, nexo causal; c) exterioridade (à consciência); e d) campo que unifica (metodologicamente) técnicas de investigação. Interessa-nos aqui, inicialmente, os três primeiros eixos, embora o quarto não possa ser, hoje, facilmente afastado das polêmicas contemporâneas envolvendo o entrelaçamento da dita questão ambiental com as políticas epistemológicas.

Abbagnano (2003a, p. 814) vê naquele primeiro eixo semântico três ramos conceituais interligados entre si: causa, essência (necessária) e totalidade das coisas. Segundo o autor, dentre as mais antigas interpretações da ideia de natureza que até hoje influenciam o uso corrente estaria o sentido de "princípio de vida e de movimento de todas as coisas existentes", um "princípio de vida que cuida bem dos seres em que se manifesta", que o autor remete aos pré-socráticos e a Aristóteles. Aqui é preciso certa cautela quanto à aproximação das ideias de pré-socráticos e Aristóteles, como faz o autor, e à tradução que resulta no termo "natureza", como aponta Porto-Gonçalves (2005): *natura* é uma tradução para o latim a partir do termo *physis*, que já havia sido consagrado anteriormente pela tradição pré-socrática com outras articulações semânticas e consequências filosóficas (muito mais abrangentes), mas que foi se transformando depois em seu sentido. E tal transformação já teria se iniciado com o próprio Aristóteles, ao propor o uso do antigo termo (*physis*) em referência a "tudo aquilo que não for produto do homem, como ao 'substrato' ou à 'matéria-prima' de que as coisas são feitas" (CARVALHO, 2003, p. 35).

Criticando a visão dicotômica dominante que chega até nós hoje mobilizando o termo natureza como uma oposição à presença e realizações humanas (uma natureza *natural*), Porto-Gonçalves (2005) retorna ao antigo conceito de *physis* dos pré-socráticos para argumentar que o *conceito de natureza não é natural*, mas, sim, uma criação histórica manipulada a cada momento histórico e conjuntura cultural em meio ao jogo de forças e disputas nas relações sociais. Tal ideia de *physis* incluía os deuses gregos e seus efeitos de poder; as misteriosas forças vivas, sem a radical distinção entre forças animadas e inanimadas; diferente de certo sentido contemporâneo de natureza como anárquica e caótica, na *physis* tudo tinha uma alma, uma espiritualidade; indicava "o desabrochar que surge de si próprio e se manifesta neste desdobramento, e uma totalidade dinâmica" (BORNHEIM apud PORTO-GONÇALVES, 2005, p. 30).

Mas, em Aristóteles, "uma coisa possui sua natureza quando alcançou sua forma, quando é perfeita em sua substância", sinalizando-se aqui as definições de causa eficiente e causa final (ABBAGNANO, 2003a, p. 814). Segundo esse autor, para o citado filósofo, portanto, o conceito de natureza sintetizava dois conceitos fundamentais de sua metafísica – *causa* e *substância* –, que Averróis (sec. XII) reconduzirá com sucesso para a filosofia escolástica latina, culminando com Scotus Erigena (sec. IX) e Espinosa (sec. XVII) na construção das ideias de *natureza naturante* (o próprio poder criador de Deus) e *natureza naturada* (a totalidade das coisas que a natureza naturante produz, o conjunto das "coisas naturais", uma "natureza material"). Abbagnano diz-nos que até o século XVIII ainda era forte a identidade entre natureza e Deus, mas que a ideia seguinte que predominou, de contraposição da natureza ao ser humano, trouxe também o movimento de "volta à natureza" no sentido de revalorização dos instintos (como em Rousseau), ao se reivindicar um sentido de natureza como um princípio diretivo que seria inato (também) ao ser humano.

Em um segundo eixo, Abbagnano (2003a, p. 814-815) conduz-nos desde os estoicos (século III a.C. na Grécia Antiga até século I d.C. no Império Romano) até a ciência moderna (séculos XVI e XVII) para apresentar outra concepção fundamental de natureza: ordem e necessidade. Aqui se destaca, diz o autor, a regularidade do devir presidido pela natureza, a partir da qual seria possível se deduzirem regras de comportamento que a ordem do mundo exige que sejam respeitadas pelos seres e que tanto influenciou a moral e o direito (até o século XIX) por meio da noção daí derivada de "lei natural". Daí a tarefa da ciência moderna de descobrir e descrever (sob estes pressupostos que tanto a influenciaram) a ordem – necessária e de caráter matemático – que rege o mundo (em sua interpretação de "ordem cósmica"). Curiosa (mas esperada) é a negação, neste contexto histórico, do significado de natureza como causa final (o finalismo), como se vê em Galileu (lembremos que ele foi um dos ícones da revolução intelectual que instaura a ciência moderna entre os séculos XVI e XVII) ao afirmar a natureza como ordem única que nunca foi nem será diferente (e que, portanto, não buscaria realizar um horizonte de perfeição que a conduziria a sucessivas transformações para seu aperfeiçoamento), aponta o autor. Assim também aponta em relação a Newton (a natureza concorda consigo mesma), Boyle (é um sistema de regras) e Kant (conexão dos fenômenos que os faz existir, sob leis *a priori*). Para Descartes, a natureza era uma máquina perfeita submetida a leis mecânicas exatas (CARVALHO, 2003, p. 48). Nessa mesma direção, segue o autor, em Kant se vê ainda a interligação de dois con-

ceitos distintos de natureza: "o conjunto de todos os fenômenos" e "a regularidade dos fenômenos no espaço e no tempo", forte influência que alcança a filosofia contemporânea.

Ainda apoiado no trabalho de Abbagnano (2003a, p. 815), um terceiro eixo de significados para o termo *natureza* na filosofia ocidental (principalmente nas metafísicas espiritualistas) demonstra mais claramente outro valor que tão fortemente alimentou a ciência moderna: uma manifestação do espírito (a natureza vista como algo "exterior" e por isso "inferior" ao ser perfeito, à consciência), reflexo da razão, um espírito fadado à imperfeição diante da verdadeira sabedoria. Plotino (século III) foi um dos pensadores que se destacou nessa concepção de natureza como o "reflexo da alma na matéria", algo como uma condenação da natureza por sua contingência e falta de espontaneidade e liberdade, influência facilmente identificável no pensamento de Hegel (século XVIII-XIX) (ABBAGNANO, 2003a, p. 815). Entre os românticos, diz o autor, Schelling foi uma exceção em sua exaltação da natureza, negando tal inferiorização e destacando sua estreita relação com o Princípio Absoluto, mesmo que a aceitando como manifestação deste: a manifestação do espírito guarda os caracteres substanciais do Espírito. Mas em Bergson acrescenta-se, como que um sinônimo da exterioridade, outra condenação à natureza, diz Abbagnano: sua *espacialidade* (em SOJA, 1993, entende-se melhor a crítica a Bergson).

Seguindo a interpretação de Wolfgang Sachs, chegamos até os fundamentos da ecologia do século XVIII, quando a percepção da natureza estava organizada ao redor da ideia de comunidade, esta referenciada a um lugar, destacando o determinismo da pluralidade das formas de vida a partir das condições ambientais (SACHS, 2000, p. 123). Segundo esse autor, ao final do século XIX enfatizaram-se mais os processos que regem a existência dessas comunidades, e até os anos 1940 predominou uma visão organicista da natureza (contra visões mecanicistas de até então), destacando as relações de interdependência entre as espécies em comunidades bióticas. Aqui se destacaram os conceitos de comunidade viva, sucessão natural e evolução até uma situação clímax. Mas para Sachs, depois da Segunda Grande Guerra, voltou a prevalecer a visão mecanicista da ciência quando a ênfase recaiu sobre a determinação de relações causais e pela demanda por postulados empiricamente testáveis e relevantes para se produzirem prognósticos. Ou seja, para o autor, perdeu importância a ideia de que o *lugar constitui comunidade* – dinamicamente, reciprocamente –, por mudanças adaptativas, ativas, sob uma infinidade de elementos e situações que se inter-relacionam. Aqui, o termo *comunidade* indica argumen-

tos ecológicos, mas na crítica de Sachs ele se estende à denúncia da invasão de conhecimentos peritos (representantes da *gestão dos recursos naturais*) sobre saberes de comunidades (humanas) ancestrais: um saber sobre a natureza não pode ser separado do interesse que se tem em manipulá-la. É um período histórico no qual o poder de planejamento, intervenção e controle sobre as forças "naturais" e sociais torna-se crucial na nova geopolítica (SACHS, 2000). Abrindo um parênteses, gostaríamos de estender tal crítica do autor sobre o reducionismo para o contexto dos chamados *desastres naturais* e da *gestão de áreas de riscos*. Por exemplo, para o caso de comunidades que têm parte ou a totalidade de seus moradores "removidos", "deslocados" para lugares (ditos) mais seguros. De certo modo, elas também estavam adaptadas aos seus *lugares*, e o fizeram na medida em que os transformaram (a partir de outras visões de *natureza* e sob complexas condições), mas sofreram práticas de desenraizamentos protagonizadas por forças do Estado e legitimadas por saberes peritos, em nome de *sua própria segurança*.

Voltando a Sachs e às mudanças no sentido do termo natureza, seguindo a incorporação da ideia de *sistema* na biologia e por empréstimos da engenharia mecânica, o termo natureza apropriava-se agora também da noção de homeostasia: um mecanismo de retroalimentação autoajustável. Tal Teoria de Sistemas partia da cibernética, ciência dos mecanismos de engenharia de *feedback*: "a metáfora subjacente à ideia de sistema é a máquina autogovernável, isto é, uma máquina capaz de ajustar seu desempenho às condições mutantes segundo regras preestabelecidas" (IDEM, p. 125). Por meio de tal tecnologia do ecossistema, a natureza foi vista, então, como sistemas autorregulatórios em que se pretende controlar sua capacidade de sobrecarga e o ajuste de seus mecanismos de regeneração por intermédio da intervenção humana. É, portanto, o retorno do ideal de se dominar a natureza e (agora), inclusive, sua reação a esse domínio.

A partir dos anos 1960, a ecologia se popularizou, transformando a percepção de mundo das pessoas: o acúmulo de desastres e agressões ambientais, associado a críticas ao sistema industrial em franca expansão em todos os países do Ocidente tragados pela ideologia desenvolvimentista, fez emergir movimentos de protesto, de reivindicações por uma nova percepção de mundo e (menos revolucionário) por maior precaução no ritmo do crescimento econômico (IDEM, p. 124). O conceito de ecossistema embasou o movimento ecológico, conferindo-lhe maior credibilidade científica e uma dimensão "quase espiritualista". Essa noção permitiu uma conexão conceitual entre a abordagem biológica de

então e a de sociedade como um todo. O autor atribui ao caráter híbrido do movimento ecológico seu êxito, por justificar suas reivindicações antimodernistas usando os próprios meios do inimigo, como a ciência. Mas as ambivalências da ecologia cobrariam seu preço historicamente, argumenta, pois o centramento nessa teoria de ecossistemas tanto permite que se questionem as instituições modernas e o racionalismo que as embasa como legitima intervenções tecnocráticas, o que veríamos acontecer ao longo da institucionalização da noção de *desenvolvimento sustentável*. Para o autor, adiante da ameaça de desastre global (questões de "sobrevivência do planeta"), justificou-se, indiscriminadamente, uma nova onda de intromissões do Estado na vida das pessoas, globalmente. A partir desde momento, a *natureza* se tornava objeto de política e planejamento e, por isso, transformava-se em "meio ambiente" (SACHS, 2000). Portanto, de volta ao campo da filosofia, seguimos agora parte do caminho trilhado pelo termo *ambiente*.

O significado do termo *ambiente* como "um complexo de relações entre mundo natural e ser vivo, que influem na vida e no comportamento do ser vivo" pode ser atribuído ao biólogo Étienne Geoffroy Saint-Hilaire (em obra de 1835), tendo sido perpetuado por Augusto Comte duas décadas depois (ABBAGNANO, 2003b, p. 36). A filosofia positivista de então via o ambiente físico e biológico como um valor de causa determinante de todos os fenômenos propriamente humanos, e, ainda segundo o autor, contemporaneamente esse significado se perpetuou nas ciências biológicas, antropológicas e sociológicas, perdendo, porém, gradualmente sua ênfase de um determinismo causal absoluto (do ambiente) sobre o ser, quando passou a ser sublinhada a ação seletiva que o ser exerce sobre o próprio ambiente que age sobre ele. Nesse sentido, não apenas as dimensões física e biológica, mas também aquelas histórico-sociais integraram desde então (ou continuaram a integrar, transformadas, se levarmos em conta as transformações do pensamento filosófico desde a Grécia Antiga, sem contar a influência das filosofias orientais) as tentativas de se explicar a vida humana (suas sociedades, civilizações) a partir das influências e condicionantes representadas pelo termo ambiente (ABBAGNANO, 2003b). Nesse sentido, um organismo só pode existir em função tanto da possibilidade (ambiental, pregressa) que o mundo lhe oferece quanto de sua própria ação de (re)criar continuamente um ambiente adequado para si, vivendo e agindo sobre ele. Foi apenas no final do século XX, segundo o autor, que o termo ambiente tomaria a conotação mais divulgada hoje entre nós de problemática ecológica, sentido que, talvez, seja melhor caracterizado pelo termo *meio ambiente*.

A passagem da noção de "natureza" para "meio ambiente" é interpretada por Sachs (2000) dentro dessa face da modernidade recente em que se busca legitimar cada vez mais a necessidade de intervenções dos governos pela regulamentação política do uso de recursos, associada às justificativas científicas de orientação mecanicista e econômica:

> Usar dois conceitos alternadamente pode confundir, porque impede a identificação do 'meio' como uma determinada construção da 'natureza' específica para nossa época. Contrariamente às conotações, que estamos atualmente sendo socializados a aceitar, raramente houve um conceito que representasse a natureza de uma maneira mais abstrata, passiva e vazia de qualidades do que 'meio ambiente' (SACHS, 2000, p. 127).

A proposta que se pretende ocultar por trás das preocupações ambientais, argumenta o autor, seria a da própria sobrevivência do sistema econômico em sua vertente ideológica industrial desenvolvimentista, deliberadamente construída ao longo do século XX:

> Conforme confirma o relatório de 1987 do *World Resources Institute* (Instituto de Recursos Mundiais) programaticamente na sua primeira página: 'A humanidade depende do meio ambiente e, portanto, deve gerenciá-lo com sabedoria'. Evidentemente, a palavra 'portanto' é o ponto crucial da questão; é relevante apenas se a dinâmica competitiva do sistema industrial for ponto pacífico. Caso contrário, o meio ambiente não estaria em perigo e poderia ser deixado sem gestão. Conclamações para assegurar a sobrevivência do planeta são muitas vezes, após análise mais minuciosa, nada mais do que convocações para a sobrevivência do sistema industrial (IDEM, p. 128).

É importante destacarmos na abordagem de Sachs a crítica à constante descontextualização de campos semânticos em relação às condições plurais de suas criações e usos pelos mais diversos atores e grupos sociais, de modo a produzir explicitamente uma nova e conveniente arena de debates, já que com o deslocamento de tal quadro referencial já se consegue deslocar posições antagônicas e deslegitimar os sujeitos em suas diferentes (e ameaçadoras) interpretações de mundo: legitimam-se ideologias de um Estado cada vez mais forte e de um mercado em expansão.

Em Scotto e outros (2007) pode-se compreender que a inovação no uso do termo *socioambiental* teve sua consolidação como nova matriz identitária e ideia-força de renovação de estratégias de militância (que rei-

vindicavam *sociedades sustentáveis* em oposição ao recorte proposto por um *desenvolvimento sustentável*) a partir da Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento em 1992, a *Rio-92*. Como apontam os autores, isso se deu em meio aos processos preparatórios e nos debates que se seguiram no espaço alternativo ao evento, organizado pelo Fórum das ONGs e Movimentos Sociais, no Aterro do Flamengo, gerando-se discussões que consolidaram certa superação do antigo estranhamento, vivido no Brasil dos anos 1970, entre as agendas até então separadas de militantes da "questão social" e militantes da "questão ecológica" (como apontado por Lima, 2011), melhor articulando-as na renovação de estratégias materiais, políticas e simbólicas. Tal inovação se consolidou com

> (...) a noção de que os problemas que estavam em debate não eram exclusivamente sociais ou ambientais e que só poderiam ser enfrentados se compreendidos como fruto da convergência de processos ao mesmo tempo sociais e ambientais. (...) muitos movimentos sociais então passaram a reconhecer em suas lutas a importância da dimensão ambiental, bem como que o movimento ecológico pode integrar melhor a dimensão social na constituição dos problemas ambientais (SCOTTO et al., 2007, p. 39).

Um militante em especial, sempre lembrado neste contexto por simbolizar com sua práxis um compromisso existencial ecológico-comunitário, é Chico Mendes, um seringueiro sindicalista covardemente assassinado em 1988: por meio dele e da luta (coletiva) que representava, ficou mais evidente (empírica e teoricamente) a coerência de outro sentido de *ambiente* que – em tese – não precisava se dicotomizar na justificação de suas estratégias de resistência: um *ambiental/ecológico* (é melhor que a floresta fique em pé/a defesa da Floresta Amazônica) e um *social/comunitário* (é preciso resistir coletivamente como classe social ao modelo de apropriação privada das terras que expulsa os seringueiros).

Voltando à ênfase nas virtudes da proposta *socioambiental*, posteriormente, outras articulações surgiram (mas que também já vinham sendo gestadas), fortalecendo, por exemplo, o recente encontro dessa corrente (também chamada de o *ecologismo dos pobres*, a visão do *Sul* do planeta, conforme Alier, 2007) com o movimento por *justiça ambiental* (principalmente a partir das lutas contra o *racismo ambiental* nos EUA, conforme Alier, 2007, e Acselrad, Herculano e Pádua, 2004). Um outro lado, porém, dessas inovações discursivas e de articulações de atores sociais em luta que não se pode esquecer é aquele mobilizado pelo "lado adversário" em processos contínuos e já esperados de apropriações, deslocamentos e

cooptação de termos como este (vimos acima vários cenários dessa dinâmica, em diferentes períodos históricos), em que o termo *socioambiental* perde algo de seu teor substantivo para se tornar ferramenta adjetiva de projetos de forças mercadológicas e tecnoburocráticas que buscam ressignificá-lo como uma nova roupagem para um antigo "ambiental" (praticamente inalterado em seus pressupostos, entre as correntes dominantes), aproveitando-se dos benefícios de uma nova oportunidade de legitimação e justificação social.

## Visões de natureza e ambiente nos desastres

Interessa-nos aqui retomar alguns dos principais modelos e definições em relação ao conceito de desastre, de modo a levantar novas hipóteses de pesquisa envolvendo alguma correlação com as ideias de *natureza* e *ambiente*. Gilbert apud Marchezini (2009) aponta três desses principais paradigmas de definição dos desastres: a) como um agente externo ameaçador; b) como expressão social de vulnerabilidade; e c) como estado de incertezas geradas pelas próprias instituições. As explicações a seguir são todas extraídas da argumentação de Marchezini (2009).

Em um primeiro modelo (referente aos anos 1950-1970), propunha-se que um agente externo causava impactos sobre as comunidades humanas, que por sua vez tentavam responder a essas agressões. Enrico Quarantelli questionou esse modelo nos anos 1970, por entendê-lo como uma vinculação mecânica de *fator destrutivo-pânico*, e buscou demonstrar que havia "autonomia nas reações das pessoas em relação aos problemas que enfrentam", defendendo, alternativamente, um modelo de "consenso social a respeito da vivência de uma crise". Ou seja, o "agente destrutivo" não é causa de desastre, mas o prenúncio de uma crise. Desde então, os desastres foram reconhecidos como legítimos objetos de investigação das ciências sociais, o que nos leva ao segundo e terceiro modelos.

De acordo com um segundo modelo (fortalecido entre os anos 1970-1980), o acontecimento de um desastre expressaria a vulnerabilidade social. Aqui, *perigo* e *risco* não são mais vistos como eventos excepcionais, mas sim produzidos na normalidade da vida social, pela incisiva intervenção humana sobre o meio. Segundo o autor, essa visão foi consolidada com a contribuição dos trabalhos de Beck e Giddens. Há, assim, riscos relacionados às chuvas, em que o fator de perigo não está na própria chuva (em suas características), mas, sim, nas *vulnerabilidades* (diversas) *relacionadas ao risco da chuva*: o perigo que torna o grupo vulnerável está na "interação,

e mesmo sinergia, do evento físico com os fixos e fluxos sociais em que o grupo se insere, além das características específicas, individuais ou coletivas, de seus membros" (VALENCIO et. al. apud MARCHEZINI, 2009, p. 50). Representantes deste paradigma descartam a noção de que os desastres da natureza causam determinados *impactos* sobre as comunidades humanas, pois a natureza dos desastres seria melhor compreendida pela organização social.

Dois recortes nos ajudam a compreender a argumentação feita nesse paradigma. Um, macrossocial: a vulnerabilidade tendo dimensões nitidamente políticas, envolvendo o tamanho e as características dos grupos excluídos das arenas decisórias em que são produzidas as estratégias de controle da "natureza". Outro, microssocial: pode-se encontrar imbricações diretas com aspectos materiais de um dado ordenamento territorial levando-se em conta as especificidades de cada grupo social na proteção de sua integridade no lugar. Um desafio que se levanta aqui é o aprofundamento na compreensão e enfrentamento do que sejam as *vulnerabilidades* – diríamos, até, dos processos societais que as criam e sustentam: "(...) a ocorrência de um desastre depende da interação entre o fenômeno natural e a vulnerabilidade produzida socialmente, de modo que esta relação implique danos e prejuízos" (MARCHEZINI, 2009, p. 53). Assim, também resume Valencio (2009, p. 20), ao interpretar o discurso sobre a ocorrência dos ditos *fenômenos atmosféricos e biofísicos tidos como atípicos e adversos*: "(...) a natureza não protagonizou uma hostilização deliberada ao processo organizador da sociedade no espaço e, ao contrário, há uma tessitura historicamente construída em relação às catástrofes anunciadas". Esse paradigma na compreensão dos desastres enfatiza, portanto, a questão dos direitos humanos, civis e políticos, podendo ser facilmente ilustrado pelo caso brasileiro, em que se verifica baixa representação das populações empobrecidas nas arenas decisórias nas quais são produzidas as estratégias de controle social da natureza (VALENCIO, 2009, p. 29), com as esperadas consequências em termos de *vulnerabilização*.

Finalmente, em um terceiro modelo (que se destaca no fim anos 1980), Marchezini nos diz que o desastre passa a ser compreendido como um estado de incertezas geradas pelas próprias instituições. A incerteza seria produzida pelas sociedades complexas (não apenas por falta de informações, mas principalmente por sua difusão anárquica), por disfunções resultantes de frágeis articulações entre as especialidades científicas, que criam *vácuos* tanto de representações quanto de práticas capazes de reduzir os riscos (MARCHEZINI, 2009, p. 51). Segundo o autor (em nossa in-

terpretação), sobre esse modelo recai uma crítica contra a naturalização de certa racionalidade institucional (formal, tomada como ideal, universal), em que não participam outros sujeitos sociais (outras racionalidades, em disputa).

A partir do que foi exposto anteriormente, arriscamos uma interpretação provisória cujo objetivo seria apenas o de levantar algumas hipóteses de pesquisa e ideias ao debate – daí seu caráter apenas aproximativo. Segundo essa interpretação, o primeiro modelo se aproximaria de uma visão mais dicotômica do mundo, entre um domínio natural e outro social, em que o ambiente tenderia a ser lido pela chave de uma natureza natural, externa, potencialmente (e prioritariamente, diante dos humanos, como) protagonista de agressões, o que reforça seu caráter de objeto (não mais passivo) a ser dominado (por um sujeito legitimado socialmente, pois esclarecido e fortalecido pela ciência e técnica) em defesa das populações (tornadas passivas e de reações praticamente mecânicas e homogêneas).

O segundo modelo parece-nos superar a atribuição mecânica e de passividade às populações que vivenciam os desastres, reconhecendo o caráter relacional e mais ativo delas na construção, percepção e vivência dos acontecimentos, destacando-se a não homogeneidade da condição de humanos apenas, mas apontando para as diferentes situações e contextos de classe, renda, poder, informação e representação política que podem alterar completamente o rumo dos acontecimentos no antes, durante e depois do acontecimento dos desastres. Ainda assim, em termos gerais, esse modelo parece-nos não superar totalmente a citada dicotomia, mas sem dúvida contribui para melhor compreensão relacional, dinâmica, ativa e mediada dos imbricamentos entre os domínios assumidos como natural e social (o que nos permitiria aproximá-lo das correntes da justiça ambiental e socioambientalistas).

O terceiro modelo, acreditamos, segue um padrão semelhante ao segundo em termos da citada dicotomia, diferenciando-se mais destacadamente daquele em termos da demasiada valorização de um padrão institucional e de conhecimento, informados e constituídos por um mesmo paradigma científico e econômico (e, assim, de certa racionalidade política-administrativa) que gerou a chamada sociedade do risco com seus padrões de imprudência – o que nos inspira a aproximá-lo da corrente do desenvolvimento sustentável (modernização ecológica).

Após a consideração desses três grandes paradigmas e retomando algumas pistas para a compreensão das contribuições da geografia no es-

tudo dos desastres (argumentação iniciada em Malagodi e Siqueira, 2012), Mattedi e Butzke (2001) atribuem à geografia uma das principais colaborações no desenvolvimento da teoria dos Perigos (*Hazards*), quando o perigo era compreendido como uma composição das dimensões natural e social, definido a partir de complexa rede de fatores físicos que interagem com a realidade cultural, política e econômica da sociedade. Apesar da ampla definição, os autores destacam que ainda havia forte tendência nessa teoria em se considerar o agente do evento de forma isolada, o que teria se constituído em limitação de seu poder explicativo. Entre os pressupostos de tal abordagem, estaria a crença de que ao se conhecerem as diferentes magnitudes, frequências e durações dos eventos melhor se entenderia o comportamento humano diante dos perigos, tendendo assim a interpretar uma inundação, por exemplo, como um fenômeno que ocorre de forma independente da estrutura social (MATTEDI; BUTZKE, 2001, p. 6-7).

Por outro lado, Marandola Jr. e Hogan (2005) destacam outras contribuições da geografia, enfatizando um tipo de abordagem que teria conseguido conjugar variáveis ambientais e respostas das "populações em risco" e que desenvolveu amplamente estudos de avaliação do risco (de um perigo ocorrer em determinado local), sendo pioneira no uso da noção de vulnerabilidade. Essa tradição, ancorada no pressuposto de que medir as probabilidades de os perigos acontecerem pode minimizar os efeitos destrutivos dos desastres (prognósticos), já levava em conta as ações da população que poderiam colaborar para a diminuição de sua própria vulnerabilidade (capacidade de ajuste e absorção).

Ainda retomando pesquisa anterior (MALAGODI; SIQUEIRA, 2012), encontramos no trabalho de Susan Cutter apud Marandola Jr. e Hogan (2005, p. 33-34) uma proposta de agrupamento das diferentes abordagens de vulnerabilidade no campo geográfico em três principais grupos, em que os dois primeiros reproduzem a polaridade citada acima (ora ênfase na dimensão biofísica e tecnológica, ora na dimensão social das respostas ao desastre) e um terceiro tenta combinar as duas anteriores (o "perigo do lugar"). No primeiro, poderíamos encontrar muitas das orientações governamentais apoiadas em discursos de mapeamentos de risco, ao enfocarem "a distribuição da condição perigosa, a ocupação humana em zonas perigosas (...) e o grau de perdas (de vida e propriedade)" (MARANDOLA JR.; HOGAN, 2005, p. 33). No segundo grupo, atenta-se para fatores culturais, econômicos, políticos e sociais da construção social da vulnerabilidade, que seriam condicionantes da sociedade, em que poderíamos localizar muitas das contribuições da sociologia dos desastres. E, em um terceiro grupo (a escolha da autora), tanto o risco biofísico quanto a resposta social

compõem o conceito de vulnerabilidade, mas leva-se em conta agora uma área ou domínio geográfico específico. Pode-se, assim, analisar tanto espaços geográficos quanto espaços sociais para compreender, na análise da vulnerabilidade, respectivamente, a relevância da localização de pessoas e estruturas e a relevância das desigualdades sociais em uma mesma área. Nesta proposta "incorporam-se à mesma discussão a mensuração do risco biofísico (ambiental), a produção social do risco e as capacidades de resposta, tanto da sociedade (grupos sociais) quanto dos indivíduos" (IDEM, p. 34). Ainda segundo os autores, vemos que algumas contribuições no campo da geografia criticam uma tendência nas ciências sociais de minimizar fatores que não sejam socioeconômicos ou políticos.

## Questões sobre natureza e ambiente no campo geográfico

A partir da coletânea organizada por Castree e outros (2009) sobre *Geografia Ambiental* (da coleção *Blackwell Companions to Geography*), encontramos subsídios relevantes (mesmo predominando uma visão anglo-saxônica) para aprofundar tal trajetória de reflexão e ampliar nossa agenda de pesquisa. Interessou-nos em alguns desses trabalhos, inicialmente, o reconhecimento de abordagens (de dentro e fora da geografia) que problematizassem e apontassem trajetórias alternativas para a tradicional divisão cientifica dos domínios natural e social.

Segundo Castree, Demeritt e Liverman (2009), a despeito da popularidade da geografia, por sua ênfase nas interações homem-ambiente, é comum ainda hoje que grande parte dos geógrafos imagine sua disciplina como uma de duas metades – *geografia humana* e *geografia física* –, incluindo-se nelas inúmeras subáreas com as quais os especialistas se identificam, mas alimentando um dualismo que ainda domina a organização da disciplina. Para os autores, não é, portanto, nenhuma novidade devolver à geografia a tarefa de superar as lacunas que separam as ciências naturais e os estudos da humanidade, algo que contemporaneamente poderia se nomear como uma "ciência ambiental originalmente integradora" (MARSTON apud CASTREE, DEMERITT; LIVERMAN, 2009, p. 1).

Os autores consideram que, nas origens da geografia como disciplina universitária, Halford Mackinder já propunha tal superação, em 1887, e, assim como Davis e Ratzel, compreendia como uma de suas principais tarefas a de investigar a interação dos seres humanos em sociedade, assim como seu ambiente em suas variações locais específicas. Castree, Demeritt e Liverman (2009) entendem ainda que tal trajetória "integradora", no

entanto, teria sido frustrada pelo fato de a disciplina ter se tornado progressivamente mais segmentada e especializada desde a Segunda Guerra Mundial. Apesar disso, consideram a geografia como uma das poucas disciplinas comprometidas com a redução do fosso entre as ciências naturais/físicas e as ciências sociais/humanas. Se ela tem sido bem-sucedida, isso já é uma questão para debate, complementam.

Daí a exortação colocada aos geógrafos, a partir dos subsídios oferecidos pela corrente da chamada *geografia ambiental*, para que abracem sua própria tradição no estudo das relações humanos-ambiente, tão longamente ignorada, de modo a revitalizar a disciplina e garantir seu lugar, historicamente precário, na academia. Para tanto, acreditam que será preciso superar três equívocos sobre a geografia ambiental: a) que ela não é simplesmente um meio-termo entre as geografias física e humana; b) que ela não tem a obrigação e talvez nem capacidade para ser "simétrica" (e generalista) em todas as competências de suas divisões internas (horizontais ou verticais); e c) que ela não é uma abordagem exclusiva da geografia nem desempenha hoje papel central nos discursos mais amplos da citada corrente (o "experimento geográfico" assumido e deflagrado pela nascente disciplina científica geográfica desde o século XIX já não é mais tarefa apenas do campo disciplinar geográfico, apontam).

Para Castree, Demeritt e Liverman (2009), os geógrafos ambientais compartilham (ao menos, nominalmente) um objeto comum de análise e preocupação: o "ambiente". O que eles chamam de geografia ambiental inclui as abordagens tradicionais "homem-ambiente" ou "homem-terra" da geografia, mas seria muito mais do que simplesmente a interseção residual das referidas duas metades, sendo que o campo e o discurso da geografia ambiental iriam muito além da própria disciplina *geografia*. Desse modo, apontam, embora a atividade e a interação entre a geografia humana e a física sejam cada vez mais reconhecidas (citam, como exemplo, o trabalho dos geógrafos sobre os próprios "desastres naturais"), entendem que esse dualismo ainda domina a organização da disciplina. Consideram importante notar que a geografia ambiental é mais familiar entre leitores norte-americanos em função das tradições dos geógrafos das relações homem-ambiente, tais como Carl Sauer ou Gilbert White. Somam a isso o fato de que o "ambiente" é agora amplamente apontado como uma importante razão para se redescobrir a geografia.

Castree, Demeritt e Liverman (2009, p. 7) definem a geografia ambiental como qualquer forma de investigação geográfica que formalmente considera algum elemento da sociedade ou da natureza relaciona-

do um ao outro e, lembrando David Harvey (1996), concordam que "todos os projetos sociais (...) são projetos (...) sobre o ambiente, e vice-versa". Diante da reconhecida diversidade intelectual da geografia e sua pluralidade metodológica, os autores discordam que ela signifique apenas fragmentação – uma (des)unidade da geografia como um todo – associada a uma fraqueza intelectual do campo; pelo contrário, reconhecem aí uma virtude e parte de sua força e criticam dois pressupostos daquela avaliação negativa, que nos interessam destacar. Um deles é de que há uma única realidade "lá fora" exigindo o respeito à sua integridade; outro é acreditar que as diferentes perspectivas sobre o mundo possam ser reunidas na forma de uma síntese coesa. Diferentemente disso, os autores defendem a existência de múltiplas realidades e de uma gama de perspectivas legitimadamente diferentes sobre elas, sem que se caia necessariamente em relativismos: um tema tão amplo como as relações "homem-ambiente" não pode ser entendido por meio de uma única abordagem, cosmovisão ou método – e muito menos pressupô-la "objetiva", argumentam.

Passando para algumas das contribuições de Bruce Braun sobre a ideia de *natureza* desde o campo da geografia ambiental, o autor nos conduz a um significado tal qual o de um reino de mudança dinâmica em que os corpos não possuem uma forma fixa ou eterna, criticando o sentido de processos relativamente estáticos ou previsíveis, de coisas que são eternas e imutáveis (BRAUN, 2009). Para ele, os ditos elementos, seres ou processos naturais não podem mais ser facilmente separados de *redes sociotécnicas*, embaralhando-se os limites de onde termina a natureza e começa a sociedade. Em termos de conhecimentos produzidos, um observador de algo na/da "natureza" precisa se engajar em certas práticas encarnadas, corporais mesmo, e disciplinadas, pelas quais se torna possível que ele seja "afetado" por tais seres ou fenômenos; e seria assim que ele os pode "tornar presente" dentro de alguma *ordem de conhecimento*.

Para o autor, o que conta como "natureza" não pode ser separado de sua representação, mas esta, por sua vez, está irrevogavelmente ligada às ações incorporadas do observador. É por isso que ele acredita que os conjuntos binários cultura-natureza e matéria-representação falham metodologicamente. Entre muitas possibilidades para a difícil tarefa de se definir a natureza (praticamente, ele cita as mesmas grandes categorias que apontamos), o autor destaca definições que não cabem na referida dicotomia: sejam aquelas que incluem os seres humanos como parte dos processos em curso por meio dos quais o mundo físico é constituído, in-

cluindo a natureza física dos próprios seres humanos, sejam as que defendem a própria provisoriedade de qualquer definição, já que a natureza, como qualquer outro signo, só teria sentido dentro de um sistema semiótico maior, ou mesmo porque todo e qualquer conhecimento da natureza é situado e parcial. Braun assume, então, que sua preocupação é focar mais estritamente uma série de debates dentro da geografia contemporânea sobre a *natureza da natureza*: 1) como se entende a relação sociedade-natureza; 2) como se entende a *temporalidade* da natureza (se mais eterna e imutável ou mais caótica e dinâmica); 3) o que pensar sobre nossa capacidade de construir os tipos de reivindicações colocados por essas questões anteriores; e 4) como devemos viver em um mundo de *outros* – humanos e não-humanos (novas questões éticas e políticas).

O autor entende que na geografia, hoje, já não é incomum a noção de que a separação do mundo em dois domínios ontológicos distintos – natureza e sociedade – é um hábito de pensamento que exige ser contestado, tanto em seus fundamentos conceituais quanto ético-políticos, devendo-se levantar a questão do dualismo e buscar superá-lo. Curiosamente, ele afirma que a questão da "natureza" e de sua relação com a humanidade tem sido mais urgente entre os geógrafos humanos do que entre os geógrafos físicos, pois, em geral, estes raramente trabalham com tamanha abstração como a noção de "natureza", e muitos deles fazem seus trabalhos a partir de um dualismo natureza/sociedade já implícito e amplamente não-questionado. Para o autor, geógrafos que estudam as atividades humanas em meio aos processos que moldam as paisagens físicas já estariam mais próximos da identidade que ele reúne como sendo a de geógrafos ambientais:

Um lugar onde a ontologia dualista da geografia física tem começado a se erodir é no trabalho de hidrólogos e geomorfologistas. Em parte isso resultou de uma crescente compreensão de que estas ciências *ordenam* ativamente o mundo, de tal forma que o conhecimento das paisagens físicas é invariavelmente ligado ao mundo do observador (...). Mas isso também se seguiu a partir de um crescente reconhecimento de que hoje pelo menos os processos *humanos* são, em muitos aspectos, os mais importantes a serem conhecidos a fim de compreender o desenvolvimento e evolução de sistemas físicos específicos. Da mesma forma, o crescente foco em ambientes urbanos pelos climatologistas, hidrólogos e biogeógrafos tem levado a um trabalho mais integrado, em que ecologias urbanas são estudadas como sistemas complexos em suas próprias legitimidades, sem o dualismo implícito inerente à linguagem do "impacto humano" (BRAUN, 2009, p. 23, grifos do autor).

Já pelo viés dos desafios colocados para a geografia humana, segundo o autor:

> Geógrafos humanos, por outro lado, já há algum tempo têm debatido um conjunto de questões explicitamente ontológicas sobre a relação entre humanos e natureza, e ao longo das últimas três décadas isto tem dado origem a uma literatura diversificada. (...) o florescimento desse trabalho pode ser visto como uma reação ao fato de que a disciplina estava surpreendentemente despreparada para responder e analisar os efeitos ambientais da sociedade industrial da forma como esses efeitos estavam articulados no discurso público na década de 1970. (...) aqueles geógrafos humanos que aceitaram as questões do ambiente tenderam a focalizar a maior parte de sua atenção em paisagens rurais, ou, no caso de muitos ecologistas culturais, nas culturas "pré-modernas". Isso resultou nas teorias culturais de adaptação às condições ambientais que não estavam bem adaptadas à complexidade das sociedades tecnológicas modernas. Quando a questão ambiental explodiu nos anos 1970 e 1980, geógrafos humanos viram-se na tentativa de abranger muitos fundamentos rapidamente, com várias tentativas feitas para se colocar a questão da sociedade e da natureza em uma base firme de análise (por exemplo, ver Harvey, 1974; Hewitt, 1983; Smith, 1984; Turner et al., 1990) (BRAUN, 2009, p. 23).

Para o autor, o novo enfoque na questão da natureza na geografia recebeu outros dois impulsos ainda. O primeiro veio como reação ao forte tom neomalthusiano do ambientalismo dos anos 1970 (diante da visão de uma iminente crise ambiental), que foi recebido com ceticismo por aqueles que se preocupavam com as conclusões misantrópicas e muitas vezes racistas projetadas por seus proponentes. Geógrafos radicais viram-se, então, obrigados a explorar diferentes formas de conceituar as relações homem-ambiente e as causas sociais e políticas das mudanças ambientais e os chamados "desastres naturais". O segundo veio de uma crítica crescente, nas décadas de 1970 e 1980, sobre o pensamento dualista em geral, que foi tomada por alguns como estando no cerne de muitas das patologias da modernidade, incluindo sua relação instrumental com o mundo não-humano.

## Considerações finais

A breve trajetória que culminou neste texto pareceu-nos promissora para alimentar uma agenda de pesquisa, destacando a forte articulação histórica e temática desde o campo dos estudos de desastres até o campo acadêmico geográfico, tendo como linha argumentativa a explicitação de

variados sentidos (dominantes e alternativos) para os termos propostos – *natureza* e *ambiente* –, reafirmando-se a crítica e a insuficiência de abordagens dualistas/dicotômicas e reducionistas nas ditas relações natureza-humanos e indicando possíveis consequências societais a serem melhor compreendidas e enfrentadas em nossas práxis como profissionais, gestores, educadores, acadêmicos e cidadãos.

## Bibliografia


ABBAGNANO, N. Natureza. In: _____. **Dicionário de Filosofia**. 4. ed. Tradução de Alfredo Bosi. Revisão da tradução e tradução dos novos textos Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2003a. p. 814-816.

_____. Ambiente. In: _____. **Dicionário de Filosofia**. 4. ed. Tradução de Alfredo Bosi. Revisão da tradução e tradução dos novos textos Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2003b. p. 36-37.

ACSELRAD, H.; HERCULANO, S.; PÁDUA, J. A. **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Fundação Ford, 2004.

ALIER, J. M. **O ecologismo dos pobres**. São Paulo: Contexto, 2007.

BRAUN, B. Nature. In: CASTREE, N.; DEMERITT, D.; LIVERMAN D.; RHOADS, B. (Eds.). **A companion to environmental geography**. USA/UK: Wiley-Blackwell, 2009. p. 20-36.

CARVALHO, M. B. de. **O que é natureza**. 2. ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2003.

CASTREE, N.; DEMERITT, D.; LIVERMAN, D. Introduction: making sense of environmental geography. In: CASTREE, N.; DEMERITT, D.; LIVERMAN D.; RHOADS, B. (Eds.). **A companion to environmental geography**. USA/UK: Wiley-Blackwell, 2009. p. 1-15.

CASTREE, N.; DEMERITT, D.; LIVERMAN D.; RHOADS, B. **A companion to environmental geography**. USA/UK: Wiley-Blackwell, 2009.

CASTRO, A. L. C. **Glossário de Defesa Civil** – estudos de riscos e medicina de desastres. 5. ed. Ministério da Integração Nacional/Secretaria Nacional de Defesa Civil. S/d. Disponível em: <http://www.integracao.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=71458606-5f48-462e-8f03-4f61de3cd55f&groupId=10157>. Acesso em: 16 abr. 2015.

FOLADORI, G. **Limites do desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Ed. UNICAMP/Imprensa Oficial, 2001.

BRASIL. **Lei nº 12.608**, de 10 de abril de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil – SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil – CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres; e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2012. Disponível em: <http://www.planalto .gov.br/ccivil _03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12608.htm>. Acesso em: 20 abr. 2015.

LIMA, G. F. C. **Educação Ambiental no Brasil** – formação, identidades e desafios. Campinas: Papirus, 2011.

MALAGODI, M. A. S.; SIQUEIRA, A. M. M. Enchentes, vulnerabilidade e remoção em Campos dos Goytacazes (RJ). In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 6., 2012, Belém. **Anais...** Belém: ANPPAS, 2012.

MARANDOLA JR., E.; HOGAN, D. J. Vulnerabilidades e riscos: entre geografia e demografia. **Rev. Bras. Est. Pop.**, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 29-53, jan./jun. 2005.

MARCHEZINI, V. Dos desastres da natureza à natureza dos desastres. In: VALENCIO, N.; SIENA, M.; MARCHEZINI, V.; GONÇALVES, J.C. (Orgs.). **Sociologia dos desastres** – construção, interfaces e perspectivas no Brasil. São Carlos: RiMa Editora, 2009. p. 48-57.

MATTEDI, M. A.; BUTZKE, I. C. A relação entre o social e o natural nas abordagens de hazards e de desastres. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, ano 4, n. 9, p. 1-22, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/asoc/n9/16877.pdf>. Acesso em: 10 out. 2011.

NOBRE, M. Desenvolvimento sustentável: origens e significado atual. In: NOBRE, M.; AMAZONAS, M. C. **Desenvolvimento sustentável**: a institucionalização de um conceito. Brasília: Ed. IBAMA, 2002.

PORTO-GONÇALVES, C. W. A invenção de novas geografias: a natureza e o homem em novos paradigmas. In: SANTOS, M., et al. **Território, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SACHS, W. Meio ambiente. In: _____ (Org.). **Dicionário do desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. Tradução de Vera Joscelyne, Suzana de Gyalokay e Jaime Clasen. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 117-131.

SCOTTO, G.; CARVALHO, I. C. M.; GUIMARÃES, L. B. **Desenvolvimento sustentável**. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

SOJA, E. W. **Geografias pós-modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

VALENCIO, N. O Sistema Nacional de Defesa Civil (SINDEC) diante das mudanças climáticas: desafios e limitações da estrutura e dinâmica institucional. In: VALENCIO, N.; SIENA, M.; MARCHEZINI, V.; GONÇALVES, J.C. (Orgs.). **Sociologia dos desastres** – construção, interfaces e perspectivas no Brasil. São Carlos: RiMa Editora, 2009. p. 19-33.



# Sentidos territoriais: a *paisagem* como mediação em novas abordagens metodológicas para os estudos integrados em riscos de desastres

**Antônio Miguel Vieira Monteiro**
**Claudia Paola Cardozo**
**Eymar Silva Sampaio Lopes**

## Introdução

"O Cidadão é o indivíduo num lugar." Assim o professor Milton Santos (2007, p. 151) estabelece a relação indissociável entre cidadania e lugar. As noções geográficas de *território* e *lugar*, em si, deixam de ter utilidade para a análise social se não consideramos como os indivíduos e as famílias constroem neles seus usos.[1] Esse olhar, proposto pela geografia de Milton Santos, é ponto de partida para a reflexão que vamos conduzir sobre a possibilidade do uso de uma leitura particular do conceito de *Paisagem* como parte de uma *estratégia de mediação* entre os operadores no meio técnico-operacional e aqueles no meio social-analítico, no contexto das abordagens metodológicas desenvolvidas para tratar com os *riscos de desastres*, com aplicações aos desastres relacionados com água no Brasil.[2]

É fato que podemos, e devemos, atualizar, evoluir e mesmo ampliar os *sistemas técnicos*. Estes são componentes importantes para a prevenção e para o desenho e planejamento das ações de contenção, mas isto não é suficiente. O histórico de movimentos de massa (principalmente corridas), disparados por eventos de chuva intensa, que acabaram em desastres de grandes proporções em municípios na Microrregião Serrana e na

1. "O território, pela sua organização e instrumentalização, deve ser usado como forma de se alcançar um projeto social igualitário. **A sociedade civil é, também, território, e não se pode definir fora dele**. Para ultrapassar a vaguilidade do conceito, e avançar da cidadania abstrata à cidadania concreta, a questão territorial não pode ser desprezada. Há desigualdades sociais que são, em primeiro lugar, desigualdades territoriais, porque derivam do lugar onde cada qual se encontra. Seu tratamento não pode ser alheio às realidades territoriais. **O cidadão é o indivíduo num lugar**. A República somente será realmente democrática quando considerar todos os cidadãos como iguais, independente do lugar onde estejam" (SANTOS, 2007, p. 151, *grifos nossos*).

2. Uma ressalva se faz necessária. Embora a geografia, enquanto disciplina, procure distinções e singularidades para as noções de *espaço*, *paisagem*, *região*, *território* e *lugar*, os elementos conceituais que trabalhamos neste texto se constituem apenas como "*reflexões espaciais*", termo recolhido em livro de Antonio Carlos Robert Moraes (MORAES, 2002, p. 29) e adaptado para uso neste contexto, e não devem ser, de modo algum, interpretadas como reflexões *geográficas*.

Microrregião de Nova Friburgo do Rio de Janeiro (RJ), demonstra esta insuficiência. Historicamente, mesmo com melhorias e evoluções dos vários *sistemas técnicos*, como aqueles ligados ao mapeamento de perigos e susceptibilidades do meio físico e aos estudos/mapeamentos/simulações de escorregamentos, corridas, enchentes e inundações. Mesmo com as melhorias dos sistemas de previsão de chuva e de eventos extremos e, ainda, com a evolução dos sistemas de monitoramento e alertas e dos sistemas de gestão, continuamos a assistir a tragédias na região, como aquela ocorrida em janeiro de 2011.

Vamos argumentar que isso acontece porque a lógica que estrutura a montagem do sistema de proteção para áreas susceptíveis a perigos naturais tem, por centro, os *sistemas técnicos*, e estes carregam a noção implícita do *desastre* como um *evento pontual*. No caso dos *sistemas técnicos*, a gênese desta visão pode ser traçada a partir dos sujeitos presentes no meio técnico-operacional e suas origens disciplinares. Mas o fato interessante a notar é que esta é também uma noção que aparece, e persiste, na trajetória dos sujeitos que operam o meio social-analítico. É possível observar esta perspectiva em vários artigos, das coletâneas editadas e/ou organizadas ao longo dos anos, em busca da resposta para a questão que sempre se renova: *O que é um Desastre?* (QUARANTELLI, 1998; PERRY; QUARANTELLI, 2005; RODRIGUEZ; QUARANTELLI; DYNES, 2007). Tierney (2007) discute e apresenta a situação da seguinte forma:

> (Cientistas sociais) Precisam integrar o estudo dos desastres com o estudo daquilo que são as preocupações centrais da sociologia, como os estudos das desigualdades sociais, da diversidade nas sociedades e das mudanças sociais. **Precisam superar a tendência de construir seu conhecimento com base na análise pontual de um desastre em um momento do tempo** e concentrar sua atenção nas relações que os desastres e as questões ambientais, de qualquer natureza, têm em comum com respeito a sua origem, dinâmica e suas consequências (TIERNEY, 2007, p. 520, *tradução livre e grifos nossos*).

Tierney (2007) situa algumas vertentes que se distanciam dessa noção do *desastre* como *evento*, que ela aponta, em particular, no trabalho de Blaikie et al. (1994) e na coleção de artigos editados por Hewitt (1983). Ainda que a autora afirme o problema da persistência, do que vamos chamar aqui da identidade [*desastre* ≡ *evento*] no meio social-analítico, ela não apresenta de modo claro outra possibilidade constitutiva para essa relação. Em parte, isto se explica porque o olhar de Tierney (2007) não vai além da produção ligada ao círculo referencial norte-americano e europeu. Já em 1993, La RED –

*Red de Estudios Sociales en Prevencion de Desastres en America Latina*, constituída em 1992, publica uma coletânea organizada por Maskrey (1993) que já começa a desenhar outras possibilidades, como vemos na perspectiva apontada por Wilches-Chaux (1993), em que os *desastres,* apreendidos como '*fenômenos*' podem ser estudados a partir da ótica da teoria dos sistemas:

> En consecuencia, una de las principales propiedades de todos los sistemas es su carácter dinámico, cambiante. **Los sistemas existen simultáneamente como configuraciones en el espacio y como desarrollos en el tiempo: son al mismo tiempo estructuras y procesos, estructuras en proceso**. (WILCHES-CHAUX, 1993, p. 13, *grifos nossos*)

Este olhar produz outro apontamento, um *giro ontológico*,[3] que nos permite avançar de uma identidade [*desastre* ≡ *evento*], cujo foco é o *fato*, para outra identidade em que o foco se desloca para a compreensão de como o *fato* foi construído e na sua constituição. Mas só vamos encontrar esta possibilidade constitutiva da nova identidade em recente ensaio de Valencio (2013a), quando o termo *processo* é utilizado explicitamente associado a *desastres*, sem a mediação da teoria de sistemas. Esta forma aparece mais clara nas conclusões de seu ensaio:

> **Sendo os desastres simultaneamente situação e processo**, sua descrição e análise mais pertinente não dizem respeito aos objetos no território, mas às relações sociais em si, cujo produto é, apenas em certa medida, espacialmente visível (VALENCIO, 2013a, p. 20, *grifos nossos*).

Em nossos termos, o que Valencio incita é uma identidade [*desastre* ≡ *processo*], e aqui temos uma inflexão importante para a construção de nosso argumento.

Os *sistemas técnicos* atuais têm por tecnologia-base as TICs – Tecnologias de Comunicação e Informação. TICs correspondem a todas as tecnologias utilizadas na mediação dos *processos de comunicação* e dos *processos em comunicação* estabelecidos entre pessoas, pessoas e grupos, entre máquinas e na interface máquinas-pessoas. São, de fato, um conjunto de recursos tecnológicos que proporcionam, por meio das funções de *hardware*, *software* e *telecomunicações*, a *comunicação de/entre processos*. *Sistemas técnicos* que se apoiam em TICs, integrados em um contexto definido de

3. Termo recolhido e adaptado para uso neste contexto do prefácio de Francisco Varela (MATURANA, H.;VARELA, F. *Autopoiese*: a organização dos vivos. 3. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. p. 26. )

uso – *riscos de desastres* em uma *área demarcada* –, se constituem, por natureza, em um *projeto representacional*. Nestes termos, os *sistemas técnicos*, em síntese, regulam as *formas de comunicação*. Toda comunicação tem por base a produção e o consumo de sinais ou signos. A semiótica nos diz que:

> Esclareçamos: o signo é uma coisa que representa uma outra coisa: seu objeto. Ele só pode funcionar como signo se carregar esse poder de representar, substituir uma outra coisa diferente dele. Ora, o signo não é o objeto. Ele apenas está no lugar do objeto. Portanto, ele só pode representar esse objeto de um certo modo e numa certa capacidade (SANTAELLA, 1983, p. 12).

Mas, embora a semiótica reforce o papel *representacional* dos signos, os *processos de/em comunicação*, estruturados pelos *sistemas técnicos*, são apoiados em uma *cartografia*, que reforça a transformação de '*representação simbólica*' – *signos* do universo da produção cartográfica-computacional, em '*realidade concreta*'.[4]

Em seu livro *Olhos de Madeira*, o historiador italiano Carlo Ginzburg nos apresenta um ensaio sobre a origem da palavra *representação*. A origem do termo remonta ao século XIII, chamando-se *représentation* aos bonecos de cera exibidos junto ao cadáver dos reis franceses e ingleses durante as cerimônias funerárias (GINZBURG, 2001). O boneco tinha a função de lembrar aos presentes que o rei havia assumido outra forma e que uma nova vida se iniciava para o morto. Nesta nova forma, apesar de morto, o rei continuaria presente para seus súditos ("*re* + *présentation*"). No domínio das TICs, costumamos empregar o termo *representação* para designar estruturas de dados computacionais que buscam descrever os *objetos/relações* do mundo de fenômenos que desejamos descrever e avaliar. Mas o que exatamente acontece quando buscamos *representações computacionais*, traduzidas em *cartografias de apoio*, para conceitos como '*exclusão/inclusão social*', '*vulnerabilidade*', '*desigualdade social*', '*proteção social*', '*capacidade de proteção das famílias*', '*sofrimento*'?.[5] Responder a essa questão, em um mo-

4. No plano das cartografias produzidas por meio das TICs (incluídas GIS, GPS, *Web Mapping*, dentre outras possibilidades), com certa liberdade, acontece com os operadores no contexto dos estudos e operações relacionados aos riscos de desastres, o que Manuel Castells (2010, p .403) definiu como "a cultura da virtualidade real", em que "não há separação entre 'realidade' e representação simbólica". (CASTELLS, M. *The information age*: economy, society, and culture. Vol I – The rise of the network society. 2. ed. John Wiley & Sons Ltd. 2010).

5. Este parágrafo, com pequena alteração, faz parte das reflexões, que se encontram ainda não publicadas, entre Câmara, Monteiro e Sposati, e aparece em: CÂMARA, G.; MONTEIRO, A. M .V.; SPOSATI, A. *O conhecimento como construção*: sobre a representação computacional de categorias sociológicas. Comunicação Pessoal – Não Publicado. São José dos Campos, 2003.

mento histórico reconhecido pela ubiquidade do uso de tecnologias computacionais para tratamento analítico de dados e informações associados a estudos de base territorial – como os *riscos de desastres* em *área demarcada* –, passa a ser fundamental.

Se as TICs são o suporte *técnico-operacional* dos *sistemas técnicos* que tratam com *riscos de desastres*, e a *cartografia*, seu principal instrumental envolvendo os processos de comunicação, para buscar estas respostas, antes de mais nada, precisamos responder a outra questão. Como reposicionar o papel da *cartografia* no contexto dos *sistemas técnicos* que envolvem a questão dos *desastres*? Reposicionar o papel da *cartografia* neste contexto, de fato, exige repensar o *ofício do cartógrafo*, como nos aponta Bauman (1999):

> Um aspecto decisivo do processo modernizador foi, portanto, a prolongada guerra travada em nome da reorganização do espaço. O que estava em jogo na principal batalha desta guerra era o direito de controlar o ofício de cartógrafo (BAUMAN, 1999, p. 34).

Para que a *cartografia*, enquanto meio, possa ser auxiliar à construção de uma necessária *cartografia social do risco de desastre*, ela precisa, para além de representar o *lugar das pessoas*, inserir no seu contexto de representação as *pessoas do lugar*. Revelar os territórios invisíveis ao simples olhar. Reincorporar os *processos* às *cartografias do lugar*. O cartógrafo precisa pensar, pactuar, para então medir e representar, para logo então (re)pactuar, (re)pensar e, se necessário, transformar e/ou construir novas representações. É o papel do cartógrafo, que reposiciona a cartografia. Mas, nesta tarefa, somos todos cartógrafos; os operadores no meio técnico-operacional e aqueles no meio social-analítico, somos todos cartógrafos. O cartógrafo, neste sentido, é antes de tudo um antropófago, na acepção de Oswald de Andrade (ANDRADE, 1976), que vemos estabelecida no texto de Suely Rolnik (1989):

> Sendo tarefa do **cartógrafo** dar língua para afetos que pedem passagem, dele se espera basicamente que esteja mergulhado nas intensidades de seu tempo e que, **atento às linguagens que encontra, devore as que lhe parecerem elementos possíveis para a composição das cartografias que se fazem necessárias** (ROLNIK, 1989, *grifos nossos*).

Se precisamos construir capacidades de resposta integradas aos desastres, a partir de mediações feitas por uma *cartografia dos riscos*, temos de construir capacidades de leituras dessas cartografias, que possam ser compartilhadas.

Neste ponto, vamos retornar à síntese simplificadora que propusemos, a qual estabelece a existência de duas identidades na caracterização do que é um *desastre*: o que chamamos de (i) identidade [*desastre* ≡ *evento*] e (ii) identidade [*desastre* ≡ *processo*]. A primeira, necessariamente, nos dirige para uma *cartografia posicional*, que se preocupa com as *localizações*, onde o espaço de vida das pessoas é suporte. Em seu *projeto representacional*, a ênfase se situa na *apresentação* dos elementos de *representação* [os 'objetos no território' na caracterização de Valencio (2013a, p. 20)] e o tempo é o presente (ou um momento específico). Embora intensiva em trabalho de mapeamento e importante como referencial, a cartografia posicional tem menor complexidade, uma vez que as bases técnicas, metodológicas e tecnológicas de geração de seus produtos têm trajetória histórica de usos e significados mais consolidada. A segunda nos dirige para uma *cartografia relacional*, que se preocupa com as *relações entre objetos, entre objetos e grupos, entre objetos e localizações, entre localizações e grupos, entre grupos e grupos em localizações* e *entre localizações e localizações*. Relações que precisam ser observadas no tempo, pois se modificam. O fundamento desta cartografia não está no produto cartográfico convencional, o mapa, mas sim, no processo de construção das *representações* e de suas possibilidades de *apresentação*. Nesta perspectiva, os mapas não existem, ou melhor, são estruturas transitórias. As informações, estas sim, podem se apresentar em diversas formas.[6] Distribuições, padrões, gráficos, desenhos, fotografias, voz, texto, animações, enfim, todas as formas que possibilitem compartilhar experiências:

> Como disse muito bem Hans Gadamer – em Verdade e Método –, a compreensão recíproca é obtida com uma "fusão de horizontes"; horizontes cognitivos que são traçados e ampliados acumulando-se experiências de vida. A Fusão que uma compreensão recíproca exige só poderá resultar de uma experiência compartilhada, e certamente não se pode **pensar em compartilhar uma experiência sem partilhar um espaço** (BAUMAN, 2005, p. 50-51, *grifos nossos*).

Desta forma, no *projeto representacional* para uma *cartografia relacional*, a ênfase está no processo de aquisição e troca, enfim, no processo de cons-

6. Não vamos discutir neste texto, com mais densidade, estes argumentos, mas a discussão oferecida em *Maps as Social Constructions: Power, Communication and Visualization*, ensaio de 2001 de Jeremy Crampton, é nossa base para esta argumentação. Apesar de pequenas diferenças, pois tomamos ainda uma perspectiva representacional, toda a literatura revisitada por Crampton e sua perspectiva centrada em visualização geográfica ( *Gvis – Geographical Visualization*) são ainda atuais para a presente situação do que chamamos de *cartografias relacionais*. [CRAMPTON, J. W. Maps as social constructions: power, communication and visualization. *Progress in Human Geography* n. 25, p. 235-52, 2001.]

trução compartilhada de conhecimento sobre o lugar e suas relações, que se estabelece a partir de múltiplas visões, operacionalizada em instrumentos como, por exemplo, o que Anazawa, Feitosa e Monteiro (2012, p. 16) chamaram de 'Painel de Observações', quando no contexto de estabelecer novas cartografias para a *vulnerabilidade socioambiental*.

Em recente artigo, os autores Gall, Nguyen e Cutter (2015) tentam responder a uma pergunta que interessa à nossa discussão: o quão integradas são de fato abordagens integradas[7] em risco e gestão de desastres com origem em perigos naturais (*natural hazards*)? Para responder à questão adotaram uma perspectiva metodológica que olha para a produção acadêmica relativa às propostas/práticas/estudos de caso que envolveram abordagens integradas nos últimos 15 anos (período de 1999 a 2013, com 1095 artigos completos selecionados para análise de conteúdo). Os autores concluem que, embora se possa observar importantes avanços, em particular em métodos e instrumentos, grande parte da produção é ainda fortemente disciplinar, a coprodução de conhecimento é limitada e as pontes necessárias para operar os diálogos entre a pesquisa e as práticas e instituições que implementam as ações não foram construídas. Mesmo com a ressalva importante de que a produção analisada seleciona apenas 39 periódicos de língua inglesa (GALL; NGUYEN; CUTTER, 2015, p. 257) e, portanto, tenha seu olhar com o viés dos países centrais, originado pela produção centrada em autores norte-americanos e europeus, um exercício similar para a produção regional da América Latina (América do Sul, América Central e México), em linhas gerais, deve apontar para as mesmas dificuldades.

Nosso argumento sustenta que o conceito de uma identidade [*desastre* ≡ *processo*] pode se constituir no campo dos *riscos de desastres* como operador de novas possibilidades para estruturar os necessários avanços nas abordagens metodológicas que tratam de estudos integrados. No entanto, é importante qualificar a que tipos de *processos* nos referimos nessa identidade. No campo dos *riscos de desastres* não existe *processo* 'desenraizado' – sem demarcação de área e sem alguma forma de expressão espacial. Posto assim, uma *cartografia* de base *relacional* como elemento-chave no conjunto de elementos que compõem o complexo *sistema técnico-científico-representacional*, relacionado com a construção da ideia de *riscos de desastres*, precisa de uma *unidade espacial* referencial para a área demarcada. Esta *unidade espacial* vai estar presente nos vários recortes disciplinares que integram as abordagens

7. O termo *abordagens integradas* é usado neste capítulo para aquilo que é definido pelos autores do trabalho original como '*integrated research on disaster risk*', ou seja, os estudos que envolvem *múltiplas escalas, diferentes atores, conhecimento científico e conhecimento tradicional, disciplinas e métodos*.

integradas. Esta *unidade espacial* vai estar presente no discurso dos sujeitos que operam o meio técnico-operacional e daqueles que operam o meio social-analítico.

Partindo desta premissa, nosso argumento é que podemos utilizar a noção de *Paisagem* como esta *unidade espacial* de referência para as abordagens integradas. Para isso, precisamos estabelecer o conceito de *Paisagem* no contexto dos estudos de *riscos de desastres* como um *Conceito Mediador*.[8] Com isso, criamos as condições necessárias para estabelecer um conjunto de *Objetos Mediadores*,[9] que são instrumentais para a construção de novos *dispositivos técnico-representacionais*. Estes novos dispositivos devem operar o que vamos chamar aqui de *regimes de visibilidade*, emprestando o termo a Vera Telles (2014, p. 5 – ainda que fazendo uso do conceito com certa liberdade) e ressignificando-o no contexto das possibilidades de *representações computacionais* da *Paisagem*.[10] Os *sistemas técnico-representacionais* hoje presentes no contexto das abordagens integradas em *riscos de desastres* favorecem a identidade [*desastre* ≡ *evento*]. Neles, o olhar para a *Paisagem* tem por foco a noção mais restrita de descrição dos 'objetos no território'. Aqueles 'objetos' que, em particular, a geologia e a geomorfologia nos possibilitam descrever e também aqueles 'objetos' construídos pelos homens em suas trajetórias de construção dos seus espaços de vida. Neste texto nos referimos a esses 'objetos' como representações da *dimensão física* da *paisagem*, simplificada com o uso do termo *paisagem física*. Deste modo, os elementos da *dimensão social* da *paisagem*, as pessoas e suas diversas relações em seus espaços de vida e a trajetória destas relações formam um conjunto de processos, que neste texto condensamos no uso do termo *paisagem social*. São essas *dimensões* que se tornam invisíveis aos *sistemas técnicos* de referência. O que estamos procurando fazer com essa inserção da *Paisagem*, vista como *unidade espacial referencial*, é estabelecer *regimes de visibilidade* para as famílias/grupos, que assim devem ganhar uma expressão 'enraizada' (*grounded*) em seus espaços de vida nessa

8. Palavras que operam como conceitos em diferentes disciplinas e perspectivas. Entidades negociáveis permitem que distintas partes discutam conceitualmente sobre a multidimensionalidade de questões de interesse comum.

9. *Conceitos Mediadores* tomam "corpo" e passam a ser explorados de forma mais ativa. Operacionalizações podem ser geradas, e então chamamos de *Objetos Mediadores*. Facilitam a apreensão do conceito e respondem à demanda por elementos que, mesmo em condições de incerteza e conhecimento incompleto, nos ajudam e complementam a capacidade de observação e, principalmente, provocam o debate. Os elementos de representação possíveis para a cartografia relacional que discutimos são estes objetos.

10. Para melhor compreensão das estratégias de mediação envolvendo conceitos e objetos mediadores e sua aplicação em certos domínios, pode-se visitar os trabalhos de Star e Griesemer (1989), Löwy (1992), Klein (1996), Mollinga (2008) e Feitosa e Monteiro (2012).

representação da *Paisagem* a ser negociada. Nesta direção, a pergunta que precisamos agora responder se estabelece nestes termos: Qual a natureza da *Paisagem* e como melhor representá-la em meio computacional, no contexto dos processos em observação, quando queremos avançar em uma abordagem, de fato, integrada, para os estudos em *riscos de desastres*?

Neste capítulo, estruturamos uma primeira resposta a esta questão apresentando uma seção em que procuramos mostrar por que podemos e devemos utilizar o conceito de *Paisagem* como *unidade espacial de referência*. Na seção seguinte, procuramos mostrar quais são os conceitos principais envolvidos na construção dos *riscos de desastres* e sua relação com a *Paisagem* representada. Apresentamos, ainda nessa seção, uma proposta na forma esquemática de como esses elementos interagem histórica e geograficamente na construção dos desastres. Por fim, mostramos um estudo preliminar, no qual aplicamos, ainda parcialmente, as ideias que são aqui apresentadas. Um estudo exploratório para os municípios de Petrópolis e Teresópolis, na microrregião serrana do Rio de Janeiro, procura articular o uso de *cartografias relacionais* tendo a *paisagem* como *unidade espacial de referência*. A *paisagem* foi 'negociada' neste exercício para duas dimensões: sua dimensão física, relacionada com os elementos que participam na construção do perigo natural a potenciais escorregamentos e corridas de massa, e sua dimensão social, estabelecida pela construção de um modelo simples, nesta fase, de *vulnerabilidade social* associado às características dos domicílios e das famílias. A perspectiva *relacional* se estabelece na construção de uma *cartografia* que acompanha o comportamento dessas duas dimensões ao longo de toda a *paisagem* representada.

## A paisagem como um conceito mediador

Embora Milton Santos (1996, p. 66-71) nos ensine que *Paisagem* não é sinônimo de *Espaço*, e que é, neste segundo, onde encontramos o abrigo das dinâmicas sociais, enquanto no primeiro o que temos são os objetos naturais e artificiais (as formas e os tempos), é o próprio Milton Santos (IDEM, p. 69) que também nos afirma que: "O espaço é a sociedade, e a paisagem também o é" (SANTOS, 1996, p. 67). Assim, ele estabelece o jogo de relações entre *paisagem*, *sociedade* e *espaço* que vai auxiliar à construção de nosso argumento:

> Ao nosso ver, a questão a colocar é a da própria natureza do espaço, formado, de um lado, pelo resultado material acumulado das ações humanas através do tempo, e, de outro lado, animado pelas ações atuais que hoje lhe atribuem um dinamismo e uma funcionalidade. Paisagem e sociedade são variáveis complementares cuja síntese, sempre por refazer, é dada pelo espaço humano (IDEM, p. 69).

Os geógrafos Blanc-Pamard e Raison (1986, p.158) nos apresentam como esperança a possibilidade de "(...) que em torno deste vocábulo, inçado de tantas inspirações existenciais quando de significados científicos, se realize uma síntese eficaz das relações dialéticas entre natureza e sociedade". Expressam esse desejo porque situam o vocábulo *Paisagem* com esta definição:

> Paisagem, palavra de uso quotidiano, que cada pessoa utiliza a seu modo; o que não impediu de se tomar um vocábulo à moda. **Paisagem, uma destas noções utilizadas por um número sempre crescente de disciplinas, que muitas vezes ainda se ignoram. Paisagem, enfim, um dos temas clássicos da investigação geográfica**. Conforme o interesse do que é objeto ou de uma maneira como se encara, a própria noção de paisagem difere. Se um geógrafo, um historiador, um arquiteto se debruçarem sobre a mesma paisagem, o resultado de seus trabalhos e a maneira de conduzi-los serão diferentes, segundo o ângulo de visão de cada um dos que a examinam (BLANC-PAMARD; RAISON, 1986, p. 138, *grifos nossos*).

Mas é em trabalho recente de Bigell e Chang (2014), explorando os significados do termo *Paisagem* a partir de uma perspectiva histórica, cultural e linguística, que vamos encontrar a melhor argumentação para nossa proposta de uso da *paisagem* como um *conceito mediador* para as *cartografias* associadas aos *sistemas técnicos* em estudos integrados de *riscos de desastres*. Os autores nos informam:

> Em diferentes línguas, paisagem significa diferentes coisas, mas o **denominador comum é a demarcação territorial**. Demarcação permite a noção de paisagem para funcionar como um arcabouço para outras perspectivas, como a da estética, da política, da agricultura, do turismo, da espiritualidade, da geologia, da cultura, da ecologia, da hidrologia, da tecnologia, da tradição, da educação, da militar, etc. A vantagem desse conceito da paisagem é que ele tem poder para se mover em direção a uma compreensão mais complexa das interações entre os diferentes fatores humanos e naturais em uma demarcação territorial limitada. **Paisagem não é uma imagem estática, mas sim uma expressão de forças históricas e naturais que moldam o ambiente** (BIGELL; CHANG, 2014, p. 101, *tradução livre e grifos nossos*).

E seguem afirmando:

> O conceito de **Paisagem** tem o potencial de trazer de volta ideias de **territorialidade** e dos **lugares** nos debates no campo das humanidades trabalhando com as questões ambientais. Permite que recuperemos um

> olhar sobre as pessoas não como uma espécie, como é o caso nos termos variável antrópica, no contexto ambiental, e antropoceno, como denominação de um novo período na longa história do planeta, mas sim como atores históricos, agentes politicamente interessados em questionar quem possui, controla e usa a terra presente na paisagem (por exemplo, em debates sobre os *commons – recursos comuns*) e quem determina os enquadramentos para a sua percepção. **A Paisagem, assim, não é um conceito para o congelamento de uma percepção obsoleta e visual do mundo, mas um termo versátil e adaptável para enquadrar as relações dinâmicas entre os humanos e entre estes e seus ambientes específicos** (IDEM, p. 102, *tradução livre e grifos nossos*).

Para esses autores, a *Paisagem* tem como 'denominador comum' a 'demarcação territorial'. Mas apresenta também a característica de estar em movimento (tempo) nessa área demarcada (espaço). Movimento sujeito às relações dinâmicas – espaço-temporais – entre os homens e entre estes e os seus espaços de vida. Assim, na *Paisagem* temos um suporte para pensar modos de descrever e interpretar as interações entre as dimensões *social* e *física* (relacionadas com os *perigos naturais*), numa *representação* que estabelece uma *unidade espacial de referência* para integrar visões do mesmo problema. Com isso, abre-se, portanto, a possibilidade de superar os olhares disciplinares enviesados que enfatizam cartografias restritivas que apontam estruturas causais direcionais, ora como impactos da sociedade sobre a natureza, ora como impactos da natureza sobre a sociedade.

Os *Conceitos Mediadores*, que operam como parte das *estratégias de mediação* necessárias em todo *projeto representacional*, são *palavras* que operam como *conceitos* em diferentes disciplinas ou perspectivas, referindo-se ao mesmo objeto, fenômeno, processo ou estado, mas com significados distintos em cada uma das áreas (STAR; GRIESERME, 1989; MOLLINGA, 2008). São *entidades negociáveis* que simultaneamente delimitam e conectam, permitindo que as distintas partes, os diferentes sujeitos que constroem as *cartografias de riscos de desastres*, discutam conceitualmente sobre as várias dimensões de questões de interesse comum (KLEIN, 1996; MOLLINGA, 2008). Do que vimos nesta discussão, o conceito de *Paisagem* é perfeito candidato para estruturar uma mediação.

Adicionalmente, para que um *Conceito Mediador*, como o de *paisagem*, seja operacionalizado, de maneira a subsidiar estratégias de planejamento e políticas pró-ativas, surge a necessidade de estabelecimento de *Objetos Mediadores*. São por meio deles que geramos os instrumentos para orientar nossa ação em situações de conhecimento incompleto, de dinâmicas não-lineares e de interesses divergentes (FEITOSA; MONTEIRO, 2012).

Porque esses *Objetos Mediadores*, dada a força das TICs como suporte às *cartografias de apoio*, são *representações computacionais* que criam a materialidade necessária para expressar, naquela área demarcada (espaço) e nos vários momentos (tempo), os estados integrados daquela *paisagem*. São esses *Objetos Mediadores* que procuram compor aquilo que seria o *Painel de Observações* (ANAZAWA; FEITOSA; MONTEIRO, 2012, p. 16) no contexto das *cartografias* associadas aos *riscos de desastres*. Desta forma, representações múltiplas não devem ser colapsadas em uma única expressão visual ou matemática. Atuando como *mapas transitórios*, devem produzir dentro dos *sistemas técnico-científico-representacional* o espaço para a construção dos consensos e das significações. Só assim podem se constituir, não como 'mapas imperativos' no interior de uma 'cartografia da proibição' no sentido discutido por Monmonier (2010, p. 1-5), mas sim como leituras compartilhadas daquela área demarcada ao longo do tempo histórico, produzindo possibilidades de observação de certas configurações no espaço-tempo daquela identidade [*desastre* ≡ *processo*]. Uma leitura que contenha uma possibilidade narrativa, para aquela descrição simbólica (elementos da *cartografia relacional*), do potencial para que se estabeleça como desfecho histórico-geográfico, uma ocasião para o *desastre*.

Desta forma, argumentamos que o conceito de *Paisagem* pode e deve ser formulado como um *Conceito Mediador* necessário entre os sujeitos no meio técnico-operacional e aqueles no meio social-analítico, quando estes estão envolvidos na construção das *cartografias dos riscos de desastres*, em particular aquelas sobre os *riscos de desastres* relacionados com a água no Brasil. É o que vamos procurar apresentar na próxima seção.

## Risco, *vulnerabilidade* e *paisagem*: elementos das novas cartografias para *risco de desastres*

Até aqui, temos dialogado, principalmente, com a literatura que buscava um sentido ontológico para o debate sobre *desastres* no campo da sociologia. Nosso interesse foi procurar capturar os ecos desse debate entre os sujeitos, do que denominamos meio social-analítico, na busca de contatos entre estes e as ontologias daqueles sujeitos no meio técnico-operacional. A nossa síntese apontou a construção do que qualificamos como as duas identidades constitutivas no debate, a identidade [*desastre* ≡ *evento*] e a identidade [*desastre* ≡ *processo*]. Dois bons textos nos ajudam a entender a presença forte da identidade [*desastre* ≡ *evento*] para os sujeitos do meio técnico-operacional e têm por foco a América Latina. O primeiro é um livro de Canaviri et al. (2008), em que uma compilação sistematiza-

da de um grande conjunto de trabalhos produzidos na América Latina se organiza para tratar, em forma de síntese, do percurso dos enfoques teóricos e da gestão dos desastres na região. O segundo, um texto autoral de Lavell Thomas (2004) preparado para La RED – *Red de Estudios Sociales en Prevención de Desastres en America Latina*, percorre o tema da formação e desenvolvimento dos conceitos e o estudo das práticas no campo dos riscos e dos desastres na América Latina de 1980 a 2004. É relevante e importante notar a completa ausência de um diálogo com a literatura produzida no Brasil – quer seja a literatura sociológica, quer seja aquela produzida no meio técnico-operacional ou, até mesmo, a produção qualificada da geografia brasileira para as questões do desenvolvimento urbano e do debate territorial –, embora a descrição feita por Lavell Thomas para explicar a formação do pensamento 'fisicalista' que sustenta a identidade [*desastre* ≡ *evento*] também se aplique ao caso brasileiro:

> En el caso de las ciencias básicas y aplicadas, la larga trayectoria de las ciencias de la tierra y de las ingenierías en la región, ha garantizado que una vez que la problemática de los desastres se estableció como un tema de importancia o de "moda", surgieron dentro de las instituciones "madres" de estas ciencias y áreas, especializaciones orientadas hacia el análisis de los procesos físicos o estructurales de mayor relevancia, para el conocimiento de las amenazas y sus impactos en estructuras y edificaciones. Esto se dio en particular después de los grandes desastres ocurridos en la región desde 1970 y se fortaleció con la declaración del Decenio Internacional para la Reducción de los Desastres Naturales, entre 1990 y 1999. En estas coyuntura, y con la existencia formal de muchas instituciones dedicadas en los países a ciencias como la geología, la geofísica, la meteorología, la hidrología, y la ingeniería civil, no era difícil transitar de ser un geólogo o meteorólogo a ser un experto en amenazas sísmicas o meteorológicos, y de ahí a convertirse finalmente en un "desastrólogo". Esto pudo darse por la visión generalizada que prevalecía, incluso hasta recientemente en algunas partes, en el sentido de que los desastres fueron un problema de la naturaleza o de las amenazas y por eso en fin, desastres "naturales". No es difícil entender el apoyo y el financiamiento que estos centros recibieron de los años 70 en adelante, con la larga y casi in-interrumpida secuencia de grandes eventos que asolaron la región y que la siguen afectando hasta el presente (LAVELL THOMAS, 2004, p. 9).

Mas um *desastre* não é um terremoto ou furacão, uma inundação, um escorregamento, uma corrida, enfim, um *evento*. Na opção que tomamos, aceitamos a identidade [*desastre* ≡ *processo*] e avançamos um pouco em sua caracterização, qualificando esse processo como 'enraizado', tomando cor-

po em uma 'demarcação territorial', que assumimos ser a *Paisagem*. A *Paisagem* em suas duas dimensões: a *física* e a *social*. Os elementos da *paisagem física* têm sido explorados há muito tempo, no contexto dos *sistemas técnicos*. Os elementos da *paisagem social* têm ficado esquecidos. Por isso, a discussão que estabelece a necessidade de uma visão dos desastres como socialmente construídos, da perspectiva dos sistemas *técnico-científico-representacional*, exige reformulação desta identidade [*desastre* ≡ *processo*], em que o *processo* é, na verdade, um conjunto *P* de *processos* que o constituem, e que se criam, transformam e/ou desaparecem, naquela 'demarcação territorial' (*paisagem*) ao longo de um período de tempo (tempo próximo + tempo histórico). Para que possamos trabalhar nossa proposta de *cartografia*, baseada em *objetos mediadores* dispostos em um *Painel de Observações,* a identidade se transforma em uma do tipo:

$$[desastre_{[t]p} \equiv P_{[t\text{-}n,\ t]p}]$$

onde:

- $desastre_{[t]p}$ – estrutura de ocasião no tempo *t*, na paisagem *p* formada pelos *estados* e pelas *relações* dos *processos* em *P* na paisagem *p*;
- $P_{[t\text{-}n,\ t]p} = \{P_{ip}(t_j) / i = 1..k;\ t_j = (t\text{-}m)..t\}$ – conjunto de processo $P_i$ em que *i* pode ir de *1 até k*, que acontecem e/ou se expressam na *paisagem p* em um tempo $t_j$. $t_j$ pode ser um instante de tempo em *j* ou um intervalo de tempo dentro do intervalo completo definido por *[t-m,t],* em que *t* é o tempo presente e (*t-m*) expressa o período considerado para a análise histórica, que envolve os elementos que constituem os processos em avaliação.

Vamos dar um exemplo para melhorar a compreensão dessa estrutura formal de apresentação do problema. O elemento *p* define a *paisagem* em representação, ele se refere à 'demarcação territorial', ou seja, à *extensão espacial* onde vamos operar. Poderia significar a microrregião serrana do Rio de Janeiro, ou um município dentro dela, ou ainda um bairro dentro de um município. Vamos observar nessa *paisagem p* dois *processos* $P_{1p}(t_j)$, que se relaciona à produção de um *risco potencial a corridas de massa*, distribuído espacialmente naquela *paisagem p* e observado no instante de tempo $t_j$, em que *j* se refere a um intervalo de tempo entre o período das últimas chuvas e o tempo presente. Este, um processo que utiliza em sua *cartografia* os elementos da *cartografia posicional* relacionados com as definições técnicas que caracterizam os *perigos naturais*, que propiciam uma situação favorável, uma *ocasião* em que, existindo um *gatilho natural*, um evento de *corrida de massa* acontece. O outro *processo* é mais complicado.

O *processo* $P_{2p}(t_{j1})$ se refere a um conceito de aferição menos direta, ele procura dar *visibilidade* à *vulnerabilidade social das famílias* em seus espaços de vida, dentro da *paisagem p*. Esta *vulnerabilidade* é diferente para cada família (ou grupo delas) em função de sua *localização* na paisagem *p*, mas também é diferente em sua constituição, por um lado, em virtude dos efeitos da relação entre *família* e *localização*, por outro, das relações entre *localizações* e, ainda, em consequência das características daquele núcleo familiar [um exemplo dessa forma de abordar a vulnerabilidade pode ser encontrado em Anazawa, Feitosa e Monteiro (2012)]. Mas também essas 'condições' da *vulnerabilidade* se alteram no tempo. Neste caso, o tempo $t_{j1}$ estabelece que $j_1$ será o tempo presente, a situação neste momento do tempo da *vulnerabilidade social* daquelas famílias ou grupos.

Como cada um dos elementos que constituem os processos $P_{1p}(t_j)$ e $P_{2p}(t_{j1})$ podem 'ganhar' uma forma de apresentação que se expressa na *paisagem p*, também podemos ter elementos de representação para as relações entre eles ao longo da 'extensão espacial' que demarca a paisagem e ao longo do tempo, que estabelece mudanças e transformações nesses elementos, alterando essas relações e, portanto, os potenciais desfechos.

Assim, trabalhar os instrumentos dos *sistemas técnicos* na análise aplicada de *riscos de desastres*, tomando essa perspectiva, exige de nós uma mudança drástica. A cada momento, precisamos negociar significados e analisar novas formações que se constituem. As configurações no espaço e no tempo desses componentes é que produzem uma *estrutura de ocasião* orientada para certo desfecho. Estão ali as oportunidades potenciais para que um *desastre* aconteça.

Nos últimos anos, vem tomando força uma perspectiva menos *ontológica* e mais pragmática, que pode ser expressa de forma concisa no que Cutter (2005, p. 48, *tradução livre*) discute como um novo paradigma: "A questão de motivação para este novo paradigma não é o que é um desastre, mas, sim, o que faz as pessoas e os lugares vulneráveis (e resilientes) com relação às ameaças ambientais e aos eventos inesperados?". Ainda que seja preciso dizer que não seja exatamente 'novo', pois uma série de autores tem procurado estabelecer essa agenda há muito tempo (HEWITT, 1983; WILCHES-CHAUX, 1993; MOSER, 1998; LAVELL THOMAS, 1993, 1996, 2004; LAVELL THOMAS; FRANCO, 1996; CUTTER; MITCHELL; SCOTT, 2000; CUTTER; BORUFF; SHIRLEY, 2003; CUTTER; FINCH, 2008; HOGAN; MARANDOLA JR, 2005; CANAVIRI et al., 2008; VALENCIO, 2013b). Neste contexto, são essencialmente o *Risco* e a *Vulnerabilidade* que devem também ser vistos como identidades: [*risco* ≡ *processo*] e

[*vulnerabilidade* ≡ *processo*] e que, da mesma forma que fizemos com a identidade [*desastre* ≡ *processo*], cada um com suas definições conceituais e mantendo a integridade espacial (*paisagem p*) e a integridade temporal (tempo *t*), estabelece para o desastre dois processos constitutivos primários, o *Risco* e a *Vulnerabilidade*.

Nesta perspectiva, a Figura 1 descreve de forma esquemática como vemos a relação desses conceitos na orientação para a produção das *cartografias de risco de desastres*.

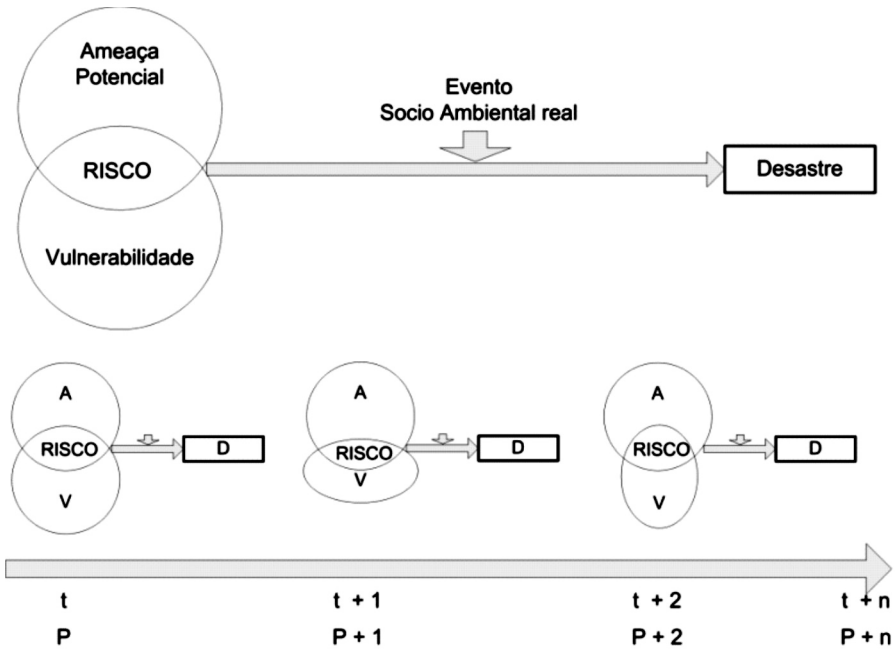



**Figura 1** Relação de conceitos no contexto da produção das estruturas de ocasião que potencializam desfechos como os desastres socioambientais. Os elementos *ameaça potencial* (nasce da noção de *perigos*) e *vulnerabilidade* interagem em um Tempo (*t*) e Paisagem (*P*), configurando o *risco potencial* daquela *paisagem* naquele momento particular da história dos *lugares* que aquela *paisagem* abriga. Se o *perigo* ou *ameaça* torna-se uma realidade, ou seja, se um *evento* desencadeador acontece, o *risco potencial* pode se construir como um *desastre*. No eixo inferior temos uma representação em que t, $t_{+1}$...$t_{+n}$ significam momentos no tempo, entretanto, P, $P_{+1}$... $P_n$ é o *vetor de estados* da *Paisagem* para aqueles tempos. Desta forma, um *desastre* não é um *evento*, mas sim um *processo* que se desenvolve no *espaço-tempo* em permanente construção e desconstrução de suas muitas possibilidades de manifestação.

Por fim, é interessante notar que, tomando a perspectiva de um olhar com foco na *vulnerabilidade*, também vamos encontrar um conjunto da literatura que reputamos muito relevante para este debate, que não aparece, ou aparece muito tangencialmente, nos diálogos da literatura visitada pelos sujeitos no meio social-analítico nos estudos de desastres. Para o caso de autores na América Latina, é fácil verificar a ausência de diálogos com a escola uruguaia de vulnerabilidade e a literatura chilena e brasileira em segregação e proteção social, temas próximos que há algum tempo trabalham com a construção explícita de sentidos territoriais para as novas cartografias (SPOSATI, 1996, 2001, 2012; KAZTMAN et al., 1999; KAZTMAN; FILGUEIRA, 2006; KAZTMAN, 2011; SABATINI; CÁCERES; CERDA, 2001; SABATINI; CÁCERES, 2004; CÂMARA et al., 2004; MARQUES TORRES, 2005; LAMPIS, 2010; KOGA, 2011).

Na próxima seção vamos apresentar, mesmo que ainda incompleta, uma possibilidade prática do que temos discutido ao longo deste capítulo. Utilizando a microrregião serrana do Rio de Janeiro, em particular os municípios de Petrópolis e Teresópolis, como área-experimento.

## Rumo a uma *cartografia de processos* no contexto de abordagens integradas e*m riscos de desastre*s: estudo exploratório

Nos dias 11 e 12 de janeiro, chuvas torrenciais, com precipitação acima das médias históricas, em sete municípios da Região Serrana do estado do Rio de Janeiro – Areal, Bom Jardim, Nova Friburgo, São José do Vale do Rio Preto, Sumidouro, Petrópolis e Teresópolis –, se constituíram no *gatilho*, no *evento inesperado*, que provocou a deflagração de centenas de deslizamentos de terra e, consequentemente, gerou corridas de lama e detritos com alto poder de destruição, que ao fim teve por desfecho uma catástrofe de enormes dimensões. O saldo foi a morte de 905 pessoas e a interrupção ou transformação das práticas da vida cotidiana em diversos níveis, de natureza temporária ou permanente, de 304.562 pessoas e das famílias e relações em que elas estavam envolvidas. A expressão de um quantitativo absoluto como volume populacional – 42% da população dos municípios atingidos ou que os municípios de Nova Friburgo, Petrópolis e Teresópolis, juntos, sofreram 89% de perdas e danos (dados da Secretaria Nacional de Defensa Civil e da Defesa Civil de Rio de Janeiro) – revela o tamanho do problema, mas não o drama e a tragédia dessas famílias em seus espaços de vida. Comentar isso é necessário, porque para os menores quan-

titativos, como aqueles para as *paisagens*, estavam as famílias dos municípios de Santa Maria Madalena, Sapucaia, Paraíba do Sul, São Sebastião do Alto, Três Rios, Cordeiro, Carmo, Macuco e Cantagalo, também atingidos, seus próprios dramas e tragédias, de certa forma, se tornaram *invisíveis*, ou melhor posto, foram situados em um *regime de visibilidade* diferenciado.

Na forma como estabelecemos ao longo deste ensaio, para que a *cartografia* dos *sistemas técnicos* pudesse ser instrumental, ela deveria possibilitar uma narrativa sobre as possibilidades do que veio a acontecer.

## Apontamentos conceituais

Nos termos que propomos (Figura 1), os acontecimentos no período de 11 a 12 de janeiro de 2011 começam com o estabelecimento de uma *ameaça natural*, produzida pelo volume inesperado de chuvas, naquele momento do tempo *t* naquela paisagem *P*. Uma *ameaça* que aponta, no plano técnico associado à geotecnia, para uma configuração nos elementos da *dimensão física* da *paisagem P* em *t*, capazes de produzir uma *ocasião* com o *potencial* de desencadear uma cadeia de acontecimentos ligados às possibilidades de *deslizamentos de terra*, espacialmente distribuídos pela *paisagem P*. Neste caso, vamos nos referir a esses *potenciais* como *susceptibilidades* da *paisagem física* ao *gatilho* específico, *volume de precipitação*. Compreender e representar esses elementos, e sua evolução no período em que o *gatilho* está ativo e no pós-período, em que a distribuição espacial dos elementos potenciais a deslizamentos se altera, é importantíssimo, mas somente parte do conjunto de representações necessárias ao *Painel de Observações* que deve formar a *cartografia de riscos de desastres*. Independente das chuvas, a vida (trans)corre naquela paisagem *P*. Ela começou muito antes de 11 e 12 de janeiro. E foi esse período que produziu a configuração que vemos no tempo *t* para a relação entre as famílias e seus espaços de vida, que são os elementos da *paisagem P* em que as relações entre as *dimensões da vida social* se encontram com as *dimensões físicas* naquele(s) fragmento(s) da *paisagem P* em *t*. Dois conceitos nos ajudam nesta tarefa: o de *risco* e o de *vulnerabilidade*. Ao longo do tempo *t* e para todo fragmento da *paisagem P*, uma *estrutura de risco potencial* pode ser estabelecida por um *modelo de risco*. Esse modelo envolve e relaciona os elementos da *paisagem física* (associados aos *perigos* e possíveis *ameaças*) com elementos da *paisagem social*, associados a uma forma de estabelecer a *vulnerabilidade social das famílias/grupos em seus espaços de vida*.

Assim, devemos construir representações e apresentações para, pelo menos, alguns dos elementos presentes em algumas das *dimensões da vida*

*social*, e representar dimensões da *vulnerabilidade* foi nossa opção. Ao integrá-las ao *Painel de Observações*, que é sempre transitório, no sentido que se renova e se transforma, durante o período em que o *gatilho* está ativo (em geral curto) e para muito depois disso (período que acompanha as dinâmicas de transformação de algumas dimensões sociais), modificamos a lógica dos *sistemas técnicos*. Agora, não são 'mapas imperativos' em uma 'cartografia da proibição', não são mapas! O *Painel de Observações* se constitui com objetos em múltiplas representações e apresentações, e assim pode oferecer outra maneira de examinar a situação. Constitui-se em uma ferramenta para compartilhar visões, críticas, levantar dúvidas, estruturar as discussões e o debate, para, enfim, orientar a ação, considerando sempre suas limitações, e a principal é que ele passa a regular, também como no caso dos mapas, certo *regime de visibilidade* (FEITOSA; MONTEIRO, 2012).

## Apontamentos metodológicos

Neste estudo exploratório, o objetivo foi desenvolver um *modelo espacial de risco*, como mediação para uma análise integrada das *dimensões física e social* da *paisagem*, considerando como *ameaça* o *potencial para deslizamentos de terra* com consequente *corrida de lama e detritos*, disparada por *precipitação intensa*.

O *risco* é entendido como um modelo de interação de dois componentes: a *paisagem humana* ('observada' por uma métrica de *vulnerabilidade social*) e a *paisagem física* ('observada' por um modelo que estabelece uma medida para a *susceptibilidade do terreno* aos movimentos de massa – deslizamentos e corridas), em um recorte que compreende os municípios de Petrópolis e Teresópolis na região serrana do Rio de Janeiro.

Ao falarmos em *recorte*, precisamos tratar da questão da *escala*. Nosso uso do termo *escala* está relacionado com a definição de Gibson, Ostrom e Ahn (2000, p. 219): "Usamos o termo *escala* para nos referirmos às dimensões espacial, temporal, quantitativa e analítica utilizadas pelos cientistas (naturais e sociais) para medir e estudar objetos e processos". É mais comum pensarmos nas dimensões *espacial* e *temporal* da *escala*, mas não nas dimensões *quantitativa* e *analítica*. A dimensão *quantitativa* refere-se ao volume (quantidade) de objetos e/ou processos envolvidos no estudo, e a dimensão *analítica*, às opções, métodos e técnicas envolvidos no estudo dos objetos e/ou processos se consideradas as outras dimensões da *escala*. Nesta leitura, cada *dimensão* da escala tem uma 'extensão' e uma 'resolução'.

A 'extensão' observa o tamanho, a magnitude, a totalidade da *escala* para o estudo. Por exemplo, na *dimensão espacial* da *escala* em nosso estudo, a *exten-*

*são espacial* é a área que envolve os dois municípios. A 'resolução' é o grau de detalhamento para o estudo. Por exemplo, a *dimensão espacial* da *escala*, em nosso estudo, apresenta diferentes *resoluções espaciais*. Quando trata dos dados relativos à *paisagem física*, a resolução usada foram as sub-bacias hidrográficas da região (*unidades espaciais de análise* para esta dimensão). Quando trata dos dados relativos à *paisagem social*, a *resolução espacial* usada foram os *setores censitários*. Mas observe que é a 'resolução' associada à *dimensão quantitativa – resolução quantitativa* – que vamos estabelecer se estamos falando de famílias ou grupos estratificados. Da mesma forma, na *dimensão analítica*, temos uma 'extensão analítica' que envolve todo o conjunto de métodos, técnicas e representações que utilizamos na análise dos componentes *físico e social da paisagem*, mas a 'resolução analítica' nos aponta aqueles que são usados no contexto da 'resolução espacial' (*dimensão espacial*) das sub-bacias, aqueles que são utilizados no contexto da análise das famílias ou grupos na 'resolução espacial' (*dimensão espacial*) dos setores censitários.

## Área de estudo: extensão da dimensão espacial da escala

A área de estudo compreende os municípios de Petrópolis (22°28' e 22°3' S e 43°08' e 43°13' O) e Teresópolis (22°24'e 22°27' S e 42°57' e 42°59' O), que pertencem à Serra dos Órgãos, Estado do Rio de Janeiro, e estão localizados a 70 km ao norte da capital (Figura 2).

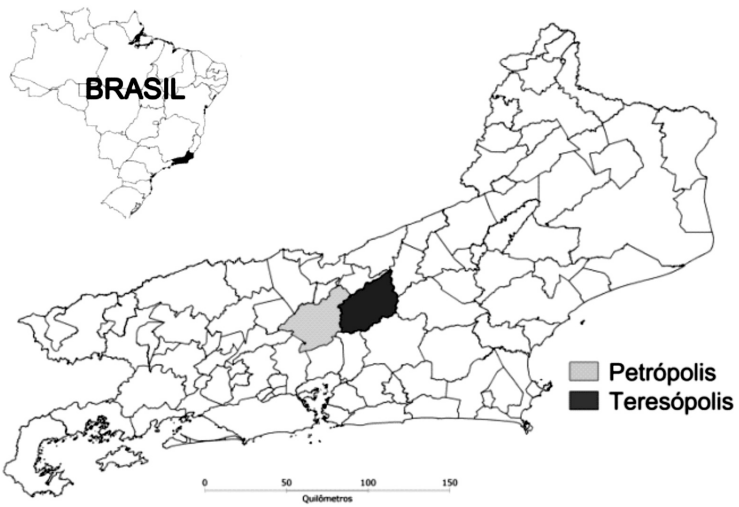



**Figura 2** Municípios de Petrópolis e Teresópolis (Estado de Rio de Janeiro).
Fonte: Produção dos autores.

## Objetos e processos na análise

### *O componente da paisagem física*

O *objeto técnico* utilizado foi um modelo de *susceptibilidade do terreno* que explorou um *zoneamento* determinado por meio de uma análise morfométrica para as sub-bacias hidrográficas das regiões montanhosas do Rio de Janeiro, utilizando como apoio os dados da Shuttle Radar Topographic Mission (SRTM) (RIBEIRO de ARRUDA; LOPES, 2013). Esse modelo gera as *zonas* e as classifica em uma lógica hierárquica que qualifica o potencial de cada *zona* para que, considerado um evento de chuva disparador, ali se inicie uma cadeia de eventos geotécnicos que vão desaguar em *corridas de lamas e detritos* (HUTCHINSON, 1988, GUZZETTI et al., 1999; CARDOZO, 2013).

### *O componente da paisagem social*

A *vulnerabilidade social* foi observada por meio de algumas dimensões capturáveis da situação dos domicílios e de seus chefes encontrados nos dados censitários (socioeconômicos e demográficos) produzidos pelo último censo demográfico de 2010 (IBGE, 2010). As dimensões da vulnerabilidade, observadas para a montagem de um índice sintético, foram preservadas, mas um indicador sintético também foi produzido, o IVS (*Índice de Vulnerabilidade Social*). Para o cômputo do IVS, observou-se a multicolinearidade estatística nos fatores componentes e foi feita uma normalização. A Tabela 1 apresenta esses componentes utilizados para calcular o IVS. Neste estudo, *simplificamos muito o índice*, pois o centro do estudo metodológico foi explorar o comportamento do *modelo de risco* proposto. O *objeto técnico* para descrição da *vulnerabilidade social* que vamos ter por referência nos próximos trabalhos será uma adaptação, muito simplificada neste exercício, do modelo proposto e desenvolvido em Anazawa (2012). [11]

11. Em Anazawa (2012) há uma descrição detalhada para cada variável, para as bases de dados utilizadas em cada caso, uma caracterização dos cômputos e das escalas escolhidas e as referências-base para cada um dos indicadores e índices propostos no contexto daquele trabalho e muito simplificados no contexto deste exercício. O modelo completo se apoia na caracterização do *Perfil de Ativos das famílias* e estende essa caracterização para uma explícita incorporação da dimensão territorial. Para isso, um conjunto maior de indicadores possíveis de extração a partir dos dados do censo demográfico (IBGE – 2000 e 2010) é trabalhado, dentre eles: a *razão de dependência*, a *situação diferenciada entre chefes de família (responsáveis por domicílios) homem e mulher, com e sem instrução*, *alfabetização dos filhos*, apontados pela literatura ligada às discussões sobre *vulnerabilidade social* com forte peso nos trabalhos da escola uruguaia, chilena e os trabalhos no Brasil ligados à proteção social, com origem no serviço social.

**Tabela 1** Descrição das variáveis usadas no modelo de Vulnerabilidade Social.

| Variável | Descrição |
|---|---|
| **Idade** | Os extremos do espectro das idades são o estrato dos grupos demográficos mais afetados durante um desastre. As crianças dependem de outros e não são autônomas. Idosos podem ter restrições de mobilidade, o que pode diminuir a capacidade de recuperação autônoma (CUTTER; MITCHELL; SCOTT, 2000; CUTTER; BORUFF; SHIRLEY, 2003). |
| **Padrão Construtivo da Moradia** | O valor, a qualidade e a densidade de residências afetam as potenciais perdas e as possibilidades de recuperação (CUTTER; MITCHELL; SCOTT, 2000; CUTTER; BORUFF; SHIRLEY, 2003). O padrão construtivo revelado por meio de variáveis referidas aos domicílios permanentes encontradas no Censo Demográfico (IBGE, 2010) possibilita uma aproximação indireta para aferir a qualidade da moradia. O número de domicílios permanentes associados à área dos setores censitários permite uma medida de densidade. |
| **Situação de Renda** | A renda da pessoa responsável pelo domicílio indica a capacidade de cobertura do orçamento doméstico, bem como a capacidade de aquisição de bens e serviços (SPOSATI, 1996). Influencia a capacidade de as famílias se recuperarem depois da crise e condiciona a capacidade para absorver as perdas. |
| **Situação de Educação** | A condição da pessoa alfabetizada responsável pelo domicílio indica as oportunidades de inclusão e acesso ao mundo do trabalho. Quanto maior o grau de escolaridade, maiores são as habilidades e o conhecimento adquiridos (SPOSATI, 1996). Os anos de educação no sistema formal ajudam quando se discute a adoção de comportamentos e atitudes preventivas de autoproteção. |

## *O modelo de risco como componente de integração*

O *objeto técnico* para descrição do *Risco de Desastre* associado à *ameaça* de *corridas de lamas e detritos* disparados por chuva intensa tem por base um modelo espacial de regressão, que descreve a variação espacial do *risco potencial* observado a partir da análise conjunta da *variação espacial* na relação entre a *vulnerabilidade social,* representada pelo *objeto técnico* – IVS, e a *susceptibilidade do terreno aos movimentos de massa*, representado pelas *zonas* com potencial para corridas. Na *dimensão analítica* da *escala*, a resolução *analítica* propõe um modelo local de regressão, conhecido como regressão geograficamente ponderada (GWR – *Geographically Weighted Regression*), proposto por Fotheringham et al. (2002). A técnica GWR ajusta um modelo de regressão a cada ponto observado, ponderando todas as

demais observações como função da distância a este ponto. Ou seja, observações mais próximas do ponto de regressão local são ponderadas mais fortemente do que observações mais distantes. No caso deste estudo, um conjunto de parâmetros foi estimado para cada ponto **i** observado (neste caso, o ponto **i** se refere ao centroide de cada sub-bacia) localizado nas coordenadas geográficas ($u_i$, $v_i$). O modelo fica assim estruturado do (Eq. 1):

$$Risco = ß_0(u_i, v_i) + ß_1 (u_i v_i)\ VS + ß_2 (u_i, v_i)\ ST + \varepsilon_i \quad \text{(Eq. 1)}$$

onde:

- *Risco* é a variável resposta ou variável dependente;
- *VS* (variável independente) é o *objeto técnico* que representa a *Vulnerabilidade Social*;
- *ST* (variável independente), *objeto técnico* que representa a *susceptibilidade do terreno* aos *movimentos de massa*;
- "$\varepsilon$" é o erro ou residual da regressão;
- $ß_0$, $ß_1$ *e* $ß_2$ são os parâmetros a ser estimados.

Para a ponderação das observações consideradas na estimativa a cada ponto do modelo local de regressão, foi utilizada uma função gaussiana com largura de banda adaptável à densidade dos dados, ou seja, menor em áreas com alta concentração de microbacias e maior em áreas com baixa. Neste trabalho, a largura de banda utilizada para cada modelo local era equivalente à menor distância capaz de abranger 0,5% das microbacias mais próximas.[12]

Assim, para cada uma das sub-bacias (microbacias) consideradas na análise foi obtido um conjunto de estimativas de parâmetros e outras estatísticas que podem também ser apresentadas na forma de mapas (além de gráficos, tabelas e descrições). Nesta apresentação, a análise visual sobre como varia *espacialmente* a associação entre a *representação* (*objeto técnico* IVS) da *vulnerabilidade social* e a representação da *susceptibilidade do terreno aos movimentos de massa* (*objeto técnico Zonas Susceptíveis*) fica facilitada e ajuda na compreensão dos componentes que vão construindo o risco potencial em cada pedaço da *paisagem*. Importante observar que, neste ponto, não estamos lidando com as variações da relação no tempo, apenas

12. Para executar as análises de regressão global e local, foi utilizado o pacote GWR contido no ambiente para computação estatística R (software livre) R (http://www.r-project.org/). [ R – THE R PROJECT FOR STATISTICAL COMPUTING. Free software environment for statistical computing and graphics. Available on: http://www.r-project.org/.

no espaço. O tempo para todos os *objetos* e *processos* foi comprimido para o tempo *t* = ano 2010 (mais precisamente entre julho e agosto de 2010, quando a coleta em campo para o censo demográfico de 2010 foi encerrada). Isto quer dizer que uma avaliação do componente *físico* e *social* da *paisagem* pós-desastre certamente, mesmo com modelos simplificados de representação para o componente *social*, vai mostrar muitas diferenças, o que transformará completamente a *cartografia do risco de desastres* montada aqui neste estudo exploratório.

## Avaliação do experimento: análise dos resultados e discussão

Neste experimento, o modelo GWR, *objeto técnico* de *representação* do *Risco potencial*, revelou uma associação positiva e significativa entre as variáveis, com forte valor do coeficiente de determinação ($R^2$ = 0,98, p = 0,000) (Tabela 2).

**Tabela 2** Modelo de regressão GWR, que representa o *objeto técnico* de descrição do *Risco*, que mostra ao longo da *paisagem p* a relação entre *Zonas Susceptíveis* (*objeto técnico* de *representação* das *ameaças*) e o IVS (*objeto técnico* de *representação* da *vulnerabilidade social*) para a *paisagem* definida pela área demarcada pelos municípios de Petrópolis e Teresópolis (RJ).

| Variável | Min. | 1st Quartil | Mediana | 3st Quartil | Max. | Global |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Constante | 0,376 | 0,593 | 0,602 | 0,615 | 0,735 | 0,556 |
| IVS | 0,978 | 1,001 | 1,003 | 1,021 | 1,038 | 1,0253 |
| Zonas susceptíveis | 0,205 | 0,008 | 0,063 | 0,081 | 0,304 | 0,066 |
| Coeficiente de determinação $R^2$ = 0,981 | | | | | | |
| Sigma = 0,0819 | | | | | | |
| AIC = –2028,743 | | | | | | |
| Soma dos residuais quadrados (SSR) = 6,144 | | | | | | |

A visualização dos coeficientes gerados utilizando o modelo GWR como superfícies (distribuição espacial de uma variável em observação) nos ajuda também a identificar *padrões espaciais* – arranjos e configurações das relações entre as *dimensões física e social*, com referência espacial – naquela *paisagem*. Assim, os coeficientes estimados para cada variável explicativa indicam o quanto pode mudar a variável dependente (que modela o *risco*) por unidade de variação na variável explicativa para cada área (CHAINEY, 2013). Neste sentido, os coeficientes da variável IVS – 'Vulnerabilidade Social' indicaram que a maior mudança no modelo que estima o *risco potencial* pode acontecer na zona oriental de Petrópolis e ocidental de Teresópolis (cinza-escuro) (Figura 3B). No caso dos coeficientes da variável 'Susceptibilidade do terreno', estes indicaram pouca mudan-

ça na estimativa do *risco potencial* por cada unidade de sua variação ao longo da *paisagem* (cinza-claro) (Figura 3C).

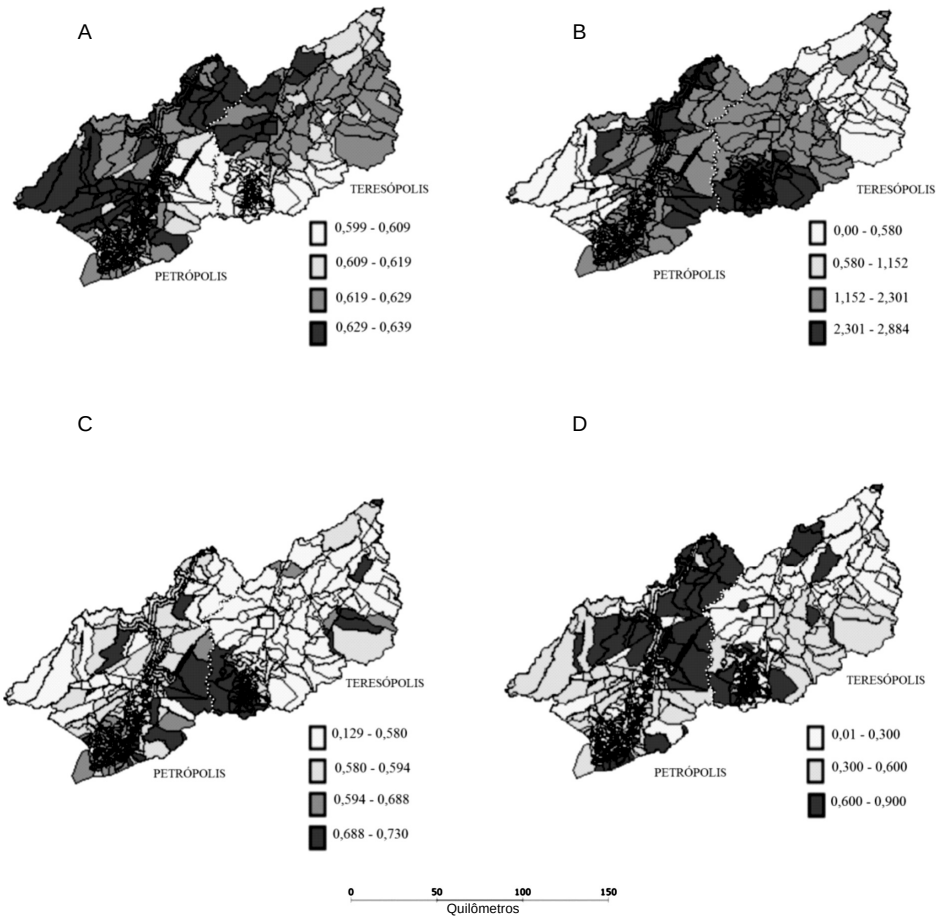



**Figura 3** Superfícies de coeficientes gerados a partir do Modelo de estimação do *Risco Potencial* como uso da técnica GWR. A) Superfície do coeficiente para a constante, $\beta_0$; B) superfície do coeficiente para a variável 'Vulnerabilidade social', $\beta_1$; C) superfície do coeficiente para a variável 'Susceptibilidade do terreno', $\beta_2$; D) residuais da regressão para a estimativa da variável 'Risco', $\varepsilon$.

Embora a qualidade do ajuste não tenha sido constante ao longo da área de estudo, conforme mostra a distribuição espacial dos resíduos apresentada na Figura 3D, as áreas em cinza-escuro são aquelas onde o modelo estimado para o *Risco* localmente mostrou melhor ajuste ($R^2$ entre 0,6 e 0,9),

entretanto, as áreas em tons claros de cinza mostraram um péssimo ajuste. São locais onde nosso modelo de *objeto técnico* para representar o conceito de *vulnerabilidade social*, um dos componentes do modelo de *Risco*, não foi especialmente bem. Por um lado, o IVS, como representação sintética, empobreceu a riqueza dos fatores (veja este problema em ANAZAWA, 2012; ANAZAWA; FEITOSA; MONTEIRO, 2012), ou seja, suprimiu a natureza *multidimensional* da *vulnerabilidade social*. Por outro, os fatores que compõem esse IVS, neste estudo, foram muito simplificados para garantir uma avaliação do modelo de risco de caráter mais geral, e isto certamente compromete uma análise desses resultados como uma possibilidade da análise do *risco de desastres*. [13]

O experimento foi importante para reforçar nossas teses sobre a necessidade de estabelecer os elementos das *cartografias do risco de desastres* como *representações temporárias* e, assim, instrumentais para a construção do debate e das significações e não para a interpretação dos fatos.

## Considerações finais

O experimento mostrado neste ensaio buscava reforçar nossas teses iniciais, aqui desenvolvidas como nosso argumento central, da necessidade de se repensar a *cartografia* dos *riscos de desastres*. Nosso argumento foi construído a partir de uma caracterização da identidade [*desastre* ≡ *processo*] como essencial para a orientação dos *sistemas técnico-científico-representacional* presentes nas abordagens integradas em estudos de desastres. Defendemos o papel central na construção dessas novas cartografias do conceito de *Paisagem*, que foi ressignificado para nosso contexto de uso. A partir dele, desenvolvemos melhor a identidade [*desastre* ≡ *processo*], caracterizando com mais detalhes o componente *processo* desta identidade. Com base nesta caracterização, apresentamos uma proposta de um modelo conceitual, na forma esquemática apresentada na Figura 1, e a necessidade de se romper com uma cartografia apoiada na ideia de *permanência* e não na ideia de *transitoriedade*, na ideia de 'mapas imperativos' e não de *representações transitórias* para situações que evoluem no espaço e no tempo.

Utilizamos um experimento, com muitas simplificações e que ainda não desenvolve nosso argumento de forma integral, mas nos serviu para

13. Tecnicamente, o que nos indica estas situações foi a aplicação de um teste de normalidade *Jarque-Bera* que resultou estatisticamente significativo ($p < 2.2e^{-16}$), mas mostra uma tendência, sugerindo que faltam uma o mais variáveis ao modelo. Neste caso, a questão é a formação da variável IVS e sua utilização como única forma de expressão do conceito complexo de *vulnerabilidade social*.

avaliar as possibilidades que a visão proposta neste ensaio oferece. Também nos ajudou a descortinar outras alternativas para estabelecer os elementos das *cartografias do risco de desastres* como representações temporárias e a constituição de um *Painel de Observações* como seu suporte no domínio dos estudos integrados dos desastres. Também vimos que, mesmo avançando no uso de *projetos representacionais*, a sua própria natureza, em maior ou menor intensidade, ainda pode nos submeter a criar 'regimes de visibilidade' para um problema em que queremos lançar luzes e não preservar as trevas. O mais importante, nos parece, é que, se aceitamos todos, sujeitos no meio técnico-operacional e aqueles no meio social-analítico, que *desastres* como *desfechos* de vários processos inter-relacionados atuando em diferentes escalas com demarcação territorial, são construções sociais, não precisamos temer o projeto representacional que o instrumental cartográfico carrega. Mapas, antes de mais nada, são construções sociais. As tecnologias que permitem sua construção também o são.

Embora os *sistemas técnicos*, em particular aqueles com forte base em TICs e nos computadores digitais, nos possibilitem expressar uma *representação* do mundo ou de fenômeno(s) que buscamos compreender, o que obtemos são os resultados possíveis das manipulações sobre essas *representações*, portanto, uma outra *representação*. Então, é muito saudável que sempre tenhamos em mente a necessidade de *refletir criticamente sobre nossa prática tecnológica*, em particular quando o instrumento que usamos facilmente nos alimenta, e a outros, da esperança de que o que obtivemos ali não foi uma redução, mediada por um *projeto representacional* estabelecido, mas, sim, a compreensão universal do problema.

## Agradecimentos

Antonio Miguel Vieira Monteiro gostaria de agradecer um *coletivo* de colaboradores, também amigos, cujo diálogo, em momentos distintos, mas ao longo de quase 20 anos, permitiu estas *reflexões espaciais*, feitas neste ensaio, para o contexto dos estudos em desastres. Com a ajuda deste *coletivo*, os territórios reafirmaram seus sentidos e fomos desafiados a revelá-los em nossa prática tecnológica. Obrigado, Aldaíza Sposati, Gilberto Câmara, Fred Ramos, Dirce Koga, Flávia Fonseca, Christovam Barcellos, Marília Carvalho, Leda Régis, Maria Alice Varjal, Silvana Amaral, Isabel Escada, Ana Paula Dal'Alasta, Carolina Pinho, Thatiane Anazawa, Karine Ferreira, Gilberto Ribeiro, Lubia Vinhas, Tiago Carneiro, Pedro Andrade, Trevor Bailey, Ana Cláudia Cardoso, Roberto Monte-Mór, obrigado!

## Referências bibliográficas


ANAZAWA, T. M. **Vulnerabilidade e território no litoral norte de São Paulo**: indicadores, perfis de ativos e trajetórias. 2012. 190 f. Dissertação (Mestrado em Sensoriamento Remoto) – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, São José dos Campos.

ANAZAWA, T. M.; FEITOSA, F. F.; MONTEIRO, A. M. V. Vulnerabilidade socioecológica nos municípios de Caraguatatuba e São Sebastião, Litoral Norte de São Paulo: medidas, perfis de ativos e trajetórias. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS, 6., 2012, Belém. **Anais...** Belém: ANPPAS, 2012.

ANDRADE, O. O manifesto antropófago. In: TELES, G. M (Org.). **Vanguarda europeia e modernismo brasileiro**: apresentação e crítica dos principais manifestos vanguardistas. 3. ed. Petrópolis: Vozes; Brasília: INL, 1976.

BAUMAN, Z. **Globalização**: as consequências humanas. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

_____. **Confiança e medo nas cidades**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BIGELL, W.; CHANG, C. The meanings of landscape: historical development, cultural frames, linguistic variation, and antonyms. **Ecozon@/European Journal of Literature, Culture and Environment**, v. 5, n. 1, 2014.

BLAIKIE P. et al. **At risk**: natural hazards, people's vulnerability and disasters. New York: Routledge, 1994.

BLANC-PAMARD, C.; RAISON, J. P. Paisagem. In: **Enciclopédia Einaudi**. Volume 8. Porto: Imprensa Nacional Casa Moeda, 1986. p. 138-160.

CÂMARA, G; MONTEIRO, A. M. V.; MEDEIROS, J. S. Representações computacionais do espaço: fundamentos epistemológicos da ciência da geoinformação. **Geografia**, Rio Claro, v. 28, n. 1, p. 83-96, 2003.

CÂMARA, G. et al. Mapping social exclusion/inclusion in developing countries: social dynamics of Sao Paulo in the 90's. In: JONELLE, D.; GOODCHILD, M. (Eds.). **Spatially-enabled social science**: examples in best practice. New York: Oxford University Press, 2004. p. 223-237.

CANAVIRI, G. T. et al. **Los enfoques teóricos del desastre y la gestión local del riesgo** (construcción crítica del concepto). La Paz: NCCR/OXFAM/FUNDEPCO, 2008.

CARDOZO, C. P. **Zonación de susceptibilidad por procesos de remoción en masa en la cuenca del río Tartagal, Salta (Argentina)**. 2013. 127 f. Tesis de Maestría (Aplicaciones espaciales de alerta y respuesta temprana a emergencias) – Universidad Nacional de Córdoba (UNC)-Comisión Nacional de Actividades Espaciales (CONAE), Argentina.

CASTELLS, M. **The information age**: economy, society, and culture. v. 1. 2. ed. The Rise of the Network Society, John Wiley & Sons, 2010.

CHAINEY, S. **Understanding hotspots using Geographically Weighted Regression**. London: University College London. 2013. Available on: <https://www.ucl.ac.uk/scs/people/academic-research-staff/spencerchainey/Slides/NIJCMRC 2011_GWR>.

CRAMPTON, J. W. Maps as social constructions: power, communication and visualization. **Progress in Human Geography**, n. 25, p. 235-52, 2001.

CUTTER, S. L.; MITCHELL, J. T.; SCOTT, M. S. Revealing the vulnerability of people and places: a case study of Georgetown County, South Carolina. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 90, n. 4, p.713-737, 2000.

CUTTER, S. L., BORUFF, B. J.; SHIRLEY, L. W. Social vulnerability to environmental hazards. **Social Science Quarterly**, v. 84, n. 2, p. 242-261, 2003.

CUTTER, S. L. Are we asking the right question? In: PERRY, R. W.; QUARANTELLI, E. L. (Eds.) **What is a disaster?** New Answers to Old Questions. International Research Committee on Disasters, 2005.

CUTTER, S. L.; FINCH, C. Temporal and spatial changes in social vulnerability to natural hazards. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, v. 7, n. 105, p. 2301-2306, 2008.

FEITOSA, F. F.; MONTEIRO, A. M. V. Vulnerabilidade e Modelos de Simulação como Estratégias Mediadoras: Contribuição ao Debate das Mudanças Climáticas e Ambientais. **Geografia**, Rio Claro, v. 37, p. 289-305. 2012.

FOTHERINGHAM, A. S. et al. **Geographically weighted regression**: the analysis of spatially varying relationship. New York: Wiley. 2002.

GALL, M.; NGUYEN, K.; CUTTER, S. L. Integrated research on disaster risk: is it really integrated? **International Journal of Disaster Risk Reduction**, v. 12, p. 255-267, 2015.

GIBSON, C.; OSTROM, E.; AHN, T. K. The concept of scale and the human dimensions of global change: a survey. **Ecological Economics**, v. 32, p. 217-239, 2000.

GINZBURG, C. **Olhos de madeira**: nove reflexões sobre a distância. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GUZZETTI, F.; CARRARAB, A.; CARDINALIA, M.; REINCHENBACH, P. Landslide hazards evaluation: a review of current techniques and their applications in a multi-scale study, Central Italy. **Geomorphology**, v. 31, p. 181-216, 1999.

HOGAN, D. J.; MARANDOLA JR., E. Towards an interdisciplinary conceptualization of vulnerability. **Population, Space and Place**, v. 11, p. 455-471, 2005.

HEWITT, K. **Interpretations of calamity**: from the viewpoint of human ecology. Boston: Allen & Unwin, 1983.

HUTCHINSON, J. N. General report morphological and geotechnical parameters of landslides in relation to Geology and Hydrogeology. In: BONNARD, C. (Ed.). **Proceedings of the 5th lntemational Symposium on Landslides**. Rotterdam, Netherlands: A. A. Balkema, 1988. p. 3-35.

IBGE/INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

KAZTMAN, R. **Notas sobre la medición de la vulnerabilidad social**. Borrador para discusión. 5 Taller regional, la medición de la pobreza, métodos y aplicaciones. Mexico: BID-BIRF-CEPAL, 2000. Disponível em: <http://www.eclac.cl/deype/mecovi/docs/TALLER5 /24.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2011.

KAZTMAN, R., et al. **Vulnerabilidad, activos y exclusión social en Argentina y Uruguay**. Santiago de Chile: OIT, 1999.

KAZTMAN, R.; FILGUEIRA, F. As normas como bem público e privado: reflexões nas fronteiras do enfoque "ativos, vulnerabilidades e estrutura de oportunidades" (Aveo).

In: CUNHA, J. M. P. (Ed.). **Novas metrópoles paulistas**: população, vulnerabilidade e segregação. Campinas: NEPO/Unicamp, 2006. p. 67-94.

KLEIN, J. T. **Crossing boundaries**: knowledge, disciplinarities, and interdisciplinarities. Charlottesville/London: University Press of Virginia, 1996.

KOGA, D. **Medidas de cidades**: entre territórios de vida e territórios vividos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LAMPIS, A. ¿Qué ha pasado con la vulnerabilidad social en Colombia? Conectar libertades instrumentales y fundamentales. **Colombia Sociedad y Economía**, v. 19, n. 1, p. 229-261, 2010.

LAVELL THOMAS, A. Ciencias sociales y desastres naturales en America Latina: un encuentro inconcluso. In. MASKREY, A. (Org.). **Los desastres no son naturales**. La RED –Red de Estudios Sociales en Prevención de Desastres en America Latina, 1993. p. 135-154.

_____. Degradación ambiental, riesgo y desastre urbano. Problemas y conceptos: hacia la definición de una agenda de investigación. In: FERNÁNDEZ, M. A. **Ciudades en riesgo:** degradación ambiental, riesgos urbanos y desastres. La RED, 1996. p. 12-42.

_____. **Antecedentes, formación y contribución al desarrollo de los conceptos, estudios y la práctica en el tema de los riesgos y desastres en America Latina**: 1980-2004. LaRED, 2004.

LAVELL THOMAS, A.; FRANCO, E. **Estado, sociedad y gestión de los desastres en América Latina:** en busca del paradigma perdido. Lima, Perú: La Red-FLACSO-IT/ Lahmann, 1996.

LÖWY, I. The strength of loose concepts. **History of Science**, v. 30, p. 371-396, 1992.

MARQUES, E. C.; TORRES, H. **São Paulo**: segregação, pobreza e desigualdade social. São Paulo: Ed. Senac, 2005.

MASKREY, A. **Los desastres no son naturales**. LaRED/Red de Estudios Sociales en Prevencion de Desastres en America Latina, 1993.

MOLLINGA, P. **The rational organization of dissent**. Working Paper, Bonn: ZEF, 2008.

MONMONIER, M. S. **No dig, no fly, no go**: how maps restrict and control. London: The University of Chicago Press, 2010.

MORAES, A. C. R. **Ideologias geográficas**. 4. ed. São Paulo: HUCITEC, 2002.

MOSER, C. O. N. The asset vulnerability framework: reassessing urban poverty reduction strategies. **World Development**, v. 26, n. 1, p. 1-19, 1998.

PERRY, R. W.; QUARANTELLI, E. L. **What is a disaster?** New answers to old questions. International Research Committee on Disasters, 2005.

QUARANTELLI, E. L. **What is a disaster?** Perspectives on the question. England: Routledge, 1998.

R – THE R PROJECT FOR STATISTICAL COMPUTING. Free software environment for statistical computing and graphics. Available on: http://www.r-project.org/.

RIBEIRO de ARRUDA, E; LOPES, E. Análise morfométrica em sub-bacias hidrográficas para monitoramento do risco potencial a corridas de massa (*debris flows*) na região ser-

rana do Rio de Janeiro. Congresso Brasileiro de Geologia de Engenharia e Ambiental, 14, Rio de Janeiro, 2013. **Anais...** Rio de Janeiro: CBGEA, 2013.

RODRIGUEZ, H.; QUARANTELLI, E.; DYNES, R. **Handbook of Disaster Reasearch**. Series Handbooks of Sociology and Social Research. Springer, 2007.

ROLNIK, S. **Cartografia Sentimental, Transformações contemporâneas do desejo**. São Paulo: Editora Estação Liberdade, 1989.

SABATINI, F.; CÁCERES, G. **Barrios cerrados**: Entre la exclusión y la integración residencial Santiago. Instituto de Geografía, Pontificia Universidad Católica de Chile, 2004.

SABATINI, F.; CÁCERES, G.; CERDA, J. Segregación residencial en las principales ciudades chilenas: tendencias de las tres últimas décadas y posibles cursos de acción. **Revista EURE**, v. 27, n. 82, s/p, 2001.

SANTAELLA, L. **O que é semiótica**. São Paulo: Brasiliense, 1983. (Coleção Primeiros Passos).

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **O espaço do cidadão**. 7. ed. São Paulo: Edusp, 2007.

SPOSATI, A. **Mapa da exclusão/inclusão social de São Paulo**. São Paulo: Educ, 1996.

_____. **Cidade em pedaços**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

_____. (Coord.). **Métricas territoriais de proteção social**: a capacidade protetiva de famílias residentes em metrópoles. Projeto PROADI-SUS (Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do Sistema Único de Saúde). São Paulo: CEDEPE, CEDEST, HOSPITAL SAMARITANO-SP, PUC-SP, INPE, 2012

STAR, S. L.; GRIESEMER, J. R. Institutional ecology, translations and boundary objects: amateurs and professionals in Berkeley's Museum of Vertebrate Zoology, 1907-39. **Social Studies of Science**, v. 19, n. 3, p. 387-420, Aug. 1989.

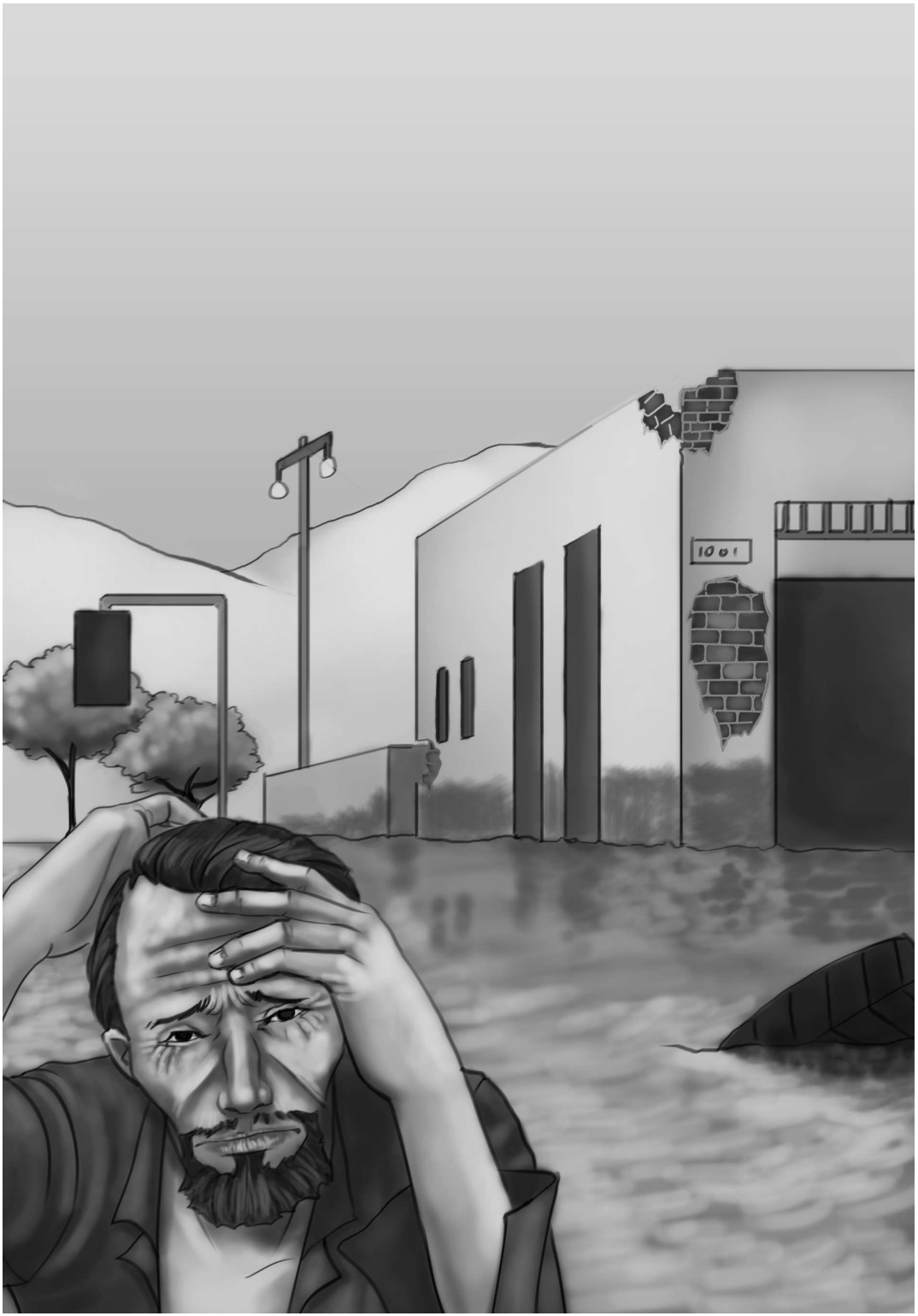
TELLES, V. S. **A gestão do conflito na produção da cidade contemporânea**: a experiência paulista. Projeto Temático FAPESP, Processo 13/26116-5. Vigência: 1 de agosto de 2014-31 de julho de 2018. Área do Conhecimento: Ciências Humanas – Sociologia – Sociologia Urbana, 2014.

TIERNEY, K. J. From the margins to the mainstream? Disaster research at the crossroads. **Annu. Rev. Sociol**., v. 33, p. 503-25, 2007.

VALENCIO, N. A crise social denominada desastre: subsídios para uma rememoração coletiva acerca do foco principal do problema. In: _____. (Org.) **Sociologia dos desastres**: construção, interfaces e perspectivas no Brasil. São Carlos: RiMa Editora, 2013a. v. III, p. 3-23.

VALENCIO, N. **Sociologia dos desastres**: construção, interfaces e perspectivas no Brasil. São Carlos: RiMa Editora, 2013b. v. III.

WILCHES-CHAUX, G. La vulnerabilidad global. In: MASKREY, A. (Org.). **Los desastres no son naturales**. LaRED/Red de Estudios Sociales en Prevención de Desastres en America Latina, 1993.


1061

# O enfrentamento individual, interpessoal e coletivo de idosos e familiares no contexto de desastre: o caso de Teresópolis (RJ)[1]

Aline Silveira Viana

## O enfrentamento na literatura

Nos levantamentos preliminares iniciados em 2012 junto ao NEPED/UFSCar e nos efetuados até 2014 – para a realização da dissertação de mestrado da qual este capítulo deriva – observei, na literatura sobre idoso em contexto de desastre, predominância de pesquisas em saúde focadas no aspecto biológico e psicológico, principalmente sobre quadros de estresse pós-traumático. Na área de gestão, por outro lado, há a preocupação marcante com a construção de guias e manuais técnicos sobre a fase de resposta e preparação. No entanto, em sua maioria, sem consultar e ter participação ativa dos grupos afetados.

Nas ciências exatas e na geografia retratam-se majoritariamente, por sua vez, o desastre como "natural" e as populações afetadas em geral como moradores de "área de risco". Comumente, o discurso presente na literatura das ciências exatas, da geografia e da saúde, por diversas vezes, traz um olhar unilateral, estereotipado e homogeneizado sobre o idoso, a velhice e o processo de envelhecimento. Nas políticas públicas, a tendência de considerar o idoso frágil, vulnerável e um grupo homogêneo para intervenção também é muito presente. Mas, afinal, na literatura, quais são as estratégias de enfrentamento adotadas pelos idosos, particularmente no que concerne aos estudos da área da saúde consultados?

Dado a concepção atual sobre saúde difundida pela Organização Mundial de Saúde (OMS), de esta ser o "estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não somente a ausência de enfermidade ou invalidez", esperava-se estudo nessa área abordando diferentes aspectos da vida de sujeitos idosos e formas variadas de enfrentamento, considerando a pluralidade de "velhices" existente. Como apresentado, estudos da saúde focavam em demasia em enfermidades. Por outro lado, as estratégias escolhidas pelos idosos para o enfrentamento aparecem na literatura

1. Reflexões realizadas a partir do estudo "Idoso, família e desastres: Uma discussão na interface da sociologia e gerontologia a partir da análise do caso de Teresópolis/RJ", com financiamento CAPES (2013-2015).

sob diversos modos, haja vista a integração de estudos de diferentes áreas para a realização desta pesquisa. Esse leque de formas observadas na literatura resulta da multidimensionalidade da afetação nos desastres, dos diferentes modos pelos quais os indivíduos os compreendem e da variabilidade dos recursos disponíveis aos afetados.

Influi nesse processo, portanto, o fato de existir diferentes formas de conceituar os desastres, de compreender o processo de afetação e de enfrentamento nesses cenários. Vale deixar registrado que, para a realização deste estudo, a concepção adotada foi a da Sociologia dos Desastres, com base em autores como Valencio (2012) e Quarantelli (1998). De forma sucinta, os desastres constituem um processo social, marcado por sobreposições de crises (civilizacional, aguda e crônica) sobre populações em processo de vulnerabilização. Estes perpassam o tempo cronológico, tomando uma dimensão social, um tempo social, como é muito abordado na área. Assim, com a crise aguda, as rupturas nas dimensões materiais, simbólicas e interpessoais que compõem a vida cotidiana dos sujeitos perduram *para além do "dia do desastre"* (*cf.* VALENCIO, 2012).

No enfrentamento dos desastres, idosos utilizam mecanismos individuais e coletivos para lidar com as rupturas nas diferentes esferas da vida cotidiana. Esses mecanismos podem ser fortalecidos pela atenção do setor de saúde e assistência social, todavia, é importante que as práticas de atenção aos idosos não sejam homogêneas ou homogeneizadoras, haja vista a heterogeneidade do segmento idoso, do processo de envelhecimento e das relações sociais envolvidas.

Muitos estudos na área da saúde trazem uma visão da afetação em termos de sinais e sintomas, sendo variadas as consequências destes para os idosos, enquanto estudos na área de ciências sociais discutem a afetação focalizando as relações sociais e o âmbito da vida pública e privada. Na área da saúde mental, predominam estudos internacionais, com abordagem das teorias cognitivas de estresse, tendo como principal conceito o enfrentamento (*coping*). Destacaram-se, nessa abordagem, estudos acerca do transtorno do estresse pós-traumático (TEPT) e de sintomas depressivos, embora pesquisas realizadas em diferentes contextos socioculturais tenham relacionado os impactos de eventos estressantes na saúde global e na qualidade de vida de idosos. Ainda que seja uma linha válida e importante adotada na área da saúde, compõe uma corrente teórica paralela à corrente da Sociologia dos Desastres aqui preconizada, na qual as relações sociais e o meio social, e não apenas os fatores biológicos e psicológicos dos indivíduos, constituem a raiz da afetação nos desastres.

Os estudos na corrente do estresse pós-traumático priorizam, consequentemente, a atuação sob o estado individual de saúde após a crise aguda, não cabendo, portanto, um debate sobre fragilidades sociopolíticas que corroboram para o desenvolvimento de patologias e alterações no quadro clínico dos sujeitos.

De forma geral, as estratégias de enfrentamento adotadas podem ser compreendidas, principalmente, na perspectiva da psicologia, como mecanismos de autorregulação do *self*, por meio dos quais as pessoas se adaptam ou procuram se adaptar a circunstâncias estressantes. O enfrentamento, na área da psicologia, tido como *coping*, tem diferentes definições e correntes de estudo, embora a concepção empregada pelo grupo de Folkman e Lazarus seja a mais utilizada. Note-se que na presente pesquisa optou-se por investigar as estratégias e não os estilos de enfrentamento. A primeira refere-se às ações cognitivas e comportamentais adotadas pelos indivíduos diante de fatores situacionais, enquanto a segunda foca as características de personalidade dos sujeitos (ANTONIAZZI; DELL'AGLIO; BANDEIRA, 1998).

Na perspectiva do grupo de Folkman e Lazarus, as estratégias de enfrentamento podem focalizar o problema ou a emoção. Há situações em que ambas são utilizadas, mas ressalva-se que a referente ao problema é usualmente empregada quando há a possibilidade de modificar a situação. E, voltada à emoção, geralmente é utilizada em situações estressantes cuja origem não pode ser modificada (IDEM, 1998). As autoras apontam ainda uma terceira estratégia, a focalizada nas relações interpessoais, por meio da qual o indivíduo utiliza sua rede de suporte social para o enfrentamento da situação adversa.

Os estudos resultantes da revisão destacam a ocorrência de transtornos mentais, transtornos do humor e pensamentos suicidas entre idosos afetados por desastres, assim como ressaltam o reflexo de situações estressantes na qualidade de vida (QV)[2] desses indivíduos. De forma geral, em diferentes contextos, na velhice a dinâmica de enfrentamento de

2. A QV é definida pela OMS (1997, p.1) como a "percepção do indivíduo de sua posição na vida no contexto dos sistemas de cultura e de valores em que vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações". Conforme continuam (1997, p.1), a QV "é um conceito amplo que é afetado de forma complexa pela saúde física da pessoa, estado psicológico, nível de independência, relações sociais, crenças pessoais e sua relação com características relevantes de seu ambiente". Para mais informações sobre QV na velhice, especificamente no contexto brasileiro, consultar o livro: NERI, A. L. (Org). **Qualidade de vida na velhice:** enfoque multidisciplinar. Campinas, SP: Ed. Alínea, 2007 (Coleção Velhice e Sociedade).

eventos estressantes pode englobar tanto estratégias disposicionais quanto situacionais, embora atualmente o enfoque de análise e tratamento dessa dinâmica ocorra predominantemente na perspectiva situacional (NERI; FORTES, 2006). E a adaptação a esses eventos dependerá da intensidade destes, do que o idoso considera funcional para sua adaptação, como ele avalia a situação, como compreende o grau de controlabilidade desta e quais os repertórios possíveis de ser utilizados no enfrentamento. Assim, de acordo com as estratégias adotadas e posicionamentos tomados, os desdobramentos desses eventos para a saúde poderão variar em intensidade e duração (NERI; FORTES, 2006).

Há que se considerar a variação da gravidade dos sintomas após eventos traumáticos, podendo ser de leve a severa, de curta ou longa duração, nos diferentes segmentos etários. Especificamente na área de saúde mental, os *CDCs* (*Centers for Disease Control and Prevention*), em 2012, publicaram a revisão *Disaster mental health primer: key principles, issues and questions*, em que exemplificam, dentre outros, as principais reações psicológicas leves, moderadas e severas expressas por pessoas afetadas em geral nos desastres. Dentre as informações, apresentaram o Gráfico 1, no qual relacionaram a proporção de pessoas afetadas, a severidade e a quantidade de sintomas.

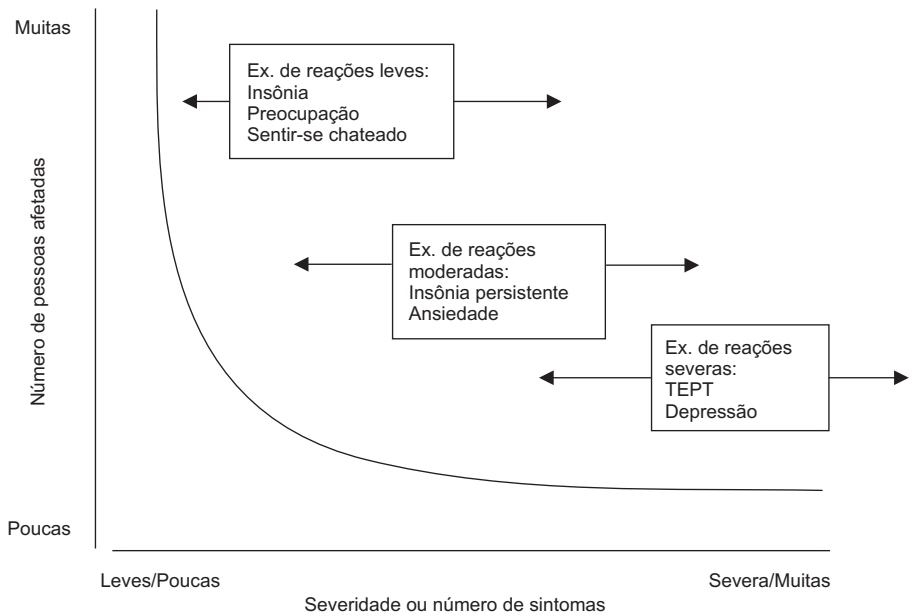


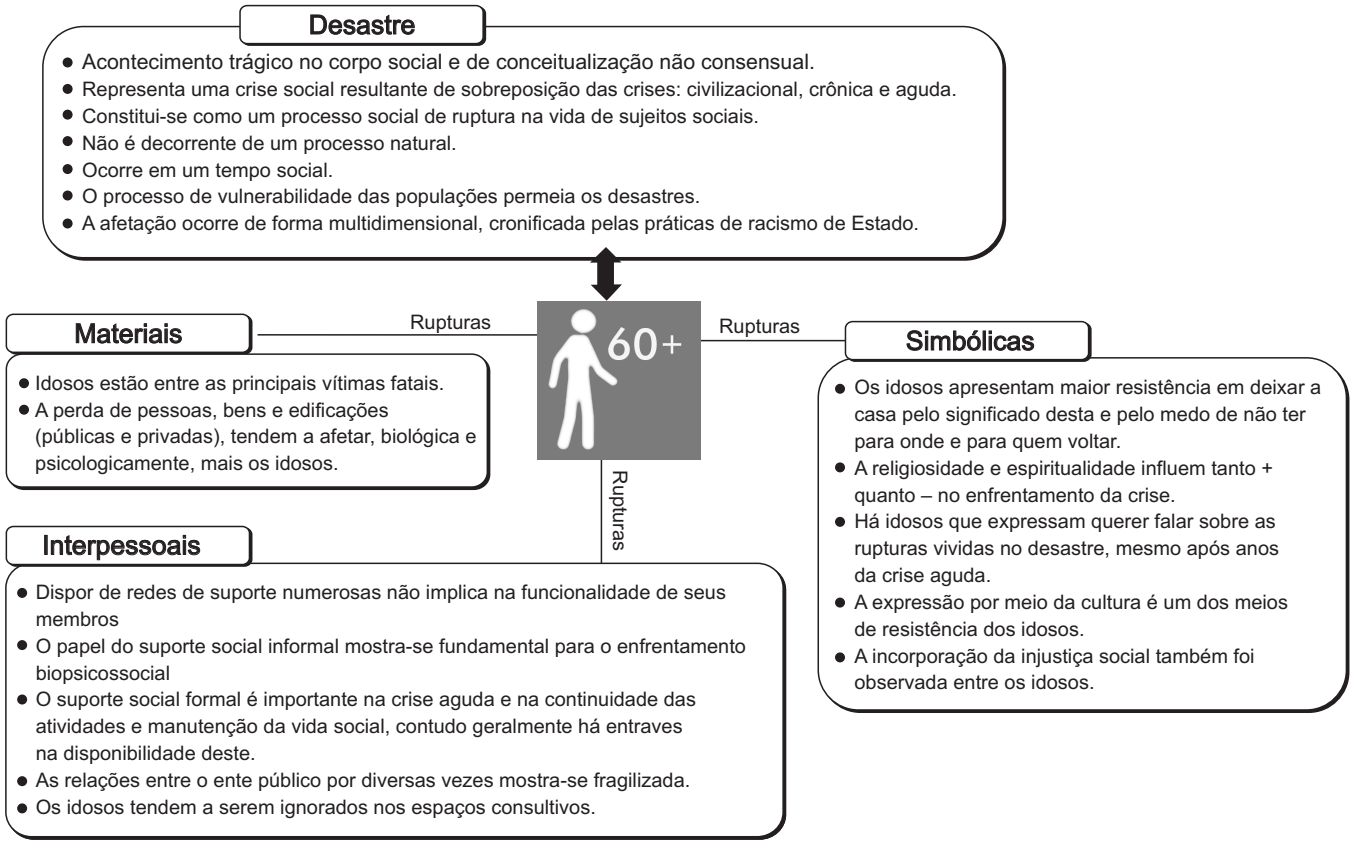

**Gráfico 1** Severidade da reação psicológica após evento traumático.
Fonte: Traduzido pela autora a partir de CDC (2012).

Analisando o gráfico observa-se que a quantidade de pessoas afetadas com sintomas tende a diminuir à medida que aumenta a severidade ou número de sintomas. Contudo, os sintomas severos podem ter desfechos clínicos importantes quando não tratados e acompanhados adequadamente, como o quadro de TEPT.[3] O TEPT, muito estudado na literatura da saúde acerca dos desastres, pode apresentar-se como um quadro agudo (até dois meses) ou crônico (duração indefinida), demandando tratamento farmacológico e intervenção psicossocial de equipe multiprofissional. É indispensável, no entanto, em grupos de risco como os idosos, levar em consideração especificidades biopsicossociais relacionadas com o processo de envelhecimento para o correto acompanhamento e tratamento (KNIGHT et al., 2000; JIA et al., 2010; SUZUKI et al., 2011; PIETRZAK et al. 2012; BEI et al., 2013; PIETRZAK et al. 2013).

No Brasil, entretanto, estudos sobre memória social e suporte social de idosos predominam, em uma perspectiva da Sociologia dos Desastres e interface desta com a Gerontologia (ZAGO, 2006; SARTORI, 2012, 2014; COSTA et al., 2012; VIANA et al., 2012a; VIANA et al., 2012b; VIANA et al., 2014; VIANA, 2014). Os estudos nacionais reforçam que as políticas voltadas para a atenção à pessoa idosa não garantem, de fato, a efetivação de direitos em caso de desastres, haja vista a distância existente entre a legislação e sua implementação. Mas, de forma geral, o que sabemos hoje sobre idoso em contexto de desastre? O Quadro 1 foi produzido como síntese da revisão bibliográfica, e a divisão em dimensões foi proposta de acordo com as dimensões que seriam estudadas na dissertação de mestrado. Não sendo encontrada previamente na literatura, portanto, tal divisão ou quadro teórico.

A partir da revisão bibliográfica, indagou-se como se dá o processo de enfrentamento sob a ótica da pessoa idosa e seus familiares diante do contexto de desastre no país. Para isso, propôs-se descrever e analisar, numa perspectiva de interface da sociologia e da gerontologia, dimensões materiais, simbólicas e interpessoais de afetação de idosos e familiares, bem como as estratégias de enfrentamento adotadas por estes a partir do caso de Teresópolis (RJ).

3. De acordo com a psiquiatra Dirce Perissinotti, da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), em entrevista publicada pelo portal da instituição, o tratamento farmacológico engloba a associação de medicamentos antidepressivos, inibidores seletivos da recaptação de serotonina e ansiolíticos, os quais auxiliam inclusive na psicoterapia do paciente. Disponível em: <http://www.psiquiatria.unifesp.br/sobre/noticias/exibir/?id=63>. Acesso em: 21 set. 2014.




**Quadro 1** Quadro esquemático síntese da revisão sobre idoso em contexto de desastre. Fonte: a autora (2015).

Os percursos metodológicos traçados para tal tiveram por base um recorte qualitativo, na utilização de três técnicas integradas: a de levantamento bibliográfico, a de análise documental e a de pesquisa de campo. Para fins de maior proximidade com a literatura do tema de desastres, desde uma perspectiva humanística e biopsicossocial, foram selecionadas e analisadas obras impressas e digitais para embasar as discussões a partir da pesquisa de campo e análise documental. Para as obras digitais foram consultadas as bases: Portal Capes, Scielo.br, ScienceDirect, Medline, Pubmed, Schollar.Google, Sociological Abstracts e Ebsco, utilizando principalmente os descritores "*Elderly*" e "*Disaster*", embora também se tenha feito associação com "*Brazil*".

Para as análises documentais, consultaram-se bases de dados pré-selecionadas, em duas etapas: na primeira, a busca de registros oficiais referentes a desastres ocorridos nos bairros Caleme e Campo Grande, situados em Teresópolis, e, na segunda, a busca de registros jornalísticos *on-line* acerca dos desastres ocorridos nos bairros em questão.

Referente à pesquisa de campo, após levantamento prévio de dados, Teresópolis foi escolhido por ter sido local de um dos desastres mais catastróficos recentes, estando entre os três municípios com maior número de mortos, o qual acometeu vários municípios do Estado do Rio de Janeiro em janeiro de 2011, contudo, em maior magnitude os da região serrana.

Para fins de aprofundamento analítico, após levantamento documental e reconhecimento de campo, foram selecionados dois bairros severamente afetados em janeiro de 2011: o Campo Grande e o Caleme. E, nestes, optou-se por uma análise microssociológica para compreensão de aspectos da afetação e enfrentamento de sujeitos idosos e seus familiares no desastre em curso no município. Utilizou-se, nessa fase, do diário de campo, da fotodocumentação e de entrevistas abertas. Seguiram-se as orientações do Código de Ética da Sociedade Brasileira de Sociologia e foi solicitado consentimento informal oral de todos os entrevistados. As inserções em campo ocorreram em janeiro de 2013, abril de 2014 e janeiro de 2015, contando com as entrevistas de 19 idosos, seis membros familiares e cinco membros da comunidade. As entrevistas duraram de 12 minutos a 2 horas e 35 minutos, e foram gravadas apenas oito delas, de acordo com o consentimento dos sujeitos, totalizando 4 horas e 38 minutos de gravação.

## Considerações iniciais acerca do idoso e o contexto dos desastres

Levando em consideração que vivemos em um país onde 12,1% da população é representada por idosos – com projeção de aumento desta passando para 22,71% em 2050 (IBGE, 2008, 2010) –, compreender as dimensões biopsicossociais do envelhecimento é importante para o planejamento de ações conjuntas e adequadas a curto, médio e longo prazos. Para tal, é fundamental conhecer a realidade vivida por esses sujeitos sociais e darlhes voz e espaço para participar do processo de construções de ações voltadas ao segmento. Isto se reforça em vista da ampliação das demandas, em diferentes setores da sociedade, com o progressivo envelhecimento populacional e mudanças demográficas, sociais, econômicas e epidemiológicas correlacionadas. Por isso, a importância das contribuições e intervenções da Gerontologia nos diferentes setores e o diálogo inter- e multidisciplinar acerca do processo de envelhecimento.

Atrelado a esse cenário, há a crescente ocorrência de desastres no país. Segundo o Atlas Brasileiro de Desastres Naturais, entre 1991 e 2012, houve 38.996 registros oficiais sobre a ocorrência de desastres, cuja contabilização de pessoas afetadas somou 126.926.656. Destes, 3.448 faleceram, sendo 2.294 apenas na região Sudeste. Na mesma região, o Estado do Rio de Janeiro (RJ), com destaque para a região serrana, recorrentemente é afetado por desastres, como pode ser observado na Tabela 1. Os dados públicos disponíveis são referentes aos reconhecimentos federais de decretação de Situação de Emergência (SE) e Estado de Calamidade Pública (ECP) feita pela Defesa Civil de municípios e do Estado do RJ. Como se observa na Tabela 1, o ano de 2011 foi um dos com maior presença de decretação de ECP e, consequentemente, quantidade de óbitos, desabrigados, desaparecidos, desalojados e afetados em geral no Estado do Rio de Janeiro (UFSC, 2013).

No contexto de desastres, dentre os afetados, é importante a preservação da dignidade e proteção a grupos considerados legalmente como mais vulneráveis, dentre eles, o de idosos. Embora o Plano de Ação Internacional sobre o Envelhecimento, elaborado pela ONU e acordado em 200 – com o apoio brasileiro na instância federal, inclusive na reprodução e divulgação deste –, já apresentasse a preocupação do atendimento aos idosos em situações de emergência, após este, na legislação federal, apenas há a menção aos idosos na atualização da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC) de 2012. Mesmo com a promulgação do

Estatuto do Idoso (2003) e da Política Nacional de Atenção à Pessoa Idosa (2006), o idoso no contexto de desastre não foi devidamente contemplado.

**Tabela 1** Reconhecimentos de ECP e SE no Estado do Rio de Janeiro entre 2003-2014.

| Ano | Municípios | Reconhecimentos | ECP | SE |
|---|---|---|---|---|
| **2014** | 2 | 2 | 0 | 2 |
| **2013** | 11 | 12 | 0 | 12 |
| **2012** | 18 | 22 | 0 | 22 |
| **2011** | 27 | 30 | 7 | 23 |
| **2010** | 36 | 46 | 3 | 43 |
| **2009** | 32 | 42 | 2 | 40 |
| **2008** | 4 | 4 | 0 | 4 |
| **2007** | 31 | 45 | 0 | 45 |
| **2006** | 4 | 4 | 0 | 4 |
| **2005** | 5 | 5 | 0 | 5 |
| **2004** | 16 | 18 | 0 | 18 |
| **2003** | 26 | 35 | 5 | 30 |

Fonte: Sistematizado pela autora a partir de dados do Ministério da Integração Nacional (2003-2014).

Concernente aos idosos, independentemente de situação de emergência, temos respaldo da Constituição Federal Brasileira de 1988 (CF/88), a qual dispõe ser dever conjunto entre família, Estado e sociedade prover cuidados e garantir condições dignas à pessoa idosa. Soma-se a esta a Lei Orgânica da Assistência Social (BRASIL, 1993), cujas disposições incluem as ações assistenciais de caráter de emergência, mas sem fazer observações quanto ao atendimento/planejamento de ações voltadas aos grupos mais vulneráveis. Contudo, como um dos objetivos da assistência social é "a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à **velhice**" (BRASIL, 2011, grifo da autora), há uma expectativa de proteção/planejamento/intervenções ao segmento idoso. Mas este nem sempre ocorre, como foi observado nos relatos dos idosos, familiares e membros da comunidade entrevistados em Teresópolis (RJ).

Apenas em 2012 vê-se a inclusão do segmento dentre as preocupações centrais do Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil (CONPDEC). A Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, no Art. 12º, inciso IV, dispõe como finalidade do CONPDEC "propor procedimentos para atendimento a crianças, adolescentes, gestantes, **idosos** e pessoas com deficiência em

situação de desastre" (BRASIL, 2012, grifo da autora). Contudo, não são apresentadas especificidades sobre os procedimentos a serem adotados, assim como não houve a promulgação de decretos ou complementações acerca dos procedimentos.

Somente em 2013 o governo federal lançou um protocolo acerca dos padrões mínimos de proteção a seguimentos considerados vulneráveis, para orientar diversos setores e atores sociais, entidades, agências políticas e instituições do setor privado. Essa iniciativa deu-se após a ocorrência simultânea de desastres na região serrana do Estado do Rio de Janeiro, em 2011, a partir da qual se formou o Grupo de Trabalho Interministerial, congregando dez órgãos do Poder Executivo Federal para a definição de um protocolo de proteção a segmentos mais vulneráveis. Como resultado dessa ação conjunta, em setembro de 2013, foi publicado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) o Protocolo Nacional conjunto para proteção integral a crianças e adolescentes, pessoas idosas e pessoas com deficiência em situação de riscos e desastres.

Especificamente ao público idoso, as orientações dão-se por meio de diretrizes para as políticas de atendimento e ações de proteção integral em contexto de exposição a risco e/ou de desastre. As diretrizes são apresentadas para serem aplicadas em três diferentes momentos – de prevenção e preparação, de resposta e de recuperação – e de acordo com cada área de atuação: intersetorial; proteção e defesa civil; saúde; assistência social; educação; e segurança pública. Esse protocolo de fato representa um avanço para pensar ações de prevenção à recuperação do segmento, ao estimular a participação e envolvimento comunitário. Como se trata de um protocolo com adesão voluntária, poucos estados e municípios aderiram a ele, sendo que não consta essa adesão no site do município de Teresópolis e do Estado do Rio de Janeiro. Caso ainda não tenham aderido, isso significaria uma ação contraditória, pois foi justamente por causa das limitações observadas nos desastres na região serrana em 2011 que o protocolo foi pensado. Embora o protocolo seja um avanço, na ausência de implementação, as limitações e as eficácias das ações pensadas ficam longe do plano concreto. Todavia, é necessária muita cautela na realização das ações do protocolo, pois um elemento primordial não foi considerado, a voz dos afetados, o público-alvo desse documento.

Vale destacar que ao idoso é incumbida historicamente a função social de lembrar (BOSI, 2003). E, mesmo nos casos de alteração cognitiva e com comprometimento de funções como memória e linguagem, a função social do idoso de representar a construção social de uma coletividade,

acerca de lugares e de relações estabelecidas, permanece. Essa memória é passada às novas gerações por meio de elementos bibliográficos, sejam eles materiais, espaciais, interpessoais ou simbólicos. Com a deflagração do desastre na *vida cotidiana*[4] dos sujeitos, por sua vez, há mudanças em diferentes dimensões da vida – como a simbólica, a interpessoal e a material – desdobrando-se na vida cotidiana de sujeitos afetados, na conformação da memória, bem como no *habitus*[5] destes.

> "[...] um acontecimento realmente grave sempre causa uma mudança nas relações do grupo com o lugar, seja porque modifique o grupo em sua extensão, [...] seja porque modifique o lugar [...]. A partir desse momento, não será mais exatamente o mesmo grupo nem a mesma memória coletiva; mas, ao mesmo tempo, o ambiente material não mais será o mesmo" (HALBWACHS, 2004, p.140).

## Apresentação do caso de Teresópolis (RJ): breve panorama oficial

Os desastres ocorridos na região serrana do Estado do Rio de Janeiro, nos primeiros dias de janeiro de 2011, foram marcados por intensa precipitação, por deslizamentos de massa e rolamento de pedras, em uma região de terrenos com alta declividade e população historicamente em processo de vulnerabilização. O evento ocorrido na madrugada de 12/01/2011 foi reconhecido por portaria federal como estado de calamidade pública e decretado como tal pelo decreto municipal n° 3.988, de 12 de janeiro de 2011.

Em 2011, as fragilidades do ente público com seus munícipes novamente se puseram em evidência. No entanto, como não foi divulgado o relatório de avaliação de danos referente ao ano de 2011 no site do Ministério da Integração

4. Por vida cotidiana compreende-se que esta não se resume aos "usos e costumes" e rotinas presentes na vida privada e na cotidianidade (MARTINS, 1996). Embora as dimensões histórica e temporal sejam importantes à noção de vida cotidiana, pois a contextualizam, a vida cotidiana que o homem simples vivencia é formada por instabilidades, choques, rupturas e desafios constantes (MARTINS, 1998).

5. É importante explicitar que por *habitus* se entende uma capacidade de gerar produtos, tais como pensamentos, percepções, expressões e ações, marcados pelas condições histórica e socialmente situadas de sua produção. Assim, no *habitus* está presente a dialética entre a exterioridade/o meio social e a interioridade/indivíduo (BOURDIEU, 1989). Em outras palavras, o *habitus* em Bourdieu pode ser compreendido como:

> [...] um sistema de esquemas individuais, socialmente construído de disposições estruturadas (no social) e estruturantes (nas mentes), adquirido nas e pelas experiências práticas (em condições sociais específicas de existência), constantemente orientado para funções e ações do agir cotidiano (SETTON, 2002, p.63).

Nacional, empreendeu-se, neste trabalho, um esforço para reunir informações oficiais sobre o desastre em Teresópolis (RJ). Contudo, com as divergências de estatísticas oficiais, assim como ausência de informações públicas, estas se desencontram e as reais proporções dos danos humanos e materiais são silenciados, neste que tem se mostrado o desastre mais catastrófico recente. Segundo dados obtidos no Relatório Diário de Desastres da Subsecretaria de Estado de Saúde e Defesa Civil, atualizado em 14/07/2011, há duas descrições de danos e afetação para a mesma data, como pode ser visto na Tabela 2.

**Tabela 2** Ocorrências de chuva em Teresópolis (RJ), verão 2010/2011.

| Ocorrência | Data | Desalojados | Desabrigados | Vítimas | | Afetadas | Edificações | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | Parciais | Fatais | | Danif. | Destr. |
| **Enxurradas ou Inundações Bruscas** | 12/01/2011 | 6956 | 187 | 267 | 71 | 50000 | 1516 | 0 |
| **Enxurradas ou Inundações Bruscas** | 12/01/2011 | 9110 | 6727 | 555 | 388 | 0 | 0 | 0 |
| **Enchentes ou Inundações Graduais*** | 24/12/2010 | 139 | 0 | 2 | 0 | 3400 | 1 | 0 |

*Dados retirados dos formulários de "Nopred" enviados pelo município. Fonte: Subsecretaria de Estado de Saúde e Defesa Civil. Atualizado às 11 horas do dia 14/07/2011.

Dados obtidos por meio da Defesa Civil do Estado do Rio de Janeiro por pesquisadores da Fiocruz, no artigo de Freitas et al. (2012), apontam que em Teresópolis houve 9.110 pessoas desalojadas, 6.727 desabrigadas e 392 óbitos confirmados, embora o dado sobre óbitos não seja ratificado em outras fontes. Os dados oficiais e da literatura não condizem também ao expresso no Plano de Habitação de Interesse Social (PHIS) de Teresópolis, no qual cerca de 5.000 famílias ficaram desabrigadas e 6.000 desalojadas. O Atlas de Desastres Naturais diverge ainda sobre o número de mortos (n = 387) e total de afetados (n = 17.000) (UFSC, 2013). Contudo, todas as fontes citadas até o momento não discorrem especificamente sobre o número de desaparecidos no município.

Dez meses após janeiro de 2011, das 322 comunicações feitas de desaparecimento, ainda havia cem pessoas desaparecidas e, destas, 16 eram idosas (VALENCIO, 2012). Atualmente, em levantamento realizado nos dados do Programa de Identificação e Localização de Desaparecidos – do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro –, constatou-se que, em Teresópolis, dos 295 comunicados de desaparecimento em decorrência do

desastre, ainda há 113 comunicações em processamento, ou seja, em que não se localizaram com vida ou foram decretadas como óbito. Destes, 48% continham informação sobre a idade, a qual é apresentada na Tabela 3.

**Tabela 3** Distribuição dos desaparecidos no desastre por faixa etária, em Teresópolis, atualizado em 2013.

| Faixa etária | Número | Frequência |
|---|---|---|
| 0 a 9 anos | 13 | 24,1% |
| 10 a 19 anos | 6 | 11,1% |
| 20 a 29 anos | 11 | 20,4% |
| 30 a 39 anos | 6 | 11,1% |
| 40 a 49 anos | 6 | 11,1% |
| 50 a 59 anos | 5 | 9,3% |
| 60 anos ou mais | 7 | 13,0% |

Fonte: Da autora, a partir do Programa de Identificação e Localização de Desaparecidos, do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, 2013.

Especificamente sobre o óbito de idosos com 60 anos ou mais, embora não seja discriminada no Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) a causa, observou-se crescimento de óbitos no ano de 2011 no município. Como se observa no Gráfico 2, em 2011 há um pico de crescimento de 8,4% no número de óbitos entre idosos residentes em comparação com o ano anterior e de 5,8% em relação ao período (2009-2012), decaindo em 2012, embora continue elevado diante dos anos anteriores.

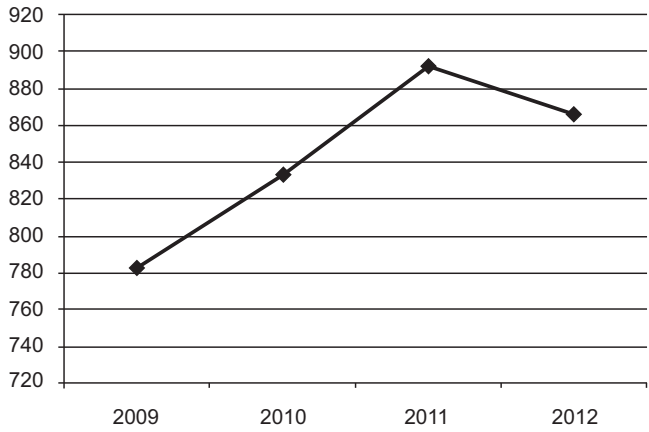



**Gráfico 2** Óbitos por residência de pessoas com 60 anos ou mais, por ano do óbito. Fonte: MS/SVS/CGIAE – SIM (2009-2012).

No âmbito de óbitos no contexto hospitalar (Gráfico 3), não foi observado o mesmo padrão no período de jan/2009-jan/2014. Foi possível notar crescimento significativo entre maio e agosto de 2011, sendo o número máximo de óbitos, entre 2009 e 2014, registrado no mês de agosto de 2011.

Como o objetivo deste estudo foi compreender o desastre sob a ótica da pessoa idosa e seus familiares, é importante observar a representatividade do segmento idoso em geral na população de Teresópolis.

A partir de dados do último censo populacional, o município apresenta alta representatividade de idosos, com percentual de 13,2%, acima, portanto, da média nacional (IBGE, 2010). Cabe destacar que o município já dispunha de um histórico de 22 leis referentes ao público idoso, sendo uma delas complementar. Dentre as leis, há a Política Municipal do Idoso (PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESÓPOLIS, 1998), com a criação do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, e a Lei nº 0119, de 20/12/2008, cuja disposição cria a Secretaria Municipal de Assuntos Especiais da Terceira Idade.

Em tese, essas ferramentas deveriam ser empregadas também na proteção à vida e à dignidade dos idosos em contexto de desastre, como visto no Art. 14, inciso III, do Capítulo IV da referida lei, segundo o qual é competência da SMDS, na implementação da Política Municipal do Idoso, "garantir prioridade de atendimento ao idoso em situações de emergência e risco social e nos demais serviços sociais prestados à população".

De acordo com a literatura, há aumento de óbitos de idosos entre os meses de maio e agosto, decorrente principalmente de doenças respiratórias (DUTRA et al., 2010). Contudo, não é possível determinar se o desfecho clínico é consequência de complicações apresentadas a partir da instalação da crise aguda do desastre, no caso teresopolitano, por não haver informações disponíveis.

Como nos meses de junho e agosto de 2011 houve aumento no número de óbitos de pacientes em atendimento hospitalar, seria necessário um estudo mais aprofundado, explorando as causas dos óbitos de idosos, para determinar as correlações dos danos sofridos no desastre com os diferentes desfechos clínicos.

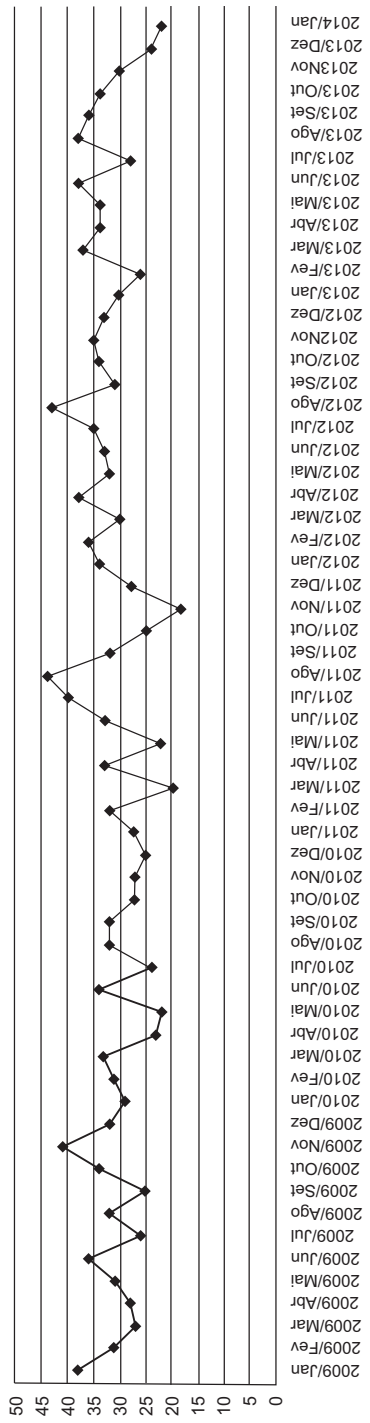



**Gráfico 3** Óbito de pessoas com 60 anos ou mais por ano/mês em atendimetno hospitalar pelo SUS no município entre jan/2009-jan/2014. Fonte: MS/SIH/SUS (jan/2009-jan/2014).

## Apresentação do caso de Teresópolis (RJ) a partir do relato dos idosos e familiares no enfrentamento do caos velado

Na memória dos idosos entrevistados, a perda humana foi superior à descrita oficialmente. Estes apontam os membros da família e da comunidade falecidos e desaparecidos como as perdas mais significativas vivenciadas no desastre. Além da perda do convívio com aqueles que compunham suas redes e sobreviveram. Em uma tentativa de resgatar a memória de pessoas idosas afetadas e de membros de suas redes sociais também idosas, foram construídos mapas representativos de idosos que permaneceram, mudaram-se ou faleceram em 2011 nos bairros Caleme e Campo Grande (Figuras 1 e 2).

De acordo com os entrevistados, cerca de 4000 pessoas viviam no Campo Grande até 2011 e, em janeiro de 2015, os moradores apontaram que em torno de 50 pessoas habitavam o bairro. No Caleme, os entrevistados não souberam precisar quantos saíram ou faleceram/desapareceram após 2011 no bairro, mas mencionaram que 23 famílias foram afetadas; destas, apenas quatro pessoas que não estavam em suas casas durante o deslizamento teriam sobrevivido.

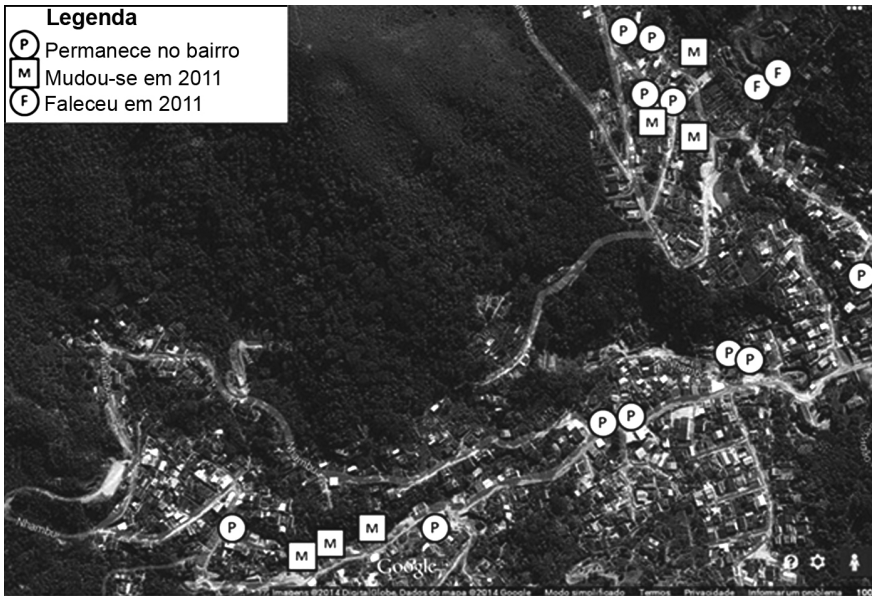



**Figura 1** Mapa esquemático de idosos que permaneceram, mudaram-se ou faleceram em 2011 no Caleme. Fonte: Da autora, a partir da imagem de satélite do Google Maps, 2015.

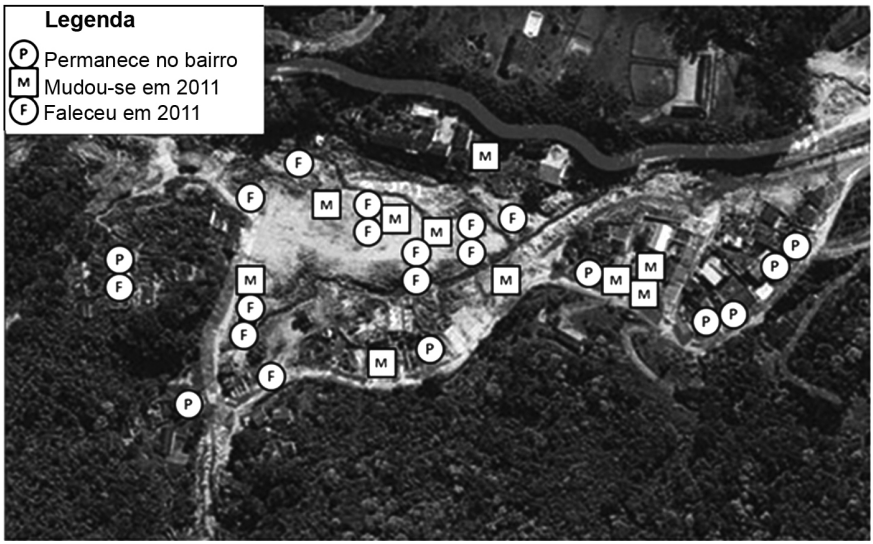



**Figura 2** Mapa esquemático de idosos que permaneceram, mudaram-se ou faleceram em 2011 no Campo Grande. Fonte: Da autora, a partir da imagem de satélite do Google Maps, 2015.

É importante ressaltar que as formas de enfrentamento adotadas pelos entrevistados são marcadamente influenciadas pela questão da moradia. A casa é figura central nesta pesquisa, seja pela importância de rememorá-la, resgatar as histórias ligadas a ela e seu entorno ou pela necessidade de retornar a uma casa, a um *ninho* ou uma *concha*,[6] como diria Bachelard. Esses dois elementos, como nos chama a atenção o autor, são imagens que se associam às ideias de repouso e segurança, respectivamente. No caso da pessoa idosa, tão importante quanto a casa, são as pessoas e o suporte dado e recebido em seu entorno, pois "os velhos casais estão presos ao lugar, mas estão na verdade presos às pessoas, aos recursos da comunidade e um ao outro" (TUAN, 1983, p.154). Acresce-se, ainda, o 'estar preso', o ter laços com cada *lugar menor* e cada caminho, os quais trazem as memórias de um indivíduo e de uma coletividade.

6. O autor explica, em uma linguagem poética, a analogia da *concha*, na qual se destacam dois elementos, o da casa dar a sensação de segurança e de ela representar algo vivo, com significado e antropomorfizado. Para Bachelard (1988, p.126): "Ao menor sinal, a concha se humaniza [...]. Com a concha, o impulso vital de habitação chega rápido demais ao seu termo. A natureza obtém depressa demais a segurança da vida fechada. Mas o sonhador não pode acreditar que o trabalho terminou quando as paredes estão firmes; e é assim que os sonhos construtores de concha dão vida e ação às moléculas tão geometricamente associadas. Para eles, a concha, no próprio tecido de sua matéria, é viva".

Contudo, com as limitações de acesso à moradia, o repouso, a segurança e os vínculos com as pessoas ao seu entorno estão longe de integrarem novamente a vida cotidiana desses sujeitos. É o caso de duas irmãs idosas, uma delas dependente de cuidados para a realização de suas atividades básicas de vida diária (AVDs). Essas irmãs se enquadram em segmento ainda "mais esquecido" (se é possível colocar dessa forma) pelo Estado, o das pessoas afetadas não contempladas com o auxílio-aluguel, indenização ou cadastramento junto ao órgão público responsável para ser beneficiada com as casas populares. E esse grupo continua a não fazer parte da pautas de discussões públicas analisadas e observadas até o momento:

> **Idosa J2 –** Não, eles não deixaram nem eu fazer o cadastramento.
>
> **Entrevistadora –** A senhora foi impedida de fazer o cadastramento...
>
> **Idosa J2 –** Ela disse que não precisava. A gente perde a paciência, hein moça, a gente perde a paciência, perde a paciência, hein. Eu não quero briga feia porque eu perco os meus direitos, porque eu vou lutar pelos meus direitos, sabe? A gente perde a paciência, moça, perde a paciência (Entrevistada J2, idosa, durante a manifestação de 12/01/2013, moradora da Granja Florestal).

A situação dessas irmãs reflete um sofrimento, sem previsão de solução ou atenção pública. Como continua J2:

> É difícil, 'passamo' aperto..., eu 'tô' aborrecida, 'passamo' muito aperto. Porque o meu dinheiro é assim, o meu dinheiro, esse dinheiro que eu 'tô' te falando, R$ 570, pego a metade dou a ela, pego a metade e pago o aluguel. Aí eu fico sem nada e ela fica sem nada, 'tá' complicado, aí tem gás, tem luz, tem comida. Da minha irmã, eu não posso 'mexê', eu mexo, mas num dá pra mexer, não dá pra ela moça, só a fralda não dá, não dá. E tem outro, assistência social não tem nada, não ajuda a gente em nada, não ajuda em nada. Por que que ela me negou? Não é dela... (Entrevistada J2, idosa, durante a manifestação de 12/01/2013, moradora da Granja Florestal).

O processo de enfrentamento diante de um contexto tão adverso deu-se de diferentes formas. No universo simbólico, por exemplo, a rememoração das pessoas e das histórias destas que compunham suas redes é uma das formas de enfrentamento e processamento do luto, das perdas e danos sofridos na vida material, simbólica e interpessoal. Outra forma deu-se por meio dos silêncios, especialmente quanto à perda de crianças da família e da comunidade. Cuidar dos animais remanescentes também foi um modo encontrado de zelar pela memória de amigos da

comunidade e familiares. Uma das entrevistadas, por sua vez, utilizou-se da arte para expressar seus sentimentos. Poucos dias após a crise aguda, ela relatou ter pintado um quadro (Figura 3) enquanto chorava e olhava para o morro em que houve o deslizamento de terra, com as casas e as pessoas que ali moravam (Figura 4). O quadro levou 10 minutos para ser finalizado e, de acordo com a entrevistada, não foi mais modificado. Durante o diálogo, gestos seus tentavam representar o que sentia e de onde esses sentimentos vinham durante o processo de pintura. Algo muito significativo que a transcrição, no entanto, não nos permite aqui representar.



**Figuras 3 e 4** O quadro e o morro. Foto: Aline Viana (Caleme, janeiro/2015).

A imagem da Figura 5 mostra a prática de hastear a bandeira branca para que não se esqueça o significado do dia de 12 de janeiro de 2011 para a vida da comunidade. Além da homenagem às vitimas fatais, representa a resistência dos sobreviventes em não deixar no esquecimento as vidas que se perderam ou desapareceram. O hasteamento da bandeira foi seguido de um ato de solidariedade às vitimas, para o qual a comunidade trouxe fitas, rosas e balões brancos (Figura 6).

A mobilização da AVIT (Associação das Vítimas das Chuvas do dia 12 de janeiro em Teresópolis) é um exemplo de enfrentamento coletivo, assim como de mobilização para a realização das manifestações. Estas se apropriam do espaço público para lutar pelos direitos dos cidadãos afetados, assim como para rememorar aqueles que faleceram ou estão desaparecidos desde 2011.

Dentre as diversas ações realizadas pela associação, destacam-se: a prestação de assistência jurídica; a realização de reuniões com afetados e poder público; idealização e efetivação de audiências públicas; manifesta-

ções e atos de solidariedade. Mesmo diante de vários entraves, algumas conquistas ocorreram graças à pressão popular, como a aprovação da Lei Orgânica, a qual destina pelo menos 3% dos recursos próprios do município para o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS) (AVIT, 2013). Outro passo importante foi o credenciamento da AVIT junto ao Ministério das Cidades para gerir a construção de 200 unidades habitacionais, no prazo de dois anos, oficializar o projeto apresentado e iniciar a construção das unidades.



**Figuras 5 e 6** Ato simbólico em memória das vítimas dois (à direita) e quatro anos (à esquerda) após o acontecimento. Foto: Aline Viana (Praça Balthasar da Silveirada, janeiro/2013 e janeiro/2015).

O enfrentamento religioso também foi observado entre os entrevistados. Este se apresenta como "uma variação do enfrentamento baseado na emoção" e é apontado como importante, em diferentes faixas etárias, para lidar com eventos incontroláveis, quando a pessoa reconhece esse tipo de enfrentamento como funcional e válido para seu sistema de crenças e valores (NERI; FORTES, 2006, p.1282).

Na literatura internacional, há quase três décadas procura-se compreender os comportamentos religiosos de idosos para o enfrentamento de situações estressantes. Dentre os estudos pioneiros sobre a temática está *The Use of Religion and Other Emotion-Regulating Coping Strategies Among Older Adults*, de Koenig, George e Siegler, de 1988. E, em 2007, no estudo sobre uma década de pesquisa sobre a teoria da Religião e Enfrentamento, vários trabalhos envolvem considerações sobre o público idoso (PARGAMENT; RAIYA, 2007).

Outro elemento que influi no enfrentamento dos sujeitos afetados é o empobrecimento. Com as perdas dos bens materiais, como habitação, móveis, itens domésticos, veículos e dos meios de provimento de renda, o quadro de empobrecimento se faz mais presente, ao passo que os 'índices de pobreza' se mostram reduzidos no município em geral. Mas a quem de fato esses índices representam, se parte da população sofre continuamente com esse modo de vida imposto?

Como bem traz Milton Santos (2013) em seu livro a *Pobreza Urbana*, o reducionismo do problema social da pobreza, na forma de classificações e estudos estatísticos, mostra-se ainda hoje muito atual para refletir o quadro teresopolitano. Para o autor, há diferentes tipos de pobreza, não relacionadas essencialmente ao consumo de bens. Baseia-se na fala de Buchanan[7] (1972, p.225 apud SANTOS, 2013) para sua construção argumentativa, em que pobreza não se resume apenas a um estado de privação material, mas deve ser considerado como um modo de vida, em que há "um conjunto complexo e duradouro de relações e instituições sociais, econômicas, culturais e políticas criadas para encontrar segurança dentro de uma situação de insegura".

Um exemplo da busca pública de encontrar segurança em situação insegura é o de desinterdição das moradias e o restabelecimento do fornecimento de energia em algumas casas 'desinterditadas', como ocorreu no início de 2015. Como trouxe N25, em conversa com um membro do meio oficial, esse processo está ocorrendo porque as pessoas retornaram ou permaneceram nos locais interditados. E, para permanecer, ligaram de forma irregular a energia dos postes para suas residências, prática acompanhada de recorrente aquecimento da rede, com episódios de incêndio na rede elétrica. Assim, para evitar os incêndios, as casas foram desinterditadas e a Ampla Energias e Serviços S.A. restabeleceu o serviço. Contudo, a situação crônica de precariedades e riscos não se alterou.

Outras dificuldades encontradas referem-se ao acesso aos direitos sociais que lhes são negados, os quais existem previamente à crise aguda e acentuam-se no decorrer dos anos da crise crônica. No caso do acesso à saúde, os entrevistados relatam ausência de acompanhamento da atenção básica e dificuldades em acessar a atenção de média complexidade. Em Campo Grande, os idosos contam que, antes de 2011, o posto de saúde já não funcionava mais no bairro. Já no caso do Caleme, há um terreno da prefeitura, em frente à igreja, disponível e destinado para a construção do

7. BUCHANAN, I. **Singapore in Southeast Asia.** London, Bell and Sons, 1972.

posto de saúde – e até ocorreu evento com a presença do prefeito para anunciar a construção. No entanto, atualmente, este é utilizado para depósito de lixo, como expresso por EC7, membro da comunidade, não havendo previsão para realização da obra.

No documento acerca das diretrizes para as atividades do Programa Saúde da Família (PSF), da atenção básica, estabelece-se que as equipes realizem a visita domiciliar, objetivando monitorar a situação de saúde das famílias, devendo "realizar visitas programadas ou voltadas ao atendimento de demandas espontâneas, segundo critérios epidemiológicos e de identificação de situações de risco" (BRASIL, 1997, p.14). Dentre as áreas prioritárias da atenção básica há a atenção a saúde do idoso. No segmento da saúde há recursos como: o Caderno nº 19 do Ministério da Saúde, a Caderneta da Pessoa Idosa, a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa e o Capítulo IV, artigos 15 ao19, do Estatuto do Idoso, para a proteção do direito à saúde:

> Art. 15. É assegurada a atenção integral à saúde do idoso, por intermédio do Sistema Único de Saúde – SUS, garantindo-lhe o acesso universal e igualitário, em conjunto articulado e contínuo das ações e serviços, para a prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde, incluindo a atenção especial às doenças que afetam preferencialmente os idosos (BRASIL, 2003).

Eventos estressantes e traumáticos como os desastres, acompanhados de relações frágeis com o Estado e de entraves ao acesso aos direitos, podem tanto desencadear quanto acentuar alterações fisiológicas, emocionais e comportamentais, como expresso no início deste capítulo. Dessa forma, a atenção biopsicossocial é fundamental. Entretanto, a ausência crônica de intervenções em ambos os bairros é relatada por idosos, familiares e membros da comunidade. Consequentemente, a percepção do atendimento de assistência à saúde por estes é negativa, com relato de insatisfação com a qualidade do atendimento, cobertura e agilidade do serviço. E denunciam irregularidades, como negligência de atendimento a idosos restritos ao leito, falta de medicamentos para distribuição gratuita, falta de profissionais médicos na atenção básica e secundária e falta de visitas domiciliares dos agentes de saúde. Dois relatos referentes às discussões são apresentados a seguir:

> **Idosa DL22 –** Tem nada, nem médico, nem se a gente sente alguma coisa tem médico. [...] A gente levanta cinco horas, seis horas da manhã, pra ir marcar uma ficha, aí marca pra dali dois, três 'mês'. Aí a pessoa fica esperando. O dia que vai ao médico, o médico passa tantos exames, num dá remédio nenhum à gente, mesmo que 'teja' sentindo alguma coisa ele

num dá. Que nem eu, fui e não me deu. Aí tem que fazer os exames 'todinho', aí torna 'marcá', aí ter o trabalho de 'torná marcá' e torna 'esperá' mais um mês ou dois 'pro' médico vê seus 'exame'. Se a gente tiver de morrer, morre. É mais fácil morrer mesmo de uma vez (Entrevistada DL22, idosa, Campo Grande).

**Entrevistadora –** Aqui vocês têm o Saúde da Família? Não faz visita pra ela *[referência à irmã, também idosa e restrita ao leito]*?

**Idosa J2 –** Não vai ver ela, não vai ver ela. Já briguei, não vai ver ela, não vai. Tem vez que não tem remédio, aí eu tenho que comprar, né. Só a pomada dela tá trinta... quase trinta e oito reais, por causa do machucado. Agora, como é que eu vou 'ficá'? "Vo ficá' como? É complicado (Entrevistada J2, idosa, durante a manifestação de 12/01/2013, moradora da Granja Florestal).

Em alguns casos, a saída foi pagar consultas particulares. A idosa N27, por exemplo, pagava consultas e exames, quando tinha condição, para agilizar o acesso ao diagnóstico e ao tratamento. Já o idoso SP15, cuidador da esposa já idosa com sequelas de um acidente vascular cerebral (AVC), pagava quando precisava de atendimento médico, porque não tinham condições físicas e emocionais de passar pela situação descrita acima pela idosa DL22. Contudo, fica em aberto o atendimento psicológico, fisioterapêutico, gerontológico, dentre outros.

Esse quadro dista completamente dos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), ou seja, da integralidade, universalidade e equidade do atendimento. E observa-se que os mecanismos de controle à participação popular por meio dos conselhos, como previsto na Lei Orgânica da Saúde nº 8080/1990, falharam na proteção do segmento afetado.

Após a crise aguda, alguns entrevistados contaram que eles ou seus familiares e amigos próximos apresentaram problemas de saúde, como: infecções, leptospirose, processos alérgicos e início de doenças crônicas como *Diabetes Mellitus*. Com relação à depressão, os idosos dizem conhecer alguns afetados com esse quadro, assim como pessoas que tiveram problemas como etilismo. No entanto, por falta de acompanhamento de saúde na rede e de realização de avaliações de saúde com os idosos, arguir sobre o quadro de saúde destes é um assunto delicado.

De forma geral, o processo de afetação e enfrentamento dos idosos e familiares nos desastre é complexo, heterogêneo, multidimensional e certamente não se esgota nos esforços analíticos aqui empregados. Sinteticamente, é apresentado o Quadro 2, o qual reúne os principais pontos observados quanto à afetação e enfrentamento dos entrevistados em Teresópolis.

**Quadro 2** Afetação e enfrentamento de idosos e familiares em contexto de desastre.

| Dimensão | Afetação | Estratégias de enfrentamento |
|---|---|---|
| Material | Perda da casa.<br>Pagamento irregular do auxílio aluguel.<br>Desinterdição de moradias em áreas denominadas de risco.<br>Não recebimento da indenização em valor proporcional ao imóvel.<br>Corte das indenizações e obrigação de os afetados assinarem o documento da casa popular.<br>Não recebimento das casas do programa de habitação social.<br>Falta de esgotamento sanitário.<br>Falta de alternativas energéticas nas áreas mais afetadas.<br>Dificuldades financeiras/empobrecimento.<br>Uso do mapa de risco para expulsão dos moradores sem provisão de outros lugares. | Permanência no local.<br>Aposentadoria/pensão como recurso para pagamento do aluguel para os meses em que não houve pagamento do auxílio.<br>Construção de fossas para coleta e armazenamento do esgotamento sanitário.<br>Necessidade de ligação clandestina de eletricidade por conta da interrupção desta. |
| **Simbólica** | Significado da casa, das perdas, das memórias a ela relacionadas.<br>Dor da perda de familiares e vizinhos.<br>Dificuldades de morar longe de familiares e vizinhos.<br>Incerteza e angústia pela não recuperação dos desaparecidos.<br>Viver no risco por falta de opção.<br>Medo da chuva forte.<br>Sentimento de revolta pela não assistência aos afetados. | Cuidar dos animais da comunidade que sobreviveram em 2011.<br>Visitar o local da antiga residência.<br>Rememorar histórias do local e de pessoas que residiam no lugar.<br>Orientar-se junto a um segmento religioso.<br>Usar estratégias simbólicas para homenagear os falecidos.<br>Expressar-se e manifestar-se por meio da arte. |
| Interpessoal | Esvaziamento da vizinhança.<br>Idoso cuidador de idoso em condições adversas.<br>Dificuldades de acesso aos serviços de saúde ao idoso que mora sozinho ou com o(a) cônjuge idoso(a).<br>Desvalorização do idoso nos espaços consultivos. | Contar com a família como principal suporte desde a crise aguda.<br>Receber e fornecer suporte aos vizinhos remanescentes.<br>Encontrar-se com os antigos vizinhos após a necessidade de deslocamento.<br>Procurar residência próxima aos familiares ou antigos vizinhos.<br>Participar das manifestações e atos simbólicos.<br>Retomar atividades cotidianas junto à comunidade.<br>Contar com o apoio de organizações sociais, voluntários e associações da sociedade civil. |

Fonte: Aline Viana (2015).

Com o prolongamento do desastre, tendo em vista os quatro anos da crise aguda, o comportamento *blasé* (*cf.* SIMMEL, 2005) da sociedade e das instituições torna-se mais evidente. Ao lado desse comportamento, está o da perda de sensibilidade perante a vulnerabilização das populações restritas ao *circuito de vulnerabilidade* (*cf.* ACSELRAD, 2006). Na sociedade

atual, vê-se a perda da sensibilidade com as desigualdades sociais e com a cronicidade do sofrimento cotidiano do outro. No entanto, com o aparecimento de eventos pontuais, vê-se, por outro lado, explosões de manifestações de grande proporções, como as que assistimos ocorrer no Brasil em julho de 2014 e, em outros países, no mesmo ano e em janeiro de 2015. As pessoas não afetadas diretamente, acostumadas com grande volume de informação e a ter na mídia nacional e internacional desastres reportados cotidianamente, esquecem-se muitas vezes do sofrimento do outro para além da crise aguda. Vive-se a era da preocupação com o momento e não com a condição humana. Por exemplo, vizinhos e voluntários de uma catástrofe podem se fadigar em realizar o cuidado e em dar atenção quando os desdobramentos desta são crônicos ou quando há recorrência na decretação de Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública em uma mesma localidade. Essa fadiga ocorre, por um lado, pela falta de suporte às atividades desses grupos e pela necessidade de retornar a sua vida cotidiana e, por outro, pela não compreensão da extensão temporal e da complexidade dos desastres.

Sennet (2004) acrescenta outros elementos para essa interrupção na prestação de cuidado ao outro, nomeada por ele como *fadiga da compaixão.* Essa fadiga seria decorrente da exaustão da solidariedade em um cenário crítico prolongado, que causa desânimo pelo estresse do cuidado e pelo esgotamento emocional diante de um envolvimento subjetivo com os receptores do cuidado. Perante a fadiga, há a possibilidade de perda de controle e a compaixão (substituto da justiça) pode se transformar em piedade (em uma perspectiva de desigualdade social). Com isso, humilhando os receptores e imbuindo-lhes a carga da gratidão, denominada pelo autor de *ferida da caridade*. Valencio (2012), em referência a Sennet (2004) e com base em duas décadas de pesquisa na área, complementa essa concepção ao apontar que as classes sociais mais favorecidas aproveitam-se do discurso da compaixão para impor aos afetados aquilo que já não lhes serve. Utilizam-se da situação, portanto, para renovar roupas, móveis e eletrodomésticos, mantendo as desigualdades instaladas na sociedade sob a máscara da coesão social.

Com base na análise feita aqui sobre Teresópolis, podemos afirmar que, findada a crise aguda, a sociedade adentra novamente o comportamento *blasé* e, com isso, mantém ativos os crônicos *circuitos de vulnerabilidade*, imersos em um mar de incertezas e inseguranças, o qual é reservado aos *outsiders* de nossa sociedade.

## Considerações finais

O enfrentamento da pessoa idosa, de seus familiares e da comunidade, no caso estudado, permeou os silêncios, as manifestações, as expressões artísticas, a cultura, a resistência, o cuidar do outro e o rememorar. Um enfrentamento diante de grandes dificuldades e entraves ao acesso aos direitos sociais dos indivíduos e da coletividade. Dado o caráter alarmante dos resultados obtidos, recomendações acerca da integração e humanização das ações no setor de saúde, defesa civil e assistência social são fundamentais e emergentes no município estudado. É crucial, entretanto, para o delineamento de ações advindas do setor público, a escuta ativa e a incorporação das demandas do segmento afetado. Dentre esses, destaca-se a importância da participação do idoso nos espaços consultivos e formativos, considerando-se a experiência e conhecimento destes sobre sua localidade. Fundamental, ainda, a incorporação das especificidades desse segmento, tanto em processo de senescência quanto de senilidade, nos cursos de capacitação, atualização e educação permanente dos serviços de saúde, defesa civil e assistência social.

Ressalva-se, no entanto, que influi sob as ações dos diferentes setores a orientação teórica adotada. Pois, de acordo com a forma pela qual concebem os desastres, há diferenças no modo de estabelecer prioridades e de atuar ao longo do processo social de conformação destes. É fundamental, portanto, que serviços, mídia e Estado compreendam o caráter processual do desastre e o tempo social de sua ocorrência e enfrentamento. Indispensável, ainda, compreenderem o *processo de vulnerabilidade* em curso no município e as implicações deste para a seleção dos afetados e a magnitude das perdas e danos materiais, simbólicos e interpessoais. Assim, enquanto os desastres forem considerados "naturais" e o debate sociopolítico aqui apresentado for deslegitimado, haverá entraves para a defesa da dignidade humana, da participação política, da proteção social e da justiça social e ambiental dos afetados de diversos segmentos etários.

## Referências bibliográficas

ACSELRAD, H. Vulnerabilidade ambiental, processos e relações. In: ENCONTRO NACIONAL DE PRODUTORES E USUÁRIOS DE INFORMAÇÕES SOCIAIS, ECONÔMICAS E TERRITORIAIS, 2, 2006, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: FIBGE, 2006. Disponível em: <http://www.ibcperu.org/ doc/isis/11342.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2013.

ANTONIAZZI, A. S.; DELL'AGLIO, D. D.; BANDEIRA, D. S. O conceito de *coping*: uma revisão teórica. **Estudos de Psicologia**, v. 3, n. 2, p. 287-312, 1998.

ASSOCIAÇÃO DAS VÍTIMAS DAS CHUVAS DO DIA 12 DE JANEIRO EM TERESÓPOLIS - AVIT. **Habitação direito de todos.** Postado em 02 de agosto de 2013. Disponível em: <http://www.avit.org.br /2013/08/>. Acesso em: 13 abr. 2014.

BACHELARD. G. **A poética do espaço**. Tradução Antônio de Padua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

BEI, B. et al. A prospective study of the impact of floods on the mental and physical health of older adults. **Aging Ment Health**, v. 17, n. 8, p. 992-1002, 2013.

BOSI, E. **O tempo vivo da memória**. Ensaios de Psicologia Social. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico.** Tradução Fernando Tomaz. Lisboa: DIFEL, 1989. 311 p. (Coleção Memória e Sociedade).

BRASIL. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.** Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742compilado. htm>. Acesso em: 22 jan. 2015.

_____. **Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011**. Altera a Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12435.htm>. Acesso em: 14 jul. 2014.

_____. Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012. **Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC)**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/ Lei/L12608.htm>. Acesso em: 11 jul. 2013.

_____. Ministério da Saúde. **Estatuto do Idoso**. 1. ed. 2ª reimpr. Brasília: Ministério da Saúde, 2003.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Assistência à Saúde. Coordenação de Saúde da Comunidade. **Saúde da Família:** uma estratégia para a reorientação do modelo assistencial. Brasília, 1997.

CDC HEALTHY AGING. **Disaster Mental Health Primer:** Key Principles, Issues and Questions. 2012. Disponível em: <http://emergency.cdc.gov/mentalhealth/primer.asp>. Acesso em: 14 jul. 2014.

COSTA, R.S. et al. Rede de apoio social ao idoso familiar afetado por processos de desastre. **IV Programa de Estudos "População, Ambiente e Desenvolvimento:** segurança humana em contexto de desastres". Campinas, outubro de 2012. (Acervo pessoal).

DUTRA, G.F. et al. Análise temporal das internações hospitalares e óbitos causados por doenças do aparelho respiratório em idosos, minas gerais. **Rev. Bras. Geriatr. Gerontol.**, v. 13, n. 1, p. 121-132, 2010.

FREITAS, C. M. et al. Vulnerabilidade socioambiental, redução de riscos de desastres e construção da resiliência: lições do terremoto no Haiti e das chuvas fortes na Região Serrana, Brasil. **Ciênc. Saúde Coletiva**, v. 17, n. 6, p. 1577-1586, 2012.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Tradução Laís Teles Benoir. São Paulo: Centauro, 2004. IBGE/INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010.** Disponível em: <censo2010.ibge.gov.br>. Acesso em: 25 maio 2013.

_____. **Projeção da população do Brasil por sexo e idade 1980-2050**. Estudos e Pesquisas – Informação Demográfica e Socioeconômica. Rio de Janeiro, n. 24, 2008. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/projecao_da_populacao/2008/projecao.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2014.

JIA, Z. et al. Are the elderly more vulnerable to psychological impact of natural disaster? A population-based survey of adult survivors of the 2008 Sichuan earthquake. **BMC Public Health.**, v. 30, p. 10-172, mar. 2010.

KNIGHT, B. G. et al. Age and emotional response to the Northridge earthquake: a longitudinal analysis. **Psychology and Aging**, v. 15, n. 4, p. 627, 2000.

KOENIG, H.G.; GEORGE, L.K.; SIEGLER, I.C. The use of religion and other emotion-regulating coping strategies among older adults. **Gerontologist**, v. 28, n. 3, p. 303-10, jun. 1988.

MARTINS, J. S. Apontamentos sobre vida cotidiana e História. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v.4, p. 49-58, jan./dez., 1996.

_____. O senso comum e a vida cotidiana. **Tempo Social**, Rev. Sociol. USP, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 1-8, mai. 1998.

NERI, A. L. FORTES, A. C. G. A dinâmica do estresse e enfrentamento na velhice e sua expressão no prestar cuidados a idosos no contexto da família. In: FREITAS, E. V. et al. **Tratado de geriatria e gerontologia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006. p. 1277-1288.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE – OMS. **Measuring quality of life**. 1997. Disponível em: <http://www.who.int/mental_health/media/68.pdf>. Acesso em: 22 sept. 2014.

PARGAMENT, K. I.; RAIYA, H. A. A decade of research on the psychology of religion and coping: Things we assumed and lessons we learned. **Psyke & Logos**, v. 28, p. 742-766, 2007.

PIETRZAK, R. H. et al. Posttraumatic stress disorder, depression, and perceived needs for psychological care in older persons affected by Hurricane Ike. **Journal of Affective Disorders**, v. 138, p. 96-103, 2012.

PIETRZAK, R. H. et al. Trajectories of posttraumatic stress symptomatology in older persons affected by a large-magnitude disaster. **Journal of Psychiatric Research**, v. 47, n. 4, p. 520-526, 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESÓPOLIS. **Lei Municipal Nº 1882, de 17/12/1998.** Institui a Política Municipal do Idoso e o Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa no âmbito do Município de Teresópolis. Disponível em: <http://www.camarateresopolis.rj.gov.br>. Acesso em: 15 mar. 2014.

QUARANTELLI, E. L. Epilogue. In: _____. **What is a disaster?** Perspectives on the question. London, New York: Routledge, 1998. p. 234-273.

SANTOS, M. Pode-se Definir a "Pobreza"?. In: **Pobreza urbana**. 3 ed., 1. Reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013. p.13-22. (Coleção Milton Santos; 16).

SARTORI, J. **Como Esquecer?** Memórias de um desastre vivenciado. 2014. 180 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Ciências de Engenharia Ambiental, Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, 2014.

_____. Memória e Práticas Sociais de Idosos em Torno do Tema dos Raios: o caso de São Caetano do Sul/SP. In: VALENCIO, N. (Org.). **Sociologia dos Desastres:** construção, interfaces e perspectivas no Brasil. São Carlos: Rima Editora, 2012. v. III, p. 62-82.

SENNETT, R. **Respeito:** a formação do caráter em um mundo desigual. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SETTON, M. G. J. A teoria do *habitus* em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. **Revista Brasileira de Educação**, n. 20, mai./jun./jul./ago., p. 60-154, 2002.

SIMMEL, G. Soziologie. Untersuchungen über die Formen der Vergesellschaftung. Tradução Mauro G. P. Koury. Berlim, Duncker e Humblot Editores, 1908. p. 509-12. In: SIMMEL, G. O estrangeiro. **RBSE**, v. 4, n. 12, dez. 2005.

SUZUKI, Y. et al. Prevalence of mental disorders and suicidal thoughts among community-dwelling elderly adults 3 years after the Niigata-Chuetsu earthquake. **Journal of Epidemiology,** Japan Epidemiological Association, v. 21, n. 2, p. 144-150, 2011.

TUAN, Y. F. Experiências íntimas com o lugar. In: _____. **Espaço e lugar:** a perspectiva da experiência. Tradução Lívia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1983. p. 151-219.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC. Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres. **Atlas brasileiro de desastres naturais 1991 a 2012:** volume Rio de Janeiro. Florianópolis: CEPED UFSC, 2013.

VALENCIO, N. F. L. S. **Para Além do 'Dia do Desastre'**. Curitiba: Editora Appris, 2012.

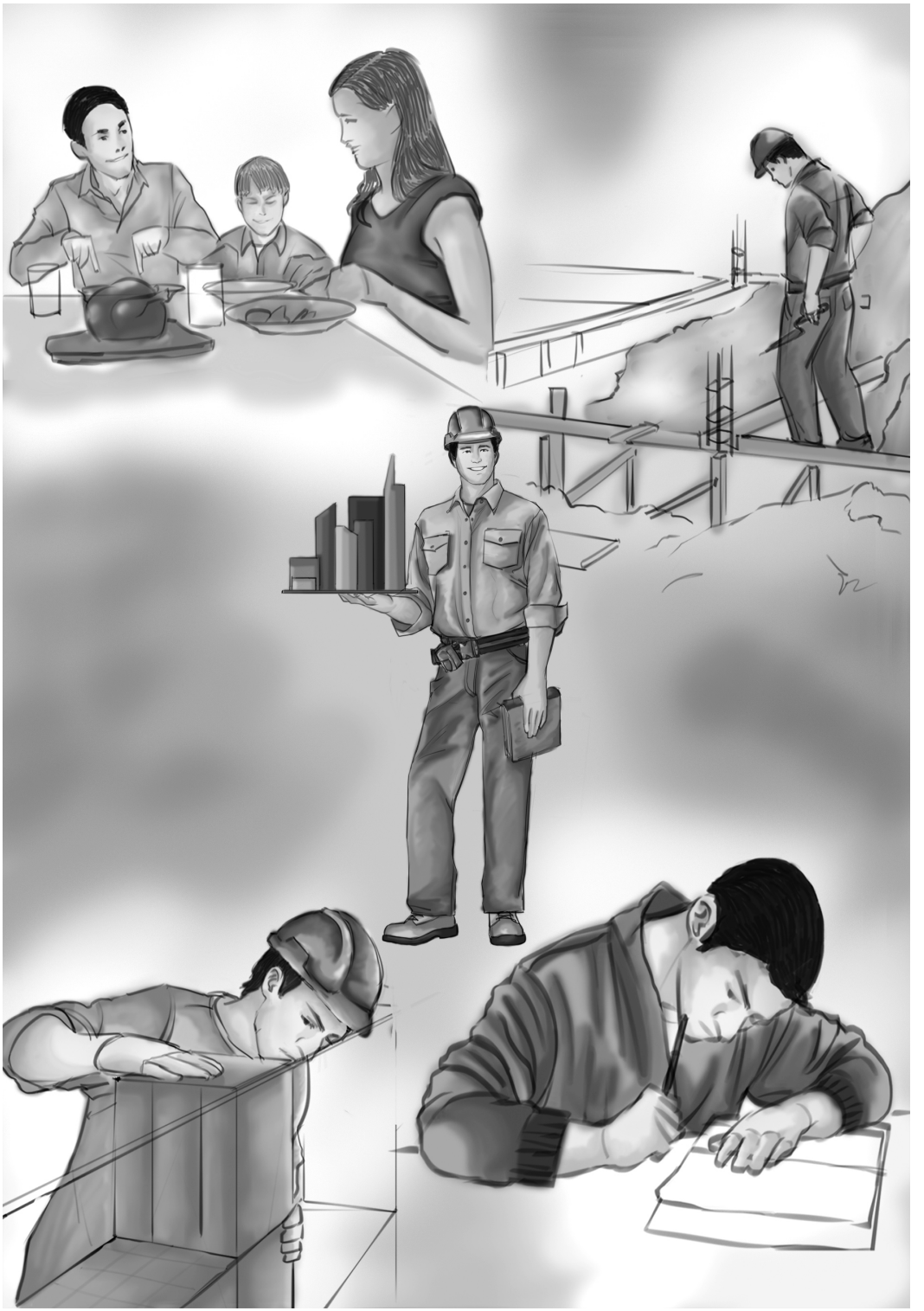
VIANA, A. S**.** Dimensões sociais e de saúde envolvidas no contexto da seca: a pessoa idosa no cerne da questão. In: VALENCIO, N.F.L.S.; SIENA, M.. (Org.). **Sociologia dos Desastres:** construção, interfaces e perspectivas. 1. ed. São Carlos: RiMa, 2014. v. 4, p. 307-331.

VIANA, A.S. et al. Desastres ambientais e envelhecimento populacional. In: VALENCIO, N. (Org.). **Sociologia dos Desastres**: construção, interfaces e perspectivas no Brasil. São Carlos: RiMa, 2012a. v. 3, p. 278-290.

VIANA, A. S. et al. (2012b). Afetação de idosos em desastres, nos últimos três anos, em municípios brasileiros. **IV Programa de Estudos "População, Ambiente e Desenvolvimento:** segurança humana em contextos de desastres", realizado na Unicamp, em Campinas, outubro de 2012. Arquivo pessoal. (Acervo Pessoal).

VIANA, A. S. et al. Saúde Humana e Saúde Ambiental em Contexto de Desastre. In: CARMO, R.; VALENCIO, N. (Org.). **Segurança humana no contexto dos desastres**. São Carlos: RiMa, 2014. v. 1, p. 109-126.

ZAGO, J. R. **A memória das chuvas**. São Carlos: RiMa, 2006. (Coleção Monografias).



# Experiência e produção de saberes, possibilidades de superação das vulnerabilidades: reflexões acerca do desastre da região serrana do Rio de Janeiro

Simone Santos Oliveira

Por fim, também fui aos artífices, porque estava persuadido de que, por assim dizer, nada sabiam, e, ao contrário, tenho que dizer que os achei instruídos em muitas e belas coisas. Em verdade, nisso me enganei: eles, de fato, sabiam aquilo que eu não sabia e eram muito mais sábios do que eu.
(Apologia de Sócrates, Platão, 22 d)

## Introdução

O tema *desastres* cada vez mais ocupa espaço nas agendas acadêmicas, institucionais e políticas. Se, por um lado, o aumento de suas ocorrências é evidente, exigindo maior organização, com formulação de leis, manuais, protocolos, por outro, as inúmeras questões que decorrem desses eventos, que colocam em destaque suas diversas dimensões, ainda merecem olhar mais apurado. Identificamos, portanto, uma lacuna de conhecimento no debate sobre desastres que coloque em foco os aspectos sociais, de saúde e das práticas de trabalho e de seus desdobramentos para a vida em comunidade. Especificamente no que tange à saúde, identificamos os inúmeros profissionais envolvidos na resposta ao desastre. Colocar em análise a organização e a estruturação dessas ações permite-nos refletir sobre os efeitos de suas práticas nas relações intersubjetivas após o momento agudo do desastre.

As reflexões aqui apresentadas fazem parte de pesquisa que visa resgatar a vivência e o movimento de reconstrução dos profissionais que atuaram e das comunidades afetadas no evento de 12 de janeiro de 2011, na região serrana do Rio de Janeiro, prioritariamente em Petrópolis, Teresópolis e Nova Friburgo. Nesses municípios, as populações afetadas ainda lidam com a reconstrução de suas vidas, tiveram seu cotidiano interrompido drasticamente e dependem de um poder público burocrático, ineficiente e, muitas vezes, improbo.

Se considerarmos o quantitativo de mortos, em uma área devastada de 350 km², com 750 deslizamentos, podemos afirmar que a catástrofe serrana, até o momento, foi uma das de maior impacto nacional. Foram contabilizados 913 mortes, 8.901 desabrigados e 23.045 desalojados (FREITAS et al., 2012). No entanto, temos relatos de pessoas que consideram que esse quantitativo pode ser bem maior.

Partimos da discussão acerca do conceito de desastre desenvolvida por Valencio (2010), que tem problematizado a definição de desastre natural compreendendo-o como processo socialmente construído, com dimensões objetivas e subjetivas, alargando o tempo e o espaço desses acontecimentos com base em nexos sócio-históricos para além de sua agudeza. Portanto, que influenciam os processos de subjetivação e os diversos sentidos dados posteriormente aos seus territórios. São perdas materiais, ambientais e simbólicas existentes numa relação entre sociedade e natureza que revela a organização espacial e econômica. Um sofrimento vivenciado que tem sua duração e intensidade definidas de acordo com a organização dos territórios. E que, no caso de nosso estudo, já ultrapassa quatro anos para as comunidades e também para os profissionais que atuaram e que também se constituem em grupo vulnerável.

A vulnerabilidade é aqui entendida na perspectiva de Cutter (2011), como conceito complexo que contempla dimensões sociais, econômicas, políticas e culturais. A autora ressalta a necessidade de uma abordagem integradora e interdisciplinar para se estudar a vulnerabilidade social e/ou socioambiental e destaca que, se os desastres são locais, suas respostas também devem ser.

Olhamos para essa vulnerabilidade não apenas como reflexo estrutural das nossas opções de desenvolvimento econômico e tecnológico, mas também consideramos a trajetória e o contexto sociais dos grupos atingidos.

A reflexão que aqui se desenvolve parte do esforço de dar visibilidade ao trabalho dos profissionais que atuaram no desastre da região serrana, buscando valorizar essas experiências de enfrentamento na fase de resposta e recuperação. Uma experiência singular que se expressa em um corpo, biológico, social e político, que por meio da história se transforma em patrimônio de quem trabalha. Para iluminar essas experiências lançamos mão do conceito de *atividade*, desenvolvido pela perspectiva ergológica (SCHWARTZ, 2012), em que o trabalho é o lugar privilegiado, local pos-

sível de redução das assimetrias e desigualdades sociais. Fazer circular esses saberes e como cada um tem de lidar, a partir de seus recursos, história, valores, com os desafios é um dos objetivos desta pesquisa.

A ergologia sinaliza para a existência de zonas de cultura e incultura no interior dos diferentes saberes. Nesse sentido, o conceito é sempre defasado com relação à própria experiência que o atualiza. Essa é a direção que a perspectiva ergológica busca para compreender o trabalho e suas relações, considerando o protagonismo dos trabalhadores: "A atividade industriosa humana não pode jamais ser corretamente antecipada por nenhum modelo teórico, sabendo que é necessário apreender com os que o praticam, se quisermos ser um ator respeitoso dos projetos de transformação deste trabalho" (SCHWARTZ; ADRIANO; ABDERRAHMANE, 2008, p. 11). E é a partir dessa perspectiva que pensamos em contribuir para a superação das vulnerabilidades no que tange aos debates sobre desastres.

## Experiência, atividade e produção de saber

Trabalhar é fazer face aos eventos que surgem sobre uma situação estabelecida, situação que se pensava poder circunscrever numa descrição. É fazer frente a imprevistos, ao surpreendente, ao singular. Os trabalhadores desenvolvem uma experiência construída sob a forma de saberes práticos que são em grande parte informais e não verbalizados (SCHWARTZ; DURRIVE, 2010). E, como ressalta Schwartz, o corpo está onipresente aí dentro, e "o corpo é a atenção, a vigilância; é estocar as coisas na memória, é esquecê-las no momento oportuno". O *saber investido* do trabalhador condiciona quase sempre a produção, sendo decisiva a pessoa ou o grupo, pois o investimento de si mesmo é o elemento-chave para a eficácia da atividade. Investido porque ele reenvia à especificidade da competência adquirida na experiência. E essa experiência é investida em uma situação única e histórica, não formalizada nem escrita em lugar algum. Ela está localizada, fundada no intelecto e no corpo, no *corpo-si,* como define Schwartz (2010), ou seja, alguma coisa que atravessa tanto o intelectual, o cultural, quanto o fisiológico, o muscular, o sistema nervoso. Atender a dois valores, de mercado e os do bem comum, cria contradições que atuam sobre as *dramáticas de usos de si* (SCHWARTZ, 2004).

Sendo assim, o filósofo francês Yves Schwartz, a partir da perspectiva ergológica, pergunta: O que é experiência? Formar quem? Formar para fazer o quê? Perguntar-se sobre a função formadora da experiência remete a um duplo problema. Primeiro: a experiência forma as pessoas nos

ambientes de trabalho, tornando-as mais eficazes? Segundo: a experiência seria formadora pela contribuição que traz a formação profissional e contínua? E, se assim o for, como fazemos falar a experiência? Como a colocar em palavras? Trazemos aqui uma síntese das reflexões do autor sobre a questão da experiência (SCHWARTZ, 2010; 2011; 2012).

Como articular experiência e formação? Pois, se experiência é um tipo de saber que não é diferente do saber mais formal, acadêmico, a questão "a experiência é formadora?", de acordo com o autor, desemboca em uma tautologia, já que seus termos seriam de mesma natureza. Mas, se são radicalmente diferentes, um não pode formar o outro.

Schwartz (2010) propõe, então, repensar a experiência partindo da visão oferecida pela história filosófica do conceito e da origem em Platão das duas linhas essenciais quanto ao lugar da experiência no seio da especulação filosófica. Nos *Diálogos*, ao demonstrar interesse pelo saber-fazer dos artesãos, Platão faz duas observações. Uma que Schwartz chama de positiva, em que destaca certa competência dos artesãos para produzir os objetos, e outra negativa, porque essa competência se realizaria por rotina, aquele saber que não sabe relatar o que faz, uma intuição. Prosseguindo suas reflexões, o autor indica que dessas duas observações de Platão seguem-se dois desenvolvimentos histórico-filosóficos opostos.

O primeiro, a partir da linha positiva, que considera a experiência como complemento indispensável do poder de entendimento. Nesse percurso, Schwartz (2010) passa por Descartes, Leibniz, Diderot e Kant e chega a Hegel. Neste, destaca que há novo momento de valorização da experiência, pois a separação realizada por Kant entre conhecimento e experiência desaparece. E afirma que, para Kant, experiência é tudo que é dado, tenha sido formatado pelo entendimento ou não. E, para Hegel, a experiência é todo o saber que será desenvolvido por um percurso histórico-temporal. Mas, no final desse percurso, saberemos tudo o que haveria de se saber, dada inicialmente a experiência: "Em Hegel, a experiência é o movimento mesmo da gênese do saber e, por conseguinte, não podemos mais opor experiência e saber", formula Schwartz (2010, p. 39). Esse pensamento hegeliano é prolongado em Marx, com a especificidade de que a experiência é produção da história humana pela produção material. Mas seja em Hegel ou em Marx, pela dimensão totalizadora dada à experiência, dizer que a experiência é formadora é uma tautologia. A experiência passou a ser tão grande que desqualifica a discussão sobre sua capacidade formadora, algo óbvio e

inevitável. O autor destaca que acredita ser aí o começo do declínio do conceito de experiência.

O segundo desenvolvimento, definido por Schwartz (2010), tem em David Hume um de seus principais pensadores, que parte da observação negativa de Platão: a experiência seria rotina, seria apenas experiência sem saber. No fundo, o que sabemos são sínteses do que é encontrado na experiência. Aqui, o saber é absorvido pela experiência: conceito, noções, saber, fabrica-se pelo costume, por associações de idéias. Tudo nasce inteiramente da experiência. E, afirma, estamos em outro beco sem saída, pois também aqui dizer que a experiência é formadora é uma tautologia. Esse pensamento, associado a uma filosofia analítica, cognitivista, e à psicologia experimental, busca estudar tipos de raciocínios, inferências, procedimentos intelectuais que geram, segundo Schwartz (2010), três inconvenientes. O primeiro seria o esforço de modelizar tipos de situações, dessingularizar ou desistoricizar a dimensão da experiência para falar, sobretudo, de experimentação e de protocolos. O segundo seria não reconhecer que na experiência existe parte enorme de saberes e competências que não é posta em palavras ou expressa em raciocínios claros. E o terceiro inconveniente, resultado dos dois primeiros, seria que essa tradição empirista desfaz o vínculo entre experiência pessoal e debate de valores. Não é possível identificar o debate de valores quando se fala de protocolos experimentais.

Portanto, as duas observações, positiva ou negativa, sobre o saber-fazer dos artesãos realizadas por Platão em seus *Diálogos*, em nossa história, levaram a dois becos-sem-saída que não possibilitam discutir a questão da experiência como formadora. Para tanto, a experiência não deve ser um conceito genérico, ela deve poder ser individualizada pelas situações e percursos singulares. Assim, a experiência não será absorvida pelo saber, e nem o contrário (SCHWARTZ, 2010).

Partindo daí, temos, então, nas situações de atividade e, em especial, nas atividades de trabalho sempre em parte – pois imprevisível em sua proporção – a aplicação de um protocolo e experiência: o que Schwartz (2011) chama de encontro de encontros. Toda situação de trabalho é sempre em parte a aplicação de normas antecedentes, mas, se somente elas existissem, teríamos apenas o equivalente a um protocolo experimental. Nunca é assim, existe aquilo que nesse encontro podemos indicar como experiência, processo jamais acabado, em que não sabemos nem mesmo quem faz experiência. Enigma que Schwartz designa como *corpo-si* e é nele que se faz experiência:

> A história de nossos fracassos, nossos sofrimentos, nossos sucessos, nossos engajamentos com uns e outros, atravessados pelas nossas relações com os valores; e nosso corpo carrega essa história sem que nós a saibamos muito bem. É tudo isso que faz experiência (SCHWARTZ, 2010, p. 43).

E se compreendemos que toda atividade é sempre, de um lado, a aplicação de protocolo e, de outro, um encontro de encontros a gerir, podemos dizer que toda atividade é debate, uma dramática em que os protocolos serão submetidos ao encontro dos encontros e singularmente renormatizados, pela experiência de quem faz: esse saber investido, que é diferente do saber formal. Os saberes investidos não são da mesma natureza que os saberes formais, são duas coisas diferentes e complementares, que se interfecundam, mas não se reduzem.

Nesta perspectiva, buscamos fazer reflexões a partir das experiências dos profissionais que atuaram no evento da região serrana, dando visibilidade a esse rico saber resultante do encontro de encontros na situação de emergência. Apresentaremos aqui narrativas de profissionais vinculados às Secretarias de Desenvolvimento Social (SDS) e Municipal de Saúde (SMS) das cidades de Teresópolis e Nova Friburgo, evidenciando os debates de normas e valores presentes nas situações de trabalho, com intuito de consolidação desse patrimônio.

## Crônicas não contadas de um desastre que não acabou

A imprevisibilidade é parte do processo de trabalho dos profissionais na fase de resposta e recuperação, que em condições adversas, com escassez de recursos, devem se engajar com o corpo inteiro, estar alertas, convocados a agir prontamente em situações heterogêneas e complexas. Esse trabalho envolve uma relação entre o sujeito cuidador (sua subjetividade, história, direitos, necessidades, relações com os demais participantes do trabalho coletivo e concepção cultural-profissional de saúde) e o sujeito cuidado (suas necessidades subjetivas, individuais e coletivas e concepções culturais de saúde e cuidado). Essas expectativas e interesses podem aproximar-se, "potencializando a perspectiva do cuidado 'de si e do outro', ou distanciar-se, gerando conflitos" (PIRES, 2009, p. 743). Por sua vez, isto implica reafirmar também que trabalhar sempre é gerir as variabilidades presentes nas situações de trabalho. Trabalhar-gerir apresenta-se importante "na medida em que insiste na heterogeneidade das dimensões implicadas, no engajamento subjetivo necessário do prestador em relação a campos

onde há escolhas a serem feitas" (SCHWARTZ, 2004, p. 39). E mesmo que estas escolhas se realizem em microssituações, elas remetem a horizontes sociais mais amplos.

Os trabalhadores que atuam nas situações de desastres, especialmente, estão diante da ruptura da vida de outros:

> Algumas pessoas estavam com muita dificuldade de sair de suas casas… na verdade de suas vidas. Eles falavam: *Como vou deixar tudo aqui?* Ainda que estivesse tudo caído ou parte dos bens destruídos, *era a história delas que estava ali.* A gente falava assim: "O importante desse momento é que você preserve a sua vida, aqui é um lugar que está em extremo risco". Mesmo assim, era muito difícil convencer as pessoas a saírem dali (Profissional 1, SDS).

Os valores sem dimensão são objetos de intensos debates de normas, conflitos, arbitragens políticas, e, nas situações de trabalho, esses valores são retrabalhados na experiência dos protagonistas das atividades. Na realização de seu trabalho são cobrados por si mesmos, pelas instituições e pela população, que coloca toda sua expectativa de socorro e de ajuda neles.

> O nível de cobrança, de resposta que tinha que se dar, era muito grande. Naquele momento *duplamente cobrado*, e com *medo*. Porque esse medo é real, ele existe, medo que se repita aquele cenário, que tenha que atuar de novo.

Os trabalhadores foram levados à exaustão com jornadas ininterruptas:

> Porque no dia da tragédia eu fui ao hospital Raul Sertã e não aguentei ficar lá, quase desmaiei, porque o cenário... E os funcionários que ficaram *72 horas direto trabalhando.* Isso não é observado, as pessoas que estavam no plantão daquela madrugada do dia 11 para dia 12, elas não puderam sair. Também ninguém chegava, e também não tinha condição de elas irem embora porque era muita gente que tinha que ser socorrida. Então, *esse pessoal ficou 72 horas, dormindo no chão, o hospital lotado, sem uma alimentação correta.* E isso todo mundo, até médico, todo mundo no mesmo barco. *Essa exaustão não é observada, e o cenário era muito... era um cenário de guerra.* (…) Isso tudo é muito louco, todo mundo trabalhava num nível de tensão, corre para lá, corre para cá (Profissional da Vigilância em Saúde, SMS).

Não se pode esquecer de que muitos dos trabalhadores foram afetados também. Perderam parentes, amigos, perderam as casas ou tiveram de sair temporariamente. Alguns ficaram em abrigos. E tiveram de atuar mesmo assim "E ninguém viu aqueles *trabalhadores como vítimas*" (idem, SMS).

A emergência dos desastres não é uma novidade na região, todos os anos, no verão, as cidades são acometidas pelas chuvas, com deslizamentos, e o risco da tragédia é iminente: "Isso *era uma tragédia anunciada* há muito tempo, porque vários deslizamentos aconteceram anteriormente, mas eram sempre nas áreas pobres da cidade. Era sempre assim. Vai chover sempre muito distante do cenário geral da cidade" (idem, SMS). Contudo, os profissionais não estavam preparados para o enfrentamento das situações de calamidade, principalmente do porte que ocorreu em janeiro de 2011. A psicóloga que atuava na SDS relata seu primeiro contato com a tragédia: "Cheguei ao trabalho e ele [o secretário] falou: *cadastre os vivos e conte os mortos.* Eu nunca tinha tido um contato com isso. (...) Tinha uma fila das pessoas que estavam sendo cadastradas, e a fila das pessoas que estavam procurando os mortos" (Profissional 1, SDS).

A atividade tem algo não previsto em sua potencialidade, a de ser sempre microrrecriadora. Ou seja, "numa situação de trabalho, a atividade é sempre o centro desta espécie de dialética entre o impossível e o *invivível*" (SCHWARTZ; DURRIVE, 2010, p. 31). Dessa perspectiva, a noção de competência, adverte Schwartz, deve considerar três elementos que não se articulam facilmente: o das normas antecedentes, que enquadra fortemente toda situação de trabalho; o do histórico e incessantemente inédito; e uma dimensão de valores, que deve justamente gerir o inédito, realizar escolhas. São dimensões heterogêneas e incomensuráveis – incomparáveis. São ingredientes diferentes que se combinam na atividade, que se articulam no agir em competência, abandonando dessa forma a ideia de competência como noção simples e homogênea. Apesar das evidências históricas, as instituições não se prepararam, criando planos de contingência. Não havia protocolos, e os profissionais tiveram de improvisar. Nos primeiros momentos após a tragédia, os procedimentos foram sendo criados, e os trabalhadores precisavam dar conta de diversas situações ao mesmo tempo:

> Tínhamos um caderno para identificação, porque o índice de contaminação no local... não havia refrigeração. Um cheiro absurdo, nós *tínhamos que usar muito vick no nariz.* Eu fiquei *durante muito tempo fazendo*

> *tratamento porque a cartilagem ficou muito ferida* devido ao uso continuo de vick e máscara. (…). Tinha uma multidão que se formava do lado de fora da delegacia. (…) Era uma romaria porque quem chegava, mesmo que não encontrasse, também não ia embora (…) eles ficavam ali porque, como chegavam corpos a todo momento, tinham expectativa. Com isso, o tempo foi passando e fiquei mais de 70 horas sem ir em casa (…). *Chegaram dois caminhões enormes de peixe para doação, caminhões frigoríficos, esses caminhões foram usados para guardar os corpos* que já estavam necropsiados. O quarteirão inteiro tinha um cheiro horrível, muito forte (Profissional 1, SDS).

A equipe de desenvolvimento social em Teresópolis cadastrou cerca de 16 mil pessoas, além disso, era responsável também por distribuir os alimentos e todas as doações que passaram a chegar a partir do terceiro dia do evento. Mas, nessas condições, a logística nunca é simples:

> Você tem que dar alimento, certo? Mas onde ela vai cozinhar aquele alimento, *o que ela vai fazer com o alimento cru*? Não adianta você dar cesta básica, você tem que dar condições da família ter o alimento. Alguns restaurantes de Teresópolis *começaram a enviar quentinha, e isso aliviou o trabalho das equipes.* A generosidade do povo, tanto das pessoas que vieram como voluntários como da população local e do povo internacional, também foi enorme, mas nós não sabíamos organizar aquelas pessoas (Profissional 2, SDS).

É preciso contar com uma rede solidária para apoio às ações. Para conseguir o mínimo de organização, trabalhou-se com o que se tinha. O despreparo das equipes somado à inadequação dos instrumentos se constituíram em outro desafio:

> Nós tínhamos um formulário, da anmenese, que se fazia com qualquer pessoa que fosse no serviço social procurar atendimento. Esse papel não servia, nós tivemos que adaptar na hora, e nós tínhamos muitos blocos daquele papel. E era o único que nós tínhamos para fazer qualquer tipo de registro. Agora, *as pessoas chegavam sem nenhum documento, ninguém tinha documento, certidão ou conta de luz...* Depois veio o Detran para fazer carteira de identidade; outra vez, nós tivemos um bom suporte, mas descoordenado. *As coisas aconteciam, mas ninguém sabia onde.* As equipes despreparadas e mínimas, sem uma coordenação, tinham que atender toda a população afetada: (…) O que a tragédia fez: pegou uma *equipe pequena, despreparada* e tinha também bombeiros e defesa civil. Esses dois polos eram os únicos que nós tínhamos. E *a equipe, muito reduzida.* Hoje em dia, não atende nem aos CRAS

> que existem... Como, de repente, essa equipe podia dar suporte a essa população toda? Existiam várias *disputas de poder*, tiveram vários acontecimentos que as pessoas ficaram cada vez mais fragilizadas. (…) O Brasil é o país do mínimo, a gente trabalha com a equipe mínima. Tínhamos muito poucos técnicos disponíveis (Profissional 2, SDS).

No entanto, a criação de procedimentos era inevitável. Corria-se o risco de errar, mas era preciso, em função das condições impostas pelo desastre:

> As pessoas chegavam sem receita, a gente decidiu o critério, vamos dispensar para todo mundo, que não vamos ter esse refinamento de exigir receita. Tinha gente que era insulina-dependente, que ficou sem, as pessoas estavam descompensadas. Não tinha luz na cidade, até a insulina que estava na geladeira se perdeu. Essa nossa vivência na gestão de medicamento, que a gente foi fazendo muito da cabeça da gente, mas que de alguma forma hoje a gente tem essa experiência (Profissional da Vigilância em Saúde, SMS).

A partir do terceiro dia passaram a chegar os representantes de diversas instituições estaduais, federais e outros:

> Chegou o INEA, confesso que *nós nunca tínhamos nem ouvido falar no INEA.* Acho que estava começando a se constituir naquela época. Mas *eles faziam todos os papéis.* Tanto de abrigo como de bombeiros, de construções, canalizações… Eles *vieram, e a Força Nacional* também, para garantir a segurança na cidade. Mas acontece que a população... Teresópolis tem 42 favelas, é o município mais favelizado do Rio de Janeiro, batendo com Rio das Ostras. O pessoal das comunidades também desceu... Estão dando cesta básica lá, tão dando comida... Pelo cadastro único, nós temos 33 mil pobres em Teresópolis, para uma população de 160 mil; 33 mil com salário de 170 reais per capita. Não tem empregabilidade na cidade, nós vemos a pobreza se multiplicando a cada ano, não vemos a diminuição, vemos a multiplicação. Aquele puxadinho faz uma casinha aqui, outra ali atrás, ocupação desordenada. *A chuva caiu, mas na área rural, se tivesse caído nessas áreas, as casas teriam vindo todas, nós teríamos milhares e milhares de registro de óbitos* (Profissional 2, SDS).

A intersetorialidade é fundamental para atuação nos desastres. Contudo, o desrespeito às fragilidades gera choques entre as equipes locais e externas e amplia a sobrecarga emocional dos profissionais e da população. Descoordenados, duplicam-se as ações, criando um desastre dentro do desastre:

> Você tinha que estimular a equipe, fazer a fila andar; sem esse papelzinho, elas não poderiam ir para Defesa Civil mostrar que perderam a casa e depois conseguir o aluguel social... *Para elas era outro estresse:"Eu não tenho onde morar, não tenho o que comer, não tenho o que vestir, não tenho documento... eu tenho que pelo menos entrar nesta fila para dar meu nome"*. O *Estado chegou dois dias depois, já com outra demanda de outros papéis.* Então, aquelas pessoas que haviam sido entrevistadas tinham que *passar novamente por cadastro* (Profissional 1, SDS).

A multiplicidade de (des)informações que ocorrem simultaneamente confundem e amedrontam ainda mais os grupos afetados. E os profissionais tinham de responder às inúmeras demandas com as possibilidades existentes:

> Nós também tínhamos no serviço social que procurar parceiros que pudessem abrigar essas pessoas. Então, igrejas, instituições religiosas, grêmios, clubes… abrindo espaço. A gente começou a colocar as pessoas dentro dos abrigos. E aí o pessoal do estado ou da defesa civil começou a visitar os abrigos para ver se os abrigos serviam! *Nós não tínhamos lugar para colocar as pessoas...* tinha que ver se tinha tantos banheiros, tanto não sei o quê... as igrejas abriram as portas, tiveram aquele ônus enorme. Nós mandávamos as pessoas para lá, eles tinham que fazer comida para todo aquele pessoal. E aí ainda tinha que saber se serviam ou não como abrigo! Foi muito difícil tirar as pessoas do Pedrão [principal abrigo da cidade de Teresópolis], *ficavam numa vitrine.* Alguém falou: "Se vocês saírem do Pedrão, não vão ter aluguel social nunca mais... Fiquem no Pedrão!" (Profissional 2, SDS).

As dificuldades de convivência e comunicação no encontro entre equipes locais e de fora – hierarquicamente superiores –, que agem de maneira autoritária, atropelando e ignorando as relações estabelecidas no território, geram sofrimento ao não se reconhecerem os esforços-limite que estavam sendo realizados:

> As informações chegavam de forma lenta, tinham locais sem acesso, não tinha comunicação. Esse tipo de postura tem que ser reavaliada, reanalisada. *Tem que entender que o território era habitado, tinha uma dinâmica.* Não se pode cobrar daquelas *pessoas que tiveram suas vidas interrompidas* a mesma lógica, a mesma postura, de quem estava vindo de fora, que a família esta muito bem e abrigada em algum lugar seguro. Uma crítica a essa abordagem que chega muito. Numa reunião, eu tinha acabado de sair de uma missa de sétimo dia na catedral. Foi uma missa comovente, *a cidade estava de luto,* e fui para uma reunião

onde estavam as três esferas de governo e uma responsável do governo estadual, que falou: "*Vocês estão a sete dias do evento e o município ainda não conseguiu se reestruturar*", *falando especificamente da área da saúde. O que era reestruturar naquele momento? Era colocar as unidades todas funcionando normalmente? Reestruturar emocionalmente? Como reestruturar funcionários que tinham perdido tudo?* Exemplo de nossa coordenadora de epidemiologia que estava se sentindo extramente vulnerável, estava com a casa inundada, estava sem água, não sabia para onde ir com os filhos. Nossa coordenadora de HIV teve que sair da casa porque estava com risco de deslizamento. Foi morar na casa de parente. Uma situação muito complicada. Todo mundo sem água, ninguém conseguia lavar o cabelo, não podia gastar a água que tinha. Situações que parecem bobagem, mas alteram muito as pessoas. Eu acho que isto não foi observado. Eu não sei se isso acontece em outras situações de desastres no Brasil, que foi a *invisibilidade do trabalhador (…).* Quando chega ajuda de fora, que vem com a técnica, é bem-vinda, *eles vêm olhando como espaço e não como território.* Não sabem se dona Maria morreu, foi soterrada ou não com vida, mas *os trabalhadores que estavam ali tinham esta identidade de território.* Aí eles exigem que a gente tivesse naquele momento uma atuação *como se aquele território não fosse nosso.* Como se a gente não estivesse vendo uma cidade que não reconhecíamos (Profissional da Vigilância em Saúde, SMS).

Apesar dos conflitos, das relações autoritárias e assimetrias das equipes, algo foi aprendido com as experiências. Houve esforço para fortalecimento das ações com criação de comitês, mas que não tiveram continuidade:

> Eu era gerente de vigilância em saúde, tive muito contato com a vigilância do MS, que trouxe saberes que desconhecíamos. O setor saúde tinha que se estruturar para enfrentar... depois do encontro em Brasília. Criar o comitê de emergência em desastres, esse comitê tem que se reunir, tem que trabalhar com a gestão de risco nas fases de preparação, resposta e recuperação. Coisas que não tínhamos nenhuma intimidade com isso. Em 2011, criou-se o primeiro comitê. Vi a visão de criação de unidades de saúde segura/documento da OPAS. Começou a mudar um pouco o olhar para esta questão mais do território. Em 2012, isso tomou mais peso, pois tivemos o ano inteiro. Na mudança de governo de 2012-2013, isso paralisou, não foi introjetado pelos trabalhadores. *Manter um serviço, ter um processo de trabalho para enfrentamento de desastres, não foi incorporado pelo trabalhador.* Não avançou. (…) Hoje sinto *os trabalhadores muitos perdidos com relação à gestão de risco.* No plano de gestão, em 2012, plano de contingência para medicamento, em

> novembro, todas as unidades solicitaram 30% a mais para terem estoque caso ficasse isolada de alguma forma. Mapeamos com GPS as unidades, todos os pacientes de HIV, tuberculose, de hanseníase, insulino-dependentes. (…) *Mas isso não está forte dentro da gestão municipal, isso está um pouco perdido.* Porque, na realidade, *o enfrentamento de desastres para eles é a resposta.* O importante é que o hospital esteja pronto para atuar naquele momento, e a defesa civil e o corpo de bombeiro. *Ainda é muito difícil para eles entenderem o que é controlar doença, essa questão toda da saúde mental, das doenças crônicas que aparecem* (idem, SMS).

A descontinuidade das ações aprofunda as desigualdades, reforçando a importância das atuações somente na fase de resposta, que trazem mais visibilidade. O jogo de interesses políticos e econômicos, com desvio de verbas e improbidade administrativa, gerou, por fim, esgarçamento ético-emocional de alguns trabalhadores:

> Houve tantos aborrecimentos que, em 8 de fevereiro, estava pedindo para sair da secretaria social para ir para a saúde. Houve problemas sérios de gestão. Meu carimbo ficava lá para as pessoas receberem as doações, muitas coisas aconteceram, a *questão humana que não conseguimos dar conta* (Profissional 3, SDS).

A partir de um debate de normas, que rompe com o sentido do trabalho dos que se engajaram na tarefa de cuidar e são atropelados por outros interesses:

> Eu vi que as pessoas não seriam contempladas da forma, não só como deveriam, mas como prometido... Pedi exoneração e saí depois de muitos anos na prefeitura. Porque *eu não tinha condições de trabalhar daquela forma, com tantas pessoas vulneráveis que eu sabia que iriam ficar à deriva.* Então, pedi exoneração e saí. Do dia 12/01 ao dia 08/02 nós não tivemos um minuto de descanso... sem parar. Já estavam todos organizados dentro dos abrigos (idem, SDS).

Todas as dificuldades que aparecem no período de recuperação, na busca de se atingir novamente a normalidade dos serviços e do dia a dia da comunidade, são esquecidas por aqueles que apoiaram as cidades no momento imediato da resposta ao evento. Quando, então, a mídia deixa de cobrir os acontecimentos, as dificuldades aumentam:

> Nos eventos, eu aprendi vivendo este, que, *depois que sai a mídia, parece que não tem mais problema*. Magicamente, a cidade deveria voltar para

> o lugar e tudo vai ficar tranquilo. *Não está mais no Jornal Nacional, está tudo certo.* E é exatamente neste momento que a mídia sai, que *as ajudas externas também saem, é que a gente fica desamparada.* É neste momento que começa toda uma *fragilidade.* Porque, quando tem aquela ajuda de todos os lados, você se sente mais seguro. Magicamente, sai todo mundo junto. Sai a mídia, porque isso cansa para o telespectador, saem as ajudas das outras esferas governamentais, saem as ONGs, saem os voluntários. *Você fica naquele cenário se sentindo extremamente frágil, tentando recompor, mas de uma forma muito precária.* Até pela falta de vivência, num cenário tão devastador (Profissional da Vigilância em Saúde, SMS).

Essas dificuldades são de muitos tipos, e a mais invisível é a falta de cuidado psicossocial, já durante a fase de resposta, mas principalmente no que deveria ser a fase de reconstrução. Poucas ações foram realizadas:

> (...) depois não tivemos nenhum tipo de acompanhamento. Até porque a estrutura do próprio serviço não dava conta. Isso foi muito cobrado. Em Friburgo até se tentou com o pessoal de saúde mental, mas estava todo mundo envolvido para conseguir dar esse salto. Sinceramente, acho que tenha que vir gente de fora que não tivesse vivido aquilo, que não estivesse comprometido emocionalmente. Posteriormente, foi feita formação na gestão do risco, mas não para o suporte emocional (idem, SMS).

As consequências para a saúde daqueles que se dedicaram ao cuidado se manifestam de diversas formas:

> Dos trabalhadores, percebo que muita gente ficou com *alteração de taxa de diabetes, colesterol alto.* Eu, por exemplo, agora tenho colesterol alto… Tem muita gente que ficou *hipertensa.* Comportamental, então, pessoas que *ficaram mais agressivas*. Às vezes, a gente não faz um link, mas aquele trabalhador que era legal de repente ficou meio agressivo, nada foi acompanhado (idem, SMS).

Essas consequências emergem da combinação da pressão do acontecimento com o nível de engajamento requerido: "Você ali enquanto profissional, você enquanto ser humano, é fora da questão! Não tem essa de já acabou minha carga horária, eu tenho que ir embora… Porque era uma situação como se fosse uma guerra. E *você não vai embora de uma guerra!*" (Profissional 1, SDS).

E, nesse esgotamento físico e emocional, o trabalhador, em alguns casos, deixava de ser o que cuidava para ser o que precisava de cuidado:

> Quando eu saí da delegacia, ainda no quarteirão, meu coração fez um barulho muito forte... *TUM*!!! Um barulho que eu parei, né. Mas aí ele não parou mais, ficou *Tum, Tum, Tum*... muito disparado. Aí, pensei, tem a enfermeira lá. Volto para lá? Pensei: Não! E entrei no carro. Quando entrei, ele estava mais disparado, quando olhei para meu crachá, meu crachá balançava… Fui atendida por um medico, estava com 180 batimentos cardíacos por minuto. Ele perguntou: "Como está se sentido?". Aí, naquele momento, chorei, chorei... porque, antes, como ia chorar e acolher as pessoas... Tive que ir para o CTI (…) eu falei para ele das imagens que não saíam da cabeça... eu queira dormir sabe... E ele falou: "Você hoje vai ver outra coisa". A enfermeira ligou a TV e botou no desenho do pica-pau. Aí falei: "Não quero ver o pica-pau, ele faz maldades". Falei: "Pica-pau não, pica-pau não!" (idem, SDS).

Por não respeitar os próprios limites, do que conseguia suportar, até onde poderia ir, essa profissional ficou dias vendo as mesmas imagens, inúmeras vezes por dia, para reconhecimento dos mortos:

> Eram muitas fotos. Eu já sabia de cor a sequência. Eram fotos muito impactantes, porque as pessoas estavam... alguns corpos num estado de putrefação avançado, não era bom de ver. Eu sei que isto foi se registrando em mim, depois, se eu fechasse meus olhos, eu via passando... passando, todas aquelas imagens, mesmo quando não estava mais lá. Isso a gente sabe que é um sintoma de estresse pós-traumático, mas naquele momento não havia tempo para se dar conta disso, não tinha espaço para isto. Faço acompanhamento com cardiologista. Isso me deixou um sinal cardíaco, tomo remédio até hoje, para que não tenha arritmia, passei a ter arritmia, são sequelas que ficaram, mas que controlo com medicamento, pior são as que ficaram que não têm medicamento, Voltei para terapia, fiz mais dois anos, mas… (idem, SDS).

Já faz mais de quatro anos do evento, mas parece que ele resiste em não passar nos corações e mentes desses trabalhadores. Todo profissional aprendeu com seu sofrimento que o comprometimento não acaba com a jornada de trabalho. Ele frequenta seus sonhos, ao relembrar relatos impactantes:

> Uma mãe que estava segurando um filho pela mão e outro no colo. Ela teve que fazer a "escolha de Sofia" *para poder sobreviver, ela largou a mão da criança e... isso tudo é muito difícil.* Um filme que assisti na adolescência e que a gente viu de perto... foram pessoas que tiveram suas famílias dizimadas. Pessoas que perderam todos os filhos... (Profissional 3, SDS).

Esses relatos profundos, marcantes, não puderam ser acolhidos como mereciam e elaborados em um trabalho mútuo: "As histórias que a gente escuta fazendo anamnese, eram histórias das mais terríveis que podíamos ter vivido... *Como que você podia atender a próxima pessoa se você ainda estava chorando com aquela*?" (idem, SDS).

Além de todas essas experiências, os trabalhadores ainda precisaram se submeter a acordos locais, vivenciando constrangimentos e humilhações:

> E ainda tinha isso, em Teresópolis tinha *duas funerárias: um corpo para um, um corpo para a outra*, porque existia essa disputa. Dentro de tudo isto você ainda tinha que lidar com essas questões… Se eu me confundisse e liberasse dois corpos para uma e era a vez da outra, *tinha o embate entre as funerárias*. Tudo isso acontecia ao mesmo tempo, o tempo inteiro, o tempo inteiro (Profissional 1, SDS).

Por fim, esses profissionais se deparam com a decepção de ver o atendimento prometido não acontecer ou acontecer de maneira precária. O desrespeito aos direitos e necessidades das comunidades:

> Tenho uma mágoa, um desencanto, com esse processo político partidário que atravanca, que *não tem um olhar para as pessoas*, tem um olhar para os processos, para o material, *não tem um foco para garantir a moradia digna para as pessoas e tudo o mais*. As pessoas que sofreram deveriam estar mais envolvidas e não vir de cima para baixo: "Vão morar aqui!". Como é que eu vou tirar essa pessoa da comunidade dela, que tem toda história dela, e colocar lá do outro lado da BR, fora da cidade! Você não move as pessoas assim. A gente vai construir, se quiserem morar vem, se não quiserem, não vem... Não pode fazer as coisas assim, tem que discutir. Falar: "Olha, é esse o local, o que vocês acham?", antes de desapropriar. Disseram que era um local belíssimo, que tinha um lago, acho que aterraram o lago, sei lá o que fizeram… (Profissional 2, SDS).

O poder público ignora e exclui a participação das comunidades nos processos decisórios que dizem respeito às suas vidas:

> O que vemos hoje é *que essa tragédia não terminou, ela está se perpetuando*. O impacto está na área da saúde, a gente não consegue ver a saúde superar essa situação na cidade. A gente vê as pessoas que estão vitimizadas fisicamente ou emocionalmente e a gente não consegue fazer nada. Quanto ao *aspecto psicossocial, a gente não vê se concretizar um atendimento integralizado para as vitimas* (Profissional da Vigilância em Saúde, SMS).

Como dito nesta fala, o desastre não acabou. É preciso lançar esforços para reorganização e visibilização de uma demanda sufocada pelas artimanhas de políticas corruptas.

## Reflexões finais: pistas para outra relação de cuidado

Esses apontamentos ergológicos são uteis para pensar os desastres, rompendo com uma lógica fragmentária e entendendo a necessidade da complexidade da ação. Para uma sociedade de cidadania frágil, compreender o encontro dos profissionais das emergências com as comunidades em um momento de ameaça pode ser uma forma de criar novas soluções para um espaço em crise. No caso da noite do dia 11 para o dia 12 de janeiro de 2011, nas cidades serranas fluminenses, o registro dessas experiências passa, então, a ser uma maneira de dar conta não só do improvável e do inesperado, mas também do entendimento da marcha de um processo social para além daquela madrugada.

Vimos, por meio dos relatos, as possibilidades e impossibilidades de promover o cuidado como o sentido do trabalho, ou seja, o sentido que o serviço prestado tem para os próprios protagonistas da atividade. É em nome do valor ético de solidariedade que o valor de serviço adquire sentido para os trabalhadores, em que "prestar serviço é agregar uma decisão de solidariedade a um ato ou a uma produção concreta, endereçada ao outro. É exprimir interdependência dos indivíduos e de suas atividades", como nos diz Zarifian (2001, p. 115). O autor sinaliza ainda a importância do apoio organizacional e institucional para que o trabalhador exercite sua potencialidade e exerça seus poderes. De fato, as microcriações dos trabalhadores precisam de condições objetivas e subjetivas para ser fortalecidas e se transformarem em patrimônios mais sólidos, a partir das *reservas de alternativas* que indicam possíveis cami-

nhos para uma transformação social que considere o humano no centro das decisões. Contudo, isso não aconteceu na região serrana, que vive as suas idiossincrasias, como resultado dos equívocos praticados.

Apontamos para a importância de que as decisões levem em conta as vulnerabilidades e possibilidades de superação dos afetados e não somente se pautem nos saberes acadêmicos ou organizacionais, tendo em vista situações-tipo. Pois, e para a concepção das políticas públicas, "negligenciar a necessidade de revisar, constantemente, as normas, em virtude do que impõe a dupla antecipação, é subestimar o tratamento dos encontros e, portanto, os valores de humanidade" (SCHWARTZ, 2011, p. 41).

Insistimos na construção de espaços de fala que façam circular os saberes de maneira dialógica, em que se colocam em palavras hesitações, decisões, valores, para que outras escolhas sejam possíveis.

Portanto, que a elaboração da experiência, a releitura da realidade, por meio do diálogo, permita aproximação consciente das singularidades e diferentes temporalidades. Em que a confrontação de discursos revele os distanciamentos que existem entre o prescrito e o real. O diálogo é uma ação sobre a ação que transforma a experiência ocorrida em uma nova forma de se viver outra experiência em que outros engajamentos de si são colocados à vista.

## Referências bibliográficas


CUTTER, S. A ciência da vulnerabilidade: modelos, métodos e indicadores. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 93, p. 59-69, 2011.

FREITAS, C. M. et al. Vulnerabilidade socioambiental, redução de riscos de desastres e construção da resiliência: lições do terremoto no Haiti e das chuvas fortes na Região Serrana, Brasil. **Ciênc. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro , v. 17, n. 6, p. 1577-1586, 2012.

PIRES, D. A enfermagem enquanto disciplina, profissão e trabalho. **Rev. Bras. enferm.,** v.6 2, n.5, p. 739-744, set./out. 2009.

SCHWARTZ, Y. Circulações, dramáticas, eficácias da atividade industriosa. **Trab. Educ. Saúde**, v. 2, n. 1, p. 33-55, 2004.

_____. A experiência é formadora? **Educação e Realidade**, v. 35, n. 1, p. 35-48, jan/abr. 2010.

_____. Intervenção, experiência e produção de saberes. **Revista Serviço Social & Saúde,** Campinas/UNICAMP, v. 10, n. 12, p.19-43, dez. 2011.

_____. **Expérience et connaissance du travail**. Paris: Éditions Sociales, 2012.

SCHWARTZ, Y.; ADRIANO, R.; ABDERRAHMANE, F. Revisitar a actividade humana para colocar as questões do desenvolvimento: projecto de uma sinergia franco-lusófona. **Laboreal**, v. 4, n. 1, p. 10-22, 2008.

SCHWARTZ, Y.; DURRIVE, L. **Trabalho & ergologia**: conversas sobre a atividade humana. 2. ed. Niterói: EDUF, 2010.

VALENCIO, N. Desastres, ordem social e planejamento em Defesa Civil: o contexto brasileiro. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 9, n. 4, p.748-762, dez. 2010.

ZARIFIAN, P. Valor, organização e competência na produção de serviço – esboço de um modelo de produção. In: SALERMO, M (Org.). **Relação de serviço**: produção e avaliação. São Paulo: Editora SENAC, 2001.



# O lugar do saber local (sobre ambiente e desastres)

## Renzo Taddei

## Introdução

Este texto tem o duplo objetivo de discutir a contribuição da pesquisa de campo de caráter antropológico ao trabalho relacionado com a água e seus desastres, e o papel do conceito de *conhecimento local* neste panorama.

De maneira geral, o conceito de conhecimento local refere-se a conhecimentos específicos que habitantes de determinado lugar têm a respeito do seu mundo, no que diz respeito ao que consideramos serem suas dimensões materiais (como os ciclos hidrológicos dos rios ou as propriedades curativas de plantas) ou socioculturais (valores, crenças e formas de organização social, como métodos de resolução de conflitos, por exemplo). Mais adiante neste texto retornarei a essa questão; antes disso, apresento uma breve discussão sobre a antropologia e os métodos de pesquisa de campo.

A antropologia, em conjunção com as demais ciências sociais, dedica-se a estudar as formas de organização das coletividades humanas, seus sistemas de pensamento e seus padrões de comportamento. O interesse em entender sociedades que possuem características distintas daquelas com as quais o observador está familiarizado é bastante antigo. Heródoto, pensador grego considerado o pai da História (em razão de sua narrativa sobre o conflito entre gregos e persas no século V a.C., apresentada em seu livro *Histórias*), é tido também como o primeiro autor ocidental a deixar registro escrito e sistemático de formas exóticas de vida social e cultural encontradas no Mediterrâneo em sua época. Foi apenas no final do século XIX, no entanto, que a antropologia, como as demais ciências sociais, ganhou o *status* de disciplina acadêmica na Europa e nos Estados Unidos.

O interesse da antropologia por questões sociais e culturais faz com que ela surja em relação muito próxima com a sociologia, naturalmente. Simplificando uma história complexa, pode-se dizer que, até o último quarto do século XX, a antropologia dedicou-se a entender a sociedade e a cultura de populações ditas não-ocidentais, por meio de pesquisas de campo em que o antropólogo permanece entre os "nativos" por longos períodos de tempo (método chamado de *etnografia*), enquanto a sociologia dedicou-se a entender os dilemas e desafios da modernidade ocidental,

lidando com populações maiores (principalmente, os centros urbanos europeus e norte-americanos) e fazendo uso ora de pesquisa de campo,[1] ora de métodos estatísticos. Se a diferenciação no que diz respeito aos territórios e populações estudados mostrou-se mais determinante, a divisão metodológica constituiu-se de forma menos marcada: enquanto a abordagem *qualitativa* (ou seja, fundada na documentação detalhada da realidade pesquisada) caracterizou praticamente toda a produção antropológica e parte importante da sociológica no século XX, outra parte da sociologia forjou-se sobre métodos *quantitativos* (fundados em quantificações, por intermédio do uso de análises estatísticas, por exemplo). Em razão disso, a antropologia e a sociologia de caráter qualitativo se aproximam tematicamente de disciplinas como a história, a filosofia e as ciências sociais aplicadas (como a comunicação, a pedagogia e o serviço social, por exemplo), enquanto a sociologia de abordagem quantitativa tem, por sua natureza, forte interlocução com a economia e a administração pública.

Com o passar dos tempos, no entanto, as fronteiras que separam as disciplinas foram ficando cada vez mais tênues: hoje, muitos antropólogos estudam, por meio de pesquisa de campo qualitativa, elementos socioculturais de grupos inseridos na modernidade ocidental (AUGÉ, 1994), à comunicação midiática (ABU-LUGHOD, 2003) e a habitantes das grandes cidades (TADDEI, 2014a), enquanto há um número crescente de sociólogos que estuda conflitos agrários e ambientais em regiões e com populações entendidas como "não-ocidentais" (MARTINS, 1981; 2010).

Essa aproximação disciplinar ocorreu também entre a antropologia e a história e geografia. Nos primórdios da antropologia, as transformações sofridas por uma sociedade ao longo do tempo e nas formas de ocupação do território eram pouco consideradas, em parte devido ao relativo isolamento das sociedades não ocidentais em questão e ao seu reduzido tamanho. Ao longo do século XX, no entanto, uma série de transformações ocorreu: o crescimento demográfico e a expansão do capitalismo industrial, a devastação de uma grande quantidade de ecossistemas ao redor do planeta, transformações políticas e filosóficas, as revoluções tecnológica e digital. Em razão disso tudo, já não é mais possível imaginar que haja populações no planeta vivendo em isolamento cultural e econômico e em condições ambientais e territoriais estáveis – e isso se dá em ambas as direções: enquanto povos indígenas que não tiveram contato com não-índios

1. Algumas escolas sociológicas destacaram-se, ao longo da história, por adotar os estudos de caso e a pesquisa de campo etnográfica como método preferencial. Os casos mais conhecidos são a Escola de Chicago, o interacionismo simbólico e a etnometodologia (BRYMAN, 2001).

são afetados pela expansão da fronteira agrícola na Amazônia (uma vez que povos expulsos de seus territórios em razão dessa expansão se deslocam floresta adentro, penetrando territórios de outras etnias, o que por sua vez faz com que os conflitos interétnicos se intensifiquem), cidadãos dos principais centros urbanos do mundo consomem guaraná e açaí, praticam rituais neoxamânicos e ingerem substâncias oriundas das tecnologias psicoquímicas indígenas, como a ayauhasca.

Hoje se reconhece que a ideia de sociedades que vivem em condições ambientais estáveis e em isolamento cultural é uma abstração, uma simplificação da realidade usada como estratégia metodológica. Sendo assim, tornou-se fundamental no trabalho de muitos antropólogos pensar não apenas os padrões de organização social e cultural, mas também o território e suas transformações ao longo do tempo. No que diz respeito à compreensão que as sociedades têm do território, surge naturalmente um campo fértil de colaboração entre a antropologia e a geografia. Ainda que a geografia tenha se dedicado historicamente a entender como os seres humanos adaptaram o meio às suas necessidades, enquanto a antropologia (especialmente a dita "ecológica") buscou entender como os humanos se adaptam ao meio, nos últimos trinta anos houve grande convergência de agendas e interesses. Dois dos campos em que o trabalho conjunto de geógrafos e antropólogos é bastante interessante, na atualidade, são as pesquisas sobre desastres naturais (OLIVER-SMITH; HOFFMAN, 1999) e sobre as chamadas "dimensões humanas" das mudanças climáticas (CAMERON, 2012).

## A etnografia e os desastres

A antropologia, em seu objetivo de estudar as formas como as coletividades organizam seu mundo, tem grande interesse no tema dos desastres, uma vez que as reações coletivas diante deles – e o consequente esforço de reorganização que motivam – colocam em evidência elementos importantes das estruturas, processos e práticas sociais e culturais da coletividade. Ao mesmo tempo, justamente pelo fato de que uma das facetas de um desastre é a forma como este desorganiza o mundo, o conhecimento antropológico pode dar grandes contribuições aos agentes sociais diretamente envolvidos no trabalho com desastres. Em todas as coletividades humanas há valores e preceitos culturais a respeito de como se deve entender e relacionar-se com a vida, a morte, o corpo, a dor, o lar, o trabalho; de si e dos outros, em suas complexas redes e hierarquias de relações familiares, sociais e políticas. Essas noções estão longe de serem óbvias, jus-

tamente porque não podem ser reduzidas à sua mera existência material. Há coisas piores do que a morte em qualquer cultura do planeta; o que são tais coisas, no entanto, não é dado de antemão, mas varia amplamente entre povos e territórios. Sendo assim, a intervenção estatal em populações assoladas por desastres deve estar atenta a tais questões.

É preciso notar que os padrões de organização social e cultural não são estáticos em coletividade alguma. Disputas e conflitos, por um lado, e processos de inovação tecnológica ou cultural, por outro, de certa forma desorganizam padrões estabelecidos. Nem todos os subgrupos de uma coletividade são capazes de se recuperar dos impactos de um processo revolucionário de inovação tecnológica, por exemplo. Desta forma, questões ligadas à vulnerabilidade e à resiliência, conceitos tão utilizados nos estudos sobre desastres (ainda que a compreensão do quê exatamente são tais coisas seja muito variável de um lugar para o outro e entre as disciplinas), estão presentes todo o tempo na vida social. Os desastres propriamente ditos exacerbam a desestabilização das bases existenciais – materiais e simbólicas – da vida, de modo que toda a coletividade (ou grande parte dela) se veja atingida e os padrões ordinários da vida social ficam impossibilitados.

Que papel tem a etnografia – isto é, a pesquisa de campo de caráter qualitativo – neste contexto? Como metodologia de exploração do mundo sociocultural, existem características de um contexto de pesquisa que justificam o emprego da etnografia. Em geral, o elemento mais importante é a impossibilidade, ou inconveniência, de se estudar determinado fenômeno fora do contexto em que este ocorre de forma não induzida artificialmente. Aqui refiro-me a fenômenos estudados em laboratórios, ou por meio de simulações matemáticas, por exemplo. Em segundo lugar, a etnografia é utilizada em situações em que a pesquisa possui forte caráter exploratório – ou seja, o pesquisador não sabe muito bem o que vai encontrar e, por essa razão, as hipóteses iniciais de pesquisa tendem a ser substituídas por outras, à medida que o conhecimento da realidade sociocultural estudada aumenta, e o resultado final da pesquisa pode ser diferente, inclusive, dos objetivos inicialmente postulados. Em terceiro lugar, a etnografia é utilizada em contextos em que o interesse reside em dimensões mais complexas e holísticas de existência humana e de sua relação com o mundo, nas quais uma abordagem mais analítica não é conveniente. Comentarei cada um desses elementos mais detalhadamente a seguir.

Não é possível reproduzir as respostas sociais e culturais a um desastre em um laboratório – mesmo que este seja um laboratório de psicologia experimental. A principal razão para isso se dá pelo fato de que a existência social e cultural não ocorre "dentro" da cabeça das pessoas, mas por meio de processos de ação e comunicação coletiva e distribuída. Isso significa que, ao contrário do que supõe o senso comum, as pesquisas antropológicas e da linguística mostram que nós não "pensamos" por intermédio do uso de informações e conhecimento que possuímos e somos capazes de acessar intencionalmente; em vez disso, a existência social depende, em grande medida, da forma como o contexto da ação fornece sinais que nos ajudam a sintonizar nosso comportamento e pensamento com as exigências do momento (GUMPERZ, 1992; SILVERSTEIN, 1992). Quando entro em um templo religioso, o ambiente emite sinais que fazem com que eu, sem me dar conta, module meu tom de voz, a forma como uso meu corpo e até os pensamentos que tenho. Se, no dia seguinte, eu for a um estádio de futebol, o contexto das arquibancadas induzirá outras formas de ação e pensamento – inclusive algumas muito diferentes das que tive no templo religioso. Ou seja, nossos padrões de comportamento e pensamento não são estáveis, mas adaptam-se às necessidades do contexto.

Isso tem duas implicações importantes: em primeiro lugar, se eu quero entender como as coletividades se organizam em determinado contexto, é neste contexto que devo fazer a pesquisa; um laboratório é, em si mesmo, um contexto rico em sinalizações sobre o que deve ocorrer ali (em termos dos valores associados à produção científica, como a atitude racional e o foco em objetividade) e, por essa razão, não se pode esperar que indivíduos sejam estimulados simbolicamente da mesma forma que seriam no contexto real de interesse da pesquisa. Em outras palavras, ainda que sejam levados a pensar em outra coisa (como em um desastre, por exemplo), em um laboratório os indivíduos serão fortemente estimulados, em termos sensoriais e simbólicos, pelo contexto do laboratório. Além disso, as sinalizações emitidas por cada contexto e que nos ajudam a ajustar ações e pensamentos aos imperativos do momento são estratégias mnemônicas importantes de nossa existência no mundo. Devido a tais estratégias mnemônicas, a quantidade de esforço cognitivo que precisamos fazer para funcionar no mundo é muito menor. Ou seja, se eu dependo das sinalizações (cores, luzes, cheiros, etc.) do ambiente do templo religioso para sintonizar-me com ele, não serei capaz de descrever com riqueza de detalhes como me comporto em tal ambiente em uma entrevista realizada em um laboratório, por exemplo, justamente porque meu bom funcionamento nesse ambiente não depende (apenas) das coisas que carrego em

minhas memórias. Assim sendo, para fenômenos complexos como comportamentos humanos coletivos, a única forma de eu poder observá-los em sua manifestação típica é estar presente no contexto (ou seja, no lugar e no momento) em que tal manifestação ocorre (TADDEI; GAMBOGGI, 2011).

Obviamente, nem sempre isso é possível. Na pesquisa com desastres, geralmente o pesquisador chega ao local acometido depois de o fato já ter acontecido (a menos que o desastre ocorra durante a pesquisa. Há inúmeros casos de pesquisadores que tinham outros temas de estudo quando foram surpreendidos pela ocorrência de um desastre, e, a partir daí, começaram a se relacionar com o tema de forma mais sistemática). De qualquer forma, um desastre não é um fato isolado, mas um processo com desenrolar temporal extenso (e que pode durar décadas, como são os casos dos acidentes nucleares de Goiânia e de Chernobil, por exemplo; ver TADDEI, 2014c; TADDEI; GAMBOGGI, 2010), e, ainda que o pesquisador se conecte com o desenrolar dos eventos de forma tardia em relação ao pico da crise, o fato de coletar seus dados nos locais em que o processo ocorre permite que as pessoas acessem suas memórias fazendo uso das estratégias mnemônicas mencionadas, mesmo que seja para a rememoração dos fatos.

Outro fator mencionado é o caráter exploratório da etnografia. Ao contrário do que postulam disciplinas das áreas da vida interessadas no comportamento humano (como a genética e as neurociências, por exemplo), a diversidade de comportamentos e soluções socioculturais encontrados ao redor do mundo é muito grande, e tal diversidade não pode ser explicada por meio de variáveis unicamente biológicas ou geográficas (LARAIA, 1986). Sendo assim, se meu interesse não é entender unidades componentes da existência, como átomos ou moléculas, mas, em vez disso, estudar a complexidade das manifestações de redes de relações entre organismos, ideias e as coisas do mundo (como é o caso das organizações socioculturais), é preciso estar aberto para o alto grau de indeterminação e imprevisibilidade sobre o que vai ser encontrado. Por essa razão, a realidade local deve ser acessada de forma aberta, com mais curiosidade e menos certezas preestabelecidas.

Adicionalmente, esse tipo de pesquisa está mais interessado na compreensão das diferenças entre os existentes do que no estudo das estruturas fundamentais e comuns da existência. Uma coisa não é, necessariamente, mais importante que a outra, mas determinados objetivos específicos da pesquisa podem fazer com que uma seja mais *relevante* que a outra. Um exemplo típico de uma situação de desastre (e de risco de desastre) é o conflito, entre técnicos das defesas civis e moradores de áreas

consideradas de risco, sobre o que está ocorrendo e o que deve ser feito a respeito. Ainda que sejam todos humanos, submetidos aos mesmos processos cognitivos no que tange às suas reações diante do medo e da incerteza – e que essas coisas possam ser estudadas, com resultados interessantes e úteis, em laboratório –, é o contexto de conflito, e não os processos cognitivos comuns, o foco do interesse nesse caso. Ou seja, papéis sociais distintos (com as diferenças decorrentes do acesso a informações, a estruturas de proteção física, etc.) farão com que os mecanismos cognitivos acionados pela situação de desastre não sejam os mesmos para técnicos e vítimas. E, mesmo entre os técnicos, haverá diferenças e conflitos internos em seu grupo, assim como entre as vítimas. Desse modo, a pesquisa antropológica e as atividades de atendimento em situações de desastre convergem em seu interesse pela realidade social, de forma holística e pragmática, mais do que pela análise pormenorizada de fragmentos isolados e desconexos da realidade do desastre – à maneira como as disciplinas acadêmicas ultraespecializadas fazem suas análises de forma independente umas às outras. Ou seja, tanto para a antropologia como para a ação de apoio, de certa forma o resultado total e final das múltiplas e inúmeras interações entre sujeitos e entre estes e o mundo é o foco do interesse, ainda que os micromecanismos atuantes em cada uma dessas interações não sejam conhecidos. Sendo assim, é apenas no contexto em que os fatos ocorrem e as dinâmicas socioculturais se desenrolam que essa dimensão do desastre é plenamente observável. Daí a grande relevância da etnografia para a pesquisa e para a ação de apoio em situação de desastres.

## O lugar do saber local

Feitas essas considerações, chegamos ao tema do papel e da relevância do conhecimento local dentro do contexto de pesquisa etnográfica e, mais especificamente, de pesquisa sobre o tema do desastre. De certa forma, falar em conhecimento local é referir-se à discussão das escalas de ação no contexto da existência sociocultural, de forma geral, e diante dos desastres, de modo particular. Em que sentido as ações coletivas, em nível local, participam ou afetam o desastre em seu desenrolar como processo e as atividades de apoio e mitigação dos seus impactos?

No entanto, há questões conceituais que necessitam de tratamento antes que essa discussão possa avançar. Uma primeira questão, e talvez a mais fundamental de todas, é definir o que se entende por saber *local*. O adjetivo "local", quando associado a saber, é indicativo do quê, exatamente?

Não há saber que não seja conhecimento, e não há conhecimento que não tenha um "local", um referencial contextual; isso inclui o que produz a ciência e a técnica (ver LATOUR, 1994; LATOUR; WOOLGAR, 1997; STENGERS, 2002). Mas há algo mais na ideia de saber, que extrapola a noção de conhecimento. Isso se reflete no conceito de "práticas", palavra frequentemente associada à noção de saber. Saber é algo mais do que informação, no sentido de que envolve mais do que cognição, incluindo outras dimensões da existência – algo que se pratica com o intelecto e com as demais faculdades humanas (INGOLD, 2000; TADDEI, 2014b).

A denominação de certas formas de vida de *práticas do saber local* é uma estratégia discursiva menos inócua e inocente do que parece. É preciso analisar, antes de mais nada, em que contextos formas de vida específicas são pensadas e tratadas como práticas de *saber local*. O pressuposto que usarei aqui, e que marca muito do pensamento antropológico contemporâneo, é que coisas e conceitos têm seus sentidos definidos a partir das relações que constroem, muito mais do que de seus conteúdos específicos (DELEUZE; GUATTARI, 1995). Os significados são sempre relacionais. A pergunta decorrente disso, desta forma, é a seguinte: as práticas de saber local são práticas, de saber e locais, em relação a quê? E, como resultado disso, chamá-las desse modo afeta o mundo de que maneira?

Vejamos: o chá é tido como parte da história da Índia, a batata é um ícone da civilização inca no Peru, o tomate foi levado dos incas ao México pelos astecas, e de lá foi à Europa; o chocolate era uma bebida sagrada no México pré-colombiano. Podemos dizer que beber chá na Inglaterra, comer batata na Irlanda, tomate na Itália ou chocolate na Suíça faz parte de saberes locais? Ou são saberes locais apenas na Índia, Peru ou México, e deixam de sê-lo na Europa? Há uma grande quantidade de estudos linguísticos sobre as marcações explícitas existentes na linguagem, e de como estas, em geral, denotam um lugar *subjugado*, ao passo que a ausência de marcação denota posição hegemônica. Por exemplo, usa-se a expressão futebol *feminino*, mas não futebol masculino – o segundo caso é tomado como situação "natural" (ou seja, naturalizada), e por isso não demanda a marcação de gênero. Consta que Villa Lobos se irritava quando era apresentado na Europa como compositor "brasileiro", enquanto ninguém se referia a Beethoven como "alemão" ou a Strauss como "austríaco"; o adjetivo "brasileiro" era uma forma de excluí-lo do *mainstream* musical mundial (que era, na verdade, a elite musical europeia).

Tais exemplos mostram o quanto a expressão *saber local* é parte fundamental da geopolítica das coisas e ideias: por pelo menos dois séculos,

tais formas de compreensão do mundo foram rejeitadas pelo *establishment* científico ocidental, frequentemente associadas à ignorância e ao obscurantismo; quando a ciência, finalmente, destronou a religião, na qualidade de conselheira preferencial do Estado, na Europa e nos Estados Unidos, tais formas de saber deixaram de ser o inimigo contra o qual sse deve lutar e passaram a ser entendidas como repositório de conhecimento *ainda não legitimado* pela ciência, e por isso mesmo demasiadamente contextual, inexoravelmente ligado a determinado território e cultura e de difícil extrapolação e generalização (valores centrais do conhecimento científico). Na visão cientificista do mundo, o conhecimento local é, ao mesmo tempo, subdesenvolvido e poluído com todo tipo de conteúdo (supostamente) irrelevante, o que dificulta sua generalização para fora do "local". Essa forma de entender a relação entre os conhecimentos e as escalas de ação tem sido duramente criticada por diversos autores (STENGERS, 2002; TADDEI, 2011; TSING, 2005; 2012)

Para evidenciar as razões pelas quais essa categorização dos conhecimentos é não apenas simplista, mas contraproducente, vou apresentar como exemplo um evento registrado em minhas anotações de pesquisa de campo realizada no sertão cearense (TADDEI, 2012a), sobre o papel das distintas formas de conhecimento climático na percepção e na vivência do ambiente semiárido. Um amigo meu, chamado Martins Ribeiro da Silva, mora na cidade de Icó, no interior do Ceará, é agricultor e tem cerca de 60 anos. Frequentou a escola apenas para aprender a ler e escrever. Produz arroz e frutas num projeto de irrigação criado pelo DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contras as Secas), em 1973. Possui cerca de 15 hectares de terra e, apesar de estar lá há mais de 40 anos, recebeu o título das terras onde trabalha faz pouco mais de 5 anos.

Martins é uma pessoa incrivelmente ativa e curiosa. Com inteligência e dedicação, tornou-se não apenas um dos pequenos produtores mais produtivos da região, como também líder de associação, líder comunitário e representante de seus pares em diversos comitês e coletivos ligados ao governo (como o comitê local de bacia hidrográfica, por exemplo).

No ano de 2002, quando conheci Martins, ele me convidou para visitá-lo em sua casa. Ao entrar, reparei que na parede da sala de estar, entre diplomas de cursos técnicos, fotos de parentes e imagens religiosas, havia um gráfico meteorológico que eu tinha visto muitas vezes na agência estadual de meteorologia. Perguntei-lhe do que se tratava. Ele me disse que aquele era o *El Niño* de 1998, quando houve forte seca no Nordeste brasileiro. Há uma relação entre o *El Niño* e as secas, ele disse. Perguntei o que era o *El*

*Niño*; ele me explicou da mesma forma que os meteorologistas o haviam feito em Fortaleza. Perguntei, então, se ele usava dados meteorológicos em sua atividade agrícola. "Não", ele me disse, como sua agricultura é irrigada, ele se preocupa com a disponibilidade hídrica no imenso açude de Orós, que alimenta o projeto de irrigação, e não com as chuvas e sua distribuição, como o fazem os agricultores que não têm acesso à irrigação. Por que você tem essa imagem na parede, então?", perguntei. Ele me contou que recebera um material da agência meteorológica num curso que fez e decidiu recortar e emoldurar a imagem para pendurá-la na parede em sua sala de estar. "É uma imagem bonita", ele disse. Naquele momento, pensei em dizer aos meus amigos meteorologistas que há usos para as coisas que eles produzem – seu conhecimento científico e os objetos decorrentes – que eles nem imaginam. Nesse caso, um uso estético, decorativo.

Mas foi apenas muitas semanas mais tarde, ao observar as atividades cotidianas da comunidade, que entendi qual era, talvez, o uso mais socialmente relevante daquela imagem. Uma das atividades mais importante desempenhadas por Martins, em seu papel de líder comunitário, é fazer a mediação na relação entre os pequenos agricultores familiares e os técnicos do governo. Há um estereótipo comum, entre os agricultores, sobre os agrônomos do Estado, descritos num tom que mescla humor e ressentimento: o técnico extensionista rural é o que eles costumam chamar de "dotôzinho da cidade", o rapaz de vinte e poucos anos, recém-formado em agronomia, que chega às comunidades com ar de superioridade, criticando os agricultores em suas práticas e dizendo como as coisas devem ser feitas.

Nem todos os técnicos se comportam desse modo, mas alguns o fazem, ainda que de forma mais sutil do que como são, geralmente, descritos. Esse tipo de comportamento é entendido como ofensivo, se tomamos em consideração os padrões de sociabilidade do mundo rural, em que o saber costuma ser medido, entre os adultos, em anos de vida. No entanto, esses profissionais trazem informações técnicas úteis, dados sobre programas do governo, além das sementes selecionadas; sendo assim, a relação entre produtores e agrônomos deve ser devidamente administrada, o que equivale a dizer que os conflitos devem ser mantidos em nível baixo (TADDEI, 2012b). Apesar da pouca instrução formal, Martins desenvolveu, ao longo de sua vida, a capacidade de entender e falar a linguagem dos técnicos, o que o capacita a fazer tal mediação e, em decorrência disso, o legitima enquanto líder local. Manter aquele símbolo do conhecimento científico, o gráfico meteorológico, na parede, à vista de todos, é um

modo de recordar os membros da sua comunidade a respeito dessa sua capacidade e de fazer ver que ele é capaz de intermediar as relações entre a população local e o mundo da técnica.




Martins e o gráfico do El Niño. Fonte: Taddei, 2014, p. 257.

O uso que Martins faz da informação climática não é econômico, mas político. Há certo fetiche por parte tanto de meteorologistas quanto de agentes do desenvolvimento econômico, desde o início da década de 1990, a respeito do potencial econômico das previsões climáticas, o que os faz cegos para quaisquer outros usos do conhecimento científico – principalmente os usos políticos, no bom sentido do termo –, ainda que esses usos sejam, frequentemente, mais relevantes para as comunidades locais.

Nesse caso, o "saber" de Martins está mais relacionado com determinado uso de informações, com uma forma de estabelecer relações, do que com um conteúdo específico. Essa forma de fazer as coisas marca a maioria absoluta dos líderes que encontrei no interior do Ceará. Esses líderes, no entanto, não se qualificam para o reconhecimento como "mestres da cultura" nem têm, em suas formas de atuação, a atenção da mídia urbana – que está interessada em coisas extraordinárias e não em formas extraordinárias de estabelecer relações entre coisas comuns.

Tomando a questão dessa maneira, o posicionamento do saber local se desloca de forma radical. Há menos discrepância entre o saber local e o saber científico do que sugere a cobertura que a grande imprensa dá a essa questão, uma vez que esta se foca, sobretudo, em diferenças marcadas de conteúdo, enquanto líderes locais não se importam com essa falsa dicotomia e fazem uso do conhecimento científico das formas mais diversas. A ideia de que os detentores do saber local se colocam "contra" a ciência não possui lastro empírico. O que há de radicalmente diferente nas formas de ação de tais detentores é o lugar onde colocam a ciência. As coisas da ciência tendem a ser apenas ferramentas, recursos a serem utilizados de forma pragmática, dentro de um plano de ação ético e moral mais amplo, em que as relações sociais e a reciprocidade são elementos estruturantes fundamentais. Aqui está a diferença basilar em relação à ciência ocidental: esta, particularmente em suas variantes mais positivistas, nas ciências exatas e da vida, entende a atividade científica como definindo justamente as qualidades desse plano de ação, os limites ontológicos do mundo, isto é, a realidade das coisas. Para a grande maioria da população mundial não ocidental (e para o lado direito do cérebro de muitos ocidentais), a realidade não existe nas coisas, mas no que se faz com elas.

Nesse sentido, talvez o que realmente distingua o saber local do saber científico seja, justamente, o valor que o adjetivo "local" agrega à expressão: é a preocupação com os efeitos reais desse saber, no âmbito das relações sociais. Ou seja, a atenção ao contexto em que o saber existe. E, se isso é o que distingue o saber local do saber não local, isso dá pistas da razão pela qual o conhecimento científico vive em constante estado de crise em sua relação com a sociedade: as coisas só têm sentido dentro de contextos reais, e a mensagem científica em geral não carrega consigo os elementos que auxiliam as pessoas a contextualizarem a informação (justamente porque a ciência crê que produz coisas não contextuais, ou seja, conhecimento "universal"). O uso produtivo da mensagem científica passa a depender de intermediários como Martins, capazes de transformá-la de modo a fazer com que seja possível conectá-la com os processos sociais e culturais em curso. Na ausência de tais intermediários, a mensagem é ignorada ou ganha interpretações erráticas que podem, inclusive, afetar a credibilidade futura da fonte de informação científica em questão (ver TADDEI, 2008; TADDEI; GAMBOGGI, 2011).

## Conclusão

As perspectivas evidenciadas pela pesquisa etnográfica e pela apreciação mais nuançada do que constitui o saber local trazem algumas implicações relevantes para quem trabalha com desastres. Mencionarei as duas que considero mais fundamentais. Em primeiro lugar, o trabalho de reconstrução pós-desastre será, provavelmente, mais produtivo se focado mais nas relações do que nas coisas (e corpos). Estes últimos, no entanto, são mais fáceis de observar e manusear do que as relações; ocorre que as coisas são, elas mesmas, ferramentas que usamos para gerenciar nossas relações sociais e com o mundo em geral (DOUGLAS; ISHERWOOD, 2004; GARCIA CANCLINI, 2010). Desta forma, vida, corpo, família, casa e documentos devem ser tratados não como noções, mas como relações; ou, colocando de outro modo, essas conexões são mantidas, no tempo e no espaço, por intermédio de relações entre sujeitos e entre os sujeitos e o mundo. A reativação do potencial coletivo de reproduzir tais coisas a partir das dinâmicas sociais e culturais é, assim, mais importante do que a simples reposição de "infraestrutura" e de "recursos".

Em segundo lugar, o fato de que cada contexto local terá suas peculiaridades significa que o trabalho de pensar e executar as ações de cuidado, auxílio e reconstrução deve ser feito com a participação integral de membros das comunidades afetadas – os intermediários estratégicos, como Martins, precisam ser encontrados e com eles se deve trabalhar de forma colaborativa –, inclusive no diagnóstico do problema. Quando isso não ocorre, o resultado, não raro, é a descoberta de que parte da comunidade está trabalhando, ainda que de forma não intencional ou planejada, em direções contrárias àquelas adotadas pelos agentes do Estado, o que resulta em (mais) perdas para todos.

**Agradecimentos** – O material etnográfico citado no texto resultou de pesquisas financiadas, em momentos distintos pelas seguintes instituições: CNPq, FAPESP, Wenner-Gren Foundation, Comitas Institute for Anthropological Study (CIFAS), International Research Institute for Climate and Society (IRI), Center for Research on Environmental Decisions (CRED – Columbia University), National Science Foundation (NSF 951516) e o Inter-American Institute for Global Change Research (IAI CRN 3035 and 3106). As ideias aqui apresentadas desenvolveram-se ao longo de minha participação nas atividades do Grupo de Estudos de Antropologia da Ciência e da Tecnologia (GEACT/UFRJ) e do Laboratório de Pesquisas em Interações Sociotecnicoambientais (LISTA/UNIFESP).

## Referências bibliográficas


ABU-LUGHOD, L. Melodrama egípcio: uma tecnologia do sujeito moderno? **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 21, p. 75-102, 2003.

AUGÉ, M. **NaÞo-lugares**: introduc?aÞo a uma antropologia da supermodernidade. SaÞo Paulo: Papirus, 1994.

BRYMAN, A. **Ethnography**. Londres: Sage, 2001.

CAMERON, E. S. Securing indigenous politics: a critique of the vulnerability and adaptation approach to the human dimensions of climate change in the Canadian Arctic. **Global Environmental Change**, v. 22, n. 1, p. 103-114, feb. 2012.

GARCIA CANCLINI, N. O consumo serve para pensar. In: _____. **Consumidores e cidadãos**: conflitos multiculturais da globalização. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2010. p. 59-73.

GUMPERZ, J. J. Contextualization revisited. In: AUER, P.; DI LUZIO, A. (Eds.). **The contextualization of language**. Amsterdã/Filadelfia: J. Benjamins, 1992. p. 39-53.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs:** capitalismo e esquizofrenia. v. 1. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

DOUGLAS, M.; ISHERWOOD, B. **O mundo dos bens**: para uma antropologia do consumo. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2004.

INGOLD, T. **The perception of the environment**. Londres: Routledge, 2000.

LARAIA, R. B. **Cultura**: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos**: ensaio de Antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

LATOUR, B.; WOOLGAR, S. **A vida de laboratório**: a produção dos fatos científicos. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

MARTINS, J. de S. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1981.

_____. **O cativeiro da terra**. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

OLIVER-SMITH, A.; HOFFMAN, S. **The angry Earth**: disaster in anthropological perspective. Londres: Routledge, 1999.

SILVERSTEIN, M. The indeterminacy of contextualization: when is enough enough. In: AUER, P.; DI LUZIO, A. (Eds.). **The contextualization of language**. Amsterdã/Filadelfia: J. Benjamins, 1992. p. 55-75.

STENGERS, I. **A invenção das ciências modernas**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2002.

TADDEI, R. A Comunicação social da informação sobre tempo e clima: o ponto de vista do usuário. **Boletim da Sociedade Brasileira de Meteorologia**, v. 32, p. 20-39, 2008.

_____. Watered-down democratization: modernization versus social participation in water management in Northeast Brazil. **Agriculture and Human Values**, v. 28, n. 1, p. 109-121, 2011.

_____. Social participation and the politics of climate in Northeast Brazil. In: LATTA, A.; WITTMAN, H. (Eds.). **Environment and citizenship in Latin America**: natures, subjects and struggles. Nova York: Berghahn Books, 2012a. p. 77-93.

_____. The politics of uncertainty and the fate of forecasters. **Ethics, Policy & Environment**, v. 15, n. 2, p. 252-267, 2012b.

_____. Devir torcedor. In: FERREIRA, A. A. L.; MARTINS, A.; SEGAL, R. (Orgs.). **Uma bola no pé e uma ideia na cabeça**: o que o futebol nos faz pensar. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2014a. p. 27-52.

_____. Ser-estar no sertão: capítulos da vida como filosofia visceral. **Interface** (Botucatu. Impresso), v. 18, p. 597-607, 2014b.

_____. As secas como modos de enredamento. **ClimaCom Cultura Científica** – pesquisa, jornalismo e arte, n. 1, dez. 2014c. Disponível em: <http:// climacom.mudancasclimaticas.net/?p=1123>. Acesso em: 30 abr. 2015.

TADDEI, R.; GAMBOGGI, A. L. **Depois que a chuva não veio** – respostas sociais às secas na Amazônia, no Nordeste e no Sul do Brasil. Fortaleza: Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos/Instituto Comitas para Estudos Antropológicos, 2010.

_____. Etnografia, meio ambiente e comunicação ambiental. **Caderno Pedagógico**, Lageado, v. 8, n. 2, p. 09-28, 2011.

TSING, A. L. **Friction**: an ethnography of global connections. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2005.

_____. On nonscalability: the living world is not amenable to precision-nested scales. **Common Knowledge**, v. 18, n. 3, p. 505-524, 2012.



# População, riscos, vulnerabilidades e desastres: conceitos básicos

## Roberto Luiz do Carmo

O objeto de estudos da Demografia são as populações humanas, e os componentes básicos da dinâmica demográfica são a fecundidade, a mortalidade e a migração (CARVALHO; SAWYER; RODRIGUES, 1994). A interação entre esses componentes estabelece a evolução numérica da população ao longo do tempo, assim como sua distribuição no espaço geográfico.

A dinâmica demográfica materializada nas características da população em termos de sua composição por sexo e idade, além dos processos da fecundidade e da mortalidade, é fundamental para compreender a construção social dos desastres e suas implicações. Esses processos estabelecem os parâmetros por meio dos quais a população cresce e como se modifica sua composição ao longo do tempo, com momentos em que predominam na população as crianças e jovens e momentos em que os idosos passam a ter peso relativo maior.

Em situações de desastre, o conhecimento sobre as características demográficas da população é fundamental para a realização das atividades de socorro, e também são marcantes quando se analisam as decorrências em termos de vítimas dos eventos (CARMO; ANAZAWA, 2014; CARMO, 2014).

O objetivo deste texto é abordar especificamente alguns elementos que são importantes para entender como se configuram as situações de desastre no Brasil: a redistribuição espacial da população, principalmente considerando que essa redistribuição configura, para conjuntos expressivos da população, situações de vulnerabilidade a riscos socioambientais.

## Redistribuição espacial da população e vulnerabilidade

No caso brasileiro, os processos migratórios foram fundamentais para a configuração atual da distribuição espacial da população no território brasileiro (BAENINGER, 2014; CUNHA; VIGNOLI, 2009), considerando principalmente o intenso processo de urbanização ocorrido no país a partir da segunda metade do século XX.

A localização da população no espaço é um aspecto importante, em especial quando se discute a questão da exposição aos riscos de desastres. Principalmente porque essa localização expressa, em grande parte, não as

escolhas dos indivíduos e das famílias, mas as possibilidades objetivas diante dos constrangimentos sociais e econômicos que se impõem e direcionam essa ocupação.

São muitos os conceitos aplicáveis nesse contexto, assim como as escalas nas quais esses conceitos são utilizados: distribuição da população entre áreas urbanas e rurais, densidade da ocupação, distância em relação aos cursos d´água (rios, lagos, mares), ocupação de áreas de declividade acentuada, enfim, a forma da ocupação do espaço (tanto em áreas urbanas como rurais).

Quando se considera a questão dos desastres, a distribuição espacial da população pode ser abordada a partir de suas perspectivas. Por um lado, a maneira pela qual a população ocupa historicamente o espaço pode configurar situações de risco, que podem se configurar em eventos de desastre ao longo do tempo. Por outro, as características da distribuição espacial da população, ocupando áreas com maior ou menor dificuldade de acesso, têm implicações quando os desastres se configuram, dificultando ou facilitando a chegada de ajuda.

Ao mencionar as áreas rurais e urbanas, evidencia-se que existem diferenças importantes que precisam ser consideradas com atenção, principalmente em um país de grande extensão territorial como o Brasil.

Até a década de 1950, a população brasileira estava distribuída principalmente entre as áreas rurais do país. A partir da década de 1960, sobretudo, houve mudança significativa, com a população passando a se concentrar principalmente nas áreas definidas como urbanas (CARMO, 2014).

Apesar de existir discussão extensa sobre a definição de áreas urbanas e rurais, o fato é que a concentração populacional em áreas urbanas, especialmente em um conjunto de regiões metropolitanas, passou a ser uma característica do Brasil, que, segundo as estimativas mais recentes, possui cerca de 85% da população residindo em áreas definidas como urbanas (IBGE, 2013).

No campo dos estudos demográficos, os trabalhos que focalizam as discussões sobre vulnerabilidade a perigos ambientais são exemplares no sentido de evidenciar como a localização espacial de determinado grupo populacional pode propiciar o acontecimento de desastres, na medida em que, conforme já salientado, a ocupação do espaço nem sempre ocorre a partir de planejamento adequado, mas sim da necessidade extrema.

Hogan et al. (2001) apresentaram uma sistematização das discussões conceituais realizadas até aquele momento e operacionalizaram o modelo da vulnerabilidade socioambiental por meio da sobreposição das informações socioeconômicas e demográficas do Censo de 1991 com as áreas de risco de inundação, variável ambiental definida a partir de sua importância no contexto do município de Campinas (SP), onde o trabalho foi realizado.

Cunha et al. (2006) dialogam com o conceito de "vulnerabilidade social", mudando um pouco o registro em relação ao trabalho de Hogan et al. (2001), que considerava os aspectos ambientais em sentido mais amplo. No texto de Cunha et al. (2006), as variáveis ambientais ficaram restritas aos elementos do saneamento básico domiciliar (ligação com a rede geral de água e com a rede coletora de esgotos, coleta de lixo, além de algumas características dos domicílios). Os avanços desse trabalho foram significativos, na medida em que operacionalizaram a proposta conceitual de Kaztman (2000), que avalia a vulnerabilidade social por meio da consideração de três tipos de capital: físico/financeiro, humano e social. As variáveis definidoras desses três tipos de capital foram estabelecidas a partir dos quesitos do Censo de 2000. Mesmo considerando as dificuldades relativas ao fato de que essas variáveis não continham o significado exato para definir cada um dos capitais, essas variáveis serviram como "proxy". A análise fatorial e a criação de "clusters" definidores de "zonas de vulnerabilidade" intramunicipais foram um avanço importante em termos de procedimentos metodológicos. De maneira geral, pode-se afirmar que as zonas de maior vulnerabilidade são também aquelas nas quais as populações são potencialmente mais sujeitas a situações de desastres, pois representam as áreas em que as populações com piores condições de vida estão concentradas.

Analisando os trabalhos realizados no âmbito dos estudos demográficos, os perigos e riscos ambientais analisados referem-se às características físicas do espaço como declividade, oscilações do nível do mar e precipitações, salientando que todos esses aspectos estão estreitamente associados a possíveis decorrências das mudanças climáticas (O'NEILL; MACKELLAR; LUTZ, 2001). Os trabalhos científicos dependeram da existência e disponibilidade de bases de dados consistentes, especialmente sobre os aspectos ambientais, o que nem sempre é possível encontrar. No Brasil, as principais fontes de dados demográficos, em escalas que permitem abordagens locais, são os censos demográficos. A grande dificuldade é encontrar dados ambientais sistematizados em escalas que possam ser compatíveis com as informações demográficas.

A partir de uma escala regional e utilizando dados secundários, especialmente dados censitários e informações sobre declividade oriundas de órgãos oficiais (como o IPT), foram realizados vários trabalhos (ALVES et al., 2010; ALVES et al., 2011; MELLO et al., 2011; MELLO et al., 2012). A composição dos indicadores de vulnerabilidade avançou no sentido da incorporação de elementos ambientais na identificação dos perigos e riscos aos quais determinados grupos sociais estavam expostos ao ocuparem espaços específicos dentro das cidades, e também no sentido de buscar elementos que permitissem avaliar a capacidade de resposta desses grupos sociais diante dos perigos e riscos aos quais estavam sujeitos.

Trabalhos realizados em escala regional (ALVES et al., 2011; MELLO et al., 2012) evidenciaram que parcelas significativas da população possuíam uma combinação de baixos índices nos indicadores socioeconômicos e elevada exposição a riscos.

Esses trabalhos mostraram o potencial de articulação entre as informações socioeconômicas e demográficas com as informações ambientais, significando um passo decisivo na consolidação do modelo da vulnerabilidade socioambiental. As ferramentas de geoprocessamento, que permitiram associar análises de dinâmicas sociais e ambientais foram fundamentais.

Entretanto, os dados secundários tiveram dificuldade em trazer elementos que pudessem avançar efetivamente na identificação dos grupos sociais mais vulneráveis, principalmente pela impossibilidade de obter, a partir desses dados, informações sobre um dos componentes mais importantes da definição de vulnerabilidade, que são os ativos não diretamente mensuráveis, como é o caso das redes sociais de apoio e solidariedade. Essas redes são fundamentais, pois, principalmente para as populações de renda mais baixa, que têm dificuldade na realização de compras de serviços, essas redes compõem a estratégia de sobrevivência no dia a dia. Assim, o cuidado com as crianças e idosos, as trocas nas funções básicas de sobrevivência, como alimentação e água, os grupos religiosos de apoio, dentre outros, compõem essa rede diária que sustenta os grupos sociais em piores condições econômicas. Essas redes invisíveis, em uma escala ampliada, são mobilizadas especialmente em situações de desastre, quando as pessoas encontram grandes dificuldades para obtenção de respostas do Estado (CARMO; VALENCIO, 2014).

Assim, os trabalhos realizados com a utilização de dados secundários, em escalas espaciais de nível regional, foram importantes para identificar onde habitavam os grupos populacionais nos quais convergiam as

características de piores indicadores socioeconômicos e de maior exposição a riscos ambientais. Entretanto, para compreender os aspectos além da susceptibilidade e exposição a riscos, é importante passar para uma escala de maior detalhe, a escala do lugar, e também considerar outros aspectos, como a questão da saúde.

Em escala municipal há trabalhos como o de Silva (2012), que estudou a dinâmica de três municípios da Região Metropolitana da Baixada Santista: Bertioga, Guarujá e São Vicente. Tais municípios, majoritariamente urbanos, abrigam espaços diferenciados e desiguais, tanto do ponto de vista geográfico como social. Geograficamente, a presença de morros, rios, estuários e do próprio mar condiciona a formação de riscos ambientais diferenciados. Socialmente, com a ocupação dos espaços para usos diversos (residenciais, turísticos e industriais), e por grupos com perfis socioeconômicos particulares, cada um desses riscos atinge populações também específicas. Os riscos analisados foram: a elevação do nível do mar, as inundações e os deslizamentos. Para cada um desses riscos, e suas possíveis combinações, foram criadas zonas de risco, utilizando os dados socioeconômicos no nível dos setores censitários, que é a menor unidade de desagregação espacial da informação dos censos demográficos. Os resultados indicaram a confirmação da hipótese de que populações mais pobres residem nas imediações de corpos d'água e morros, áreas onde a possibilidade das intensificações de inundações e deslizamentos é maior, enquanto as mais ricas localizam-se próximas ao mar, onde o maior risco é o da elevação do nível médio do mar. Embora o autor não tenha destacado esse ponto, essas áreas são exatamente aquelas onde se verificam os desastres.

Marandola Jr. et al. (2013) avançaram nessa análise municipal a partir de dados secundários. Analisando os dados referentes aos censos de 2000 e 2010 em sobreposição às áreas de risco mapeadas pelo IPT, constataram que no município de Caraguatatuba houve aumento do número de pessoas residentes e de domicílios nas proximidades das áreas de risco.

Santos (2011) considerou as vulnerabilidades relacionadas aos riscos tecnológicos no município de São Sebastião, no Litoral Norte. Analisou como as características sociodemográficas das populações em situação de risco tecnológico no centro urbano de São Sebastião podem ajudar no enfrentamento dos perigos ligados ao maior terminal aquaviário da Petrobras, localizado no centro do município, espremido entre a linha da costa e a Serra do Mar. O estudo sociodemográfico do período entre 1970 e 2010 examinou as transformações estruturais que ocorreram no município de São Sebastião, após as mudanças econômicas, sociais e ambientais

com a instalação, na década de 1960, do Terminal Marítimo Almirante Barroso (TEBAR), pertencente à Petrobras, e a construção da Rodovia Rio-Santos na década de 1970. A autora analisou os perigos relacionados com as atividades do TEBAR e quais populações estão em situação de risco tecnológico, por meio de trabalhos de campo e entrevistas semiestruturadas com moradores em domicílios das áreas de risco no entorno do TEBAR: os bairros Vila Amélia, Topolândia e Porto Grande, buscando compreender a percepção das populações residentes nesses bairros sobre os riscos e quais estratégias podem mobilizar para enfrentar os perigos. Essa análise em nível micro mostrou, por um lado, a preocupação da população diante desses grandes empreendimentos, resultante em grande parte do desconhecimento de uma avaliação mais confiável sobre as atividades e o perigo efetivo dessas atividades realizadas no TEBAR, e como as redes sociais, principalmente os laços familiares, são importantes para enfrentar essa insegurança. Por outro lado, mostrou que existe uma percepção difusa sobre a importância econômica do conjunto de instalações, que gera empregos e que permitiu uma série de melhorias de infraestrutura para o município.

No início de 2015, no município de Santos, ocorreu um incêndio de grandes proporções em reservatórios de combustíveis. A longa duração do incêndio revelou a incapacidade e o despreparo das instituições locais para lidar com situações desse tipo, sendo que as consequências ambientais desse desastre ainda não foram avaliadas em toda a sua extensão. Ou seja, o risco de desastres de tipo tecnológico de grandes proporções também figura no horizonte das cidades industriais brasileiras. Conhecer a localização espacial da população (e também todas as características sociodemográficas dessas populações) diante desses perigos é uma contribuição importante que pode ser oferecida pelos demógrafos.

## Referências bibliográficas

ALVES, H. P. F.; IWAMA, A. Y. ; D'ANTONA, A. O.; CARMO, R. L. Vulnerabilidade socioambiental nos municípios do litoral paulista no contexto das mudanças climáticas. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 17., 2010, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ABEP, 2010.

ALVES, H. P. F.; D'ANTONA, A. O.; MELLO, A. Y. I.; CARMO, R. L. ; TOMÁS, L. R. Vulnerabilidade socioambiental na Baixada Santista no contexto das mudanças climáticas. In: VAZQUEZ, D. A. (Org.). **A questão urbana na Baixada Santista**: políticas, vulnerabilidades e desafios para o desenvolvimento. São Paulo: Editora Universitária Leopoldianum, 2011. p. 207-222.

BAENINGER, R. Migrações internas no Brasil. **Cadernos de Estudos Sociais**, v. 1, p. 1-10, 2014.

CARMO, R. L. Urbanização e desastres: desafios para a segurança humana no Brasil. In: CARMO, R. L.; VALENCIO, N. (Orgs.). **Segurança humana em contextos de desastres**. São Carlos: RiMa Editora, 2014. p. 1-14.

CARMO, R. L.; ANAZAWA, T. M. Mortalidade por desastres no Brasil: o que mostram os dados. **Ciência e Saúde Coletiva** (Impresso), v. 19, p. 3669-3681, 2014.

CARMO, R. L.; VALENCIO, N. (Orgs.). **Segurança humana em contextos de desastres**. São Carlos: RiMa Editora, 2014.

CARVALHO, J. A. M.; SAWYER, D. O.; RODRIGUES, R. N. **Introdução a alguns conceitos básicos e medidas em demografia**. 2. ed. rev. São Paulo: ABEP, 1994, reimpr. 1998.

CUNHA, J. M. P.; JAKOB, A. A. E.; HOGAN, D. J.; CARMO, R. L. A vulnerabilidade social no contexto metropolitano: o caso de Campinas. In: CUNHA, J. M. P. (Org.). **Novas metrópoles paulistas**: população, vulnerabilidade e segregação. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2006. p. 143-168.

CUNHA, J. M. P.; VIGNOLI, J. R. Crecimiento urbano y movilidad poblacional en América Latina. **Revista Latinoamericana de Población**, v. 3, p. 27-64, 2009.

HOGAN, D. J.; CUNHA, J. M. P.; CARMO, R. L. ; OLIVEIRA, A. A. B. Urbanização e vulnerabilidade sócio-ambiental: o caso de Campinas. In: HOGAN, et al. (Org.). **Migração e ambiente nas aglomerações urbanas**. Campinas: NEPO/UNICAMP-PRONEX, 200. p. 397-418.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2013. Rio de Janeiro: IBGE. 2013.

MARANDOLA JR., E.; MARQUES, C.; DE PAULA, L. T. ; BRAGA, L. C. Crescimento urbano e áreas de risco no litoral norte de São Paulo. **Revista Brasileira de Estudos de População** (Impresso), v. 30, p. 35-56, 2013.

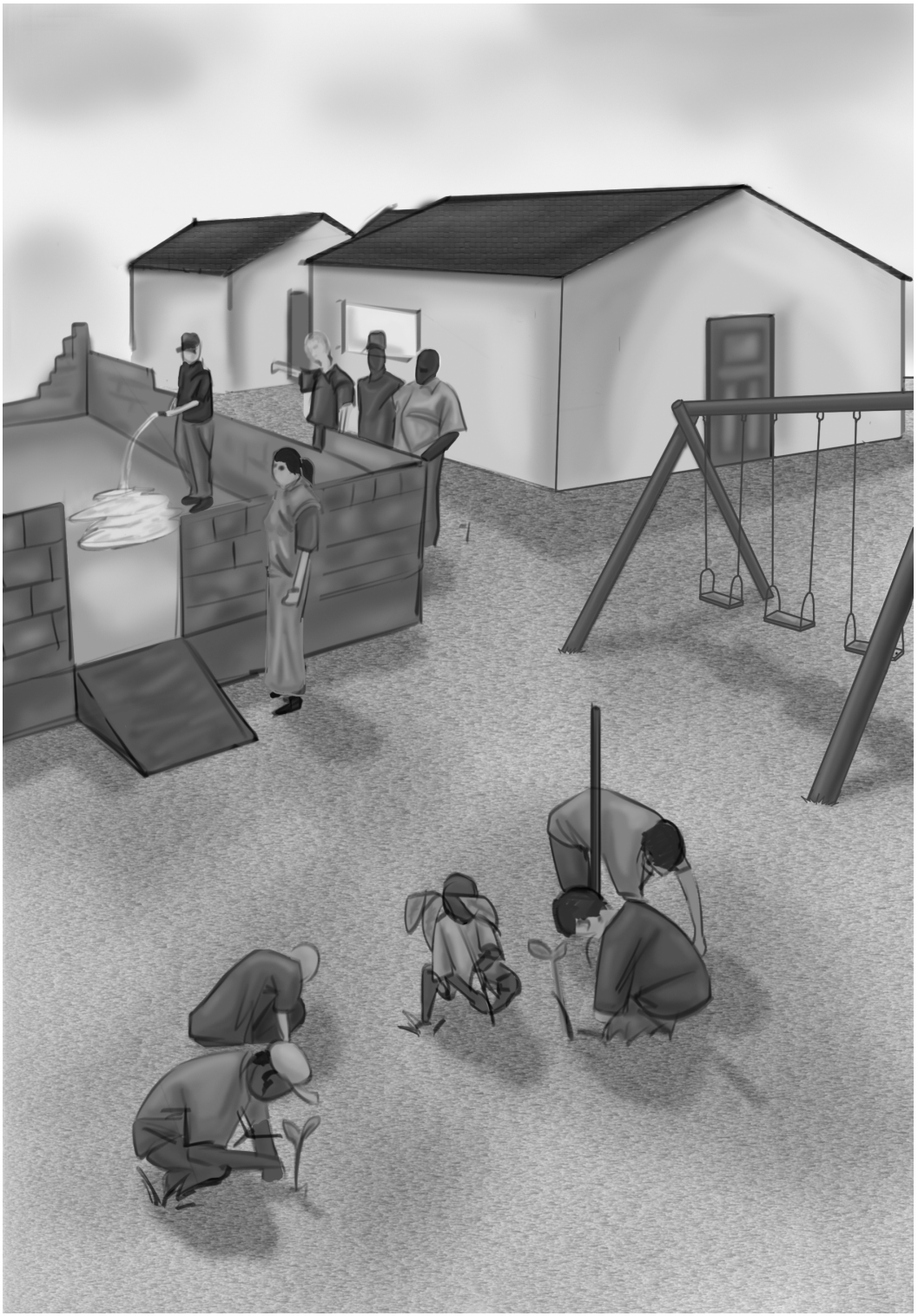
MELLO, A. Y. I. ; TOMÁS, L. R. ; D'ANTONA, A. O. Análise de vulnerabilidades às mudanças climáticas: proposta de abordagens por setores censitários e áreas de ponderação em Caraguatatuba e Santos – São Paulo. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO, 15., 2011, Curitiba-PR. **Anais...** Curitiba, 2015.

MELLO, L. F.; TEIXEIRA, L. R. ; MELLO, A. Y. I. População e desenvolvimento na Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte de São Paulo: desafios atuais e futuros. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 18., 2012, Águas de Lindoia. **Anais...** Águas de Lindoia, 2012.

O'NEILL, B. C.; MACKELLAR, F. L.; LUTZ, W. **Population and climate change**. Kingdom: Cambridge University Press, 2001.

SANTOS, F. M. **Populações em situação de risco ambiental em São Sebastião, litoral norte de São Paulo**. 2011. Dissertação (Mestrado em Demografia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

SILVA, C. M. Riscos ambientais na costa de São Paulo: o caso de Guarujá, Bertioga e Caraguatatuba. In: JULIA S. G.; PEDRO R. J. (Orgs.). **Perspectivas ambientais:** novos teóricos e novas agendas públicas. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2012.



# Rede socioassistencial: contribuições para o debate sobre desastres relacionados com a água

Alessandra Nascimento Bernardo
Luana Fernandes dos Santos Azeredo
Thaís Lopes Côrtes

Os estudos acerca dos desastres frequentemente privilegiam aspectos geobiofísicos. Uma abordagem que considere suas dimensões sociais se faz necessária, sobretudo, quando se tem uma compreensão desse fenômeno como uma das expressões da "Questão Social". Este capítulo, além de ser tema presente nos estudos e pesquisas desenvolvidos pelo Núcleo de Pesquisas e Estudos Socioambientais (NESA/UFF), relaciona os desastres com a rede socioassistencial, instrumento previsto no âmbito da Proteção Social, materializada na Política Nacional de Assistência Social (PNAS). A questão norteadora deste estudo é a possibilidade de a rede socioassistencial funcionar como um instrumento de proteção aos direitos das famílias em processos de desastres. Objetivou-se compreender, a partir da literatura especializada, como esse tipo de associação pode atuar não só em períodos de crise, mas também nos vários momentos caracterizados como desastre, em seu sentido processual e socialmente construído.

No campo das ações estatais, constatou-se a necessidade de articulação entre políticas, a partir da identificação de que as expressões da "Questão Social" confluíam de uma mesma fonte e, portanto, as políticas públicas atuantes com tais expressões não poderiam se dar de maneira isolada, como se cada problema possuísse seu desencadeador. Desse modo, no ano de 2005, foi elaborada a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS) como forma de consolidar a PNAS, apresentando uma definição de rede socioassistencial, que aqui será abordada.

## A estruturação do trabalho socioassistencial em rede e sua relação com a perspectiva de prevenção de riscos

O conhecimento acerca da estrutura da Política e dos documentos que auxiliam na estruturação da rede de serviços socioassistenciais tem sido importante no campo das discussões sobre desastres porque servem de orientação para a intervenção dos profissionais que atuam nesses contex-

tos e que se propõem a adotar uma compreensão dos desastres articulados a "relações social, territorial, institucional e historicamente produzidas" (VALENCIO, 2009a, p. 5).

Assim, cabe situar que, em 1988, a Assistência Social foi elevada ao status de Política Social, compondo com a Saúde e a Previdência a chamada Seguridade Social, por meio da promulgação da Constituição Federal. Como parte das transformações então operadas, destaca-se a promulgação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), em 1993, possibilitando a regulamentação da Assistência Social e, em 2004, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), consolidada pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Naquele momento, objetivava-se a criação de uma rede socioassistencial de âmbito nacional, visando garantir os direitos dos usuários da rede de modo integral, intencionando acabar com práticas clientelistas, fragmentadas e parciais (BRASIL, 2004). Essa rede socioassistencial é definida pela NOB/SUAS como

> um conjunto integrado de iniciativas públicas e da sociedade, que ofertam e operam benefícios, serviços, programas e projetos, o que supõe a articulação entre todas essas unidades de provisão de proteção de assistência social, sob a hierarquia de básica e especial e ainda por níveis de complexidade (BRASIL, 2005, p. 22).

Na perspectiva mais geral do trabalho em rede, a informação tem se mostrado como uma das fontes vitais para o sustento do atual ordenamento social, com a sociedade da informação sendo definida como "uma forma de estar na qual o interesse existencial se concentra na troca de informações com os outros [...]" (FLUSSER, 1998,[1] p. 21 apud NEVES, 2009, p. 147). Nesse agrupamento não há como vislumbrar o final do horizonte de possibilidades quando há interações baseadas em aceleradas trocas de informações. Algumas estruturas facilitam o fluxo não só de informação, mas também possibilitam a percepção da não fragmentação, como o caso das estruturas em rede. No caso da rede de atendimento social, a informação precisa circular com um objetivo traçado, o de atender às demandas daqueles que buscam os serviços (NEVES, 2009).

Para refletir sobre esse tipo de organização do trabalho, é importante pensar o trabalho em rede, trazendo para a reflexão, entre outras ques-

1. FLUSSER, V. Agrupamento ou interconexão? In: GIANNETTI, C. (Org.). **Telemática:** telecomunicação, internet e ciberespaço. Lisboa: Relógio D ìÁgua Editores, 1998. p. 21-28.

tões, de que forma a proposta de rede socioassistencial pode ser relacionada e operada em situações de desastres.

A definição básica de rede vem do latim *rete*. O dicionário da língua portuguesa conceitua como sendo "fios, cordas, arames etc.; entrelaçados, fixados por malhas que formam como um tecido" (FERREIRA, 2006, p. 689). Ao longo da história, vários significados foram sendo incorporados a essa palavra, dependendo do contexto em que era empregada (rede de pesca, cilada, de sustentação...). Algo bastante interessante pode ser observado no sentido popular de rede: a inexistência de um ponto central.

> A igualdade e a complementaridade entre as partes são seus aspectos básicos, reforçados pela regularidade entre as malhas. Cada nó do tecido é estratégico, é fundamental para o todo, mas eles só formam o tecido quando ligados entre si pelas linhas [...] não há diferenças hierárquicas entre linhas e nós. Só há diferença de função entre eles – ligação e sustentação, respectivamente (LOIOLA; MOURA, 1997, p. 54).

As redes ainda podem ser concebidas como uni ou multidirecionais, dependendo do fluxo que é estabelecido.

O termo *rede*, na área de ciências sociais, assumiu outros sentidos, por exemplo, como redes primárias na antropologia, redes sociais na sociologia e redes humanas na geografia (LOIOLA; MOURA, 1997).

A conceituação de "rede" também está presente na esfera das políticas públicas, em que se pode citar Maurel (1991),[2] que diz ser o trabalho em rede "...uma profunda redefinição das políticas sociais, uma recomposição do papel do Estado e das coletividades" (apud LOIOLA; MOURA, 1997, p. 57). Nesse tipo de rede pode-se perceber a presença de um centro, um impulsionador, o Estado.

Se a estrutura de organização em rede chegou até mesmo às políticas públicas, o que legitima tal proposta? Para essa questão, Loiola e Moura (1997, p. 58) afirmam que a organização em rede

> surge como uma estratégia para enfrentar um ambiente de turbulências e incertezas, caracterizado ainda pela forte competitividade e por crises e movimentos de reestruturação, tanto nos estudos na esfera da ação pública como na dos negócios (...) a crise do Welfare State e do nacional-desenvolvimentismo dá espaço para a emergência de novas formas de exercício da ação pública.

2. MAUREL, E. **Commande publique, une injonction à la mise en réscau.** Pour, Paris, Grep, 132, 1991. p. 57-68.

A Política Nacional de Assistência Social traz uma argumentação que reforça a necessidade da organização em rede. Uma justificativa é a de que

> a história das políticas sociais no Brasil, sobretudo a de Assistência Social, é marcada pela diversidade, superposição e, ou, paralelismo das ações, entidades e órgãos, além da dispersão de recursos humanos, materiais e financeiros (BRASIL, 2004, p. 47).

A Assistência Social no Brasil baseou-se, durante muitos anos, em práticas assistencialistas, com ações a cargo de doações ou benesses de indivíduos ou instituições, para outros considerados desamparados (SPOSATI et al., 1995). Os indivíduos eram culpabilizados pelo seu estado de pobreza. Contudo, com a crise de 1929, o cenário começa a se transformar, e o Estado brasileiro aos poucos reconhece tal situação como uma "Questão Social"[3] e, portanto, responsabilidade pública estatal.

Na justificativa da PNAS, a rede, no contexto das políticas públicas, não toma o lugar do Estado, mas

> deve ser alavancada a partir de decisões políticas tomadas pelo poder público em consonância com a sociedade. É condição necessária para o trabalho em rede que o Estado seja o coordenador do processo de articulação e integração entre as Organizações Não-Governamentais – ONGs, Organizações Governamentais – OGs e os segmentos empresariais, em torno de uma situação ou de determinado território, discutindo questões que dizem respeito à vida da população em todos os seus aspectos. Trata-se, enfim, de uma estratégia de articulação política que resulta na integralidade do atendimento (BRASIL, 2004, p. 48).

Verifica-se a centralidade no Estado, na medida em que para ele é prevista a posição de coordenador, de grande articulador dos demais segmentos da sociedade.

Se for considerado que muitos profissionais que atuam na assistência social representam o Estado, o exposto até agora nos faz refletir que o trabalho organizado em rede, de alguma forma, traz respostas para os de-

3. De acordo com Pastorini (2004), falar em "Questão Social" implica necessariamente fazer referência ao capitalismo e ao Estado por ele constituído. Ela tem sua gênese na forma como os homens se organizam para produzir numa determinada sociedade e num contexto histórico dado e tem suas expressões na esfera da reprodução social. As principais manifestações da "Questão Social", como a pauperização, a exclusão, as desigualdades sociais, são decorrências das contradições inerentes ao sistema capitalista, cujos traços particulares vão depender das características históricas da formação econômica e política de cada país e/ou região, com diferentes estágios capitalistas produzindo distintas expressões da "Questão Social".

safios cotidianos vivenciados pelos profissionais que compõem tal estrutura. Nesse sentido, a rede socioassistencial pode ser operada em uma direção que pode levar à superação da fragmentação, presente nas ações desse âmbito.

No caso do estudo para este capítulo, pensar o trabalho socioassistencial em rede exige refletir também sobre as controvérsias existentes na bibliografia sobre esse tipo de abordagem, a fim de dotar de teor crítico a construção da análise. Se, por um lado, há argumentos fortes que justificam o trabalho em rede – discurso que, em algumas abordagens, possui certo teor salvacionista –, por outro, a manutenção de um pensamento crítico é essencial para a identificação das potencialidades e fraquezas dessa estrutura de trabalho e de suas práticas.

Neste sentido, Vitoriano (2011) afirma que a rede socioassistencial, da forma como é proposta na PNAS, contribui para o reforço da manutenção de elementos tradicionais presentes na trajetória dessa política, justificando a desresponsabilização do Estado, possibilitando aumento da presença do terceiro setor e incorporando modelos de gestão e organização semelhantes aos do mercado.

Já Carneiro e Costa (2011, p. 5) entendem que

> é por meio da ação articulada que é possível responder à complexidade das necessidades e dos problemas trazidos pela situação de pobreza e desigualdade que os assistentes sociais enfrentam no dia a dia dos CRAS. O trabalho em rede, reconhecido pelo SUAS como uma nova forma de gestão social, tem a perspectiva de redimensionar as intervenções específicas, ampliando o padrão de qualidade e a efetividade das ações desenvolvidas.

As posições dos autores acima citados permitem a compreensão de que, no que se refere à estruturação do trabalho socioassistencial em rede, existem perspectivas diferenciadas, a depender da matriz que a informa. O debate entre elas se torna essencial para o processo de reconhecimento do campo de atuação em que se está inserido e quais as possibilidades que dele se pode extrair.

No tocante à rede socioassistencial, a PNAS prevê a integração de serviços, programas e benefícios, operando por meio dos chamados Centros de Referência e Assistência Social (CRAS), que é o

> responsável pela articulação da rede de proteção social local no que se refere ao acesso aos serviços enquanto direitos de cidadania, mantendo

> ativos os mecanismos de vigilância da exclusão social por meio da produção, sistematização e divulgação de indicadores sociais da área de sua abrangência (BRASIL, 2008, p.43).

A atuação a partir de tais Centros mapearia e articularia as várias instituições em estrutura de rede, voltada para a proteção social básica, relacionadas tanto às ações do poder público quanto à interlocução desse com os setores privados, órgãos governamentais, organizações não governamentais e entidades sociais (BRASIL, 2008). Entretanto, diante de seus limites para a efetivação da garantia de direitos sociais que não se resumem à assistência social, outras redes de perfil mais amplo precisam ser articuladas.

Nesse sentido, há a proposta do exercício da intersetorialidade, no intuito de promover a "inserção das famílias nos serviços de assistência social nos territórios e sua sustentabilidade, de forma a romper com o ciclo de reprodução intergeracional da pobreza e da discriminação social" (BRASIL, 2008, p. 43).

Em ambos os formatos de rede, se não houver planejamento, ações conjuntas, objetivos comuns, metas traçadas, confiança recíproca, reconhecimento e distribuição de responsabilidade, não se poderá dizer que existe uma rede nos moldes do que se espera para o enfrentamento dos desafios postos cotidianamente aos profissionais. Essa relação é vista como fundamental, pois "uma entidade organizacional tem que ter conhecimento do que é feito pelas outras organizações para poder acionar ou encaminhar o usuário que atende para outros serviços de atendimento social" (NEVES, 2009). Para Neves,

> o atendimento social considerado a partir do sistema de rede facilita a circulação de informação, promove uma tomada de consciência coletiva, além de possibilitar uma visão geral, incluindo o levantamento de recursos, potencialidades e demais fatores capazes de permitir a melhor efetivação das ações norteadoras do sucesso referente ao desempenho institucional direcionado ao atendimento social (2009, p. 163).

Ocorre que, além da dificuldade de os membros da rede reconhecerem seu papel, tem-se um problema muito maior que condiciona diretamente o trabalho em rede. Trata-se do avanço dos ideais neoliberais sobre as políticas públicas, fomentando a redução do Estado, a transferência de responsabilidades para o então denominado "Terceiro Setor" e a flexibilização das relações trabalhistas com precarização das condições de

trabalho. Isso significa que a base dos transtornos presentes no surgimento das políticas sociais no Brasil perdura ainda hoje.

Nesse contexto, os CRAS e os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) são previstos para assumir "centralidade como unidades públicas de acesso e atendimento ou unidades referenciais de atendimento à comunidade" (ARAÚJO et al., 2012, p. 147). O momento da implantação desses centros de referência, sem dúvida, foi um avanço na história das políticas públicas, rompendo com fronteiras para chegar e se instalar nos territórios mais vulneráveis. É uma proposta do Estado disposto a dissolver o paradigma da caridade até então existente e assumir a proteção social como direito do cidadão. Todavia, como afirma Couto,

> a existência física de espaços, por si só, não garante a viabilização concreta dessa referência; há, portanto, a necessidade de se adensar o debate sobre o significado desses espaços, o que inclui discussões sobre os serviços, a estrutura, os acessos, os processos de qualificação e avaliação, as interfaces e o controle social... (COUTO, 2009, p. 207).

Essa reflexão constante é primordial para o desenvolvimento das ações realizadas pelos profissionais, pois os centros de referência não são espaços dados, ao contrário, fazem parte da realidade que é complexa e mutável. Desafios inéditos surgem, e problemas antigos exigem novas respostas.

> O CRAS realiza concomitantemente as funções de proteção às famílias, defesa de direitos e vigilância das exclusões e violações sociais, podendo, dessa forma, captar necessidades de proteção social e agir preventivamente, antecipando-se à ocorrência de riscos e aos agravos à vida (YAZBEK et al., 2012, p. 175).

No contexto de novos desafios postos para as ações profissionais, situam-se os desastres. De acordo com estudos de Santos (2012), Siena (2012), Valencio (2010; 2013), Valencio et al. (2009) e relatórios de organismos internacionais, como o IPCC[4] (sigla em inglês para Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas), os desastres relacionados com as águas têm aumentado nas últimas décadas e, com isso, têm se tornado também

4. O IPCC foi estabelecido com o objetivo de coletar e reunir informações científicas, técnicas e socioeconômicas relevantes para o entendimento das Mudanças Climáticas, visando subsidiar o debate sobre essa questão no âmbito da comunidade internacional, bem como na tentativa de minimizar os sintomas provocados pelas Mudanças Climáticas e de futuros riscos ambientais e sociais ao planeta (COSTA, 2009, p. 245).

objeto de análise de autores das diferentes áreas do conhecimento. É perceptível, no entanto, a predominância dos aspectos geobiofísicos nas análises desses fenômenos, desconsiderando sua dimensão social ou deixando essa dimensão em segundo plano.

O desastre tem implicado atuação dos meios técnicos e peritos, com destaque para a Defesa Civil (SIENA, 2012). Segundo a Lei Brasileira de Proteção e Defesa Civil, a Defesa Civil é a instituição responsável por coordenar todas as ações diante desse tipo de situação, na avaliação de todos os prejuízos e perdas ocorridas na ocasião. No entanto, essa avaliação não tem ultrapassado o campo do material, do econômico.

Na relação com a Assistência Social, a abordagem acerca dos desastres tem entrada por meio das ações relativas às calamidades públicas, estando este serviço concentrado na Proteção Social Especial de Alta Complexidade. Muito se vê fazer durante o acontecimento. Nesse momento, a condição das pessoas de estarem em situação de vulnerabilidade acaba expondo-as aos chamados "novos riscos". Entretanto, em muitos casos, o "risco" já existia. Pergunta-se, então, por que nada se fez?

A Política de Assistência Social, no nível da Proteção Social Básica, tem um viés de atuação voltado para a prevenção de riscos e inclusão social. "Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação [...] e/ou fragilização de vínculos afetivos" (BRASIL, 2004, p. 27).

Já a Proteção Social Especial "volta-se para indivíduos e grupos que se encontram em situação de alta vulnerabilidade pessoal e social, decorrentes do abandono, privação, perda de vínculos, exploração, violência, entre outras" (COUTO et al., 2012, p. 64). Em cada um desses níveis deve ser criada uma rede, articulando as unidades públicas e organizações da sociedade civil (VITORIANO, 2011, p. 3).

A PNAS afirma que a Proteção Social Especial opera por meio da oferta de diversas ações, dentre elas "ações de apoio a situações de riscos circunstanciais, em decorrência de calamidades públicas e emergências" (BRASIL, 2004, p. 96). Contudo, pesquisas apontam que

> ainda é embrionário no campo da Assistência Social o exercício prático desse serviço junto aos usuários, vítimas dos desastres. Visualiza-se, ainda, uma lacuna entre a preparação e organização dos diferentes entes federativos na tradução do aspecto teórico para a condução das ações dos profissionais da Assistência Social nesse enfrentamento (SANTOS et al., 2014, p. 66).

Entender os desastres sob este prisma não desmerece a importância das ações realizadas pela Defesa Civil, sobretudo, para a elaboração de políticas públicas, indenizações e ações infraestruturais que se fazem realmente necessárias no momento posterior ao evento, que seria a chamada "normalidade" se adotada a mesma compreensão da instituição citada sobre eles.

Ao contrário, esse entendimento chama a atenção para a insuficiência de se abordar apenas esses aspectos, dando ênfase a outras abordagens, como aquelas que materializam a Proteção Social, a saber, a já citada Política Nacional de Assistência Social, partindo do pressuposto de que as famílias atingidas nos desastres se encontram em situação de vulnerabilidade social, instaurada desde o momento anterior à crise.

Pode-se perceber, durante todo esse processo, que há violações diversas aos direitos dos cidadãos. Siqueira (2013, p. 258) afirma que, nas discussões sobre desastres, seja na literatura ou na mídia, observa-se uma reflexão corrente que se trata da "desproteção" dos afetados por tais circunstâncias.

> Se tomarmos por base as críticas tanto da literatura do Serviço Social quanto da sociologia dos desastres, a racionalidade hegemônica é a de que esses trabalhos ficam apenas na ordem do emergencial, e a responsabilidade com o antes e o depois é sempre facultada ao outro – em geral um Estado abstrato. Assim, a noção de proteção social segue focalizada, fragmentada, setorializada e reprodutora da ausência de cidadania (SIQUEIRA, 2013, p. 258).

Neste mesmo sentido, Siena (2012) apresenta que a problemática referente ao discurso institucional da Assistência Social reside na ausência de questionamentos acerca dos grupos que são afetados pelos desastres. Ela acrescenta que a falta desse questionamento está associada a uma visão dos desastres como sendo uma "crise aguda, situacional, na qual medidas pontuais e emergenciais seriam necessárias e suficientes em si para o restabelecimento da normalidade prévia ao 'momento trágico' do desastre" (SIENA, 2012, p. 104).

O que se vê, no campo da Assistência Social, é uma similaridade da sua atuação com seu paradigma anterior, pois o trabalho de prevenção não ocorre. As famílias são abrigadas em locais como escolas, onde são distribuídas cestas básicas, colchões, alimentos, roupas, enfim,

> (...) parece-nos que *proteger* passou a ter um sentido reducionista que remete a entregar *kits* de sobrevivência e contribuir para o deslocamento das famílias das consideradas *áreas de risco* para os abrigos ou casa de amigos e familiares (SIQUEIRA, 2013, p. 258).

Entretanto, as avaliações realizadas pela Defesa Civil não parecem ultrapassar o campo do material, do econômico, ocasionando uma fragilidade na forma como se lida com os desastres quando partimos de uma compreensão desses como sendo fenômenos que articulam

> prejuízos materiais, morais, físicos e emocionais, propiciando à sociedade interrogar-se a si mesma, "em seus meios e propósitos, tanto por aquilo que (não) se fez antes (a prevenção e a precaução), como naquilo que (não) se faz durante (a gestão da crise) ou depois (as transformações necessárias)" (LIEBER; ROMANO-LIEBER, 2005, p. 71[5] apud VALENCIO, 2009b, p. 37).

No que se refere à violação dos direitos no contexto de desastres, esta pode ser observada também a partir das expressões da "Questão Social". O desemprego ou os baixos salários, por exemplo, levam os sujeitos a não terem condições de comprar uma casa em um local seguro, obrigando as famílias a se submeterem a habitações em condições precárias. No momento de crise em contexto de desastre no qual se dá a entrada das famílias nos abrigos – ação identificada nas instituições como "acolhida" – estas se veem obrigadas a dividirem o espaço com outras famílias, rompendo com a privacidade, o que gera outros conflitos. Quando conseguem receber uma casa popular – resposta governamental para a retirada de moradores das "áreas de risco" e forma de encaminhamento das demandas habitacionais em alguns municípios –, estão sujeitas a outros riscos, como violência, tráfico, residências afastadas da estrutura de transporte, educação ou saúde e perda de vínculos com a vizinhança.

Confirma-se, então, que o desastre e seus desdobramentos estão diretamente associados à "Questão Social", que pode ser entendida, de acordo com Iamamoto e Carvalho, como sendo

> as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a

5. LIEBER, R. R.; ROMANO-LIEBER, N. S. Risco e precaução no desastre tecnológico. **Cadernos de Saúde Coletiva**. v. 13, n. 1, 2005. p. 67-84.

> manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e da repressão (IAMAMOTO; CARVALHO, 1983, p. 77).

Se essas expressões da "Questão Social" geram, também, certa espécie de apartamento social, podemos considerar que se vive em uma sociedade

> como se existissem cercas e fronteiras imaginárias em seu interior, definindo o lugar de cada morador: os limites que determinam seu local e tipo de moradia e trabalho, bem como os equipamentos de transporte e os serviços de saúde e educação, estão definidos e não podem ser transpostos, traçando uma realidade cotidiana de pessoas segmentadas por classes sociais que não se misturam ou nem mesmo se veem, todos em uma mesma cidade (ROLNIK, 2002;[6] MARICATO, 2002[7] apud KAUCHAKJE, 2011, p. 36-37).

Kauchakje (2011) afirma que alguns dos fatores que geram ou agravam a vulnerabilidade e o risco social são a insuficiência, a ineficiência ou a dificuldade de acesso à rede de serviços e equipamentos sociais por parte da população.

Não pretendemos aqui adentrar na discussão sobre vulnerabilidade social e risco, porém, tendo em vista que esses conceitos surgem nos debates relacionados com os desastres e se fazem presentes orientando as políticas assistenciais, cabe destacar que a vulnerabilidade e o risco não podem ser pensados de forma dissociada, pois ambos integram também as situações de desastres.

Há inúmeras definições sobre risco e vulnerabilidade, cada uma associada a um campo do conhecimento, no entanto, para esta discussão, a compreensão é a do risco associado a uma possibilidade concreta de que um fenômeno externo ameaçante ou perigoso aconteça e da vulnerabilidade como situação diante do risco, como possibilidade de ser ou não alcançada por ele (SIENA, 2012; SANTOS, 2012).

Couto et al. trabalham com as categorias de risco e vulnerabilidade social fazendo associação dessas categorias com os territórios onde se inserem os serviços, benefícios e equipamentos socioassistenciais. Para os au-

6. ROLNIK, R. É possível uma política urbana contra a exclusão? **Serviço Social e Sociedade.** São Paulo: Cortez, 2002. v. 72. p. 53-61.

7. MARICATO, E. **Brasil, cidades**: alternativas para a crise urbana. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

tores, indivíduos, famílias e classes sociais muitas vezes ficam fora da "'rede de segurança' propiciada pela proteção social pública e que, por isso, se encontram em situações de vulnerabilidade e risco social, gerados por uma cadeia complexa de fatores" (COUTO et al., 2012, p. 75).

Partindo dessa perspectiva, confirma-se a necessidade de abordar o tema pelo viés social, tendo em vista sua relação com o território cuja produção e forma de ocupação não podem ser naturalizadas, já que expressa contradições do sistema capitalista de produção. As políticas de atenção às vítimas de desastres também revelam essas relações e desigualdades inerentes ao sistema. Como afirma Valencio,

> quando, num dado município, ricos e pobres perdem ou veem danificadas suas moradias é que apenas em relação aos últimos o discurso de "remoção" é deflagrado. A territorialização dos pobres é sempre uma territorialização em contestação, uma "área de risco" (VALENCIO, 2009a, p. 7).

Como se já não bastassem todas as perdas – materiais e imateriais – que as vítimas de desastres enfrentam, o discurso da necessidade de remoção em virtude da inserção na chamada "área de risco" também surge.

Uma abordagem que compreenda os desastres como um processo social vai considerar o momento anterior a ele, o próprio evento e o momento posterior e atuar não ignorando as violações de direitos que historicamente ocorreram e ainda ocorrem.

Se a "Questão Social" é a contradição presente na sociedade capitalista, que tem por traço a socialização na produção da riqueza e a apropriação privada desta, para lidar com ela, que se expressa por meio das desigualdades sociais, pobreza, desemprego, e até mesmo pelo condicionamento de alguns grupos ou populações a residirem em locais onde estejam expostos a determinados fenômenos naturais, o Estado elabora políticas assistenciais.

Essas políticas, que vão funcionar como respostas para as expressões da "Questão Social", representam tanto estratégias deste Estado para manter o controle sobre o conjunto da sociedade – com ações para além da caridade e repressão – quanto o reconhecimento e a incorporação de exigências do conjunto dos trabalhadores (BOSCHETTI; BEHRING, 2011, p. 37).

Sabendo disso e também que "são os órgãos e as entidades públicas, estatais e não governamentais, que têm a responsabilidade de fazer a gestão da rede, a fim de cumprir as garantias legais e os direitos da popula-

ção" (KAUCHAKJE, 2011, p. 39), faz-se imprescindível pensar especificamente a atuação dos serviços de proteção social básica implementados no CRAS nesse contexto. O que caberia a ele? De que forma sua ação preventiva poderia se dar? Essa ação preventiva cabe somente à rede socioassistencial local, tendo como responsáveis os CRAS, ou também à rede mais ampla, das políticas públicas?

Vitoriano diz que a rede

> deve ser articulada tanto no nível da proteção social básica, através dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), como na proteção social especial nos Centros de Referência Especializado em Assistência Social (VITORIANO, 2011, p. 3).

A autora cita ainda o que caberia ao CRAS na rede, no nível da proteção social básica: "mapeamento, estruturação e análise da malha de serviços existentes, além da realização de reuniões periódicas com os componentes da rede" (IDEM).

É problemático que o discurso sobre o trabalho dos CRAS permaneça no campo das ações rotineiras, burocráticas e emergenciais. Por mais que a perspectiva de atuação orientada para prevenção de riscos já esteja legitimada para o nível de proteção básica, o discurso da ação nesse sentido, principalmente dos riscos referentes aos desastres relacionados com a água, não emerge com facilidade.

Muitos podem questionar, afirmando que o número de profissionais é muito reduzido se comparado com o nível de demanda dos usuários, que as condições de trabalho são precárias, que os espaços de atendimento não possuem uma boa estrutura, que os outros serviços que compõem a rede não funcionam bem. Tudo isso é sabido, afinal, a ofensiva neoliberal ainda persiste e suas consequências desdobram-se até a ponta dos serviços socioassistenciais.

Porém, se essa é a realidade atual dos serviços socioassistenciais, a posição a ser adotada não deve ser a de estagnação, já que as condições são muito desanimadoras. Precisa-se pensar no que fazer a partir do atual contexto, visto que, no caso dos desastres relacionados com a água, muitas famílias residem em áreas ambientalmente frágeis, articulam sua própria rede de proteção com a vizinhança e no momento do desastre veem tudo o que foi construído se perder. Quando há o processo de construção e distribuição das casas populares, em alguns lugares, o mesmo ocorre de forma não participativa, fragmentando as redes de vizinhança já estruturadas

e até unindo em um mesmo território facções criminosas rivais. Como proceder com o trabalho de prevenção nesse contexto?

## Possibilidades de atuação preventiva da rede socioassistencial

Sabe-se que a história da Assistência Social brasileira apresenta características marcantes, como "restrição de recursos financeiros, dificultando a oferta de serviços de proteção social, com incidência sobre a gestão do trabalho, a qualidade dos serviços prestados e a garantia de direitos" (ARAÚJO et al., 2012, p. 139).

Incorporando-se a tais fatores históricos, tem-se o já citado avanço neoliberal, criando uma atmosfera no mundo do trabalho na qual os profissionais da assistência social veem-se "obrigados" a cumprir a operacionalização da Política Social, contudo, em uma perspectiva mínima e de compensação (ARAÚJO et al., 2012).

Nesse cenário, torna-se imprescindível a construção de estratégias direcionadas tanto para a execução do trabalho preventivo com relação aos desastres quanto para o crescimento e desenvolvimento da rede socioassistencial.

É preciso relembrar que as iniciativas de implementação de políticas sociais no Brasil não foram conquistadas da noite para o dia nem por indivíduos isolados, mas foi um processo que envolveu a união dos trabalhadores e demais movimentos sociais. Dessa forma, mobilizar a população pode auxiliar no alicerce do trabalho na Assistência Social e, consequentemente, para o efetivo desenvolvimento da rede socioassistencial.

> Segundo a PNAS, a descentralização, aliada à estratégia da territorialização, permitiria a redistribuição do poder, o deslocamento dos centros decisórios, a tomada de decisão mais próxima do local onde reside a população, a considerar as demandas e as desigualdades socioterritoriais (GUIMARÃES, 2007, p. 3).

Entretanto, a simples proximidade com o local de moradia das pessoas não garante que suas necessidades, demandas e projetos serão reconhecidos e atendidos. Para tanto, o contexto requer algo mais: participação e controle social.

> Todos estes elementos (comando único, territorialização, descentralização político-administrativa), quando aliados ao controle social, atra-

> vés da participação da população, podem se tornar elementos facilitadores do processo democrático de elaboração, implementação e execução das políticas sociais (IDEM).

A participação da população no processo de tomada de decisão é de suma importância, principalmente por se tratar de sujeitos que vivenciam de forma intensa, direta e cotidiana as expressões da "Questão Social".

A respeito desses impactos sofridos e sua relação com um trabalho preventivo, Santos (2012) faz uma crítica à Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, a qual não menciona o trabalho de prevenção que deveria ser realizado no momento anterior ao desastre.

Dessa forma, a responsabilidade de se pensar em como efetivar tal perspectiva de ação fica a cargo dos profissionais que estão no campo, envolvidos por todo o contexto já exposto neste trabalho.

Por tudo isso, busca-se, com tal discussão, refletir para além da crise instaurada e em direção a alguns horizontes prováveis de atuação profissional. Nesse sentido, a discussão sobre o trabalho mobilizador dos profissionais em prol do crescimento da participação social e, consequentemente, o fortalecimento do controle social sobre a política mostra-se como revelador de possibilidades. Isso porque a

> participação social é considerada um dos aspectos inovadores da arquitetura do SUAS. De fato, no campo da Assistência Social, o debate sobre a participação demonstra uma alteração no padrão de relacionamento do Estado com a sociedade civil no tocante ao processo de intermediação dos interesses organizados e da luta pela efetivação dos direitos sociais (ARAÚJO et al., 2012, p. 142).

O Estado, portanto, pode ser considerado um campo de disputas, no qual em certo momento o capital avança e em outro tende a recuar. Tal recuo pode ser interpretado também como o momento no qual a sociedade consegue se colocar perante espaços deliberativos e garantir a conquista de seus interesses.

Partindo dessa reflexão, o trabalho dos Centros de Referência articulado com a rede socioassistencial e das Políticas Públicas pode ser pensado também mediante a perspectiva preventiva e levando-se em consideração suas instalações físicas em locais estratégicos. A territorialização dos Centros de Referência evidencia-se como fator positivo para alcance dos mais vulneráveis.

Com o que foi exposto até aqui, fica evidente que o trabalho, no contexto de desastres e de prevenção de riscos, não é simples e não constitui responsabilidade de apenas um elemento da rede. Um dos caminhos que pode ser trilhado na busca da efetivação desse perfil de ação e que, consequentemente, acarretaria o desenvolvimento de novas competências profissionais é o aproveitamento da estrutura de funcionamento dos CRAS (nos territórios) como um fator positivo que possibilita maior acesso às populações consideradas mais vulneráveis. Essa facilidade de aproximação constitui elemento substancial para trabalhos efetivos que vão ao encontro dos interesses dos sujeitos locais.

Evidencia-se, portanto, um desafio posto ao SUAS, o de

> potencializar, nos espaços de atendimento à população, atividades que desenvolvam a autonomia e o protagonismo dos usuários na direção de materializar a participação deles no espaço de controle social utilizando mecanismos de democratização da política (COUTO, 2009, p. 207).

Nos trabalhos preventivos com relação aos desastres, portanto, tem-se a possibilidade de atuação mediante o conhecimento prévio das famílias vulneráveis e por meio do diálogo entre profissionais e sociedade, tratando de questões como: a realidade vivenciada; o(s) motivo(s) que os levou(aram) àquela situação; a quais riscos estão vulneráveis; quais as prováveis consequências futuras; o que são direitos civis, políticos e sociais; em relação à situação de vulnerabilidade instalada, quais direitos estão sendo violados; o que se pode fazer diante de tal contexto.

Trata-se, portanto, do fortalecimento dos que estão em situação de risco no sentido de compreenderem os determinantes da realidade posta e de não somente conhecerem os mecanismos de participação social, mas, sobretudo, estarem preparados para ocuparem tais espaços.

Mediante o crescimento da opressão neoliberal sobre o mundo do trabalho, que acaba interferindo diretamente na execução dos serviços socioassistenciais de prevenção de riscos, tem-se o fomento da participação dos usuários da rede socioassistencial como um dos caminhos a serem trilhados na busca da efetiva garantia de direitos.

## Considerações finais

O trabalho por meio da rede socioassistencial já é uma realidade e está posta no cotidiano profissional. As legislações têm direcionado, no plano do discurso, como deve ocorrer a atuação nos espaços sócio-ocupacionais,

porém, o próprio Estado não tem disponibilizado recursos materiais e humanos para que a rede socioassistencial possa acontecer como preconizado nos documentos analisados.

Compreende-se que o trabalho em rede não se trata de ações a serem praticadas sem planejamento, resolvendo todos os problemas, mas tampouco se trata de empreender esforços individuais, delegando a cada profissional a responsabilidade por fazer com que o trabalho em rede seja efetivado. Além de a rede ser fruto de intenções estatais de legitimação política, passa por fortes turbulências decorrentes da reestruturação do capital, mais especificamente falando, o ajuste neoliberal. Sendo assim, a existência da rede por si só não garante sucesso nos resultados.

A atuação em rede pode proporcionar, no campo dos desastres, a ocorrência de maior qualidade nos serviços de atendimento social, minimização dos danos causados aos indivíduos afetados por uma situação adversa e posicionamento efetivo na construção de espaços democráticos de participação social. Assim, compreende-se que o desenvolvimento da rede socioassistencial é proporcional a um atendimento de qualidade, e a estrutura de atendimento em rede cria a possibilidade de se ampliar o exercício da cidadania dando novos sentidos para os atendimentos sociais (NEVES, 2009), mas é relevante reforçar que o crescimento da rede não significa o desenvolvimento da mesma.

A ação mobilizadora em relação à população mostra-se como uma possível estratégia de superação das práticas imediatistas dos CRAS, identificadas na literatura analisada, buscando alcançar um patamar de atuação mais elevado e com olhar estratégico de médio e longo prazo. A Proteção Social Básica, por exemplo, que é constituída também pela ação preventiva, não pode ser responsabilidade exclusiva da assistência social. Nesse sentido, aponta-se para a necessidade do acionamento de redes intersetoriais, de modo a responderem conjuntamente por esse trabalho.

## Referências bibliográficas

ARAÚJO, C. C. et al. Implantação e implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nos estados do Pará, Maranhão e Pernambuco: uma análise dos resultados da pesquisa empírica. In: COUTO, B. R. et al. (Orgs.). **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil**: uma realidade em movimento. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 121-160.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política social**: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social** (PNAS). Brasília: MDS, 2004. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/suas/publicacoes>. Acesso em: 14 jan. 2015.

_____. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica** (NOB/SUAS). Brasília: MDS, 2005. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/arquivo/norma-operacional-basica-do-suas.pdf >. Acesso em: 14 jan. 2015.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Desafios da gestão do SUAS nos municípios e estados**. Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Capacita SUAS, v. 2. Brasília: MDS, 2008.

CARNEIRO, M. L. N. C.; COSTA, T. C. A perspectiva do trabalho em rede nos CRAS de Teresina-PI: o olhar dos assistentes sociais. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 5., 2011, São Luís. **Anais...** São Luís: Universidade Federal do Maranhão/Centro de Ciências Sociais/Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, 2011.

COSTA, C. S. da. Refugiados ambientais no contexto das mudanças climáticas e do direito internacional. In.: VALENCIO, N. et al. (Orgs.). **Sociologia dos desastres**: construção, interfaces e perspectivas no Brasil. São Carlos: RiMa, 2009.

COUTO, B. R. O Sistema Único de Assistência Social: uma nova forma de gestão da assistência social. In: BRASIL. **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, 2009. p. 205- 217.

COUTO, B. R. et al. A Política Nacional de Assistência Social e o SUAS: apresentando e problematizando fundamentos e conceitos. In: COUTO, B. R. et al. (Orgs.). **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil**: uma realidade em movimento. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 54-87.

FERREIRA, A. B. H. **Mini Aurélio**: o dicionário da língua portuguesa. 6. ed. rev. atual. Curitiba: Positivo, 2006.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 1983.

GUIMARÃES, C. dos P. A Política Nacional de Assistência Social e o SUAS: um novo marco regulatório em pauta. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 3., 2007, São Luís. **Anais...** São Luís: Universidade Federal do Maranhão/Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, 2007.

KAUCHAKJE, S. **Gestão pública de serviços sociais**. 3. ed. Curitiba: Ibpex, 2011.

LOIOLA, E.; MOURA, S. Análise de redes: uma contribuição aos estudos organizacionais. In: FISCHER, T. (Org.). **Gestão contemporânea**: cidades estratégicas e organizações locais. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. 1997. p. 53-68.

NEVES, M. N. Rede de atendimento social: uma ação possível? **Revista da Católica**, Uberlândia, v. 1, n. 1, 2009. p. 147-165. Disponível em: <http://www.catolicaonline.com.br/revistadacatolica2/artigosv1n1/13_Rede_de_atendimento.pdf>. Acesso em: fev. 2015.

PASTORINI, A. **A categoria "questão social" em debate**. São Paulo: Cortez, 2004. (Coleção Questões da Nossa Época. v. 109).

SPOSATI, A et al. **Os direitos (dos desassistidos) sociais**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

SANTOS, A. R. et al. A intervenção estatal em situações de desastres naturais: uma análise do papel da Política de Assistência Social. In: CARMO, R.; VALENCIO, N. (Orgs.). **Segurança humana no contexto dos desastres**. São Carlos: RiMa, 2014. p. 63-76.

SANTOS, R. **Gestão de desastres e políticas de assistência social**: estudo de caso de Blumenau/SC. 2012. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

SIENA, M. **A atenção social nos desastres**: uma análise sociológica das diversas concepções de atendimento aos grupos sociais afetados. 2012. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

SIQUEIRA, A. M. da M. Proteção social e enchentes: desafios profissionais em questão. In: VALENCIO, N. et al. (Orgs.). **Sociologia dos desastres**: construção, interfaces e perspectivas no Brasil. São Carlos: RiMa, 2013. p.257-277.

VITORIANO, I. S. A ação da rede socioassistencial: quais as possibilidades desta efetivar-se? In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 5., 2011, São Luís. **Anais...** São Luís: Universidade Federal do Maranhão/Centro de Ciências Sociais/Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, 2011.

VALENCIO, N. **Sociologia dos desastres:** construção, interfaces e perspectivas no Brasil. v. 2. São Carlos: RiMa, 2010.

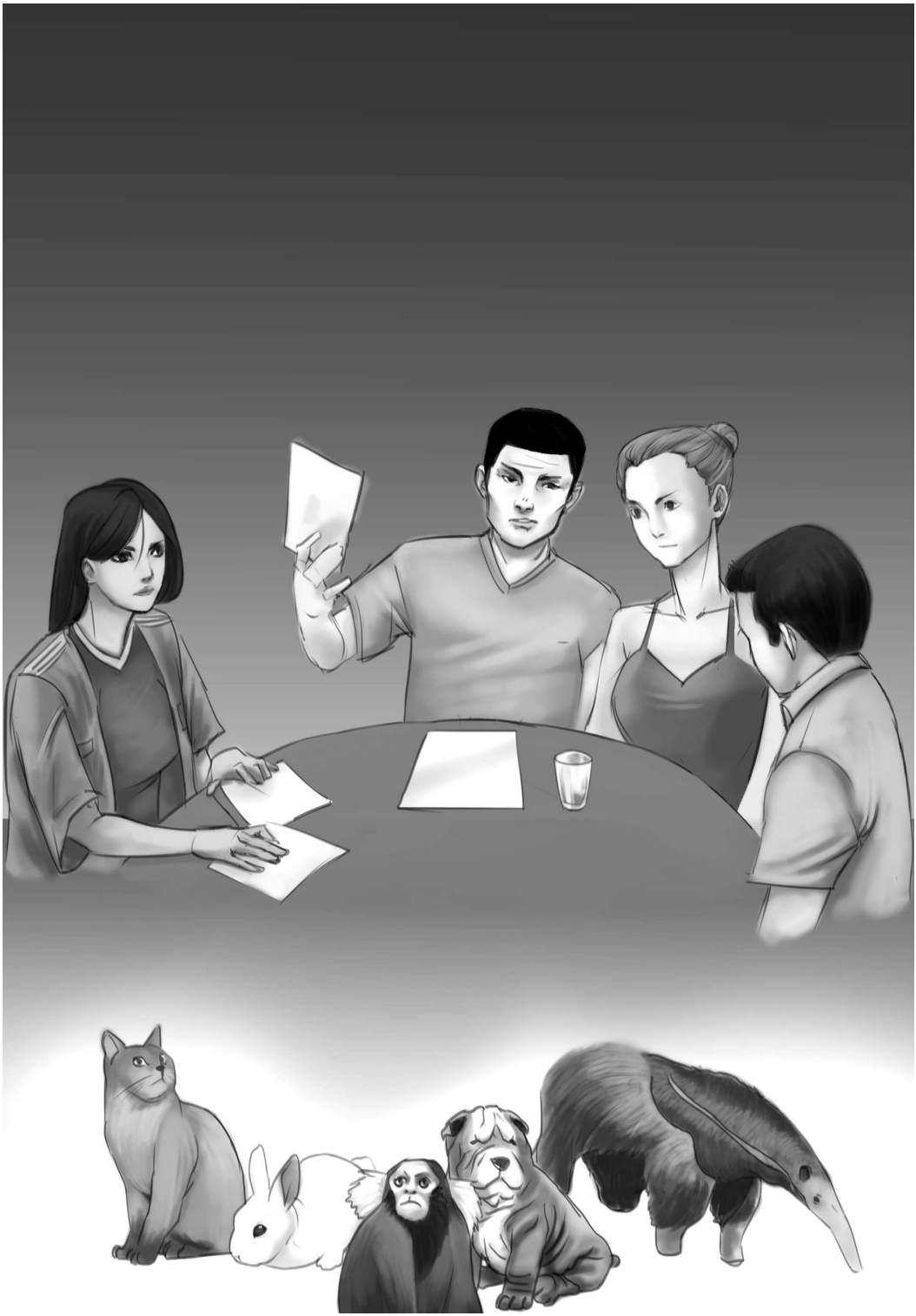
_____. **Sociologia dos desastres:** construção, interfaces e perspectivas no Brasil. v. 3. São Carlos: RiMa, 2013.

_____. Da morte da quimera à procura de pégaso: a importância da interpretação sociológica na análise do fenômeno denominado desastre. In: VALENCIO, N. et al (Orgs.). **Sociologia dos desastres**: construção, interfaces e perspectivas no Brasil. São Carlos: RiMa, 2009a.

VALENCIO, N. Da 'área de risco' ao abrigo temporário: uma análise dos conflitos subjacentes a uma territorialidade precária. In: VALENCIO, N. et al (Org.). **Sociologia dos desastres**: construção, interfaces e perspectivas no Brasil. São Carlos: RiMa, 2009b.

YAZBEK, M. C. **Classes subalternas e assistência social**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

YAZBEK, M. C. et al. O Sistema Único de Assistência Social em São Paulo e Minas Gerais: desafios e perspectivas de uma realidade em movimento. In: COUTO, B. R. et al. (Orgs.). **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil**: uma realidade em movimento. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 161-227.



# Animais em contexto de desastre: o que podemos fazer para criar planos de contingência eficazes

## Layla Stassun Antonio

> *The kinds of policies that would value all lives would challenge the dualistic thinking behind the simplistic categories of "humans" and "animals." Activists must continually challenge speciesism, wherever it appears. The anthropocentric assumptions that permeate our culture are a disaster waiting to happen* (IRVINE, 2006, p. 14).

Quando uma catástofre acontece, pensamos em resgatar vidas. Entretanto, de quais vidas estamos falando? Você pensa em seu gatinho ou cachorrinho quando reflete sobre o que faria caso uma enchente invadisse sua casa? Saberia como proceder? E sobre aqueles que estão nos abrigos municipais? E os errantes, vivendo nas ruas? Quem pensa neles? Com base em pesquisa prévia (ANTONIO, 2013), podemos afirmar que esta é uma responsabilidade que, na prática, passa longe de ser prioridade do poder público. Apesar de animais de companhia formarem parceria histórica com os seres humanos – de comprovadamente trazerem benefícios variados para nós – animais não-humanos, em situação de emergência, ainda acabam sendo deixados para trás. Os motivos para essa triste realidade são inúmeros, e não vamos nos ater a eles. Neste capítulo discutiremos como criar planos de contingência que incluam os animais de companhia, baseando-nos em literatura interdisciplinar e internacional que, a partir de estudos de caso, despontam alguns caminhos viáveis para realizar esse passo.

Para desenvolver planos dessa natureza, é essencial que exista parceria prévia entre os atores envolvidos em um cenário de desastre: população, grupos organizados da sociedade civil e ente público. **Parceria** compreende um arranjo em que duas ou mais partes estabelecem um acordo de cooperação para atingir interesses comuns. Nesse sentido, é importante a abertura e o comprometimento das partes para que mais – e as mais diversas – vidas sejam preservadas no caso de um acontecimento trágico.

Animais de companhia são as espécies mais próximas de nós, que habitam nosso ambiente doméstico. Desastres afetam tanto pessoas quanto animais. Nós não somos as únicas vítimas. Aqui focaremos somente a categoria que estamos chamando de animal de companhia, entretanto, devo ressaltar que outras espécies de animais, muitas delas intrínsecas ao nosso modo de vida, apesar de invisibilizadas, também sofrem os efeitos de um desastre. As

questões envolvendo animais utilizados para alimentação, vestuário, lazer, pesquisa, etc. também precisam ser urgentemente problematizadas. A perda de suas vidas não é nem mesmo contabilizada como morte, mas como prejuízo para produtores ou perda de dados de pesquisa.

> Whereas most people knew of the plight of companion animals following Katrina, the animals used for food, commonly called "livestock," rarely merited mention. Animals used in research received even less attention. In the downtown New Orleans laboratories of Louisiana State University's Health Sciences Center, eight thousand animals used in research died because of Katrina. Poor planning and no regulations meant that most of the animals drowned in their cages or died of suffocation, starvation, and dehydration (IRVINE, 2009, p. 3).

## Vulnerabilidade e desastre

Há, nas Ciências Sociais, um debate contínuo sobre a definição do termo *desastre*. Há certo consenso de que definições que focam o agente natural ou tecnológico do desastre tiram a atenção da natureza fundamentalmente social do mesmo. Susan L. Cutter (2005) resume bem a situação quando afirma: "A questão motivadora para esse novo paradigma não é 'o que é um desastre', mas sim 'o que faz pessoas e lugares vulneráveis (e resistentes) a ameaças ambientais e eventos inesperados?"[1] Ou seja, quando consideramos a vulnerabilidade de certo grupo social, estamos também focando em "*how the lack of social power makes people unable to influence where and how they live and deprives them of a political voice*" (IRVINE, 2009, p. 4). No caso dos animais, há o agravante da falta de autoexpressão inata que os coloca em desvantagem para comunicar seus enfrentamentos. Ademais, assim como outros grupos historicamente oprimidos, os animais, por muito tempo, foram reconhecidos apenas pela utilidade prática das diferentes espécies, que foram utilizadas sistematicamente em benefício de outro grupo hegemônico, no caso dos animais, a espécie humana. Os animais em nossa sociedade sempre foram considerados objetos passíveis de uso e não sujeitos. Peter Singer, em 1975, publica o livro *Animal Liberation* (SINGER, 2004), que introduz novas preocupações éticas sobre o modo como tratamos os animais não-humanos em nossa sociedade. Desde então, o debate se aprofundou e vemos, aos poucos, avanços em prol dos animais não-humanos que coabitam este planeta conosco.

Diferentes animais possuem diferentes habilidades para lidar ou escapar de riscos e também apresentam maior ou menor controle sobre seus

1. Tradução nossa.

ambientes. Ou seja, diferentes tipos de animais são vulneráveis de maneiras diferentes a determinados riscos. A vulnerabilidade é uma característica variável e não uma generalizante ou algo intrínseco (IRVINE, 2009). Os animais domésticos, como o próprio nome diz, foram domesticados no decorrer dos anos e, por isso, dependem enormemente dos seres humanos para sobreviver. Em uma situação crítica, muitos se perdem de seus guardiões e acabam morrendo por inanição, desidratação, doenças, atropelamentos, etc. A fim de mudar esse cenário, já é passada a hora de incluirmos essa categoria de animais em planos de contingência e nos planejamentos de prevenção, preparação, mitigação e recuperação.

> Appreciating the nature of humans' attachment to their animals and the meaning of this relationship in different sociocultural and occupational groups has enormous practical implications for disaster management. The importance of these and other issues related to animals in disaster planning is only a very recent phenomenon. In the past, animals, whether pets, livestock, or in the wild, have often been considered only as an afterthought or have even been overlooked by emergency planners and the general public (HALL et al., 2004, p. 368).

A preocupação com a questão animal é muito recente. Nos Estados Unidos, o furacão Katrina, em 2005, causou grande comoção. Na ocasião, milhares de animais sofreram com a resposta inadequada das autoridades competentes e com a falha na evacuação, em que foram deixados para trás.

> No caso do furacão Katrina, os planejadores de transporte de emergência fracassaram com os "mais vulneráveis" da nossa sociedade – os indivíduos sem carro, os que não sabiam dirigir, os sem-teto, as pessoas doentes, inválidas, idosas e as crianças. Como resultado, muitas pessoas vulneráveis foram deixadas para trás e podem ter morrido em decorrência de não terem tido nenhum transporte (BULLARD, 2006, p. 127).

No ano seguinte foi instituída a lei federal conhecida como Pets Evacuation and Transportation Standards Act (PETS). As alterações previstas nessa lei destinavam-se a assegurar que os planejadores operacionais de preparação para emergências, tanto estaduais quanto locais, considerassem as necessidades de indivíduos que possuíam animais domésticos e de serviço, na sequência de uma catástrofe de grandes proporções. Na grande maioria das instâncias, a recomendação tem sido apenas: não deixe o animal para trás, leve-o com você, entretanto, os abrigos não aceitarão animais.

No Brasil, a Escola de Defesa Civil do Estado do Rio de Janeiro (ESDEC/RJ) elaborou, em 2013, o "Plano de Contingência da Família: de-

senvolvendo a resiliência das comunidades e das famílias frente aos desastres". Nesse documento, há um tópico denominado Animais de Estimação:

- Se você possui animais domésticos, deve incluí-los no seu Plano de Contingência da Família.
- Identifique um amigo, vizinho ou cuidador de animais de confiança para que cuide de seu animal doméstico caso uma emergência lhe impeça de voltar para casa.
- Coloque uma etiqueta na porta de sua casa para que os serviços de resgate saibam que existe um animal doméstico no interior.
- Pergunte ao veterinário por instalações para o cuidado de animais que ofereçam abrigo durante uma emergência.
- Cães e gatos devem sempre portar coleiras, etiquetas de vacinação e identificação.
- Conheça os lugares onde se escondem normalmente seus animais domésticos, para poder encontrá-los facilmente em caso de emergência.
- Prepare uma Mochila de Emergência para o animal de estimação e coloque artigos para eles em sua Caixa de Emergência. Inclua uma foto colorida atual sua e de seu animal juntos, cópias das fichas veterinárias com data das vacinas, certificado de propriedade e identificação, uma caixa de transporte, focinheira e coleira.
- Nunca deixe um animal sozinho dentro de um carro, especialmente ao sol ou em dias de muito calor (VAZ, 2013, p. 15).

Ou seja, previamente a qualquer acontecimento, caberia ao tutor procurar saber para onde levar seus animais em caso de emergência. Ou, então, deixá-los para trás, o que a literatura nos aponta ser uma recomendação errônea. Heath, Vocks e Glickman (2000) afirmam que "tutores de animais e gestores de emergência devem entender que a maioria das condições que não são seguras para as pessoas também não são seguras para seus animais".

Essas orientações prévias são importantes, entretanto, não são suficientes, pois colocam toda a responsabilidade no tutor e não fornece alternativas. Estudos indicam que, sabendo que seus animais não podem acompanhá-los, muitos optam por permanecer em suas casas com os animais de estimação, o que complica ainda mais os esforços de resgate humano. Além de que mais de 80% das pessoas que retornam prematuramente a uma área evacuada depois de a terem deixado o fazem para resgatar o animal de estimação (HEATH, 2000).

Mesmo em países que já estão à frente do Brasil na questão, parece faltar suporte de qualquer tipo. Nesse sentido, em uma situação crítica, grupos organizados da sociedade civil que visam defender os interesses dos animais acabam sendo sobrecarregados pela magnitude das responsabilidades:

> Este tem sido o mantra para todos os níveis de governo que prestam alguma atenção às questões animais. No entanto, é claro que estas organizações sozinhas não têm os recursos ou a capacidade para lidar com desastres nacionais de grande escala, e é inadequado "despejar" essa responsabilidade exclusivamente neles (WITTNICH; BELANGER, 2008, p. 128, tradução nossa).

## Grupos de proteção animal

Os grupos organizados da sociedade civil que atuam com iniciativas voltadas para o desenvolvimento e promoção do bem-estar social são referenciados por diferentes termos na literatura. Um dos termos mais utilizados para descrevê-los é Organização Não-Governamental (ONG). Essas organizações têm por características principais a finalidade não lucrativa, autonomia, orientação por missões claramente definidas e prioritárias. São organizações privadas com finalidades públicas que utilizam recursos provenientes de doações, patrocínios ou fundos públicos. Sua administração, em geral, é regida pela solidariedade, trabalho participativo e atendimento às necessidades sociais (SOARES, 2006). Nos últimos trinta anos ocorreu incremento quantitativo do universo de entidades do tipo no país, acompanhado da ampliação dos tipos de organização que se habilitaram a classificar-se nessa categoria. Essas organizações podem ter as mais diversas formas e áreas de atuação, entretanto, neste capítulo, exploraremos o perfil de grupos organizados que têm por objetivo a proteção animal, mais especificamente voltada principalmente para animais de companhia, no Brasil.

> De fato, ONGs parecem estar bem posicionadas para desempenhar papel significativo nessa área. ONGs tendem a trabalhar com os grupos mais pobres e mais marginalizados da sociedade. Além disso, a abordagem participativa para o desenvolvimento almejado por muitas delas oferece-lhes a oportunidade de examinar a natureza da vulnerabilidade das comunidades e, com base nessa análise, incorporar em seu trabalho medidas adequadas de prevenção, mitigação e preparação para desastres (BENSON; TWIGG; MYERS, 2001, p. 200, tradução nossa).

Infelizmente, no Brasil, o trabalho de ONGs de proteção animal muitas vezes não é valorizado. Em outros países, como nos EUA, a atuação

conjunta de ONGs com o Estado é bastante reverenciada, inclusive com o apoio de corporações privadas que investem parte de seus lucros em ações sociais em benefício do coletivo.

Podemos ver, como exemplo brasileiro, o caso do Grupo Estimação, grupo organizado da sociedade civil de Teresópolis que atuou na tragédia da região serrana do Rio de Janeiro, em 2011. O Grupo Estimação acolheu cerca de dois mil animais de diferentes espécies durante a crise aguda, realizando todo tipo de atendimento somente com a ajuda de voluntários e de doações: como resgate (inclusive dificultado pelo ente público), atendimento veterinário, abrigo, alimentação, encaminhamento a novos lares, etc. O grupo foi recompensado, por realizar tarefa que deveria ser do Estado, com uma Declaração de Utilidade Pública.

Essa declaração acaba representando uma pretensão de reconhecimento, um pedaço de papel apenas, pois na prática os serviços realizados que foram reconhecidos como relevantes não foram resguardados pelo Estado no momento em que, após o holofote da mídia ter se apagado, o grupo enfrentou dificuldades reais em mantê-los fora das ruas. Nenhuma verba ou recurso foi destinado à instituição, de nenhuma das esferas de governo. Mesmo assim, o grupo continua atuando nas ruas da cidade muito depois de a crise aguda ter acontecido. O número de animais abandonados nas ruas brasileiras é consequência de uma crise crônica que se estende no tempo social, resultado de um processo de vulnerabilização sócio-histórico. Apesar do grande trabalho realizado pelas ONGs, elas apenas conseguem amenizar o problema. Sem o envolvimento ativo do Estado, incentivando e facilitando o trabalho conjunto e a parceria com os grupos organizados, a crise naturalizada não será ultrapassada.

No Brasil, na grande maioria das vezes, não temos um representante dos grupos organizados dialogando na instância do planejamento para desastres. Os poucos órgãos ou secretarias dedicados aos animais também acabam não se envolvendo nos planos de contingência elaborados pela Defesa Civil, criando falta de comunicação e lacunas de conhecimento sobre como lidar com a população animal. O saber científico-técnico e o saber comunitário deveriam dialogar. Para os autores Benson, Twigg e Myers (2001), apesar do importante papel das ONGs, atualmente, pouco de suas experiências em prevenção, mitigação e preparação é documentado, e muito poderia ser aproveitado desse conhecimento para se avançar nessa área. Há grande falta de integração entre as instituições, permitindo que as autoridades utilizem discursos de fatalidade, assim, quando um desastre acontece, a culpa não recai sobre nenhum órgão es-

pecífico. Ainda segundo esses autores, alguns dos motivos pelos quais as ONGs são atores particularmente efetivos em cenários de desastre são:

- ONGs optam por trabalhar com os mais necessitados;
- assumem uma abordagem participativa, respondendo às necessidades da população local;
- fazem compromissos de longo prazo;
- operacionalmente, são rápidos, flexíveis e de baixo custo;
- são inovadores na identificação de questões emergentes e em experimentar novos métodos; e
- tentam dar às pessoas sem poder ou marginalizadas voz nas discussões políticas com os ricos e poderosos (BENSON; TWIGG; MYERS, 2001, p. 200, tradução nossa).

Os grupos e protetores de animais brasileiros apresentam várias características únicas que merecem ser exploradas mais a fundo. As informações para a elaboração desse compilado são resultado do interesse contínuo pelo tema durante alguns anos, tanto como acadêmica quanto como voluntária envolvida com grupos locais.[2] Foram utilizadas as redes sociais para acompanhar e ter uma visão geral dos problemas enfrentados pela proteção animal no Brasil. Atualmente, as redes sociais são uma ferramenta importante para esses protetores, tornando-se recentemente um aspecto relevante da proteção animal graças a seu grande alcance. O envolvimento na resolução de problemas e o acompanhamento da rotina de diversas entidades e protetores independentes atuantes em diferentes regiões brasileiras nos revelam várias semelhanças entre seus enfrentamentos.

Grupos ou entidades que têm por principal objetivo a proteção animal em geral são formados por pessoas com grande sensibilidade em relação ao sofrimento dos animais. As organizações brasileiras de proteção e bem-estar animal atuam em diversas áreas, como: resgate e tratamento de animais domésticos; programas de esterilização e adoção de cães e gatos; campanhas de conscientização sobre maus-tratos; programas educativos; dentre outros. Além disso, realizam mobilizações pela criação e aplicação de leis de proteção aos animais (WSPA).[3]

Essas organizações, diferentemente de algumas cujo principal objetivo são outras questões sociais , dificilmente recebem qualquer tipo de

2. Grupos da cidade de São Carlos (SP).

3. Retirado do site oficial da WSPA – Sociedade Mundial de Proteção Animal. Disponível em: http://www.wspabrasil.org/redeparceiros/brasil/ Acesso em: 20 mar. 2015.

fundo governamental ou até mesmo patrocínio. Podemos citar como exemplo a Adote um Gatinho,[4] ONG situada em São Paulo e que há anos divulga publicamente seu interesse em conseguir um patrocínio. Apesar de ser considerada uma organização idônea, bem-sucedida e que realiza um trabalho competente no resgate e adoção de gatos em seus mais de dez anos de funcionamento, até hoje nenhuma empresa se interessou em patrocinála. Essas organizações, na sua grande maioria, mantêm os animais que estão sob seus cuidados somente com a ajuda de doações de pessoas físicas ou com a verba angariada em eventos realizados com esse propósito. Por isso o papel importante das redes sociais, que divulgam o trabalho realizado para além da região em que atuam, sem falar na divulgação de animais que aguardam adoção.

Uma característica incomum relacionada com a questão animal é o número de pessoas, aqui referidas como protetores de animais, embora nem todas se identifiquem como tal, que realizam ações no sentido de prezar pelo bem-estar animal independentemente de estarem oficialmente ligadas a organizações não-governamentais. Retiram animais das ruas ou resgatam animais vítimas de maus-tratos e oferecem abrigo e tratamento veterinário para posteriormente colocá-los para adoção. Tanto protetores de animais independentes quanto os membros dos grupos organizados em geral têm emprego fixo não relacionado com a causa animal e em seu tempo livre se dedicam intensamente aos animais. Protetores de animais e entidades vivem constantemente sobrecarregados, além dos seus limites de ocupação, por uma série de razões. Uma das principais é que a motivação para alguém se tornar um protetor de animais é a compaixão pelo Outro, pelos seres que estão em situação de vulnerabilidade. Assim, com o grande número de animais nas ruas, também são muitos os que aparecem necessitando de ajuda. Para alguém que se sensibiliza, agir racionalmente e negar ajuda a um ser que se encontra em situação de fragilização não é o usual.

Um aspecto importante das entidades particulares de proteção animal brasileiras, que difere das atuantes em outros países, é a política de não realizar eutanásia. Mesmo em condições precárias, os animais resgatados são encaminhados para um veterinário e, se há alguma possibilidade de recuperação, independente do preço, o tratamento é iniciado. Assim, para conseguir realizar esse trabalho dispendioso, em geral, os casos são divulgados para arrecadar doações a fim de cobrir os tratamentos. Por essa razão, protetores de animais criam grandes redes de cooperação, que operam

4. Site oficial: http://adoteumgatinho.uol.com.br/. Acesso em: 21 mar. 2015.

por meio do compartilhamento de informações, indicações, divulgação, ajuda com transporte, dentre outros. As organizações que não possuem abrigos funcionam como fonte de conexões e orientação, além de muitas vezes realizar trabalho de conscientização. Outra característica encontrada nas ONGs maiores e mais respeitadas é a realização somente de adoções responsáveis. Antes de entregar um animal que foi resgatado e tratado, alguns questionamentos são feitos para o possível adotante e, dependendo das respostas, a adoção não acontece. Esses protetores entendem que todo o trabalho realizado é em vão quando o adotante não pratica a guarda responsável.[5] Em geral, os animais também são entregues já castrados para evitar crias indesejáveis e um novo ciclo de abandono.

Há uma visão errônea disseminada na sociedade de que o protetor de animais é alguém designado para essa função e que tem a obrigação de cumpri-la. Porém, protetores de animais nada mais são do que pessoas que entendem que é responsabilidade social coletiva resguardar a vida desses seres tão negligenciados pela sociedade. Em virtude desse engano, muitos buscam as organizações ou os protetores independentes exigindo resgates ou abandonando animais em suas portas, além de realizar ameaças sugerindo que, se o protetor não atender a seus pedidos, será uma sentença de morte ao animal.

> As pessoas nos perguntam assim: "Se vocês não podem resgatar, pra onde podemos levar então?". Gente, entendam de uma vez por todas: não existe um lugar para onde vocês possam levar, isso no nosso país simplesmente não existe! Não existe um lugar seguro para levarmos os animais. Com exceção de raríssimas prefeituras que tentam manter um programa razoavelmente decente de castração e adoção, não existem abrigos públicos bem estruturados. (...) Sequer estatísticas confiáveis nós temos! Os nossos CCZs de modo geral são um campo de concentração, e quem entra lá dificilmente sai vivo. Além disso, não podemos esquecer que a função original do CCZ nunca foi de resgate e adoção, mas sim de controle de zoonoses, como o próprio nome diz. Muitas vezes é difí-

5. Guarda responsável são algumas regras básicas que um tutor deve seguir *de forma a se garantirem a saúde, a segurança e o conforto de seus animais* durante toda a vida deles. É responsabilidade do tutor prover-lhe tudo o que for necessário e de qualidade, como abrigo, conforto, imunização contra doenças, alimentação, assistência médica, esterilização, lazer, segurança (que significa não permitir o livre acesso às ruas), etc. Deter a guarda de um indivíduo abrange muitas responsabilidades e dilemas que devem ser pensados e resolvidos muito bem, por isso a adoção deve ser de forma orientada e consciente, evitando assim novos abandonos. Várias questões devem ser respondidas antes de se adotar um animal de companhia. Veja mais em: http://www.uniaolibertariaanimal.com/site/index.php/variedades/artigos/16-perguntas-para-guarda-responsavel.html. Acesso em: 21 mar. 2015.

cil até de convencer os bombeiros a irem resgatar um gato preso em uma árvore ou na tubulação de esgoto (RESGATINHOS, 2013).

A fragilidade multidimensional em conjunto com o abandono sociopolítico da população animal colocam pressão e responsabilidade além da desejada sobre aqueles que já realizam o que consideram dentro de suas possibilidades. O grupo Resgatinhos[6] de Campinas, em artigo abordando a questão dos protetores, afirma: "Pois montar um abrigo é a maneira mais rápida e certa de ver todo o seu dinheiro, saúde e sanidade emocional irem embora".[7] O trabalho dos grupos organizados da sociedade civil não soluciona o problema crônico de descaso, desrespeito, abandono, maus-tratos e superpopulação de animais, apenas tenta amenizá-lo.

A necessidade de grupos organizados que atuem na questão animal sempre existirá, porém, com o poder público realizando pouquíssimas ações voltadas à população animal no sentido de solucionar os problemas centrais, os chamados protetores de animais estarão sempre sobrecarregados e, mesmo realizando muito trabalho, não solucionarão o problema. Sem o Estado como aliado e sem endereçar a crise naturalizada, todas as medidas são paliativas.

Nas crises agudas ou desastres, o poder público não comparece para resolver crises intensas relativas à população animal. São essas mesmas entidades, grupos e organizações que suprem essa demanda. Voluntários que decidem ajudar, muitas vezes, possuem previamente animais sob seus cuidados. O abandono crônico não para quando um desastre acontece. Esses grupos e protetores independentes se desdobram diariamente para realizar uma função que o Estado está longe de cumprir. A legislação vaga juntamente com a naturalização do abandono causada pela falta de políticas públicas que visam à sensibilização e à educação ambiental são as grandes causadoras do problema crônico que vulnerabiliza e resulta em efeitos devastadores na ocorrência de uma crise aguda.

## Censo e iniciativas

Uma das providências mais importantes na realização de um planejamento de contingência efetivo, que devemos ressaltar, seria a contabilização dos animais domésticos e de serviço existentes em determinada região. As estimativas atuais brasileiras são altamente imprecisas. O

6. Site oficial: http://www.resgatinhos.com.br/. Acesso em: 21 mar. 2015.

7. Artigo disponível em: http://www.resgatinhos.com.br/a-ilusao-dos-abrigos-e-dos-grupos-de-protecao/. Acesso em: 25 mar. 2015.

ideal seria ter um cadastro de todos os animais: domiciliados, semidomiciliados e errantes. Isso poderia ser realizado por meio de campanhas, com postos para registro em pet shops e clínicas veterinárias e incentivos fiscais para aqueles que cadastrarem animais que estão sob seus cuidados. Iniciativas desse tipo já despontam em algumas localidades, como Araquari, município de Santa Catarina, que em junho de 2014 sancionou um projeto de lei que estipula que moradores que adotarem "animais de rua" terão desconto no IPTU.[8] Com isso, haverá um cadastro dos animais daquela região.

Também, estudos em andamento buscam estimar com elevada precisão quantos cães e gatos domiciliados vivem nas cidades brasileiras, por meio de softwares, como um que é desenvolvido atualmente por pesquisadores da Universidade de São Paulo (USP).[9]

A Defesa Civil de Campos dos Goytacazes (RJ) também tem um projeto inovador: eles realizaram, em parceria com a Associação de Proteção Animal (APA), o levantamento de moradores e também de animais que habitam a região de Três Vendas, um bairro frequentemente invadido pelas águas, resultando em enchentes, inundações e alagamentos. Essa parceria já trouxe bons resultados em outras ocasiões, como no caso da inundação do bairro de Ururaí, em 2013.

O grande número de animais abandonados nas ruas, a falta de informação sobre a população animal, juntamente com o fracasso dos moradores em identificar e vacinar seus animais, são agravantes em situação de desastre. Condições preexistentes que vulnerabilizam a população animal determinam as consequências de um desastre, muito mais do que condições que surgem como resultado da crise aguda. O abandono é uma das maiores consequências de desastres para os animais. Os fatores que influenciam donos a entregar seus animais a abrigos humanitários são os mesmos em períodos de desastre ou não-desastre: problemas comportamentais, idade e o status de esterilização, assim como mudança de residência do dono. Todas essas semelhanças entre o abandono de animais durante crises pontuais e o abandono em outras épocas indicam que o padrão de cuidados com o animal previamente a um desastre aponta a disposição que um tutor terá de cuidar de seu animal quando um desastre ocorrer. A prevenção com relação a animais em contexto de desastre passa também por políticas públicas que tenham por objetivo o controle

8. Disponível em: http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2014/06/prefeitura-vai-dar-desconto-no-iptu-para-quem-adotar-animal-de-rua.html. Acesso em: 26 mar. 2015.

9. Disponível em http://agencia.fapesp.br/viralatas_sob_controle/19854/. Acesso em: 26 mar. 2015.

populacional por meio da esterilização, o cadastro dos animais e de seus tutores, a identificação dos animais, campanhas de vacinação e de adoção de animais abandonados, atendimento veterinário a baixo custo, dentre outros. Com o poder público oferecendo serviços básicos de qualidade, cria-se uma rede de apoio ao tutor do animal, fator que provavelmente resultaria em diminuição dos casos de abandono. Com menos abandono, a população animal se torna menos vulnerável a fatores externos.

Um bom exemplo de agente efetivo no sentido de preparação para uma crise aguda com relação aos animais, por tratar do assunto regularmente e não apenas na crise, é o órgão chamado Animals in Schools Education Trust (AISET), que atua na Nova Zelândia, trazendo a discussão da questão animal às escolas do país:

> The Animals in Schools Education Trust (AISET) works to provide resources to promote the inclusion of animal topics, including animal welfare, in schools throughout New Zealand. AISET endorses and encourages the addition of balanced material relating to animals in all roles in society, including working animals, those kept in the farming sector, companion animals, and those used in RTT. AISET believes that teaching young people about the importance of animal welfare will positively affect their long-term development and relationships with animals and one another (BAYVEL; CROSS, 2010, p. 6).

Mesmo em países que, na última década, começaram a gradualmente incluir animais em seus planos de resposta aos desastres, como os Estados Unidos, vemos que não há resposta correta sobre um modelo de plano que seja ideal. Irvine afirma que, mesmo com a lei federal PETS:

> Local and national activists and animal welfare agencies, as well as other animal stakeholders, will continue to carry out the work, using donations and volunteer labor. Federal legislation regarding animal welfare in disasters goes nowhere without volunteers and activists (IRVINE, 2006, p. 2).

Ou seja, a lei serve apenas para dar respaldo às ações dos grupos que já realizavam trabalhos de resposta emergencial a desastres previamente à lei. Os próprios órgãos do ente público, na realidade, não possuem estrutura ou preparo para realizar o trabalho que esses grupos desenvolvem. O que nos indica que a resposta está na parceria dos atores e na colaboração mútua entre o Estado e a sociedade civil. Os grupos organizados não dão conta de suprir toda a demanda de atendimento sem o respaldo e o incentivo da lei, acabando por realizar o trabalho em situações precárias,

e o Estado não é capaz de dar resposta adequada à população animal sem dialogar com atores que representem esse segmento.

## Parceria e diálogo

Quando se trata de criar planos de contingência eficazes, acreditamos que as palavras-chave sejam parceria e diálogo. A superpopulação de animais domésticos, tanto domiciliados quanto errantes, é um problema de grande proporção. Somente o Estado, ou somente a sociedade civil sozinha, não dará conta de mudar a realidade dessa população. Nesse sentido, uma questão muito importante que devemos salientar é a tendência brasileira de órgãos que são os responsáveis por atuar nas medidas de resposta a desastres, como, por exemplo, a Defesa Civil, serem, em geral, de natureza militarizada.

A racionalidade das autoridades competentes segue uma lógica operativa militar, de cultura autoritária e falta de transparência, e esse tipo de lógica impede que se tenha um dialógo transparente e democrático com outros atores importantes, inclusive com a população afetada.

Instituições engessadas, que atuam de forma hierárquica e autoritária, falham em reconhecer os reais problemas enfrentados pelo meio social. Em vez disso, uma instituição militarizada vem para "resolver o problema e impor a ordem":

> Porque o pensamento institucional só pode enquadrar problemas seletivamente, as soluções oferecidas muitas vezes ficam aquém de resolver os problemas experenciados pelos que estão fora da alçada da instituição. Em outras palavras, o pensamento institucional falha em enxergar aspectos relevantes da situação ou circunstâncias que são prementes para aqueles que vivenciam o problema (IRVINE, 2006, p. 4, tradução nossa).

O que acontece é uma disputa de poder no cenário de devastação, em que os órgãos institucionais estão competindo entre si e impondo o saber técnico-cientificista à população. Há racionalidades diferentes dentro do próprio Estado, assim como existem racionalidades diferentes na sociedade civil. E todas estão em disputa em meio ao caos que é um desastre, e isso impede o trabalho em conjunto. As autoridades competentes acabam por desrespeitar os diferentes saberes e interpretações sobre como agir/sentir, considerando o saber técnico como o único detentor da verdade. É necessário planejamento estratégico prévio, diálogo entre a Defesa Civil, grupos organizados e a população, sem desqualificar o discurso do Outro. Somente assim um plano de contingência seria realmente eficaz.

> No âmbito de uma multiplicidade de agentes em concorrência e da disputa desigual ou assimétrica entre os mesmo, se confirma a desqualificação de determinados argumentos e práticas leigas – ou a depreciação de suas formas de interpretação do processo (VARGAS, 2014, p. 269).

Há em nossa sociedade, como já apontado, uma naturalização da situação de abandono, maus-tratos e indiferença com relação aos animais. Essa mentalidade também perpassa as instituições. Assim, em uma situação de resposta de emergência, em geral, o especismo[10] e uma atitude paternalística prevalecem, e esses agentes de resposta direta acabam escolhendo salvar vidas humanas primeiro, muitas vezes à custa da vida de animais (IRVINE, 2006). Por isso também a importância do período de planejamento, de se considerarem todas essas questões antes de uma catástrofe acontecer.

Irvine nos fornece um exemplo de como pequenas modificações nas ações das autoridades competentes em medidas de resposta, quando incluindo os animais no planejamento, ao fugir da lógica especista, faz muita diferença:

> If disaster response policy were examined with an eye to eliminating speciesist assumptions, small changes could improve the situation for people and animals. [...] For example, in a conversation I had with a veterinarian volunteer about six months after Katrina, I learned that Red Cross responders are not permitted to carry dog and cat food in their vehicles. [...] Hundreds, perhaps thousands, of dogs and cats starved because emergency vehicles were reserved for *human* needs. Only once animal response teams were allowed in the city could food be made available to stranded and stray animals (IRVINE, 2006, p. 6).

Outra questão é a confiança nas autoridades competentes, pois não adianta recomendar que a população prepare uma Mochila de Emergência para o animal de estimação, tenha caixas de transporte, identificação, alimento, etc., se, no entanto, em caso de uma ordem de evacuação real, os indivíduos forem obrigados a ceder à autoridade e à expertise de gestores de emergência que irão impor sua lógica tecnicista.

10. O termo "especismo" (do inglês *speciesism*) foi lançado pelo psicólogo britânico Richard Ryder, na década de 1970, mas ganhou mais evidência a partir do livro *Animal Liberation* (1975), de Peter Singer, que imprime a seguinte definição (buscando paralelos com o racismo e o sexismo): "é o preconceito ou a atitude tendenciosa de alguém a favor dos interesses de membros de sua própria espécie e contra os de outras".

São necessários sensibilidade e preparo para lidar, numa hora crítica, com os tutores que prezam por seus animais de estimação e que não realizarão medidas de emergência que não os contemplem. Animais influenciam decisões, por isso são elementos fundamentais para a promoção da resiliência de indivíduos e comunidades e devem ser incluídos em todo e qualquer tipo de ação emergencial.

## Considerações finais

Animais são cronicamente vulneravéis na sociedade em que vivemos. O especismo perpassa todo o meio social, inclusive as instituições. Temos de nos atentar a isso, se buscamos medidas de prevenção, preparação, mitigação e recuperação mais eficientes para a população animal e também para seus tutores humanos.

Grupos de proteção animal são sobrecarregados de trabalho já em suas atuações cotidianas. Em situação crítica, é necessário que redes de apoio mais complexas sejam criadas, com profissionais qualificados locais que atendam à demanda, como veterinários treinados para situações de desastre.

Serviços básicos oferecidos previamente a tutores de animais, como atendimento veterinário gratuito, campanhas de esterilização, conscientização sobre guarda responsável, educação ambiental, etc., diminuem a vulnerabilidade dessa população com relação a qualquer fator de ameaça. Combater a crise crônica de naturalização do abandono é o que efetivamente transformaria a realidade dessa população.

O Estado e a sociedade civil devem caminhar conjuntamente, com os órgãos públicos e a lei respaldando as ações dos grupos organizados, incluindo-os no processo de elaboração de planos de contingência, e com os grupos atuando de maneira orientada e mais eficazmente ao lado da Defesa Civil.

A contabilização de animais vivendo em determinada região e de vidas perdidas após uma crise aguda também são informações cruciais para analisar se as medidas emergenciais estão sendo efetivas. Atualmente, não ter qualquer uma dessas estatísticas nos indica que é preciso mudança de mentalidade. É importante também, para uma situação de evacuação, ter meios adequados para o transporte desses animais e uma logística já previamente engatilhada.

Há avanço: a mentalidade da sociedade sobre os animais está aos poucos mudando. É o que os poucos, mas em número crescente, trabalhos

sobre o assunto apontam. Muito ainda há a ser estudado para se conseguir, na prática, um plano de ação que se encaixe nas particularidades do meio social brasileiro, respeitando ainda as características específicas de cada região. Porém, é baseando-se nas experiências práticas dos atores que frequentemente se envolvem na situação crítica de crise aguda, como grupos organizados da sociedade civil, que planejamentos mais eficazes serão elaborados. Principalmente porque esses grupos também estão envolvidos na realidade cotidiana dessa população, lidando com a vulnerabilidade crônica na qual esses animais se encontram.

É imprescíndivel e urgente uma abertura sincera ao diálogo, advinda dos órgãos públicos, que saibam ouvir e incorporar saberes múltiplos, trabalhando em parceria com a população, para conseguirmos planejamentos estratégicos mais eficazes. Precisamos quebrar o ciclo vicioso de disputas de poder para trabalhar conjuntamente, realizando um diálogo transparente entre os atores presentes em um fênomeno complexo que é um desastre.

> Os processos de vulnerabilização forjam, historicamente, o público e a ocasião: havendo o impacto de um fator ameaçante qualquer, garantido está amplo contingente desprotegido para afetar duramente. E, após o "dia do desastre", o pouco feito, pelos atores nacionais e multilaterais, em prol da restituição dos minímos vitais e da recuperação das capacidades, individuais e comunitárias, dos afetados garantirá a próxima "safra" de desastres (VALENCIO, 2012, p. 204).

## Bibliografia


ANTONIO, L. S. **Animais em contexto de desastre no Brasil**: da fragilização multidimensional ao abandono sociopolítico. 2013. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Departamento de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

BAYVEL, D. A. C; CROSS, N. Animal welfare: a complex domestic and International Public-Policy Issue – who are the key players? **J. Vet. Med. Educ.**, v. 37, n. 1, p. 3-12, 2010.

BENSON, C.; TWIGG, J.; MYERS, M. NGO Initiatives in risk reduction: an overview. **Disasters**, v. 25, n. 3, p. 199-215, 2001.

BULLARD, R. T. Varridos pelo furacão Katrina: reconstruindo uma 'nova' Nova Orleans usando o quadro teórico da justiça ambiental. In: SENELE, H.; PACHECO, T. (Orgs.) **Racismo ambiental**. Rio de Janeiro: Projeto Brasil Sustentável e Democrático, 2006. p. 126-147.

CUTTER, S. L. Are we asking the right question? In: PERRY, R.; QUARANTELLI, E.L. (Org.). **What is a disaster?** New answers to old questions. Philadelphia: Xlibris Books, 2005. p. 39-48.

HALL, M. J.; NG, A.; URSANO, R. J.; HOLLOWAY, H.; FULLERTON, C.; CASPER, J. Psychological impact of the animal-human bond in disaster preparedness and response. **Journal of Psychiatric Practice**, v. 10, n. 6, p. 368-374, Nov. 2004,.

HEATH, S. E. **An epidemiological study of public and animal health consequences of pet ownership in a disaster**: the January 1997 flood of Yuba County, California. Dissertation Abstracts International: Section B, The Sciences and Engineering, 2000.

HEATH, S. E.; VOCKS, S. K.; GLICKMAN, L. T. A study of pet rescue in two disasters. **International Journal of Mass Emergencies and Disasters**, v. 18. n. 3, p. 361-381, Nov. 2000.

HUDSON, L. C.; BERSCHNEIDER, H. M.; FERRIS, K. K.; VIVRETTE, S. L. Disaster relief management of companion animals affected by the floods of Hurricane Floyd. Vet Med Today: Disaster Medicine **JAVMA**, v. 218, n. 3, Feb. 1, 2001.

IRVINE, L. Animals in disasters: issues for animal liberation activism and policy. **Animal Liberation Philosophy and Policy Journal**, v. 4, n. 1, p. 1-16, 2006.

_____. **Filling the Ark**: animal welfare in disasters. Philadelphia, PA, USA: Temple University Press, 2009.

RESGATINHOS. **A ilusão dos abrigos e dos grupos de proteção**. 7 jan. 2013. Disponível em: <http://www.resgatinhos.com.br/a-ilusao-dos-abrigos-e-dos-grupos-de-protecao>. Acesso em: 25 mar. 2015.

SINGER, P. **Libertação animal.** São Paulo: Lugano, 2004.

SOARES, P. **O papel da informação em entidades de proteção animal**. Estudo de caso: Instituto Nina Rosa. 2006. Monografia (Bacharelado em Biblioteconomia e Documentação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo.

VALENCIO, N. **Para além do 'dia do desastre'**: o caso brasileiro. Curitiba: Appris, 2012. (Coleção Ciências Sociais).

VARGAS, D. Desastre – autoridades e afetados: desiguais condições de poder ou esforço de negação do dissenso. In: VALENCIO, N.; SIENA, M. (Orgs.). **Sociologia dos desastres**: construções, interfaces e perspectivas. v. 4. São Carlos: RiMa, 2014. p. 255-280.

VASCONCELOS, Y. Vira-latas sob controle. **Agência Fapesp,** 22 set. 2014. Disponível em: <http://agencia.fapesp.br/viralatas_sob_controle/19854/> Acesso em: 26 mar. de 2015.

VAZ, P. R. M. **Plano de contingência da família**: desenvolvendo a resiliência das comunidades e das famílias frente aos desastres. Rio de Janeiro: ESDEC, 2013.

WITTNICH, C.; BELANGER, M. How is animal welfare addressed in Canada's Emergency Response Plans? **Journal of Applied Animal Welfare Science**, v. 11, n. 2, p. 125-132, 2008.

WSPA. Sociedade Mundial de Proteção Animal. **Organizações brasileiras**. Disponível em: <http://www.wspabrasil.org/redeparceiros/brasil/>. Acesso em: 20 mar. 2015.



# Memória social: fragmentos de um desastre

Juliana Sartori

## Introdução

A lembrança é uma arte, na qual o idoso é o grande protagonista. Ele tem o dom de acessar acontecimentos do passado com sua riqueza de detalhes e consegue expressar claramente a experiência vivida. Tanto que Eclea Bosi (1979) destaca que a função social do velho consiste em lembrar.

A lembrança do idoso fornece-nos elementos para a compreensão do mundo social e é de suma relevância para a perpetuação da memória do grupo.

As crises no corpo social, que intitulamos como desastre, promovem perturbação na rotina e no modo de vida e persistem na lembrança de quem o vivencia. E os idosos são fonte para compreensão das dimensões materiais e imateriais dessa crise.

Inicialmente, vamos definir a concepção de desastre que direciona nosso olhar sobre essa crise, que está vinculada à linha de pesquisa da Sociologia dos Desastres. Essa visão destaca que há complexidade no tema dos desastres, pois estes consistem na relação de diversos processos e eventos – sociais, ambientais, culturais, políticos, econômicos, físicos e tecnológicos (OLIVER-SMITH, 1998).

Para Oliver-Smith, uma definição e uma abordagem adequadas nos estudos sobre os desastres devem abranger a multidimensionalidade que os caracteriza. Essa multidimensionalidade se configura como expressão de sistemas físicos, biológicos e sociais que se expressam na interação entre populações, grupos, instituições e práticas (OLIVER-SMITH, 1998).

Como pioneira nos estudos da Sociologia dos Desastres no Brasil, Valencio (2012) pontua que, para compreender a complexidade das crises simultâneas – crise aguda, crise crônica e crise civilizacional – que ocorrem na esfera social, é preciso ter em conta que o desastre não é a manifestação de um fenômeno natural, pois é essencial "capturar as particularidades do momento mais crítico sem desconsiderá-lo como parte de uma tessitura social e histórica mais abrangente" (VALENCIO, 2012, p. 15).

Os indivíduos que vivenciam um desastre perdem suas referências, já que os objetos com os quais o grupo se identifica foram deteriorados. Desse modo, a rotina se desfaz, e a desorientação no mundo vivido envol-

ve não só a ação, mas também a incerteza, que se manifesta no plano simbólico.

O conceito de memória social é de suma importância para o estudo dos desastres, pois um evento tão desaglutinador sempre volta à lembrança. A memória social é uma ferramenta metodológica quando se deseja exemplificar a complexidade do processo de vivência dos desastres.

A fim de relatar a relevância da memória social para compreensão dos desastres, descreveremos o desastre ocorrido em São Luiz do Paraitinga (SP), em janeiro de 2010. O protagonista da nossa análise é o idoso, guardião da memória social do grupo (VALENCIO et al., 2006).

## O idoso e a função social da lembrança

Nas últimas décadas, no mundo, a proporção de pessoas idosas no país aumentou, assim como a ocorrência de desastres. Os idosos se caracterizam, em termos biopsicossociais, como os mais vulneráveis a esses eventos, com maior probabilidade de risco a óbito e adoecimento durante e após o impacto dos desastres (TONER et. al., 2010; OTANI, 2010).

No debate atual, ser idoso está ancorado em critérios cronológico, biológico, social, intelectual, econômico e funcional. Porém, o critério mais utilizado é o cronológico, mesmo não sendo o mais preciso (PASCHOAL, 1996 apud PAVARINI et. al., 2000).[1] No Brasil, de acordo com o Estatuto do Idoso, é considerado idoso o indivíduo com idade igual ou maior que sessenta anos (BRASIL, 2003). "A manipulação das categorias de idade envolve uma verdadeira luta política, na qual está em jogo a redefinição dos poderes ligados a grupos sociais distintos em diferentes momentos do ciclo de vida" (BOURDIEU, 1983 apud DEBERT, 1994, p. 11).[2]

A importância de estudar esse grupo social no contexto de desastre não está somente relacionada com o processo de vulnerabilização que o idoso vivencia em suas relações cotidianas, mas também com o repertório de experiências e de memória do grupo social que esse grupo transmite ao longo das gerações.

A proposta de mergulhar no mundo do idoso em contexto de desastre dá-nos nova perspectiva sociológica, a qual, contudo, tem seguido à margem da história e das visões oficiais sobre o desastre.

1. PASCHOAL, S. M. P. Autonomia e independência. In: PAPALÉO NETTO, M. (Org.). **Gerontologia**. São Paulo: Atheneu, 1996. p. 313-323.
2. BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

A resistência acontece no lugar, ou seja, na dimensão local (ZHOURI; OLIVEIRA, 2010). E é na dimensão local que os sujeitos sociais estabelecem relações no meio ambiente, que se realizam por meio da construção simbólica, social e material, que não acontece de forma homogênea. Assim, a defesa do lugar está vinculada à defesa do enraizamento e da memória.

## Memória social

A lembrança constitui a função social do velho (BOSI, 1979). Assim, a memória:

> se inscreve e se constrói no cotidiano. Ao mesmo tempo que apreendemos a memória através do imaginário, do senso comum, construímos memórias através de nossas relações cotidianas que se perpetuam nos gestos, sentimentos e atitudes (MARTINS, 2008, p. 129).

A memória sofre flutuações, sendo um fenômeno construído (POLLAK, 1992). Essas flutuações se constituem no momento em que memória é articulada e expressa. As preocupações do momento influenciam o processo de relembrar, uma vez que a memória parte do presente e consiste na constante representação do passado (POLLAK, 1992; BOSI, 2003).

Bosi (1979) propõe fazer uma análise sobre a memória a partir da relação fronteiriça entre o modo de ser do individuo e de sua cultura. Ela sugere compreender, portanto, o que foi lembrado por cada idoso e o que foi escolhido por ele para se perpetuar na história de sua vida.

Dessa forma, a autora pretende valorizar a vida que se desagrega, pois colher memória dos velhos é humanizar sua trajetória de vida. A memória dos velhos nos serve como mediação entre nossa geração e as testemunhas do passado. E serve como intermediário informal da cultura (BOSI, 2003).

A importância da memória oral se dá pelo fato de esta se comportar como um instrumento para a construção do quadro que compõe o cotidiano (IDEM). A autora mostra a importância dos estudos sobre a memória social para complementar os estudos históricos, que são amparados somente nas pesquisas documentais. Por mais que a memória oral não se constitua enquanto uma teoria histórica, e nem tenha essa pretensão, de acordo com Bosi, ela ilustra o que poderia se chamar de história das sensibilidades.

A riqueza que caracteriza a memória oral está vinculada com o fato de que ela permite romper com a unilateralidade existente nas instituições e faz surgir diferentes visões e pontos de vistas, nem sempre contraditórios, mas distintos entre si, que mostram a diversidade contida na História.

A memória oral também é constituída de desvios, preconceitos e inautenticidade (BOSI, 2003). A importância em interpretar a diversidade dos relatos seria a de extrair deles uma visão de mundo.

A narrativa revela a complexidade dos acontecimentos e como a memória segue carregada de representações ideológicas sobre determinado fato. Por meio da narrativa é possível encontrar uma articulação da História com a vida cotidiana (IDEM). O idoso se ampara nas experiências e vivências do passado, mas também vive imerso na cotidianidade, no presente, no qual esse passado é sempre reelaborado.

Ao longo de uma história comum e dinâmica, "a memória, no entanto, não é um patrimônio definitivamente constituído; ela é viva precisamente porque nunca está acabada" (GODÓI, 1999, p. 147). Ao relatarmos nossa história de vida, o que nos conduz são os laços estabelecidos entre os acontecimentos-chave – que aparecem de forma mais sólida e estereotipada – e a tentativa de estabelecer uma organização das lembranças de acordo com uma ordem cronológica (POLLAK, 1989).

Sendo assim, por meio desse trabalho de reconstrução de si mesmo, o indivíduo tende a definir seu lugar social e suas relações com os outros. Pode-se imaginar, para aqueles e aquelas cuja vida foi marcada por múltiplas rupturas e traumatismos, a dificuldade colocada por esse trabalho de organização de uma coerência e de continuidade de sua própria história (IDEM, p. 13).

Assim, o que permanece na memória dos idosos com relação ao desastre vivenciado vincula-se à atribuição de sentido que perpassa a identidade individual e do grupo, que, de certa forma, se interrompe e se desfaz (IDEM). Para compreender essas particularidades do mundo simbólico, adentraremos no que Pollak (1989) nomeia como memórias subterrâneas, que consistem nas memórias que estão à margem da memória dita oficial.

A história oral surge, então, como uma alternativa importante de valorização das memórias subterrâneas. Assim, a importância de trabalhar com memórias é que "o relato oral transforma objetos de estudo em sujeitos" (ALMEIDA, 2001, p. 62).

> São os simples que nos libertam dos simplismos, que nos pedem a explicação científica mais consistente, a melhor e mais profunda compreensão da totalidade concreta que reveste de sentido o visível e o invisível. O relevante está também no ínfimo. É na vida cotidiana que a História se desvenda ou se oculta (MARTINS, 2008, p.12).

## A memória social dos luizenses

O município de São Luiz do Paraitinga, situado na região do Vale do Paraíba, possui 10.137 habitantes (IBGE, 2010). A proporção de idosos com 60 anos ou mais no município, em 2000, era de 12,09%, passando para 15,37% em 2010 – majoritariamente (15,1%) em área urbana –, valor acima do percentil nacional de 12,1% (IBGE, 2011).

Sua história é marcada pela recorrência de desastres relacionados com a água, especificamente, enxurradas ou inundações bruscas. No ano de 2010, o referido munícipio sofreu as consequências da inundação do rio Paraitinga, no que foi considerado o maior desastre da história do município, que deixou milhares de pessoas desabrigadas e desalojadas.

O desastre no ano de 2010 foi decretado pelo município e reconhecido pelo ente federal como Estado de Calamidade Pública (ECP), em virtude das enxurradas ou inundações bruscas. O documento de Avaliação de Danos (AVADAN) considerou que o desastre foi ocasionado pelo elevado nível de chuvas, cerca de 600 mm no mês de dezembro de 2009. Só no dia 1º de janeiro de 2010, choveu aproximadamente 69,9 mm, o que suscitou a inundação do rio Paraitinga – 11 metros acima de seu nível regular – e a do rio Chapéu – 6 metros acima do nível normal – e levou a diversos deslizamentos de terra (SÃO LUIZ DO PARAITINGA, 2010). Os principais bairros afetados pela inundação foram: Verdeperto, Benfica, Várzea dos Passarinhos, Marina Lobo e o Centro Histórico do município.

Com relação aos danos humanos, o número total de afetados pela inundação foi de 11.000 pessoas, das quais 4.030 ficaram desalojadas, 93 desabrigadas e 16 foram deslocadas. Dentre os afetados, 1.172 pessoas eram idosas, o que corresponde a 10,65% do total, e, destas, 508 ficaram desalojadas, 8, desabrigadas e 16 foram deslocadas (SÃO LUIZ DO PARAITINGA, 2010). Os idosos caracterizam-se como grupo em processo de vulnerabilização, quando comparados aos demais afetados, portanto, é relevante compreender o que permanece na vida desses idosos, que, além de números, são vidas esfaceladas em meio às perdas materiais e imateriais.

Os relatos dos idosos dão conta de que o desastre aconteceu na passagem de 31 de dezembro de 2009 para 1° janeiro de 2010. Como era final de ano, a população estava em festa. As pessoas estavam reunidas na praça do coreto, que fica no centro histórico do município. Chovia bastante durante aquela noite, do mesmo modo que choveu ao longo do mês de dezembro. As águas do rio Paraitinga, que corta o município, subiram 11 metros acima do leito regular, inundando grande parte do município. As pessoas relataram que, apesar de estarem acostumados a lidar com a enchente, nunca viram tanta água. A água:

> ficou quatro dias aqui na cidade [...] Aí a água foi a baixando aos poucos, quando foi baixando, a gente não tinha mais a igreja, e nem a Capela das Mercês, e o Casarão, nem a escola aqui (Entrevistado A, zona rural, julho de 2012).

O relato do entrevistado A retoma os momentos cruciais da vivência do desastre em São Luiz do Paraitinga. Ele resgata as festividades do final de ano, que é importante no sentido de verificar que, em primeiro lugar, enquanto a cidade estava em festa, as pessoas tinham grande quantidade de comida para compartilhar com os amigos e familiares, e tudo isso foi perdido; e em segundo lugar, a enchente começou durante a madrugada, logo após as festividades, então, todos estavam dormindo, despreocupados, quando foram surpreendidos com a água dentro de suas casas. As pessoas achavam que essa enchente era como as demais, então, subiram seus pertences, à espera do nível da água diminuir. Porém, essa inundação superou os cálculos dos munícipes, que baseavam-se em suas experiências anteriores.

Os luizenses, além de terem de lidar com o sofrimento pessoal, familiar e comunitário em torno da perda de grande parte de seus pertences – como a perda da casa, de móveis, de roupas, de utensílios domésticos e do comércio em geral –, ainda precisaram encarar o sofrimento relacionado com a perda súbita de parte significativa do patrimônio histórico e cultural local, com a destruição da Igreja Matriz, da Capela das Mercês, dos antigos casarões e da escola municipal, que se situavam na região central da área urbana. A perda do patrimônio cultural da cidade afetou bruscamente o ritmo da vida comunitária, organizado a partir de suas rotinas estabelecidas no lugar.

No momento da inundação, as pessoas sentiram muito a queda da Igreja Matriz e, de acordo com Campos (2011),

> muitas pessoas que ficaram desalojadas, saindo apenas com a roupa que estavam usando, lamentavam mais a queda do templo do que a perda de suas casas e de seus bens. Sua reconstrução ficou, no imaginário dos moradores, como um sinal da reconstrução da cidade e de suas vidas (CAMPOS, 2011, p. 50).

A importância destacada por Campos – a da reconstrução da igreja na vida dos munícipes – está relacionada com o sentimento dos idosos ao descreverem o momento da queda da igreja:

> Eu fui lá, quando eu vi caindo, deu um negócio tão ruim, que eu não ia ficar vendo essas coisa não, foi caindo, caiu a torre. Passa aquela imagem, reprisa o tempo todo. Eu tava lá perto e fui embora, não aguentava ver aquilo. Depois foi as paredes, a igreja tão bonita (Entrevistado B, Várzea dos Passarinhos, março de 2013).

Esse sentimento, descrito por grande parte dos moradores com relação à perda da igreja, se dá pela importância que ela tinha na reprodução do modo de vida local. A reprodução do modo de vida se concretizava por meio das práticas simbólicas ritualizadas, que estavam fortemente ligadas à religiosidade. Quando o idoso B fala "não aguentei ver aquilo" ou o idoso L destaca "a gente estava sentindo aquilo, e a gente não queria nem olhar", isso mostra a importância e como a queda da igreja marcou fortemente o processo de desritualização (THORNBURG; KNOTTNERUS; WEBB, 2007).

A igreja representava uma estrutura simbólica com significado para a comunidade. Os sofrimentos em torno dessa perda foram observados no comportamento, nas ações ritualizadas ligadas à igreja e nos relatos dos idosos. A mudança do *habitus* em torno das práticas religiosas foi algo entristecedor para os idosos em São Luiz do Paraitinga, visto que a organização desse espaço para o exercício das práticas rituais, em torno da religião, é fundamental para a sociabilidade cotidiana luizense.

Os idosos diziam ter muito medo de morrer antes de ver a igreja pronta. Uma idosa desabafou: "Se a igreja caiu faz mais de 3 anos, e não acabou... É muito devagar [...] falaram que vai demorar 7 anos pra fazer, eu não sei se vivo pra ver, que eu já estou com quase 70 anos" (Entrevistada J, Várzea dos Passarinhos, março de 2013).

A Igreja Matriz é ,muito presente na sociabilidade dos munícipes, ela não está apenas fora como um elemento do espaço, ela está simbolicamente dentro como elemento organizativo da vida. Daí se entende por que mui-

tos munícipes ainda escutavam a badalada do sino ou, ao passarem em frente à igreja, olhavam automaticamente para o relógio, para então se depararem com o que restou da construção. Logo após a inundação, o sino da igreja foi recolocado em frente à Igreja em reconstrução e, diariamente, o sino era tocado, como sempre acontecia.

A vida religiosa marca a cultura e a história luizense (CAMPOS, 2011). A perda súbita e inesperada dos principais estabelecimentos religiosos da comunidade gerou grande sofrimento para os munícipes, visto que 84,6% da população é católica. Vale ressaltar que a vida comunitária era fortemente influenciada pelas atividades religiosas no município, no qual o calendário anual é marcado por diversas festividades, sendo as principais delas: Festas dos Reis, Domingo de Ramos, Semana Santa, Festa do Divino Espírito Santo, Corpus Christi, Festa do Padroeiro São Luís de Tolosa e Festa de Nossa Senhora das Mercês. Grande parte dessas festividades é celebrada durante vários dias, tanto que o entrevistado A brincou ao dizer que faltam dias no ano para a quantidade de festas que são realizadas no município de São Luiz do Paraitinga.

O sentimento dos munícipes com relação à reinauguração da Igreja Matriz, passados quatro anos e cinco meses do dia do desastre, era de muita ansiedade e emoção. A Igreja deveria ter sido reinaugurada em 8 de maio de 2014, dia em que a cidade completava 245 anos, porém, foi oficialmente reinaugurada oito dias depois, em 16 de maio. As festividades relacionadas ao evento ocorreram de 16 a 18 de maio de 2014. A reinauguração da Igreja Matriz, momento muito esperado pelos munícipes, foi marcada por grandes emoções e movimentações na cidade. Vale ressaltar que este estudo não analisou a memória social dos idosos após a inauguração da Igreja Matriz, São Luiz de Tolosa, uma vez que a última inserção em campo foi realizada em janeiro de 2014.

O sentimento coletivo de tristeza foi um elemento que apareceu constantemente nos relatos, que se manifestaram por meio da mudança das interações estabelecidas no território. Nesse sentido, o que o grupo identifica como essencial para classificar as agruras vivenciadas no cotidiano nos é fonte de conhecimento e é essencial para pensar o contexto de crise no qual os desastres se configuram. Porém, o que podemos afirmar, por meio da análise de cunho sociológico, é que os sentimentos permanecem na vivência dos idosos nos desastres e, como destaca um deles, "a pessoa fica com aquilo, né?" (Entrevistado B, Várzea dos Passarinhos). É o medo da vida rotineira, que segue ameaçada, com a possibilidade da ocorrência de um novo desastre:

> **Enchente é só pra quem passa e sente, eu sinto**. Eu vejo agora na televisão, e a gente já sentiu na pele, e volta aquela realidade, você tá dentro da casa e a água vindo, como que vai e volta, vem tudo de novo, rapidinho (Entrevistado B, Várzea dos Passarinhos, março de 2013, *grifo nosso*).

> Foi muito feio, terrível, só pra quem passou. [...] Tem dia que eu choro aqui, de medo de acontecer comigo aqui o que tá acontecendo lá. Nosso fim vai ser acabá daquele jeito, quando rio enche eu já fico com medo, mas acho que não dá mais, né? [...] Todo ano que passa, vai chegando novembro, dezembro, a gente já vai ficando perturbada. Eu fico mesmo, perco o sono, a água já chegou no bequinho esse ano [...]. Quando enche o rio, já fica aquele zumbido na minha cabeça, a turma já fica gritando na rua, porque ninguém dorme de medo e a gente também não dorme, fica todo mundo pra rua olhando o rio, não tem perigo, mas faz isso (Entrevistada J, Várzea dos Passarinhos, março de 2013).

> Muito sentimento, muita perda, sabe? Não sei explicá o vazio. Também já perdi um casal de filho, eu não tenho sonho, um vazio, não sei o que te falar, um negócio de cabeça que vira a gente, sozinha, sem os filho que são casados, tem que ficá sozinha, já faz 3 anos que ele namora uma menina só, a primeira que surgiu, ele puxo o resto da família, foi criado desde novinho (Entrevistada O, Ver de Perto, março de 2013).

A idosa J, ao relatar sobre o desastre da Região Serrana do Rio de Janeiro, se emociona. Também, ao ver as notícias na televisão, de certo modo, ela revive sua traumática experiência em São Luiz do Paraitinga. As dimensões do mundo vivenciado, da vida cotidiana, são decifradas quando esta se desorganiza. O cotidiano que passa despercebido com a reprodução do *habitus* se declara como fonte norteadora de múltiplas realidades sociais.

> Eu não queria nem olhar no espelho pra ver o que ia acontecer comigo, de tanto sofrimento... (Entrevistada P, Centro, março de 2013).

Olhar no espelho fez com que a idosa P, de certo modo, entrasse em contato consigo mesma e com a vida cotidiana que se perturbou. As lembranças do desastre vivenciado em São Luiz do Paraitinga se refletem também nos sonhos dos idosos:

> Sonhei muitas vezes, agora já não tenho sonhado mais. Eu sonho, uma vez por semana, às vezes seguida, que a enchente vem vindo, e eu tô dentro dela, às vezes é agua suja, às vezes é agua preta... [...] Sonho, sonho, e eu tive um sonho antes da igreja, que eu saí daqui da capela, en-

> contrei com água nesse pedaço de rua, depois aconteceu. [...] Eu sonho sempre, às vezes 2 ou 3 vezes por semana, a água vem vindo e eu tô nela, eu não posso entrá na cidade que a ponte tá cheia de água. (Entrevistada P, Centro, março de 2013).
>
> Eu não durmo de noite. Eu sonho que eu tô caindo na água (...), que a água está me pegando na cama, que eu tô caindo no meio da água (Entrevistada J, Várzea dos Passarinhos, março de 2013).

Os idosos tiveram certo receio em descrever os sonhos relacionados com a enchente em São Luiz do Paraitinga em 2010, O acesso a algo tão íntimo gerou um inicial desconforto. Porém, percebemos que os idosos descreviam sonhos semelhantes com as enchentes, sempre havia o relato do sentimento de desespero com a água entrando na casa. Como se, de algum modo, revivessem a enchente de 2010 e isso expressasse o medo de perder tudo novamente. Dessa forma, o sonho consiste na expressão íntima do ser, porém, "a gestação do conceito de sonho se determina pela mediação das experiências sociais concretas do vivido" (MARTINS, 2000, p. 69). Para o autor, a casa aparece no sonho

> como cenário de uma vida rotineira ameaçada – pelos temores oriundos diretamente da vida cotidiana (a vida cotidiana como sociabilidade, tempo e realidade da ameaça e do medo); pelo estranhamento, o estranho e desconhecido com quem se convive lado a lado sem poder identificá-lo; pela suspeita, pela incerteza (IDEM, p. 81).

## Apontamentos e comparações

Nesta parte do capítulo, pretendemos mostrar as diferentes perspectivas da memória social, por meio da comparação do comportamento no ato de lembrar dos idosos de São Luiz do Paraitinga e daqueles de São Caetano do Sul (SP).

Em 2010, foi realizada uma pesquisa, no município de São Caetano do Sul, a respeito da memória social de idosos sobre os raios (SARTORI, 2012). Nesse estudo concluiu-se que os raios se caracterizam enquanto desastres pulverizados, e a memória dos idosos sobre esse fenômeno físico é marcado pela interface entre o mundo sagrado e o profano. Também, seus medos eram desvalorizados ao longo das entrevistas, pois acreditavam que aquelas crendices tinham de ser superadas, por mais que não fossem.

O comportamento da memória dos idosos, ao longo das entrevistas realizadas em São Caetano do Sul, era de caráter mais flutuante. Apesar do medo das grandes tempestades, visto que São Caetano do Sul tem gran-

des incidências de raios, a lembrança dos idosos se direcionava a outras experiências do passado. Experiências relacionadas com o trabalho, a família e a vida cotidiana, de modo geral.

Como Bosi (1979) pontua, a memória se torna mais viva enquanto o corpo se desagrega. Isso foi notório no processo de relembrar dos idosos de São Caetano do Sul, que, apesar de trazerem diversos elementos sobre os medos e experiências que possuem diante dos raios, também trouxeram peculiaridades do seu modo de vida e suas experiências do passado.

No trabalho de campo realizado em São Luiz do Paraitinga, porém, os idosos não falavam de outros acontecimentos do passado ao longo das entrevistas, pois o vínculo com aquela experiência era muito intenso e suas lembranças não poderiam migrar para outros acontecimentos do passado. Vale destacar que os idosos luizenses detalhavam suas experiências traumáticas e, às vezes, não queriam adentrar nas dimensões materiais e subjetivas de seus sofrimentos.

## Considerações finais

No presente capítulo pretendeu-se analisar a relevância da memória social como ferramenta importante para a compreensão dos desastres.

A memória social está vinculada ao contexto individual e social e não é algo estático. A memória sofre flutuações e, constantemente, as representações do passado são ressignificadas.

O desastre possui diversas facetas que relacionam processos sociais e históricos que estão territorialmente circunscritos (LAVELL, 1993). Por isso, as experiências de cada grupo social em torno desse acontecimento são únicas e se modificam de acordo com o tempo social.

A reconstrução da vida dos idosos luizenses, que vivenciaram o desastre no ano de 2010, se constitui como um processo social. Suas lembranças seguem marcadas pela perturbação brusca que o desastre causou em suas vidas. Sendo assim, o desastre não termina para esse grupo, pois as representações em torno desse acontecimento trágico são constantemente reelaboradas.

Por meio da voz engasgada, dos olhares e dos gestos, percebemos que o processo de relembrar o passado traz, de alguma forma, os sentimentos do que foi vivenciado nos desastres. Por fim, vale ressaltar que relembrar significa reviver a enchente e adentrar novamente no sofrimento partilhado social e individualmente.

## Referências bibliográficas


ALMEIDA, R. C. **Memórias do rio do Monjolinho**: o processo de urbanização e os impactos sobre os recursos hídricos. 2011. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos.

BOSI, E. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

_____. **O tempo vivo da memória**: ensaios de psicologia social. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Estatuto do Idoso.** 1. ed. 2ª reimpr. Brasília: Ministério da Saúde, 2003.

CAMPOS, J. T. **A imperial São Luiz do Paraitinga**: história, educação e cultura. Taubaté: Resolução Gráfica, 2011.

DEBERT, G. G. Pressupostos da reflexão antropológica sobre a velhice. **Antropologia e velhice**: textos didáticos, n. 13, p. 7-27, 1994. Disponível em: <http://www.mirelaberger.com.br/download/td13-guita.pdf>. Acesso em: 5 fev. 2014.

GODÓI, E. P. **O trabalho da memória**: cotidiano e história no sertão do Piauí. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999.

IBGE/INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2010**: características da população e dos domicílios: resultados do universo. Rio de Janeiro: [s.n.], 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_da_p opulacao/resultados_do_universo.pdf>. Acesso em: 26 out. 2012.

LAVELL, A. Ciencias sociales y desastres naturales em America Latina: um encuentro inconcluso. In: MASKREY, A. (Org.). **Los desastres no son naturales**. Panamá: Red de Estudios Sociales en Prevención de Desastres em América Latina, 1993. p. 111-127.

MARTINS, J. S. **A sociabilidade do homem simples**. São Paulo: Hucitec, 2000.

_____. **Sociologia da fotografia e da imagem**. São Paulo: Contexto, 2008.

OTANI, J. Older people in natural disasters.kyoto, japan and victoria, australia: Kyoto University Press and Trans Pacific Press, 2010. 176 p. Resenha de: WHITTINGTON, F. J. A timely recovery for literature on disasters and older adults. **The Gerontologist**, v. 51, n. 1, p. 132-137, 2010a.

OLIVER-SMITH, A. Global changes and the definition of disaster. In: QUARANTELLI, E. L. (Org). **What is a disaster?:** perspective on the question. London and New York: Routledge, 1998. p. 1-7.

PAVARINI, S. C. I. et al. Idoso, direito e cidadania no Brasil: que história é essa?. In: VALENCIO, N. (Org.). **Caminhos da cidadania**. São Carlos: EDUFSCar, 2000.

POLLAK, M. l. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

_____. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

SÃO LUIZ DO PARAITINGA. **Formulário de avaliação de danos**. 2010. Disponível em: < http://150.162.127.14:8080/ged/SP-A-3550001-12302-100101.pdf>. Acesso em: 20 maio 2014.

SARTORI, J. Memória e práticas sociais de idosos em torno do tema dos raios: o caso de São Caetano do Sul/SP. In: VALENCIO, N. (Org.). **Sociologia dos desastres**: construção, interfaces e perspectivas no Brasil. v. 3. São Carlos: RiMa, 2012. p. 62-82.

THORNBURG, A.; KNOTTNERUS, J. D.; WEBB, G. R. Disaster and deritualization: a re-interpretation of findings from early disaster research. **The Social Science Journal**, v. 44, n. 1, p. 161-166, 2007.

TONER, J. A.; MIERSWA, T. M.; HOWE, J. L. Geriatric mental health disaster and emergency preparedness. New York: Springer, 2010. Resenha de: WHITTINGTON, F.J. A timely recovery for literature on disasters and older adults.**The Gerontologist**, v. 51, n. 1, p. 132-137, 2010b.

VALENCIO, N. F. L. S. **Sociologia dos desastres**: construção, interfaces e perspectivas no Brasil. v. 3. São Carlos: RiMa, 2012.

VALENCIO, N. et al. Implicações éticas e sócio-políticas das práticas de Defesa Civil diante das chuvas: reflexões sobre grupos vulneráveis e cidadania participativa. **São Paulo em Perspectiva**, v. 20, n. 1, p. 96-108, jan./mar. 2006.

ZHOURI, A.; OLIVEIRA, R. Quando o lugar resiste ao espaço: colonialidade, modernidade e processos de territorialização. In: LASCHEFSKI, A. Z. K. (Org.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010. p. 439-462.

Seção III

# Interpretações do meio técnico e da sociedade civil organizada



# Serviço Municipal de Capelania Pós-Desastre: Ministério de Socorros em favor das vítimas de desastres

## Marcello Silva da Costa

## Introdução

Este texto tem por objetivo apresentar os principais indicadores e paradigmas que direcionam ao emprego do serviço cristão que busca trazer alívio à vítima de desastre. Os conceitos e definições sobre Capelania no Brasil NÃO são comuns. Cada segmento organizado da sociedade, que presta assistência espiritual em áreas específicas, tem sua forma de definir e conceituar Capelania.

## O que é Capelania?

Capelania é um serviço de assistência espiritual.

O serviço de capelania pode ser prestado em qualquer segmento organizado da sociedade. A Capelania pode ser exercida no segmento militar, hospitalar, educacional, prisional, pós-desastre, eclesiástico, empresarial e em outros.

### Conceitos outros de Capelania

Capelania é dar assistência espiritual em regimentos militares, hospitais, presídios, asilos, conglomerados, escolas e a carentes de tal ministério (ESABI, 2009).

Capelania hospitalar é levar esperança aos aflitos, quando estes relatam suas dores e medo aos ouvidos atentos de quem experimentou na pele a dor e a perda. Um *trabalho humanitário de solidariedade*, uma tênue luz de esperança, confortando e ajudando o enfermo a lidar com a enfermidade, a engajar-se no tratamento médico indicado e até mesmo a se preparar para enfrentar a morte, quando não há expectativas de cura (ACEH, 2008).

Capelania Pós-Desastre é um sistema de atendimento que busca prestar à comunidade um serviço profissional de aconselhamento e oferta gratuita de mão de obra, em especial nas horas de crise, visando amparar e proteger a vítima no pós-desastre, orientando-a até seu reencontro com o período de normalidade (SENCAP, 2008).

## Quem é o Capelão? Qual é sua missão?

Capelão *é um ministro religioso* autorizado a prestar assistência religiosa e a realizar cultos religiosos em comunidades religiosas, conventos, colégios, universidades, hospitais, presídios, corporações militares e outras organizações. Ao longo da história, muitas cortes e famílias nobres tinham também seu capelão.

O Capelão, *integrante da equipe multidisciplinar de saúde*, é uma pessoa capacitada e sensível às necessidades humanas, dispondo-se a dar ouvidos, confortar e encorajar, ajudando o enfermo a lutar pela vida com esperança em Deus e na medicina. Oferece aconselhamento espiritual e apoio emocional tanto ao paciente e seus familiares quanto aos profissionais da saúde. É importante elo com a comunidade local (ACEH, 2008).

Capelão *é o sacerdote*, a quem se confia de modo estável o cuidado pastoral, ao menos parcial, de alguma comunidade ou grupo peculiar de fiéis, que deve exercer segundo as normas do direito universal ou particular (cf. CÓDIGO DE DIREITO CANÓNICO, cân. 564).

Capelão Pós-Desastre é um cristão *profissional idôneo, treinado e habilitado*, que espontaneamente presta serviço *não remunerado*, dedicando parte de seu tempo disponível às necessidades de uma causa ou de uma comunidade vitimada por desastre, comprometendo-se a dispor de seus conhecimentos e talentos, de forma solidária, desinteressada e responsável, a fim de exercer ações humanitárias destinadas a evitar desastre e/ou trazer alívio à vítima consequente deste (SENCAP, 2008).

## Serviço de Capelania Pós-Desastre (SECAP)

O Serviço de Capelania Pós-Desastre (SECAP) foi criado por iniciativa do Cel BM Sérgio Simões – Subsecretário Adjunto de Operações (SUSOP) da Secretaria de Estado da Defesa Civil (SEDEC/RJ), inspirado na Associação dos Homens Batistas do Texas, EUA (TEXAS BAPTIST MEN, s/d), sob os paradigmas do Programa Permanente de Proteção Comunitária (PPPC) e do Sistema Estadual de Defesa Civil (SIEDEC), estabelecido (à época) pelo Decreto Estadual nº 35.857, de 14/07/04, que possibilitou a execução de um conjunto de ações preventivas, assistenciais e recuperativas, com a participação de Segmentos Organizados da Sociedade (SOS), com a finalidade de evitar e minimizar prejuízos sociais e econômicos à população vitimada por desastre. Na época, a SEDEC/RJ tornou pública, no Boletim da SEDEC/CBMERJ nº 014, de 23 de janeiro de 2006 – Nota SUSOP/CGPPO 041/2006, em que se dá a criação e implantação do SECAP, e a designação do Maj BM

Marcello Silva da Costa (quem elaborou o Projeto), para exercer a função de Gerente do Projeto e Coordenador Geral do SECAP. Em 21 de abril de 2006, o Major BM Silva Costa foi promovido ao posto de Tenente-Coronel BM, continuando na Coordenação Geral do SECAP.

Com o alvo primário de levar uma palavra de conforto e oferecer assistências psicológica, social, jurídica, espiritual e de saúde pública às vítimas de desastres, a SEDEC/RJ disponibilizou para a sociedade um serviço voluntário para o atendimento integrado em parceria com Segmentos Organizados da Sociedade.

Pela primeira vez na história do Estado do Rio de Janeiro, a SEDEC/RJ apresenta um projeto envolvendo Instituições Eclesiásticas (Católicas e Protestantes), a Cruz Vermelha Brasileira e Clubes de Serviço (Lions, Rotary Club, etc.) para prestar um serviço à população afetada por desastre visando trazer alívio ao afetado, principiar a restauração socioeconômica e possibilitar a reinclusão do cidadão na sociedade, sob a perspectiva de retorno ao período de normalidade.

A Capelania Pós-Desastre consistiu, basicamente, num sistema de atendimento que busca prestar à comunidade um serviço profissional de aconselhamento e oferta gratuita de mão de obra, em especial nas horas de crise, visando amparar e proteger a vítima no pós-desastre, orientando-a até seu reencontro com o período de normalidade.

Nesse sentido, o SECAP representou para o afetado por desastre um oásis em meio à aridez dos acontecimentos trágicos vividos por ele.

Promover o retorno à normalidade do cidadão em seu ecossistema, por intermédio da Prestação de Serviço Voluntário, com base na Lei Federal nº 9.608, de 18/02/1998, foi uma das estratégias adotadas pelo governo para garantir o sucesso deste projeto.

A Capelania Pós-Desastre tornou-se importante ferramenta na política de integração com as Instituições Públicas Não-Governamentais para Redução de Desastres Humanos de Natureza Social no Estado do Rio de Janeiro.

Em janeiro de 2007, com a Nova Gestão do Governo do Estado do Rio de Janeiro, a Defesa Civil Estadual e o Corpo de Bombeiros Militar (SUBSEDEC/CBMERJ) sofreram mudanças em sua Estrutura Organizacional, Política e de Gestão, que resultou na interrupção do SECAP (projeto). Em março de 2007, de forma independente do governo estadual e a convite do Sr. João Ariel Blanco Ferreira, Presidente da Associação de Voluntários de Duque de Caxias – AVADUC (que conta com a

participação de mais de 1.500 voluntários credenciados), o Ten-Cel BM Silva Costa elaborou um novo projeto para o SECAP, sendo este implementado na Base de Voluntariado do Processo APELL, no Município de Duque de Caxias, no Estado do Rio de Janeiro.

No período de março de 2007 a novembro de 2008, o Serviço de Capelania Pós-Desastre realizou 4 Seminários de Divulgação e Adesão ao Serviço, como também promoveu a Capacitação e Treinamento dos adidos para atuação em Emergências e Desastres, e, até 30/11/08, contou com um rol de 356 voluntários cristãos.

No dia 5 de dezembro de 2008, foi criado o **Serviço Nacional de Capelania Pós-Desastre** (SENCAP), como uma Associação Cristã Sem Fins Lucrativos.

O SENCAP tem o objetivo geral de promover a orientação, capacitação e treinamento de capelas, missionários e voluntários, brasileiros ou estrangeiros, para participação nas ações de Prevenção de Desastres, de Preparação para Emergências e Desastres e de Resposta aos Desastres (na Assistência de População Vitimada) em todo o território nacional.

No dia 16 de março de 2010, quando este autor assumiu a função de Diretor do Centro de Treinamento para Emergências (CETREM), da Subsecretaria Municipal de Defesa Civil da Cidade do Rio de Janeiro, criou, no dia 4 de maio de 2010, o Núcleo Comunitário de Defesa Civil para o Serviço de Capelania Pós-Desastre (NUDEC/SECAP-Rio). Em 2011, o SECAP-Rio contava com a adesão de 257 voluntários cristãos cadastrados. No dia 2 de janeiro de 2013, este autor assumiu a função de Secretário Municipal de Defesa Civil, da Prefeitura da Cidade de Duque de Caxias, criando, no dia 1º de março de 2013, o Núcleo Comunitário de Defesa Civil para o Serviço de Capelania Pós-Desastre (NUDEC/SECAP-DC). Em 21 de abril de 2014, o Tenente-Coronel BM Silva Costa foi promovido ao posto de Coronel BM, continuando à frente da SEMDEC/Duque de Caxias. Em abril de 2015, o SECAP-DC passou a contar com a adesão de 345 voluntários cristãos cadastrados na Rede Municipal de Servidores, Voluntários e Amigos da Comunidade (Rede SVAC), que possui 3.200 pessoas cadastradas.

## A inspiração

O Serviço de Capelania Pós-Desastre foi inspirado na Associação dos Homens Batista do Texas (Texas Baptist Men), uma instituição americana, não governamental, que presta serviço voluntário na emergência, com o objetivo principal de trazer alívio (*disaster relief*) às vítimas de desastre. A

missão do Texas Baptist Men é apoiar Igrejas Batista no Texas e demonstrar como conduzir os homens em "Amor" a um relacionamento com Jesus Cristo, que os vai impulsionando, junto com suas famílias, a um estilo de vida e ministério de missões que atende à Grande Comissão. O Texas Baptist Men é uma organização sem fins lucrativos.

## O voluntariado cristão na emergência

Acredita-se que a primeira forma de voluntariado no Brasil surgiu em 1543, quando foi fundada a primeira Santa Casa de Misericórdia, na Vila de Santos, com as atividades sendo conduzidas por padres e freiras. Desde a época da colonização, atividades voluntárias são realizadas em solos brasileiros. O que mudou, ao longo do tempo, foi o entendimento sobre o papel do voluntário, passando a constituir-se no que é hoje: **uma atitude cívica de consciência social e solidariedade**.

Na segunda metade do século XIX, para conter a disseminação de doenças contagiosas, educandários, asilos e hospícios foram criados e destinados à assistência social dos necessitados. O forte caráter assistencialista e filantrópico foi estimulado, principalmente, pela população mais favorecida, que deu o tom das atividades voluntárias. Em 1863, é criada a Cruz Vermelha, que chega ao Brasil em 1908. A partir daí, novas formas de voluntariado foram surgindo no país, como o Escotismo, a criação da Legião da Boa Vontade (LBV) e da Pastoral da Criança, o surgimento do Centro de Valorização da Vida (CVV) e de diversas ONGs.

A partir de 1990, formas mais modernas de atuação social começam a aparecer pelo Brasil, onde entidades do *Terceiro Setor* (entidades sem fins lucrativos e não-governamentais) passam a incorporar conceitos, filosofias e procedimentos vindos do *Segundo Setor* (entidades privadas), buscando parcerias, mas sem perder a identidade e a missão.

Instituído pela Lei Federal de nº 7.352, de 28 de agosto de 1985, o *Dia Nacional do Voluntariado* busca reconhecer e destacar o trabalho das pessoas que doam tempo, trabalho e talento, de maneira voluntária, para causas de interesse social e para o bem da comunidade. Para se adequar às exigências desse voluntariado moderno, em 1995, o Presidente da República Federativa do Brasil, Fernando Henrique Cardoso,[1] cria o Conselho da

1. Fernando Henrique Cardoso (Rio de Janeiro, 18 de junho de 1931) é sociólogo, professor universitário e político brasileiro. Foi o trigésimo quarto presidente da República Federativa do Brasil, cargo que exerceu por dois mandatos consecutivos, de 1° de janeiro de 1995 a 1° de janeiro de 2003. Foi também o primeiro presidente reeleito da história do país.

Comunidade Solidária. No ano seguinte, o Conselho se une à "Fundação ABRINQ",[2] criando o *Programa de Estímulo ao Trabalho Voluntário no Brasil*, para promover o conceito e a prática da cidadania no país, oferecendo canais organizados para ação voluntária, por meio da criação de núcleos de voluntários em grandes cidades do país, os chamados Centros de Voluntários.

Em 1998, institui-se a *Lei Federal n° 9.608, de 18 de fevereiro*, que dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências (BRASIL, 1998). Em 2000, é lançado o *Portal do Voluntário*,[3] fruto de uma parceria entre o Programa Voluntários da Comunidade Solidária, Globo.com e TV Globo. Essa ferramenta visa promover uma nova cultura de trabalho voluntário no Brasil. O Portal busca resgatar e destacar as experiências dos que já atuam em causas voluntárias e oferecer conhecimentos, oportunidades e alternativas para os que desejam começar.

Veja como o *Glossário de Defesa Civil, Estudos de Riscos e Medicina de Desastres* classifica o voluntário, quando começamos a aprofundar o assunto:

> **VOLUNTÁRIO –** Pessoa que, sem vínculo institucional, colabora espontaneamente, executando tarefas específicas em situações de emergência. Deve ser selecionada em função de sua capacidade física e mental e de conhecimentos específicos. Em seguida, deve ser treinada, adestrada e habilitada por autoridade competente (CASTRO, 2000, p. 187).
>
> **GRUPO DE VOLUNTÁRIOS –** Formação espontânea ou programada de grupos de pessoas de uma comunidade, com o objetivo de realizar trabalhos de interesse da defesa civil, como: realização de campanhas, assistência, coleta de donativos e prestação de socorro nos desastres (IDEM, p. 87).

## Como saber se tenho perfil para o trabalho voluntário?

Alguns indícios:

- É bom filho?
- Tem tempo?

2. Fundação ABRINQ (Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos), instituição sem fins lucrativos, foi criada em 1990 – ano da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente – com o objetivo de mobilizar a sociedade para questões relacionadas aos direitos da infância e da adolescência.

3. Portal do Voluntário, lançado em 5 de dezembro de 2000, surgiu como plataforma de continuidade do Programa Voluntários, da Comunidade Solidária. Criado em parceira com a Rede Globo, a Globo.com e a IBM Brasil, o Portal agora é V2V Brasil e usa a ferramenta de gestão de voluntariado corporativo em diversas empresas.

- Alguém está te esperando em casa?
- Sabe fazer bem alguma coisa?
- Já trabalhou de graça?

É necessário que cada pessoa faça uma autoavaliação de suas condições atuais para decidir se pode assumir compromisso para prestar um serviço voluntário.

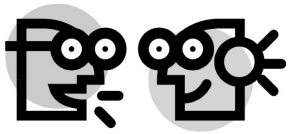
## Como participar do serviço voluntário de Capelania?

A pessoa que deseja prestar serviço voluntário, após receber os esclarecimentos necessários sobre o Serviço Nacional de Capelania Pós-Desastre, para ser *admitida*, é convidada a celebrar o TERMO DE ADESÃO, em que essa pessoa manifesta, *formalmente*, sua voluntariedade e disponibilidade para ser mobilizada e empregada pela instituição gestora do serviço, nos períodos de anormalidade, de acordo com a legislação vigente.

## Quem são os atores no serviço voluntário de Capelania?

Há três tipos de atores na Capelania:

- Voluntário
- Missionário
- Funcionário



## A empregabilidade dos recursos humanos no serviço voluntário

| Nº | Tipo | Características |
|---|---|---|
| 1. | **Voluntário** | • Participante de uma Equipe Executora.<br>• *Não* remunerado.<br>• Atende à convocação *somente quando puder*.<br>• Profissional, responsável e comprometido com a execução.<br>• Assina o Termo de Adesão. |
| 2. | **Prestador de Serviço Voluntário** (Missionário) | • *Membro* de uma Equipe Gestora de Trabalho.<br>• *Não* remunerado.<br>• Tem compromisso com a Agenda e Rotina do Serviço ou Trabalho Voluntário.<br>• Tem o *dever de atender às convocações*.<br>• Profissional, responsável e comprometido com a Gestão.<br>• Assina o Termo de Adesão. |

| | | |
|---|---|---|
| 3. | **Prestador de Serviço** (Funcionário) | • *Membro* de uma Equipe *Gestora* ou *Executora*.<br>• Remunerado.<br>• Tem *horário regimental* e compromisso com a Agenda e Rotina do Serviço ou do Trabalho Voluntário.<br>• Tem o *dever de atender às convocações*.<br>• Profissional, responsável e comprometido com o Serviço.<br>• Assina um Contrato de Prestação de Serviço ou a Carteira de Trabalho e Previdência Social. |

## As peculiaridades da arregimentação dos recursos humanos para o serviço voluntário de Capelania

Temos de arregimentar pessoas para o serviço voluntário com muita clareza e tranquilidade. *Nem todos que estão ou atuam no serviço eclesiástico são (ou podem ser) voluntários*. O fato de trabalhar *sem* receber salário (oferecer mão de obra *não* remunerada), ainda NÃO é o suficiente para ser enquadrado como voluntário. O *Membro da Equipe (ou Missionário)* de uma Igreja ou Agência Missionária atua na qualidade de um *Prestador de Serviço*. Ele pode trabalhar na condição de *voluntário* ou de *contratado* (funcionário).

O Prestador de Serviço:

- **VOLUNTÁRIO**: *não* remunerado, *não* depende de recursos de qualquer natureza para que possa realizar seu trabalho. NÃO tem vínculo empregatício *nem* funcional. Ex: Líder do Ministério de Jovens, Missionário de tempo *parcial*.
- **FUNCIONÁRIO**: remunerado, depende de recursos para realizar seu trabalho. Normalmente, admitido com a Assinatura da Carteira de Trabalho. Tem vínculo empregatício e funcional. Ex: Pastor Titular, Missionário de tempo *integral*.[4]

O Prestador de Serviço Voluntário, que é Membro da Equipe, *tem todos os direitos e deveres* (responsabilidade profissional, moral e legal) de um funcionário qualquer (***com exceção*** *das questões remuneratórias, trabalhistas, previdenciárias e afins*) perante a instituição ou a agência que firmou o acordo.

4. Pode haver *exceções*. Nem todos os Missionários de tempo integral são remunerados.

**Importante:** O voluntário NÃO PODE depender de nenhum recurso da Igreja ou da Agência (transporte, lanche, água, etc.) para que possa prestar seu serviço.

Exemplo:

**A:** Irmão, o Ministério vai visitar um Orfanato. Você vai?
**B:** Claro, meu irmão! A Igreja vai pagar a passagem de ônibus?
**A:** Não. Vamos com o nosso dinheiro mesmo.
**B:** Como assim? Com o nosso dinheiro?! Ah, não! Mas isso não é um trabalho da Igreja?
**A:** É..., é da Igreja.
**B:** Então?! A Igreja deve bancar tudo isso. Se a Igreja quer que a gente trabalhe, ela tem que dar as condições. Irmão, quem trabalha de graça é relógio!

**Importante:** A Igreja NÃO fica impedida de (quando quiser) custear as despesas de um voluntário, caso tenha recursos para fazê-lo. Ela só *não* é obrigada a fazê-lo.

**Importante:** O voluntário (que NÃO é o Missionário) PODE deixar de atender a qualquer convocação para trabalho.

## Na emergência

Na emergência, *não recrutamos voluntários!*

O voluntário tem um período certo para ser encontrado. Dedicamos o Período de Normalidade para recrutá-lo. Durante o período de anormalidade (emergência) só devemos trabalhar com voluntários credenciados ou já conhecidos da Equipe Gestora.

Para que um voluntário possa prestar bem, *e com segurança*, seu serviço de ajudar a salvar uma vida, antes, ele deve ter sido **avaliado, treinado e autorizado** pela equipe gestora, devendo executar suas tarefas, disciplinada e harmonicamente, ao lado de toda a equipe de trabalho.

Portanto, o Serviço Voluntário ***não é lugar para amadores!***

Lembrando que:

♦ *O serviço voluntário deve ser executado sob um Sistema de* ***COMANDO****!*

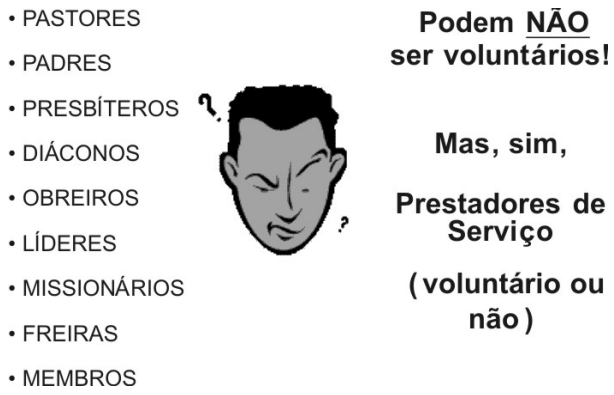
Durante todo o tempo, o voluntário *aprende, vê e executa* tarefas direcionadas. Ele tem clareza de que está *sob autoridade* e que *tem limitações* dentro de uma missão.

Ele é tratado *sempre* com ***cordialidade*** e ***respeito***, mas **nunca** com tratamento muito diferenciado do recebido pelos participantes da Equipe, ou seja, com "mimo".

**Importante:** Quando atuarmos em parceria com outras instituições ou agências, utilizaremos a Estratégia da Coordenação, pois passamos a ter a responsabilidade de integrar e de somar esforços (recursos humanos, materiais e financeiros). Para isto, normalmente, utilizamos o modelo do ICS (Incident Command System).

## O voluntariado na Igreja

Na Igreja, *temos que procurar voluntários!*




A Igreja é composta por pessoas prestadoras de serviço voluntário ou não.

A Igreja (liderança) pode ter visão e missão de serviço voluntário. Mas pode *não* conseguir reunir pessoas voluntárias para prestar um serviço digno do Reino de Deus para a sociedade.

Precisamos trabalhar, capacitar, treinar e procurar os voluntários cristãos (escolhidos de Deus) para que estes, sob a confiança de seu líder, possam ser experimentados e provados e terem a chance de encontrar a

aprovação do próprio Deus (no serviço de amor ao próximo) pelos bons resultados e/ou bons frutos que suas obras trarão à sociedade.

## Cuidado com quem você arregimenta!



Ah! Eu só trabalho se …

- eu for o Líder.
- for na Equipe Principal.
- tiver um Cargo.
- o Pastor/Padre/Presidente mandar.
- pagarem as minhas despesas.
- tiver alguém me olhando.
- quem estiver na liderança for mais competente que eu.

A experiência extraída com pessoas que se apresentaram para o trabalho voluntário com esse tipo de pensamento ou comportamento foi *a pior possível*. Pois, ao término de cada missão, a liderança colheu como resultado:

- desagregação na equipe e no trabalho;
- desobediência;
- crises na liderança;
- retardo nas tarefas ou serviços *não* acabados;
- prejuízos econômicos e sociais;
- danos materiais;
- abuso de autoridade;
- desmotivação e tristeza;
- decepção com o serviço voluntário.

**Importante:** "Procurai, com zelo, os melhores dons" 1Co 12:31 (ALMEIDA, 1999).

## Quem são estes voluntários?

### SERVIÇO NACIONAL DE CAPELANIA PÓS-DESASTRE

VOLUNTÁRIO: É um *cristão profissional* idôneo, treinado e habilitado, que *espontaneamente* presta serviço *não*

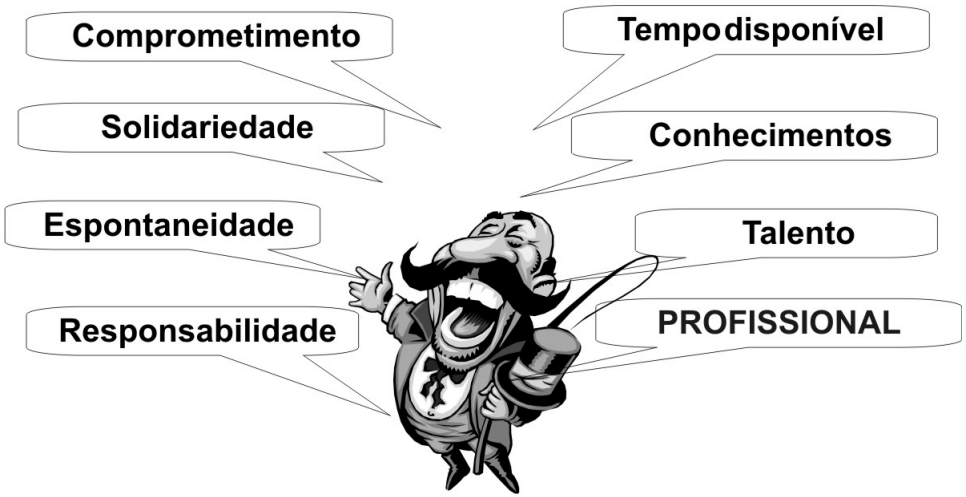
*remunerado*, dedicando *parte de seu tempo disponível* às necessidades *de uma causa ou de uma comunidade vitimada* por desastre; *comprometendo-se* a dispor de seus *conhecimentos e talentos*, de forma *solidária*, *desinteressada* e *responsável*, a fim de *exercer ações humanitárias* destinadas a evitar desastre e/ou *trazer alívio* à vítima de desastre.

### Para o SENCAP, o VOLUNTÁRIO na Igreja é:



É um cristão *profissional* idôneo, treinado e habilitado, que, *espontaneamente* ou *convidado*, presta serviço não remunerado, dedicando *parte de seu tempo disponível* às necessidades de uma causa ou da igreja; *comprometendo-se* a dispor de seus *conhecimentos e talentos*, de forma *solidária*, *desinteressada* e *responsável*, a fim de *ajudar pessoas*, *alcançar os objetivos* propostos pelo ministério e *promover a expansão* do Reino de Deus.

## PERFIL DO VOLUNTÁRIO



Para ter esse serviço na sua comunidade, é preciso:

I. Organize um Ministério de Socorros/Núcleo do Serviço de Capelania Pós-Desastre na sua igreja/comunidade.
II. Una-se em parceria com a Agência de Defesa Civil do seu Município.
III. Vamos iniciar juntos um Programa de Preparação para Emergência e Desastre (PPED).

Para começar:

I. Voluntarie-se ao Ministério de Socorros.
II. Participe do Seminário SECAP – Tema: Serviço de Capelania Pós-Desastre: Ministério de Socorros em Favor das Vítimas de Desastres.
III. Inscreva-se como voluntário.

Para mais informações, visite nosso site: www.duquedecaxias.rj.gov.br Link: Defesa Civil/Rede de Voluntários.

No período de normalidade, a equipe de Capelania Pós-Desastre realiza atividades de prevenção de desastre e de preparação para emergências e desastres. Portanto, antes de sair para o campo de ações, o gestor capelão deve realizar as seguintes tarefas:

- Definir e delimitar as áreas para atuação e serviços.
- Selecionar e capacitar lideranças.
- Participar de reuniões de planejamento com os órgãos setoriais.
- Participar e conhecer os planos (Exercícios Simulados[5] e Simulacros[6]).

Na *normalidade*, a Capelania Pós-Desastre pode se organizar para prestar serviço de(em):

5. Exercício de mobilização preventiva diante dos desastre que implica uma simulação, a mais realista possível, de um desastre provável, durante o qual são testadas as normas, os procedimentos, o grau de adestramento das equipes, o planejamento e outros dados que permitam o aperfeiçoamento do processo.
6. É uma representação (um cenário próximo do real), um simulado de situações e de ações que visa manipular o comportamento de seres humanos, a fim de dotar os participantes de ferramentas que os ajudem a destrinçar as condutas desejáveis dos comportamentos perigosos.

- orientação e assistência à família em situação de risco social;
- assistência psicológica (em alguns casos);
- cadastramento de famílias em áreas de risco;
- visitação a abrigos e hospitais;
- projetos sociais e de saúde pública;
- capacitação e treinamento de voluntários;
- proteção comunitária e defesa do meio ambiente;
- campanha de vacinação (aplicação de soro e/ou vacina);
- campanha de combate a vetores biológicos;
- assistência espiritual;
- oficinas de leitura;
- creche e escolas públicas;
- campanha de assistência ao portador de necessidades especiais;
- posto de hidratação e purificação da água;
- campanha de assistência ao idoso;
- campanha contra drogas;
- mapeamento das áreas de risco.

O Serviço de Capelania Pós-Desastre deve buscar oportunidades, no período de normalidade, para *participar de eventos de baixacomplexidade* junto à Agência Municipal de Defesa Civil da região, a fim de otimizar as relações institucionais e fortalecer os laços de integração para o momento da emergência.

## O que um voluntário não pode fazer no desastre?

Trabalhar *sem autorização* e/ou *descoordenado* dos Órgãos Governamentais na RESPOSTA AOS DESASTRES.

## Portanto, eu NÃO devo:

- Ser AMADOR;
- Voluntariar-me SEM estar preparado e comprometido com a causa;
- Trabalhar sozinho;
- Trabalhar com fins ou interesses particulares e/ou políticos partidários;
- Estabelecer alianças, firmar acordos ou promessas SEM ter autoridade ou estar credenciado para isso;
- Colocar em RISCO o SUCESSO DA MISSÃO.

### O que o Serviço de Capelania pode fazer no desastre?

No desastre, a Capelania pode se organizar para prestar serviço de:

- ♦ informação e assistência à família da vítima de desastre;
- ♦ assistência funeral;
- ♦ assistência psicológica (em alguns casos);
- ♦ achados e perdidos;
- ♦ cadastramento de famílias vitimadas por desastre;
- ♦ assistência em abrigos temporários;
- ♦ atendimento médico de campanha e triagem social;
- ♦ recolhimento e distribuição de gêneros;
- ♦ campanha para recolhimento de donativos;
- ♦ campanha de vacinação (aplicação de soro e/ou vacina);
- ♦ assistência espiritual;
- ♦ higienização de residências;

- posto de alimentação para adultos e crianças;
- assistência ao portador de necessidades especiais vítima de desastre;
- posto de hidratação e purificação da água;
- assistência ao idoso vítima de desastre.

## Conclusão

A Igreja é um importante Segmento Organizado da Sociedade (Instituição Pública), que apoia o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC) e tem a competência de estimular e fortalecer a prestação de serviço voluntário nos diversos setores da sociedade, a começar por sua própria entidade.

O Serviço de Capelania *encontra forte amparo na legislação* nacional para sua participação nas ações de prevenção de desastres, de preparação para emergências e desastre (período de Normalidade) e de resposta às emergências e desastres (período de Anormalidade), nas ações de assistência à população vitimada por desastre. Esse amparo é, inicialmente, sustentado pelo item VI do Artigo 4º da *Lei Federal nº 12.608, de 10/04/2012* – que institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil – SINPDEC [...], e dá outras providências.

## Referências bibliográficas


ACEH. Associação de Capelania Evangélica Hospitalar. **O que é capelania?** São Paulo: ACEH, 2008. Disponível em: <http://www.capelania.com/2008/index.php?option=com_content&view= article&id=60&Itemid=82>. Acesso em: 15 mMaio. 2009.

ALMEIDA, João J. Ferreira F. de. **Bíblia de Estudo de Genebra**:. Antigo e Novo Testamento. São Paulo e /Barueri, : Cultura Cristã e Sociedade Bíblica do Brasil, 1999.

BRASIL. **Lei Federal nº 9.608,** de 18 de fevereiro de 1998, dispõe sobre o serviço voluntário e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9608.htm>. Acesso em: 09 Mai. maio 2009.

CASTRO, A. L. C. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. **Glossário de Defesa Civil:** estudos de riscos e medicina de desastres. 5 ed. Ministério da Integração Nacional. Brasília: MI, 2000. Disponível em: <http://www.integracao.gov.br/c/ document_library/get_file?uuid=71458606-5f48-462e-8f03-4f61de3cd55f&groupId=10157>. Acesso em: 20 maio. 2015.

LISBOA, CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA. **Código de Direito Canónico**. Editorial Apostolado da Oração: Versão Portuguesa., 4.ª eEdição . rRevista, . Braga,

1983. Promulgado por S.S. O Papa João Paulo II. ISBN 978-972-39-0098-9; Dep. Legal nº 74.071/95. Disponível em: <http://www.vatican.va/archive/cod-iuris-canonici/portuguese/codex-iuris-canonici_po.pdf>. Acesso em: 15 Mai. maio 2009.

ESABI. Escola Superior de Apologia da Teologia Bíblica. **O que é capelania?** Belo Horizonte: ESABI, s/d. Disponível em: <http://www.esabi.com.br/index.php?option=com_content&task= view&id=20&Itemid=6>. Acesso em: 15 Mai. maio 2009.

TEXAS BAPTIST MEN. **Sobre o TBM**. Dallas: TBM, s/d. Disponível em: <http://www.texasbaptistmen.org/DNN>. Acesso em: 15 Mai. maio 2009.



# O trabalho do Ministério Público do Estado de São Paulo: contribuições para o anteprojeto de Revisão do Plano Diretor Estratégico da Cidade de São Paulo

Mário Augusto Vicente Malaquias

## Considerações iniciais: mudanças climáticas, ocupação do espaço urbano e vulnerabilidades decorrentes

A região metropolitana de São Paulo, como demais regiões metropolitanas no mundo, enfrenta adversidades relacionadas com eventos severos e extremos associados às mudanças climáticas, a saber: está mais quente, mais seca e com poucas nuvens. Assim, quando a chuva se forma, são tempestades intensas em virtude do excesso de calor e da umidade trazida pela brisa do mar – cujas águas evaporam rapidamente por causa das altas temperaturas. Conforme o professor Augusto Pereira (2015):

> A região metropolitana é uma ilha de calor, isto é, mais quente do que o seu entorno por causa da poluição, concreto e asfalto. (...) Chove sobre a capital, que é uma ilha de calor, mas não está chovendo sobre o sistema Cantareira. São regiões que passam por situações meteorológicas diferentes. O ano de 2014 não é o ano mais seco da história da cidade de São Paulo, mas o 13º no ranking (PEREIRA FILHO, 2015).

Por seu turno, o professor Carlos Nobre, em artigo publicado no site *Rumo Sustentável,* aponta que os meses mais quentes do ano deixaram de ser janeiro e fevereiro e passaram a ser outubro e novembro. Este se transformou no período em que a química dos poluentes torna a população mais vulnerável. "Episódios quentes na primavera pioram os efeitos dos poluentes, aumentando a vulnerabilidade da população a eles", afirmou o referido pesquisador. Segundo matéria jornalística da *Revista Sustentabilidade* (2010):

> A vulnerabilidade de áreas consideradas de risco é influenciada pela exposição aos perigos naturais, que aumentam com as mudanças no clima e com a exposição a eles, que crescem com a pobreza e a urbanização desordenada. Ela também varia de acordo com o ambiente e com a intensidade dos eventos. Segundo Marcelo Fischer Gramani, geólogo do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), a enchente de Itajaí/SC, em novembro de 2008 – quando o rio Itajaí-Açu subiu 11 metros – foi me-

> nos perigosa que a cheia do rio Paraitinga, em São Luís de Paraitinga/SP, ocorrida no início de 2010.

E esses fenômenos climáticos produzem efeitos mais nefastos, principalmente na malha urbana, ou seja, nas cidades que concentram, desde a década de 1940, a maioria da população brasileira, daí a importância da definição de Hely Lopes Meirelles, que sintetiza a tarefa principal do urbanismo, que é a solução para os conflitos urbanos:

> Urbanismo é o conjunto de medidas estatais destinadas a organizar os espaços habitáveis, de modo a propiciar melhores condições de vida ao homem na comunidade, entendido como espaços habitáveis todas as áreas em que o homem exerce coletivamente qualquer das quatro funções sociais: habitação, trabalho, circulação e recreação (MEIRELLES, 1994, p. 379).

Na função de coordenador da Área de Habitação e Urbanismo do Centro de Apoio Cível e de Tutela Coletiva no ano de 2011 e atendendo solicitação da Douta Promotoria de Justiça de Habitação e Urbanismo da Capital, nos debruçamos sobre o tema planejamento urbano em período no qual, na cidade de São Paulo, se elaborava a minuta do anteprojeto para a Revisão do Plano Diretor do Município (Lei 13.430/2002). Foram palestras e exposições com renomados professores e profissionais do corpo técnico do Ministério Público e de outros órgãos externos, e produzimos ao final dos trabalhos um relatório que denominamos de "Relatório Preliminar", porque os trabalhos continuariam após a aprovação do Plano Diretor.[1]

Os trabalhos tiveram por foco o uso do meio físico, a utilização dos aquíferos e a indispensabilidade da elaboração de uma carta geotécnica ou a atualização das já existentes como contribuição ao Poder Executivo na elaboração do anteprojeto do plano diretor paulistano.[2]

---

1. O Grupo de Trabalho foi criado pelo Ato nº 42/2011 – PGJ, de 16 de maio de 2011, publicado no DOE de 18/05/2011. A Chefia do Ministério Público estava a cargo do Dr. Fernando Grella Vieira, Procurador Geral de Justiça, a coordenação do Grupo de Trabalho coube ao Dr. Jorge Luiz Ussier, Procurador de Justiça e Coordenador do Centro de Apoio Cível e de Tutela Coletiva, e Dr. Mário Augusto Vicente Malaquias, Promotor de Justiça e Coordenador da Área de Habitação e Urbanismo. A composição do Grupo de Trabalho no ano de 2011 foi constituída pelos Drs. José Carlos de Freitas, 1º Promotor de Justiça de Habitação e Urbanismo, Mabel Schiavo Tucunduva, 6º Promotor de Justiça de Habitação e Urbanismo, Maurício Antonio Ribeiro Lopes, 5º Promotor de Justiça de Habitação e Urbanismo, Stela Tinone Kuba, 21º Promotor de Justiça da Capital, Eduardo Ulian, 3º Promotor de Justiça de Habitação e Urbanismo, Cinthia Gonçalves Pereira, 32. Promotor de Justiça da Capital, José Eduardo Ismael Lutti, 1º Promotor de Justiça do Meio Ambiente, Washington Luis Lincoln de Assis, 38º Promotor de Justiça da Capital, Roberto Antonio de Almeida Costa, 11º Promotor de Justiça do Patrimônio Público e Social e Fernanda Dolce, 10º Promotor de Justiça da Ca-

## A indispensabilidade da Carta Geotécnica para a Cidade de São Paulo

A Carta Geotécnica para fins urbanos é um documento cartográfico que informa sobre o comportamento dos diferentes compartimentos geológicos homogêneos de uma área diante das solicitações de ocupação urbana e, complementarmente, indica as melhores opções técnicas para que essa intervenção se dê com pleno sucesso técnico e econômico.

Conforme o geólogo Álvaro Rodrigues dos Santos, é necessário ressaltar o seguinte:

> Uma Carta Geotécnica implica necessariamente a conjugação do mapa de compartimentos geotécnicos com as recomendações técnicas de ocupação, sejam aquelas referentes aos arranjos urbanísticos, sejam aquelas referentes a aspectos diretamente construtivos. Pode-se dizer que a Carta Geotécnica define os aspectos básicos dos Códigos de Obras e que, portanto, esses deverão ser específicos para cada setor geologicamente diferenciado da cidade. Isto é, por exemplo, o Código de Obras válido para várzeas e áreas planas lindeiras do Tietê, Pinheiros e Tamanduateí será forçosamente diverso do Código de Obras para as regiões mais montanhosas ao norte que se dirigem à Serra da Cantareira (RODRIGUES DOS SANTOS, 2013).

As cartas geotécnicas trazem informações do meio físico e dos problemas previsíveis, em especial, para o planejamento urbano que especifica as áreas que **podem** e as áreas que **não devem** ser ocupadas.

Retomando Rodrigues dos Santos: "Além dos trágicos desastres associados a enchentes e deslizamentos, as cidades brasileiras arcam com vários outros graves e crônicos problemas decorrentes de erros técnicos

---

pital (Portaria nº 4802/2011 – D.O.E. 10/6/2011). Participaram das reuniões os Professores Doutores Wagner Costa Ribeiro, do Departamento de Geografia – FFLCH – USP, Maria Assunção Faus da Silva Dias e Edmilson Dias de Freitas, do Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas da Universidade de São Paulo. Pela sociedade civil participou o Movimento Defenda São Paulo, por seus representantes Lucila Lacreta e Sérgio Reze. Contribuíram para a elaboração deste relatório os pesquisadores do Centro de Tecnologias Ambientais e Energéticas (CETAE) e do Centro de Tecnologia do Ambiente Construído (CETAC), que integram o Instituto de Pesquisas Tecnológicas, Doutores Agostinho Tadashi Ogura, Carlos Geraldo Luiz de Freitas, Eduardo Soares de Macedo, José Luiz Albuquerque Filho, Kátia Kanil, Marcos Jorgino Blanco, Omar Yazbek Bitar e Ros Mari Zenha, e do Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas, por intermédio do ilustre Professor Doutor Augusto José Pereira Filho. Pelo Ministério Público contribuíram os Assistentes Técnicos de Promotoria, Doutores Paula Freire Santoro, Denis Dorighello Tomás e Roberto Varjabedian. Pelo Movimento Defenda São Paulo participaram Sérgio Reze e Lucila Lacreta.

cometidos na ocupação de espaços urbanos". Os desastres ocorridos no litoral fluminense permitem uma reflexão, uma vez que aqueles fatos quebram a dicotomia de que apenas as populações mais carentes ocupam áreas ambientalmente frágeis, no meu entender, por falta de opção, e seriam os responsáveis pelas ocupações desordenadas, enquanto as camadas mais privilegiadas teriam condições de usar o solo de modo adequado por terem acesso às melhores técnicas de construção. Não é o que vimos no litoral fluminense. O problema afeta a todos. Como salienta Rodrigues dos Santos: "Os recalques de terrenos com comprometimento de edificações de superfície, os solapamentos das margens de cursos d'água, o colapso de obras superficiais e subterrâneas, as patologias diversas em fundações e estruturas civis, a contaminação do solo, a contaminação das águas superficiais e subterrâneas, a deterioração precoce de infraestrutura urbana, os acidentes ambientais, a degradação do meio físico geológico e hidrológico e a perda dos mananciais", dentre outros, são os males pelos quais padecem nossas cidades.

O Relatório Preliminar[3] culminou com recomendações as quais reproduzo, em parte, abaixo, como um alerta de que os efeitos dos desastres da ocupação desordenada do solo – e, por consequência, também relacionados com a água –, com planejamento adequado, podem ser evitados ou minimizados.

## Mudanças climáticas, cenários de risco e redução das vulnerabilidades no planejamento e gestão municipal

Recomendações:

1. Avançar no entendimento científico da dinâmica de processos físicos é vital para definir métodos adequados para análise de cenários de risco e adoção de medidas para sua redução. O governo estadual, por meio da FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de São Paulo), e também o federal, por meio do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), têm investido em programas para prover infraestrutura de previsão de tempo de curtíssimo, curto e médio prazos, para uma previsão mais acurada do tempo e do clima, de modo a antecipar impactos, por exemplo,

3. Foi disponibilizado na página do CAO Cível – Área de Urbanismo e Meio Ambiente, texto do Relatório Preliminar do Grupo de Trabalho Multi-Institucional para Análise da Revisão do Plano Di-

de inundações e secas, respectivamente. Recentemente, tem havido esforço do MCTI para criar um sistema integrado de alerta de desastres naturais para a sistematização de informações e de conhecimento de áreas de risco, vulnerabilidades sociais, econômicas e ambientais por meio da modelagem de desastres naturais, tais como inundações e deslizamentos. Este esforço deve incluir novas plataformas de medição de variáveis hidrometeorológicas, como estações meteorológicas automáticas e radares meteorológicos. Mas os fatores limitantes mais significativos ainda se referem à formação de recursos humanos para a pesquisa e desenvolvimento em Meteorologia, Climatologia, Hidrologia, Gestão de Risco e Desastres Naturais. A instalação de novos processadores de alto desempenho pela FAPESP (setembro de 2005) e pelo MCTI (dezembro 2010) também contribui para melhorar a qualidade e a acurácia das previsões meteorológicas para períodos de poucas horas a vários dias no Brasil, particularmente em São Paulo. Cabe ressaltar a importância de uma Política Nacional de Meteorologia e Climatologia (PNMC) com um Sistema Nacional de Meteorologia (SNM) e climatologia descentralizado e integrado para atender à federação, estados e municípios e otimizar o uso de recursos públicos para esses fins. Muitos dos esforços acima são ineficazes por causa da ausência da PNMC e investimentos do governo federal. A PEC da Meteorologia e Climatologia tramita no Senado e na Câmara dos Deputados desde 2003. Seria importante ressaltar a relevância de sua aprovação para avançar com a PNMC e com o SNM. Isso se refletiria muito positivamente nos estados e municípios para a mitigação de desastres naturais. Outrossim, ressalta-se a necessidade de criação de cargos para profissionais habilitados pelo sistema profissional nos quadros funcionais municipais e estaduais. Atualmente, os serviços são providos por empresas que em geral se utilizam de expedientes inadequados, como o emprego de estagiários e profissionais diversos sem perfil profissional apropriado para trabalhar com situações emergenciais;

2. Alterar a lógica de uso e ocupação do solo da cidade de São Paulo, hoje atrelada aos interesses do mercado imobiliário de terras, definindo limites técnicos mais claros para a ocupação correta dos terrenos, por meio de legislação que considere a capacidade de suporte do ambiente urbano.

3. Considerando a recorrência de desastres naturais no Brasil e o alto grau de vulnerabilidade de parcela significativa da população brasileira exposta a riscos, cabe aos Poderes Públicos apresentarem à sociedade um Plano de Gestão de Áreas de Risco de Enchentes e Escorregamentos, mostrando periodicamente seus resultados, com metas quantitativas anuais de eliminação/redução de riscos, com critérios e indicadores mensuráveis, de forma a demonstrar, na prática, a efetividade de ações de Gestão de Risco. O objetivo é o de modificar as situações e condições de risco relacionadas com a forma pouco cuidadosa (do ponto de vista técnico) e excludente de uso e ocupação do território, cuja fiscalização e controle são objeto de competência constitucional do Poder Público, em especial dos terrenos naturalmente mais suscetíveis aos processos da dinâmica superficial (por exemplo, a ocupação em terrenos marginais de cursos d´água – várzeas), cujos fenômenos atingem um número elevado de municípios em nosso país, com diferentes níveis de severidade e potencial destrutivo e com a preocupação com o reassentamento seguro da população mais frágil.
4. Utilizar, no processo de planejamento, metodologias e instrumentos já desenvolvidos pelo Sistema de CT&I do ESP e incorporá-los à legislação para garantir o respeito à capacidade de suporte do ambiente urbano, a exemplo das cartas geotécnicas ou mapas de suscetibilidade dos terrenos e das cartas de erodibilidade.
5. Cabe ao Poder Público, por meio de políticas públicas, propor ações explícitas para reduzir os efeitos do aumento de temperatura e redução da umidade do ar e ventilação por ilhas de calor urbano: altura e disposição de edifícios, espaçamentos e recuos, sistema viário, definição de usos e ocupação do solo, densidades, proteção de áreas verdes, desenhos de ruas, escolha de materiais adequados, dentre outras, para melhorar as condições ambientais e o microclima no interior da cidade e adotar maior rigor no licenciamento para se evitar a retroalimentação de impactos negativos, tais como adensamento, congestionamento e poluição ambiental.
6. Aumento da resiliência das comunidades (capacidade de adaptação de um sistema, comunidade ou sociedade potencialmente expostos a ameaças, a fim de manter um nível aceitável de funcionamento e estruturação; é determinada pelo grau de capacidade de organização social mediante o aprendizado de experiên-

cias anteriores com desastres – conceito da ONU) e planejamento e execução de ações pós-desastres para recuperação ambiental, econômica e social das condições (não necessariamente anteriores) desejadas. Inclui-se também sistema de informação para mitigação de impactos de eventos extremos causados por mudanças ambientais detrimentais ao desenvolvimento socioambiental.

7. Dependendo da magnitude e da importância da intervenção, os estudos de impacto ambiental e de vizinhança, dentre outros, devem ser de responsabilidade do Sistema Público de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de São Paulo, garantindo, assim, sua credibilidade. Ressalta-se a importância de análise de risco de fatores externos de natureza meteorológica e climatológica nos Estudos de Impactos Ambientais para explicitar riscos e vulnerabilidades de empreendimentos urbanos e de infraestrutura a eventos meteorológicos e climáticos extremos que fomentem o desenvolvimento de medidas e tecnologias adaptativas de eliminação ou redução de riscos."

## Referências


MEIRELLES, H. L. **Direito Municipal Brasileiro**. 7. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 1994.

PEREIRA FILHO, J. O aquecimento global não é o vilão da crise hídrica de São Paulo. **Veja**, *online*, 2015. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/ciencia/o-aquecimento-global-nao-e-o-vilao-da-crise-hidrica-de-sao-paulo>. Acesso em: 13/07/2015.

REVISTA SUSTANTABILIDADE. São Paulo é exemplo do impacto das mudanças climáticas, diz especialista. Março de 2010. Disponível em:< http://www.rumosustentavel.com.br/sao-paulo-e-exemplo-do-impacto-das-mudancas-climaticas-diz-especilista/>. Acesso em: 13/07/2015.

RODRIGUES DOS SANTOS, A. Plano Diretor demanda carta geotécnica. ***Minha Cidade***, São Paulo: Vitruvius, ano 14, n. 159.01, 2013. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minha cidade/14.159/4897>. Acesso em: 13/07/2015.

_____. Carta Geotécnica: ferramenta indispensável para os municípios brasileiros. **Fórum da Construção**, s/d. Disponível em: <http://www.forumdaconstrucao.com.br/conteudo.php?a=9& Cod=1692>. Acesso em: 13/07/2015.



# A empatia no olho do furacão

## Samira Younes-Ibrahim

*"Eu vejo você"* é o que escuto e imediatamente interrompo o que escrevo. Percebo a sincronicidade do contexto: ao mesmo tempo em que ouço "Eu vejo você", escrevo sobre empatia. Volto minha atenção para melhor entender o que acontece na sala ao lado: o filme *Avatar* na tela da televisão.[1] E minha audição capturou exatamente o momento do diálogo em que Neytiri fala para Jake: "Eu vejo você", que em meu entendimento significa: eu percebo você, eu reconheço você, eu sinto você.

Penso nos motivos que me levaram a escolher refletir sobre Empatia e sua aplicação em emergências e desastres. O fato de ser um conceito vivo, uma habilidade que pode ser aprendida e desenvolvida por profissionais de diversos campos de saber, para utilização em emergências e desastres (EMEDES). E a confiança de que seja um potente instrumento para transformação das relações interpessoais, contribuindo para inserir a dimensão humana como ponto central das políticas e ações em EMEDES. A vivência como psicoterapeuta humanista transpessoal, com facilitação de grupos, e, posteriormente, o trabalho com indivíduos, comunidades, equipes multiprofissionais e poder público em situação de desastres confirmaram a pertinência de uma proposta de ação centrada na pessoa e na comunidade, em que a compreensão empática é uma das atitudes básicas.

É comum encontrar em EMEDES o pressuposto de que se sabe o que o outro precisa e quer, o que é melhor para ele, e, a partir daí, construir intervenções, legislações, ações, projetos, cursos. Mas é frequente o quanto tudo isso fica distante da realidade do outro e não representa o que ele sente e do que necessita.

Ao mesmo tempo, encontramos profissionais que, diante de uma situação de EMEDES, não sabem como agir, buscam respaldo em seu repertório profissional e não encontram resposta para lidar com situações impensáveis, em meio ao caos e à dor.

1. AVATAR. Direção do filme: James Cameron. Elenco: Zoe Saldana (Neytiri); Sigourney Weaner (Dra. Grace Augustine); Sam Worthington (Jake Sully) e outros. Estúdio Distribuidor: Fox Filmes do Brasil. Realização: EUA (2009).

## A empatia

A princípio, Empatia é uma proposta de atitude aparentemente simples: aprender a se colocar no lugar do outro, "como se" estivesse no lugar do outro. Uma compreensão profunda da vivência do outro. Mas o simples é complexo, pois envolve grande aprendizado humano: o de verdadeiramente se sentir parte do universo interior da outra pessoa. Aprender a ouvir, sem pré-conceitos, sem analisar, sem julgamentos, sem críticas.

## E o que é empatia?

Empatia **não é** compaixão, nem simpatia, nem pena, não é apenas sentir com o outro, não é solidariedade. E, também, não é utilizada para adoçar uma situação crítica ou os conflitos existentes.

O termo empatia vem da palavra grega "empatheia", com significado de "paixão" ou "ser muito afetado". Um conceito utilizado na arte, na psicologia, na filosofia, nas ciências sociais, nas neurociências, dentre outros campos.

Diversos autores realizaram estudos e pesquisas sobre empatia, em diferentes áreas de conhecimento. Destacamos Frans De Wall (1948-atual), Jeremy Rifkin (1946-atual), Edith Stein (1891-1942), Carl Rogers (1902-987), John Wood (1934-2004) e Joseph Chilton Pearce (1926-atual). A citação dos nomes não se dá por ordem de importância, mas por nossa trajetória de estudo.

Frans De Wall (2010) e Jeremy Rifkin (2010) dedicaram-se ao estudo da empatia, incluindo observação e pesquisa com animais. Evidenciaram, entre os animais, a presença de valores como solidariedade e espírito de grupo, dentre outros. Constataram que, normalmente, os animais não se abandonam, e com os chimpanzés confirmaram o respeito tanto pelo direito à posse quanto a cooperação no compartilhar a comida existente.

Em estudos com chimpanzés, De Wall confirmou como o vínculo é importante entre eles e, também, como preservam e privilegiam suas redes sociais. Pesquisas também mostraram como espécies se unem em momentos de perigo, como, por exemplo, os cardumes de peixes e os pássaros. Em outras observações, estudou a forma de cooperação existente no caso de cavalos selvagens e bois almiscarados. A ajuda mútua, a habilidade em resolução de conflitos e os papéis diferenciados de machos e de fêmeas nos grupos também foram estudados em algumas espécies como abelhas, formigas, babuínos e chimpanzés. Chama a atenção para a

solidariedade entre os animais, como, por exemplo, no caso de adoção entre mesmas espécies e, surpreendentemente, entre espécies diferentes.

Ainda demonstrou como os membros de tribos primitivas vivem de forma a privilegiar e preservar os laços e vínculos entre pessoas, deixando em evidência a importância da coletividade na distribuição de alimento, no cuidado entre seus membros, nas regras de convivência, nos rituais de passagem, na defesa quando sua tribo está ameaçada, na diferença entre gêneros. Aqui também incluímos os valiosos estudos da antropóloga Margareth Mead:

> Desde que este livro foi escrito, passamos a considerar-nos, tão seriamente quanto possível, uma espécie de criaturas vivas, talvez mais inteligentes que nós. Essa possibilidade acrescenta novo valor à exploração de nossas próprias potencialidades – como membros de uma espécie, incumbida de preservar um mundo ameaçado. Cada diferença é preciosa e deve ser cuidada com carinho (MEAD, 1969, p. 14).

É importante não confundir empatia com benevolência. Tanto em animais quanto em humanos fica claro que a agressão e os conflitos fazem parte de suas histórias, mas não somente eles e não de forma gratuita (pelo menos no caso dos animais). No estudo da trajetória animal e humana, a cooperação, a solidariedade e o cuidado também aparecem como fazendo parte da história das espécies.

Em seus estudos, De Wall (2010, p.105) concluiu que: "Dessa vez, a palavra *empatia* é empregada sem aspas, refletindo o consenso cada vez maior de que o vínculo emocional entre indivíduos tem a mesma base biológica nos seres humanos e nos outros animais".

Na filosofia, Edith Stein escolheu a empatia como tema para sua tese de doutorado, escreveu textos fundamentais para os estudiosos do tema, impactando seu próprio orientador, Edmund Husserl. Savian Filho, professor e coordenador do grupo de pesquisa "O Pensamento de Edith Stein" mostra como Stein utiliza um vocabulário de emoção e sentimento para falar de empatia: "[...] o que explicita o sentido literal do termo 'empatia', *Einfühlung*, trata-se da experiência ou do provar/sentir (*fühlen*) que faz penetrar na (*ein*) compreensão daquilo a que essa experiência remete, ou seja, a experiência (vivência) alheia" (SAVIAN Filho, 2014, p. 33).

Em seus textos, Stein utiliza a palavra *Wissen* (ato de ciência) para apresentar uma definição de empatia:

> Ao falar de 'saber' referente à consciência alheia, Edith escolhe o termo Wissen. Com esse termo ela dá a chave de compreensão da empatia: não

> se trata de uma intuição ou de uma simples emoção, mas de um saber do que se passa na consciência alheia, uma experiência da experiência alheia, um perceber aquilo que o outro vivencia, ou, ainda, um sentir o que sente o outro (SAVIAN Filho, 2014, p. 34).

Ainda segundo Savian (2014, p. 35): "Ao falar de 'sentimento empatizado', Edith não situa a empatia na ordem afetiva; ela se refere à certeza que é sentida pelo sujeito quando capta o sentido de algo; trata-se de uma experiência indecomponível que acompanha o trazer algo à consciência". Tal vivência é valorosa para situações de EMEDES, pois a história nos mostra que temos urgência de mudança na forma como lidamos, conceituamos e planejamos as ações com relação a eventos de emergências e desastres. Uma mudança de paradigma não acontece de forma gradativa e branda e, para que isso aconteça, há necessidade de trazê-la para a luz da consciência; é o início da mudança. O trazer algo à consciência é uma vivência mágica, uma consciência da vivência integral e não fragmentada. Por isso é uma experiência intensa, transformadora e sem volta. Como dizia Thomas Kuhn, a ciência não se faz de forma linear, nem aos poucos, ela evolui por rupturas e crises.

Edith Stein destaca ainda a importância de não confundir empatia com percepção externa, pois a segunda é apenas parte do cenário e não a empatia. Ao contrário, pode distorcer a percepção da empatia. O aspecto da percepção externa merece atenção especial em emergência e desastre, em que a percepção visual (geográfica, física, territorial, traumas, etc.) evidencia marcadamente/traumaticamente o evento. Desafia o profissional ir além da forma, do corpo, do que está visível. A percepção externa pode ter efeito tendencioso e nos levar a fazer deduções e interpretações, pois, como dissemos, ela é apenas parte do todo. Para a filósofa: "A empatia, portanto, rigorosamente falando, não me põe dentro do outro, mas faz com que eu me dê conta do objeto de sua experiência (o 'conteúdo' conforme também diz Edith)" (SAVIAN, 2014, p. 38).

## "Eu vejo você"

Na psicologia, Carl Rogers, destaque da psicologia humanista, considerou a empatia um dos pontos centrais de sua Abordagem Centrada na Pessoa (ACP). Em seus estudos, o conceito de empatia evoluiu para o processo da Compreensão Empática, um dos pilares de seu trabalho, uma atitude para a prática da psicoterapia, do aconselhamento, da mediação de conflitos. A Autenticidade e a Aceitação Positiva Incondicional são os dois outros pilares e complementares à Compreensão Empática. O primeiro

pilar requer a Autenticidade na relação com o outro e consigo mesmo, a congruência presente nas relações. O segundo pilar, Aceitação Positiva Incondicional, pressupõe consideração integral e não condicional pelo outro. O processo de empatia presume a aceitação de forma incondicional e pontual. Elias Boainain Jr, estudioso da ACP, coloca a relevância das três atitudes facilitadoras da ACP:

> Representam, em minha opinião, o maior tesouro da ACP. Três singelas atitudes que, à semelhança dos três desejos ou dons mágicos dos contos de fada, tornam tudo possível a quem as possui e manifesta. Presentes e percebidas em qualquer situação de bloqueio, limitação, incongruência, conflito e sofrimento psicológico, essas três atitudes, esse jeito de ser, por si só, tem o poder de transformar, restaurar e curar, propiciando e pondo em movimento a ação das naturais e intrínsecas tendências à auto-realização e crescimento positivo dos seres humanos (BOAINAIN, 1998, p. 176).

Rogers desenvolveu inúmeras pesquisas, contribuindo de forma preciosa para o estudo da empatia dentro do campo da psicologia: "Foi justamente enquanto Rogers desenvolvia sua abordagem centrada na pessoa que as mais importantes investigações sobre a empatia foram realizadas no âmbito da Psicologia da Personalidade" (WISPÉ, 1987) (SAMPAIO; CAMINO; ROAZZI, 2009, p. 214).

Para Rogers, a empatia envolve uma compreensão profunda e verdadeira, a aceitação plena do outro. Um desafio de aprender a viagem de ida até o mundo do outro *e aprender a viagem de volta para si mesmo*, sem a qual não é possível realizar o processo de empatia. Um processo que permite encontrar o que é melhor para o outro e não para si mesmo.

> O estado de empatia ou de compreensão empática consiste em perceber corretamente o marco de referência interno do outro com os significados e componentes emocionais que contém, como se fosse a outra pessoa, mas sem perder nunca a condição "como se". A empatia implica, por exemplo, sentir a dor e o prazer do outro como ele os sente e perceber suas causas como ele as percebe, mas sem perder nunca de vista que se trata da dor ou do prazer do outro. Se esta condição de "como se" está ausente, nos encontramos diante de um caso de identificação (ROGERS, 1978, p. 45).

É incontestável a potência da compreensão empática. Entrar no mundo do outro com esta qualidade tem poder de integrar a multidimensionalidade (física, mental, emocional, espiritual).

Estudiosos da ACP atualizaram a Abordagem incluindo em seus estudos a espiritualidade, já presente no final dos trabalhos de Rogers. Em outra oportunidade vamos nos dedicar a esse outro pilar.

## Sobre o profissional e a relação com o outro

Inicialmente, o preparo para uma mudança na qualidade da relação com o outro requer, por parte do profissional, um olhar para si mesmo, verificando sua disponibilidade interna de entrega e abertura para o exercício da empatia. Dar-se conta dos sentimentos que tomam conta de si, da ansiedade, medos, angústia, entre outros. Entrar no *Espaço de silêncio*.

> Silenciar significa abrir mão dos ruídos mais diversos que dispersam a atenção, tanto os ruídos externos como os ruídos internos. Importa estar em silêncio interno, mesmo quando o silêncio externo não é possível. É nesse silêncio que se pode ouvir a voz mais profunda, sutil e recôndita de cada um de nós. É nesse espaço que podemos encontrar-nos a nós mesmos (BASSO; PUSTILNIK, 2012, p. 51).

Silenciar-se internamente, pensamentos, sentimentos, avaliações, deduções, interpretações. Atenção plena para permanecer em sintonia sutil com o momento, estando integralmente presente no período que estiver "em relação". Esse encontro é transformador. No preparo interno do profissional: percepção de seu próprio estado emocional e possíveis interferências; esvaziar-se de preconceitos e suposições sobre a pessoa ou situação. Preparo do corpo físico com exercícios de respiração e técnicas próprias para o ancoramento (sustentação emocional) das percepções que possam surgir pode potencializar o processo empático.

Num segundo momento, ocorre a possibilidade de tradução da percepção sentida, cuidando para não se deixar seduzir pela interpretação e pelas percepções do externo, como já colocamos anteriormente.

No terceiro momento, colocar em palavras e/ou atitudes o que o outro sente, mesmo quando ele está no caos; a tradução das palavras, sentimentos e sensações. A empatia nessas situações-limite tem o poder de resgate da saúde, de quem sou, de reconectar os fragmentos da identidade pessoal destroçada pelo desastre. É um instrumento de resgate emocional de quem passou ou está passando pelo caos do desastre.

Ainda nesse momento, é importante desenvolver a atenção flutuante, um estado que auxilia o profissional a transitar ao mesmo tempo da consciência de seu estado interno para a percepção do estado interno de quem

está diante dele, sem deixar de perceber o contexto no qual estão inseridos, mas sem se influenciar por ele.

Alguns perigos existem nesse caminho. A experiência de estar no lugar do outro, como elemento que desperta no profissional a consciência de que o desastre pode acontecer (ou já ter acontecido) com ele e/ou sua família, o que, dependendo de seu grau de amadurecimento, pode ser recebido como uma ameaça física e emocional. Em situações de EMEDES, abre-se um grande leque de ameaças: morte, perdas de entes queridos, dores, abandono, incapacidade, insegurança, impotência. Outro risco de grande gravidade: se perder no "como se" e não conseguir fazer o caminho de volta para si mesmo. É o risco de se perder no momento do outro, de se identificar com o outro e comprometer o trabalho, dando espaço para iatrogenias. Este termo, frequentemente utilizado na área médica, foi ampliado para a ação de outros profissionais. Trata da produção de dano físico e/ou psíquico resultante da atuação equivocada do profissional na relação com seu cliente. Assim, a importância de se fazer a aprendizagem do processo de empatia com um profissional empático e com larga experiência no tema.

A boa notícia é que a postura empática pode ser ensinada aos profissionais. De acordo com Rogers (1977, p. 79): "É extremamente encorajador saber que esta característica sutil e fluida, de importância fundamental na terapia, não é um 'dom', mas pode ser aprendida num clima empático e muito rapidamente".

## Para quem vivencia a empatia em emergência e desastre:

O processo de empatia possui ação reestruturante em rupturas emocionais (não preexistentes) causadas pela situação de desastre. A possibilidade do outro, naquele momento, ser resgatado do caos das EMEDES e se reconectar como ser humano – alguém entende o que estou sentindo mesmo que não esteja completamente claro para mim, no estado que estou, vivendo uma situação tremendamente caótica, um sofrimento dilacerante, culpas, raiva, impotência, medo, covardia, etc. Como as situações relatadas a seguir: "Vi corpos e corpos nus e não senti nada, não sei o que senti" (mulher desabrigada, dias após deslizamento e enchente que cobriu sua comunidade); "estava tudo escuro e só ouvi gritos, pessoas pedindo ajuda, vozes que conhecia, mas não pude fazer nada" (homem em abrigo temporário); "estava escuro e eu só vi fogo descendo do céu. Achei que o mundo estava acabando" (relato de morador de região atingida

meses após a catástrofe). Ou, ainda, o alívio por estar vivo acompanhado da dualidade de sentimentos: alegria e culpa.

É comum a sensação de estranhamento e posteriormente o alívio quando os afetados (comunidades e equipes) se sentem realmente compreendidos. Como se falassem: eu me estranho neste momento, perdi minhas referências, mas alguém me vê, me percebe, sem julgamentos, sem críticas, me entende e me aceita como realmente estou, mesmo que seja completamente diferente de quem eu sou.

Com igual intensidade, a postura de não avaliar, não julgar, não rotular com diagnósticos mostra compreensão e congruência, pois o anormal é o desastre vivido e não o comportamento daquele que o vive. Assim, inicialmente, é normal ter reações diferentes de seu dia a dia anterior ao desastre, tais como insônia, chorar, gritar, estar apático, emudecer, isolar-se, não querer ficar só, ter medo do escuro, sentir culpa, raiva, impotência, entre outros. E lembrar que não é possível padronizar reações.

A empatia contribui para o resgate da identidade e/ou manutenção da sanidade no meio do caos. Perceptível no relato de uma mãe após a catástrofe de 2011 na região serrana (RJ): "[...] durante a noite acordei com um estrondo [...] demorou para entender [...] corremos para tirar as crianças. O padrinho de meu filho estava com ele no sofá [...] sumiram e não ouvi mais nada [...] é pensando agora [...] pelo menos ele não estava sozinho. Ele adorava o padrinho".

> [...] a compreensão baseada numa alta sintonia por parte de outra pessoa confere ao receptor sua qualidade de pessoa, sua identidade. Laing (1965) afirmou que 'o sentido de identidade requer a existência de outra pessoa que nos conheça' (p. 139). Buber também referiu-se à necessidade de termos nossa existência confirmada por outra pessoa. A empatia proporciona esta confirmação necessária de que existimos como pessoa individual, valorizada e possuidora de uma identidade (ROGERS, 1977 p. 82).

Diante da violência, da dor, da impotência, do impensável que compromete a sanidade do indivíduo, a presença empática possibilita a reconstrução de sentido e a reconexão com a dimensão humana.

> Ele vinha ao centro de cidadania (local onde estava centralizado o atendimento de saúde no desastre) todos os dias, ficava só andando e olhando. Perguntei se precisava de algo, se estava machucado, e ele disse não e continuou calado. Só depois de alguns dias conseguiu se aproximar e

contar que tinha perdido todos os familiares. Só ele sobreviveu (relato de enfermeira voluntária).

Fica claro que a empatia é uma técnica sutil, na qual o profissional com a postura empática ajuda na percepção e significação pessoal do momento vivido pelo outro. Técnica que deve ser acompanhada de muita delicadeza e precisão, pois o revelado e trazido à consciência deve ser apenas o que o outro mostra, nem mais, nem menos. Seu ensinamento para profissionais de EMEDES não tem objetivo psicoterápico, mas tem efeito terapêutico. Por este motivo, não cabe aqui aprofundar a técnica da empatia na psicoterapia, processo com outras características multidimensionais, que inclui outras percepções, atitudes e manejo por parte do psicoterapeuta.

A empatia também pode ser aplicada à situação de grupos em emergências e desastres, como no caso de abrigos. John Wood, também estudioso da Abordagem Centrada na Pessoa, ressalta: "Assim, a tarefa do terapeuta (ou de qualquer outro participante na atividade centrada na pessoa) vem a ser não 'oferecer' ou 'fornecer' empatia, nem mesmo expressar a compreensão empática, mas *facilitar o fenômeno* da compreensão empática" (WOOD et al., 1994, p. 234). Um profissional com larga experiência no processo de empatia pode facilitar a multiplicação de um clima empático na formação de abrigos provisórios, local usualmente recheado de conflitos entre os afetados e também na relação com a equipe presente e com o poder público. A empatia é um potente instrumento para saber quais as necessidades dos abrigados e para nortear como lidar com o assédio da mídia e curiosos, as inúmeras solicitações que chegam aos abrigados (documentação, formulários, fichas, visitas, doações, etc.). A atual estrutura desenvolvida na política de construção de abrigos provisórios não contribui para a reestruturação do indivíduo, ao contrário, colabora com a desestruturação pessoal e das redes sociais. É o "Eu não vejo você". Um artigo com reflexões sobre a questão de abrigos provisórios foi apresentado no trabalho "Abandono: o grande desastre", disponível no caderno virtual da Rede Waterlat-Gobacit, *Desastres Relacionados com Água*.[2]

Acrescentamos outro campo de saber para nossa reflexão sobre empatia. A neurociência revolucionou o mundo científico com a descoberta dos neurônios-espelho e com o mesmo impacto coloca outra variável para a compreensão da empatia. Segundo Chilton Pearce (2009, p. 26),

2. WATERLAT-GOBACIT. Cadernos de Trabalho *Desastres Relacionados com Água*. v. 1, n. 1. Disponível em <http://waterlat.org/WPapers/WPSATADNo1.pdf>.

neurônios-espelho são "[...] grandes agrupamentos de células espalhados por todo o cérebro que, sem nos darmos conta, automaticamente espelham ou gravam vários aspectos do mundo ao nosso redor, encerrando-os em nossa memória e nosso processo cognitivo". Em seus estudos mostrou a ligação entre cultura e biologia e sua influência para a educação entre as gerações, realizada por meio de 'trocas sociais, imitação e observação'. Ainda em seus estudos pontua que:

> 'Emoções sociais como culpa, vergonha, orgulho, constrangimento, desgosto e prazer se baseiam num sistema tipicamente humano de neurônios-espelho encontrado numa parte do cérebro chamada ínsula', relata Christian Keysers, que estuda a base neuronal da empatia na Universidade de Groningen, na Holanda (PEARCE, 2009, p. 26)..

Assim, continuamente transferimos padrões de geração para geração, que pode significar apenas repetições dos padrões familiares e sociais/culturais ou ser a oportunidade de caminhar para um processo de mudança de padrão. E mais. Por meio dos neurônios-espelho uma pessoa pode ativar na mente de outra a repetição da mesma ação fazendo com que ela sinta no cérebro a ação. Uma colaboração da biologia para o entendimento do emaranhado da multidimensionalidade do estudo da empatia.

## A empatia no olho do furacão

No início deste texto, falo de uma esperança de mudança nas relações em emergências e desastres. Vivemos uma fase de mundo na qual são privilegiados valores que reforçam relações individualizadas, em que a competição é um valor incentivado e desenvolvido na educação, na sociedade. O exercício de resolução de problemas é feito pensando no bem-estar pessoal e não inclui o comunitário. Uma sociedade na qual é comum culpar e responsabilizar os afetados pelos desastres. Que estranho!!!

> Uma estratégia corriqueira é de se acusar as vítimas. Se se pode atribuir aos pobres a responsabilidade por sua pobreza, os demais ficam isentos de culpa. Foi isso que permitiu que, passado um ano do Katrina, Newt Gingrich, um conhecido político conservador, recomendasse uma investigação sobre a 'falta de cidadania' dos que não haviam logrado escapar do furacão (DE WALL, 2010, p. 17).

No Brasil, também é comum o discurso de que as vítimas são as responsáveis por seu próprio desastre, pois moram em 'área de risco' (como

se tivessem outras opções), ou porque nasceram no sertão, ou porque não fiscalizaram se o local onde estavam era seguro. E por aí continua.

Praticamos a superlotação do planeta Terra, o consumismo, as ameaças (falta comida, água, moradia), os conflitos com as diferenças (sociais, políticas, religiosas). A vida humana valendo pouco ou quase nada. Não há como falar desse desastroso estado das relações sem falar em ética. É um importante momento de reflexão sobre os valores que pautam as relações em nosso mundo. A atitude empática é fundamental para o despertar de uma ética com outros princípios na relação com o outro, com a terra, com o planeta: respeito, cuidado, inclusão, amor, cooperação, acolhimento. Entrar no universo do outro com a qualidade da empatia é profundamente ético.

> Para além de qualquer ofício e atividade profissional, uma vez que o conceito de empatia for apreendido em todo o seu significado, em nível mais abstrato, não se poderá deixar de antecipar que, se toda conduta ética é uma conduta em relação ao outro, toda ética implica um fundo empático (BARREIRA, 2014, p. 55).

Ou deveria implicar.

As palavras do psicólogo Carl Rogers, registradas há anos, ainda ecoam como atuais:

> A dimensão sócio-econômica, a dominação tecnológica, a irrelevância da própria vida humana e da participação pessoal nos acontecimentos são as marcas registradas de nossa época. Mas há, diz Rogers, algo em todo homem que pode ser preservado, desenvolvido, liberado para além dos elos que se empenham em reduzi-lo a um ser condicionado, conformista, rendido, humilhado e tantas vezes subserviente ou explorado. E a liberação mais autêntica dos indivíduos, quer nas escolas, nas empresas ou na família, poderá ser uma das chaves propulsoras para uma sobrevivência mais humanizada do homem (ROGERS, 1977, p. 5).

A diferença da empatia entre gêneros fica evidente tanto nos estudos entre animais quanto nos estudos com humanos. As fêmeas mostram-se com tendências mais empáticas do que os machos, o que se confirma em nosso dia a dia em EMEDES, o que não quer dizer que o masculino não seja empático. A subjetividade do tema empatia torna difícil a pesquisa. Mas fica evidente como futuramente o estudo da práxis vai nos dar respostas.

Acredito na empatia como um dos instrumentos para a transformação das relações interpessoais, pois é mais do que uma técnica e um instrumento. É uma postura na vida com potencial para transformar as relações. Multiplicar a atitude empática em emergências e desastres pode resultar em ações e políticas mais justas e humanas e levar a outra configuração das relações de poder. É uma tarefa silenciosa e revolucionária. O processo de empatia transforma tanto quem está no lugar de quem empatiza quanto quem está no lugar de quem recebe a empatia. Nenhum dos dois permanece igual após esse encontro verdadeiro. Temos a oportunidade de transmitir outros padrões para as futuras gerações.

Para concluir, sem finalizar, assisti a uma reportagem em um telejornal, um exemplo que mostra total falta de empatia, o "Eu não vejo você".[3] A chamada inicial dizia que os índios Yanomamis venceram uma luta de 40 anos. Nos anos 60, quase três mil amostras de sangue dos índios foram encaminhadas para os Estados Unidos, sem autorização dos indígenas. Desde a descoberta desse abuso, os índios lutam na Justiça pelo direito de reaver as amostras. E, finalmente, elas foram devolvidas após batalha judicial e chegaram ao Brasil em abril de 2015. Os Yanomamis acreditam que, quando eles morrem, precisam enterrar tudo que é seu para que sua alma descanse em paz. Após *quarenta anos*, a tribo está celebrando com emoção e rituais de dança. Reverencio o respeito à sua cultura, a seus direitos. Celebro com eles o "Eu vejo você".

Uma poesia... ou uma oração... de Mario Quintana.

**Ninho do Tuiuiú nas margens do Rio Paraguai**

*Dizem que a história é a mestra da vida. Mas como é que seus protagonistas incorrem sempre nos mesmos erros? Destruição. Fome. Guerra. Parece que não adiantou em nada os exemplos das reprovações anteriores. Que rede de segurança, pensamos nós, cheios de esperança, que rede de segurança nos aparará?*

*Quando a água desaparecer, que será do homem, que será das coisas, dos verdes e bichos? Que será de Deus?*

3. BOM DIA BRASIL. Disponível em http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/videos/t/edicoes/v/indios-yanomami-fazem-festa-apos-recuperar-amostras-de-sangue/4088755/. Acesso em: 6 abr. 2015.

*Nós devemos ir movendo as peças, sem esquecer que, embora as partidas pareçam variar ao infinito, o movimento de cada peça é único e as regras do jogo são imutáveis.*

*Terra, te proteja o Homem, conservando sempre:*

*O mais puro cristal de tuas fontes!*

*O verde único de tuas folhas.*

*O ninho do Tuiuiú no Pantanal...*

## Referências


AVATAR. Direção do filme: James Cameron. Elenco: Zoe Saldana (Neytiri); Sigourney Weaner (Dra. Grace Augustine); Sam Worthington (Jake Sully) e outros. Estúdio Distribuidor: Fox Filmes do Brasil. Realização: EUA (2009).

BACELAR, A. (Org.). **A psicologia humanista na prática**: reflexões sobre a abordagem centrada na pessoa. Palhoça: Ed. Unisul, 2010.

BANDEIRA, E. (Org.). **Carl Rogers no Brasil**. São Paulo: GRD Edições, 2012.

BARCELÓ, T. **Entre personas:** uma mirada cuántica a nuestras relaciones humanas. Madrid: Desclée de Brouwer S.A., 2008.

_____. **Crescer em grupo:** una aproximación desde el enfoque centrado em la persona. Sevilla: Desclée de Brouwer S.A., 2010.

BARREIRA, C. R. A Bela Adormecida e outras vinhetas: a empatia, do corpo a corpo cotidiano à clínica. In: SALVIAN, J. F. (Org.). **Empatia, Edmund Husserl e Edith Stein:** apresentações didáticas. São Paulo: Edições Loyola, 2014. p. 53-93.

BASSO, T; PUSTILNIK, A. **Metodologia da dinâmica energética do psiquismo**. São Paulo: Theba Book, 2012.

BOAINAIN Jr, E. **Tornar-se transpessoal**. São Paulo: Summus, 1998.

BOHM, D. **Diálogo, comunicação e redes de convivência**. São Paulo: Palas Athena, 2005.

BOM DIA BRASIL. Disponível em http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/videos/t/edicoes/v/indios-yanomami-fazem-festa-apos-recuperar-amostras-de-sangue/4088755/. Acesso em: 6 abr. 2015.

BRAZIER, D. **Más allá de Carl Rogers**. Madri: Desclée De Brouwer, 1997.

BUBER, M. **Sobre comunidade**. São Paulo: Perspectiva, 1987.

_____. **Eu e tu**. São Paulo: Centauro, 2004.

CAPRA, F.; LUISI, P. L. **A visão sistêmica da vida:** uma concepção unificada e suas implicações filosóficas, políticas, sociais e econômicas. São Paulo: Cultrix, 2014.

CESAR. B. **O livro das emoções:** reflexões inspiradas na psicologia do budismo tibetano. São Paulo: Gaia, 2005.

CHÖDRÖN, P. **Os lugares que nos assustam**. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

CYRULNIK, B. e MORIN, E. **Diálogo sobre a natureza humana**. São Paulo: Palas Athena, 2012.

DE WALL, F. **A era da empatia**: lições da natureza para uma sociedade mais gentil. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

JEAMMET, P; CONSOLI, S. e RAYNAND, M. **Manual de Psicologia Médica**. São Paulo: Masson do Brasil, 1989. p. 365.

KHUN, T. **A Estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1970.

KIRSCHENBAUM, H. e HENDERSON, V. **The Carl Rogers reader**. New York: Houghton Mifflin Company, 1989.

MEAD, M. **Sexo e temperamento**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1969.

PEARCE, J. C. **O fim da religião e o renascimento da espiritualidade**. São Paulo: Cultrix, 2009.

QUINTANA, M. **Os últimos textos de Mario Quintana:** água/water/agua. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2001.

RIFKIN, J. **La civilización empática**: la carrera hacia una conciencia global en un mundo en crisis. Madrid: Paidós Estado y Sociedad, 2010.

ROGERS, C. **Terapia, personalidad y relaciones interpesonales**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1978.

_____. **Grupos de encontro**. São Paulo: M. Fontes, 1994.

_____. **Um jeito de ser**. São Paulo: M. Fontes, 1997.

_____; ROSENBERG, R. **A pessoa como centro**. São Paulo: EPU, 1977.

_____ et al. **Em busca de vida**: da terapia centrada no cliente à abordagem centrada na pessoa. São Paulo: Summus, 1983.

ROSENBERG, M. B. **Comunicação não-violenta**. São Paulo: Agora, 2006.

SAMPAIO, L; CAMINO, C; ROAZZI, A. Revisão de aspectos conceituais, teóricos e metodológicos da empatia. **Psicologia Ciência e Profissão**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 212-227, 2009.

SANTOS, A. et al. **Quando fala o coração**: a essência da psicoterapia centrada na pessoa. São Paulo: Vetor Editora, 2004.

SAVIAN Filho, J. A empatia segundo Edith Stein: pode-se empatizar a "vivência" de alguém que está dormindo. In: _____. (Org.). **Empatia, Edmund Husserl e Edith Stein:** apresentações didáticas. São Paulo: Edições Loyola, 2014. p. 29-52.

SHELDRAKE, R.; FOX, M. **Ciencia y espiritualidad:** la nueva vision. Buenos Aires: Kier S.A, 1999.

WATERLAT-GOBACIT. **Cadernos de Trabalho Desastres Relacionados com Água**. v. 1, n. 1. Disponível em: http://waterlat.org/WPapers/WPSATADNo1.pdf.

WELWOOD, J. **Em busca de uma psicologia do despertar:** budismo, psicoterapia e o caminho da transformação espiritual e individual. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.

WILBER, K. **Los tres ojos del conocimiento**: la búsqueda de un nuevo paradigma. Barcelona: Kairós, 1990.

WOOD, J. et al. **Abordagem Centrada na Pessoa**. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida/Universidade Federal do Espírito Santo, 1994.



# Memória da Associação das Vítimas das Chuvas de Teresópolis (AVIT)

## Cláudio Carneiro

Em 12 de janeiro de 2011 ocorreu na região serrana do Estado do Rio de Janeiro uma das maiores tragédias do local, esta sem precedentes no Brasil. A tragédia contabilizou 916 mortos, 345 desaparecidos e 35 mil desalojados em toda a região serrana, isto em apenas poucas horas de chuvas torrenciais ocorridas na madrugada daquele início de ano. Apesar de tanta dor e sofrimento, testemunhamos a grande solidariedade do povo brasileiro e da população de nossa cidade, daqueles que não foram diretamente afetados.

Ainda em meio ao caos, alguns cidadãos preocupados com o pós-tragédia iniciaram uma série de reuniões, discutindo e buscando meios de apoiar e estimular, de modo organizado, os afetados pela tragédia. Então, como ação prática, um pequeno número de pessoas, começamos a visitar os bairros atingidos, ouvindo as demandas mais urgentes daquele momento. A partir das visitas, do reconhecimento das necessidades e da vontade de ajudar, foi realizada uma primeira reunião no bairro de Campo Grande, o mais afetado pelas chuvas. Essa reunião aconteceu próximo ao Bar do Edésio (já falecido), único morador que naquele momento permaneceu no bairro de Campo Grande.

Mesmo sem luz e sem condições de habitabilidade, Edésio foi símbolo na luta da população pelo reconhecimento de seus direitos. Nessa reunião ficou claro, como em outros encontros, o que se faria posteriormente nas diversas comunidades, que a série de problemas que assolavam os afetados pelas chuvas de janeiro era maior do que se imaginara. Havia falta de diálogo e transparência por parte do poder público, também falta de atendimento psicológico, de moradia (por meio do aluguel social) e outras tantas carências daquelas comunidades, as quais necessitariam de uma ação organizada e apoio a todos os afetados. Foi então observado que, após a retirada do foco das câmeras das grandes e renomadas emissoras de imprensa de Teresópolis, a notícia esfriaria e a realidade, avassaladora, que as marcas da tragédia deixaram (física, emocional, econômica), perduraria em nossa cidade por longos anos.

Assim, em assembleia realizada no dia 10 de março de 2011, com aproximadamente 500 pessoas presentes, no CEAC (espaço cedido pela igreja católica), foi fundada a AVIT, ou seja, a *Associação das Vítimas das*

*Chuvas de Teresópolis*, com o objetivo de representar, de forma institucional, todos os afetados pela tragédia de 12 de janeiro. A partir da criação da AVIT, foram promovidas reuniões regulares, já contando com uma sede provisória cedida por um sindicato de Teresópolis. Esses encontros aconteciam uma vez por semana, todas as segundas-feiras, e ocorreram por dois anos ininterruptamente, em que, com a participação dos envolvidos engajados na criação dessa associação, foi criado o lema da AVIT: "Dando voz a quem não tem voz".

Quando a AVIT foi fundada, imaginávamos que estivéssemos criando uma associação dos afetados pelas chuvas e que estes seriam os protagonistas de toda a luta pelos seus direitos. No entanto, logo percebemos, por meio das reuniões semanais com as comunidades, nas quais cada afetado pedia a palavra para contar suas dores e perdas pessoais, que as marcas da tragédia haviam deixado sofrimentos e dores tão intensos que, naquele momento, ele não conseguia enxergar o coletivo, o sofrimento além do pessoal e o da sua família. Foram, e são, pessoas que perderam suas casas, seus pertences, seus animais de estimação, enfim, seu passado e sua história. Não perderam apenas o teto, o porto seguro. Lembro-me de casos de pessoas que não ficaram sequer com a fotografia da esposa ou dos filhos mortos na tragédia.

Então, o primeiro ensinamento que tivemos foi de que quem não sofreu diretamente com a tragédia tem o dever de ser solidário no pós-tragédia! Eu e meus, hoje, amigos – já que até então não nos conhecíamos – não fomos vítimas da tragédia, como também algumas outras pessoas que voluntariamente ajudam na associação. Esse foi nosso primeiro aprendizado, mas levou um tempo para entendermos isso, passamos por um processo. A pessoa que passa por uma tragédia não tem forças para ajudar a si mesma nem aos que também passaram pela mesma situação, não adianta cobrar solidariedade, entendimento ou mobilização. Isto realmente levou um tempo para entendermos.

Éramos poucos os voluntários e, sem recursos, montamos uma estratégia de focar nossas forças no principal problema: *o não pagamento do aluguel social*. Muitas famílias estavam em abrigos coletivos ou em casas de parentes (alguns destes sem estrutura emocional e sem espaço físico) e não tinham condição de pagar seu próprio aluguel, dependendo assim do auxílio dos governos municipal e estadual. Era estarrecedor o número de famílias que não conseguia receber o aluguel social, principalmente aquelas mais humildes que de forma muito simples reivindicavam um teto como abrigo.

Assim, iniciamos uma série de reuniões com os representantes do governo do Estado, da Prefeitura e da Caixa Econômica Federal a fim de buscar soluções para o problema. Apesar de entendermos que era uma situação atípica, em virtude da proporção da tragédia e pelo número de afetados, a estrutura disponibilizada pela Prefeitura, por meio da Secretaria de Assistência Social, era insuficiente para cuidar de uma tragédia com aquelas proporções. Não havia nenhum processo de atendimento organizado, e a coordenação estava a cargo de pessoas que, diríamos, no mínimo eram despreparadas. As famílias afetadas iam peregrinando com documentos por várias secretarias sem conseguir resolver efetivamente os problemas.

Então, resolvemos criar o CADASTRO DA AVIT, anexando os documentos, como laudo de interdição, prova de moradia, documentos de identidade, etc., a fim de tratar de cada processo e resolver o problema. Nessa fase ainda estávamos entendendo melhor como era o funcionamento do poder público, conhecendo os processos. E assim começaram a surgir vários casos, do tipo:

a) As contas onde eram depositados os aluguéis sociais eram contas antigas e desativadas, pois o software da Caixa procurava automaticamente o CPF do beneficiário e depositava assim na conta mais antiga e não na conta que foi aberta para a família receber o benefício.
b) A inclusão no cadastro de beneficiários era feita, manualmente, pela Prefeitura de Teresópolis, por meio da Secretaria de Assistência Social. No entanto era passado este cadastro por *e-mails* enviados para a Secretaria Estadual de Assistência Social, mas, o endereço eletrônico para o qual eram enviados os cadastros já estava desativado, então, as inclusões não eram realizadas; assim, foram enviados vários *e-mails*, sem que houvesse efetiva inclusão do beneficiário.
c) Beneficiários do Bolsa Família, que possuíam alguma pendência social, também não recebiam.

Conseguimos resolver alguns problemas administrativos do aluguel social mas, em determinado momento, não havia mais diálogo ou possibilidade de inclusão de outros beneficiários, segundo a Prefeitura e o Estado, e o número de aluguéis disponibilizados para atender aos afetados chegara ao limite. Então, mudamos a estratégia: para garantir o direito ao aluguel social, recorremos à Justiça. Entramos com processos contra a Prefeitura de Teresópolis, individualmente – cerca de 800 processos –, garantindo não só o aluguel social, mas a futura indenização em forma de moradia.

Em 2011, além de toda a tragédia e seus efeitos, enfrentamos uma crise política sem precedentes em Teresópolis, que culminou com o afastamento do prefeito eleito. Embora a posse do presidente da Câmara da época sinalizasse com uma possibilidade de diálogo entre a AVIT e a Prefeitura, isso não aconteceu, pois, apesar de toda nossa luta, o governo e parte da sociedade enxergavam a AVIT como uma entidade política e não como uma entidade social, que representa de forma legítima os direitos dos afetados.

Cabe aqui esclarecer que, logo no início das atividades da AVIT, uma das propostas era a de se formar parcerias com as Associações de Moradores, entretanto, algumas delas só existiam no papel ou os presidentes eram cabos eleitorais de políticos que percebiam a AVIT como uma entidade concorrente. Assim, não foi possível estabelecer qualquer parceria entre a AVIT e essas associações. É importante registrar que o estatuto da AVIT veda a participação na diretoria de pessoas que exerçam função em cargos políticos.

A partir do momento em que a questão do aluguel social se estabilizou, outras demandas começaram a aparecer, como a falta de projetos ligados à habitação, a falta de atendimento psicológico, a falta de busca e atenção aos familiares dos desaparecidos, o fato de o atendimento no canteiro social às famílias ser lento e sem respostas, a demolição das casas negociadas, o retorno de inúmeras famílias às suas casas mesmo interditadas, entre outras questões.

Então, iniciamos uma série de audiências públicas, sendo que a realizada no Hotel Alpina contou com a presença de mais de 1200 pessoas. Para as audiências foram convocados autoridades das esferas estadual e municipal, membros do Ministério Público Estadual e Federal, representantes dos direitos humanos e das empresas públicas responsáveis pelas obras, o INEA (Instituto Estadual do Meio Ambiente) – a respeito das áreas de alagamentos – e o EMOP (Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro) – a respeito das áreas que demandam a contenção de encostas. Esses eventos permitiram à população colocar suas dúvidas e seus descontentamentos e também possibilitaram que os entes públicos prestassem contas de suas ações. Um ponto positivo das audiências provocadas pela AVIT foi nossa demonstração de mobilização e organização. Porém, de efeito prático pouco ficou além da prorrogação do aluguel social – que já está no seu quarto ano – e da CPI da Região Serrana, instaurada pela Assembleia Legislativa Estadual, mas sem nenhum legado aparente.

Constatamos que era preciso iniciar um processo de conscientização da sociedade, já que os efeitos da tragédia são problemas de todos os moradores de Teresópolis e não só dos que foram diretamente afetados por ela. Em 2013 implantamos o Fórum Permanente de Habitação Popular de Teresópolis, com reuniões semanais no auditório da empresa *Alterdata*, em que vários seguimentos da sociedade foram convidados a debater sobre os atingidos pela tragédia que continuam sem moradia e também ampliar o olhar para as famílias que residem em áreas de risco, por conta da falta de uma política de habitação social em nossa cidade.

Por intermédio do Fórum Permanente de Habitação, propusemos uma ação popular para alteração da Lei Orgânica do Município, destinando-se 3% das receitas próprias do município de Teresópolis para o Fundo de Habitação Municipal de Interesse Social (FHMIS). Após a coleta de mais de cinco mil assinaturas, em dezembro de 2013, foi apresentada à Câmara Municipal de Teresópolis a proposição, sendo aprovada por todos os vereadores. Ainda com a ajuda do Fórum de Habitação, cadastramos a AVIT no processo de habilitação do programa Minha Casa Minha Vida (MCMVE), do governo federal, sendo publicada em 24 de setembro de 2014 nossa habilitação para a construção de 200 unidade habitacionais.

No dia 12 de janeiro de 2012, completado um ano da tragédia, realizamos uma grande mobilização na praça principal da cidade (Praça Baltazar da Silveira), com aproximadamente 500 pessoas. O objetivo foi o de criar o Dia da Memória, no qual pudemos lembrar amigos e parentes falecidos na tragédia, além de ouvir as comunidades em seus sofrimentos e reclamações de abandono por parte do poder público. O Dia da Memória já está em seu 4º ano e tem uma grande missão, que é entender o passado e propor construir uma cidade mais justa e segura para nossos filhos e netos no futuro!



# O desastre das águas em Ururaí: visão da Associação de Moradores sobre enchentes, urbanização, política, mobilização social e a busca do bem comum

## Jocimar Gonçalves Lisboa[1]

Ururaí é uma localidade do município de Campos dos Goytacazes, na região norte do estado do Rio de Janeiro, onde há um rio de mesmo nome, o rio Ururaí. Em 2008 ficou reconhecida nacionalmente na mídia a enchente que assolou as casas dos moradores, tanto nas proximidades da região ribeirinha quanto na antiga Vila, entre a linha férrea e a BR-101,[2] onde já existia o risco de atropelamentos por automóveis que ali invadiam ao perderem o controle da direção. O trecho a seguir foi constituído a partir de relatos de moradores que vivenciaram tais dias; pessoas que perderam seus pertences e que foram impedidos de retornar às suas casas por vários dias. Mas que, acima de tudo, venceram todas as circunstâncias em unidade e com superação.

## O desastre: durante a enchente

Chovia havia alguns dias, ininterruptamente. A população do bairro de Ururaí – já bastante habituada às enchentes, constantes, no período das chuvas – encarava a situação como apenas um dia normal. No entanto, durante a madrugada do dia 1º de novembro de 2008, todos foram surpreendidos. Em virtude das características geográficas da área, o córrego que corta o bairro – o canal Cacumanga – levou as águas muito acima do nível esperado, algo que jamais havia acontecido anteriormente. Desesperados, e ainda atordoados pelo despertar repentino, os moradores tentavam abrigar seus pertences em locais seguros, sem sucesso; a água continuava a subir. Sem muitos recursos e alternativas, até mesmo o acostamento da BR-101 deu lugar aos fogões, geladeiras, colchões e tudo o mais quanto podiam salvar. A Defesa Civil, ao lado dos moradores, prestava auxílio; barcos e botes foram utilizados, e as pessoas com menos mobilidade eram resgatadas e levadas para abrigos.

1. Morador de Ururaí e presidente da Associação de Moradores de Ururaí
2. A BR-101 atravessa a localidade de Ururaí.

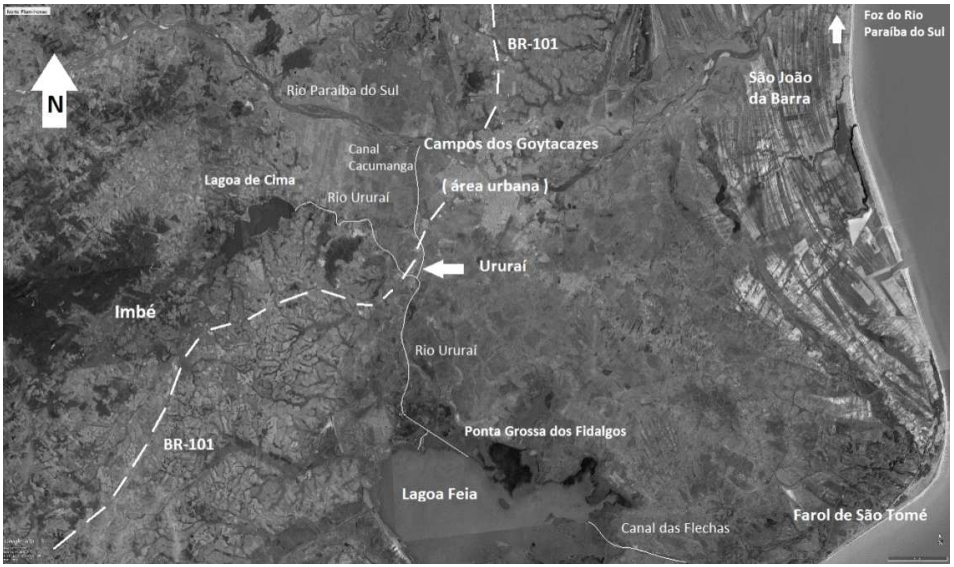



**Imagem 1** Localização de Ururaí no Norte Fluminense (adaptado por Marco Malagoli a partir do *Google Earth* – junho de 2015).




**Imagem 2** Algumas das referências no bairro de Ururaí citadas por Jocimar (adaptado por Marco Malagoli a partir do *Google Earth* – junho de 2015).

Ao amanhecer, a visão surpreendeu a todos. As águas – que alcançavam cerca de 1,70 metro nas áreas mais afetadas – haviam inundado casas, encoberto muros e encostas. Pessoas ilhadas, móveis espalhados pelas áreas secas, dor e tristeza; era possível ver a devastação causada pela enchente. As águas só foram totalmente escoadas, com sucesso, dias depois, com a remoção dos diques da Lagoa Feia. Como resultado dessa grande tragédia, casas foram condenadas pela Defesa Civil – algumas até mesmo demolidas – e moradores precisaram ser removidos para conjuntos de habitação popular da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes. Soma-se, ainda, a morte de um morador que contraiu leptospirose pelo contato com as águas.

Hoje, obras de pavimentação foram feitas na região, e nota-se grande melhoria. Não obstante, mesmo sete anos após o ocorrido, ainda há pessoas restaurando suas casas e enchentes de menor porte tornaram a assolar a população.

## O desastre: detalhando os períodos anterior e posterior à enchente[3]

**E:** *Jocimar, qual é a sua visão – como morador do bairro e presidente da Associação – com relação aos desastres, às inundações que aconteceram em Campos dos Goytacazes, especificamente aqui em Ururaí em 2008? Peço também que você se apresente brevemente.*

**Jocimar:** Bom, meu nome é Jocimar Gonçalves Lisboa, assumi a Associação de Moradores no final de 2013, junto aqui à comunidade, que me confiaram aqui nesta posição, e tenho levado várias reivindicações do bairro pro poder público... pras melhorias acontecerem. Mas, falando do evento de 2008, naquelas enchentes que ocorreram, é claro que ali teve uma situação atípica, que foram os diques, que ocasionou uma proporção maior de águas principalmente na área do "Brilhante" [subdivisão interna da localidade], que elevou ali mais ou menos 1,70 metro dentro das casas...

3. Entrevista concedida a Marco Malagoli em 01/04/2015, em Ururaí, Campos dos Goytacazes (RJ), na casa de Jocimar Lisboa. O material desta entrevista foi editado pelo entrevistador (E), que precisou reduzir o texto, retirando parte de suas intervenções, diminuindo marcas da linguagem coloquial quando estas dificultavam a leitura, retirando repetições, trechos de difícil compreensão e outros fragmentos da transcrição original, além de fazer algumas poucas alterações ortográficas e adicionar breves explicações entre colchetes, quando julgou adequado. Esta edição foi posteriormente revisada e aprovada por Jocimar.

**E:** *O que eram esses diques?*

**Jocimar:** Esses diques, na verdade, foram as construções de barragens que foram feitas nas fazendas, lá próximo da Lagoa Feia, ali perto da área dos Fidalgos [localidade de Ponta Grossa dos Fidalgos], e os fazendeiros ali construíram esses diques[4] pra uso e benefício deles, pra não alagar os pastos. E acabou que... acarretou pra dentro de Ururaí essa água... quando começou lá as cheias desde o rio Imbé e veio jogando [pra cá]. Mas o problema maior que ocorreu no Brilhante é que existe esse canal Cacumanga, que é um córrego que entra pro rio Ururaí, mas que na verdade acaba invertendo essa situação [na enchente]: acaba que o rio Ururaí vem pra dentro do canal Cacumanga. Com essas cheias que acontecem rotineiramente também em final de ano, acontece isso. O Brilhante aconteceu na época das casas do BNH [Banco Nacional da Habitação], nos anos 1980, e não foi feito estudo pra ver a geografia dessa região, que era uma região alagada. Muitos anos atrás, ali não existia nenhuma casa... ela sempre tinha água ali, o pessoal sempre comenta... os antigos dizem que ali era um local que tinha "tabua", que é uma planta que dá nesses lugares de açude. E eles simplesmente foram ali aterrando, mas numa forma que é a seguinte: não chegou até o mesmo nível daqui do local que nós estamos, que é a "Brasília" [outro setor da localidade]. Na verdade, essa região que nós estamos aqui, que é a região da praça de Ururaí, não foi inundada, porque essa região aqui é uma região alta, ela fica quase no nível da BR-101. Se a gente olhar para o Brilhante, vai ver que ele tá lá embaixo e que a BR-101 está no nível dessa área aqui. Porque a parte do "Brejo", que é um local também que acaba enchendo – o nome já se fala, brejo –, que é ali a área da "Raia", essa área inunda com frequência também, em virtude de que já é um local propício a isso mesmo. Foram construídas casas ali, ainda que de forma irregular, ali foi invadido, ali era área só da usina,[5] mas não podia utilizar nada ali porque era lugar que sempre foi de água. E o pessoal foi começando a fazer... construindo casa. Quando não se tem casa e inunda, não há problema pra ninguém. Mas quando começa a construir e começa a inundar, começa a ver a água vindo, eles sentem que "agora é problema", porque agora ali tem famílias morando ali naquela localidade. Mas era localidade que não deveria morar ninguém. Mas na época em que a usina fazia um trabalho no rio Ururaí, no sentido da irrigação que ela fazia, ela captava a água do rio Ururaí pro trabalho da indústria, pra fa-

4. Diques feitos por fazendeiros a jusante da localidade de Ururaí que teriam dificultado o espraiamento das águas da enchente ao longo do rio Ururaí e nas margens da Lagoa Feia, que recebe suas águas.

5. Usina Cupim, de produção de açúcar, que hoje não está mais em funcionamento.

bricação do açúcar. A usina cuidava desse rio no sentido de manutenção, com dragagem, preparando... Até mesmo no valão Cacumanga ela fazia esse trabalho também. Porque ali tem uma vala saindo da usina, que passa por debaixo da BR-101 e que vem até o valão Cacumanga. A usina captava água num lugar chamado "Burrinho", e ela vinha por uma canaleta bombeada pra dentro da usina, fazia todo o processo de industrialização. Após todo esse processo, a água vinha e escoava por essa vala que passa por baixo da BR-101... pra fazer irrigação dos canaviais. E também o canal Cacumanga recebia essa água. E a usina, sabendo que ela precisava utilizar isso aí, ela cuidava também do valão Cacumanga, com dragagem também. E isso ajudava muito o bairro, porque esse valão, ele era mais fundo. Quando houve o fechamento da usina, isso fez com que o valão fosse tomado por uma parte de terra, matos... e ele ficou num nível que qualquer água que vem do rio Ururaí com as enchentes entra na localidade do Brilhante. Porque o nível... a geografia, é abaixo. A geografia mais perfeita que temos aqui no bairro de Ururaí, nessa localidade do Brilhante, é o Brizolão, o "CIEP Ururaí". Ele tá um metro acima das ruas [que o circundam]. Então essa metragem faz com que não chegue água ali. Para você ter ideia, quando o Brilhante ficou inundado, [as famílias de] outro local que sempre inundou, que fica na parte chamada "ribeirinha", a Ilha, a parte da Rua Silvio Codeço, da Júlia Boyanard, por ali naquela região, elas vieram para o Brizolão, se abrigaram nele. Quando elas estavam lá, a água, de uma proporção tão grande que veio pelo canal Cacumanga, encheu o Brilhante, que ficou ilhado, e teve de retirar as famílias ali às pressas, porque muitos ali saíram até de barco, outros saíram a pé mesmo na água, com todo esse problema aí. Mas foi ali uma situação muito complicada, porque não dava nem pra entrar mais caminhão pra retirar aqueles móveis todos, os pertences dos familiares que ali se encontravam. Mas aí as famílias foram deslocadas, jogaram as famílias do Brilhante para o Dom Otaviano, sendo que o Dom Otaviano – que é uma escola também do Estado [as duas do Estado que aqui se encontram são o D. Otaviano e o Brizolão] – não tinha mais como suportar o número de pessoas, até porque foram muitas famílias. Praticamente, mais de 80% do bairro foi tomado de água. Mas aí teve que retirar essas pessoas que estavam no Dom Otaviano, para o Parque Aurora, que é uma localidade totalmente diferente, até da cultura, daqui do bairro de Ururaí. Distante mais de 10 km, até chegar ao Parque Aurora aproxima-se aí uns 15-17 km por estrada. Então, ali juntou famílias que moravam no Brilhante, famílias que moravam na Ilha – na área ribeirinha –, famílias que moravam próximo à ponte do Ururaí (que também é ribeirinha), famílias que moravam na Margem da Linha (a antiga Vila).

Então, juntou várias famílias, pessoas com pensamentos diferentes, pessoas com atitudes diferentes. Ali também tinham pessoas do próprio bairro Parque Aurora... Então, imagina como que ficou a mente... as pessoas ficavam mentalizando o seguinte: já com o problema da casa estar inundada, perdendo-se todos os seus pertences, sem condição pra tá levando seus próprios filhos para um lugar seguro, porque eles não tinham condições, eles foram forçados a sair de onde é o local deles, o habitat deles normal. Então, é diferente quando você compra uma casa num outro bairro: você já foi porque você programou, foi organizado. Mas aí, olha só, como que ficou a situação – e eu não passei por essa situação porque a minha rua fica aqui na praça, o local que não inundou, mas ficamos ilhados aqui também. Mas aqueles familiares que foram deslocados, eles com certeza sofreram muito, o psicológico, ali acarretou uma série de problemas para as famílias. E agora falando já de Ururaí hoje... dessa questão aí...

**E:** *Antes de você falar sobre hoje, eu queria saber um pouco mais daquele momento, o que você poderia contar pra gente da organização comunitária, lá em 2008, quando aconteceu esse evento: a questão dos abrigos, a questão dos bens, a comunicação, a informação, o atendimento público... Como é que você vê a comunidade na época?*

**Jocimar:** Na época, até o próprio município estava passando por uma situação muito crítica. Problemas de transição de governo, pra tá arrumando a prefeitura, e ali as famílias... uma dificuldade muito grande que aconteceu foi que eles tiveram que alugar caminhões [para retirar as famílias e seus bens]. [Na enchente] de 2008, o bairro de Ururaí ficou aí com mais ou menos uns 20, 30 caminhões aqui, aguardando. Houve uma série de dificuldades, mas a realidade é que os moradores em si, eles foram assim... um ajudando o outro, tinha um "trabalho de formiguinha". Muitos moradores aqui têm barcos, pescam, uns usam como *hobby* deles, e aí começou um ajudando o outro, um levando pra casa do outro, tipo assim: "ah, lá em casa não tem água... vamos pra minha casa". Um morador daqui tinha casa em outro local, já pegou aquele morador que ele viu que tava numa situação difícil, já levou pra uma casa dele em outro bairro. Mas, aqui, na verdade, o trabalho mais importante foi comunitário. E essa união falou mais alto aqui dentro da nossa comunidade. O bairro de Ururaí... as pessoas aqui... praticamente aqui em Ururaí, a maioria são famílias, são parentes, porque um é irmão de não-sei-de-quem, que é cunhado de não-sei-de-quem, que por sua vez é sobrinho de não-sei-de-quem, que já é filho de um morador dos anos [19]50, dos anos [19]20 aqui... que já conhece

aquele outro... Então, por mais que não tenha uma ligação, um vínculo sanguíneo, mas tem um vínculo de amizade, de conhecer um ao outro, e acaba criando aquele vínculo familiar, mesmo não sendo parente, mas eles acabam criando esse "vínculo de parentesco"... não é do mesmo sangue, mas é do mesmo bairro. Somos seres humanos aqui da mesma localidade, entendeu? Então, essa união foi muito bacana, trabalhou bem na época. A comunidade de Ururaí, em 2008, ela ficou de parabéns pelo atendimento comunitário, a solidariedade aqui funcionou muito bem, não tivemos nenhuma dificuldade quanto a isso. E a comunidade de Ururaí sempre trabalhou nesse sentido, de um tá aderindo ao outro: precisou resolver, vamos resolver logo todo mundo junto. Até porque, na época da usina, a maioria aqui, mais de 70% trabalhava na usina. Então, a própria usina criou esse vínculo. Teve muitas famílias aqui [pra quem] ela doou o terreno... porque já era trabalhador na usina... a usina foi um ponto muito importante aqui na nossa localidade. [Quando] fechou a usina, praticamente Ururaí ficou muito dependente... Ururaí hoje é um bairro carente demais, carente pelo poder público, carente por não ter mais essa usina que era muito importante na época do bairro. A usina fazia um trabalho muito importante no sentido das crianças poderem ser beneficiadas nos momentos de festividades, finais de ano, dia 1º de maio, reunia-se todo mundo ali. Aqui, cada um torce para um time, mas naquele momento todo mundo se ajuntava pra confraternizar o dia do trabalhador, que era um dia muito marcante dentro do nosso bairro... Deixou de existir esse dia, em virtude até mesmo do fechamento da usina. E hoje a gente... está aí, vê [que] a carência é muito grande, muito carente mesmo, a gente hoje sofre bastante com essa carência do bairro.

**E:** *Jocimar, eu gostaria de te perguntar um pouco mais sobre os abrigos: a população que não conseguia estar nessa rede, dos familiares, e [que] tinha que ir pros abrigos. E você falou que... misturavam muitas culturas diferentes, modos de pensar. O que você consegue trazer de lembrança de algumas situações mais difíceis que aconteceram dentro dos abrigos, com relação a essa convivência, a esse atendimento da Defesa Civil, como é que funcionava isso?*

**Jocimar:** Na verdade, até... por meio da organização. Não houve assim uma organização no sentido dos materiais que eram fornecidos pros moradores que estavam ali naquele momento tão crítico... Porque ali eles precisavam de tudo, né. Precisavam de uma assistente social no local, e não tinha uma assistente social ali presente pra poder prestar esse apoio para os moradores naquele momento tão crítico... A distribuição de materiais

que eram doados, eles não chegavam muitas das vezes para as pessoas que estavam necessitadas ali mesmo. Porque, imagine só: as pessoas, elas têm a casa inundada, muitas perderam aquilo que tinham, ficaram apenas com a roupa do corpo ou com algumas peças; crianças pequenas ou recém-nascidas, aí você tem que ter o alimento para a criança, sem contar que a pessoa ainda tem que sair pra trabalhar. Aí, imagine, uma família de um casal que trabalha, os dois têm que sair daquele abrigo, daquele momento tão crítico, pra ter que ir trabalhar, pra buscar o alimento pros filhos, sem condição pra fazer isso, o psicológico totalmente abalado, todas aquelas dificuldades, as crianças não tinham nada, nenhum lazer, não tinha como. Naquele momento ali, que eles ficaram ali, eles passaram por muitas situações críticas, em virtude até do atendimento do poder público, porque não havia uma organização mesmo. Na verdade, o município de Campos não estava preparado para aquele momento, pra aquele acontecimento; para eles aquilo ali até surpreendeu o próprio município. Mas... os que sofreram os danos foram os moradores, que ficaram ali à mercê de situações... tinham pessoas ali que se aproveitavam da situação e furtavam... As pessoas já tinham perdido tudo, e o mínimo que eles recebiam do poder público ou de pessoas que vinham doar, eles acabavam até perdendo aquilo ali. Sem contar também o armazenamento daquilo ali, como que eles estavam, na forma de cozinhar, tiveram que cozinhar ali... usar até o próprio tijolo pra fazer fogareiro...

**E:** *Não tinha uma cozinheira, uma equipe...?*

**Jocimar:** Não tinha uma equipe de cozinha. Eu acho que isso aí, até o próprio governo deveria ver essa situação e criar um mecanismo pra esses eventos, pra quando houvesse um evento desses ter uma equipe dentro da própria Secretaria de Assistência e Família, pra tá prestando esse atendimento... Hoje tem esse programa das casas, "Morar Feliz" [programa municipal de moradias populares], que é um programa muito bacana, mas falta "máquina", falta mover algo pra dar uma assistência, que, na verdade, a "Assistência e Família" é uma Secretaria que é pra dar assistência às famílias, e muitas das famílias [daqui] estão hoje nesse Morar Feliz, mas eu não vejo a assistência. Porque, veja bem, eu até tinha conversado contigo uma época que, no mar, já existe o peixe lá da água salgada, o habitat dele natural é a água salgada. Se você pega, tira aquele peixe, mesmo que você leve ele pra uma água, mas que essa água seja doce, ou seja, uma água de rio, aquele peixe não vai sobreviver ali. Vai chegar a um certo ponto em que ele vai morrer, ele não vai aguentar mais, ou vai chegar a um estágio

que aquele peixe vai estar agonizando ali. De repente, você pode conseguir até retirar ele individualmente. Mas aí, vamos trazer pra pessoa: por maior dificuldade que a pessoa tenha, no caso de estar morando num local, tipo a "Margem da Linha" [moradias construídas à beira da linha do trem], tem pessoas que viveram ali por mais de 50 anos. Mas aí você levou ela pra uma outra área que não tem nada a ver com o "habitat natural" dela...

Porque, quando essas pessoas se deslocaram para o Morar Feliz, que colocaram elas lá, a gente não vê um trabalho no sentido de cultura. Prioridade: escola, pra que as crianças possam ter acesso à escola ali naquele local. As crianças que estudam têm que ser [acabam sendo] colocadas em um ônibus pra ir pra outra região, pra ir pra outra cultura de pessoas que pensam diferente. Elas têm que [acabam tendo que] ir viver numa área que não tem nada a ver com a área dela. Até porque, na área em que ela foi colocada pra morar... o local que ela pode brincar é na rua. O quintal que ela está ali é um quintal aberto. Nenhuma dessas casas do Morar Feliz foram entregues separadamente para as famílias poderem ali ter o seu lazer, o seu momento de privacidade... Porque a casa foi cedida, sim, eles antes moravam em locais degradados, locais que não tinham saneamento básico, nada de conforto. Mas eles se habituaram: a mãe muita das vezes teve até o filho dentro daquele local ali, mas é [de algum modo, mais] fácil. Porque é como eu falei do peixe: o peixe nasceu dentro da água salgada, se ele é tirado pra água doce, ele vai sentir muita diferença: ele tá na água, mas o oxigênio é outro...

Eu vou colocar assim: principalmente quem morava aqui nessa área da *Vila*. Aí, é colocado numa casa... é casa boa? É, casa boa. Mas não vamos pensar só nisso, não pára só por aí. Porque, ali precisa de quê? De uma assistência, no sentido de uma escola no próprio local, um incentivo pras famílias... porque teve muitos problemas nesse Morar Feliz, e esse problema começou... não foi a pessoa que tá ali que criou o problema. O problema foi instalado ali por falta de lazer, por falta de uma área... uma parte cultural, uma assistência, de estar ali com uma frequência. Eu digo assim... de estar atendendo às famílias: você colocou a família ali, mas... peraí, vamos lá... vamos saber como que está, [vamos] ter uma atenção: precisava de uma atenção pra aquele povo. Porque muitos que foram deslocados para a localidade da Penha [bairro distante cerca de 15 km], eles foram simplesmente jogados lá na Penha, "jogados" porque foi a forma mais certa de se falar. Porque você pega uma família, tira ela debaixo da ponte e joga... por mais que seja num local ali, num loteamento... desse Morar Feliz, mas

você não criou nenhum mecanismo praquelas pessoas ali poderem ter um lazer próprio, poderem ter uma condição de vida melhor. Aí a pessoa tá aqui acostumada com Ururaí, a trabalhar aqui dentro.

Hoje mesmo tem um pedreiro que tá trabalhando comigo aqui, ele morava ali na Ilha... Ele saiu de dentro da Ilha, que inundou, foi mandado pra Penha. Chegou lá na Penha, ele ficou com muitos problemas... Problemas de quê? Pra trabalhar, ele não conhecia ninguém da Penha, como que ele vai chegar lá e vai falar: "eu sou pedreiro"? Ninguém vai dar trabalho pro cara. O cara precisa manter a família dele, porque foi concedida a casa pra ele, mas não foi dada a ele uma condição pra ele trabalhar. [É como] falar assim: "Você vai chegar aqui, mas aqui já vai estar o campo de trabalho seu". Ele teve que voltar pra Ururaí pra trabalhar aqui, que ele conhece as pessoas daqui. Conversamos sobre esse assunto, ele falou comigo: "Poxa, eu fui colocado lá pra Penha, aí lá passamos por problemas", porque tem filhos adolescentes, não conhece ninguém de fora e acaba causando problemas... acarretando [uma] série de problemas lá pra ele. O que é que ele teve que fazer? Ele teve que ver com alguém conhecido que teria disponibilidade, porque já era [tinha família] próximo à Penha, de[esse conhecido] ir lá pra casa da Penha e ele vir pra cá, pra ele poder ter uma vida melhor, poder cuidar melhor da sua família, porque ele não tinha como trabalhar [lá]. Então, ele é nascido e criado dentro da Ilha ali, até porque... é o seguinte, foram retiradas famílias da Ilha? Foi... mas ainda tem muitas famílias ali dentro, e olha que... tirou a pessoa aqui e deixou o vizinho: "Bom... se vai me tirar daqui, porque é área de risco, o meu vizinho também está em área de risco!". E esse processo aí não foi feito de forma correta. Na própria área da Raia, aqui, tirou um vizinho e deixou o outro. Na Raia teve que sair muita gente, que é da área aqui chamada Brejo, eles falam Raia, mas é a área do Brejo, área de perto da rua Mário Barreto.

**E:** *[Eu vi que] tem várias casas que foram refeitas, vários muros que estão refeitos...*

**Jocimar:** Vários muros já foram refeitos, várias casas já foram colocadas ali novamente. Por quê? Falta de organização, falta de acompanhamento do poder público municipal. Não houve esse acompanhamento. (...) Porque, imagine só: se um vizinho não é retirado e aquele outro foi retirado, tem um problema aí, e um problema grave. Não é porque "ah, a casa do vizinho tá boa"... É área de risco! E se é "área de risco", [então] é área de risco! Se o bairro de Ururaí tá em risco, vai vir pro bairro de Ururaí [a ajuda]...

Tudo o que a gente for pedir em benefício quando for sinalizar para o próprio governo federal, vai sinalizar [para] o bairro de Ururaí. Porque, na época do que aconteceu de 2008, foi o bairro de Ururaí que sofreu as enchentes, as inundações, não foi simplesmente um local isolado, uma área isolada, todos de Ururaí passaram por dificuldade. Ainda que não estivessem dentro da água, mas tinha um irmão dentro da água, tinha um tio dentro da água, tinha um amigo dentro da água. E o psicológico abalou a todos nós em Ururaí. Toda a comunidade sofreu danos. Causou dano pra toda a população. Independe de se lado A, lado B ou lado C. Todos passaram pela mesma situação. Casas, principalmente do Brilhante, não houve nenhuma correção, no sentido de avaliar a casa pelos danos causados ali; casas que ficaram com 1,70 m de água dentro dela, imagine só... A casa de alvenaria, o material, ele se decompõe, ele se desgasta. Então, tem familiares que até hoje estão tendo que restaurar suas casas, seus muros, em virtude da água. Só que não houve uma percepção de... "poxa, vamos olhar...". Até porque a situação que aconteceu em Ururaí, com certeza, eles [prefeitura] buscaram mecanismos pra atender Ururaí, mecanismo até financeiro pro bairro poder ser restaurado, conforme foi construído o "Bairro Legal" [programa municipal de urbanização dos bairros]. Fez as calçadas, tá beleza; mas e o atendimento àquelas pessoas que sofreram danos em suas casas?

**E:** *Você citou a urbanização do bairro nesse programa Bairro Legal. Qual a ligação entre o que aconteceu, os problemas que ainda continuam ou podem vir a acontecer, e o modelo que foi usado pra urbanização? Ele tem qualidades, tem defeitos?*

**Jocimar:** Defeitos... O bairro de Ururaí com essa magnitude de Bairro Legal... que eu sou crítico quanto a essa questão de Bairro Legal. Porque pra mim é um bairro que foi asfaltado, colocado as calçadas com acessibilidade para cadeirantes e pedestres. Foi feito as galerias de águas pluviais. [Mas...] conforme eu citei pra você: é a situação do valão Cacumanga. Esse valão faz com que a água venha pra dentro do bairro. Então, todas essas galerias de águas pluviais estão ligadas no bairro, e ligadas ao rio [Ururaí]. E o problema que mais tarde possa vir uma enchente, que a gente não sabe quando vem, isso aí é uma coisa que só Deus sabe o momento que virá. Mas a gente pode ser pego desapercebido, de surpresa. Então, eles criaram um mecanismo até para um local que enche muito, o problema da Raia. A Raia também entrou [neste programa], a parte do Brejo entrou para o projeto Bairro Legal, [mas] que na verdade não poderia nem entrar para o projeto Bairro Legal. Porque... [taí] a minha crítica também: entrou no

projeto do Bairro Legal a parte das ruas da Raia, a rua Edison Gabriel, mas partiu para o lado da [rua] Amaro Barreto, [que] não entrou no Bairro Legal. O que eu entendo com isso: se não entrou para o projeto Bairro Legal é porque aquela área continua sendo área de risco, ela não pode ter casa. Então, com certeza, eu entendo que as pessoas que estão ali têm que ser colocadas em um programa desses aí, do Morar Feliz, correto? Mas eles não fizeram obras de Bairro Legal ali, não foi feito, nenhuma pavimentação, nenhuma urbanização, mas retirou parte das famílias dali. Mas continua como área de risco, por quê? Porque fizeram uma canalização para escoar a água dessa área do Brejo, ali próxima à [rua] Amaro Barreto, essa área ali que inunda com frequência até nas enchentes de proporções menores, [como] a que teve em 2009, 2011, até um pouquinho de 2013. Eles colocaram uma bomba dentro da rede, de uma... chamada "elevatória", fizeram um local para o esgoto – de todos aqueles moradores da Raia, do Brejo – ir pra esse bueiro. E essa bomba está fazendo o transporte para jogar em outra área, que vai pra uma vala, que é manilhada, que passa ao lado da padaria, entra na rua Clarindo Jorge da Silva e vai entrar nas terras do [deputado] José Maurício. Então, entra ali naquelas terras essa vala. Mas é um problema sério, porque esse terreno foi cedido pra imobiliária, hoje está sendo um terreno que vai ser urbanizado, vão ser instaladas casas ali. E essa vala? Eles vão fazer? Porque, a partir da divisão do terreno, já não tem manilha, a água escoa a céu aberto, então, é um problema: essa água vai pra dentro do rio Ururaí. Vai água e vai também uma parte de esgoto da parte do Brejo também, da Raia. Até porque eles pensaram o seguinte: "vamos cobrar taxa de esgoto do meio pro lado direito, e do meio pro lado esquerdo não vamos cobrar". Poxa, teria que regularizar. "Aqui, vamos deixar do jeito que está." Mas o Bairro Legal foi entregue em 2011, já estamos em 2015 e nada foi feito, nada eles ainda pensaram em fazer, não se fala que vão tirar aquelas famílias que estão ali. Outras casas já foram construídas ali e permitidas, eles permitiram que fossem feitas, a fiscalização simplesmente fechou os olhos pra isso... E aí... como que ficará, principalmente essas famílias, como que elas irão ficar, no sentido dessa vala, que entra numa propriedade que era particular, que hoje está sendo urbanizada? Vai construir casas ali, os terrenos já estão praticamente todos vendidos, as máquinas já estão todas trabalhando... E essa vala, a imobiliária vai manilhar pra essa água continuar seguindo para o rio, ainda que irregular? Porque eles teriam que usar outro método pra que essa água escoasse para o valão Cacumanga, não fosse direto ao rio Ururaí, mesmo que o valão Cacumanga faça ligação com o rio Ururaí. Mas aí... há uma incógnita: a vala vai ser manilhada? Eu vi, eu presenciei parte da vala já

coberta de terra; ou seja, está tapada aquela vala. Uma possível cheia que houver, a área ali é muito baixa, as pessoas ali vão ficar em posição complicadíssima, porque essa água não mais irá escoar para o rio, ela vai ficar alojada na área do Brejo. Essa é a preocupação minha, dos moradores, todos daqui do bairro... Pessoas me perguntam o que será daquela vala que foi construída. Eu até comentei com alguns amigos o seguinte: o "jeitinho brasileiro"... não pode ter jeitinho, porque, quando as coisas são feitas no jeitinho, um dia a casa cai, um dia tem problema! Porque a gente vai ajeitando daqui e dali, não rapaz, tem que fazer certo, vamos trabalhar certo, ainda que demore, mas vamos fazer o certo.

**E:** *Você citou o esgoto, o tratamento. A urbanização não veio acompanhada da estação de tratamento de esgoto?*

**Jocimar:** É... a estação de tratamento de esgoto não foi feita aqui no Bairro de Ururaí. Eles falam do esgoto ser bombeado pra Chatuba [bairro de Campos], mas de Ururaí até chegar a Chatuba são 10 km. Então, 10 km de bombeamento de esgoto, com uma localidade crescente [como] está o bairro de Ururaí, já que vai ter a construção da imobiliária ali, que eles dizem que tem vários terrenos que já foram vendidos, muita gente já comprou os terrenos. [Mais] esses programas Morar Feliz, Ururaí I, Tapera II, que a conexão é a mesma para bombear o esgoto pra Chatuba, não tem condição de Ururaí ficar rotineiramente... [com] as bombas dando problema, danificando, em virtude [de que] bomba é máquina, e a máquina ela se acaba...

**E:** *As bombas de que você fala são o sistema atual? Como funciona?*

**Jocimar:** O sistema atual. Ela funciona um tempo e outro tempo não funciona. Nesse tempo que ela não funciona, o esgoto vem pra cima do asfalto. Isso aí é praticamente todos os meses, quando não acontece duas vezes no mês, acontece uma vez no mês. E esse esgoto que fica jorrando com frequência acaba indo pro valão Cacumanga e, por sua vez, para o rio Ururaí. A questão ambiental... aí influencia vários fatores. Por que não construir uma estação? Até porque nos é cobrada uma taxa – até ao meu ver abusiva, essa taxa de esgoto. Ela é cobrada na proporção do gasto da água, ou seja, se eu gasto R$100 da água vou pagar R$200, que é 100 da água e 100 do esgoto... dobra. Mas eu vou tá pagando por um esgoto que, vira e mexe, eu tenho que tá ligando para a Águas do Paraíba [empresa municipal responsável pelo fornecimento de água e tratamento do esgoto] ou pra Emhab [Empresa Municipal de Habitação, Urbanização e Saneamento] e pedindo: "Olha, precisa que o caminhão venha aqui pra esgotar esse local des-

sa elevatória que foi construída, porque está jorrando esgoto para dentro do valão Cacumanga". Rotineiramente eu venho fazendo isto. E nós não podemos continuar. Se eu pago o imposto, eu pago o esgoto que é tratado... teria que ser tratado, porque, pra você pagar uma coisa, tem que tratar, e eles não tratam. Eu pago isso aí, essa taxa, todos os moradores aqui pagam, e isso aí pra eles [empresas] não ficaria tão difícil, porque eles não construiriam uma estação de tratamento de esgoto com o dinheiro deles, construiriam com o nosso dinheiro! Ou seja, nós mesmos podemos construir... nós estamos financiando pra que construa, o financiamento já tá sendo depositado pra eles, basta que tenham força de vontade! Agora, será que eles vão ficar esperando até ocorrer o problema lá na frente, de uma possível enchente, que Ururaí possa sofrer um dano maior, com a situação desse esgoto, que, na verdade, com uma cheia que houver, imagina como vai ficar essas elevatórias, jorrando esgoto pra tudo quanto é lado? E aí? As cheias anteriores, por mais que trouxessem problemas, foram menores no sentido da saúde pública aqui. Então, tá instalado hoje aqui um caos, no sentido do esgoto. Há uma grande preocupação. Porque esse esgoto pode nos trazer uma série de problemas, e o qual já pagamos pra que isso seja evitado. Mas dependemos dessa força de vontade pra que nós possamos ter uma qualidade de vida melhor. Porque, principalmente na área ali, próximo ali da Avenida Canal [Cacumanga], e em áreas até mais próximas aqui também, com esse esgoto jorrando... O cheiro dele, aquela situação ruim, desagradável... Mas, e as crianças que têm pouca noção, que pisam naquilo ali, e você não pode estar acompanhando? Você tem que trabalhar, você não tá junto deles, pra poder tá falando: "Olha, não pise nisso aí, que isso aí vai causar um problema à nossa saúde, vai ser atingida...". Perdemos a saúde em virtude dessa situação... E aí? Como iremos ficar?

**E:** *Você tem alguma informação do sistema de saúde com relação a esse contato com o esgoto, do adoecimento dos moradores do bairro relacionado com isso?*

**Jocimar:** Não escuto falar. A gente vem trabalhando em cima disso aí. Mas a demanda aqui também não atende, se houver um problema. A nossa Unidade Pré-Hospitalar aqui... o atendimento dela já está "encharcado" demais com o número de habitantes que tem o bairro, além de ter que atender a outras localidades. Então, se faz necessário ampliar a Unidade Pré-Hospitalar aqui. Até porque ela faz conexão com uma escola [é vizinha], além disso essa escola está com uma série de rachaduras, eu já fui lá e vi.

**E:** *Qual a causa dessas rachaduras da escola?*

**Jocimar:** A causa dessas rachaduras foi até em virtude da construção do Bairro Legal. Eu posso colocar assim porque não é só a escola que tá passando por um problema desses. Tem casas aí com esse problema, conforme eu falei anteriormente pra você, que eu citei, de que as casas que foram tomadas de água não tiveram uma correção. Poderia, de repente, eu não sei se ficaria muito caro para o poder público, numa fiscalização da Defesa Civil, fazer todo o levantamento das casas, ainda que não fosse um levantamento no local, mas que chamasse cada morador, né, que convidasse, convocasse os moradores pra que quem tivesse com problema nas suas casas fosse lá explicar pra eles poderem tomar uma posição junto com os moradores. Tem muitas casas aí que estão sofrendo rachaduras. Até porque, quando foi construído o Bairro Legal, as manilhas aqui foram umas manilhas muito bacanas, de uma amplitude muito imensa, e se abriu aproximadamente de 2 a 2,5 m nessas ruas. Era um bairro de ruas com paralelepípedo, e era compactado, porque ali já era o normal. As ruas eram de terra, que já era da própria natureza, mas foi retirada essa terra e foi compactado com areia. E a areia a gente sabe que, [quando] ela entrou num local, ela vai ficar sempre "dançando" pra um lado ou pro outro... E com esse movimento de ter aberto esse grande vão na rua, pra colocar essa areia e fazer a compactação, as casas estão sofrendo rachaduras em virtude dessa abertura, como a gente pode presenciar. Depois desse acontecimento, os próprios postes de energia aqui da Ampla [concessionária de distribuição de energia elétrica], eles estão adernando para a rua, apesar de que hoje eles estão fazendo toda a manutenção da rede, vão fazer uma nova rede aqui dentro do bairro de Ururaí, como já foi feito em outros bairros, mas tá fazendo aqui com a troca dos postes. Então esses postes [apresentam] uma série de riscos, risco iminente pra população, de estar ali passando, circulando por ali.

Mas [tem] também esse problema da Unidade Pré-Hospitalar, do lixo, né: o lixo hospitalar localizado ali junto à escola. Na escola, a sala de aula é vizinha à área de repouso de pessoas [no hospital], que estão ali pra se recuperar de uma situação que aconteceu [a eles], atípica, e fica complicado um anexo desse aí. Foi até citado, sobre a prefeita, quando veio lançar a pedra fundamental aqui do Morar Feliz do Ururaí I, [ela] falou: "Olha, vai ser construído um hospital aqui em Ururaí"... Mas e daí? Eu fui informado de que nenhuma documentação, nenhuma licitação, não tem nada disso preparado, até agora só tá verbal. Mas eu vejo que tem que se tomar uma providência quanto à nossa Unidade Pré-Hospitalar.

[Sobre a expansão do bairro com o Ururaí I e um possível Ururaí II] Segundo informações do próprio secretário de Assistência e Família, que estive com ele, me passou que o total de casas pra Ururaí [pelo Morar Feliz] seria de 1.300 casas, mas o que vai ser entregue no momento são 900 casas. E essas outras é lá pra frente, e aí gera uma série de problemas, que vamos aguardar como que vai ficar a situação até do nosso município aí, pra ver se faz essas casas, se constroi elas.

**E:** *Sobre a doação das terras pela usina, naquele período em que ela quis beneficiar os trabalhadores, você tem alguma informação sobre o porquê da doação não ter sido feita para o lado de lá [em continuação às terras mais altas vizinhas à área industrial da usina], mas, sim, para o lado de cá, onde supostamente [o terreno] é mais baixo?*

**Jocimar:** Olha, na verdade, aquelas casas ali... [no lugar onde era] chamado "rua da Farmácia", aquela região do lado da Usina, sentido ao rio [Ururaí], do lado direito, vamos falar assim, ali não eram doações. Ali foi colocado para os moradores que ali trabalhavam na usina. Então, eles [da usina] forneciam casas [para] as pessoas [que] vinham trabalhar na usina... que antigamente era muito assim, né: você vinha trabalhar na usina..."Você tem casa? Você não mora aqui em Ururaí?". Porque a maioria do pessoal morava na Olinda,[6] outros moravam mais distante, então, vinham trabalhar na usina, e a usina cedia a casa. Eu tenho tios – que hoje são falecidos –, que eu cheguei a ficar um tempo na casa deles ali [casas cedidas pela usina]. Então, não era casa doada... a casa é sua enquanto você trabalha na usina. Quando meu tio faleceu, minha tia morava numa dessas casas. Aí, ela teve condição de comprar uma casa, que foi até na Vila (hoje ela mora no Morar Feliz, Tapera II). Então, essas casas na verdade eram tipo troca, né: você trabalha e eu te cedo uma casa pra você morar.

**E:** *Por que não foi escolhido o eixo de urbanização pro lado de lá [terras mais altas], quando a usina definiu que ia favorecer os trabalhadores com doação?*

**Jocimar:** Eu entendo que é o seguinte. É claro que nunca passava na mente da direção da usina que [ela] fosse falir, que fosse fechar a usina. Em virtude disso, é claro que eles não queriam que tivesse moradia junto à usina. Então, quer dizer, [definiram que] as moradias ficassem todas pro lado

6. Localidade na região de Ururaí, onde a usina antigamente também tinha terras e cedia algumas casas para os trabalhadores.

oposto à usina. Até porque aquela área era uma área produtiva, era uma área [em] que as canas eram bonitas, que as canas davam um açúcar de qualidade. Então, poxa, a prioridade deles qual era? A cana. Até porque nós vivíamos da cana-de-açúcar. Aí, se eles pegam e colocam a gente num local [em] que [está] a cana de qualidade, que vai dar um açúcar [de melhor qualidade]... entendeu?

Então, claro que a prioridade [foi a cana]: "Bom, eu coloco eles no local que o açúcar é de qualidade, eu perco a qualidade do açúcar e perco eles também, porque eles não vão ter uma manutenção que é o alimento". A gente se alimentava através do açúcar. O açúcar era o nosso *royalty* aqui em Ururaí. Além disso, a própria usina dava... tinha açúcar para os moradores, não precisava nem comprar açúcar antigamente. Há muitos anos, [você] tinha direito lá a tantos quilos de açúcar... e a gente usava em vários métodos o açúcar, no sentido de alimentação. Até os próprios comerciantes eram beneficiados, porque eles compravam aqui mais barato, compravam direto aqui, não precisava ter o atravessador, já comprava a saca de açúcar. Antigamente se falava em açúcar "a granel", porque eles compravam a saca, colocavam naquele recipiente debaixo do balcão e o morador já vinha e comprava ali mais fácil.

Então, foi por esse motivo, eu creio assim, na minha visão, de ter alocado as pessoas aqui, nessa área aqui, no "Brasília". Porque... na verdade, doado mesmo foi a área que falam "Brilhante", ali foi doado pelo poder público estadual, para ali fazer as casas do BNH. Mas, aqui, os funcionários foram comprando as casas. Porque... até pra ter liberdade, pelo seguinte: pro dia em que eu quiser sair da usina eu ter onde morar. Já pensou? O cara fala: "Poxa, eu quero trabalhar num outro [lugar]... Ter liberdade, o dia em que eu quiser ir pra qualquer outro lugar, eu tenho". O bom é isso, é você ter sua casa própria, não ficar na dependência. E ali muitos moradores dependiam da usina, até por não ter condição de comprar. Vamos ver um lado (e até vamos voltar no programa Morar Feliz): em Ururaí, principalmente, o pessoal que morava na *Ilha*, o pessoal que morava na *Vila*, ali na *Margem da Linha*, [são núcleos formados pelos] antigos [que] saíam das áreas mais distantes e vinham trabalhar em Ururaí. Quando eles chegavam aqui, [depois do trabalho] eles tinham que voltar para o local distante. Aí olhavam aquele corredor ali entre a linha férrea e a BR-101 e pensavam: "Por que vir [até] aqui e não fazer um barraquinho? Porque aqui eu vou tá próximo do meu local de trabalho... fica mais fácil". E foi ali construindo seus barracos, fazendo suas casas e trabalhando na usina. Mas a usina precisava deles também pra trabalhar, e ela também não po-

dia dizer: "Ah, vou impedir"; e o poder público na época também não tinha esse conhecimento que tem hoje, de pegar e fiscalizar, não tinha essa fiscalização. E eles foram construindo aquelas casas ali, construindo os barracos. E aí construo eu hoje, aí depois meu vizinho vem e constrói ao lado, aí eu já tenho um filho que também já está na hora de trabalhar, ele entra na usina pra trabalhar, ele se casou e vai lá e constrói do meu lado... E aí foi, aconteceu isso. E a maioria das pessoas que moram no Brilhante – hoje eu não posso dizer que é a maioria porque muitos venderam suas casas, foram pra outras localidades, foram pra outro estado, mas a maioria do pessoal do Brilhante – eram todos funcionários da usina. Esse pessoal, a maioria morava na *rua da Farmácia*, morava no antigo *Gato Preto*, onde tinha um arruamento lá de várias casas [onde hoje é o Ururaí I]. Então, a usina agia assim dessa forma. Mas aí não era [pra] todo mundo, não era qualquer um, a pessoa tinha [que ter] uma qualificação ali dentro, um nível, né, pra poder adquirir uma casa. Quem trabalhava mais no corte de cana, na lavoura, acabava que tinha que morar na *Vila*. Por isso essa condição, que... no momento em que o povo ali se encontrava mais [no caso dos abrigos], dessas dificuldades, da cultura [peculiar a cada grupo] ali, da forma de convivência, porque é mais parte da lavoura. Pessoas que trabalhavam [como] ajudantes do caminhão, ajudante do trator: ali o cara às vezes era qualificado pra ser um tratorista, mas ele já estava instalado naquela casa, e já tava acostumado, ele ia sair dali pra quê? E a usina chegou a certo ponto também que não tinha como ter mais casas pra ceder para outras pessoas. Teve alguns lugares que o morador mesmo já comprou aquela casa, [a usina] foi e cedeu pra ele [poder comprar].

Então, o dono da casa era a usina. O morador era responsável por cuidar da casa. Às vezes, a usina até mandava o pessoal de manutenção ir lá, passar uma cal nas casas, ajeitar, fazia isso também, essa manutenção nas casas, porque as casas eram deles [da usina], mas mesmo assim ajudavam, entendeu?

Então, me recordo muito bem, porque eu fui criado [por ali] – eu vou falar um pouquinho de mim também. [Faltando um mês pra eu nascer] o meu pai saiu de casa, e minha mãe acabou ficando sem um local, sem uma casa. Então, minha mãe ficava na casa de um tio meu, um tio que na verdade é considerado como avô, porque ele criou minha mãe na época. Esse meu tio era [funcionário] da ferrovia, o falecido Anésio, e ele era [também] comerciante, tinha comércio aqui dentro de Ururaí, um dos comércios maiores que tinha aqui dentro de Ururaí, e morava na rua Silvio Codeço. A casa maior que tinha ali nessa rua era a casa dele, logo

antes de chegar na entrada ali pra descer pro rio Ururaí. Aí meu tio falou pra minha mãe: "Vem aqui pra minha casa, vem morar aqui". Aí eu fui morar lá, a primeira rua que eu soube que eu vim foi a rua Silvio Codeço – é uma rua que eu guardo muito comigo por ter sido a primeira rua [a] que eu tive acesso. Passei ali parte da minha infância. [Em virtude] dela [a tia] não ter uma casa própria, então ela também foi morar na rua da Farmácia. Então isso aí tudo eu recordo, é recordação que eu tenho, [desde os] cinco anos, aproximadamente. Eu digo até pra você que é o seguinte: [desde meus] quatro anos pra cá, eu recordo de muitas coisas, do que acontecia aqui na usina. Essa usina era coisa muito importante para esse bairro de Ururaí. Essa usina foi tudo pro bairro de Ururaí. Então, eu sinto isso na pele, eu sinto isso desde a infância. Então, minha mãe ficava lá na rua da Farmácia, e ficávamos assim, sem ter um local de ficar, sem ter um endereço fixo.

Na verdade... meu pai (...) não tinha também endereço fixo, ele era um nômade. E aí eu fui indo também, vivendo como um nômade, tô aqui, tô ali. Aí depois eu acabei indo pra um sítio da minha vó, que já ficava lá, bem distante, quase já perto de Lagoa Feia também, que passa por "Ponto da Lama", vai pra lá pra dentro, tem umas fazendas lá embaixo. E lá... pra você ver, lá também tinha escola, tinha tudo. E eu fiquei assim. Eu me lembro [de] que com 9 anos eu já tirava vassoura nos pastos, trabalhava tirando vassoura, que ela tomava conta de tudo e o capim não dava pastagem pros gados. Aí eu já trabalhava naquilo dali, vinha naquele hábito... a minha guerra já vem de muito tempo, muita luta, muito sacrifício. Comecei desde novo já. Aí, quando já se aproximou dos 12 anos, eu já comecei a ir pra capital. Fui pro Rio [de Janeiro], trabalhar no Rio. Depois eu já fui pra Cabo Frio e fiquei trabalhando fora, e ficando nesses locais, porque eu não tinha onde morar. Eu já trabalhei em retirada de sal em salinas, com essa idade aí já pouco antes de 13 anos, eu já era responsável pela minha manutenção e ajudar, também, às vezes minha mãe. Com 12 anos eu já era senhor de si. Eu já sabia o que era certo. Eu já *sabia*... não; eu já *tinha* que fazer o que era certo, e não o que era errado. Eu já tinha que ter responsabilidade. Eu fui obrigado a ser responsável. Essa foi a questão, na verdade.

Então, eu.... nessas idas e vindas, e vai lá e vem cá... chegou os 18 anos, que aí você vai já pro Exército se alistar, essa coisa toda. Aí eu já comecei a pegar os meus documentos, pra procurar, é claro, um emprego formal. Porque até aí eu ficava na casa de pessoas que me levavam pra lá... e tal... E graças a Deus eu sempre tive uma boa convivência com as pessoas, aon-

de eu chegava todo mundo queria eu perto deles, insistiam muito. E eu fiz os 18 anos e já fui trabalhar, com carteira, já formalmente.

Aí voltei [pra cá], vim pra trabalhar no posto Flecha, foi o meu primeiro emprego de carteira assinada... comecei a trabalhar ali... Aí, quando eu comecei a trabalhar formalmente, eu não tinha onde morar, tive que procurar um lugar pra mim morar. Ou comprar uma casa. E eu fui morar com uma das minhas irmãs: ela comprou um terreno aqui em Ururaí, aqui onde nós estamos, e na época ela e o esposo dela compraram de meia com um outro amigo, e esse amigo queria vender o terreno. Mas aí minha irmã disse: "Por que não vender pro meu irmão?". Então, eu comprei o terreno, mas aí eu já estava morando com minha irmã, e estava ainda trabalhando na região dos Lagos. Então, eu ficava nestas idas e vindas. Peguei todo [esse contexto do bairro]... do meu nascimento aqui... em Ururaí, e essa questão toda de infância até meus 11 anos, 12 anos; o trabalho da usina que nos gratificava muito... Imagina só, uma criança sendo criada sem pai, quando você ganha um presente, simples que seja, que a empresa fazia, era coisa bacana demais. Então, comprei esse terreno, me casei, comecei a construir aqui e [continuo] morando aqui, né.

Comprei aqui em 1990. Aí, depois de 90, durou uns 4 anos, eu me casei, e eu já tinha um local pra poder adquirir família. Então, minha vida, na verdade, foi muito assim, de ponto a ponto, por questão de eu ter sido criado assim, como nômade. Então, hoje, tudo o que as pessoas falarem pra mim [sobre dificuldades]... não adianta elas falarem pra mim, eu posso [também] falar pra elas, até no sentido das coisas erradas, pois eu convivi em lugares que era propício a tudo. Mas eu sempre tive meu raciocínio, sempre tive minha ideologia, sempre busquei fazer o que era certo, ainda que não fosse perfeito, que o ser humano, ainda mais eu, digo, eu sou imperfeito, mas eu buscava fazer tudo com perfeição, buscava, poderia não conseguir, mas tentei e tenho tentado até hoje e graças a Deus. E eu agradeço muito a Deus pela oportunidade que me deu de ter convivido em áreas de alto risco e eu aqui hoje ter uma filha com 20 anos já cursando a faculdade, ter um filho já com 17 anos já...

E eu sempre passo pra eles isso, o que eu mais cobro deles é que eles estudem. O que eu posso passar de base pra eles, que eu não tive, que é a base estrutural. Mesmo sem base estrutural, graças a Deus, Ele me proporcionou isso. E é isso que eu venho fazendo pra dentro da comunidade do meu bairro, em que eu moro. Esse é o legado, essa é uma missão que eu vejo que é de Deus pra mim fazer. Eu vim resgatar tudo aquilo que eu

desde a nascença [eu vivi]. Passar por todas as ruas desse bairro, eu, colocando paralelepípedo em cada rua desse bairro, conforme eu coloquei na época [em que] esse bairro foi calçado... Todo o calçamento desse bairro... eu trabalhei em tudo isso aqui. Eu calcei cada rua desse bairro, então, eu sei o que é estar no meio de uma rua dessa aqui, embaixo de um sol de 30 graus, 35 graus, e você ali no meio da rua, tendo que cumprir com a sua hora de trabalho, com suas obrigações, ter que retirar pedras de cima de caminhão, ter que lançar pedras em cima de caminhão. Então, esse é o valor que eu me vejo, ainda que eu não agrade muitas pessoas, mas primeiramente eu busco agradar a Deus, que eu sei que, agradando a Deus, eu vou tá agradando a todo mundo; e se as pessoas não se sentirem agradadas, [ao menos] eu  to fazendo a minha parte, e eu vejo como uma missão de Deus. Porque eu tenho uma vontade imensa... Você não sabe como arde no meu coração de ver o meu bairro evoluído, o meu bairro ter uma indústria pra poder proporcionar uma vida melhor pra aqui, [para os] os familiares. É um paradigma que eu venho tentando quebrar dia a dia. Mas hoje... em virtude da situação que vivemos no nosso meio social, hoje tem pessoas que falam assim: "Olha, eu só quero pensar em mim, só quero pensar no meu umbigo". Mas pare e pense: quando eu penso só em mim... eu moro num bairro que precisa de ter segurança de qualidade, eu moro num bairro que precisa de ter uma educação de qualidade, uma saúde de qualidade, saneamento básico pra me dar conforto, com uma estação que trate o meu esgoto de forma correta... E de que adianta eu pensar só em mim? De que adianta eu ter milhões, ter uma casa, uma mansão, e eu ter que sair na rua e passar na rua com esgoto a céu aberto? Meus filhos ter que passar por aquela situação, eu depender de um médico e não poder ser atendido, eu depender de uma educação de qualidade pra que meus filhos estudem bem e tenham uma qualidade de vida na formação deles e eu não ter aquilo? Então [o que] eu busco é isso, ainda que as pessoas só pensem é nelas. Mas uma coisa eu digo pra você: não adianta a pessoa achar que ela pensando só nela [mesma] – sendo egoísta – que ela vai a algum lugar, ela vai parar antes do tempo, que ela não vai aguentar... por quê? Ela vai morrer um dia e, quando ela morrer, ela necessita de quatro braços, pra levar ela até o local que ali ela precisa ser jogada, aquele corpo dela. Aí, de que adianta esse egoísmo? Então, eu às vezes saio na madrugada, se tiver que resolver alguma questão do bairro, se tiver que resolver alguma coisa, eu vou para o Legislativo, pra Câmara, eu exijo dos vereadores, solicito deles pra que eles façam um trabalho de forma que atenda ao bairro, de forma correta, eu chego no Executivo, eu falo com o Executivo. Então, eu sempre estou fazendo... batendo na mesma tecla.

Parece loucura, como às vezes eu vejo que muitas pessoas até comentam: "Cara, você é louco de fazer isso". Ninguém quer fazer isso... Mas eu quero fazer. Eu tenho vontade de fazer.

Porque o que eu passei... ainda que outros tenham passado [por coisa] pior do que eu passei... mas eu me remeto a isso aqui hoje: em proporcionar às pessoas uma qualidade da qual anteriormente eu não tive. Seria muito fácil... eu ter tudo, mas... e aí? Eu tenho tudo, mas muitas das vezes eu não tenho nada. De que adianta você ter tudo aos seus pés e, quando você mais necessita aquilo dali... não funciona. Então, você tem que lutar enquanto pode. Eu acho que a luta... o meu foco é isso: eu costumo dizer que eu acredito que Ururaí pode ser melhor. Eu acredito nessa condição. Eu vou indo, [cuidando] pra que eu [não] me canse, pra que eu [não] desista, pra que eu [não] pare... eu vou indo devagar. Vou batendo ali, batendo na porta de um secretário, batendo na porta do Executivo, batendo na porta do Legislativo. Para mostrar pra eles que podemos fazer uma política diferente. Temos condição de reformar essa política nossa aí. Mas só reformamos se a gente pensar aqui na nossa mente e colocar o nosso coração em ação, pra funcionar dessa forma. Porque, enquanto as pessoas ficam aqui pensando somente nelas, elas vão fazer com que os próprios políticos pensem [só] neles [mesmos]. Porque a pessoa que está aqui hoje pode ser um político amanhã. E isso é gradativo, isso é o normal da coisa. Mas se ela for trabalhar mal aqui, for mal-intencionada aqui, e ela não tiver um tratamento legal aqui, como que ela vai poder tratar bem as pessoas? Não tem como tratar... Então, tudo o que eu vivenciei, tudo o que eu trago de experiência hoje é isso aí: tentar mostrar pra essa política que vivemos aqui hoje, tentar mostrar para o poder público que a gente pode avançar, que a gente pode fazer diferente, sem pensar somente em si. Sem trazer [só] pra si o benefício próprio, trazer o benefício pro bem comum. Porque, quando tudo vai bem, quando a saúde vai bem, quando a segurança pública vai bem, eu também estou indo bem. Então, eu tenho que buscar isso. Não adianta eu buscar somente pra mim, mas se nada ao meu redor está bem, eu tô mal! Se eu não cuido do meio ambiente, se eu não cuido da água, eu não tô cuidando de mim. Eu tenho que cuidar disso tudo. E se a pessoa fala assim: "Ah, quem tem que cuidar é o poder público, quem tem que cuidar é só os governantes"... Não! Cada um de nós tem que fazer a nossa parte, cada um de nós tem que cuidar da nossa rua, cuidar de nosso lixo, jogar o nosso lixo de forma a segregar ele, né, pra reciclagem, fazer um processo desse aí. Mas claro que precisa de que [alguém] sinalize, [que] o poder púbico sinalize isso dentro de cada município, dentro de cada região, pra fomentar isso, essa vontade nas pessoas. Não adianta... muitas

vezes as pessoas podem querer. Mas como, se não tem o mecanismo? O mecanismo tem que ser lançado. Tem que lançar a flecha na direção do povo, pra que o povo pegue aquilo dali e comece a... cada um... de grão em grão... resolver o problema, principalmente do nosso bairro, ou do nosso município, quem sabe, trabalhar dessa forma aí. Porque... a economia ela começa daí, quando eu faço a minha parte... Mas pra isso precisamos de que o poder maior tome a ação.

**E:** *Obrigado Jocimar. (...) Assim consigo entender melhor tanto a sua [vivência de] identidade quanto a sua orientação política, que tem tudo a ver com a transformação do espaço em que vocês, seus conhecidos e as outras pessoas vivem, o sentido da ação política no coletivo como forma de cuidar da própria vida, fazer a gestão do espaço, do ambiente.*



# Escassez da água? O ônus da não preservação das águas do "Velho Chico"

Letícia Aparecida Rocha
Neusa Francisca Nascimento

A intensificação das consequências da crise por água tem levado ao questionamento da aparente e confortável situação brasileira de país rico no insumo provido na gratuidade para a população e a economia. O país possui 12% a 16% da água doce disponível na Terra. Na visualização de uma distribuição lógica, cada habitante poderia contar com mais de 43 mil $m^3$ por ano dos mananciais, mas apenas 0,7% desse volume termina utilizado (LEITE et al., 2014). São diversos os conflitos em torno do uso múltiplo das águas, que vão de problemas de distribuição a interesses econômicos, sociais, políticos e culturais. Situação esta que ganha maiores proporções diante das mudanças climáticas.

A Comissão Pastoral da Terra (2014, p. 11), por meio do Centro de Documentação Dom Tomás Balduíno, desde 2002 tem documentado os conflitos por água. Para a entidade, os conflitos pela água são ações de resistência, em geral coletivas, para garantir o uso e a preservação das águas, e a luta contra a construção de barragens e açudes, contra a apropriação particular dos recursos hídricos e contra a cobrança do uso da água no campo, quando envolve ribeirinhos atingidos por barragens, pescadores, entre outros.

Ao compararmos os conflitos por água, segundo dados do referido Centro de Documentação, publicados anualmente, percebe-se a intensificação dos mesmos nos últimos três anos: se comparado a 2011, o ano de 2012 apresentou um aumento de 16%; de 2012 para 2013 houve um aumento de 17%; e, em 2014, o número de disputas, em relação a 2013, teve 36% de aumento.[1]

Pacheco (2014, p. 98) afirma que os conflitos em torno da água se dão em virtude da ameaça de escassez desse líquido como bem comum. Tal escassez decorre do aprisionamento da água para uso privado, por conta de sua mercantilização. Compreensões e relações diferenciadas marcadas pela lógica do capital, viabilizada pelo Estado, e pela lógica cosmológica dos povos e comunidades tradicionais marcam os conflitos ambientais.

1. Segundo dados do Centro de Documentação Dom Tomás Balduíno da CPT, os números de conflitos por água nos anos de 2011 a 2014, respectivamente, foram: 68, 79, 93 e 128 (PASTORAL DA TERRA, 2014).

O presente texto aponta alguns dos riscos de desastres relacionados com a água, partindo do cenário descrito, que coloca em situação de vulnerabilidade as comunidades pesqueiras no alto e médio São Francisco mineiro.

## Organização e compreensões dos homens e mulheres das águas

O presente artigo aponta alguns dos riscos de desastres relacionados à água, partindo do cenário descrito, que coloca em situação de vulnerabilidade as comunidades pesqueiras no alto e médio São Francisco mineiro, tratando, especificamente, aqui, dos municípios: São Francisco, Barra do Guaicuí (Distrito de Várzea da Palma), Ponto Chique, Ibiaí, Pedras de Maria da Cruz e Januária. Os mesmos estão inseridos na área mineira do polígono da seca ou Região Mineira do Nordeste – RMNE, banhados pelo rio São Francisco (Ver Figura 1). Fazem parte dos 503 municípios de cinco estados brasileiros – Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe (9,5% da população do país) – que dependem direta ou indiretamente do rio São Francisco para sobrevivência, transporte hidroviário, turismo e lazer (ZELLHUBER; SIQUEIRA, 2007).

As comunidades pesqueiras estão em processo de organização como Movimento dos Pescadores Artesanais do Brasil (MPP) e contam com a assessoria do Conselho Pastoral dos Pescadores de Minas Gerais (CPP)[2] em suas lutas e resistência no território e preservação da natureza, na qual está imbuído seu modo tradicional de vida (Figura 2).

Para análise das situações de conflitos relacionadas com a água às quais as comunidades pesqueiras estão expostas, faz-se necessário pontuar, preliminarmente, a compreensão sobre dois conceitos a partir das experiências do MPP: identidade e território. O conceito essencialista de identidade não se sustenta, tampouco contribui para a compreensão de questões como territorialidades, múltiplas identidades e demarcações territoriais. Tais questões têm peso fundamental para os processos de autoafirmação e defesa dos territórios das comunidades tradicionais ribeirinhas.

2. O Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP) é uma pastoral social ligada à CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil). Foi fundada em 1968, nas praias de Olinda (PE). Outras informações em: http://www.cppnac.org.br.

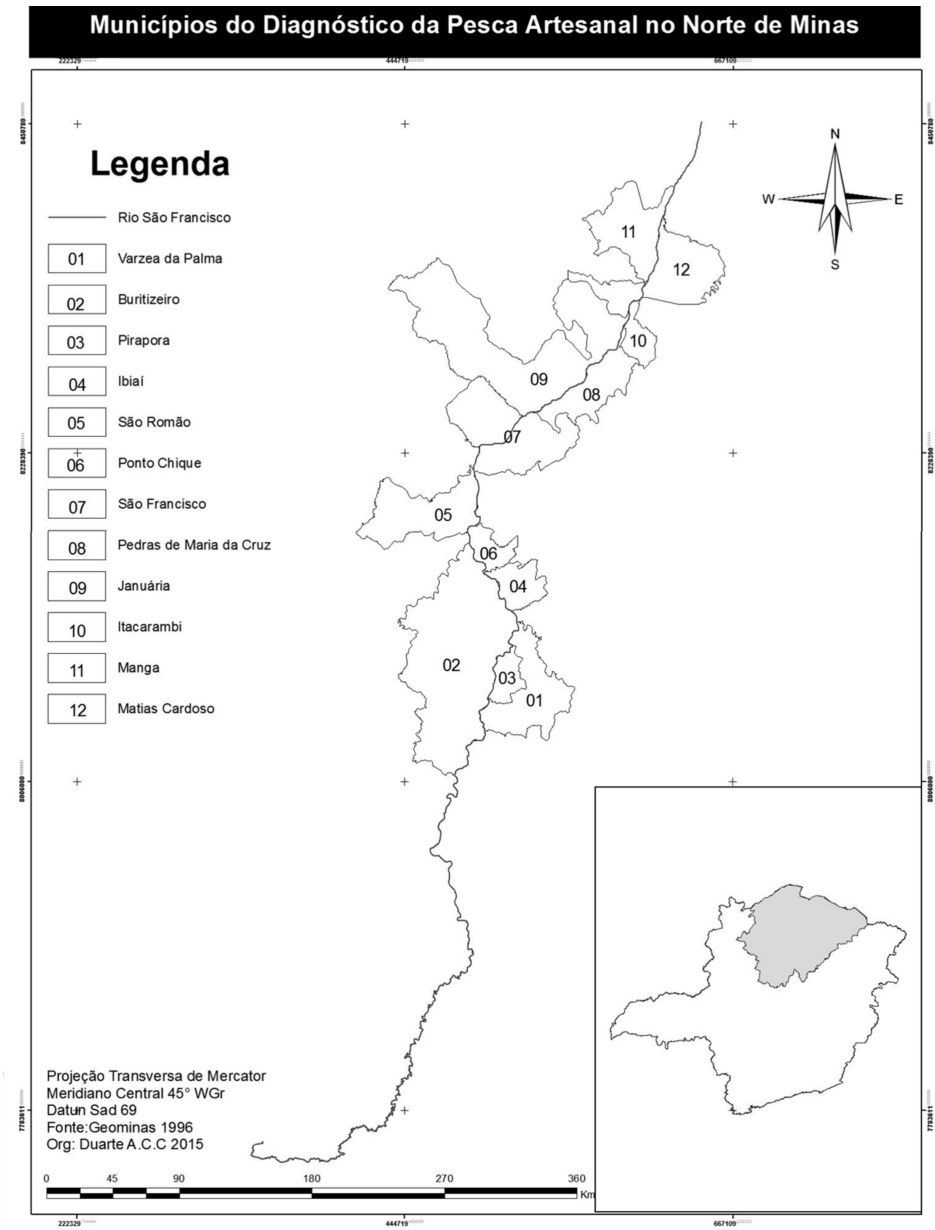



**Figura 1** Municípios do Diagnóstico da Pesca Artesanal no Norte de Minas.

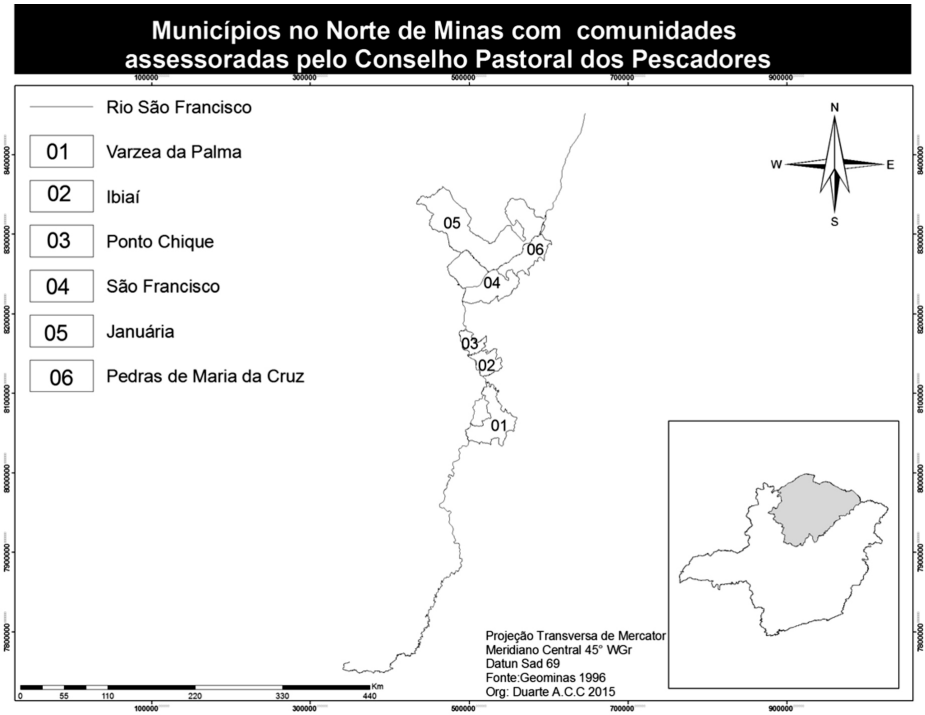



**Figura 2** Municípios no norte de Minas com comunidades assessoradas pelo CPP.

Hall (2013) sugere que, em vez de falar do termo identidade como algo acabado, dever-se-ia falar de identificação e vê-la como uma dinâmica processual. O autorreconhecimento é um processo de construção ou reconstrução da identidade (DIEGUES; ARRUDA, 2001). Assim, as relações das famílias com os diversos espaços que compõem a paisagem são-franciscana – vazantes, rio, ilhas e terras altas – imprimem várias possibilidades de autoidentificação. Para Oliveira (2011, p. 57), os pescadores e vazanteiros do São Francisco se constituem enquanto coletividades com um modo de vida peculiar, caracterizado pela relação de simbiose com o rio e seus ciclos de seca, enchente, cheia e vazante.

Nos mesmos grupos com identidades pesqueiras e vazanteiras, há notória identidade de quilombo ou remanescente de quilombo. Na Constituição Federal, esses termos são usados para conferir direitos territoriais. Eles não evocam apenas uma "identidade histórica que pode ser assumida e acionada na forma da lei, mas uma forma atual de existência capaz de realizar-se a partir de outros sistemas de relações que marcam seu lu-

gar num universo social determinado" (O'DWYER, 2002, p. 13), no caso, as margens do rio São Francisco.

De modo geral, a pesca artesanal se apresenta como um recurso importante para garantir a sobrevivência das famílias pesqueiras, chegando a constituir a atividade principal das mesmas (OLIVEIRA, 2005). O plantio nas vazantes complementa a renda dos pescadores que têm seu modo vida baseado na pesca para consumo da família e comercialização, ainda que exerçam outras atividades econômicas, como a agricultura em pequena escala (DIEGUES; ARRUDA, 2001).

Para as comunidades pesqueiras do rio São Francisco, inseridas no Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Brasil, a definição de território vai além do espaço das águas. Compreende também a terra, as margens, as vazantes dos rios, pois seu modo de vida se caracteriza pelo consórcio entre pesca para consumo familiar, comercialização e agricultura em pequena escala, assim como acessar as matérias-primas necessárias à confecção dos apetrechos da pesca (MPP, 2013).

Terra e água são elementos indivisos do território, do "lugar", que garantem a reprodução física e cultural das comunidades pesqueiras. A simbiose com o espaço insere essas comunidades na manutenção de ecossistemas. Fica evidente que os riscos que recaem sobre esses recaem, simultaneamente, sobre as comunidades.

No cenário brasileiro, a terra e a água – elementos indivisos, os quais compõem o espaço do território pesqueiro – estão em disputa. Sujeitos diferentes, marcados por racionalidades e projetos distintos a disputar os territórios pesqueiros, protagonizam a situação de conflito ambiental[3] e de injustiça ambiental.[4] Esse cenário impulsiona as comunidades pesqueiras, organizadas enquanto movimento, em campanha nacional pela Regularização do Território das Comunidades Tradicionais Pesqueiras.[5]

3. Compreende-se aqui como conflitos ambientais aqueles que envolvem grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, em que um dos grupos é ameaçado por impactos indesejáveis do modo de apropriação do outro (ACSELRAD, 2004).

4. A injustiça ambiental é o processo pelo qual a implementação de políticas ambientais, ou a omissão de tais políticas ante a ação seletiva das força de mercado, cria impactos socialmente desproporcionais, intencionais ou não intencionais, concentrando os riscos ambientais sobre os mais pobres e os benefícios para os mais ricos (ACSELRAD, 2011).

5. A campanha pelo Território Pesqueiro foi lançada em Brasília (DF), em junho de 2012. Entre outros objetivos visa coletar a assinatura de 1% do eleitorado para um projeto de lei de iniciativa popular que propõe a regularização do Território das Comunidades Tradicionais Pesqueiras (MPP). Disponível em: <http://www.campanhaterritorio.blogspot.com.br/>, Acesso em: 24 fev. 2015.

## Escassez da água e conflitos ambientais nas barrancas do "Velho Chico"

O panorama de desastre, acima e adiante citado, diante do uso múltiplo e viés puramente economicista da apropriação das águas do rio São Francisco, é visualizado em suas barrancas por pesquisadores que preveem "a extinção inexorável do rio São Francisco" (FILHO, 2012), perante a "extinção do cerrado que envolve também a extinção dos grandes mananciais de água do Brasil, porque as grandes bacias hidrográficas brotam do Cerrado, como o rio São Francisco" (BARBOSA, 2015). Também é visualizado por sujeitos que têm suas vidas imbricadas na dinâmica do rio: homens e mulheres das águas que vivenciam, em situação de injustiça ambiental, o ônus da não preservação das águas.

Para o CPP, de modo geral, o território pesqueiro encontra-se em situação de conflito ambiental entre os "grandes interesses econômicos/turísticos" e os pescadores tradicionais. Em 2010, realizou-se o diagnóstico da pesca artesanal no alto e médio São Francisco[6] por meio da coleta de dados junto às comunidades por um ano. O relatório desse diagnóstico aponta que, no que tange aos problemas ambientais do rio, os pecadores manifestam preocupação e percebem a relação que isso tem com a pesca. Segundo relatório, 94% dos entrevistados afirmam visualizar tais problemas em seu entorno e 89,7% acham que esses problemas influenciam seu modo de vida, que está imbricado na vitalidade do rio (Figura 3).

**Nº. 22 - Identificam problemas ambientais**

| | *Freqüência* | *% válido* |
|---|---|---|
| Sim | 348 | 94,8 |
| Não | 19 | 5,2 |
| **Total** | **367** | **100,0** |
| Sistema | 1 | |
| Total | 368 | |

**Nº. 23 - Influenciam no seu trabalho**

| | *Freqüência* | *% válido* |
|---|---|---|
| Sim | 330 | 89,7 |
| Não | 18 | 4,9 |
| Não respondeu | 20 | 5,4 |
| **Total** | **368** | **100,0** |

**Figura 3** Tabelas 22 e 23 do Diagnóstico da Pesca Artesanal.

6. O propósito da pesquisa sobre a pesca artesanal surge no contexto da Articulação Popular São Francisco Vivo (APSFV), apoiada por um projeto coordenado pela Comissão Pastoral da Terra e pelo Conselho Pastoral dos Pescadores desde 2004. Teve por objetivo geral realizar um diagnóstico sobre a realidade dos pescadores e pescadoras em doze municípios. Sua execução teve duração de um ano, com início em 2009 e conclusão em 2010, em um seminário de socialização dos resultados. Um dos resultados do seminário foi a criação do Movimento dos Pescadores Artesanais em Minas Gerais. O relatório do diagnóstico está disponível em: < http://www.cppnac.org.br/materiais-sobre-a-pesca-artesanal>.

Das 973 nomeações utilizadas pelos entrevistados para descreverem os problemas identificados, causas e consequências se relacionam: 3,4% apontam a poluição do rio; 20,3%, cianobactéria/esgoto urbano/água fétida; e 11,2%, esgoto industrial (Figura 4).

Os problemas são identificados pelo povo do rio, conforme o grau de implicação dos mesmos em seu modo de vida. A soma dos dados vinculados à escassez de peixe (dificuldade de sobreviver da pesca, escassez de peixe, falta de recursos para pescar) é de 32,5%. Revers e Malvezzi (2011) afirmam que a leitura estatística dos dados do diagnóstico, sob o ângulo ambiental, é também a tentativa de apreender parte da consciência que os pescadores possuem sobre os problemas que os afligem. Em um estudo etnoecológico sobre as mudanças socioambientais na pesca artesanal no alto-médio São Francisco em Minas Gerais, Thé (2012, p. 38) aponta que os pescadores compreendem as principais causas da redução do estoque de peixe.[7]

**Nº. 24 - Problemas ambientais que identificam**

| *Quais problemas ambientais identificam* | *Respostas* Nº | Porcentagem | *Porcentagem de casos* |
|---|---|---|---|
| Desconhece | 8 | 0,8% | 2,3% |
| Cianobactéria, esgoto urbano, água fedida. | 198 | 20,3% | 56,1% |
| Lixo e galhos no rio | 147 | 15,1% | 41,6% |
| Agrotóxico, venenos | 29 | 3,0% | 8,2% |
| Poluição do rio | 33 | 3,4% | 9,3% |
| Animais mortos | 32 | 3,3% | 9,1% |
| Esgoto industrial | 109 | 11,2% | 30,9% |
| Assoreamento | 37 | 3,8% | 10,5% |
| Queda de barreira, erosão | 41 | 4,2% | 11,6% |
| Degradação ambiental, queimada | 20 | 2,1% | 5,7% |
| Poucas chuvas | 5 | 0,5% | 1,4% |
| Desmatamento, inclusive na beira do rio. | 96 | 9,9% | 27,2% |
| Diminuição das águas | 31 | 3,2% | 8,8% |
| Pragas | 4 | 0,4% | 1,1% |
| Represamento, lodo e desvio do rio | 28 | 2,9% | 7,9% |
| Morte e escassez do peixe | 124 | 12,7% | 35,1% |
| Pesca predatória | 8 | 0,8% | 2,3% |
| Outros problemas | 23 | 2,4% | 6,5% |
| **Total** | **973** | **100,0%** | **275,6%** |

**Figura 4** Tabela 24 do Diagnóstico da Pesca Artesanal.

7. Em seus depoimentos, os pescadores apontam como causa da diminuição do estoque pesqueiro: contaminação das águas por cianobactérias provenientes do esgoto urbano, principalmente o esgoto que chega ao rio São Francisco pelo subafluente rio das Velhas; e a mortandade de aproximadamente cem toneladas de diversas espécies, em 2005, causada pela atividade minerária da Companhia Mineira de Metais, indústria localizada na beira do rio São Francisco, no município de Três Marias (THÉ, 2012).

A partir do seminário de socialização do diagnóstico, diante dos dados de diversos conflitos apresentados, algumas denúncias foram formuladas e protocoladas junto aos órgãos competentes. Entre estas se encontra uma representação entregue à Procuradoria Geral da República da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão (CCR) do Ministério Público Federal,[8] por ocasião do lançamento da Campanha Nacional pela Regularização do Território das Comunidades Tradicionais Pesqueiras, em junho de 2012.

> [...] Nós, pescadores/as artesanais e vazanteiros/as, no Norte de Minas Gerais, que sobrevivemos da agricultura de subsistência, nascidos e/ou criados na ribeira do rio São Francisco, onde temos nossas raízes culturais e familiares, expressamos que, nos últimos tempos, o rio do qual vivemos e com o qual convivemos passa por uma série de danos, a saber: poluição advinda de empresas, esgotos urbanos diversos, represamento das águas em barragens, desmatamento causando assoreamento, dentre outros. Os prejuízos causados a nós, pescadores/as artesanais e vazanteiros/as, são preocupantes: sofremos com a mortandade/escassez dos peixes, a diminuição do volume das águas e a falta das enchentes – que são fundamentais para a reprodução dos peixes e plantio nas terras de vazantes. A isto se soma uma série de problemas causados pela pesca amadora e pelas fazendas na região.
>
> Denunciamos que fazendeiros estão dificultando e, em alguns casos, proibindo-nos o acesso ao rio. Moradores e proprietários das fazendas cercam áreas próximas ao rio, anexando-as às suas respectivas fazendas, como sua propriedade exclusiva. Em algumas margens, proíbem a nós, pescadores/as, até mesmo de amarrar nosso barco, sequer nos permitem armar uma barraca para pernoite durante a atividade pesqueira. Houve caso em que barracas foram destruídas por gente das fazendas. Em outras situações, gados foram colocados dentro das roças, acabando com as plantações [...]
>
> Denunciamos, ainda, que os pescadores **amadores** estão prejudicando nossas atividades pesqueiras artesanais. Com suas embarcações de maior porte, circulam em alta velocidade, pescam embriagados, colocando em risco a vida de quem está no rio pela força da maré, que atinge os pequenos barcos e contribui muito para o desbarrancamento das margens, aumentando os riscos de acidentes; destroem os instrumentos da pesca artesanal, estão cortando as redes de pesca artesanal dentro do rio e poluindo com muito lixo as águas e as margens. Estão usando um tipo de isca de preparo próprio, que consiste na mistura do sangue de boi

8. A Procuradoria Geral da República da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão (CCR) do Ministério Público Federal trata de assuntos relativos aos povos indígenas e outras minorias étnicas.

com milho e coisas desconhecidas, lançando-a como ração, em grande quantidade, no fundo do rio, onde armam suas redes, o que pode estar contaminando o rio e prejudicando o processo natural de alimentação dos peixes [...]

Denunciamos, também, a falta de fiscalização presente, eficiente e justa no rio São Francisco e afluentes. Denunciamos o abuso dos fiscais do IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) e da polícia ambiental, que são rigorosos e abusivos no trato com os vazanteiros e pescadores artesanais, mas são permissivos com relação à pesca esportiva, que causa sérios prejuízos ambientais ao rio e às suas margens.

Denunciamos a empresa Votorantim Metais, que opera nas barrancas do rio São Francisco, no município de **Três Marias**. Por 40 anos, despejou seus dejetos diretamente no rio São Francisco. Em 2007, causou a mortandade de toneladas de peixes. Nós, pescadores/as da região, até hoje, presenciamos os peixes descendo mortos rio abaixo. Exigimos que sejam tomadas as providências cabíveis e que haja aceleramento no processo de indenização da empresa aos pescadores pela mortandade dos peixes no rio S. Francisco.

Concluímos afirmando que nossas famílias de pescadores/as artesanais e vazanteiros estão vivendo em situação de séria ameaça à nossa segurança alimentar e de perda de nossos valores culturais. Atingidos por toda essa situação, conscientes dos nossos direitos, indignados com tal desmando, solicitamos à Vossa Excelência que verifique a situação e tome as devidas providências. Ressaltamos: a segurança alimentar e nutricional de nossas famílias está ameaçada, acentuando uma situação de maior vulnerabilidade social.

Reconhecendo o direito de suprir nossas necessidades básicas como seres humanos e como povo ribeirinho, exigimos a liberdade de transitar e trabalhar nas águas do rio e às suas margens. Este direito é condição necessária e indispensável para que continuemos convivendo com o rio São Francisco e seus afluentes de forma sustentável, buscando formas alternativas de revitalização popular em prol de nossa gente, nossas águas e de nosso território!

Isto posto, requeremos a adoção das providências cabíveis a fim de apurar os fatos acima descritos e responsabilizar seus autores, e, desta forma, impedir a continuidade de conduta lesiva ao meio ambiente e à nossa categoria (pescadores e pescadoras artesanais/vazanteiros/as). Brasília, 05 de junho de 2012. MPP – Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais – Minas Gerais.[9]

9. MPP, 2012. Arquivo: Conselho Pastoral dos Pescadores – MG.

O conteúdo da denúncia acima encontra respaldo em afirmações de pesquisadores diversos. Para Valencio (2010, p. 203), o rio São Francisco está no centro de disputas territoriais, estando seus povos em constante ameaça, dentre estes, os pescadores artesanais, os quais "não podem ser explicados sem o rio, onde seguem encadeando as características ecossistêmicas próprias do lugar – ritmos das águas, comportamento das espécies – com o seu fazer social".

Desde 2013, o volume do rio São Francisco está abaixo da média histórica, os conflitos por uso da água ascenderam até o presente ano de 2015 e tendem a se intensificar. O município de Pirapora pretende entrar com pedido para interromper a produção de energia da Usina Hidrelétrica de Três Marias a fim de garantir o fornecimento de água ao município no segundo semestre (ROCHA; RIBEIRO, 2015).

Movimentos sociais da Articulação Popular em Defesa do Rio São Francisco (APSFV),[10] entre estes o MPP, denunciam os agentes governamentais e privados por omissões e ações que, mediante a degradante situação do rio e seus múltiplos usos nas regiões da bacia são-franciscana, violam os direitos das comunidades ribeirinhas, colocando as mesmas em situação de vulnerabilidade. Na região do alto e médio São Francisco mineiro destacam: o baixo nível (7%) da barragem de Três Marias – sob iminente risco de interromper a vazão a jusante (moradores próximos da barragem apontam que houve erro nas operações da CEMIG, agravando ainda mais a situação); os usos da água em empreendimentos do agronegócio e minerários colocam em risco a disponibilidade e a qualidade da água restante para os demais usos – como exemplo apontam o projeto Hidroagrícola no rio Jequitaí, sub-bacia do SF, que prevê uma barragem de aproximadamente 9.000 hectares de área inundada e um perímetro irrigado de 35.000 hectares; o Projeto Jaíba continua irrigando grandes áreas de cana-de-açúcar para produção de etanol, dentre outros produtos; a baixa vazão e a poluição no rio das Velhas, que recebe todo o esgoto de toda a Região Metropolitana de Belo Horizonte (novamente estão a causar o fenômeno das "cianobactérias", algas azuis, que torna imprópria a água para quase todos os usos); e o risco de desabastecimento hídrico e caos social de populações urbanas, como as de Pirapora e de Jaíba. Mediante tal conjuntura descrita, propõem às instituições dos governos federal e estaduais da bacia e ao comitê da bacia a declaração de "moratória para o rio São

10. A APSFV é uma articulação de organizações sociais presentes na bacia do rio São Francisco que, juntas, mobilizam ações de revitalização popular do rio e da vida do povo – apoiado por projeto coordenado pela CPT e CPP. Maiores informações: www.saofranciscovivo.com.br.

Francisco: suspensão de novos licenciamentos e outorgas de água para grandes e médios projetos e revisão dos já concedidos na bacia do rio São Francisco" (APSFV, 2014).[11]

Zellhuber e Siqueira (2007, p. 8) afirmam que os principais usos econômicos do São Francisco remetem à permanência de um modelo de exploração econômica que, se não for substancialmente modificado, invalida as iniciativas de programas de revitalização, que na maioria das vezes funcionam como "moeda de troca", como o caso do Projeto de Transposição das Águas do Rio São Francisco.

Presencia-se, na gestão das águas do Velho Chico, "a adequação da natureza ao crescimento econômico" (ZHOURI; LASCHEFSKI; PEREIRA, 2014), principalmente no que se refere à manutenção do modo de vida das famílias pesqueiras. Os custos e esforços para se contornarem as mazelas da política desenvolvimentista recaem sobre os homens e mulheres das águas. Como exemplo, analisa-se a publicação da Lista Nacional de Espécies Ameaçadas, por meio das Portarias do Ministério do Meio Ambiente (MMA) 444 e 445,[12] de dezembro de 2014, que apresentam medidas para a conservação da fauna aquática brasileira. Entretanto, faltam ações efetivas no controle de outros vetores ameaçadores, como hidrelétricas, transposições, desmatamento e degradação de habitat, apontados no processo de avaliação das espécies (SBI, 2015).[13] Os pescadores artesanais ressaltam a necessidade e ausência de medidas direcionadas à preservação, para enfrentamento dos principais vetores que colocam a fauna e a flora aquática em risco de extinção.

> A portaria 445 colocou várias espécies de peixe na lista de espécies ameaçadas. A gente fez uma reunião no Ministério da Pesca em Brasília para discutir essa portaria. E aparece espécie de interesse da pesca artesanal. Aqui, no São Francisco, tem três espécies. Apareceu o pirá-tamanduá, o pocoman e a matrinchã, como vulneráveis ou ameaçados. A gente ficou preocupado quando surgiu essa portaria, mas são peixes

11. Arquivos: Comissão Pastoral da Terra – MG.

12. No dia 17 de dezembro de 2014, a ministra Izabella Teixeira assinou as portarias que instituem as novas listas nacionais de espécies ameaçadas de extinção. As portarias do MMA 444 e 445 atualizam a Instrução Normativa do MMA 05/2004. Proíbe a pesca das espécies categorizadas como: Criticamente em perigo (CR), Em perigo (EN) e Vulnerável (VU). Disponível em <http://www.mma.gov.br/biodiversidade/especies-ameacadas-de-extincao/atualizacao-das-listas-de-especies-ameacadas> Acesso em: 25 fev. 2015.

13. Moção do XXI Encontro Brasileiro de Ictiologia (SBI) manifesta seu apoio à manutenção da Portaria 445. Disponível em: < http://www.sbi.bio.br/> Acesso em: 25 fev. 2015.

> que já estavam em outras portarias também, já proibidos, né? De captura. A maioria das espécies está sendo dizimada não é por conta da pesca artesanal, mas por conta de outros fatores, né? Poluição, barramento; o fator mais agravante que tem na extinção das espécies são os barramentos, né? E isso é que vem comprometendo, e também outras espécies que eram de ambiente que hoje nem água tem mais, secaram, né? E foram extintas. Então, a gente não vê a pesca como uma preocupação. Mas as espécies, a gente acha que têm que ser manejadas mesmo, porque existe uma pressão para suspender essa portaria, e a gente acha que tem espécie que tem que ter um cuidado melhor, e por isso o movimento[14] luta por ordenamento, para a gente conhecer, na verdade, o que está ameaçado e o que está sobre-explotado, como eles dizem. Mas isso teria que ser feito com estudo. O movimento pediu, e pede, há mais de dez anos que a gente vem batendo nessa tecla do ordenamento pesqueiro. A gente sentiu uma queda na produção do pocoman, depois do acidente em 2005, daquela época em que deu a mortandade de surubim. Os peixes de fundo foram seriamente comprometidos com esses metais[15] que tinha lá, porque o pocoman também apareceu, muito pocoman morto, e morreu muito ao longo do tempo. A própria questão da água, né? A falta de cheia que completa o ciclo dos peixes, né? Uma das razões da diminuição dos peixes é a falta do rio chegar aos berçários onde os peixes se procriam, as lavas crescem, mas não voltam mais pro rio, as lagoas secam e o peixe não completa o seu ciclo (Informação Verbal).[16]

Para o CPP, os conflitos pela escassez da água, agravada nos dois últimos anos no rio São Francisco, no caso empírico das comunidades supracitadas, vêm se configurando de modo multifacetado. E se dá, a saber:

1. *Quantidade e qualidade da água.* A diminuição do volume das águas do rio – e afluentes – e a poluição que torna esse insumo *in natura* inadequado ao consumo humano, embora as famílias sejam obrigadas a consumi-lo, em muitas comunidades, por falta de opção (Figura 5).
2. *Em algumas comunidades acirrou-se o conflito socioambiental territorial.* A histórica violação do direito de servidão de passagem se evidencia com o baixo volume das águas, que, consequentemente, inviabiliza o transporte fluvial. A única alternativa para as comunidades

14. O entrevistado se refere ao Movimento dos Pescadores Artesanais do Brasil, do qual participa da coordenação pelo estado de Minas Gerais.

15. O entrevistado refere-se à mortandade catastrófica de peixes de 2004 a 2006, no rio São Francisco, em virtude da ação poluidora por metais pesados decorrente das atividades da Votorantim Metais instalada ao longo da calha do rio há mais de 40 anos.

16. Entrevista concedida por Josemar Alves Durães (fev. 2015).

é o enfrentamento pela derrubada das cercas e cadeados (Figura 6), na busca pelo direito de passagem, mas, também, outros, como educação e saúde, que só podem ser acessados se as estradas forem liberadas. [17]

3. *Escassez de peixe*. O Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), sem considerar as reais causas e possibilidades de superação, usa a situação de escassez do peixe para justificar sua política que privilegia a aquicultura em detrimento da pesca artesanal. Tal barganha conta com a conivência de órgãos ambientais que, há alguns anos, vêm apontando o fechamento da pesca como solução para o problema da escassez de peixe no São Francisco.[18] Essa "falsa ou incompleta solução" tem a seu favor a pressão do Estado e de políticos e a conivência de ONGs que trabalham pela cooptação das lideranças. Tem-se, ainda, a disputa com os pescadores amadores, os quais são favorecidos por algumas medidas, inclusive a legislação flexibilizada em seu benefício. Com a diminuição da renda, pescadores e observadores da região expressam que os amadores aproveitam para se apropriarem dos conhecimentos tradicionais da pesca e utilizarem os pescadores artesanais como mão de obra. Na percepção do CPP, isso consiste na apropriação dos conhecimentos tradicionais das comunidades pesqueiras, por outros, na disputa pelo território pesqueiro. Esse *status quo* remete ao fenômeno da "produção social da inexistência da pesca artesanal no Velho Chico, onde mercado e Estado constroem conjuntamente ação estratégica para deflagrar a desterritorialização dos pescadores artesanais" (VALENCIO, 2010, p. 203).

17. No dia 21 de setembro de 2014, a Comunidade Caraíbas, em Pedras de Maria da Cruz, norte de Minas Gerais, realizou um mutirão de reabertura de sua estrada histórica de acesso à cidade e comunidades vizinhas. Os fazendeiros da região, há alguns anos, fecharam a estrada com cercas e cadeados, proibindo a passagem do povo. Com a extenuante estiagem ocorrida em 2014, as limitações das condições físicas do rio e financeiras das famílias para o transporte fluvial impulsionaram a comunidade – lesada no exercício dos seus direitos, cansada de esperar por providências dos órgãos públicos e lentidão do poder judiciário – a organizar um mutirão e reabrir a estrada. Segundo os trabalhadores, a polícia chegou apontando as armas. O preposto da fazenda, à frente dos policiais, estava muito exaltado e fez ameaças violentas à comunidade; disse que iria expulsar a comunidade do local e destruir o "mata-burro" construído no mutirão. Somente em 2014, as crianças da comunidade perderam 80 dias do ano letivo, por conta da comum situação de quebra da lancha escolar, transporte utilizado pela prefeitura para atender às crianças. A estrada está em área da União, mas os fazendeiros se apropriam dela de forma ilegal e interrompem os acessos da comunidade, cerceando seus direitos. Segundo os moradores daquelas mediações, apesar da cancela fechada e de outros limites impostos, cerca de 500 pessoas circulam por essa estrada diariamente (CPP-MG, 2014).

18. Esta ideia, quanto ao fechamento da pesca, é difundida entre pescadores e colônias de pesca na região. A mesma aparece de forma tensa em momentos da história relatada por Valencio (2007, p. 119).



**Figura 5** Pescador bebendo água *in natura* do rio.[19]

4. *Com a escassez da água do rio acirra-se, também, a disputa por suas margens – acesso às terras tradicionalmente ocupadas.* As terras que margeiam o rio São Francisco são públicas e de ocupação tradicional.[20] Mas são, também, a "menina dos olhos" dos fazendeiros e do agro e hidronegócio. Nesse contexto, as lagoas marginais, "berçário dos peixes", estão sendo drenadas, pisoteadas pela criação de gado, gradeadas para plantio de capim. No norte de Minas, a situação é de conflito ambiental entre fazendeiros e as comunidades tradicionais, e estas últimas requerem, junto à Secretaria do Patrimônio da União (SPU), a regularização de seus territórios.[21]

19. Arquivo do CPP-MG.

20. Segundo a Portaria nº 89, de 15 de abril de 2010, as áreas de: várzeas e mangues, enquanto leito de corpos de água federais; mar territorial; áreas de praia marítima ou fluvial federais; ilhas situadas em faixa de fronteira; acrescidos de marinha e marginais de rio federais; terrenos de marinha e marginais presumidos são consideradas indubitavelmente da União, por força constitucional, e sobre elas qualquer título privado é nulo. E podem ser destinadas ao uso pelas comunidades tradicionais para fins de moradia e uso sustentável dos recursos naturais. Disponível em: http://patrimoniodetodos.gov.br. Acesso em: 13 mar. 2015.




**Figura 6** Placa fixada na estrada tradicional do município de Pedras de Maria da Cruz (MG).[22]

O uso que os pescadores fazem do rio São Francisco vai além da relação objetiva de garantir o sustento de suas famílias. A lógica capitalista, ainda que envolva esses sujeitos, homens e mulheres das águas, com o seu modo de vida que pulsa pelo tempo da natureza, não dialoga com a pesca artesanal e impossibilita o ingresso desses no tempo capitalista.

Diante da percepção do processo histórico de opressão do latifúndio, das excludentes políticas neodesenvolvimentistas e do estado de negação de direitos das populações tradicionais pesqueiras, enquanto movimento

21. Como exemplo tem-se o caso da Comunidade Caraíbas, em Pedras de Maria da Cruz, norte de Minas. A SPU, por meio de seu superintendente em Minas Gerais, assinou, em dezembro de 2012, o primeiro Termo de Autorização de Uso Sustentável (TAUS) de Minas Gerais, em favor da Associação dos Vazanteiros e Pescadores Artesanais da Ilha da Capivara e Caraíbas. O TAUS garante aos vazanteiros e pescadores o uso para moradia, pesca e agricultura sustentável de uma área de 2.043,45 hectares, o que corresponde, aproximadamente, a dois mil campos de futebol. As terras constituem patrimônio da União, já que constituída por terrenos marginais a rio federal (São Francisco) navegável, como também por ilhas situadas nesse mesmo curso d'água... O instrumento do Termo de Uso registra que a concessão funda-se na "imensa potencialidade dos recursos naturais existentes às margens do rio São Francisco, como fator econômico capaz de contribuir decisivamente para a melhoria das condições de vida das populações tradicionais ribeirinhas (pesqueiras e vazanteiras), que promovem o aproveitamento racional e sustentável e a ordenação do uso das áreas da União alagáveis, visando garantir a permanência da Comunidade dos Vazanteiros e Pescadores Artesanais da Ilha da Capivara e Caraíbas, para fins de moradia e uso sustentável dos recursos naturais por suas famílias ribeirinhas, como forma de compatibilizar a integridade do meio ambiente com o processo socioeconômico da região" (Procuradoria da República de Minas Gerais. Disponível em: <http://pr-mg.jusbrasil.com.br/notícias/> Acesso em: 26 fev. 2015).

22. Arquivo CPP-MG.

social, pescadores e pescadoras apropriam-se do curso de sua história, pautam suas lutas por direitos que estão diretamente vinculados à defesa do modo de vida construído em torno da pesca. Neste sentido, compreende-se a campanha pela Regularização dos Territórios das Comunidades Tradicionais Pesqueiras interposta pelo MPP.

## Considerações finais

Considera-se que, com a escassez da água do rio – que se dá em termos de quantidade e qualidade – acirra-se também a disputa por suas margens, dificultando o acesso às terras tradicionalmente ocupadas. Fica evidente, assim, que o território pesqueiro nas barrancas do São Francisco está em disputa crescente.

O encadeamento de desastres em curso terá desfecho indesejável, caso providências eficazes não venham a ser aplicadas, ou medidas urgentes a médio e curto prazos. Os riscos são iminentes, os próprios pescadores artesanais, os primeiros afetados pelos males que recaem sobre o rio, denunciam no documento que: *suas famílias de pescadores/as artesanais e vazanteiros estão vivendo em situação de séria ameaça de segurança alimentar e nutricional e de perda dos seus valores culturais, acentuando uma situação de maior vulnerabilidade social.*

Os sujeitos da pesca artesanal, organizados enquanto MPP, não se veem como meros exploradores dos recursos naturais, "*buscam formas alternativas de uma revitalização popular em prol de sua gente, suas águas e de seu território*". Eles demonstram consciência crescente com relação aos problemas que lhes afligem e tendem a reagir. Apontam a necessidade de medidas para a preservação e, simultaneamente, denunciam a ausência das mesmas para o enfrentamento das causas que colocam a fauna e a flora aquática em extinção. Neste processo estão, gradativamente, visibilizando sua existência e resistência diante do processo de extermínio silencioso das populações tradicionais em curso no país.

Destarte, está posta uma circunstância de "tensionamento" que denuncia, em si mesma, os riscos a que os povos tradicionais do São Francisco estão submetidos. A escassez da água decorre da escolha política econômica desenvolvimentista. A compreensão dessa situação se dá por meio da concepção de desenvolvimento apontada por Ribeiro (2008) como um campo de poder formado por muitas redes e instituições na busca por manutenção da expansão capitalista. Deste processo deriva a voracidade do capital a provocar desterritorializações e, consequentemente, o

desequilíbrio de ecossistemas e comunidades tradicionais. Mesmo as tentativas de implementação de políticas que visam à superação da degradação ambiental, a qual tem diversos vetores a serem enfrentados, efetivam-se como medidas mitigatórias, dão-se de forma a onerar e inviabilizar o modo de vida tradicional.

O cenário de escassez explicita múltiplos conflitos e interfere diretamente na resiliência histórica das comunidades pesqueiras. A pesca artesanal tem sido apontada como uma atividade em fase de extinção no rio São Francisco. Por um lado, tal situação se acentua diante do que pesquisadores apontam como a "*a extinção inexorável do rio*", uma vez que esses sujeitos têm seu modo de vida imbricado na qualidade do rio. De outro, há que se considerar o movimento não estático das forças no campo das lutas sociais, a organização dos sujeitos das águas dos rios e mares no Brasil, que na autoafirmação identitária evocam sua tradicionalidade e instrumentalizam a luta em defesa de seus territórios.

## Referências


ACSELRAD, H. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: _____. **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: RelumeDumará/Fundação Heinrich Böll, 2004. p 13-34.

_____. Princípios teórico-metodológicos. In: LEROY, J. P et al. (Orgs.). **Relatório síntese**: Projeto Avaliação de Equidade Ambiental como instrumento de democratização dos procedimentos de avaliação de impacto de projetos de desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fase e Ettern, 2011.

BARBOSA, A. S. **O Cerrado está extinto e isso leva ao fim dos rios e dos reservatórios de água.** 2015. Disponível em: <http://www.jornalopcao.com.br/entrevistas> Acesso em: 01 mar. 2015.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo 2013**. Goiânia: Expressão Popular, 2014.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo 2014**. Goiânia: Expressão Popular, 2015.

DIEGUES, A. C; ARRUDA, R. S. V. (Orgs.). **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil.** Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001.

FILHO, J. A. S. A extinção inexorável do rio São Francisco. In: FILHO, J. A. S. (Org.). **Flora das caatingas do rio São Francisco:** história natural e conservação. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2012. p. 24-65.

HALL, S. Quem precisa de identidade? In: SILVA, T. T. (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 103-130.

LEITE, M., et al. Líquido e incerto: o futuro dos recurso hídricos no Brasil. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 15 set. 2014. Disponível em: < http://arte.folha.uol.com.br/ambiente>. Acesso em: 17 fev. 2015.

MPP/MOVIMENTO DOS PESCADORES E PESCADORAS ARTESANAIS DO BRASIL. **Cartilha:** Projeto de Lei de Iniciativa Popular sobre Território Pesqueiro. Olinda: MPP, 2013.

PP/MOVIMENTO DOS PESCADORES E PESCADORAS ARTESANAIS DO BRASIL. **Campanha Nacional pela Regularização do Território das Comunidades Tradicionais Pesqueiras**. Disponível em: <http://www.campanhaterritorio.blogspot .com.br/>. Acesso em: 24 fev. 2015.

O'DWYER, E. C. Os quilombos e a prática profissional dos antropólogos. In: _____ (Org.). **Quilombo: i**dentidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: FGV, 2002. p. 13-42.

OLIVEIRA, C. L. **Vazanteiros do rio São Francisco**: um estudo sobre as populações e territorialidades no Norte de Minas Gerais. 2005. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

_____. Território e territorialidade entre pescadores e vazanteiros do médio São Francisco. In: ROCHA, L.; NASCIMENTO, N.; FERREIRA, T. (Orgs.). **Diagnóstico da pesca artesanal no norte de Minas, Alto/Médio São Francisco**. 2011. Disponível em: <http://www.cppnac.org.br/materiais-sobre-a-pesca-artesanal>. Acesso em: 18 fev. 2015.

PACHECO, M. J. Conflitos pela água: privatização dos bens comuns, ameaça a vida. In: COMISSÃO PASTORAL TERRA. **Conflitos no campo 2013**. Goiânia: Expressão Popular, 2014. p. 97-102.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS. União cede dois mil hectares de terras para uso de comunidades tradicionais no norte de MG. **JusBrasil**. Disponível em: <http://pr-mg.jusbrasil.com.br/notícias/> Acesso em: 26 de fev. 2015.

REVERS, I.; MALVEZZI, R. Uma leitura ambiental das estatísticas. In: ROCHA, L.; NASCIMENTO, N.; FERREIRA, T. (Orgs.). **Diagnóstico da pesca artesanal no norte de Minas, Alto/Médio São Francisco**. 2011. Disponível em: <http://www.cppnac.orgbr /materiais-sobre-a-pesca-artesanal>. Acesso em: 18 fev. 2015.

RIBEIRO, G. L. Poder, redes e ideologias no campo do desenvolvimento. In: **Novos Estudos CEBRAP,** São Paulo, n. 80, p. 109-125, mar. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/>. Acesso em: 1 mar. 2015.

ROCHA, L.; NASCIMENTO, N.; FERREIRA, T. (Orgs.). **Diagnóstico da pesca artesanal no norte de Minas, Alto/Médio São Francisco**. 2011. Disponível em: <http://www.cppnac.org.br/materiais-sobre-a-pesca-artesanal>. Acesso em: 18 fev. 2015.

ROCHA, P.; RIBEIRO L. Hidrelétrica de Três Marias pode ser desligada para garantir água às comunidades locais. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 20 jan. 2015. Disponível em:<http://www.em.com.br/app/noticia/economia/2015/01/20>. Acesso em: 25 fev. 2015.

SBI/SOCIEDADE BRASILEIRA DE ICTIOLOGIA. **Moção SBI Portaria 445**. 2015. Disponível em: < http://www.sbi.bio.br/> Acesso em: 25 fev. 2015.

THÉ, A. P. G. Saudade da vazante geral: um estudo etnoecológico na pesca artesanal no Alto-Médio São Francisco, Minas Gerais. In: COSTA, J. A.; OLIVEIRA, C. L. (Orgs.).

**Cerrado, gerais, sertão:** comunidades tradicionais nos sertões roseanos. São Paulo: Intermeios, 2012.

VALENCIO, N. Conflitos ambientais no Velho Chico. O *modus operandi* da desacreditação pública da pesca artesanal. In: Org.: ZHOURI, A.; LASCHEFKI, K. (Orgs.). **Desenvolvimentos e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

_____. **Pescadores do Rio São Francisco**: a produção social da inexistência. São Carlos: RiMa, 2007.

ZELLHUBER, A.; SIQUEIRA, R. Rio São Francisco em descaminho: degradação e revitalização. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 227, p. 7-32, jul./set. 2007.

ZHOURI, A.; LASCHEEFSKI, K.; PEREIRA, D. Desenvolvimento, sustentabilidade e conflitos socioambientais. In: _____. (Orgs.). **A insustentável leveza da política ambiental**: desenvolvimento e conflitos socioambientais. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2014. p. 11-23.



# Perigos ambientais e políticos relacionados com a água na Baixada Campista, pela visão da reforma agrária: "uma coisa tá ligada à outra"

## David Barbosa do Nascimento[1]

**E:** *David, como é que você chegou aqui? Como é o seu trabalho, relacionado com esse lugar onde a gente está?*

**David:** (...) A minha origem é do Rio de Janeiro, origem urbana. Meus pais, que têm toda essa formação... essa cultura de ser trabalhador rural, mas, por conta dessa história da industrialização, enfim... da desvalorização do homem do campo, eles vieram buscar uma forma de vida na cidade e aí acabaram morando na periferia, ali, do Rio de Janeiro. Nasci no centro do Rio, eles moravam de aluguel no Catete, e a minha vida começou assim. Fiquei [ali] até os meus sete anos... fui conhecer meus avós no Rio Grande do Norte, que é a origem de minha família, e lá eu pude presenciar os meus avós, que também não tinham terras, mas trabalhavam nas fazendas. E [lá] então eles pagavam, dois, três dias de aluguel... trabalhavam para o fazendeiro em troca de aluguel. E eu ficava imaginando aquilo, porque... Como que ele conseguiria sustentar tantos filhos – que meu avô, pai de minha mãe, teve 21 filhos. E fui crescendo, voltei para o Rio de Janeiro de novo, morei em vários lugares: no Rio, Caxias, Nova Iguaçu e em algumas comunidades como Rocinha, Caju, e fui crescendo... [mas] nunca perdi esse vínculo com a terra, né. Meu tio morava em Caxias, mas tinha uma área pequenininha que produzia quiabo. Tem um outro também que morava em Paracambi. E a minha vida era assim. Todos os finais de semana, na minha infância, eu ia pra esses lugares visitar os meus tios, e aí fiquei apaixonado por essa questão... o problema era assim: Como que eu futuramente seria um agricultor? Com as dificuldades que têm, a especulação muito grande, né...

---

Entrevista concedida a Marco A. S. Malagoli [pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisas Socioambientais (NESA) e professor do Departamento de Geografia da UFF-Campos] em 24/04/2015, no Assentamento Che Guevara, em Marrecas, Campos dos Goytacazes (RJ), no lote de Davi. O material desta entrevista foi transcrito e editado pelo entrevistador (E), que precisou reduzir o texto, retirando parte de suas falas, diminuindo marcas da linguagem coloquial quando estas dificultavam a leitura, retirando repetições, trechos de difícil compreensão e outros fragmentos da transcrição original, além de fazer algumas alterações ortográficas e adicionar palavras e frases entre colchetes, quando julgou adequado, para melhor compreensão do sentido original. Esta edição foi posteriormente revisada e aprovada pelo depoente.

1. Presidente da Associação de Pequenos Produtores Rurais de Marrecas e Babosa/Campos dos Goytacazes (RJ).

(...) E em 1982, se não me foge à memória, teve uma eleição no Rio de Janeiro, era aquele período da democratização, e o governo Brizola assumiu o governo do Estado do Rio, e aí foi quando houve uma ocupação urbana em Campo Alegre, uma região ali pertencente a Nova Iguaçu. (...) Eu me lembro que eu era muito pequeno, mas os meus pais nesse período (...) fizeram uma ocupação nessa área. Aí foram meus tios, meu pai também foi junto. Eu cheguei a ir lá, mas eu era muito pequeno, e criança também não podia ficar... Se não me foge à memória, tinha umas trinta mil pessoas nessa ocupação (...) Eu já tava com aproximadamente uns onze anos. Na hora que foram fazer o cadastro dessas famílias, observaram que várias famílias eram de origem rural, a maioria era da região Nordeste do país, e tinham essa aptidão também para a agricultura. Aí foi feita uma proposta do próprio governo de Estado – até porque a área não dava pra todo mundo, a demanda era muito grande: "Olha, existem tantas fazendas do Estado que não dão nenhum resultado para o Estado". E aí ele ofereceu a oportunidade pras pessoas que quisessem conhecer e ocupar essas fazendas. Foi quando foi oferecida aqui a Fazenda Experimental de Italva pra que o pessoal viesse, aqueles que quisessem, o governo ia facilitar pra trabalhar nessa atividade do campo. Foi quando a gente veio pra Italva, aí já era [19]83, a primeira vinda nossa. E aí a gente percebeu que na Fazenda Experimental de Italva tinha muito gado, boi Guzerá, que [se dizia que] era pra pesquisa, mas o Estado, na verdade, pagava essa pesquisa, mas em troca não tinha nada. Era [apenas] um serviço de pecuária, e muitas das pessoas dali em volta de Italva – na época Italva pertencia a Campos – eram beneficiadas com essa pesquisa, mas [só] em benefício próprio, e o Estado realmente não via o resultado que desejava nisso. Foi quando foi feita essa proposta e aproximadamente duzentas famílias foram pra lá.

**E:** *Não tinha ainda a conotação de ser uma área de reforma agrária? Estava se formando essa ideia, ainda?*

**David:** Pois é, nesse período a gente nem sonhava que o Movimento Sem-Terra ia existir, nunca nem imaginou. Nesse período, acontece essa ocupação, meio que oficial, [e] quem levou a gente foi um ônibus da CTC, que era uma empresa pública de transporte coletivo. E tivemos vários embates lá, porque a comunidade também não aceitou a gente, a fofoca correu tanto que... "esse pessoal que o Brizola tá mandando é um pessoal de alta periculosidade", "vinha do presídio de Bangu"... Então, o pessoal até se armou lá. O problema todo é que nessa fazenda a gente criou uma crise interna de questão de autonomia, porque descobrimos que existiam vários

colonos no interior dessa fazenda que davam a terça [parte] para um diretor da fazenda, que era um funcionário nomeado pelo Estado, e esse diretor usava essa terça, fazia [uso] do milho, do feijão... enfim, do que se produzia, e abriu até uma fábrica que se chamava Fubá Brasil.

Então, Italva era um distrito de Campos que quem dominava era o diretor da Fazenda, era como se fosse o prefeito dali. E Italva sempre elegia dois vereadores representantes de Italva aqui em Campos. Depois que minha família decidiu ficar, eu, meu pai e mais um irmão dele e um cunhado, aí nós fomos praticamente assentados lá. Aí ficamos nesse período de... [19]83 conhecemos o local, 84 fomos assentados e saímos de lá em 90, 91... por aí. Aí, por questão de uma seca, num lugar que tem muito morro, a água [era] salgada... A primeira lavoura que a gente fez lá – e isso pra mim foi uma alegria muito grande, porque nunca tinha visto tanta fartura em casa – a gente produziu... plantamos 16 litros de feijão e colhemos, numa seca terrível, e mesmo assim colhemos ainda quatro sacos e meio de 60 quilos, cada saco, 506 abóboras e 20 sacos de milho. Então [essa foi] a primeira experiência prática na atividade rural.

**E:** *Em período de seca?*

**David:** Em período de seca. E era morro, né, dependia de chuva, então nós conseguimos fazer essa colheita. [Nesse período] meu pai tinha uma pequena herança lá no Nordeste... da família dele lá, e aí ele foi lá e vendeu uma casinha que ele tinha lá em Natal, pra poder investir no sítio, né, isso eu nunca vou esquecer. Aí ele foi lá, vendeu a partezinha que ele tinha e trouxe pra investir, só que ele mandou depositar numa conta que era em Nova Iguaçu, onde a gente morava, [e] quando ele foi buscar o dinheiro, no caminho, ele foi assaltado e *panharam* o dinheiro dele todo. E entramos numa crise terrível, tivemos que voltar pra cidade de novo. (...) Saímos de Italva. Mas eu continuei lá, eu resisti ainda, fiquei mais um ano, [um] parente nosso deixou morar por um tempo e depois tivemos realmente que sair. Aí, o que acontece: voltei, contra a minha vontade, [pois] gostei do lugar, acho que era isso mesmo que eu queria, né, e comecei a trabalhar na área urbana. Trabalhei em vários [lugares]... (...) [Isso] já foi no Rio. Trabalhei como mensageiro, trabalhei também como entregador de medicamentos na Zona Sul, e o último emprego foi numa companhia aérea, no aeroporto (...). Bom, aí – essa história é muito engraçada, porque... vou te explicar como eu cheguei aqui, né. O serviço aeroportuário é um serviço (...) [onde] a folga é por escala, né. (...) E aquilo foi me angustiando, esse processo de estar trabalhando e eu só tinha

uma folga na semana... (...) Eu me sentia escravo desse trabalho, você era vigiado 24 h por dia. (...) E um belo dia, eu lembro que eu tinha parado um pouco, eu tava na escala de trabalhar à noite e vi no *Jornal Nacional* um usineiro sendo preso, (...) aqui em Campos. Só que naquela época eu conhecia Campos só de passagem... (...) Isso foi em 1982, se não me foge à minha memória, [e] criou uma crise danada aqui. E justamente foi o período que essa usina, [onde] hoje eu sou um assentado, né... que ironia do destino, olha só que coisa... eu nunca esperava que viesse parar aqui.

**E:** *Qual era o nome da usina?*

**David:** Era Companhia... Baixa Grande. Mas... na verdade, Usina Santo Amaro. [É que a Companhia] tinha, além da usina, a fábrica de papel, tinha celulose e tal... Mas tudo do mesmo dono. Aí, vi aquele filme na televisão ali, que o cara tava envolvido com contrabando de arma, entorpecentes, aquela coisa toda. Passou um tempo, eu tirei uma folga do meu trabalho pra descansar. Nesses três dias de folga, eu vim pra Italva, porque deixei um vínculo de amizade, [quando] a gente participou [lá] do movimento político pra emancipar Italva, separar Italva de Campos. (...) Fui e comprei passagem pra Italva. Quando eu chego na rodoviária Novo Rio, eu encontro com meu tio, seu Severino, com uma sanfona, várias sacolas de roupa, de compra, e eu me assustei, porque eu é que passava o final de semana no sitiozinho dele, que era pequenininho lá, numa área rural chamada Capivari, e que é um distrito de Caxias. O encontrei e disse: "Tio, o que é que você tá fazendo aqui, que estranho?"; [e ele:] "Eu tô indo para um acampamento de sem-terra lá em Campos". Falei assim: "Gente, eu tenho a maior vontade de conhecer, até por conta da história... Que área é essa, é de usina?". Mas eu nunca imaginaria que seria essa usina. Aí, ele falou assim: "Olha, faz o seguinte... por que você não troca sua passagem e me ajuda a levar essas bolsas, me ajuda a levar essa sanfona?"; "não, tudo bem, eu faço". Aí eu troquei a passagem, mas a minha intenção não era... eu nunca imaginava... Eu via os movimentos sociais como o Movimento Sem-Terra com um muro muito grande, eu nunca imaginei que eu ia estar muito próximo.

**E:** *Você fala: "com um muro muito grande"...?*

**David:** "...um muro muito grande", que eu digo assim, com um medo, que a mídia passava naquele momento, que era o auge das ocupações, né.... Era uma, sei lá, era uma coisa assim que, meu Deus... tinha medo porque eu

tava muito ligado a fazer uma visão do que a mídia passava, e não do que era real. Eu até questionei com ele: "Tio, eu acho... será que... o pessoal lá... como é que é... eu chegando... corro algum tipo de risco?". Ele disse: "Que nada, rapaz, não é assim não!". Aí: "Tá bom"... Eu perguntei: "Como é que o senhor chegou lá?" [Ele disse:] "Foi o sindicato de trabalhadores rurais de Capivari que indicou". Alguém do Movimento foi lá fazer um trabalho de base.

(...) Troquei a passagem e vim. Quando eu cheguei aqui, era um calor... era o mês de janeiro, já de [19]98... Que ninguém suportava no Rio de Janeiro. Quando eu cheguei aqui eu vi, no meio desses canaviais, vento soprando aos quatro cantos... Aqui é um verdadeiro ar condicionado natural, pra quem tava num sufoco danado... Na mesma hora, senti um desejo de ficar. E procurei a coordenação do Movimento [MST], né, e eles falaram que tinha uma vaga numa barraca, uma pessoa que tinha abandonado. Já tinha sido recém-ocupada a fazenda daqui, Fazenda Ilha Grande, Fazenda Marrecas, [que] são duas fazendas pertencentes à Usina Baixa Grande. Bom, e fiquei nessa... Só sei que passei os quinze dias sem voltar pro trabalho, nem avisei minha família, que começou a ficar preocupada, enfim, aquela história toda... Mas aí eu consegui voltar, fiz um acordo com a empresa, e já vim [para] aqui definitivamente, e não voltei mais. Estou aqui já há 17 anos, entre o tempo de acampamento e assentamento. Depois eu vim fazer uma retrospectiva da minha história, aí que eu vi que era justamente a tal fazenda. Quando eu vim conhecer a história, o tal fazendeiro que eu vi na televisão era justamente o Seu Fernando de La Riva, que era o tal que tinha sido preso, e o Movimento Sem-Terra se organizou e ocupou essa área, e forçou a fazer a desapropriação dessas duas áreas, que estavam penhoradas: uma pelo INSS – que é a Fazenda Ilha Grande – e a outra pelo Banco do Brasil – que é a Fazenda Marrecas. Continuei um período acampado... continuei um ano acampado...

**E:** *Acampado na pista ou já dentro [da área]?*

**David:** Já dentro da área, depois tivemos que ir pra beira da estrada, porque saiu um decreto que não poderia desapropriar áreas ocupadas...

**E:** *Governo Fernando Henrique Cardoso...*

**David:** Período Fernando Henrique... Então, tivemos que voltar pra beira da estrada de novo. Bom, e o tempo foi se passando, e eu acabei aceitando a proposta e o convite de me tornar um militante do Movimento e fui pra Escola Nacional – eu chamo "nacional" porque naquela época não ti-

nha a Escola Florestan Fernandes. Tinha essa escola em Veranópolis, no Rio Grande do Sul. E fiquei um período lá. Não concluí a formação, [que era] o curso de formação de militância, com ênfase na área de organização de cooperativas e tal, não concluí. (...) E depois, retornando pra cá, comecei... foi o período que saíram as desapropriações, e aí eu tive que fazer uma outra luta pra conquistar também, porque a organização interna do assentamento acabou achando que eu ia ficar um militante para o resto da vida, [e] não um agricultor: um militante político da organização e não um militante-agricultor. Mas eu tinha esse sentimento que eu tinha que viver essa experiência prática: eu; não minha família... meus pais, entendeu? Era eu quem precisava. (...) E algumas pessoas imaginaram isso: "Não... ele foi pra lá porque ele é da cidade, não tem perfil nenhum de pegar na enxada, não tem... não tem mesmo". (...) Todo mundo dizia: "Esse aí não fica aqui nem seis meses...". E foi um desafio muito grande. (...) Quando eu vim pra cá, era um período também de seca, de pouca chuva. E eu nunca imaginei, nunca esperava que esse lugar fosse uma baixada. Por mais que as pessoas antigas – que eu passei a conhecer aqui – dissessem que isso aqui era muito baixo. Eu nunca imaginei. Não dava nem pra você acreditar. A diferença é que tinha água nesses canais, mesmo não sendo limpos, periodicamente – porque depois que a usina faliu [eles] nunca mais foram limpos.

**E:** *Mas tinha muito mais água nos canais?*

**David:** Todos os canais estavam cheios de água. Mas a terra estava seca, não tinha chuva. E depois, quando veio o período de chuva... (...) e aí já era 2000, né... 2001... E aí [foi] quando eu percebi que é uma área realmente baixa, muito baixa. Quando chove, essa área vira um espelho de água, como se fosse uma lagoa, e é até bonito de se ver, que é igual a um coral. Como é um local muito silencioso, você vê os sapos, as rãs, os grilos, os insetos. É muito bonito [de] ver, de você morar, [aqui] onde eu estou morando. Onde estamos conversando aqui, era um espaço que servia de abrigo, e por isso que eu tenho armador de rede aqui, não só porque eu tenho origem nordestina, mas também porque aqui algumas vezes cobra se alojava aqui dentro, (...) formiga, os sapos... os bichos vinham tudo para cá. Porque essa é a parte mais alta do terreno. (...) Ficava meio que uma ilha.

**E:** *E já tinha esse canal que passa aqui do lado?*

**David:** Já, esse canal sempre existiu aí.

**E:** *[E] o uso desse canal antes de ter o assentamento?*

**David:** Antes... Ele servia, quando era o período de plantio da usina, quando ela detinha essa área pra produção de cana-de-açúcar, toda essa área foi feita uma terraplanagem, em alguns pontos, ou a maioria delas, segundo a informação, foi de terraplanagem pra eles poderem fazer um sistema de irrigação por inundação. Quando chove muito – por isso que tem esses canais –, estes canais são utilizados para dreno, e quando há falta da água, eles são utilizados pra reter a água, pra irrigação.

**E:** *[Isso] se faz por comportas?*

**David:** Por comportas. (...) São mecanismos de ferro mesmo. As colunas, base de concreto, e mais sistema de volante de ferro.

**E:** *Você chama por algum nome, esse [canal] que é maior, que passa do lado da sua casa, aqui?*

**David:** O que passa mais próximo da minha casa chama-se Rio do Colégio, que é um braço do Rio São Bento, que pega essa área aqui e desemboca perto de um canal que sai perto do Farol de São Tomé. Nesse período, a gente, sem a experiência local, a gente plantava e perdia... plantava e perdia... Ou por excesso de água, ou por excesso de seca. Esse que era o grande conflito. Quando a gente conseguia produzir, tinha um outro problema, que era o valor do produto. E às vezes, quando você conseguia produzir, o mercado estava cheio da produção, e já aqui na frente da minha casa eu colhia 400 quilos e pouco, por colheita. E teve um período que eu tive que vender a dez centavos... o quilo! Então, isso é muito desanimador, assim, sabe... quando você vê isso. E tinha [conta de] luz, despesa com energia, despesa com trabalhador também. Então, chegamos a um período assim que é muito difícil. A gente apanhou muito pra se adequar aqui. [Tinha] as questões também de mercado, questões locais também. Assim... isso fez a gente pensar um pouco na estratégia de comercialização, de procurar alternativas. Então, tem um período aqui, por exemplo, que é o período do verão, que é quente, [e] o quiabo gosta de clima quente e úmido. Então, produz muito quiabo, que é o carro-chefe hoje aqui; deixou de ser a cana, passou a ser o quiabo... como uma segunda opção. E nesse período, como tem muita produção, aí o preço também cai, cai muito. Então, tem essa questão aí. A gente passou a perceber que tem que ser estratégico também na nossa atividade. Temos que pensar em outras alternativas. Aí foi quando a gente pen-

sou em aproveitar a produção de cana, que já existia também na época da usina, ou melhorar [esse uso]. E, em vez de mandar pra usina, a gente tentar uma nova prática aqui dentro, né. Porque todo mundo aqui, culturalmente, sempre produziu pra ser um fornecedor da usina, e nunca pra ser uma pessoa que teria a capacidade de transformar a sua matéria-prima, a sua produção da cana, em vários subprodutos. E aí, em 2004, junto com a CPT [Comissão Pastoral da Terra], a gente se organizou, com 22 famílias, e criamos uma pequena cooperativa chamada Cooperativa de Produção e Comercialização dos Assentamentos Ilha Grande e Che Guevara. Mas vou voltar atrás um pouquinho... É engraçado que, quando ocupamos aqui, a gente descobriu que Seu Fernando de La Riva era cubano. Então, os pais, os avós dele exploravam os trabalhadores em Cuba antes da Revolução em [19]59... Então, eles fugiram de lá e vieram para o Brasil, aqui conseguiram financiamento, compraram terras e montaram várias usinas e fazendas nas propriedades e passaram a explorar os trabalhadores aqui. Quando a gente ocupou essa terra aqui, essa fazenda, nós fizemos uma proposta em uma assembleia de homenagear o Che Guevara, que também teve uma participação fundamental em Cuba, apesar de ser argentino, mas foi um grande revolucionário. E eles [fazendeiros] também tinham um ódio quando se falava em Che Guevara, [quando se] falava em Fidel Castro, eles... nossa, isso aí era... o capeta pra eles. E aí foi unânime na assembleia a gente homenagear o Che Guevara. Engraçado que muita gente falava assim: "Poxa, o Che Guevara mesmo depois de morto ainda faz revolução em outros países por aí". (...) Então, assim, hoje, o nome do nosso assentamento é o PA [Projeto de Assentamento] Che Guevara.

Nós tentamos essa experiência junto com a CPT, [e] junto também com os companheiros do MST, fizemos essa experiência e vimos que era possível a gente pegar essa produção de cana e transformar em vários produtos. E fizemos essa experiência com rapadura, açúcar mascavo, melado, cachaça e etanol, produção de álcool também. Mas nossa intenção, com a produção do álcool, não [era pra] álcool combustível, né. Era um álcool mais natural pra fazer as nossas tinturas, os nossos próprios remedinhos, que a gente usa... natural, né. E a partir dessa experiência foi que surgiu outro projeto então, da agroindústria, que hoje está em Ilha Grande.

**E:** *Está funcionando, hoje, a agroindústria?*

**David:** Não, está parada. Por conta também desse período de fator climático. Hoje não tem uma matéria-prima, madura, pra poder processar. Mas tem também algumas coisas internas de organização, que algumas pessoas

não compreenderam ainda que a agroindústria é uma indústria familiar, apesar do tamanho, de ser uma agroindústria grande, ela tem um objetivo de ser familiar, pra ajudar na renda das famílias. E algumas famílias entenderam que é uma agroindústria pra viver só dela, e não é. Então, há um choque de ideias, e isso [é] uma coisa que precisa ser superada, né. Enquanto nós do assentamento Che Guevara pensamos nela como um complemento de renda pras famílias, os do [assentamento] Ilha já pensam que deve funcionar como um modelo de usina. (...) O produto [matéria-prima] seria a cana e frutas. Processamento de frutas também, porque a agroindústria, nela hoje é possível fazer açúcar mascavo, melado, a rapadura e doces. (...) Pode fazer doces e compotas e trabalhar com geleias. Então, a gente tem hoje aqui uma boa produção de goiaba, temos... laranjas são poucas né, mas a goiaba aqui tem bastante ainda. Bananas também... [Também tem] abacaxi. Então, a gente estava pensando... No período da entressafra, a gente trabalhar com doce. Então, dava pra [ela] funcionar o ano inteiro. E isso precisa de um planejamento, né. E como planejar isso, numa situação... num fator climático terrível que nós estamos passando? Esse que é o grande problema. Uma hora chove demais, outra hora tá seco demais. E desses últimos dois anos pra cá nós temos sofrido muito. Esse ano passado, 2014, entrando pra 2015, nosso assentamento aqui, nossa região, passou praticamente onze meses sem chover. Então [a gente pensa em] todos esses recursos hídricos que a gente encontrou, através dos canais, que [vêm] do Rio Paraíba. É aberto um canal no Rio Paraíba que passa pelo São Bento, enfim, e desemboca cá no Canal do Andreza e depois no mar. E junta com as águas que vêm da serra, da Lagoa de Cima e de Lagoa Feia, né. Então, essa água, na verdade, isso é uma água doce, uma água muito boa pra irrigação, que era usada pelas usinas, [porque] esses canais foram feitos pra beneficiar os usineiros, e a partir das ocupações, dos assentamentos, essa água deveria ser tratada também pra trabalhar com a diversidade das culturas, que é a agricultura familiar, né. Mas infelizmente não [é]. Não existe... Passou a não existir mais projeto para a limpeza desses canais.

**E:** *Mas eles [os canais] continuam existindo, pra cima daqui, a montante, [onde] ainda teriam as áreas de usineiros?*

**David:** Tem, por exemplo, a Usina Cambaíba. Ela tá muito próxima do Rio Paraíba, então, esse canal já vem da Usina Cambaíba, passa por essa baixada toda, passa por vários lugares como Pipeira, Barra do Jacaré, vem seguindo aquilo ali tudo (...), deve passar por perto de um pedaço de São João da Barra, mas a maior parte passa por Campos... [Imagem 1].

**E:** *E ainda é represada a água nesse canal?*

**David:** No canal é, eles têm todo um sistema de controle de comporta. Com essa crise, o nível do rio também baixou muito... O lençol freático também baixou, a água sumiu, desapareceu. Os canais que mantinham essas águas também secaram. Então, houve assim, na verdade, um desastre... Eu comparo com um desastre aqui também, porque muitos peixes morreram, muitos animais morreram também, vários animais morreram por sede... E tem um agravante. (...) Em toda essa crise, o município não fez nenhum documento que decretasse estado de emergência, nem que fosse focado por região do município, porque Campos hoje tem a parte que é serra, que é o Imbé, Conceição do Imbé, Mocotó, Rio Preto... Enfim, que são áreas que chove mais e, mesmo assim, passaram perrengues de chuva. Imagine essa parte da baixada, que pega desde Donana pra cá e vem embora. Várias produções foram comprometidas, né, e em um período em que a gente tinha que fazer uma experiência prática na nossa agroindústria. Nesse período de seca! Então, tem, além dos problemas que precisam ser resolvidos, internos, tem também uma questão climática. Então, choveu muito pouco ou quase nada nesse período.

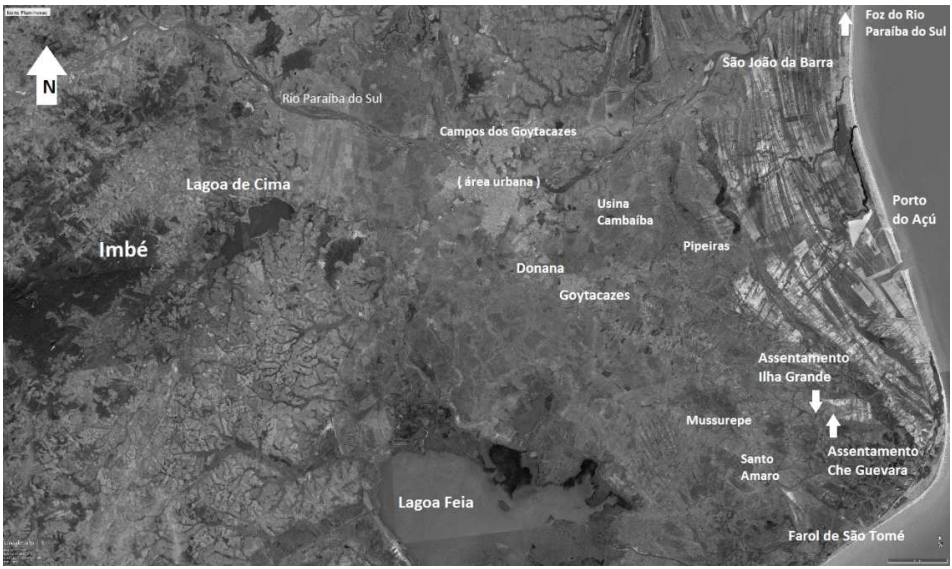



**Imagem 1** Localização aproximada dos Assentamentos Che Guevara e Ilha Grande, no município de Campos dos Goytacazes (RJ) (adaptado do *Google Maps* por Marco Malagoli).

**E:** *Essa água dos canais seria um acesso a uma água superficial. Desde que chegaram aqui, vocês pensaram no uso da água de poço?*

**David:** Também, né. A gente usa também a água de poço. O problema da água de poço é que ela não tem uma qualidade boa, ela tem um teor de ferro muito alto. E aí observamos que em alguns pontos ela ainda é salobrinha. Tem lugares que é quase sal mesmo. E aí você molha a planta com essa água, você queima a flor... No caso do quiabo, ela tava queimando... como ferrugem, a flor do quiabo. Porque o quiabo sai todos os dias: dia sim, dia não, você tá colhendo. E, em outros pontos, você acaba salinizando mais ainda: você tira o sal debaixo e joga pra cima. Então, por isso que esses canais com essa água artificial, ela ajudava a fazer essa limpeza, limpava, e fazia com que o solo, a parte superficial do solo, lavava e ficava doce. Então, essa que é a grande questão.

**E:** *Então, em termos de dimensionamento do que se poderia pensar de políticas públicas, ou de algum envolvimento institucional, [o melhor] teria sido realmente investir na água superficial utilizando a estrutura que tinha de canais...*

**David:** Essa que seria a grande [questão]... A terra da baixada, nossa baixada, especialmente Che Guevara e Ilha Grande, tem potencial muito grande, mas se não olhar esses detalhes a gente não vai conseguir produzir, conforme nós sonhávamos, desejaríamos, né. Tem outro agravante também, que eu também gostaria de citar, que é o polo que foi criado, que eu chamo de "polo", né, que são várias empresas que vieram através do projeto do Seu Eike Batista pra região, e esses [nossos] assentamentos estão muito próximos, [o que] também trouxe grandes consequências. Além de esvaziar o assentamento, os filhos de assentados, por conta de todas as dificuldades que eu estou citando, foram trabalhar na construção civil, na construção desse porto, o Porto do Açu. E ficou mais difícil ainda, né. E o pior de tudo isso [foi] ver que o insucesso desse empreendimento trouxe consequências ambientais muito graves, que é a salinização dos solos. Porque, da forma como eles fizeram, além de ter estaleiro, além de ter uma base de exportação do Porto, né, represou água do mar... Afundou também, mexeu na questão marinha, né. E criou um desastre, vamos dizer assim, ecológico, na parte marinha, muito grande. Porque muitas vidas marinhas também foram jogadas pra fora. Então, nesse trabalho aí de afundar o mar e jogar areia pra terra, pra costa, isso acabou muito com... os peixes, [que] se afugentaram. Hoje, o pescador vai ter que pescar mais longe ainda da costa. E, além disso, os animais, como tartarugas e outros tipos de animais que faziam esse controle ambiental da natureza, também

foram mortos, muitos eles mataram... Foi uma coisa muito gritante. E o pior [é] que toda essa areia, além de abrir um braço do mar pra dentro da costa pra poder o navio ter acesso, pra fazer manutenção, isso trouxe a água do mar mais pra nossa costa, e essa filtração da água do mar, que é uma região arenosa, você percebe que [com] um metro e meio mais ou menos... qualquer solo aqui, mesmo estando distante 15 quilômetros do Porto, a um metro e meio você encontra areia. (...)

Tem lugares que muito menos do que isso. Mais pra frente um pouco daqui, 500 metros... mais ou menos um quilômetro, é só areia. Então, o que acontece: essa pressão, esse peso da água do mar, bate nessa areia e ela infiltra por baixo. E já tá chegando aqui, tem lugares que tá complicadíssimo já. E como é que você futuramente vai trabalhar essa questão? Com a crise hídrica que tá acontecendo no Brasil quase todo. E a gente depende muito do Rio Paraíba do Sul pra que entre essa água doce e, na forma que você fura o poço, você vai encontrar... Não vai demorar muito tempo, você já encontra água salgada. Como é que você vai molhar sua produção, vai irrigar essa produção com água do mar?

**E:** *O que acontece com a lavoura, com a criação dos animais, com a questão da terra salinizada? Qual é o problema de salinizar a terra?*

**David:** O sal, na verdade, as plantas elas não conseguem desenvolver aquilo ali. Eu acredito que não tenha os nutrientes necessários pra ela. E, salinizando, até muitas plantas morrem. O sal acaba... Se você colocar um ferro no meio da água salgada, você vê que ele corrói, né. Eu não tenho como falar pra você, cientificamente, qual é o fator, mas... nunca foi bom. Por exemplo, onde tem capim, onde tem vegetação, onde você coloca o sal, em alguns lugares eu tenho observado, quando você usa muito adubo químico, que você coloca o sal, muda a vegetação. A vegetação nativa morre e surge uma outra que se adapta melhor com o sal, com o salitre. E principalmente as plantas que hoje a gente produz, que é pra nossa alimentação no dia a dia, elas não suportam sal. Entendeu? Isso aqui, se não houver um planejamento, uma intervenção do Estado nesse sentido, isso aqui corre o risco de virar um deserto.

**E:** *Além dessa ação, que ameaça pela questão do sal, você tinha falado alguma coisa com relação às áreas de amortecimento do Complexo Industrial [do Açu], que estavam chegando próximas [daqui] também. Aí uma questão com relação a essa faixa de terra que encostava aqui. Como é que funciona isso?*

**David:** Quando foi feito esse projeto, e todos os empreendimentos hoje, industriais, enfim, eles causam seus impactos, né, e esses impactos, segundo o INEA, tem que ser compensado de alguma forma. Agora, você imagina, me parece, não tenho muito certeza disso, mas, numa audiência pública que eu fui, do INEA, o Porto precisaria de oito mil hectares de terra para compensar esse impacto causado pelo empreendimento. E não tem essa terra por aqui. Então, eles imaginaram uma linha... imaginária... através do satélite, e acabou atingindo 18 lotes de reforma agrária aqui no Che Guevara. E parte dos 18 lotes tinha ficado dentro desse parque [proposto como compensação], chamado Parque Estadual do Açu. E a gente... estamos aí ainda, comunicamos ao órgão que essas áreas estão dentro de uma área do assentamento, [de] parte dessa área. Bom, a notícia que a gente tem é que eles não vão mexer nessas áreas. Mas eu queria lembrar também a consequência desse Porto e esses milhares de metro cúbicos de areia que foram tirados do mar e jogados nessa área, que foi desapropriada dos pequenos agricultores pelo Porto do Açu: com o sol batendo em cima dessa montanha de areia, o sal aflorou e o vento trouxe... tá trazendo esse sal pra várias atividades culturais do entorno. Aqui ainda não chegou por conta da distância. Mas aí o vento bate, muitas lavouras – por exemplo, como coco, do entorno, dos pequenos agricultores que ficavam no entorno – morreram. Muitas plantas estão morrendo. (...)

Quer dizer, o desastre [não é apenas] causado pelo subsolo através da infiltração da água salgada não, é pelo ar também. Então, isso tá causando uma série de problemas. Muitos lugares em torno das pequenas propriedades já estão semidesertos. [Isso é] causado por esse sal, que o vento [leva], que é uma região que venta muito, né. Eu fiz um cálculo [de] que, aqui na nossa região, venta oito meses durante o ano. A minha experiência de vida durante esses 17 anos mostra isso: oito meses durante o ano aqui venta. (...)

**E:** *Eu tô pensando aqui... já que a gente tá num assentamento de reforma agrária, você contou toda essa dificuldade que teve desde o começo, associou com a questão climática local, né, da água. Qual é a sua leitura do que deveria ter sido feito, do que seria o ideal, pra viabilizar o projeto de reforma agrária desde o começo? Como é que ele deveria ter funcionado de uma forma mais ampla, pensando aí talvez em termos de política pública? Qual é a situação específica, aqui, dos dois assentamentos, no município de Campos, que tá relacionado com isso? Como é que você vê isso?*

**David:** Eu percebo o seguinte, né: nós temos uma grande dificuldade cultural, da região, mas tem alguns fatores que poderiam ser um ponto-chave para a superação da questão econômica dos pequenos agricultores aqui. Por exemplo, o município hoje de Campos é um dos municípios que tem um dos orçamentos mais "bonitos", vamos dizer assim. Tem uma Lei Orgânica até interessante, no seu artigo nº 200 e o nº 199, da lei atual, [onde] ela fala que o município pode até fazer reforma agrária; ela fala que o município tem que cuidar dos seus pequenos agricultores, com acesso às políticas públicas do município, inclusive voltadas para o campo. Bom, mais isso não se cumpre, não há... E não há nenhuma vontade política, e não é por falta da gente questionar isso com o município, né. Bom, o orçamento, só pra você ter uma ideia, o orçamento de 2013, se não me foge à memória, foi pra agricultura, de 8,5 milhões. Pra contratação de equipamentos pra ajudar o agricultor, foi de 14,5 milhões. Agora você imagina, nós temos uma média aqui em Campos, não sei te dizer exatamente, hoje, entre os assentamentos ligados à reforma agrária e outros ligados aos sindicatos, uma média de uns dez assentamentos. Falando em Campos, não do entorno de Campos. E são justamente esses assentamentos que têm produzido alimentos diversos. Os pequenos agricultores do entorno, a maioria é muito focada na questão da produção da cana, que é para fornecer pra usina. E depois eu vim a entender qual é a razão disso: é que, até para o agricultor ter acesso... à sua seguridade no INSS, o seguro especial, ele precisa de comprovação [de sua produção]. E essa comprovação... é muito difícil hoje um técnico do INSS aceitar quando você comprova com outra atividade que não seja a cana. Por conta que já existe uma articulação com a associação dos plantadores de cana, ao longo dos anos... Tem que ter três provas concretas: pode ter documento da terra, pode ter uma filiação no sindicato, você pode ter uma nota fiscal de algum produto que você comprou com a sua atividade... Pode ter tudo isso, mas, se você não tiver uma nota de fornecimento de cana, o seu benefício é negado. Bom, voltando no assunto... Existem muitas possibilidades que o município não reconhece. Hoje, pra gente poder ter uma mudança no assentamento, era [preciso] que essas leis que já existem fossem cumpridas, né. Além dessa lei municipal, tem também uma lei da merenda escolar, que é a Lei nº 11.947/2009, que o governo repassa para o município uma verba para a merenda escolar, e 30% dessa verba do Governo Federal tem que ser comprada da agricultura familiar; e essa lei não vem sendo cumprida ao longo dos anos. Essa lei é de 2009. Nós estamos em 2015. Essa lei até hoje não foi cumprida pelo município nem o município foi penalizado por isso. Bom, são algumas políticas públicas que a gente poderia, por

exemplo, assim, garantir, ajudar o homem a [se] fixar no campo, ajudar as famílias a continuarem, [ajudar] as famílias a obter renda. Mas tem um outro fator, que a gente tem uma grande dificuldade e que não conseguimos o apoio necessário pra isso, que são as feiras livres. As feiras que têm hoje são feiras que são de agricultores, mas que tem muita dificuldade de, ainda, ser uma feira realmente de agricultura familiar. Eles são agricultores familiares, mas não têm incentivo do município para produzir outros produtos. Por exemplo, tem dificuldade de produzir tomate, produzir banana, produzir, vamos dizer assim, algum tipo de fruta; só unzinho ou outro que tem [essa possibilidade]. Então, tá um pouco descaracterizado, né. E as políticas públicas do município não têm observado isso de maneira que pudesse ajudar a criar política pública pra melhor diversificar, que esses produtos não viessem de outros estados, que fossem produzidos aqui. Campos hoje tem um potencial. E os assentamentos estão muito refém disso. A gente é muito refém dessas políticas públicas. Por quê? Porque, quando os agricultores, hoje, da reforma agrária, vão pras suas áreas, a gente já tem uma formação política, minimamente política, de que a gente precisa se sustentar do nosso trabalho. Essas políticas públicas, quando elas não chegam e a questão cultural das famílias, elas não conseguem avançar além do que tá em torno da gente, né, a gente acaba virando também escravo do atravessador. É o que tem acontecido muito. Você produz, mas manda pro atravessador, que o atravessador também todo final de semana já te paga. Você manda segunda, no sábado você já recebe, ou no domingo de manhã. Mas o que precisa? Na minha visão, precisa que as organizações de apoio... isso é um fato, por mais que elas tenham comprometimento com a causa, por mais que elas tenham toda uma forma de apoiar, mas esses movimentos não são gestores, eles apenas ajudam na organização. E esse papel de cobrança nós é que temos que fazer.

Mas o município poderia muito bem, se ele cumprisse com sua Lei Orgânica, poderia muito bem ter uma outra cara, uma outra realidade, com relação à agricultura familiar, coisa que não vem acontecendo com a gente aqui. E aí nós temos feito várias experiências, de feiras, com o apoio das universidades, com a "Academia", como a gente chama, né. A gente tem buscado alguns professores parceiros... [que] têm tido essa preocupação de forma muito humana, de saber que a agricultura familiar tem um objetivo muito concreto, muito real. Que, além de você estar ajudando uma pessoa a viver da sua produção, você tá também discutindo a qualidade da sua produção. Qual é o tipo de qualidade que eu quero me alimentar? É com veneno? Porque, hoje, os dados da Anvisa mostram que cada bra-

sileiro consome mais de 5,5 litros de agrotóxico ao longo do ano. Então, isso é muito grave. E, então, os assentados têm muito a característica de produzir, de ter essa formação, de produzir com qualidade, de produzir sem veneno. Porque alimento é vida, né. Com alimento bom, saudável, você garante a sua longevidade. E muitos parceiros da gente têm tido essa preocupação, mas são limitados também. Ele é um formador de opinião, formador dentro de sua academia, mas também não é gestor público, né. Muitas das vezes tem boa vontade, tem comprometimento com a causa, tem se preocupado de forma acadêmica também, mas existe os dois lados da moeda, né. Uns pensam de uma forma, outros pensam de outra, né. E as pessoas acabam ficando na mera boa vontade de ajudar, de contribuir, mas também não estão na direção de nenhuma prefeitura, de nenhum governo do estado, (...) removendo essas dificuldades. Mas a gente tem... ainda bem que temos ainda alguns parceiros dentro da universidade que nos ajudam a refletir, que nos ajudam também a procurar caminhos pra gente superar toda essa questão. Que a sobrevivência hoje no campo tá muito difícil, muito difícil... E tem uma outra questão que eu queria deixar claro, que os gestores públicos a nível federal... têm uma outra visão do Estado do Rio de Janeiro: hoje é um estado que tem sua particularidade também de agricultura familiar, e muito significativa, que não é reconhecida, e que não é valorizada. [Assim,] nós temos a região que é principalmente a região de Campos, no Norte Fluminense, onde tem o maior número de assentamentos e de famílias que vieram pra trabalhar a terra, cultivar a terra e produzir alimentos, com qualidade, sem agrotóxicos, e que não têm tido o reconhecimento devido. Por quê? Porque as políticas públicas criaram uma burocracia pra [se] ter acesso, e são poucas as pessoas hoje que estão nessa organização de assentamento que conseguem ter essa visão. E eu vejo que pra isso precisa que a reforma agrária... o plano de reforma agrária tem que ser mudado nesse Brasil. O meu pensamento, hoje, a minha ideia hoje, é que pode sim existir uma diretriz nacional de reforma agrária, mas o plano deve ser regional. [Por exemplo], a região Sul ter um plano de reforma agrária, o Sudeste ter o seu projeto, o Centro-Oeste, o Norte e o Nordeste... entendeu?

**E:** *De que modo isso facilitaria as coisas aqui?*

**David:** Facilitaria... no meu entendimento... Hoje, por exemplo, os Pronafs [crédito vinculado ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar]. Tem Pronaf pra várias modalidades: agroindústria... tem gente que "panha" Pronaf até pra plantar eucalipto, tem Pronaf pra isso e

pra aquilo outro... Se você procurar, por exemplo, assim, cunhar um Pronaf pra região Sudeste, obedecendo à característica da sua região, pra sua área de agricultura... Vou citar aqui um grande exemplo: eu jamais plantaria cana da maneira que tem hoje aqui. A maior parte da produção hoje é cana. Tem uns pés de goiaba, tem uns pezinhos de laranja aí, com falta de água, enfim... (...) Imagina assim, quando foram feitos os Pronafs, o projeto, para infraestrutura e para produção de alimentos, os nossos técnicos aqui disseram assim: "Não, a região aqui..." – e essa é a visão do técnico – "...a nossa região aqui tem que ser gado, coco ou cana. A gente não tem... não aprovaria esse projeto [diferenciado]...". E eu queria o quê, aqui? Milho, feijão e uma experiência irrigada de arroz, que essa experiência eu já vivi lá atrás. (...) Tem um tipo de arroz irrigado que dá ótimo aqui.

**E:** *Até pela fase inundada que você citou...*

**David:** Nesse período das águas, você poderia utilizar o arroz. Quando viesse aquela seca, você jogava uma aguinha, não tinha problema nenhum. [Mas] não... jamais conseguiu aprovar porque as diretrizes... "ah, não"... entendeu? Os próprios técnicos dizem assim: "Olha, nós não podemos aprovar isso porque a característica da região é isso...". Mas não tá aberto pra novas experiências. Você entendeu agora? E tem a questão cultural também: por que é que no Sul o pessoal "panha" Pronaf pra tantas coisas e aqui no estado do Rio de Janeiro esbarra nessa questão, também, cultural, dos próprios técnicos, também? (...) Então, isso impede que a agricultura familiar, na sua essência, avance. Podia ser mais avançada. Mas eu não tô falando dos técnicos que são contratados, tô falando dos técnicos que são hoje pagos pelo Estado. Por exemplo, a primeira assistência técnica que teve aqui foi da Emater, e quando se contrata através das ATER [Assistência Técnica e Extensão Rural] também é outro problema que eu vejo. Os técnicos são até interessantes, pessoas novas com uma outra visão, mas cadê os Pronafs que poderiam ser aplicados, junto com a assistência técnica? Não tem. Hoje, pra você aprovar, qualquer projeto aqui... qualquer modalidade de projeto aqui, você demora no mínimo seis meses pra ser analisado.

(...) O que mais mata o agricultor familiar hoje – e é desanimador –, quando se faz um assentamento, quando se constrói um assentamento, vem tantas entidades colaborar, faz cursos... hoje, talvez, se eu pegar aqui, o monte de certificados que eu tenho aqui... Tem tanta coisa bacana, sabe... desde irrigação, manejo de pequenos animais, produção de mudas através de estufas, lidar com... Noções de zootecnia... Você vai fazendo uma

porção de coisas interessantes. Mas, se essas coisas não vierem casadas, minimamente, pra você garantir, que você acaba de receber seu certificado... colocar em prática... você mata, você desanima.

**E:** *No assunto específico da questão da água. O que deveria ser feito dentro dessa lógica que você fala, qual seriam os próximos passos pra manejar melhor a água, entre inundação e seca muito forte, os extremos, dentro desse projeto que você fala, que tinha que viabilizar, tanto agronômica quanto politicamente... Quais seriam as ações?*

**David:** Aqui é necessário que se façam duas coisas que são fundamentais: anualmente, manutenção das comportas; e limpezas desses canais. Pelo menos uma vez no ano, [ou] uma vez a cada dois anos, vamos dizer assim. O ideal seria uma vez por ano. Teria que ter uma política pública que garantisse isso todos os anos.

**E:** *De que modo isso atrapalha o manejo da água?*

**David:** Bom, por que atrapalha? Atrapalha porque, com o tempo, cria-se vegetação nessas áreas, nesses canais, elas crescem. Elas impedem que a água entre, e que entre pra esses canais, e os subcanais, que eu chamo de "valado", que passam por várias pequenas propriedades, que serviriam de irrigação ou de dreno. Esse é que é o problema: por que eles teriam que ser limpos todos os anos? Porque também têm uma função de drenos no caso das cheias. Então, acontece muito isso aqui. Quando não é feita essa manutenção, você pode perder por excesso de água ou por falta d'água. (...)

Então, esse é que é o grande problema, né. O que precisa ser feito é justamente isso: é o Estado garantir que essas manutenções desses canais pudessem ser feitas. E o tratamento de água, também, dos poços. (...) E [outra opção é] a gente mudar também, acho que a gente tem que pensar também em mudar o modo de agricultura, o modo de produzir. Não dá mais pra se produzir da forma como meu avô produzia. [Ele] pensava em grandes espaços, fazia as coisas tudo no muque, na enxada, olhando pro céu e pras estrelas, pra ver se vai chover... Meu avô dizia assim: "Olha, planta nesse mês"... que era o mês [certo]... Preparava a terra, não precisava de mangueirinha, não precisava de nada disso. Ele dizia: "Vai chover, daqui a uma semana vai ter chuva". (...)

**E:** *Você acha que [a chuva] era mais regular?*

**David:** A chuva era mais regular, muito mais regular. Então, era assim, era certinho: "Olha, tal mês prepara que na minguante já pode plantar!".

**E:** *Você sente isso que se fala, de "mudança climática", você percebe isso?*

**David:** Percebo. Hoje, não dá mais pra você contar com o tempo, com as experiências que eu chamo... que é o "patrimônio imaterial" do conhecimento das famílias que existiam. Hoje, não tem condição mais de você trabalhar dessa forma. Tem que pensar agora em estratégia. E aí [isso] nos obriga a criar ferramentas tecnológicas também pra ajudar na produção de alimentos, pra ele usar, produzir, pra que o camponês pudesse viver de forma minimamente [segura] com o uso de tecnologia. O homem... o trabalhador rural, hoje, com a tecnologia que tem hoje, se não tiver *internet*, se você não tiver uma coisa que incentiva, uma área de lazer, que pudesse minimamente incentivar o jovem a ficar... Que hoje... essa geração... a juventude de hoje não é a mesma. Olha, foi feito um diagnóstico aqui, uma pesquisa, saiu da seguinte forma: 90% dos jovens querem ir embora do campo. (...) Por quê? Por conta da dificuldade de ter renda. Quando você tem renda, você consegue dar uma coisa melhor pro seu filho, consegue motivar ele também pra ficar. (...) Todas os lotes de terra, todas as áreas de reforma agrária aqui... talvez com exceção de uma ou outra família, que talvez tenha se tornado autossustentável, porque também recebe um outro apoio de alguém que trabalhou fora e ajuda nos momentos difíceis a dar um suporte... Mas aqui (...) é muito difícil, hoje. Tem famílias que já vieram pra cá próximas de se aposentar, então, conseguiram uma aposentadoria depois. (...) Então, essa pessoa, nos momentos de crise vai [se segurar]... Agora... Tem famílias aqui que estão longe de ter um benefício. E aí vive apertado, com esses momentos de crise, meu Deus do céu, é um desespero... E não tem outra saída do que mandar os filhos pra olaria e pra construção civil...

**E:** *Tem muitas olarias aqui em volta?*

**David:** Muitas olarias aqui em volta. Então, tem que ir, porque.... entendeu? O nosso lugar aqui tem um potencial, mas a dinâmica que existe hoje não ajuda. Se você olhar hoje, um exemplo aqui: poxa, 14,5 milhões pra contratação de equipamentos agrícolas, que nunca chegaram, é só um trator e grade. Isso eu questiono muito. Eu fiz uma [fala] (...) na Câmara de Vereadores: "Gente, não tem condição. A contratação de máquinas ser superior a um orçamento da Secretaria!". E... [mesmo essa contratação, para as nossas demandas] não se faz! Por que... hoje eu questiono. Não sei

se tem hoje, mas a Secretaria não tinha uma batedeira de feijão que pudesse favorecer ao agricultor. Não tinha um canteirador pra trabalhar com hortaliça, que é um implemento que põe no trator pra fazer [o preparo] pra hortaliça. Não tem, entendeu? Só... arado, e também... raramente de se encontrar. Era um trator e grade. Um trator velho e grade. Não tem uma plantadeira pra facilitar pro agricultor. (...) E depois, quando eu faço essa observação, é o seguinte: quem são essas pessoas que estão na gestão? (...) Eu teria vergonha de ser um secretário de Agricultura de um governo que não pudesse acreditar no potencial da agricultura familiar, que é o que abastece hoje nosso Brasil: 75%, quase 80% do que chega na mesa do brasileiro hoje é da agricultura familiar, que é o excedente da agricultura familiar. E, se você olha pra uma outra dimensão, na questão do agronegócio, né, os investimentos nunca faltaram, que é pra exportação. Se não me foge à memória, esse campo hoje, vou chutar aqui, né, mas é bom a gente pesquisar, eu acho que tem uma média de 10 mil pequenos agricultores aí. (...) Não sei se são 10 mil pequenas propriedades ou 10 mil pequenos agricultores.

Então, a gente não conseguiu avançar ao longo desses anos, de jeito nenhum. Nem na política interna do município, nem na política em nível estadual e federal. E para os agricultores está... realmente difícil. E aí é um passo que, muitas das vezes, você faz uma observação: tem um grupo ali trabalhando com agroecologia, um outro ali tentando a questão orgânica. Mas são poucas pessoas que acreditam, e tem essa dificuldade. Quando eu falei num plano regional, é o seguinte: que as diretrizes nacionais para a reforma agrária têm que ter um foco. Agora, os planos regionais, os projetos de reforma agrária, têm que ser através de regionais, por quê? Tem a questão cultural, a cultura do Rio Grande do Sul é uma. A região Sudeste já é outro tipo de cultura. E, quando você pensa em trabalhar a questão dos agricultores, também é resgate de sua cultura também. Porque não tem [esse resgate]... está se perdendo a cultura. Por isso que, quando eu penso num plano diferenciado, é pra resgatar também a cultura da região, não é só na questão da produção, é na questão cultural também, que também envolve a questão de formação, de educação. Qual modelo de reforma agrária nós vamos criar pra região Sudeste, pro Centro-Oeste? Olha só. Você vai pro Nordeste e tem o bumba-meu-boi... enfim, tem vários tipos de folclore na região. No Rio de Janeiro já é um pouco diferente. Às vezes, em determinado lugar do estado, que as pessoas não têm essa cultura, elas preferem resgatar uma outra atividade cultural... No Nordeste você encontra a sanfona.... Por exemplo, aqui, tinha um grupo de sanfoneiros que se

perdeu. Aqui na região. Porque não conseguiram passar pros seus filhos. Morreram e aí ficou unzinho só... que tá morando no Açu, quarentão já, continuou com a sanfoninha dele, mastigando aí. Todo dia se perde a questão cultural, porque o modelo pensado, né, é muito complicado. Não é pro resgate. E aí a evasão das pessoas... vão pra onde? Vão pros centros urbanos, vão se envolver com tantas coisas erradas, e as pessoas vão se oprimindo. O estado vai oprimindo as pessoas por não acreditar, por não desenvolver uma política, uma política pública, né. E aí a questão política, da representatividade, também, que é muito difícil, mas não acho isso impossível, a longo prazo; talvez eu nem alcance. Mas é um ambiente muito nutrido para os grandes negócios, pras empresas. Se você olha hoje pra representatividade de nossa Câmara, do Legislativo do Estado e do Federal, você vai ver que... Qual é o bloco de deputados hoje que defende a agricultura familiar dos 513, ou dos 25 vereadores aqui? É muito pequeno... dois, unzinho... Muito pequeno, e essa é uma das maiores crises que nós estamos passando, que é a crise política. [E que ocorre] já ao longo dos anos isso: é a crise de representatividade das classes sociais no parlamento. Isso é um outro problema. (...)

**E:** *Você deu um exemplo outro dia da falta d'água, nos momentos de grande seca, a questão do abastecimento de água [aqui]. Você citou um desafio entre mobilização coletiva e questões que às vezes são atendidas mais pontualmente. Isso acaba desmobilizando de algum modo esse possível fortalecimento?*

**David:** Também... por exemplo... Nós estamos aqui com um problema muito grave. Acho que... o órgão ambiental talvez faça uma intervenção a curto prazo aqui. Vários animais aqui já morreram, por falta de água desses canais e por falta da limpeza. O INEA não libera o licenciamento. Nós entramos com um recurso agora pedindo a renovação de uma certidão ambiental, que a comunidade, através da associação, conseguiu. Mas quando a gente consegue a certidão ambiental, a gente não consegue recursos... Uma coisa que é pra ser feita ontem, aí tem que passar por um processo de licitação, aquela burocracia toda. E aí, se sair, vai sair fora do período. Por exemplo, esse período [maio] é o melhor período pra fazer essa limpeza, porque é o período que não chove...

**E:** *A requisição era de limpeza?*

**David:** É, de limpeza. [Enfim,] é pouca chuva... e tal. E hoje nós temos assentados brigando um com o outro aqui, quase se matando, porque um fechou uma parte pra reter água pra salvar a lavoura, e o outro precisava

pra ter água pros animais e não tem. Situação difícil, muito complicada. Agora, existem outras coisas que a gente poderia também... – e isso não foi discutido, [mas] já foi comentado... – de forma prática, a gente tentar outras formas também de água, de qualidade, que é a questão da cisterna. Essa região precisa ser reconhecida como região semiárida. A média, que eu sei aqui, de... (...) pluviosidade... é comparada à do Nordeste. (...) Muito mais período seco do que úmido. É uma média aqui de 600 a 800 ml ao ano. Isso é muito pouco, né. E aí é que está outra questão: é um monte de coisinhas que é pra ser resolvido, né. (...) Ao longo desses anos que eu tô aqui, muitas famílias perdiam a lavoura, não conseguiam pagar o financiamento do Pronaf e não tinham seguro que cobrisse. (...) Há muito custo, e quando passa um ou dois anos inadimplente, surge aí uma negociação para as dívidas. Aí, muitas das vezes, ele tem que vender um animal pra poder pagar uma parte pra poder ajudar, tem que dar tantos por cento pra poder renegociar as suas dívidas. E aqui tem uma questão cultural muito engraçada: ninguém gosta de dever a ninguém. Então, eles preferem trabalhar fora, mas querem manter o Pronaf em dia, porque eles entendem que o Pronaf em dia... o dinheiro é do banco, e o banco pode arrebentar com eles. Eles não entenderam que é um recurso de uma política pública, que é uma obrigação do Estado... Muitas famílias aqui entendem que isso é dinheiro do banco e têm medo de (...) dever ao banco. (...) De ser penhorado alguma coisa... (...) Mas as crises... a crise de falta d'água tá ficando cada vez mais difícil, viu.

**E:** *Você lembra datas... de períodos, desde que você tá aqui... daria pra localizar assim os piores [momentos de seca] que teve, quanto tempo durou, pra gente ter uma ideia? Você citou um aí de onze meses?*

**David:** Pois é, um período aqui que eu consegui fazer uma observação foi agora do período de... 2014, final de 2013, entrou 2014. Uma chuvinha muito fraca, não dava pra molhar. Então, teve assim, aqui, os três últimos anos não tem chovido, como eu tenho observado nos outros tempos. Por exemplo, assim: passava uma crise de falta de chuva, mas quando era no [dia de] Finados... Rapaz, era impressionante: chovia aqui na Baixada. Dia 2 de novembro era assim. Gente, o pessoal, ficava... preparava, aqui: "Finados vai chover, finados chove". É verdade, eu acompanhei isso. Vários finados, se um ano não chovesse, no outro chovia! (...) Já estamos com três anos de Finados... que não chove ! (...) Aí que eu digo: as tecnologias, nesse período, seriam ótimas pra cá. Que [é] quando eu cito que... A gente tem que mudar o modo de produzir, é justamente isso, né. Buscar recursos,

política pública, ter água de qualidade e usar esses recursos minimamente pra garantir a produção. Ou [melhor], não é usar "minimamente", é usar "conscientemente", né. Porque esses valados eram um sistema de inundação, [mas] isso pra mim já tá ultrapassado.

**E:** *Não poderia ser por tubulação?*

**David:** Poderia ser também por tubulação. (...) Mas hoje eu já penso diferente. Como eu hoje já sei que tem recursos hídricos bons, [poderíamos] fazer por microaspersão, as lavouras irrigadas, e trabalhar com elas de maneira que elas possam aproveitar as águas através de seu gotejamento ou microaspersão. (...) Não desperdiçar tanto... porque toda água que é jogada aqui o vento passa e leva. Você molha de manhã e de tarde [já secou tudo]... porque tem muito vento. E, quando você pega um solo arenoso, não tem jeito. (...) Não reserva água não. (...) Outra coisa [que] seria interessante: quando a gente usa tecnologia, [percebe que] a melhor forma de você molhar a lavoura é à noite. (...) Evitar perdas. E as pessoas não podem... à noite... tem que descansar... trabalhou o dia todo... Quando você tem uma intervenção tecnológica, [vai] colocar um temporizador... Vai ligar tal hora, tem o esquema... Agora, mas me diz onde que tem financiamento Pronaf pra irrigação? Aqui, quem que aprovaria isso? Quem assinaria isso? Porque o dinheirinho é pequenininho, é pouco. Então, você vai priorizar outras coisas.

**E:** *Uma coisa amarra a outra, né?*

**David:** (...) Isso... quando eu falo que tem que se pensar num novo modelo, e com modelos regionais, é por conta disso: olha, Pronaf pra aquela nossa região, no norte do estado do Rio de Janeiro tem que ser acompanhado com um *kit* de irrigação, tem que ser dessa forma... Garantir poço, água... aí você garante.

**E:** *A cisterna, que você deu como exemplo, poderia fazer um armazenamento, como aquelas grandes que a gente vê no Nordeste?*

**David:** É, porque, quando chove, também chove bem. [Mas] são poucos momentos que chove, e aí seria uma forma de você armazenar água para o seu consumo, pro consumo humano. Não pra irrigar; pra irrigar acho que não daria não.

**E:** *Porque também falta pra consumo humano?*

**David:** Também falta pra consumo humano, as águas são compradas, aqui. Pra consumo tem que comprar. (...) Compra-se água. Aqui, muita gente ficou com um problema na pele muito sério (...). Eu comecei a tomar água do poço e comecei a criar manchas na pele toda. Depois, eu fui num dermatologista e tal, o pessoal me deu um remedinho, uns comprimidinhos. Tomei e nunca mais bebi dessa água.

**E:** *Por causa do ferro? O sal?*

**David:** Não só por causa do ferro, deve ter outras coisas. Mesmo filtrando no filtro, ela melhora um pouco, mas tem uma micose, um negócio, alguma coisa que... Ela cria umas manchas e quando, bate um vento, a pele fica ressecada, parece um impingem, mas não é impingem, é a pele que vai ressecando, criando aquelas manchas.

**E:** *Mas, então, tem que ser água comprada?*

**David:** Água de galão... Aquela água que você bebeu ali é agua mineral. Tem que comprar. (...) O Incra investiu em quatro poços aqui no Che Guevara que não valeu... até hoje não valeu em nada. Se investisse em um artesiano desse que buscava água lá...

**E:** *Esse aprofundaria o suficiente pra buscar essa água?*

**David:** Eu acho que o recurso que eles gastaram nos quatro dava pra pagar pelo menos um [artesiano]. (...) Porque os que são feitos aqui são semiartesianos. É o que eu tô te falando. Tem muitas coisas aqui pra serem discutidas. Hoje, a Petrobras tem tecnologia, e [em] alguns lugares no Nordeste a Petrobras cavou poços, furaram rochas, foram buscar os aquíferos profundos... Aqui, nós não estamos numa crise ainda pior porque nós estamos na região Sudeste. Tem muitas opções em torno da gente além da agricultura, apesar da crise econômica que o país passa. Assim, se hoje, você, como eu tenho uma [vizinha]... Uma senhora que é uma ex-assentada, ela tá vendendo balinha na rua. E, queira ou não, mas, aqui, você pode... passou qualquer aperto aqui, se você souber mexer com uma colher de pedreiro, você vai ali, na construção civil, você consegue se safar, que é diferente do nosso povo do Nordeste. Se ele não salvar os cabritos, se não salvar o leitinho de cabra pra comer com farinha e rapadura, aí ele tá ferrado, em torno da cidade não tem opção. (...)

**E:** *Por outro lado, você já levantou que [uma área urbanizada mais próxima] é também um atrativo para a juventude que também não vai ficar aqui, se continuar assim...*

**David:** Se continuar assim não fica mesmo... Se fizer um levantamento aqui, a maioria é de idosos, só os idosos é que estão ficando. E é aí que eu falo. Nos espaços que eu tenho falado [digo] isso: "Gente, tem que pensar num novo modelo de reforma agrária". Tem que pensar. Porque a crise... eu tenho o sentimento que a agricultura familiar, se ela não... se a médio prazo não se criar novas políticas, a cada dia fica mais difícil, pela questão climática também. A questão climática vai ser um grande fator de diminuir a produção de alimento.

**E:** *Nesse ponto, você acha que alguma questão agroecológica, algum tipo de conhecimento diferente, poderia ajudar em algum sentido, especificamente aqui na condição de vocês?*

**David:** Aqui, uma coisa que poderia assim ajudar... Aqui ainda tem um grau muito grande de uso de agrotóxicos nas lavouras. São poucas famílias, aqui, na dimensão das 74 famílias, que tentam não usar agrotóxicos, que estão aí resistindo ainda. Esse modelo de trabalhar na forma agroecológica é muito interessante. Nós estamos aqui iniciando uma experiência com 12 famílias através do projeto chamado PAIS [Produção Agroecológica Integrada e Sustentável]. Então, tem aquela caixa d´água, estamos fazendo aquelas colunas ali... (...) Mas o interessante é que essas 12 famílias seriam um embrião de uma experiência, com minimamente um *kitizinho* de irrigação, através da microaspersão, pra produção de olerícolas, de forma agroecológica. (...) Isso que seria o "Projeto Mandala" que eu tava me referindo [outro dia].

**E:** *Ele otimiza o uso da água?*

**David:** Pois é.... Não vai depender de tanta água e vai ser uma experiência nova pra cá. Agora, o que me enche de orgulho – eu tô falando de tantos problemas, que [uma coisa que] eu não falei ainda, eu gostaria de fazer essa colocação... Quando eu vim pra cá, eu encontrei esse lugar: tanto da margem direita como da margem esquerda... era só cana, só cana. A estrada era um aceiro de cana, um aceiro que separava um lado do outro de cana. Com todos esses problemas, com tudo isso que eu tô citando, eu me sinto ainda orgulhoso de dizer uma coisa pra você: hoje, você chega aqui... Eu posso aqui não ter hoje, mas você vai chegar num

lote ali do vizinho, vai encontrar uma batata-doce, vai encontrar uns pezinhos de goiaba, vai encontrar banana, você vai encontrar uns pés de acerola, de jenipapo... sabe...

Gente... você imaginou se todas essas políticas públicas fossem implementadas inicialmente? Porque tem uma outra questão também muito interessante que eu vou citar pra você: se essas políticas tivessem chegado no momento certo, na hora certa, eu acredito que o assentamento seria outro. Por quê? Porque, por mais que muitas famílias tivessem chegado aqui, tivessem sido assentadas, e não tivessem a experiência, como muitos vão pra terra às vezes mais por uma questão de moradia do que pra trabalhar... esse é um orgulho que eu tenho do Movimento, que ele não é só um movimento de agricultores, ele é um movimento de sem-terra. Isso me faz refletir que nesse sem-terra tá aquele agricultor que não tem terra, tá aquele cidadão que não tem moradia, que não tem teto, tá aquele cidadão excluído que não tem terra e que não tem moradia.

**E:** *Está combinando [então] várias modalidades...*

**David:** Várias modalidades. E aí – vou voltar lá atrás – quando eu falo em modelo de reforma agrária diferente é justamente por isso. Porque, nesses momentos, quando existem essas políticas públicas, que nesse momento de uma seleção [a partir do cadastro para beneficiários da reforma agrária] você identifica a aptidão de cada um... porque você também não pode excluir uma pessoa de origem urbana, conforme eu [mesmo] sou. E que tem vontade, fez uma opção de vida e quer [vivê-la]. (...) Você não pode matar essa esperança dessas pessoas, você tem que dar essa oportunidade pra elas. (...) Tá buscando essa outra vida, mas tem que dar uma chance, dar uma oportunidade. Uma outra coisa que eu refleti ao longo desses anos: quando as famílias vieram pra cá, era um momento muito oportuno. A energia era outra, a unidade era outra, entendeu? Você tinha todo... o ambiente, entendeu, propício... pra mutirão, pra formação... entendeu? Tudo isso. Mas o que é que quebra isso? É que... se sai um decreto de uma lei, você espera um ano, um ano e pouco pra sair o primeiro Pronaf, tudo vem demorado. Entendeu como é que é a história? Então, você.... as pessoas vêm cheias de esperança. Essas esperanças... O Estado acaba... Os Movimentos alimentam a esperança, e o Estado mata a esperança. Entendeu? Mata a esperança. Os Movimentos alimentam, e o Estado mata, a burocracia mata. (...)

**E:** *Davi, acho que a gente passou por tudo o que [eu] tinha expectativa, de forma bem integrada. Achei interessante que não ficaram separados os assuntos, uma coisa tá interligada na outra, que eu acho que um dos objetivos [dessa reflexão e luta] é isso: não vamos discutir só "meio ambiente", ou só "política", ou só "questão cultural", mas acho que na tua fala, pela tua própria experiência, acabou vindo tudo muito integrado. Muito obrigado!*

**David:** Porque uma coisa tá ligada à outra. Uma faz parte do complemento da outra.

**E:** *[E talvez] justamente porque (...) a estrutura que você analisa não consegue, ou não quer, viabilizar ou enxergar [dessa forma]. (...)*

DEFESA CIVIL




CAMPOS
DOS
GOYTACAZES

# Ações técnicas e governamentais no contexto de enchentes em Campos dos Goytacazes/RJ

## Edison Pessanha

Campos dos Goytacazes, que já enfrentou grandes enchentes, como as de 2007, com o rio Paraíba atingindo a cota de 11,64 metros, quando a cota normal é de 5,80 metros, afetando de tal maneira a ponte General Dutra, principal via de acesso da BR 101 às regiões Norte e Sul do país, que necessitou ser explodida; que nos anos 2008/2009 recebeu, em quinze dias, mil milímetros de águas de chuva, correspondente à quantidade prevista para um ano, vive atualmente o maior período de estiagem. Em 23 de outubro de 2014, o rio Paraíba registrou a menor cota dos últimos 50 anos: 4,43." As informações são do diretor executivo da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil, o major bombeiro militar Edison Pessanha, que nesta entrevista explica de forma mais detalhada o trabalho desenvolvido pela Defesa Civil Municipal.

**P –** Quais as ações e atribuições da Defesa Civil Municipal em Campos dos Goytacazes?

**R –** As ações da Defesa Civil não se restringem aos momentos de desastres, é ação o ano todo, pois se trata de um conjunto de ações preventivas, de socorro, assistenciais e recuperativas destinadas a evitar desastres e minimizar seus impactos para a população e restabelecer a normalidade social.

Em Campos, a Coordenadoria de Defesa Civil é o órgão responsável pelo Sistema Municipal de Defesa Civil, composto pelo Grupo de Ações Coordenadas (GRAC), formado por órgãos governamentais e ainda pelo Conselho de Entidades Não Governamentais (CENG) e Núcleos Comunitários de Proteção e Defesa Civil (NUPDEC).

Podemos citar diversas ações. Diariamente é feito o monitoramento fluviométrico e pluviométrico. Foram elaborados e atualizados Planos Municipais de Contingência para os seguintes desastres: inundação, alagamento, enxurrada, deslizamento de solo ou rocha, estiagem e incêndio florestal.

Em períodos de normalidade é realizada a capacitação da equipe com a realização ou participação em cursos, seminários e simulados nas áreas

de prevenção e combate a incêndio, gestão de risco, percepção de risco geológico, dentre outros. Também foram capacitados moradores de áreas de risco para que os mesmos pudessem compor os Núcleos Comunitários de Proteção e Defesa Civil (NUPDEC).

Além disso, a Coordenadoria realiza a limpeza dos pilares das pontes, instala e controla, quando necessário, bombas como a que se encontra no rio Paraíba para irrigação do Canal Campos–Macaé, atendendo aos produtores rurais em períodos de estiagem prolongada, e bombas de sucção, em casos de alagamentos.

A Coordenadoria Municipal de Defesa Civil de Campos dos Goytacazes efetua corte de árvores quando localizadas dentro de imóveis públicos ou de particulares que estejam colocando em risco a vida de seus ocupantes, vizinhos e ou transeuntes ou causando danos patrimoniais. Esse serviço é precedido de visita de um técnico agrícola

Também realiza a retirada de colmeias, quando esse serviço pode ser agendado, já que em casos emergenciais, quando há ataque de abelhas, a ação compete ao Corpo de Bombeiros. A DC atua ainda na vistoria de imóveis, emitindo laudos e determinando ou não sua interdição ou mesmo demolição quando necessárias.

**P –** Quais as ações para evitar ou minimizar o impacto dos principais desastres no município?

**R –** Desde 2009, a Prefeitura de Campos dos Goytacazes tomou a decisão de incorporar de forma progressiva a gestão do risco de desastres. Recentemente, fomos certificados pela Organização das Nações Unidas (ONU), através da Estratégia Internacional para a Redução de Desastres (EIRD), como integrantes da campanha Construindo Cidades Resilientes: Minha Cidade Está Se Preparando. No Brasil, cerca de 320 municípios estão participando. Uma cidade resiliente é aquela que tem a capacidade de resistir, absorver e se recuperar de forma eficiente dos efeitos de um desastre e de maneira organizada prevenir que vidas e bens sejam perdidos.

Vou me apropriar das palavras da prefeita Rosinha Garotinho, que sempre diz: "É fundamental proteger as pessoas, mas isto significa muito mais que estar presente nos momentos difíceis. Proteger é realizar obras de saneamento, construir casas, vacinar as crianças para que elas cresçam com saúde. É oferecer educação de qualidade, democratizar o transporte público, garantir acesso a emprego. Proteger é cuidar, prevenir, promover a vida".

E é assim que, de forma articulada com os demais órgãos que integram o Grupo de Ações Coordenadas (GRAC), o governo municipal vem desenvolvendo vários projetos, tais como o Programa Morar Feliz, Bairro Legal, Bairro Show, e também obras de infraestrutura e de drenagem realizadas nas áreas mais baixas e manutenção dos cisternões, tendo em vista que o município está localizado em uma planície, o que aumenta a possibilidade de acúmulo de água em caso de elevadas precipitações pluviométricas.

O Programa Morar Feliz tem por base os seguintes objetivos: realocar famílias de áreas em situação de risco (sujeitas a alagamentos e áreas às margens das rodovias), realocar famílias vítimas das inundações, ocorridas no município de Campos dos Goytacazes nos anos de 2007 e 2008, e reorganizar a ocupação do solo, dando moradia digna para tais famílias.

Em sua primeira etapa, foram construídas 5.842 moradias que beneficiaram cerca de 20.400 pessoas. Na segunda fase serão entregues mais 4.158 casas. O projeto garante atendimento às necessidades primárias e fundamentais do ser humano, que são demonstradas pela premissa do projeto, bem como pela infraestrutura oferecida.

As casas são geminadas, sendo 90% com 43 m², dois quartos com piso cerâmico, um banheiro com azulejos, sala, cozinha e área de serviço. O lote é de 140 m², cercado e parcialmente gramado; 10% das casas também geminadas são adaptadas para portadores de necessidades especiais, com 51 m² (padrão acessível).

Possuem, ainda, infraestrutura de condomínio com ruas pavimentadas, calçadas arborizadas e adaptadas para portadores de necessidades especiais, iluminação pública, coleta e destinação de esgoto para tratamento, água tratada, áreas destinadas ao lazer da comunidade e construção de escolas, creches e outros equipamentos.

O Morar Feliz é um investimento social superior a R$ 800 milhões que até 2016 beneficiará mais de 40 mil pessoas. É um dos maiores programas habitacionais do interior do Brasil, com a construção de dez mil casas em duas etapas. Desse total, a Prefeitura de Campos entregou 5.842 moradias, sendo 5.426 na primeira etapa em 14 condomínios e dez bairros.

O Programa Habitacional Morar Feliz foi apresentado no Fórum Nacional de Habitação, que reconheceu sua qualidade e eficiência. O programa foi inclusive premiado com o Selo Mérito 2013 da Associação Brasileira de COHABS e agentes públicos de Habitação na categoria Grande Impacto Regional.

Além dos programas Bairro Legal e Bairro Show, que consistem na realização de obras de infraestrutura dos bairros, como implantação e/ou reparação de redes de água e esgoto, pavimentação de ruas com construção de praças e calçadas com acessibilidade para pessoas com necessidades especiais e construção de equipamentos sociais como creches, escolas, vilas olímpicas, centros de convivências, entre outros.

Muito ainda é necessário fazer, mas asseguro que Campos vem trabalhando para reduzir os riscos de desastres. Se antes nossa maior preocupação eram os problemas provocados pelo excesso de chuvas, principalmente por sermos uma planície, atualmente vivemos uma preocupação inversa, que tem sido a estiagem prolongada.

Ações como irrigação de parques e jardins com água de reuso, limpeza de canais, bombeamento de água para irrigação de canais, orientação aos produtores rurais, reflorestamento de áreas degradadas, conscientização da população da necessidade de economia no consumo de água potável e a recente Lei Municipal de iniciativa do Executivo, estabelecendo normas de construção de prédios que permitam a captação da água da chuva para posterior utilização, são algumas das medidas que vêm sendo adotadas para enfrentarmos esse novo desastre.

**Entrevistadora:** Jane Nunes, jornalista – Coordenadoria Municipal de Defesa Civil, Matrícula 5912.

com processos sociais do que com recortes instantâneos isolados de seus contextos. Instiga-nos mais para a denúncia da vulnerabilização (produzida historicamente) do que para a naturalização do que (de quem) seja “vulnerável” (em si). Por isso mesmo tais aprendizados e diálogos compartilhados aqui, a partir da colaboração de bases conceituais das Ciências Humanas e Sociais, buscaram levar em conta (cada um a seu modo) sua aplicabilidade na análise de casos concretos.



Qual é a contribuição das Ciências Humanas e Sociais para a compreensão, explicação e atuação em desastres?

Este glossário humanístico apresenta alguns dos fundamentos conceituais de disciplinas das Ciências Humanas e Sociais para o aprofundamento da análise e discussão dos Riscos de Desastres e dos Desastres já ocorridos no contexto socioambiental brasileiro e em contextos similares. É mais um passo na contribuição concreta de tais disciplinas para formar, junto aos vários atores, uma interpretação mais elaborada/qualificada sobre os casos reais de desastres relacionados com a água, bem como de casos nos quais os riscos de desastres são acentuados.

O livro é resultado de um trabalho conjunto de profissionais do meio científico – abarcando olhares disciplinares como o da Sociologia, Serviço Social, Geografia, Antropologia, Psicologia, História, Direito, Economia e outros –, assim como provindos do meio técnico e de lideranças comunitárias e de movimentos sociais, a partir das reflexões originais dos autores no "Seminário Internacional Riscos de Desastres relacionados à água: aplicabilidade de bases conceituais das Ciências Humanas e Sociais para a análise de casos concretos", ocorrido em novembro de 2014 e coordenado pelo Núcleo de Pesquisas e Estudos Socioambientais (NESA), da Universidade Federal Fluminense, em parceria com o Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres (NEPED), da Universidade Federal de São Carlos. Os autores são provenientes de três países (Brasil, México e Portugal) e vinculados a distintas instituições, como universidades, institutos de pesquisa, secretarias, prefeituras, associações, dentre outras.

Os textos, constituídos na forma de entrevistas e capítulos, apresentam os fios de uma tessitura necessariamente complexa do tema dos desastres; no entanto, desenodoam-se num propósito de facilitar a compreensão ao público leigo.

A partir de conceitos/termos como desastre, riscos, prevenção, conflito, natureza, liberdade, morada, impasses, enfrentamento, distribuição espacial da população, norma e anomalia, conhecimento local e outros, a obra coloca em relevo os processos históricos, políticos e econômicos nos quais os desastres são maturados. Ao destacar tais processos, indo aquém e além do momento da crise aguda e de protocolos de resposta, o livro reforça a importância da dimensão social acerca do problema dos desastres relacionados com a água e oferece uma alternativa interpretativa para subsídio ao fortalecimento das políticas de redução de desastres, num contraponto à dimensão geobiofísica dominante no tema.

Patrocínio

PETROBRAS

GOVERNO FEDERAL BRASIL PÁTRIA EDUCADORA

Organização

NESA - Núcleo de Pesquisas e Estudo Socioambientais

Universidade Federal Fluminense

NEPED

Fundação Euclides da Cunha

ISBN 978-85-7656-037-1

9 788576 560371